UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROBSON FERREIRA FERNANDES

“ATENÇÃO! ATENÇÃO! É UMA NOVA ERA NO BRASIL: MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA”

USOS E ABUSOS POLÍTICOS DO SINTAGMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO CONTEXTO EDUCACIONAL CATARINENSE (2018-2022)

FLORIANÓPOLIS
2026

ROBSON FERREIRA FERNANDES

“ATENÇÃO! ATENÇÃO! É UMA NOVA ERA NO BRASIL: MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA”

USOS E ABUSOS POLÍTICOS DO SINTAGMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO CONTEXTO EDUCACIONAL CATARINENSE (2018-2022)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.
Orientadora: Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva.

FLORIANÓPOLIS

2026

ROBSON FERREIRA FERNANDES

“ATENÇÃO! ATENÇÃO! É UMA NOVA ERA NO BRASIL: MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA”

USOS E ABUSOS POLÍTICOS DO SINTAGMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO CONTEXTO EDUCACIONAL CATARINENSE (2018-2022)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação – da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.
Orientadora: Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Cristiani Bereta da Silva - Orientadora
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Doutor Fernando Seffner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Doutor Fernando de Araújo Penna
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Doutora Núcia A. Silva de Oliveira
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, março de 2026

Dedico esta tese aos docentes da Educação Básica perseguidos, assediados e violentados pelo discurso de ódio, especialmente os de História, que não medem esforços para transformar vidas. E a minha amada mãe, Ivonete Maria Ferreira (*in memoriam*), que me deu a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que me deram a vida e depositaram os seus sonhos em mim. Em especial a minha eterna mãe, Ivonete Maria Ferreira *(in memoriam)*, que foi uma âncora no percurso da minha existência. É por ela que dedico inteiramente essa tese. É por ela que continuo a lutar pela educação. É por ela que permaneço a me desafiar como pessoa a cada dia. Eu sinto sua falta, ressignifico o luto e as lágrimas caem naturalmente no cotidiano. Rememoro os seus áudios no *whatsapp* de preocupação com os meus estudos e a alimentação; no início do curso de doutorado, em meio a pandemia do coronavírus, ela me viu percorrendo um dos meus maiores sonhos, de ser o filho doutor e o primeiro da família. Hoje, a Dona Ivonete se faz em mim e posso dizer que esse sonho se realiza.

Agradeço a vida das minhas irmãs: Rafaela, Mariana e Maria Angélica. Falo delas em comum, porque além das conversas diárias, materializaram alguns costumes e vivências de mamãe. Cada uma com sua individualidade, gostos e profissão.

Agradeço a vida dos meus sobrinhos e da minha sobrinha: Kauan, Bernardo e Isadora. Por eles e ela que me sinto preenchido, amado e responsável por suas vidas.

Agradeço aos meus colegas da turma de doutorado, que encararam os primórdios do curso através dos desafios que a pandemia do coronavírus nos colocou, que construíram reflexões acadêmicas importantes para a formação de cada um/a na área da História do Tempo Presente, que alguns/mas me acompanharam nos cafés com debates.

Agradeço aos docentes do curso de doutorado que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal, e mesmo num momento tão difícil da minha vida, me acolheram e foram sensíveis com falas e afetos.

Agradeço aos integrantes do nosso grupo de pesquisa, de leitura, onde muitas vezes nos encontrávamos no Laboratório de ensino de História, mais conhecido como LEH, para discutir os textos de cada um/a em suas respectivas pesquisas etc. Nossos cafés, nossas risadas, nossos compromissos e nossas amizades serão marcas de memórias que irão ficar.

Agradeço à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), pública, gratuita e de qualidade, que me acolheu desde 2021. Uma universidade da diversidade, da resistência, do acolhimento, das oportunidades.

Agradeço aos amigos e amigas por não desistirem de mim. Eles e elas souberam me entender quando o compromisso e a responsabilidade de escrever uma tese me ausentou de atividades de lazer e/ou sociais. Sem nomeá-los/as, por receio de esquecer alguém, estendo o meu amor para aqueles/as que me ajudaram a criar redes de solidariedade, empatia, luta e resistência.

Agradeço aos territórios escolares por onde passei entre os anos do curso de doutorado. Além de escrever sobre vivências e saberes escolares produzidos coletivamente na tese, a escola pública é o meu lugar de encontro e pertencimento, de conexões e embates, de ciência e insurgências. Defender a escola pública, laica, cidadã, diversa, republicana, gratuita e de qualidade é o meu dever como professor.

Agradeço à minha orientadora, Cristiani Bereta da Silva, cujo caminho de orientação da pesquisa foi de afeto e provocações, de preocupação e alento. Profª Cris, carinhosamente nomeada por mim, é uma professora atenta e cuidadosa com o ofício docente, com a pesquisa, com a História.

Agradeço a mim mesmo, por persistir, insistir e resistir aos temas que afetam a minha vida pessoal e profissional. Por ser professor e não ter medo de falar sobre violências, mesmo sendo violentado e perseguido. Por não compactuar com o discurso de ódio, mesmo censurado em espaços democráticos. Por ser gay e (sobre)viver num país que lidera o ranking de países que mais mata pessoas LGBTQIA+.

E para finalizar, o presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina para Pós-Graduação do Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (FUMDESC).

É ser presente. É ser parte. É pertencer. É me importar com o meu lugar. É me comprometer com a minha realidade. É não ficar indiferente. É não aceitar que digam que não posso fazer. É ser livre. É entender que minha realização só é possível quando o outro também se realiza. É ser solidário, solícito e coletivo. Enfim, é ser (Munduruku, 2022, p. 19).

RESUMO

Esta tese se situa no debate entre os estudos de gênero, sexualidade, ensino de História e tempo presente em suas múltiplas interfaces com marcadores sociais da diferença, como raça, classe, etnia e geração. A pesquisa teve como objeto a problemática do sintagma neológico “ideologia de gênero”, que se pauta nas narrativas e discursos religiosos, neoconservadores e reacionários, travando embates com os estudos de gênero, o ensino e a História. O objetivo foi analisar como o sintagma neológico “ideologia de gênero” se efetivou durante as campanhas presidenciais de 2018 e 2022, no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), e no cenário catarinense dos respectivos anos, via recepção de parlamentares da extrema direita do Estado. A pesquisa empreendida se propôs perguntar como o “eu-professor” e o “eu-corpo-abjeto” foram apresentados no contexto catarinense. De que forma tomaram parte dos sintomas discursivos da chamada “ideologia de gênero” presentes nas escolas, especialmente as públicas. A tese defendida foi que os discursos emitidos pelos/as defensores/as do movimento Escola Sem Partido, especialmente os que versam sobre “ideologia de gênero”, minam o campo educacional, especialmente o público. Esses discursos, envoltos de fundamentalismos e conservadorismo, violentam as práticas pedagógicas plurais, democráticas, laicas, diversas e criam um movimento delatório de professores e professoras que abordam gênero e sexualidade na sala de aula. Conteúdos e publicações-denúncias nas redes sociais digitais (Instagram) e proposições legislativas (projeto de lei, requerimento, moção de repúdio, pedido de informação, emenda constitucional) de parlamentares estaduais (Margareth Goldman e Samuel Gottfried) são as principais fontes dessa investigação, bem como a produção bibliográfica acerca da temática. A metodologia dessa investigação percorreu a análise do discurso do conteúdo digital, bem como as publicações-denúncias e as proposições legislativas sob aporte teórico dos estudos de gênero e educação democrática. Entende-se que o estudo contribui para o aprendizado de uma cultura de respeito aos direitos humanos que são fundamentais para a cidadania e às responsabilidades éticas de sujeitos diversos. Nesse sentido, a criação no ambiente escolar de espaços para a convivência harmônica baseada na pluralidade, na tolerância e na cooperação é de responsabilidade de todos e

todas. Entre as categorias de análise, estão Gênero (Scott, 1990; 2012; Piscitelli, 2009; Bortolini, 2023; Pedro, 2011) Discurso de Ódio (Butler, 2021; 2024) e Educação Democrática (Penna, Fernando et al., 2018; Laval; Vergne, 2023). A pesquisa reage no seu espaço e tempo aos modelos contrários de educação democrática, laica, cidadã, que respeite os direitos humanos, que acolha a diversidade. Portanto, propõe-se pensar em políticas públicas educacionais que não negocie o direito à educação de todos/as/es e que legitime os direitos constitucionais da liberdade de ensinar e as concepções pedagógicas de docentes, perante a cultura delatória, a perseguição e a censura aos temas de gênero e sexualidade.
Palavras-chave: Ensino de História; Ideologia de Gênero; Escola Sem Partido; Perseguição docente.

ABSTRACT

This thesis is situated within the debate between gender studies, sexuality, history education, and the present time in its multiple interfaces with social markers of difference, such as race, class, ethnicity, and generation. The research focused on the problematic of the neological phrase "gender ideology," which is based on religious, neoconservative, and reactionary narratives and discourses, engaging in conflicts with gender studies, education, and history. The objective was to analyze how the neological phrase "gender ideology" was implemented during the 2018 and 2022 presidential campaigns, during the government of Jair Bolsonaro (2019-2022), and in the Santa Catarina state scenario during those years, through its reception by far-right parliamentarians. The research aimed to question how the "professor-self" and the "abject-body-self" were presented in the Santa Catarina context. In what way did they become part of the discursive symptoms of the so-called "gender ideology" present in schools, especially public schools? The thesis defended was that the discourses emitted by the defenders of the "School Without Political Parties" movement, especially those dealing with "gender ideology," undermine the educational field, particularly the public sector. These discourses, shrouded in fundamentalism and conservatism, violate pluralistic, democratic, secular, and diverse pedagogical practices and create a denunciatory movement against teachers who address gender and sexuality in the classroom. Content and denunciatory publications on digital social networks (Instagram) and legislative proposals (bill, request, motion of repudiation, request for information, constitutional amendment) by state parliamentarians (Margareth Goldman and Samuel Gottfried) are the main sources of this investigation, as well as the bibliographic production on the subject. The methodology of this investigation involved the analysis of the discourse of digital content, as well as the denunciatory publications and legislative proposals, under the theoretical framework of gender studies and democratic education. It is understood that this study contributes to learning a culture of respect for human rights, which are fundamental to citizenship and the ethical responsibilities of diverse individuals. In this sense, creating spaces for harmonious coexistence based on plurality, tolerance, and cooperation within the school environment is the responsibility of everyone. Among the categories of

analysis are Gender (Scott, 1990; 2012; Piscitelli, 2009; Bortolini, 2023; Pedro, 2011), Hate Speech (Butler, 2021; 2024), and Democratic Education (Penna, Fernando et al., 2018; Laval; Vergne, 2023). The research reacts, within its space and time, to opposing models of democratic, secular, civic education that respect human rights and embrace diversity. Therefore, it is proposed to consider educational public policies that do not compromise the right to education for all and that legitimize the constitutional rights of freedom to teach and the pedagogical conceptions of teachers, in the face of a culture of denunciation, persecution, and censorship of gender and sexuality issues.
Keywords: History teaching; Gender ideology; Escola sem Partido; Teacher persecution.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Proposições legislativas: fontes digitais.....26
Quadro 2 – Bibliografia obtida das publicações-denúncias de Goldman.....60
Quadro 3 – Participação de Goldman em eventos através das publicações-denúncias.....64
Quadro 4 – Descritores e casos de perseguição docente em Santa Catarina...113
Quadro 5 – Descritores.....132
Quadro 6 – Quantidade de descritores acionados nas publicações-denúncias (2018-2022) dos deputados Gottfried e Goldman.....133
Quadro 7 – Progressão de curtidas entre a primeira (2018) e a última (2022) publicação-denúncia do deputado Gottfried.....138
Quadro 8 – Progressão de curtidas entre a primeira (2018) e a última (2022) publicação-denúncia do deputado Goldman.....139
Quadro 9 – Identificação dos descritores nas proposições legislativas.....173

Figura 1 – Municípios catarinenses com casos de perseguição aos docentes.115
Figura 2 - Sistematização dos percentuais dos descritores de Goldman.....135
Figura 3 - Sistematização dos percentuais dos descritores de Gottfried.....137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ACAERT	Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão
ACT	Admitido em Caráter Temporário
ALESC	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DC	Democracia Cristã
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
FPC	Frente Parlamentar Mista Cristã e em Defesa da Religião
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
HTP	História do Tempo Presente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IND	Indicação
ISMAI	Instituto Universitário da Maia
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
LEH	Laboratório de Ensino de História
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MOC	Moção
NOVO	Partido Novo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PATRIOTA	Patriota
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIC	Pedido de Informação
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PNE	Plano Nacional de Educação 2014-2024
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PODE	Podemos
PPL	Partido Pátria Livre
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Rede Sustentabilidade
RQS	Requerimento
SPW	Observatório de Sexualidade e Política
STF	Supremo Tribunal Federal
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE SÍMBOLOS

@	Arroba
%	Porcento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....18
2 CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA ACERCA DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO": ENTRE DEBATES INTERNACIONAIS E NACIONAIS.....46
2.1 "O FILHO NASCEU!": ANOS 1990, JOSEPH RATZINGER E UMA NOTÓRIA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA ANTIGÊNERO.....54
2.2 "AMAMENTAÇÃO DO BEBÊ ANTIDEMOCRÁTICO": IMPLICAÇÕES DO MOVIMENTO ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA ENTRE DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS.....66
2.3 "GÊNERO É COISA DO DIABO!": CATEGORIA ENDEMONIADA, CATEGORIA DISTORCIDA.....73
2.4 "ELES QUEREM IMPLANTAR UMA DITADURA GAY": AVANÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEMINISTAS E DIREITOS LGBTQIA+.....78
3 "PROFESSOR, VOCÊ É GAY?": EU-PROFESSOR E EU-CORPO-ABJETO.....85
3.1 ENTRE A SALA DE AULA, O OFÍCIO DOCENTE E A EDUCAÇÃO SEXUAL: O ENSINO DE HISTÓRIA COMO DENSIDADE DEMOCRÁTICA.....93
3.2 DISPOSITIVOS HISTÓRICOS MATERIAIS E DISCURSIVOS DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO" COMO MÉTODO PERSECUTÓRIO À DOCÊNCIA PLURAL.....100
3.3 ATAQUE À DOCÊNCIA NA INTERNET: "IDEOLOGIA DE GÊNERO" E "DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA" EM PROL DO GANHO ELEITORAL.....107
3.4 A PERSEGUIÇÃO AOS DOCENTES NO TERRITÓRIO CATARINENSE: UM FENÔMENO A SER ANALISADO HISTORICAMENTE.....111
4 NÓ NA GARGANTA: CAMADAS DO MOVIMENTO ANTIGÊNERO NO TEMPO PRESENTE.....119
4.1 O ABRAÇO E ACOLHIMENTO CATARINENSE DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO".....125
4.2 PUBLICAÇÕES-DENÚNCIAS DE "IDEOLOGIA DE GÊNERO": INSTAGRAM COMO FERRAMENTA DISCURSIVA DE DOIS DEPUTADOS BOLSONARISTAS DE SANTA CATARINA.....127

4.3 “DISCIPLINA, ORDEM E CIVISMO IRÃO SALVAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA”: NOVAS CAMADAS DO MOVIMENTO ANTIGÊNERO – HOMESCHOOLING E AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES.....144
4.3.1 *Homeschooling*: “meus filhos, minhas regras!”.....145
4.3.2 Escola Cívico-Militar e *Another brick in the wall*.....150
4.4 “PROTEJAM A INFÂNCIA! ELES QUEREM INCENTIVAR A PEDOFILIA” VERSUS MORALIDADE DOS BOLSONARISTAS.....159
5 “EU TENHO MEDO, MAS TENTO NÃO DEMONSTRAR”: ESFORÇOS LEGISLATIVOS EM SANTA CATARINA PARA BARRAR O DEBATE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS.....164
5.1 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2019-2022), PALCO DE PAUTAS ULTRACONSERVADORAS E RESISTÊNCIAS DEMOCRÁTICAS.....169
5.2 “MISTURA E EXCESSO DE NOMENCLATURAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE: DIAGNÓSTICO DE JOVENS EM DEPRESSÃO E TIRANDO SUAS PRÓPRIAS VIDAS”: EMENDA CONSTITUCIONAL.....174
5.3 “TEMOS QUE ACABAR COM A DOUTRINAÇÃO NAS ESCOLAS!”: PROJETO DE LEI.....180
5.4 “FICA EXPRESSAMENTE PROIBIDA...”: MOÇÃO DE REPÚDIO.....193
5.5 “UMA PROFESSORA FEZ APOLOGIA À PROSTITUIÇÃO, EXPOSIÇÃO DA NUDEZ E RELAÇÕES SEXUAIS ABERTAS E INCONSEQUENTES”: PEDIDO DE INFORMAÇÃO E REQUERIMENTO.....197
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....202
REFERÊNCIAS.....207
ANEXO A - ACERVO DIGITAL: PUBLICAÇÕES-DENÚNCIAS 226

1 INTRODUÇÃO

> Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia tá aqui. Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz (sic)? Alvos passeando por aí. Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência, é roubar o pouco de bom que vivi [...]. Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes, achar que essas mazelas me definem, é pior dos crimes, é dar troféu pro nosso algoz e fazer nóiz (sic) sumir [...] (Emicida, 2019, s/p).

Para abrir caminhos e construir pontes, apresento inicialmente um trecho da letra da música *AmarElo* (2019), que tem o *sample* de *Sujeito de Sorte*, de Belchior. Ele se materializa nas vozes de Emicida, homem-cisgênero-heterossexual-cantor-preto-pai, de Majur, mulher-preta-cantora-transgênero e de Pabllo Vittar, homem-cisgênero-homossexual-drag-queen-cantor, os três brasileiros/a. No cenário visual da música, o *clipe*, temos um conjunto de representações sociais que permite fazer reflexões sobre as formas de ser, existir e pensar. Corpos diversos, sexualidades dissidentes, superação e limites, educação e sucesso. Conheci essa canção[1] e que faz jus à introdução dessa tese por me aproximar musicalmente desses/a artistas que tanto tenho respeito e admiração, por suas vidas, histórias, representatividades, lutas e resistências.

No documentário *AmarElo – É tudo pra ontem*, disponível na plataforma de *streaming* Netflix, Emicida transborda ancestralidade e história no grandioso espetáculo musical ocorrido no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 2019, antes da situação pandêmica que devastou o mundo. Uma pequena parcela de pessoas negras ocupou o palco e a plateia. Conexão e empoderamento. O cantor, referenciando suas experiências como jovem negro sem oportunidade na adolescência e que viu na música uma forma de propagar as suas filosofias (de vida, do cosmo, do social etc.), fala que *AmarElo* "é a nossa forma de dizer para quem tem uma origem como a nossa, que esse lugar é deles [...]. Que a gente

[1] Vale ressaltar que o rap é um estilo musical oriundo das camadas mais vulneráveis e subalternizadas da sociedade, que tem marcadores sociais de raça, gênero e classe muito bem arquitetados e é símbolo de denúncia às diversas precariedades humanas; no rap nacional, ainda predomina um tipo de masculinidade que atenta às outras formas de experimentar ser homem, via sexualidade, e Emicida, com o projeto *AmarElo*, questiona, analisa e critica essas enrijecidas regras hegemônicas.

precisa, sim, ocupar esse tipo de espaço [...]. Vamos devolver a eles o direito de sonhar. *AmarElo* é isso" (Emicida, 2020, s/p).

O que *AmarElo* permite dizer sobre uma educação democrática, sustentada pelos princípios republicanos? Sonhar! Um verbo de ação que transcende a realidade vivida, do sujeito que pensa e quer insistentemente possibilidades plenas de ser na sua integralidade. E o sonho contempla os esforços produzidos para atender o objeto dessa pesquisa: particularmente, almejo através do sonho um mundo melhor para todas as pessoas, independentemente de raça, cor, sexo, gênero, classe, geração etc. Como docente da Educação Básica, sonho em formar pessoas conscientes de suas responsabilidades sociais e políticas, históricas e culturais, humanas e coletivas.

Nesse sonho, produzir um ensino de História que identifica sinais de retrocesso, desnaturaliza fenômenos, desvenda pontos de vista, encara problemas e crises, relaciona o macro com o micro, entende a si próprio, confronta ideias, lida com o tempo, abre horizontes e se posiciona. Sonho por mais democracia, consciência de classe, interpretação de texto, combate às *fake news*, liberdade nas emoções e escolhas, respeito às sexualidades e amor. Eu sonho, porque minha mãe e meu pai me permitiram, no percurso dessas três décadas de existência, sonhar, e faço desse exercício, não como algo místico, esotérico, mas como condição de ter esperança. Assim como fui preenchido (e continuo a ser) por experiências, lugares por onde passei, emoções que senti, não sou uma existência neutra, imparcial.

Esse trabalho foi motivado pelo sonho, que fui deixando muito vivo durante anos na Educação Básica e que se materializou num corpo alegre, feliz, motivado, fadigado, cansado, poético, criativo, não recomendado, abjeto, professor, performático, tatuado, pesquisador, provocativo, censurado, intelectual, contestado, reconstruído, corrompido. Desde 2011, atuo na Secretaria de Estado da Educação como Professor admitido em caráter temporário (ACT). Todo ano, ao elaborar o planejamento pedagógico e/ou as reflexões na área de conhecimento das Ciências Humanas, componente curricular História, busco trazer novas abordagens sobre os temas, cujas questões como transfobia, lesbofobia, homofobia, heterossexismo e tantos outros, muitas vezes ausentes dos livros didáticos de História, são inseridos e amparados via legislações nos documentos que me permitem falar sobre eles

nas aulas. Com essas temáticas, tenho feito projetos que foram reconhecidos em âmbitos estadual e nacional. No ano de 2015, recebi o prêmio do Governo Federal, que é a maior condecoração dos Direitos Humanos no país, na categoria da Garantia dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2015); Educador destaque na Promoção da Igualdade de Gênero, no mesmo ano, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2019, fui premiado nacionalmente pelo Museu do Holocausto, de Curitiba, e com isso, recebi uma moção de parabenização na Câmara de Vereadores de Palhoça Já em 2021, recebi menção honrosa na 5ª edição do Prêmio Territórios, do Instituto Tomie Ohtake, e 2022, selecionado com uma sequência didática na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio do Edital Igualdade de Gênero na Educação Básica da Ação Educativa, que se intitula *Muito mais que uma hashtag, vidas negras importam* (Gênero, 2023).

No momento dessa escrita, mantive vínculos como pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), na UFSC, e no Laboratório de ensino de História (LEH)[2], na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Esses prêmios e reconhecimentos são fruto de um esforço coletivo, que tem o chão da sala de aula na Educação Básica o principal ambiente das produções e proposições didático-metodológicas.

Continuar olhando para outras formas de preconceito e discriminação; propor temas sensíveis que não se materializam no livro didático, além dos citados anteriormente, tais como o capacitismo, a xenofobia, os preconceitos de classe, de religião, a gordofobia, entre outros; demarcar as vulnerabilidades em que alguns grupos se encontram em maiores situações de riscos, como: as mulheres que estão vulneráveis ao machismo, sexismo e misoginia; homossexuais à homofobia; lésbicas à lesbofobia; travestis, transgêneros e transsexuais à transfobia; pretas/os e populações indígenas ao racismo etc. Também, as minorias étnicas, religiosas e culturais, bem como exclusão por conta da aparência física e idade; pensar na situação de imigrantes e

[2] O trabalho se concentra na área de História do Tempo Presente, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/Udesc). Tem fomento do UNIEDU/FUMDES, é vinculado ao Laboratório de Ensino de História (LEH-Udesc) e ao Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas (CNPq/Udesc), que conta com apoio da Fapesc quanto à infraestrutura.

refugiados/as remetendo à presença de haitianos, angolanos e venezuelanos na nossa região, a Grande Florianópolis; tudo isso faz parte das responsabilidades do ofício docente.

Nessa caminhada docente[3], continuo a sentir as delícias e as dores do ofício. Delícias que se transformaram em maturidade intelectual, responsabilidade ética e compromisso com uma educação democrática; dores da perseguição, da censura, das violências, das formas arbitrárias de negação à ciência e aos saberes produzidos em sala de aula. Entre elas, duas pedras no caminho e que movimentam esse trabalho de pesquisa: o movimento Escola sem Partido (ESP) e o movimento Antigênero, este último "em referência a uma tomada de posição antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana" (Junqueira, 2022, p. 21).

O título dessa investigação foi instigado pela frase "Atenção! Atenção! É uma nova era no Brasil: Menino veste azul e menina veste rosa", que se ancora nas primeiras palavras proferidas publicamente da ex-ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, quando evocava uma "nova era" para o Brasil – "menino veste azul e menina veste rosa" (Custódio, 2019), no governo de Jair Messias Bolsonaro, que se iniciava em janeiro de 2019. Nesse contexto, entre o azul e o rosa, a presença da "ideologia de gênero" marcava o início politicamente do discurso de negação da diversidade sexual. Compreende que o objeto dessa pesquisa é a "ideologia de gênero", problemática fenomenológica mundial, que se pauta nas narrativas e discursos religiosos, neoconservadores[4] e reacionários, travando embates com os estudos de gênero, o ensino e a História. Em toda a escrita, colocarei a expressão discursiva "ideologia de gênero" entre aspas duplas para enfatizar a contiguidade sintática desses dois termos, e a contravertida sobre esta última.

---

[3] Falar do tempo presente é demarcar o espaço e período da escrita do texto, porque a ação é contínua, fluída e em movimento. Nessa situação, era verão de 2023.

[4] Irei me apropriar do conceito "neoconservador", cuja ideia se coloca diante da reação às transformações sociais, políticas, culturais e econômicas ocorridas a partir da primeira metade do século XX. Uma reação ao "Estado do bem-estar social, à contracultura e à nova esquerda, fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao advento do regime de acumulação fordista" (Almeida, 2018, p. 28). Sendo assim, a pauta dos neoconservadores se apresenta como a "restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implementação do Estado mínimo" (Almeida, 2018, p. 28).

Entende-se como estrutura discursiva a manutenção de dinâmicas que analisam estruturas históricas, provindas da obtenção de conhecimentos científicos entre as diversas áreas da ciência, e que fomentam o embate de ideias e trajetos nos movimentos democráticos. Na educação, o currículo é território de poder e sempre foi disputado por vários segmentos sociais. O termo "ideologia de gênero", que se movimenta temporalmente, se caracteriza "como um conjunto de ideias falsas, de origem marxista, que têm o objetivo de aniquilar a família natural, fomentar toda sorte de libertinismos sexuais incluindo as uniões homoafetivas, a pedofilia, a zoofilia e a necrofilia" (Silva, 2018, p. 17).

O recorte temporal dessa pesquisa incide sobre os anos 2018 e 2022, nos âmbitos nacional e estadual, com movimentos de leitura e interpretação desses cenários no percurso da escrita dessa pesquisa. Defendo a tese de que os discursos emitidos pelos/as defensores/as do ESP, especialmente os que versam sobre "ideologia de gênero", envoltos de fundamentalismos e neoconservadorismos, minam o campo educacional, especialmente o público, e violentam as práticas pedagógicas plurais, democráticas, laicas, diversas e criam um movimento delatório de professores e professoras que abordam gênero e sexualidade na sala de aula.

A quem interessa retirar gênero e sexualidade do currículo? As pesquisas historiográficas (Bortolini, 2023; Louro, 2014; Fernandes, 2022; Seffner; Picchetti, 2023) e documentos legais da educação brasileira (Brasil, 1996; Santa Catarina, 2014) mostram a importância do trabalho em sala de aula sobre questões de gênero e sexualidade. Embora o embate com a censura, a perseguição e o assédio propagados pelo ultraconservadorismo tornam-se relevantes considerar que tais estudos têm limitações e que esta pesquisa contribuirá com a temática. Em Santa Catarina, especialmente, terra que a partir das últimas eleições – 2018 e 2022, tem se apresentado fértil para o ESP e a "ideologia de gênero", cujos projetos de lei e discursos de parlamentares da extrema direita têm atingido a educação no Estado.

Como a "ideologia de gênero" não é só um problema brasileiro, foi importante dialogar com estudos transnacionais. Ressalto, principalmente, alguns países latino-americanos, onde a política antigênero se aproxima da realidade brasileira, como Peru, Chile e Colômbia. Neles, os debates nacionais contribuem para analisar os atos de fala, diretrizes políticas, programas de

políticas públicas e propostas legislativas que refletem a deletéria atmosfera antigênero que hoje prevalece na política institucional e na elaboração de políticas públicas. O programa transnacional *Sexuality Policy Watch* (Sxpolitics, 2019), e Rogério Diniz Junqueira (2018, 2022), demonstraram em suas pesquisas os avanços para compreender esse movimento ideológico na América Latina, partindo empiricamente do Brasil.

Contudo, busquei compreender a partir dessa investigação não apenas as discussões que estavam em torno da "ideologia de gênero" no campo religioso, mas como ela conseguiu interferir em políticas públicas educacionais. Justifico a escolha desse tema, em primeiro lugar, pelo atravessamento que as temáticas se inserem na minha vida pessoal e profissional, na continuidade do debate iniciado na dissertação do mestrado que focalizou aspectos do ensino de História e Relações de Gênero e Sexualidade. A responsabilidade reativa[5] para escrever e pesquisar seguirá o compromisso ético da educação democrática que é atacada por tentativas de silenciamentos de professores/as ao dialogarem em sala de aula sobre gênero e sexualidade.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como o discurso da "ideologia de gênero" se apresentou no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), e como afetou e ainda tem afetado a educação em Santa Catarina através da perseguição de professores/as e censura às temáticas de gênero, sexualidade e diversidade.

Para isso, busquei 1) entender como os Estudos de Gênero se divergem daquilo que chamam de "Ideologia de Gênero"; 2) compreender esse fenômeno numa perspectiva histórica, demarcando a sua apropriação e consolidação em Santa Catarina entre os anos de 2018 e 2022; 3) analisar as publicações-denúncias nas redes sociais de deputados estaduais bolsonaristas[6] de Santa Catarina, bem como os seus projetos de lei acerca da temática, entre os anos de 2018 e 2022; e, 4) compreender os usos e abusos políticos da "ideologia de

[5] Afirmo que essa tese é reativa aos ataques no ensino de História, à perseguição docente etc. Suas reflexões são oriundas de um professor-pesquisador inquieto e insurgente nos diálogos com a pesquisa acadêmica.

[6] A expressão "bolsonarista" faz-se compreender a corrente ideológica pautada em valores, crenças, métodos, atitudes, técnicas persuasivas do representante que dá o nome ao movimento, Jair Messias Bolsonaro.

gênero” na retirada de temas de gênero e sexualidade dos documentos que regem a educação brasileira e catarinense.

Pesquisar como a “ideologia de gênero” penetra na Educação Básica e afeta os conceitos científicos dos estudos de gênero na educação, e como estas artimanhas narrativas ganham poder na esfera social, entre ataques, ameaças, perseguições, intimidações e destruição de saberes e vidas, permite acessar não somente os interesses de grupos neoconservadores, parlamentares e fundamentalistas religiosos, mas as resistências criadas pelos professores e professoras em Santa Catarina que já se depararam com esse sintagma neológico em suas práticas, e tiveram que se submeter ao silenciamento, autocensura e medo.

Como desdobramentos inquietos do problema de pesquisa, algumas contestações foram articuladas para pensar a minha existência (corpo abjeto) e a experiência como professor da Educação Básica que sentiu na pele as dores da censura, da perseguição e dos ataques. Reconheço que não sou único a ter vivido essas violências, mas ter sabido de outros professores e professoras do Estado de Santa Catarina que também passaram por experiências de violências e censura. Assim sendo, como procederam? A quem recorreram? Como continuaram? Quem os apoiavam? Se foram censurados/as pela direção da escola, como explicar os procedimentos metodológicos legais de suas aulas sobre gênero e sexualidade? Se na responsabilidade ética e legal de falar sobre esses assuntos em sala de aula, como falaram? Se foram alvos de políticos, quais eram os reais objetivos do legislativo para abafar esses debates na escola? Se políticos usaram um discurso de pânico moral nessas temáticas, como as secretarias de educação se movimentaram? Se a “ideologia de gênero” foi pauta central do governo de Jair Bolsonaro, como pensar as ações entre o recorte temporal proposto? Se o ESP, movimento difusor da censura e criminalização desses debates em sala de aula, como dialogar com as resistências democráticas emergidas nas comunidades escolares? Se a “ideologia de gênero”, debate transnacional e nascitura do conservadorismo internacional, como pensar em objetivos comuns entre países da América Latina, por exemplo? Se a historiografia contribuiu (e ainda contribui) para a compreensão da “ideologia de gênero” no Brasil e no mundo, como pensar as lacunas e não escritas desse movimento?

Essas questões me permitiram desmantelar o meu desassossego e refletir sobre respostas possíveis ao analisar os discursos nas redes sociais digitais e nos projetos de lei de parlamentares catarinenses, porque entendo que não é fácil defender temas sensíveis numa realidade de delação, vigilância e opressão à prática pedagógica escolar. Além de ser uma proposta de tese reativa, o meu eu que não é neutro se fortalece na busca investigativa para pôr à prova o desafio de cutucar o ovo da serpente que é fascista, fundamentalista, neoconservador e antidemocrático.

As fontes, centrais nessa pesquisa, são importantes requisitos na área de História e se ancoram nos conceitos e categorias de gênero, sexualidade, discurso e educação democrática, atentando para um olhar na perspectiva interseccional, principalmente, nos modos da resistência democrática, laica, republicana e cidadã, além de constituírem espaços de afetos. Para desenvolver essa relação propus articular as proposições legislativas, os conhecimentos produzidos nos campos científicos e nas publicações-denúncias[7] (ANEXO A) de parlamentares catarinenses. O interesse por essa investigação foi não apenas refletir sobre as representações discursivas daqueles/as que defendem a pauta da "ideologia de gênero" e que afeta o conhecimento científico, mas também operacionalizar análises em torno dos ataques legislativos perante as questões de gênero e sexualidade na sala de aula. Portanto, compreende-se que o movimento da "ideologia de gênero" - endossada principalmente pela religião - conduz, de um lado ao preconceito e discriminação antes dos subalternos, e de outro, à enunciação da resistência democrática, mantendo os corpos dissidentes sexuais na esfera escolar por direito.

Para a análise, reuni dois conjuntos de documentos que foram analisados perante o objeto temático da pesquisa, e que a partir da metodologia analítica, dialogaram com autores e autoras, categorias e reflexões. Elas foram emergidas a partir da bibliografia historiográfica sobre os estudos de Gênero, de algumas

[7] "Publicação-denúncia" é um conceito criado pelo autor desse texto que reflete sobre os posts no Instagram como forma de denúncia às práticas avessas da essência ideológica bolsonarista. Ao longo da escrita, o termo "publicação-denúncia" será acionado para referir as fontes que foram recolhidas de cunho digital, especialmente as do Instagram. "Publicação" (*post*), porque leva-se em consideração o nome dado às imagens com fotos (ou não), textos diversos e que poderão ter uma legenda na rede social digital. "Denúncia", porque os próprios sujeitos que realizam o ato dizem que são. Perante os deputados analisados nessa investigação, as "publicações-denúncias" irão conectar e, paralelamente, distanciar eles. Implicações surgidas na análise das fontes.

pesquisas acadêmicas que foram desenvolvidas sobre o ESP, “ideologia de gênero” e outros temas que afetaram esse estudo. As fontes foram divididas da seguinte forma: O primeiro conjunto de fontes se deu pelo levantamento documental feito sobre os casos de intimidação e censura aos debates de gênero e sexualidade na escola, provindos de fontes oficiais do *site* da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como as proposições legislativas de dois deputados bolsonaristas, pela suposta defesa da pauta da “ideologia de gênero” nos seus primeiros mandatos. Escolhi o deputado Samuel Gottfried e a deputada Margareth Goldman[8] por motivos comuns: interesse dos parlamentares pela pauta “ideologia de gênero” e perseguição e cultura delatória aos professores e professoras nos debates de gênero e sexualidade em sala de aula.

De natureza online, busquei as fontes no sítio público da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), em arquivos *pdf* e/ou em justificativas na apresentação do parecer legislativo. O quadro 1 apresenta, via recorte temporal (2019-2022), as fontes que foram recolhidas para a pesquisa.

Quadro 1 – Proposições legislativas: fontes digitais

Margareth Goldman	Samuel Gottfried
PL 0178.4, de 19 de maio de 2021 (Santa Catarina, 2021)	Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 0011.1, de 13 de setembro de 2019 (Santa Catarina, 2019)
PL 0213.1, de 10 de junho de 2021 (Santa Catarina, 2021)	PL nº 0356.4, de 19 de novembro de 2020 (Santa Catarina, 2020)
PIC 0602.6, de 06 de setembro de 2021 (Santa Catarina, 2021)	PL 0491.0, de 21 de dezembro de 2021 (Santa Catarina, 2021)
PL 0310.1, de 18 de agosto de 2021 (Santa Catarina, 2021)	Indicação (IND) 0199.7, de 29 de março de 2022 (Santa Catarina, 2022)
RQS 0106.0, de 16 de fevereiro de 2022 (Santa Catarina, 2022)	Moção (MOC) 0406.0, de 16 de maio de 2022 (Santa Catarina, 2022)
PL 0206.2, de 15 de junho de 2022 (Santa Catarina, 2022)	MOC 0484.3, de 07 de junho de 2022 (Santa Catarina, 2022)
	Requerimento (RQS) 1566.5, de 24 de outubro de 2022 (Santa Catarina, 2022)

[8] Uso pseudônimos de ambos parlamentares catarinenses para proteger a minha saúde física e mental, posto que eles realizam forte perseguição a docentes.

	Pedido de Informação (PIC) 0434.8, de 22 de novembro de 2022 (Santa Catarina, 2022)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Essas proposições do estudo passaram pelo crivo das contestações para análise: Qual o objetivo da proposta? Qual o contexto de aplicação da proposição? Qual problema ela está buscando solucionar? Para qual público ela quer solucionar este problema? Quais outros atores ela afeta com a solução proposta? Como ela afeta cada público? Já existe uma política pública neste sentido? Existem outras legislações sobre o mesmo assunto? O que está alterando? Como é feito hoje? Como está propondo que seja feito? Há exemplos de outras localidades (países, estados, cidades) que implementaram proposta similares? Quais foram os resultados nesses locais? E os desafios? Há restrições jurídicas ou constitucionais para o que está sendo proposto? A quem interessa defendê-las? Quais os motivos para essas demandas se tornarem leis, moções de repúdio? O que está em jogo nessa dinâmica? Quais os grupos e/ou pessoas que se utilizam desse discurso para defender uma ideologia? Quais os resultados desses ataques no campo educacional, especialmente no componente curricular de História, ciência que é tão atacada, perseguida e ameaçada pelo viés neoconservador e reacionário? É possível identificar outras pessoas e/ou grupos interessados na promoção desses projetos de leis na Alesc? Existiram audiências públicas, reuniões com a sociedade civil para materializar esses PLs? O que está em disputa perante os temas dos PLs? Qual a justificativa para cada proposição legislativa? Como foram as discussões legislativas sobre a pauta da “ideologia de gênero” no plenário da ALESC? Como essa ideologia afetou a escrita dos últimos documentos da educação do território catarinense? O que querem os defensores da “ideologia de gênero” na escola? Importante pontuar que as leis que defendem os debates de gênero e sexualidade na educação servirão de contexto para contrapor essas proposições, os casos de inconstitucionalidade oriundos do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca das temáticas, as pesquisas acadêmicas, os levantamentos estatísticos, cujas bibliografias foram apresentadas nessa pesquisa ao longo dos capítulos.

O segundo arcabouço de fontes foi um levantamento feito, entre 2018 e 2022, de diversas publicações-denúncias sobre a suposta legitimação da chamada “ideologia de gênero” nos perfis pessoais da deputada bolsonarista Goldman e do deputado bolsonarista Gottfried, na rede social digital, o Instagram, ambos de Santa Catarina. Foram realizados *prints* dessas fontes e mantidos nos arquivos pessoais do pesquisador, para assegurar uma possível exclusão dessas redes sociais digitais e/ou suas publicações. A maioria delas, dialogam com as proposições legislativas, porém direcionam o debate para os seus eleitores e eleitoras e/ou para aqueles/as que compactuam com as pautas defendidas. Assim, fez-se necessário saber: Qual o teor linguístico nas publicações? Quais esforços foram feitos para enfatizar o combate a “ideologia de gênero” como proposta de campanha na disputa eleitoral estadual de 2018 e 2022? Está explícita a quantidade de comentários e curtidas nas publicações-denúncias? É possível identificar a quantidade de publicações-denúncias no tempo quando um PL é proposto na Alesc? O que as imagens postadas nas publicações-denúncias têm a nos dizer?

A partir das proposições legislativas, notas de repúdio, publicações-denúncias, pedidos de informação oriundos desses deputados estaduais, dialoguei indiretamente com as resistências gestadas nas escolas por professores e professoras e que foram noticiadas nos meios de comunicação e/ou que estavam no mesmo ambiente escolar da minha atuação docente, para compreender como que esses/as educadores/as foram afetados/as por ataques à democracia, laicidade, cidadania, sexualidade via 1) presença discursiva da “ideologia de gênero” nas aulas, 2) no planejamento anual do/a professor/a acerca dos debates de gênero e sexualidade em sala de aula, 3) nos marcos legais da educação no Brasil que defendem temas de gênero e sexualidade, 4) nas situações e experiências com pais/responsáveis de estudantes diante de algum tema específico trabalhado em sala de aula, 5) nas manifestações de ameaças, violências, perseguições, assédios etc., 6) na articulação dos temas de gênero e sexualidade com as curiosidades dos/as estudantes.

Na experiência temporal de um mundo hiper conectado, os/as historiadores/as encontram novas possibilidades e desafios para lidar com as novas fontes históricas, no caso oriundas do mundo virtual – a internet. No tempo presente, “narrativas em suportes digitais convertem-se em documentos

importantes para se analisar novos formatos de escritas de si, subjetividades e a história da cultura escrita" (Silva, 2015, p. 9). A internet nos apresenta um mundo com recursos ilimitados, porém ela "alterou significativamente os fluxos do tempo e do espaço, é irrenunciável que pensemos sobre as mudanças operadas na experiência humana em sua relação com a historicidade." (Silva, 2015, p. 11). Para tanto, a História do Tempo Presente (HTP) é atravessada pela nova demanda do contexto virtual, desafiando os/as historiadores/as a realizarem novas perguntas às fontes digitais, proporem metodologias que atendam os avanços e limites delas, no sentido de "afirmar que, nos últimos anos, a pesquisa histórica realizada no e sobre o presente não pôde mais prescindir da Internet como lugar de possibilidade de uma nova categoria de fontes documentais". (Silva, 2015, p. 12).

Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa "Culturas Políticas e Sociabilidades". Muito embora não mobilize o conceito de culturas políticas em minhas análises entendo que o político estrutura a tese, no sentido em que ela situa o debate dos conceitos e categorias de subjetividade, discurso, gênero, memória, democracia e poder com as relações do ensino de História e as demandas discursivas da chamada "ideologia de gênero" que atacam a educação, particularmente o ensino de História. Essa tese visa contribuir com a HTP e ancorar em questões dos processos históricos nos argumentos de legitimação do campo e se a área responderia a uma "nova demanda social" de história na virada dos anos 1970 e mais amplamente que ela é o "produto" de um novo contexto.

Além disso, essa pesquisa opera historicamente com uma forma de temporalidade não cíclica e nem linear, mas de avanço e recuo perante o objeto de pesquisa. Considera-se o contexto global, nacional e regional do sintagma "ideologia de gênero" na historicidade, cuja documentação se articula com as demandas do presente.

Marieta de Moraes Ferreira (2018), destaca que a HTP tem como característica básica a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o/a pesquisador/a. O desafio para a história do tempo presente é: como lidar com eventos não terminados e, consequentemente, com variáveis para análise que não podem ser previstas ao se estudarem processos não finalizados? A grande virada que consolidou o campo da HTP foi a discussão

sobre “dever de memória” perante as vítimas da ditadura militar, e os grupos excluídos e discriminados de negros e indígenas. O desafio para o historiador do tempo presente é lidar com a memória viva dos seus contemporâneos.

A História se distingue de outras ciências humanas e sociais pelo seu caráter diacrônico, nos diferentes espaços de temporalidade. A História acontece e deve ser vista em temporalidades diferentes, como o tempo de curta duração, ligado à história factual, ao espaço dos acontecimentos (“kit gay”, “mamadeira de piroca”); o tempo de média duração, ligado a uma história conjuntural, como o mandato executivo do ex-presidente da República Brasileira, Jair Messias Bolsonaro; e o tempo de longa duração, ligado a uma história estrutural, está no limite do móvel e do imóvel, o plano dos valores fixos e das mentalidades, como o neoconservadorismo revestido de moralidade. Essas temporalidades dialogam e se organizam em camadas. A obra de Koselleck (2024) apresenta a reflexão de que os estratos do tempo remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente. A “ideologia de gênero” desde sua emergência, em espaços e temporalidades distintas, passou por camadas que refizeram, ampliaram e legitimaram o sintagma na esfera social.

Segundo Koselleck (2014), graças aos “estratos do tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos. Os tempos históricos podem ser distinguidos dos tempos naturais, embora ambos se influenciem reciprocamente. “Estratos do Tempo”, para o autor, são metáforas que remetem a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica.

A história contém numerosos estratos distinguíveis, que mudam de forma ora mais rápido ora mais lento, mas certamente em ritmos distintos. Os/as historiadores/as precisam aprender a identificar os diversos estratos, a diferenciar entre estratos que podem mudar rapidamente, estratos que só se transformam lentamente e estratos mais duradouros que contêm as possibilidades da repetibilidade. Costumeiramente, os/as historiadores/as

organizam o tratamento do tempo em torno de dois polos: o primeiro concebe o tempo de forma linear, e o segundo como algo recorrente e circular. Os tempos históricos são vários estratos que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente uns dos outros.

O uso de fontes digitais como escolha metodológica, como as que escolhi para essa pesquisa, faz parte de uma nova possibilidade de investigação do ofício do historiador do tempo presente. Estudos (De Almeida, 2011; Rolland, 2004) indicam que a internet é um novo recurso para esses/as historiadores que podem utilizá-la como suporte para novas fontes históricas. Mesmo sofrendo algumas críticas da metodologia positivista histórica que favorece o papel, as pesquisas acadêmicas na área de História ainda são incipientes quando falamos de fontes digitais. A historiografia não pode negligenciar o uso das tecnologias de informação, cujo/a o/a pesquisador/a que busca compreender o presente, pode se ancorar em novas metodologias e atitudes que modelam o conhecimento histórico produzido via rede informatizada.

Para isso, a metodologia dessa pesquisa percorreu a análise do discurso, do conteúdo digital, bem como as publicações-denúncias e as proposições legislativas sob aporte teórico dos estudos aqui referenciado, contribuindo para o aprendizado de uma cultura de respeito aos direitos humanos que são fundamentais para a cidadania e às responsabilidades éticas de sujeitos diversos, como parlamentares, professores e professoras, estudantes e outros/as que compõem a esfera escolar, a partir da criação no ambiente escolar de espaços para a convivência harmônica baseada na pluralidade, no respeito e na cooperação.

Analisei os Estudos de Gênero a fim de entender as divergências da abordagem de gênero, nesse campo, daquilo que chamam de “Ideologia de Gênero”, demarcando a sua apropriação e consolidação em Santa Catarina entre os anos de 2018 e 2022. Nesse percurso discuti as publicações-denúncias nas redes sociais de dois deputados bolsonaristas de Santa Catarina, acerca da chamada “ideologia de gênero”, entre os anos de 2018 e 2022, bem como os projetos de lei desses deputados e suas extensões sobre o tema na Alesc.

No percurso metodológico, as fontes descritas presumiram que para intervir nas discussões colocadas, foi necessário responsabilidade ética, análise rigorosa e detalhada, cuidados normativos com a escrita, distanciamento e recuo

do objeto de pesquisa, interesse pelos temas, visando compreender como elas foram construídas e se materializaram na sociedade catarinense. São fontes de diferentes naturezas, cada conjunto delas foi capaz de responder algumas questões e foram incapazes ou limitadas para responder outras tantas. Portanto, a relevância foi separá-las por eixo, ora legislativa, ora publicação-denúncia, para conferenciar as categorias e conceitos no percurso metodológico analítico.

Entre as categorias de análise, estão Gênero (Scott, 1990; 2012; Piscitelli, 2009; Bortolini, 2023; Pedro, 2011) Discurso de Ódio (Butler, 2021; 2024) e Educação Democrática (Penna, Fernando et al., 2018; Laval; Vergne, 2023). Falar de gênero na escola não condiz com o discurso da “ideologia de gênero”. O início do século XXI no Brasil é marcado por uma ameaça neoconservadora, ideológica e fundamentalista religiosa, que persegue aqueles/as que estudam as relações de gênero. É importante diante dos estudos de gênero e da educação, pontuar que Gênero é útil em perspectiva histórica e essa pesquisa se utiliza dessa categoria para analisar as fontes. Joan W. Scott (1990, p. 88) irá definir gênero em subconjuntos e inter-relacionado, de duas formas: “1 – o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2 – o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Gênero se apresenta como uma categoria viável para analisar manifestações de opressão entre homens e mulheres na história; relações de poder e posse; e, reconhece os sujeitos que pertencem a diversidade. Portanto, gênero é uma categoria amplamente aberta, política, crítica e que, no qual, se pensarmos que foi solucionado, teremos feito um percurso errôneo (Scott, 2012).

Abordar temas acerca de gênero e sexualidade na escola é tornar estudantes capacitados/as para perceber as formas hierárquicas de poder na sociedade, a manifestação de violências, tal qual o machismo, o sexismo e a homofobia.

Nos últimos tempos, a instituição escolar passou a ser um dos mais importantes temas dos estudos de gênero, que a interpretam como uma instituição edificada sobre uma concepção de gênero natural. Para Judith Butler (1999), essa naturalização do gênero é reflexo da ideia de uma sexualidade normal, que estabelece normas regulatórias para as instituições como construto humano e para os próprios corpos. Os efeitos desta regulação são percebidos em termos de inclusão e exclusão, que pode ocorrer com maior ou menor

intensidade, dependendo do grau de abjeção dos indivíduos, da maneira que “abjeto designa aquilo que foi expulso do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’. A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece os limites do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito” (Butler, 1999, p. 169).

Neste sentido, o abjeto torna-se necessário para a definição da própria norma. A autora aponta para a existência de uma heteronormatividade que atua em vários sentidos, atuante nas instituições por meio da legislação, da organização dos espaços físicos e dos próprios papéis e comportamentos relacionados a cada gênero. A heteronormatividade caracteriza-se como um exercício de poder que normaliza e define as identidades hegemônicas. Aquelas definidas como cisgêneras e heterossexuais são naturalizadas e tornam-se a referência de normalidade sexual, as demais se tornam abjetas (Butler, 1999). Nesse cenário, a escola não é apenas mais um espaço regulado, mas uma instituição de reprodução do modelo hegemônico de sexualidade. Por consequência, ela promove a exclusão de todas aquelas identidades lidas como cis-hetero-divergentes. No contexto brasileiro, observamos uma grande mobilização de grupos religiosos e neoconservadores, apoiados por outros setores da sociedade civil. Notamos que há uma grande preocupação no que se refere aos efeitos da educação sobre a formação de estudantes. Suas principais demandas concentram-se justamente no resgate de modelos normalizados de sociedade e de indivíduo, que recentemente vêm sendo questionados e desconstruídos pelas ciências humanas e pelos movimentos sociais. O projeto de poder que ora uma vez se apresentou em tempos do Partido dos Trabalhadores (PT) pareceu vir ao encontro às recentes conquistas de grupos feministas, LGBTQIA+[9], negros/as, indígenas e de outras populações subalternizadas. Essas conquistas são muito recentes e ocorrem em vários campos, sendo a educação o que mais chama a atenção de fundamentalistas e neoconservadores. A escola tornou-se diversa: mulheres, negros/as, gays, lésbicas, travestis e tantas outras pessoas que antes eram rotuladas e preteridas passaram a circular por seus corredores. A escola acolheu outros modelos de sexualidade, ficou mais democrática, crítica, inclusiva, alterou a hegemonia

[9] Lésbica, Gay, Bissexual, Trans/Travesti, Queer, Intersexo, Assexual e diversas outras formas de sexualidades e identidades.

social e, por isso mesmo, tornou-se perigosa aos olhos desses grupos, sobretudo nas universidades.

Se por um lado foi recolhido o rompimento com a reprodução de um modelo heteronormativo presente na escola, por outro, buscou-se o resgate integral e a consequente abjeção por ela produzida. Se o discurso é o elemento central no desenvolvimento desse embate, faz-se necessário defini-lo. Foucault propõe para o conceito de discurso um “conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (Foucault, 2008, p. 132).

O discurso nunca é neutro. Ele está preenchido por várias interfaces políticas, culturais, existenciais, éticas, sociais, econômicas etc. A importância dos seus usos na instituição escolar confronta com outros usos discursivos e proporciona democracia. Portanto, discurso, baseado em enunciados significa poder.

O sintagma “ideologia de gênero” pode trazer muitos equívocos e impedimentos. Pensar em ideologia como estudo das ideias, numa perspectiva de ressignificação, é definir as existências dos muitos usos e intencionalidades, onde algumas se impõem a todas as outras verdades, sejam elas históricas, políticas, biológicas etc. As pessoas que desqualificam os estudos de gênero manipulam o discurso para reproduzir uma forma de existência que atenda um segmento. Não existe “ideologia de gênero” no campo dos estudos de gênero. A “ideologia de gênero” começa a aparecer por influência da Igreja Católica numa análise internacional, mas é com o ESP que ela ganha força em território nacional brasileiro (Junqueira, 2018).

Uma crítica existente nessa pesquisa se faz sobre a importância da linguagem não-binária[10]. No ano de 2021, o ex-governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, juntamente com o ex-secretário da educação do estado, Luiz Fernando Vampiro, através da solicitação da deputada estadual Margareth Goldman, materializou o Decreto nº 1.329, de 15 de junho de 2019,

[10] A linguagem não-binária é a forma respeitosa de se comunicar com pessoas da diversidade humana que não se encaixam nos moldes femininos e masculinos. Ela vai além do uso “todes” para se referir às pessoas não-binárias. As variações linguísticas precisam acompanhar a realidade e suas demandas, bem como as múltiplas identidades.

que proíbe no território catarinense novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, sendo contrárias as normas gramaticais existentes. Esse decreto é uma forma de controle, uma roupagem da “ideologia de gênero” que devasta os caminhos educacionais democráticos, impede as variações linguísticas de acompanharem o seu tempo e determina de forma coercitiva a manutenção do sistema cisheteronormativo. Ressalto que em 2023, a lei nº 5123, de 19 de outubro de 2021, do Estado de Rondônia, que falava sobre a proibição da “linguagem neutra” na grade curricular e nos materiais didáticos, foi considerada inconstitucional pelo STF, pois no entendimento da Suprema Corte, não compete aos Estados legislarem sobre os princípios que regem a educação no país.

Diante do tamanho retrocesso que este decreto afetou a educação pública do Estado de Santa Catarina, essa pesquisa contraria este documento e questiona a ação propositiva da parlamentar, que em vários momentos de uma etnografia textual em suas redes sociais digitais, ela propõe o uso de palavras como “amigues”, “empoderades”. Contradição existencial e/ou interesse público de manutenção do poder? Além do teor neoconservador, este decreto reafirma a exclusão das formas de identificação de pessoas não-binárias, subtraindo suas identidades. A neutralização de gênero gramatical consiste em conjunto de operações linguísticas voltadas tanto ao enfrentamento do machismo e do sexismo no discurso quanto à inclusão de pessoas não identificadas com o sistema binário de gênero. Nesse sentido, acolher ativamente demandas da sociedade, permitindo a docentes e estudantes que manifestem livremente sua identidade de gênero e contribuindo para uma representação mais digna e igualitária da diversidade humana. Assim, a substituição da expressão “queridos alunos” por “querides alunes”, por exemplo, passa a incluir múltiplas identidades sob a marcação de gênero em “e”. Alternativas como “queridos alunos e queridas alunas”, igualmente, mostram-se viáveis ao evitar a representação de todos os gêneros exclusivamente pelo masculino.

A língua é uma manifestação viva, mutável, que sofre transformações ao longo do tempo, motivadas por questões históricas, culturais, regionais, de classe, de escolaridade, de gênero, entre outras. A esse fenômeno dá-se o nome de variação linguística. O estudo da variação linguística está respaldado legalmente em vários documentos oficiais que dispõe sobre o ensino, inclusive

na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), que traz como competência específica para o ensino de Língua Portuguesa, “compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas rejeitando preconceitos linguísticos” (Brasil, 2018, p. 87). O uso do gênero neutro, assim como outras transformações linguísticas, é um fenômeno que existe independentemente de qualquer decreto. A língua reflete a sociedade e por ela é refletida.

Portanto, se há pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero masculino e feminino, a neutralização de gênero em português brasileiro surge no sistema linguístico para representar tais pessoas. O governo estadual, com o decreto mencionado, vai contra a própria legislação de ensino, como a BNCC.

A compreensão de que o pleno domínio da linguagem faculta ao cidadão crítico a circulação entre os espaços de prestígio implica a responsabilidade de fazer bom uso desse instrumento no poder. Por isso, são nas instituições de ensino que os debates sobre o tema precisam se comprometer a acolher nas práticas diárias, a fim de promover uma cultura escolar baseada em princípios de tolerância, inclusão e respeito.

A revisão bibliográfica[11] realizada para essa pesquisa mostra que os resultados que entrelaçam os temas “ideologia de gênero”, ensino de História e ESP ainda são incipientes. Teses, dissertações e artigos científicos colaboram com a minha proposta de investigação, porém ainda são escassos.

[11] Nas bases consultadas para uma revisão bibliográfica durante o ano de 2025, deixei a área de História em aberto e usei como critério o recorte temporal entre 2018 e 2022 (período que delimita as fontes da pesquisa), com os seguintes descritores: ideologia de gênero, ensino de História e Escola sem Partido. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontradas 37 teses e 82 dissertações (tanto teses, quanto dissertações, a predominância das defesas ocorreu na região sudeste, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro). Dentre essas, selecionei 7 teses que tinham os descritores nos seus títulos e/ou palavras-chave; porém ao ler os resumos, 1 contribuiu com o objeto temático da minha pesquisa. Já com as dissertações, 10 foram encontradas em diálogo com a minha investigação, e 1 foi direcionada para análise. O resultado teve como critérios de exclusão das pesquisas a convergência dos três descritores citados. A busca por periódicos acadêmicos se deu via Library Genesis, artigos que falam sobre as temáticas do recorte investigativo por teses. Existem muitos artigos, porém fiz uma seleção daqueles que contribuíam especificamente com a temática da minha pesquisa. Na Scielo, não encontrei artigos que tinham os três descritores juntos, no recorte temporal de 2018 a 2022. Com “ideologia de gênero” e “Escola sem Partido” foram encontrados 4 artigos brasileiros. Somente com o descritor “ideologia de gênero”, foram encontrados 95 artigos, considerando Brasil, Colômbia, México e Portugal, os países com os maiores números de publicações sobre a temática.

O descritor Escola sem Partido, sendo o movimento que acolheu a pauta “ideologia de gênero” e suas outras roupagens que impactam o ensino no país, especialmente quando falamos de escola pública, indica investigação. Essa argumentação é oriunda da pesquisa de Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva (2021), cujo argumento compreende que esse movimento se arquitetou para combater a chamada “doutrinação ideológica” na educação brasileira, propagando o ultraconservadorismo. Ele consegue perceber também, que o ESP possui elementos fascistas que impedem o avanço de políticas públicas democráticas no ensino, como temas de gênero, sexualidade e diversidade, defendendo a “ideologia de gênero”, a atuação de reformas ultraliberais econômicas, os esforços para a implementação do *homeschooling* e a defesa do projeto de militarização das escolas públicas, este último incentivado pelo governo do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (Paiva, 2021).

Com o descritor “ideologia de gênero”, pude perceber que esse sintagma ganhou força no campo político a partir de eventos nacionais e internacionais, quando a educação estava em consonância com o debate do combate à LGBTfobia e a igualdade de gênero. Menezes (2021) fala em sua pesquisa que, nas eleições de 2018, alguns políticos utilizaram do discurso da “ideologia de gênero” para alimentarem suas plataformas políticas de cunho neoconservador. Essa investigação analisou as implicações do sintagma no ensino de gênero e sexualidade na escola, a partir das redes Facebook, Instagram e Twitter, além de entrevistas. O resultado tornou visível a construção de uma grande frente social apoiadora de um discurso neoconservador e, por conseguinte, cerceadora dos temas transversais que versem sobre gênero e sexualidade na escola.

Nos estudos realizados para minha dissertação (Fernandes, 2021), houve uma reflexão acerca do objeto temática dessa pesquisa, a “ideologia de gênero”, que fez com que novas questões pudessem orientar esse debate e contribuir para as reflexões e argumentos já existentes no campo de gênero e sexualidade, na História e na Educação, em contextos nacional e internacional.

Um ano após o recorte temporal delimitado na pesquisa, pude ter contato com a tese de Assis Felipe Menin, defendida em 2023, um colega do magistério catarinense. As políticas antigênero no contexto educacional interiorano de Santa Catarina puderam ser analisadas pelo autor. Sua pesquisa se apropriou das atas de câmaras municipais, jornais online, discursos religiosos e entrevistas

com docentes perseguidos e censurados para compreender como em Santa Catarina o movimento antigênero, baseado na “ideologia de gênero”, se tornou um laboratório para entendermos o global. O autor indica 11 docentes perseguidos(as) que foram cerceados do debate de gênero, sexualidade e diversidade na realidade educacional catarinense (Menin, 2023).

Em resposta às intimidações, ameaças e notificações dirigidas a docentes e escolas e à escalada do autoritarismo no país, o Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas contribui com o debate (Manual, 2023). O relatório (Abia et al, 2021) sobre as ofensivas antigênero no Brasil, que foi submetido ao Mandato do Perito Independente das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Direitos Humanos, e organizado por: ABIA - Observatório de Políticas de Sexualidade, Ação Educativa, Gênero e Educação, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Conselho Latino-Americano dos/das Mulheres (CLADEM/Brasil), CONECTAS Direitos Humanos, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais e o IPAS, indicou proposições de como a ofensiva antigênero atravessou o cenário brasileiro e produziu efeitos danosos na educação e na política.

A pesquisa sobre gênero e educação entre ofensivas reacionárias e resistências democráticas (Carreira, 2022) foi dividida em três grandes partes, compreendendo o fenômeno neoconservador, as ações no Sistema de Justiça e no Congresso Nacional e o acirramento das desigualdades e as resistências. Ela foi construída como parte do projeto Gênero e Educação, desenvolvida pela Ação Educativa[12], com apoio do Fundo Malala.

Entre outros aportes bibliográficos que nos fazem pensar sobre ESP e “ideologia de gênero”, estão os estudos sobre o ESP sendo a esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira (Frigotto, 2019); a essência do ESP através de autores que desmontam o discurso (Ação Educativa, 2016); a pesquisa sobre a invenção da ‘ideologia de gênero”, considerando o nacional e internacional do sintagma neológico (Junqueira, 2022), e a análise das cores

[12] Organização sem fins lucrativos, há 28 anos lutando por direitos educativos, culturais e de juventudes. (descrição do perfil da organização no Instagram)

azul e rosa como associações de masculinidade e feminilidade, respectivamente (Baliscei, 2021).

Não cessam nessa investigação as bibliografias que articulam gênero, sexualidade e educação[13], que corroboram com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação entre outros marcos legais que regem a educação brasileira e acompanham as demandas temporais. Como citados/as, os/as autores/as se movimentam a partir das demandas do tempo presente e materializam seus pensares em textos diversos e reflexivos.

Minha investigação se diferencia desses trabalhos porque situa o sintagma da "ideologia de gênero" no contexto educacional catarinense, identifica os seus usos e abusos políticos por parlamentares catarinenses e contribui para as discussões sobre o fenômeno da perseguição de professores e professores.

Nas campanhas presidenciais de 2018 e 2022, grupos progressistas enxergavam o acionamento da "ideologia de gênero" como delírio[14] e matéria de um desestabilizador tsunami no campo social. Ingresso para a pauta dos costumes, esse discurso esbravejava a defesa da família e a proteção das crianças, atentava contra a democracia e o Estado Laico. Sua emergência, proveniente do campo eclesiástico, propunha projetos de lei contra políticas públicas de gênero e diversidade sexual na sociedade civil (Machado, 2017). "Ditadura gayzista"[15], nomenclatura básica de técnica da retórica do ódio que os neoconservadores costumam ter em suas falas, camuflada pelo símbolo do arco-íris, é um exercício de boicotes as empresas, marcas de roupas, programas de televisão, produtos alimentícios etc. que foram alvos de repulsa e notas de indignação coletivas. Os significados contemporâneos dados a ela correspondem ao machismo, a LGBTfobia, ao apocalipse moral no campo religioso e legislativo e o sintagma como falácia (Silva, 2018), viola no mundo democrático o direito humano à educação de crianças e adolescentes.

---

[13] E por isso, faço a escolha de recuar e avançar em alguns momentos no recorte temporal escolhido (2018-2022), para compreender os eventos históricos e as temporalidades.

[14] Um delírio pode ser pensado como um distúrbio mental inscrito por ideias que contradizem a evidência e não são alcançáveis à crítica. Ou seja, o sintagma que até 2018 foi dado pouca atenção na comunidade dos/as pesquisadores/as, elegeu um presidente e impactou fortemente os anos seguintes.

[15] Expressão de cunho autoritário, oriunda do campo político neoconservador e religioso que ganhou notoriedade no país quando, a partir dos anos 2000, houve um aumento de direitos e políticas públicas LGBTQIA+ na sociedade civil.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, com ênfase no caderno de Orientação Sexual, foram pesquisados por autores e autoras preocupados/as a despeito do debate envolto da diversidade sexual que atinge efetivamente a escola pública, de modo geral. Um exemplo, foi a inserção do tema de gênero e sexualidade na TV Escola, política pública do Ministério da Educação, que se levou em consideração os recursos audiovisuais produzidos para atender a demanda da formação de docentes nos assuntos focalizados. Documento que aponta caminhos para a compreensão da Orientação Sexual e Identidade de Gênero no trabalho educacional (Oliveira, 2011).

A reflexão deve-se ancorar nos desafios da sensibilização pedagógica aos temas de gênero e sexualidade a partir de diferentes experiências de formação de professoras/es e estudantes de diferentes níveis de ensino (Welter; Grossi, 2018). Em governos republicanos de caráter progressista e com respeito aos direitos humanos, políticas públicas de formação docente e curso de aperfeiçoamento e especialização como o “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE/SECADI) foram possíveis, consoantes nos governos do PT. Nas diversas práticas pedagógicas dos/as docentes, estudantes pertencentes as cinco regiões brasileiras puderam ser provocadas/os a pensar, atuar, refletir e propor ideias nas instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, que superassem tempos de ódio e violência. Além de todos os materiais produzidos (planos de aula, sequências didáticas, projetos, livros educacionais, dissertações, teses, artigos científicos etc.) por pesquisadores/as, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, a sustentação da narrativa da ausência de formação nas temáticas é uma máxima presente no cotidiano escolar.

As questões de gênero e sexualidade oscilam, há alguns anos, entre propostas explícitas de abordagem na escola, como foi o caso do tema transversal Orientação Sexual no interior dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e sua negação, quando muitos municípios e estados retiraram de seus planos de educação a menção a gênero e sexualidade, acobertados pelo pânico moral da “ideologia de gênero” (Seffner; Picchetti, 2016).

No final do século XX, em vários espaços e tempos do mundo, os movimentos sociais se organizaram e se articularam para propor reinvindicações relacionadas a existência de sujeitos considerados dissidentes, abjetos. Com o movimento feminista e LGBTQIA+ os desafios para as políticas públicas não

foram perenes e leves, não partiram do interesse do Estado. Através de luta, organização e articulação, a edificação das identidades insurgentes se apresentou como região contestadora da norma. Corporeidades, subjetividades e identidades intransigentes em *locus* no contemporâneo.

As relações de gênero e a construção de um modelo normativo de sexualidade que se fundava, pelo menos até o momento da chamada Revolução Sexual a partir de final dos anos 1960, em uma natureza determinista, prescritas nas fontes de manuais sexuais (Junior, 2019) conduziam a atender uma sexualidade dominante. A revolução sexual, movimento político de caráter emancipatório e com diálogos teóricos da psiquiatria, monopolizou a sexualidade humana como produto retórico das mudanças e transformações do seu tempo. Exigências comportamentais foram reivindicadas nos fundantes pilares de uma organização plural e diversa, como os direitos iguais, a liberdade sexual, os direitos de escolha e o exercício da sexualidade no espaço público. Em termos teóricos, a Revolução Sexual colocou em prática novos modos de se relacionar com pessoas, do toque e carícias com o seu próprio corpo, das leis que atendem o princípio da dimensão sexual, do combate às violências, preconceitos e cerceamentos de performances que questionam a cis-heteronormatividade.

A garantia do prazer sexual veio acompanhada por métodos contraceptivos que libertaram, principalmente mulheres, de uma condição inerente à maternidade e casamento compulsório. Historicamente, sempre quando uma instituição, religiosa na maioria das vezes, repudia a atividade sexual, há resistência e avanço no tema. Não tão distante, resultados da repressão sexual se materializam também no campo educacional, através dos currículos, dos livros e outros produtos didáticos.

A “nova” revolução sexual, construída nas primeiras décadas do século XXI, continua a debater temas oriundos dos anos 1960 a posterior, e demandas como o casamento civil homoafetivo e a emancipação de corpos. Em todo o mundo, especialmente na América Latina, o movimento antigênero tem efeito concreto na área da educação e da saúde (Bracke; Paternotte, 2018), quando novas políticas do corpo questionam o sexo, a sexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, o casamento, o aborto.

O “pânico moral”, técnica persuasiva bolsonarista orientada pelo sistema de crenças do guru Olavo de Carvalho[16], coexiste com a retórica do ódio. Para descaracterizar o conhecimento científico de pesquisadores/as das ciências humanas, os revisionismos e as fake News são arquitetadas no senso comum para mobilizar posicionamentos discursivos ora de parlamentares, ora de religiosos/as que atendem aos valores, costumes e a norma hegemônica social.

Os grupos religiosos, neoconservadores e fundamentalistas que propõem uma cruzada moral acerca de pesquisadores/as de gênero e sexualidade (Miskolci, 2018), têm interesses muito próprios e específicos: amparados pelo ESP, pelo governo do ex-presidente da República, Jair M. Bolsonaro, por legisladores do campo político que propõem Projetos de Lei (PL) contra o debate de direitos humanos e outros temas sensíveis, eles/as buscam no imaginário das pessoas religiosas, especialmente as evangélicas, e neoconservadoras, o caminho para a efetivação das suas áreas eleitoreiras. A proposição imposta pelos neoconservadores no cenário público de que com o avanço de políticas públicas educacionais na área de gênero e sexualidade levaria a destruição da família, a sexualização precoce das crianças, a doutrinação marxista de professores/as esquerdistas, nada mais é do que a legitimação da LGBTfobia, do machismo, do sexismo e de outras violências abraçadas pelo enredo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, premissa eclesiástica ressignificada nos tempos da emergência do bolsonarismo.

Experimentamos nas primeiras décadas do século XXI as contestações sobre a “ideologia de gênero” e o ensino. Acompanhamos através da figura de Jair Messias Bolsonaro a partir de 2011, alguém viável para iniciar um debate público sobre essas questões e que o popularizou em nível nacional, através de sua oposição clara ao chamado “*kit gay*”, uma falácia pública marcada por *Fake News* dos usos discursivos da “ideologia de gênero”.

Demoníaca, blasfêmica, imoral, a categoria Gênero é impelida no seio religioso como algo a ser combatida e esforços em várias esferas institucionais são feitos. Marcia Tiburi (2015, p. 64) afirma que “no acordo atual entre Religião e Estado, em que os sacerdotes do autoritarismo se vendem como santos para populações de pessoas fragilizadas social, econômica ou intelectualmente,

[16] Guru, astrólogo, ideólogo brasileiro (1947-2022) considerado um representante do neoconservadorismo, com atuação influente na extrema direita.

gênero passou a ser uma palavra monstruosa". Nos diversos desdobramentos dos modos como o gênero tem sido conjugado e julgado moralmente no contemporâneo, se faz uma crítica da "ideologia de gênero" como produção discursiva que vem sendo reeditada no Brasil, especialmente pelo Escola sem Partido, ainda atuante nas redes sociais digitais[17], mesmo considerado o movimento inconstitucional pelo STF (Marafon, 2018). A educação formal proposta pelo ESP é fascista[18], porque atua como agente autoritário no cotidiano escolar brasileiro. Atenta contra a democracia e os princípios constitucionais. Versa sobre o que pode e o que não pode ser ensinado. Cria um ambiente de delação, medo e intimidação. Impõe os discursos ultraconservadores de que a abordagem de gênero e sexualidades promoveria a "ideologia de gênero" nas escolas, impondo valores a estudantes contra a vontade de suas famílias. (Mattos, 2018).

A arquitetura dessa tese foi pensada em quatro capítulos. Os títulos (ora colocados a partir de algumas questões que os/as estudantes me fizeram, ora por elementos históricos) e subtítulos (os que aparecem entre aspas narram discursos de neoconservadores, fundamentalistas e reacionários, acolhidos e dissolvidos no tempo presente) pertencem a fluidez da temática e sua pesquisa. Para a construção de cada capítulo, selecionei quatro músicas, dentre tantas outras, do território religioso (vulgo de orientação neopentecostal, católica, evangélica), via produção audiovisual que empreende o discurso da "ideologia de gênero" nas instituições sociais, bem como a Igreja, a Escola e a Família.

O primeiro capítulo intitulado "Contribuições para a historiografia acerca da 'ideologia de gênero': entre debates internacionais e nacionais", permeou questões da emergência do movimento antigênero no clero católico e os discursos de ódio de parlamentares catarinenses. Nele analisei o processo de construção do sintagma e os debates produzidos a nível local, nacional e

[17] No Instagram, a página do movimento Escola Sem Partido conta com 45 mil seguidores e mais de 1750 publicações. A descrição do perfil fala que é uma organização não governamental e a conta é administrada pelo advogado Miguel Nagib. A primeira publicação é datada de 16 de dezembro de 2016 e apresenta uma imagem com a logotipo "Escola Sem Partido Mato Grosso do Sul" e solicita que as pessoas possam curtir a página do ESP no Facebook, esta última extinta em 2019. A primeira menção à "ideologia de gênero" na página acontece em 05 de janeiro de 2017, quando se insere uma imagem com a pergunta "Volta às aulas... o material didático do seu filho contém ideologia de gênero?".

[18] Compreendo a expressão fascismo na realidade brasileira a partir da obra *Como conversar com um fascista*, da filósofa e artista, Marcia Tiburi (2015).

transnacional, considerando a genealogia do termo e a matriz religiosa do discurso antigênero, algumas implicações na América Latina entre católicos/as e evangélicos/as perante avanços nas políticas públicas feministas e LGBTQIA+, e a categoria gênero endemoniada em perspectiva religiosa fundamentalista.

No segundo capítulo "'Professor, você é gay?': *eu-professor* e *eu-corpo-abjeto"*, foi apresentada uma escrita que se ancorou nas reflexões do "eu" do autor, como corpo insurgente e atuante via experiências docentes, com o fenômeno da perseguição docente em Santa Catarina. Assim sendo, a análise caminhou com autores e autoras que estão pesquisando o fenômeno, mas direciono para o contexto do ensino de História, da sala de aula, do ofício docente como densidade democrática. O texto indicou também aspectos históricos que fizeram surgir no cenário brasileiro os dispositivos materiais e discursivos da "ideologia de gênero" como método persecutório à docência plural, como o caso do "kit gay". Este capítulo mostrou considerações sobre as fontes digitais como possibilidade de acervo do historiador do tempo presente, bem como suas responsabilidades, considerando a ofensiva dos ataques à docência na internet. E para finalizar, expôs-se o sintagma da "ideologia de gênero" como ganho eleitoral para alguns/mas parlamentares e como ainda é necessário compreender o fenômeno da perseguição em Santa Catarina através de pesquisas acadêmicas e escuta cuidadosa do magistério vítima desse fenômeno.

No terceiro capítulo 3 "Nó na garganta": camadas do movimento antigênero no tempo presente", foi possível investigar e compreender como parlamentares de Santa Catarina se esforçaram para promover "pânico moral" no recorte temporal da pesquisa, ora publicações-denúncias em suas redes sociais digitais, ora em suas proposições legislativas. Como camadas da "ideologia de gênero" no tempo presente, pude identificar dois eixos que sustentam o discurso do sintagma: a educação domiciliar e a escola cívico-militar. Nesse contexto, busquei entender o abraço e acolhimento catarinense da "ideologia de gênero". Com os descritores temáticos que versaram sobre Escola Sem Partido, Doutrinação (Ideológica Escolar) – assédio, abuso e perseguição ideológica, "Ideologia de Gênero", LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e mais) – homossexuais, identidade de gênero, orientação sexual, Erotização e Sexualização de crianças e adolescentes,

Linguagem neutra / não binária, Escola Cívico-Militar (Escola Militar, Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares PECIM) e *Homeschooling* / Ensino Domiciliar, consegui recolher 142 publicações-denúncias da deputada Margareth Goldman, e as 79 publicações-denúncias do deputado Samuel Gottfried.

E o quarto capítulo “Eu tenho medo, mas tento não demonstrar”: os esforços legislativos em Santa Catarina para barrar o debate de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas estaduais”, perpassou pelas proposições legislativas de dois deputados autodeclarados bolsonaristas, como as Emendas Constitucionais, os Projetos de Lei, as Moções de Repúdio, os Pedidos de Informação e os Requerimentos. Esse capítulo também refletiu acerca da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (2019-2022) como palco de pautas ultraconservadoras e resistências democráticas.

Essa investigação está em consonância com o crescimento de demandas sociais por políticas de reparação e da revalorização do acontecimento para entender o processo histórico. Essas questões oriundas do campo de estudo da HTP servem de intermédio entre a área de concentração e o objeto de pesquisa para não propor só mais uma materialização de produto, a tese de doutorado, ao término de um curso de pós-graduação, e sim, uma contribuição para o avanço das discussões do campo.

Por fim, nos espaços ainda não preenchidos pela historiografia, esta investigação contribuirá para o debate do problema de pesquisa, fundamentado sob a premissa do fazer histórico diante das demandas contemporâneas. Se o movimento neoconservador visa retrocessos de direitos, para mim compete falar sobre gênero e sexualidade e problematizá-los no ensino. Se a “ideologia de gênero” é uma ferida aberta que ataca a democracia, o ensino de História com sua potência científica e crítica, tem a responsabilidade social e ética de pensar o presente com indicativos progressistas para o futuro.

2 CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA ACERCA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: ENTRE DEBATES INTERNACIONAIS E NACIONAIS

> Sou menino. Sou menina. O bondoso Criador fez meninos e meninas. Com o seu imenso amor a palavra nos ensina. Não nasci no corpo errado. O meu Criador amado, desenhou um corpo para mim. Sou menina, menina feminina. Sou menino, menino masculino. Não somos acidentes, nem erros divergentes, fomos feitos pelo Criador. Sou menino, diferente das meninas tão legais. Sou menina, feminina isso é lindo e bom demais. Nosso gênero vem de Deus e não pode ser mudado. Me aceito como sou, vou cumprir o meu chamado [...] (Trio R3, 2018).

Era o ano de 2018 no Brasil. Às vésperas das eleições, eu tive contato com uma canção do mundo gospel que circulava incessantemente em diversos meios de comunicação. Como acionamento no cenário público da “ideologia de gênero”, pude perceber que a canção tinha um propósito de reafirmar valores religiosos e morais. A letra da canção religiosa que abre este capítulo, foi uma das mais ouvidas, cantadas e usadas para reafirmar o combate a “ideologia de gênero” nas campanhas eleitorais e manter o binarismo de gênero e a heteronormatividade. Disponibilizado o clipe audiovisual no dia 05 de maio de 2018, “Nosso Gênero vem de Deus”, do Trio R3[19], e a letra da canção escrita por Alberto de Mattos[20], percebe-se alguns elementos que articulam as expectativas de gênero com as esferas sociais do mundo rosa e azul, respectivamente para meninas e meninos. O Trio R3 no clipe, juntamente com um grupo de meninos, que veste roupas azuis, canta, faz gestos de força e virilidade e brinca de carrinho; e o grupo de meninas, que veste rosa, brinca com bonecas e bichos de pelúcia, penteia os seus longos cabelos, gesticula docilidade e sensibilidade.

Não se apresenta no clipe uma diversidade de pessoas com possibilidades de ser e existir no mundo. Há um projeto político-religioso que se quer instaurar e/ou manter com a música em tempos eleitorais. A pedagogia musical religiosa como finalidade reflete para as crianças um ato de formação e apropriação da crença de que o Criador (Deus) fez menino e menina e que nada

[19] Grupo musical evangélico, composto por três crianças: Raiany, Rony e Rayssa.
[20] Conhecido como Professor Xuxu, da banda gospel infantil Turma do Printy.

pode ser mudado; de que menino, é masculino (cabelos curtos e que demostra a masculinidade hegemônica socialmente, sem questionar a regra), e de que menina, é feminina (vestidos que explicam tendências e normas religiosas, compaixão e amabilidade).

No dia 07 de outubro de 2018, acontecia no país o primeiro turno das eleições presidenciais[21], cujos cargos do executivo e legislativo foram ocupados. Já para o segundo turno, foram para a disputa presidencial os candidatos Fernando Haddad, do PT, com 29, 28%, e Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), com 46, 03% dos votos válidos. No dia 28 de outubro do mesmo ano, a vitória ficou marcada pelo candidato Jair Bolsonaro, com 55,13% dos votos válidos. (Tribunal, 2018)

Simultâneo ao processo democrático na esfera nacional, o contexto eleitoral de Santa Catarina acompanhou uma perspectiva político-ideológica que venceu os dois turnos das eleições presidenciais: a maioria elegeu para o cargo de governador, no segundo turno, o candidato que se aproximava dos princípios e valores de Jair Bolsonaro, o chamado Comandante Moisés, vitorioso com 71,09% dos votos válidos (Tribunal, 2018).

Em consonância com os resultados acima foram eleitos pelo PSL seis deputados estaduais, quatro deputados federais e nenhum senador. Indico esse partido, o PSL, porque na eleição catarinense foi aquele que abraçou o sintagma “ideologia de gênero” em diversas campanhas eleitorais de seus candidatos e candidatas, dois deles analisados nessa pesquisa. Se a população catarinense não tivesse conhecimento do que é o sintagma e sua narrativa tendenciosa como ganho político eleitoral para alguns/mas candidatos/as, passou a conhecê-lo pelos meios de comunicação (redes sociais digitais, especialmente) ou em outros materiais impressos divulgados em igrejas de diversas denominações

[21] Na disputa pela cadeira presidencial, estavam os candidatos Alvaro Dias, do Podemos (PODE); Cabo Daciolo, do Patriota (Patriota), extinto em 2023; Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); José Maria Eymael, do Democracia Cristã (DC); Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT); Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Guilherme Boulos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Henrique Meirelles, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), extinto em 2022; João Amoêdo, do Partido Novo (Novo); João Goulart Filho, do Partido Pátria Livre (PPL), extinto em 2019; e as candidatas Marina Silva, do Rede Sustentabilidade (Rede) e Vera Lúcia, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

religiosas. No âmbito estadual, considero a emergência do movimento antigênero no parlamento catarinense.

A captura desse discurso traz que temas de gênero e sexualidade na escola destroem a infância, que é pauta esquerdista, convergindo assim com a provocação de ansiedades, medos e pânico moral na sociedade. Entre as publicações-denúncias, fontes dessa pesquisa, o descritor “ideologia de gênero” aparece pela primeira vez no dia 01 de março de 2018, quando Margareth Goldman indica na sua rede social *Instagram*, um livro do Jorge Scala, intitulado de “Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família”; e com Samuel Gottfried, o sintagma aparece inicialmente no dia 04 de junho de 2019.

Judith Butler (2024) alerta acerca de como o “fantasma” do gênero tem feito o sintagma “ideologia de gênero” se deslocar local (quando grupos religiosos começaram a debater identidade de gênero e orientação sexual nos documentos da educação no Brasil), nacional (no caso do Brasil, o governo de Bolsonaro 2019-2022; e nos Estados Unidos, com o primeiro governo de Donald Trump 2017-2021) e transnacionalmente em perspectiva ofensiva, como por exemplo via feministas radicais transexcludentes e na destruição de políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+.

O sintagma “ideologia de gênero” tem história própria e demanda projeto de poder, mesmo que possa destruir o gênero, como categoria científica, num retrocesso histórico, cujas configurações sociais de manutenção é o retorno ao patriarcado. Neste sentido, suas estratégias de consolidação em espaços e tempos diferentes, sobretudo quando a narrativa se fixa, são a ansiedade e o medo – dispositivos da psicologia. Em realidades temporais semelhantes, porém em espaços diferentes, a expressão “ideologia de gênero” se materializa com a ênfase que se coloca a ela. E o exemplo mais suscetível de angariar recursos com essa pauta são as eleições. No Brasil, especialmente nas últimas eleições nacionais (2014, 2018 e 2022), ela esteve presente para questionar e impedir, principalmente, temas de gênero e sexualidade na escola. Um impulsionador do caráter discursivo do sintagma foi Bolsonaro, associando gênero à pedofilia, à zoofilia etc. Nos Estados Unidos, as diversas campanhas antigênero nas escolas são tratadas “como um código para a pedofilia ou para uma forma de doutrinação que ensina criancinhas a se masturbarem ou se tornarem gays. [...] As

contradições são abundantes. [...] educar as crianças em relação ao ‘gênero’ significa abuso infantil (Butler, 2024, p. 10).

Será o medo do gênero mais impulsivo do que o medo das violências? Quais mundos estão em perigo quando se cria o “fantasma” do gênero? Gênero está sendo utilizado no meio acadêmico e no cotidiano, entre pesquisas científicas e normatizações do senso comum.

A construção do monopólio das pautas ultraconservadoras, reacionárias e fundamentalistas percorre interesses políticos, arquiteta as disputas das metanarrativas na arena pública, desperta emoções e sentimentos, prolifera discursos de negação da existência do outro. Desde as eleições de 2018 em Santa Catarina, quando a “ideologia de gênero” se torna uma expressão que entra nos seios domésticos pela suposta “doutrinação ideológica”, tarefa que Margareth Goldman empreende esforços para combater no cenário educacional catarinense, acompanhamos várias cruzadas morais que envolveram gênero, religião, sexualidade, educação e cultura, ora por meio de projeto de lei (PL) na Alesc, ora pela veiculação em várias mídias do discurso de ódio que está impelido pelo sintagma. “Doutrinação ideológica” já é um conjunto de elementos que pertence a uma ideologia criada pela pessoa que o normatizou, ou seja, no caso da escola, essa ideia parte de um princípio limitador do que os/as estudantes podem ler e pensar. São violências demarcadas pela ideologia criada pelo sujeito produtor dessa ideia.

Nas publicações-denúncias desta pesquisa, reconheci que Margareth Goldman e Samuel Gottfried são agentes públicos que, em nome do Estado, manifestam interesse pela perseguição “política-ideológica” aos sujeitos que defendem os direitos humanos, aos docentes, a comunidade LGBTQIA+, e nessa situação quando propõem PLs no parlamento contra essas pessoas, atacam a liberdade e a igualdade como princípios constitucionais. Para tanto, os discursos que se materializam em suas redes sociais digitais através de postagens, se estendem também à tribuna da Alesc. Na publicação-denúncia do dia 11 de fevereiro de 2019, primórdios do primeiro mandato de Gottfried, o parlamentar reafirma que lutará para acabar com a “doutrinação” na escola, mantendo uma parceria com a parlamentar Goldman. Para esta última, seu posicionamento público no parlamento se apresenta na publicação-denúncia do

dia 12 de fevereiro de 2019, quando tece comentários repulsivos sobre a temática de gênero, aborto e agenda 2030[22].

Entre a pauta de costumes atrelada ao moralismo religioso, o negacionismo histórico e uma economia fortemente neoliberal, observa-se o estabelecimento de um elo do contexto político-ideológico estadual catarinense e nacional durante os anos 2019 e 2022 (e até mesmo global, como a ascensão da influência da extrema direita na Espanha em 2019, com o Partido Vox). Nesse sentido, para o projeto político de poder em vigor naquele tempo, "o 'movimento contra a ideologia de gênero', no entanto, trata o gênero como monólito, assustador em seu poder e alcance [...] o gênero se tornou, em algumas partes do mundo, uma questão de extraordinário alarde" (Butler, 2024, p. 9).

Na História, não foram raros os momentos de crise (política, econômica, social, cultural etc.) que transformaram as relações humanas e em alguns espaços e tempos, afirmaram o ódio como política através do autoritarismo, da censura, das ditaduras, das violências. Fenômenos que, no tempo presente, acompanham a reemergência da direita brasileira, onde para compreendê-los através de suas organizações e estratégias de poder demarcam pautas específicas. Para pensar a direita e a extrema direita brasileira, o livro "O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil" (Miguel, 2018), que contém vários textos de autores e autoras das diversas áreas do conhecimento, vem contribuir com reflexões sobre o *boom* das novas direitas brasileiras, o sentimento construído pelo antipetismo, o neoconservadorismo nas redes sociais digitais, o fundamentalismo e o extremismo em algumas denominações religiosas, o discurso de ódio como prática reacionária de poder, os ataques aos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, a censura em temas de gênero e sexualidade pelo ESP.

Quando Butler (2024) contesta sobre como frear as tentativas de censura diante das temáticas de gênero e sexualidade, e simultâneo, quem tem medo do gênero, tem medo de quê, ela apresenta em perspectiva transnacional, a historiografia do sintagma "ideologia de gênero" pela emergência das matrizes clericais do movimento antigênero. Durante o percurso da pedagogia antigênero

[22] Refere-se a um plano global com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas, pactuados pelos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como finalidade a erradicação da pobreza e vida digna a todas as pessoas no mundo.

no cenário global, foi necessário criar o “fantasma”, considerando “que o gênero seja identificado como uma ameaça à vida como um todo [...], o termo tem de condensar uma ampla gama de medo e ansiedades [...], embalá-los em um único fardo e reuni-los sob um único nome” (Butler, 2024, p. 11). Gênero foi um dos nomes designados para alastrar ressentimentos ruins, em sociedades que a hegemonia é a norma cisheteronormativa, como no caso do Brasil.

No Brasil do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, foi a figura pública que acoplou os desejos, os interesses de muitas camadas sociais. A partir dele iniciou-se um fenômeno que, antes, durante e após o seu governo, ultrapassou o seu eu-sujeito: o bolsonarismo, onde alguns estudos, como o de João Cezar de Castro Rocha (2024), o apresenta entre a guerra cultural e o terrorismo doméstico. Por suas características, o bolsonarismo se compromete a manter o *status quo* e/ou retornar um passado machista, patriarcal, autoritário e regrado às normas binárias e sexistas, com novos projetos destrutivos na sociedade. Com ele, existe uma ânsia pela “ideologia de gênero”, onde perpassa uma “sonhada ordem patriarcal em que [...] uma identidade sexuada nunca muda; as mulheres, consideradas ‘mulheres desde o nascimento’, retomam suas posições naturais e ‘morais’ dentro do lar” (Butler, 2024, p. 20).

Para compreender o sintagma “ideologia de gênero”, irei me apropriar do conceito “ideologia” em perspectiva histórica, de forma ampla, considerando um conjunto de ideias e pensamentos congruentes. Das doutrinas sociais (anarquismo, socialismo, marxismo etc.) do século XIX, muitas conduziram questões ideológicas individuais e coletivas que foram inteligíveis e agiram na realidade.

Quando compreendemos o movimento que a Igreja Católica fez no final do século XX contra os estudos de gênero, culturais, feministas e LGBTQIA+, que apresentavam novas formas de pensar o ser humano, a família, a democracia, a história etc., podemos perceber que essa Instituição como dominadora (Europa, América Latina), pode apresentar também um domínio sobre a ideologia hegemônica, produzindo ideias que permearam a sociedade e justificou a sua dominação.

Marilena Chauí (2001), uma das autoras que analisa o conceito “ideologia” em termos marxistas, argumenta que é um sistema de ideias, regras, representações e normas, localizadas em classe social e econômica,

específicas. Nesse sentido, a ideologia se relaciona à alienação, quando o ser humano se apropria das ideias hegemônicas e não se reconhece como sujeito histórico. Uma crítica à ideologia burguesa perpassa as fissuras do discurso ideológico.

Os estudos culturais mostram que existem discursos e ideologias diversas na realidade, e que questionam a ideologia hegemônica, concebendo aos sujeitos em suas individualidades suas próprias interpretações e fazendo surgir outras ideologias. Autores como Antonio Gramsci (2020) e Louis Althusser (1987) se apropriaram e contribuíram para esses estudos que consideram aspectos culturais e ideológicos das sociedades. Quando identificamos no movimento antigênero a acusação de que pesquisas e estudos que versam acerca das temáticas de gênero, sexualidades, pensamento feminista etc. são ideológicas e destrutivas às sociedades e realidades temporais e espaciais, esse próprio movimento está sendo ideológico. Dessa maneira, “o movimento antigênero claramente causa danos, tentando derrubar práticas, instituições e políticas que buscaram revisar e expandir a liberdade e a igualdade – isto é, que concederam maiores liberdades para viver publicamente” (Butler, 2024, p. 17).

Em condições de liberdade e igualdade na história, muitas pessoas em seus plurais marcadores da diferença não puderam usufruir dessas condições. Quando alguns/mas bolsonaristas indicam que gênero é ideológico, considera-se que “é sua própria formação ideológica, composta por um conjunto próprio de crenças, incluindo um ‘ataque’ a uma formulação nebulosa que essas pessoas tomam como real, [...] de seus próprios cérebros” (Butler, 2024, p. 31). Para o fenômeno do bolsonarismo, esses princípios que regem a Constituição de 1988 impelem o movimento antigênero a se expandir e negar que todas as pessoas têm os mesmos direitos e possam viver sem discriminação e preconceito. Neste caso, “compreender o movimento antigênero como parte do fascismo” (Butler, 2024, p. 29) é uma posição que tem demarcado uma presença cada vez maior de uma forma de polícia do pensamento apoiada pelo Estado no combate à “ideologia de gênero”.

Alguns movimentos extremistas, como o antigênero, colocou a “ideologia de gênero” no cenário público e tornou o sintagma um campo de disputas políticas e religiosas. E no interior dessas disputas, um dos principais alvos são as pessoas trans e travestis, resultando “fabricar medo com o objetivo de

despojar pessoas trans de seus direitos de autodeterminação é mobilizar o medo de se ter a identidade sexuada anulada a fim de anular as identidades sexuadas de outras pessoas" (Butler, 2024, p. 14). Para isso, alguns políticos de diversas regiões do mundo, adeptos do discurso que a identidade de gênero é uma ameaça aos seus princípios, têm se esforçado nos seus discursos ideológicos e proposições legislativas para barrar direitos e avanços para pessoas trans e travestis. Em Santa Catarina não é diferente: o Projeto de lei nº 0491.0/2021, do parlamentar Samuel Gottfried, que visa vedar a instalação de banheiros unissex é a materialização do determinismo biológico que endereça espaço físico para o sexo masculino e feminino.

Renan Quinalha (2023), autor do livro "Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias", fala que na história, muitas foram as práticas de censura para a comunidade LGBTQIA+ e, consequentemente, controlados/as por discursos hegemônicos. Assim, "por séculos, acusados de pecadores nas Igrejas, de doentes nos hospitais e manicômios, de criminosos no sistema penal e prisional, de ameaçadores à ordem pública e aos bons costumes pelos poderes estatais" (Quinalha, 2023, p. 34), os dissidentes sexuais foram gestando outros contornos de ser e existir, colocando em risco a norma e reafirmando a forma de "amar, de viver no próprio corpo, o direito de existir no mundo sem medo de violência ou discriminação, de respirar, de se mover, de viver. Por que não gostaríamos que todas as pessoas tivessem essas liberdades fundamentais?" (Butler, 2024, p. 15).

O binarismo de sexo e gênero como normatização dos papéis de gênero desde a gestação – ser menino (que mundo se projeta para eles?) e menina (que mundo se cria para elas?) na sociedade, remete o direcionamento a partir da genitália em contextos biológicos, mas atua também com o papel institucional de algumas denominações religiosas. Historicamente, masculinidades e feminilidades foram construídas em tempos e espaços que possibilitaram a construção do que é ser homem e mulher. O movimento antigênero se apropria desse passado patriarcal que se quer manter na sociedade, mas resistências são criadas e "para se opor ao movimento contra a ideologia de gênero, necessitamos de coalizões transnacionais que reúnam e mobilizem todas aquelas pessoas que ele definiu como alvo" (Butler, 2024, p. 32).

Portanto, este capítulo é uma contribuição para a historiografia do sul global em consonância com produções bibliográficas, autores e autoras acerca do sintagma “ideologia de gênero”. As análises versaram dentro do recorte temporal dessa pesquisa (2018-2022), cujos efeitos discursivos de parlamentares de Santa Catarina, bem como no governo do ex-presidente da República (2019-2022), Jair Messias Bolsonaro, criam um movimento passado-presente-passado. Temas como o surgimento do sintagma “ideologia de gênero”, a matriz religiosa do discurso antigênero, as implicações na América Latina entre algumas denominações religiosas, a categoria “gênero” distorcida e endemonizada, as políticas públicas feministas e direitos LGBTQIA+, acompanharão a narrativa textual.

2.1 “O FILHO NASCEU!”: ANOS 1990, JOSEPH RATZINGER E UMA NOTÓRIA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA ANTIGÊNERO

Era o dia 31 de dezembro de 2022. Para a Igreja Católica Apostólica Romana, o papa emérito acabava de falecer. Aos 95 anos, Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI), deixava um legado de contribuições antropológicas teológicas católicas acerca do sexo, gênero e sexualidade. No 10 de fevereiro de 2013, por conta de sua saúde debilitada, ele renunciou ao cargo de pontífice da Igreja, algo que a instituição não via acontecer desde Gregório XII, em 1415, quando houve uma divisão política na Igreja.

Da ala neoconservadora e tradicionalista da Igreja, muitas são as produções bibliográficas de Bento XVI (Popebenedictxvi.blogspot, s.d.) que versam acerca das temáticas do aborto, da família, da liberdade sexual, da cultura relativista, do iluminismo e da liberdade humana, da homossexualidade e da transexualidade. São exemplos de posicionamentos que, para Ratzinger, demonstram uma crise da sociedade contemporânea: discurso proferido durante o encontro com os presidentes das Comissões Doutrinais das Conferências Episcopais da América Latina, realizado em Guadalajara, México, em maio de 1996, sobre o relativismo, considerado problema central para a fé católica; entrevista para a *Agência Internacional de Notícias Zenit*, em 19 de novembro de 2004, sobre laicismo e a ética sexual; escritos sobre *A ruptura entre sexualidade e casamento*, ou seja, aborto e homossexualidade considerados

para ele como o *AntiCristo*. Ratzinger, como membro ordenado da Igreja Católica, mostra que “o Vaticano se posiciona contra tanto a pesquisa científica quanto a teoria de gênero no que diz respeito às categorias de sexo. Reduz o que pode ser considerado ‘verdade’ ao que parece ser compatível com sua própria doutrina” (Butler, 2024, p. 86).

Contrário à Teologia da Libertação, e de que o gênero traria questionamentos sobre a família e, a homossexualidade, se equiparia a heterossexualidade, Joseph Ratzinger é considerado para Junqueira (2022), como o doutrinador antigênero por antonomásia. Adepto da Teologia do Corpo, ressaltava a teoria da complementariedade entre homens e mulheres, e a concepção de família nuclear, pai, mãe e filhos. Na Congregação para a Doutrina da Fé, ele condenou os atos homossexuais através da publicação do texto *Lettera ai Vescovi dela Chiesa Cattolica sulla cura pastorale delle persone omosessuali – Homosexualitatis problema*[23] (Congregation, 1986), em 01 de outubro de 1986. Esses atos, “intrinsecamente desordenados”, não deveriam ser aprovados. Refletia também sobre a tendência e a condição da pessoa homossexual em equiparação aos seus atos, num alerta de que não seria moralmente aceitável essas atitudes na Instituição. A Santa Sé, nos anos 1980, produziu condições via Teologia do Corpo para legitimar posteriormente a “ideologia de gênero”. Junqueira (2022) fala que uma autorização institucional da Igreja Católica sobre o sintagma, ou seja, um primeiro gesto foi dado por Ratzinger em 22 de dezembro de 2008 à Cúria Romana, onde “descreveu o *gender* como algo que, ao ensejar a autoemancipação do homem em relação à criação e ao Criador, contraria e despreza a natureza e o levaria à autodestruição” (Junqueira, 2022, p. 132).

Podemos ter como prelúdio para o *boom* da ofensiva antigênero no tempo presente também, especialmente em 2004, quando Ratzinger comandava o Pontifício Conselho para a Família e “alertou que teóricos de gênero estavam colocando a família em perigo ao desafiar a proposição de que os papéis familiares cristãos poderiam e deveriam derivar do sexo biológico” (Butler, 2024, p. 42). Discursos que apresentavam uma defesa pelos chamados “princípios não negociáveis” (Junqueira, 2022) da doutrina cristã, inscritos na natureza humana

[23] “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais – o problema da homossexualidade” (tradução nossa).

e comuns a toda humanidade, estariam ameaçados pelo *gender*. Nesse sentido, Butler (2024) fala que, para o Vaticano, a mentalidade sobre a natureza está associada a lei natural da complementaridade e da binariedade. E quando se refere à gênero, ele estaria aniquilando essa natureza. Natureza se torna também terra e, para a autora, não se pensa em citar os desastres ambientais e os governos envolvidos com a exploração de recursos naturais da terra.

Esse gênero que atormenta os pilares dos dogmas e crenças católicas, fez com que Ratzinger proferisse "uma autorização pontifícia para o seu emprego e sua difusão midiática, o que foi central para catalisar e revigorar a ofensiva contra a 'teoria/ideologia do *gender*' em moldes transnacionais" (Junqueira, 2022, p. 138-139). Nesse sentido, várias manifestações antigênero foram encabeçadas por grupos diversos (religiosos, políticos, midiáticos etc.), colocando a cena pública em ansiedade e confronto com pessoas LGBTQIA+ e feministas, porque "quanto mais o 'gênero' consegue reunir esses diversos medos e ansiedades, mais poderoso o fantasma se torna" (Butler, 2024, p. 43).

Em contextos históricos, territórios globais acompanharam as transformações (tecnológicas, culturais, sociais, políticas, econômicas, ideológicas etc.) que o início do século XXI escancarava: em 11 de setembro de 2001, o terror invade os Estados Unidos, quando aviões se chocaram nas Torres Gêmeas (*World Trade Center*) e faziam inúmeras vítimas, cuja operação tinha o saudita Osama bin Laden, líder do grupo islamista *Al-Qaeda*. E no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, um metalúrgico, chega na presidência da República, em 01 de janeiro de 2003, com um projeto político de poder que traria programas sociais que iria tirar pessoas da pobreza, o combate à fome e às desigualdades. EUA e Europa sentiram os impactos da crise econômica de 2008. E em sintonia a esses fatos, acompanhamos a expansão e apropriação da "ideologia de gênero" pelo movimento antigênero e outros (como em algumas denominações religiosas neoconservadoras), oriunda da Santa Sé, e que também "os Estados Unidos exportaram a homofobia por meio de redes evangélicas; [...] a organização espanhola *CitizenGo* introduziu a ideologia antigênero por meio de seus canais; [...] o Vaticano exportou ideologia antigênero para a América Latina" (Butler, 2024, p. 68).

Pelos caminhos que o sintagma percorreu, "o Vaticano e as igrejas evangélicas ajudaram a criar formas de comunicação transnacional entre as

regiões, mas não podiam prever a forma que a mensagem antigênero tomaria nas localidades às quais chegou" (Butler, 2024, p. 67-68). Alguns países puderam ter formas idênticas ou semelhantes da atuação ideológica e discursiva; já em outros, as demandas locais puderam transformar o sintagma em um "fantasma" mais amedrontador e agressivo para as pessoas que são lidas como ameaças. Com a emergência do movimento antigênero, cada vez mais o gênero foi sendo afirmado como o mal que precisa ser destruído da sociedade; em alguns casos, visto como o diabo, o demônio (em perspectiva medieval católica). Porque ele corrompe vidas, destrói a infância, implanta uma ditadura LGBTQIA+, apodrece relações entre homens e mulheres (feminismos) etc. Esses medos implementados por um mascaramento da realidade social e que permitem a legitimação da exploração e da dominação (Chaui, 2001), inseridos como pânico moral, tem como marcador o patriarcado, a crença, o dogma, a manipulação, a negação histórica. Nesse sentido, o dogma (ideologia) suprimi a discussão democrática. Assim sendo, "se indagarmos sobre o mal que vem sendo causado às crianças nesse cenário de proibições crescentes contra pessoas LGBTQIA+, veremos que ele está no mal cometido por quem afirma estar impedindo o mal" (Butler, 2024, p. 94).

Quando identifico o sintagma "ideologia de gênero" como um desafio a ser lidado em contextos políticos e sociais progressistas e que tenha a democracia como base, geralmente ele vem acompanhado de concordâncias entre estudiosos e estudiosas do tema, que afirmam que foi no interior da Igreja Católica que houve o seu surgimento. Sua estruturação e contingência se deram entre os anos 1990 e início dos 2000, para reafirmar os ensinamentos católicos perante a naturalização da ordem social e moral, e creditar as visões feministas como negativas e destrutivas (Junqueira, 2022). A premissa metafórica que abre esse subtítulo, "O filho nasceu!", faz referência a essa emergência.

Do final do século XX para o início do século XXI, a cruzada antigênero se materializou em espaços e instituições diferentes, e na conjuntura brasileira, se fez na política, na educação, na saúde, na mídia e em outros ambientes que o poder discursivo pudesse se apresentar como força motriz dos ensejos de uma pessoa, grupo, partido, comunidade, porém, compreendendo que "um dos espaços mais poderosos de influência antigênero são as eleições nacionais" (Butler, 2024, p. 48). Quando Alexandre Bortolini, em sua obra "É pra falar de

gênero Sim: Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação", de 2023, apresenta uma genealogia do conceito de gênero em perspectiva dos embates travados no Brasil nos últimos anos e seus fundamentos científicos, o autor impele que "nas capitais ou em uma pequena cidade do interior, qualquer político podia agora propor um projeto de lei proibindo a 'ideologia de gênero' nas escolas e assim conquistar espaço na TV, se tornar conhecido e claro, ganhar votos" (Bortolini, 2023, p. 17).

Não foi diferente com a campanha eleitoral de 2018 de Margareth Goldman e Samuel Gottfried. A primeira, se projetou em Santa Catarina pela luta contra a "doutrinação marxista" nas escolas e no processo que moveu contra uma professora da Udesc. Na publicação-denúncia do dia 27 de maio de 2018, ela fala que a arena de batalha vai além da esfera judicial, pois é uma luta cultural que deve ser travada em todos os meios públicos. Já para o último, no dia 04 de agosto de 2018, uma imagem na publicação-denúncia reafirma o seu compromisso se fosse eleito (e foi!) com o combate ao que ele chamou de "doutrinação ideológica" nas escolas e "erotização precoce das crianças". Assim, o que se apresenta na narrativa da "doutrinação ideológica" é a temática de gênero, pois as forças que foram materializadas para a cruzada antigênero, "dependendo das ansiedades que circulam em determinada região, o gênero pode ser apresentado como marxista ou capitalista, tirania ou libertarismo, fascismo ou totalitarismo, uma força colonizadora ou um migrante indesejado" (Butler, 2024, p. 68).

Durante o primeiro mandato desses parlamentares (2019-2022) na Alesc, observou a conformação de uma certa pedagogia antigênero nas redes sociais. Ela tomou forma ora por indicações de livros, ora por participações em eventos sobre temas como o Escola Sem Partido. Por se projetar como docente, Margareth Goldman tornou sua rede social Instagram[24] uma ferramenta pedagógica, de autodidatismo, criando um exército de adeptos/as das suas reflexões e proposições. Para Gottfried, não há publicação-denúncia no seu Instagram[25] de indicação de livro e/ou participação em evento acerca das

[24] Até o dia 07 de fevereiro de 2025, sua rede social Instagram contava com 1,4 milhão de seguidores.
[25] Até o dia 07 de fevereiro de 2025, sua rede social Instagram contava com 82,4 mil de seguidores.

temáticas dos descritores dessa pesquisa: “ideologia de gênero”, “doutrinação (ideológica escolar)”, “Escola Sem Partido”, “*Homeschooling*/Educação Domiciliar”, “LGBT”, “Linguagem neutra/não binária”, “Erotização/Sexualização de crianças e adolescentes” e “Escola Cívico-Militar”. O Quadro 1 reforça a reflexão sobre a bibliografia indicada por Goldman.

Quadro 2 – Bibliografia obtida das publicações-denúncias de Goldman

Livro	Religioso ou Científico	Autor/a	Data da publicação-denúncia	Observação
Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família	Religioso	Jorge Escala	01 de março de 2018	Presente recebido de Felipe Nery Martins
La ideología de género	Religioso	Jesus Trillo-Figuereo	25 de março de 2018	Indicação de Felipe Nery Martins
Sexo e Temperamento	Científico	Margareth Mead	09 de abril de 2018	Ela coloca a autora entre a causa feminista e a "ideologia de gênero"
Cultura da Morte: o grande desafio da Igreja	Religioso	Mons. Juan Claudio Sanahuja	20 de abril de 2018	Indicação de Felipe Nery Martins
Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade	Religioso	Felipe Nery Martins Neto; José Eduardo de Oliveira e Silva; Domenico Stuareli; Alexandre Semedo de Oliveira; Daniel Serpentino; Liliana Bittencourt; Fernanda Fernandes Takitani; Juan Claudio Sanahuja; Barbara Dale O'Lery	21 de abril de 2018	Livro que aborda o gênero em diferentes perspectivas contraditórias na psicologia, no direito, na linguagem, na filosofia etc.
Somos nós com uma voz: do megafone à tribuna defendendo a liberdade, o estado de direito e a democracia	Religioso	Marcel van Hattem	13 de maio de 2018	Livro com pautas que, para a parlamentar, devem ser combatidas ou defendidas
Quem controla a escola governa o mundo	Religioso	Gary Demar	21 de maio de 2018	Sobre educação aparelhada e doutrinação nas escolas

O Banco Mundial e as políticas educacionais	Religioso	Livia De Tommasi; Mirian Jorge Warde; Sérgio Haddad (Organizadores)	22 de maio de 2018	Indicação de Felipe Nery Martins
Una Revolución Silenciosa: La política sexual del feminismo socialista	Religioso	Jesus Trillo-Figuereo	27 de dezembro de 2018	Citação do livro para pautar a “ideologia de gênero”
O país das mulheres	Científico	Gioconda Belli	19 de maio de 2019	Indicação
Decamerão	Científico	Giovanni Boccaccio	19 de maio de 2019	Indicação
Domados. Como a Cultura Traiu o Homem Americano	Científico	Susan Faludi	19 de maio de 2019	Indicação
Feito homem	Científico	Norah Vincent	19 de maio de 2019	Indicação
Matrimonium. Teologia e Direito	Religioso	Adriano Broleze (Organizador)	19 de maio de 2019	Indicação
Tremendas Trivialidades	Religioso	Gilbert Keith Chesterton	27 de outubro de 2021	Citação do autor sobre “sexualização de crianças e adolescentes”

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Na publicação-denúncia do dia 01 de março de 2018, Goldman fornece o site da Editora Katechesis (Katechesis, s.d.), cujo fundador é Felipe Nery Martins Neto. A editora católica nasceu a partir da ambição de Dom Manoel Pestana Filho, falecido bispo da Diocese de Anápolis, Goiás, que tinha como finalidade a instrução e formação de católicos e católicas para a defesa da vida e da família, salvaguardando os três "princípios inegociáveis" (defesa da vida em todas as suas fases; família natural entre homem e mulher; e, pais como educadores de seus próprios filhos e filhas).

A primeira indicação de livro que Goldman faz em 01 de março de 2018, é o de Jorge Escala[26], intitulado de "Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família", de tendência religiosa cristã. Ele também é o pioneiro da editora, onde contribuiu com as manifestações religiosas contrárias acerca da temática de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, de 2014. Diante da destituição da temática de gênero e sexualidade no documento e considerando que a democracia educacional brasileira é laica, o discurso de ódio se materializou pela ação do Estado. Os diversos movimentos contrários à democracia que buscam cercear pessoas LGBTQIA+, crianças e jovens estudantes, de uma educação plural, bem como as leis e documentos que restringem a compreensão e o debate sobre violências, privam de conhecerem seu mundo. Assim sendo, "esses controles impostos legalmente sobre o pensamento em si são maléficos: intensificam a marginalização e minam a possibilidade de buscar uma vida vivível. [...] Este é um álibi moral, [...] do tipo que permite que o sadismo moral floresça" (Butler, 2024, p. 97).

Quando Butler fala de leis que privam dissidentes sexuais do acesso e permanência na educação, vale a pena contribuir que no Brasil, assim como em outras partes do mundo, o pânico moral social tem como resultado a manutenção da norma. Quando dos 15 livros indicados nas publicações-denúncias da parlamentar Goldman, 10 são de cunho religioso, propõe-se uma bibliografia antifeminista e antigênero, impulsionando na política, na educação uma forma de contribuir com a norma vigente: cisgênero, hétero, patriarcal. Uma bibliografia que não é aceita no mundo acadêmico: nos estudos culturais, feministas, LGBTQIA+ etc. De ordem religiosa, se criou alguns movimentos teóricos

[26] Advogado argentino.

antifeminista e antigênero, cujas bases se fizeram com a criação do sintagma “ideologia de gênero”.

Em sintonia com o quadro 1, podemos compreender no quadro 2 os caminhos trilhados por Goldman para sua formação e defesa de pautas (uma das principais é a do movimento Escola Sem Partido) que contribuiu para o movimento antigênero e antifeminista. Palestras, *lives*, participação em Congressos foram (e continuam sendo) eventos de difusão de um projeto político neoconservador de poder na Alesc.

Quadro 3 – Participação de Goldman em eventos através das publicações-denúncias

Evento	Tema	Autor/a	Data da publicação-denúncia	Observação
Programa Católico – Cooperadores da Verdade	"Fim da doutrinação ou mordaça para professores?" - Escola sem Partido	Participação da parlamentar	30 de janeiro de 2018	Diálogo sobre Escola Sem Partido
Congresso Conservador	Feminismo e Ideologia de Gênero	Participação da parlamentar	27 de dezembro de 2018	Única mulher entre catorze homens – houve uma crítica de mulheres conservadoras sobre a representatividade feminina
Escola sem Partido	Escola sem Partido	Palestrantes: parlamentar e Miguel Nagib	10 de abril de 2019	Ocorrido em Joinville – SC
Reunião com Gays de Direita de São Paulo	Preconceito, Violência antifeminismo e autoritarismo dos ativistas LGBT	Participação da parlamentar	15 de junho de 2019	Dias antes da Parada LGBT de São Paulo
2ª Reunião da Frente Parlamentar pelo Escola sem Partido	Escola sem Partido	Participação da parlamentar	12 de agosto de 2019	Ocorreu no auditório Montoro da Assembleia Legislativa de São Paulo
2º Parlatório Conservador de Santa Catarina	Escola sem Partido	Palestrantes: parlamentar e Miguel Nagib	15 de outubro de 2019	Diálogo sobre Escola Sem Partido

Escola sem Partido	Escola sem Partido	Participação da parlamentar	26 de outubro de 2019	Ocorrido em Belo Horizonte – MG
Programa "Na Lata"	Feminismo, liberdade de expressão, educação, doutrinação, direito das famílias, política em Santa Catarina e impeachment do governador	Antônia Fontenelle e participação da parlamentar	16 de outubro de 2020	Live
Vídeo Brasil Paralelo	Ideologia de Gênero e Aborto	Participação da parlamentar	17 de abril de 2021	Primeiro acionamento do Brasil Paralelo via audiovisual – "Geração sem gênero – as grandes minorias (ep 2)"
Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes	Doutrinação e Ideologia de Gênero	Participação da parlamentar	03 de maio de 2021	Evento online – Palestra realizada no dia 27 de abril de 2021 com o tema: "Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente"
Live na sede do Brasil Paralelo	(não especifica o tema)	Participação da parlamentar	03 de maio de 2021	(sem observação)
Live sobre Ideologia de Gênero	Ideologia de Gênero	Marisa Lobo, psicóloga, e a participação da parlamentar	22 de junho de 2021	Live no Instagram sobre a necessidade da luta pelas pautas da família

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Com isso, percebe-se que em contextos locais, Santa Catarina é um Estado que a partir do abraço e acolhimento legislativo do sintagma “ideologia de gênero” inserido na pauta da “doutrinação ideológica escolar”, valida-se o ódio, impacta o reconhecimento de direitos, provoca o pânico moral, reforça os discursos neoconservadores e de intolerância contra LGBTQIA+, especialmente no campo da educação. Em contraposição, podemos acompanhar também resistências dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos para a igualdade e justiça social.

2.2 “AMAMENTAÇÃO DO BEBÊ ANTIDEMOCRÁTICO”: IMPLICAÇÕES DO MOVIMENTO ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA ENTRE DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS

A formação cultural na América Latina também se passou pelas ideologias que aqui se fizeram presentes historicamente. Das europeias às norte-americanas, as afinidades entre elas possibilitaram que os imperialismos nos países latinos como forma de domínio e exploração, entre o final do século XIX e início do XX, mantivessem não só uma relação de dependência econômica, mas mudanças e transformações que impactaram as relações subjetivas entre os sujeitos explorados e exploradores. As invasões, as intervenções militares, os populismos, as ditaduras em contextos políticos, econômicos, culturais e sociais marcaram e modificaram o sul global. Quando tratamos de causas e fatos históricos que contribuíram para a implementação de um imperialismo religioso cultural, especificamente na ocasião do surgimento da “ideologia de gênero” na década de 1990, percebemos que, desde a colonização do Brasil, a Igreja Católica criou e manteve um projeto político e religioso de poder que pudesse assegurar os seus dogmas e sua moralidade nesses territórios.

Denomino “imperialismo religioso cultural” da Igreja Católica, e atualmente (final do século XX e início do XXI) por denominações evangélicas, a colonização dogmática na esfera pública, via ações legislativas. Com a reafirmação do princípio da laicidade na Constituição Brasileira de 1988, ou seja, que o Estado Brasileiro não possui uma religião oficial e sim, uma liberdade de culto e crença em seu território, as tentativas legislativas que buscam vincular religião e política não são atuais, muito menos em tempos de bolsonarismo na ala mais

neoconservadora entre católicos e evangélicos. Desse modo, quando se tem o *slogan* que marcou o governo do ex-presidente (2019-2022), Jair Bolsonaro, “Deus acima de todos”, foi o que em avanços propositivos legislativos permitiu com que o Estado teocrático pudesse se concretizar pela “ideologia de gênero”, numa conexão entre os/as católicos/as e evangélicos/as.

A premissa do subtítulo, “amamentação do bebê antidemocrático”, representa para a pesquisa o avanço temporal e espacial dos constantes ataques à democracia e à laicidade do Brasil, e de outros países da América Latina que, a partir de determinadas organizações, instituições, grupos (políticos, religiosos) e alguns membros da sociedade civil, violam os direitos humanos, privam liberdades individuais, desnaturalizam identidades, desmerecem o progresso científico, revisam a história em prol do pensamento único, do neoliberalismo, da violência e da censura.

Durante algumas décadas (1930, 1960, 1980) do século XX quando percebemos a atuação de evangélicos autodeclarados chegando ao poder, até os tempos presentes, com uma aliança formada entre católicos/as e evangélicos/as em defesa dos valores cristãos, observa-se algumas frentes parlamentares criadas em prol de sua fé, da bíblia, das igrejas.

No dia 14 de junho de 2023, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) tinha como presidente o deputado Eli Borges, do Partido Liberal (PL), do Rio Grande do Sul (RS). Nessa data, na sessão plenária 101.2023, o parlamentar além de entregar uma bíblia oriunda do pastor Celso Ferrareze (Igreja de Novo Hamburgo - RS) para o presidente da sessão, deputado Gilberto Nascimento, do Partido Social Democrático (PSD), de São Paulo (SP), ele fez um apelo público para que os parlamentares que não acreditam em Jesus e Deus possam ler a bíblia e que falem mais sobre o tema no ambiente para “o bem da alma”, no caso o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados, 2023). Esse evento formalizado em um dos poderes políticos da República, o legislativo, faz entender que a única e exclusiva interpretação dos assuntos que regem a sociedade brasileira deve ter orientação religiosa da bíblia. Alguns críticos religiosos se posicionam contra o gênero a partir das premissas bíblicas, considerando a Bíblia como o único documento que vale a pena ser lido sobre a temática. Assim, fazer leitura “acadêmica, quanto mais criticamente, é admitir que pode haver outros pontos

de vista além daqueles encontrados nas escrituras ou propostos por líderes religiosos" (Butler, 2024, p. 23-24).

Ainda no mesmo ano, com a coordenação do pastor deputado Cezinha de Madureira, do PSD – SP, foi homologado no dia 27 de março o requerimento nº 929/2023, acerca da instituição da Frente Parlamentar Mista Cristã e em Defesa da Religião (FPC). Com 202 assinaturas de deputados e 13 senadores signatários da FPC, respectivamente 05 e 01 pertencem a SC, cujos partidos no Estado vão desde o PL ao PT. O objetivo da FPC descrito no seu Estatuto versava sobre a criação de políticas públicas que enfatizasse os valores cristãos, a liberdade e a religião (Câmara dos Deputados, 2023).

Impelidas na arena pública com o título de "Bancada da Bíblia", essas Frentes Parlamentares reafirmam os valores religiosos das igrejas cristãs (católica apostólica romana, evangélicas) que tem a Bíblia como um dos principais materiais de valor espiritual. Alguns parlamentares que são pastores, outros que são extremistas do fundamentalismo buscam essas Frentes para legitimar as ações morais de suas denominações religiosas na casa legislativa, e assim propor uma aliança entre cristãos para ir contra todos os temas que atacam a sua fé e crença. Por isso, criam uniões na política para manter os seus dogmas, ocupando espaços estratégicos nas disputas eleitorais. Um dos acordos em comum entre alguns políticos religiosos e neoconservadores é do impulso discursivo no parlamento da "ideologia de gênero", que resulta na sociedade como uma grande ameaça à família e à religião.

No censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria religião[27] nos trouxe como resultado o crescimento de evangélicos/as no Brasil (42.275,440 milhões entre homens e mulheres), em consideração aos católicos (123.280,172 milhões entre homens e mulheres). Em Santa Catarina, pudemos identificar que 4.565,793 se autodeclaram católicos e católicas, enquanto 1.252,495 em evangélicos e evangélicas (IBGE, 2010). Esses dados contribuem para pensar a relação que ainda existe no país, perante o início do século XXI, no que tange religião e política. A força da religião sob a temática moral no tempo presente é combustível para os pleitos eleitorais.

[27] Toma-se para esse debate somente a católica apostólica romana e a evangélica, por demonstrarem nos resultados os maiores números de fiéis autodeclarados

Em conformidade com os dados do IBGE de 2010 e o avanço do bolsonarismo parlamentar em algumas denominações evangélicas no país, observamos que esse crescimento de fiéis e adeptos também se fez em Santa Catarina com representantes de igrejas e políticos. Nas palestras feitas em algumas denominações religiosas, Goldman, autodeclarada cristã, fala da importância da participação do cristão na política e na educação, sob a legenda “Deus acima de todos”. Com o deputado Gottfried, projeta-se desde a sua campanha eleitoral de 2018, a defesa pelo respeito aos valores judaico cristãos, através do slogan “Deus, Pátria e Família”.

Além de percebermos o aumento dos/as evangélicos/as no Brasil e o suporte assistencialista e beneficente que eles/as fazem há algumas décadas em comunidades carentes e vulneráveis, podemos compreender esse fenômeno pelo viés das guerras culturais.

Roberto Dutra e Karine Pessôa (2021) ao analisar o crescimento das guerras culturais de orientação religiosa que culminou num aumento de opinião pública no processo eleitoral de 2018, refletiram que a defesa da moralização da política via religião traz como resultados os problemas nos entrelaçamentos dos sistemas políticos com outras áreas da sociedade, como a economia. Desde 2018, “o voto religioso, construído em torno da temática moral, foi decisivo na disputa presidencial, de um modo como nunca havia ocorrido desde a redemocratização”. (Dutra; Pessôa, 2021, p. 235). Alguns partidos políticos, como o PL, têm se ancorado na metodologia de criar e reproduzir dentro das comunidades religiosas as ansiedades, os pânicos morais que cada vez mais ocupam lugares estratégicos nas corridas eleitorais no país.

Quando os autores falam que esses medos coletivos foram dissolvidos por mensagens, ora instantâneas na internet, principalmente no *whatsapp*, as teorias conspiratórias, os vídeos alarmistas, as frases de efeito que inventaram antagonistas imaginários como a “ideologia de gênero” (Dutra; Pessôa, 2021), provocaram uma desestabilização e exploraram no meio social, religioso e político o ódio às temáticas de gênero e sexualidades. Nesse sentido, as políticas públicas e os direitos sancionados para as populações LGBTIA+, de feministas, de negros/as foram vistos como ameaças à família, à moral cristã dos/as neoconservadores/as que reagiram através das chamadas guerras culturais, pois elas “no Brasil uniram católicos e evangélicos. O ponto de contato foi, lá e

aqui, a temática moral" (Dutra; Pessôa, 2021, p. 239). O que era a não participação dos/as evangélicos/as na atuação política no final do século XX, esse cenário mudou no início do século XXI.

Se por um lado, o fundamentalismo religioso na figura de alguns padres[28] e pastores[29] que insuflam os seus fiéis a levantarem a bandeira da "ideologia de gênero", dissolvendo na arena pública intolerância religiosa, discurso de ódio e violências, por outro lado, existem movimentos e perspectivas feministas, LGBTQIA+ e negras no campo progressista religioso, como por exemplo no campo evangélico existe a "Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito; o Movimento Negro Evangélico; a Aliança de Batistas do Brasil; a Frente Evangélica pela Legalização do Aborto; o Coletivo Esperançar" (Miguel, 2018, p. 96), que buscam a tolerância, a dignidade humana, o respeito aos ensinamentos de Jesus Cristo em consenso com os direitos humanos.

Nessa cruzada entre o "bem" e o "mal", em aspectos religiosos, se fundamentam também os valores que alguns grupos e organizações (religiosas e políticas) no Brasil querem manter, ou seja, em defesa da família (no singular), da infância, do matrimônio, do direito à vida e da educação livre de "doutrinação ideológica". Para isso, o "inimigo" (o gênero, principalmente) precisa ser extirpado da sociedade, ora pelo fomento discursivo antigênero e anti-LGBTQIA+ de líderes religiosos e parlamentares, ora pelas ansiedades provocadas da "ideologia de gênero". Nessa luta, a Igreja Universal tem um papel fundamental, hoje não estando mais sozinha, nos ataques e agressões a outras denominações religiosas, como as religiões de matriz africana. (Dutra; Pessôa, 2021)

A realidade antigênero e a postura da Igreja Católica perante o tema na América Latina tem história, e um dos momentos mais relevantes para o acionamento e fortalecimento do sintagma "ideologia de gênero" se fez na ocasião da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe[30], quando Joseph Ratzinger, vulgo papa Bento XVI, esteve entre os dias 9 e 13 de

[28] No Brasil, podemos destacar: Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, da Arquidiocese de Cuiabá - Mato Grosso; Padre José Eduardo de Oliveira e Silva, de Osasco – São Paulo (indiciado por golpe de Estado - 2024). No Peru, Monsenhor Óscar, Alzamora Revoredo, mariano e bispo de Lima (aquele que aciona pela primeira vez "ideologia de gênero" num documento eclesiástico, em 1998).
[29] No Brasil, pastor Silas Malafaia; pastor Esdras Cabral; pastor Edir Macedo.
[30] Realizada entre os dias 13 e 31 de maio de 2007, na cidade de Aparecida, em São Paulo.

maio de 2007, na cidade de Aparecida – São Paulo. Dentre várias atividades, suas reflexões abordaram os ataques ao matrimônio e à família – o aborto, o divórcio e as uniões civis; foi contrário à Teologia da Libertação; falou sobre a pedofilia na Igreja e condenou a homossexualidade, no que chamou de “afetos e paixões desordenadas” (Junqueira, 2022).

O “Documento de Aparecida”, resultado da Conferência, contribuiu para conduzir as “intervenções de autoridades eclesiásticas e outras forças neoconservadoras e ultraconservadoras em temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, [...] em nome da defesa da família tradicional e da moralidade sexual cristã” (Junqueira, 2022, p. 154). Esse documento teve autorização para ser publicado e foi agregado a produção católica da gramática antigênero, fortalecendo o posicionamento da Igreja nos respectivos temas, mesmo não tendo aprovação papal. Diante disso, a partir de 2007 houve na América Latina um paulatino e ancorado acolhimento do discurso antigênero, onde em lugares e ritmos diferentes foi ganhando condições para o seu progresso e sucesso em diversos eixos da sociedade (Junqueira, 2022), como na política, na educação, na saúde.

Ainda nesse contexto, podemos identificar que entre 2019 e 2022, por meio do projeto Gênero e Política na América Latina, o Observatório de Sexualidade e Política (SPW) organizou estudos sobre as políticas antigênero em alguns países da América Latina, como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai e Uruguai, tendo como objetivo examinar a intersecção entre as ofensivas antigênero demarcadas pelo sintagma “ideologia de gênero”, sendo esta associada a poderosos grupos econômicos neoliberais e ao fundamentalismo religioso (Sxpolitics, 2019).

No Brasil recente, a união entre católicos/as e evangélicos/as permitiu com que, desde 2013, investidas antigênero pudessem rever os documentos legais da educação (caso do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a Base Nacional Comum Curricular de 2018) e aumentar perseguições aos docentes que abordassem temáticas de gênero e sexualidade na escola, provocado pelos discursos de líderes religiosos, de movimentos sociais ou de parlamentares; nesse mesmo sentido, acompanhamos também em outros países da América Latina, a despeito do persistente fenômeno transnacional da ofensiva

antigênero, a escola como alvo institucional dos ataques aos estudos acerca da educação sexual.

No Peru, o movimento intitulado de *Con mis hijos no te metas*, que teve sua gênese em dezembro de 2016, foi um dos principais causadores de ansiedade, medo e pânico moral contra as medidas do governo nacional, cujas propostas versavam sobre a temática de gênero no Currículo Educacional de 2017 e em outras áreas da administração pública. De base ultraconservadora e organizada, foi derrotado legalmente, mas assim como o movimento Escola Sem Partido no Brasil, contribuiu para o imaginário social, intrincando avanços em políticas públicas educacionais LGBTQIA+, e reafirmando que essas questões pertencem a “ideologia de gênero”.

O cenário paraguaio da ofensiva antigênero se une a outros países, quando a Igreja Católica e as várias denominações de igrejas evangélicas se dispuseram a ser atores centrais nas intervenções dos debates públicos, interferindo nos documentos legais, como o currículo educacional de 2024 com tendência neoconservadora e com desinformação, e na censura de temas na escola, como o de gênero, criando uma desestabilidade docente.

No Chile, a base teórica da Constituição neoliberal de 1980 fez com que houvesse uma resistência ao tema da educação sexual nas escolas, porque a defesa pelo princípio da liberdade das famílias fez com que algumas denominações religiosas e setores conservadores e privados manifestassem repúdio aos assuntos de gênero (Sxpolitics, 2019).

E na Argentina, assistimos o desmonte educacional no governo de Javier Milei, que em 2023 extinguiu o Ministério da Educação. Para o presidente, a “ideologia de gênero” conduz a prática da pedofilia. Na cruzada cultural antigênero, ele e o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, lideranças presidenciais em 2025 da extrema direita na América Latina, impulsionam discursivamente a exclusão da perspectiva de gênero como um grande ataque as conquistas dos movimentos feminista e LGBTQIA+. Contudo, no contexto argentino, setores religiosos ultraconservadores continuam a atacar políticas de educação sexual e são legitimados pelas medidas do presidente Milei.

Diante dessa exposição, podemos compreender que a aliança entre católicos/as e evangélicos/as impactaram as conquistas feministas e LGBTQIA+

no continente latino-americano, cujo ataque à democracia em diversos países vem acompanhado de políticas do ódio e da violência.

2.3 “GÊNERO É COISA DO DIABO!”: CATEGORIA ENDEMONIADA, CATEGORIA DISTORCIDA

Era sábado, 10 de agosto de 2019. Em terras brasilienses, Jair Bolsonaro participava, juntamente com outros líderes religiosos e políticos, de um evento político-religioso de tendência evangélica, a Marcha para Jesus. Este evento e a Parada LGBTQIA+ no Brasil são as maiores manifestações sociais públicas que ocorrem anualmente em diversas cidades e Estados, atraindo em números elevados os/as respectivos/as adeptos/as em defesa de direitos, reivindicações, princípios e valores.

Em seu discurso para milhares de pessoas na Marcha, Bolsonaro falou que é coisa do “capeta” a “ideologia de gênero”, sendo aplaudido por uma multidão que o acompanhava em sua retórica. Ainda nesse contexto, ele reafirmou que seu governo defende a família, de cunho tradicional, e a inocência das crianças em sala de aula. Esta narrativa, em companhia com a frase “Gênero é coisa do diabo!” que segue no subtítulo, dita por um religioso próximo do autor dessa pesquisa, representam uma proximidade com as diversas tentativas de implementar um projeto político de poder teocrático durante o governo do ex-presidente, entre 2019 e 2022. Isso também significa que, assuntos como gênero, devem ser excluídos das políticas públicas, especialmente educacionais.

O uso do termo “capeta” para associar erroneamente os Estudos de Gênero, transforma a categoria Gênero em algo demoníaco, ruim, das trevas, que precisa ser combatido, no caso do evento, pela religião e seus fiéis. Sendo assim, “se gênero é uma bomba nuclear, precisa ser desativado. Se é o próprio diabo, todos aqueles que o representam devem ser expulsos da humanidade” (Butler, 2024, p. 12). A ideia que se quer passar, analisando o seu discurso, é que as demandas feministas, os direitos LGBTQIA+ e outros temas como a interseccionalidade dos marcadores sociais de raça, classe, religião, geração etc., significam “ideologia de gênero”.

O acionamento do termo “diabo”, uma representação medieval católica do mal e do pecado, passa a se associar pelo meio de pessoas, estudos, políticas públicas que tem o Gênero como fundamento teórico, analítico e científico. A Igreja Católica, assim como outras denominações religiosas ultraconservadoras e fundamentalistas, ou podemos falar de uma ala dentro dessas instituições, que mantém o discurso do “diabo” como doença, dor, distúrbio, mazela, reprovável, moléstia para com sujeitos subalternos, dissidentes sexuais, conotam como exemplo na retórica do Papa Francisco que “esse fantasma chamado ‘gênero’ é diabólico e ideológico. ‘Diabólico’ significa que o gênero vem do diabo e é obra do diabo, portanto, não é uma criação divina e constitui uma forma rival, falsa e destrutiva de ‘criação’” (Butler, 2024, p. 46). O gênero como o próprio demônio ou algo demoníaco é uma armadilha discursiva. Nesse sentido, “diabos e demônios só podem ser expulsos ou banidos, queimados em efígies, e é por isso que a censura, o bullying e a patologização se tornam as estratégias-chave do movimento antigênero” (Butler, 2024, p. 47).

Quando Butler fala que o movimento antigênero utiliza métodos e estratégias para banir Gênero e colocá-lo como algo que provoca medo nas pessoas, o real motivo que o acompanha é do pânico moral, desestabilizando debates e negando direitos às mulheres, às populações LGBTQIA+ e à população negra, principais alvos do fenômeno antigênero de modo transnacional.

É possível perceber nas publicações-denúncias nas redes sociais da parlamentar Margareth Goldman e do parlamentar Samuel Gottfried, a existência desses debates que colocam a categoria Gênero numa cruzada com a religião, ou seja, bem e mal, céu e inferno. Entre as publicações-denúncias, estão: no dia 24 de junho de 2019, Goldman fez uma postagem criticando o que chamou de “vilipêndio à fé”, onde apresentou o caso de um grupo de ativistas pró-aborto e pró-LGBTQIA+ que ao realizarem uma passeata, expuseram uma imagem de Maria abortando Jesus defronte à Paróquia Nossa Senhora das Mercedes, na província argentina de San Luís, em dezembro de 2017. Com esse evento, a parlamentar sustenta seu discurso de que a esquerda usa minorias para atacar a fé cristã e a família, conotando o mal.

Já em 01 de julho de 2019, a parlamentar parabeniza a iniciativa do Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, em orientar diplomatas a frisar

que gênero é sexo biológico feminino ou masculino, na narrativa de fazer com que a Alesc também adote o mesmo posicionamento, atacando os Estudos de Gênero. Nessa afirmação, considero a argumentação de Judith Butler necessária para a ideia dos neoconservadores e/ou movimento antigênero de que “gênero” nega o sexo. A autora (Butler, 2024) questiona se gênero realmente nega a materialidade do sexo, afirmando que a construção social e material deve ser compreendida como interativa e amparada por referenciais científicos; a diferença entre natureza e cultura que supõe que o sexo é natural e o gênero cultural ou social não opera dentro desses referenciais porque a relação entre ambos recusa essa separação; e que a atribuição do sexo é um lugar em que podemos ver claramente os poderes sociais que operam sobre os corpos para instituir o sexo em referência a pensamentos dimórficos e um conjunto de expectativas sociais associadas.

As ressonâncias do discurso de ódio, impelidas pela “ideologia de gênero”, promovidas pela parlamentar em suas redes sociais contra a população LGBTQIA+, refletem também nas diversas reações de pessoas progressistas que invadem suas redes sociais para atacá-la e desqualificá-la, fazendo-a com que sua narrativa seja persuadida a natureza de vítima da misocristia[31], cuja presença se insere na publicação-denúncia do dia 20 de junho de 2021. Nesse movimento de causa e efeito, Goldman fala de uma agenda anticristã. Na militância ideológica nas redes sociais, muitos “políticos da extrema direita são reféns do ódio que suas palavras despertam” (Rocha, 2024, p. 25).

No dia 01 de junho de 2022, Gottfried fala que uma outra parlamentar está promovendo agenda LGBTQIA+ na Alesc. Ele diz que o Estado de Santa Catarina em sua grande maioria, é servido de pessoas cristãs e neoconservadoras, e que em perspectiva democrática, a vontade da maioria sempre deve vencer. Continua falando que o “plano diabólico” das pessoas LGBTQIA+ é manter privilégios, promover a “ideologia de gênero” e a linguagem neutra.

Através de uma leitura interpretativa da publicação-denúncia do dia 27 de outubro de 2022, a parlamentar associa a defesa dos temas da “ideologia de gênero”, do aborto, da legalização das drogas e da perseguição ideológica a uma

[31] Ação de propagar e exercer o ódio aos cristãos e ao cristianismo.

mão que contém quatro dedos e uma aliança, que na época de campanha presidencial representava o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, ela faz um apelo midiático aos seus seguidores de que um cristão não vota em político que aprova essas coisas.

Para esses casos, gênero foi sendo utilizado como material político para produzir o pânico moral e desumanizar vidas que não pertencem a norma, a hegemonia. Uma contrariedade arbitrária e ideológica que fez com que diversos políticos pudessem utilizar dessa retórica para se beneficiar com o uso errado da categoria científica. Muitas incoerências retóricas contra gênero inflaram o movimento antigênero, cujo um dos efeitos foi a oferta de medo e ansiedade coletiva. Com isso, sem ter que tornar esses argumentos coerentes, “o gênero representa o capitalismo e o gênero não é nada além de marxismo; o gênero é um constructo libertário e o gênero indica a nova onda de totalitarismo; o gênero corromperá a nação, assim como os migrantes indesejados [...]” (Butler, 2024, p. 21).

Os diversos estudos que versam sobre Gênero (Scott, 1990; 2012; Butler, 2003; Pedro, 2011), falam que a categoria é histórica, analítica e produto da construção social. Nos estudos de Butler (2024), a autora fala que Gênero possui uma temporalidade própria e que não pode ser compreendido sem a constituição de sua história e da revisão constante. Esse último apontamento, faz com que as críticas dos estudos feministas, *queer*, gays e lésbicos, raciais orientam transformações no Gênero e contestam o patriarcado. Ela ainda fala que “as categorias precisam se abrir para que muita gente viva, encontre uma vida vivível, por mais que para aquelas pessoas que ainda não foram reconhecidas em seus termos seja importante se agarrar às categorias” (Butler, 2024, p. 176). É necessário que as categorias, cujo gênero é uma delas, se abram para a amplitude das vivências e experiências não só individuais e espaciais, mas num sentido mais profundo e intenso entre as relações historicamente produzidas pelos sexos, em relação ao poder. Butler (2024) fala que o sexo não está para a natureza, assim como o Gênero para a cultura. A relação de sexo e gênero permite compreender o movimento entre o biológico e o social em questões de sexo. Gênero pode ser um dispositivo para estabelecer sexo, mas a autora percebe os legados raciais e coloniais da distinção sexo/gênero que se ancoraram em condições idealizadas do dimorfismo.

O que o movimento antigênero faz com a categoria gênero é demonizá-la e torná-la no método da criação do discurso de ódio um instrumento bélico com captação dos medos e ansiedades sociais, percebendo que esse fenômeno em cada região do globo possui particularidades específicas. Nos países que foram dados como exemplos anteriormente (Peru, Colômbia, Argentina etc.), a religião e a política se entrelaçam em ensejos neoconservadores para combater temáticas de gênero, dos feminismos, LGBTQIA+, de educação sexual. Nessa guinada de manutenção da cisheteronormatividade, um dos alvos é a população trans, ora no Brasil recente, ora em escala transnacional, como já foi apresentado nessa pesquisa. Da patologização às lutas do "sentido profundo de como alguém se encaixa no contexto marcado pelo gênero, na realidade vivida de seu próprio corpo no mundo" (Butler, 2024, p. 191), a identidade de gênero de pessoas trans não é algo novo. Essas pessoas, historicamente, sempre estiveram presentes em lugares subalternos, nas margens da sociedade, não ocupando lugares de poder, vivendo escondidas dos seus desejos e afetos públicos, não vistas como cidadãs perante o Estado, sendo julgadas, perseguidas e até mortas. Não por desejo próprio, mas por uma estrutura de poder colonial, binária, imperialista, cisgênero, patriarcal, heterossexual em diversos tempos e espaços. Sendo assim, "é importante: pôr em primeiro plano os estudos que mostram que o referencial heteronormativo para pensar o gênero como binário foi imposto ao Sul global pelas potências coloniais" (Butler, 2024, p. 39).

Num contexto político-religioso para entender a identidade de gênero de pessoas trans, travestis, homens trans, transmasculinos, faz-se compreender que "a vida trans não é uma ficção ou, como afirma o Vaticano, 'fictícia', mas uma realidade vivida, que não é menos real por assumir diferentes formas históricas no tempo e no espaço" (Butler, 2024, p. 158). A retórica do ódio que se direciona para a pluralidade da população trans no Brasil e no mundo, colocando-a como inimigo real-social, soa como um ataque aos direitos humanos. Quando de um lado a narrativa dos/as fundamentalistas e da extrema direita de associar o sexo biológico para definir homem e mulher, do outro vem acompanhada de uma "ironia de que as mulheres mais temidas por terem um pênis podem estar entre as pessoas mais desinteressadas em tê-lo" (Butler, 2024, p. 168).

Gênero é uma categoria política, revolucionária, transgressora e interdisciplinar que resulta em desmantelamento da norma hegemônica. Gênero interpela estruturas sociais que são fixas e lineares. Gênero corrobora com os estudos gays, lésbicos, *queer*, trans para orientar novos pensares sobre a diversidade, a subjetividade, o poder. Gênero não está para a "ideologia de gênero", como a "ideologia de gênero" não está para a ciência. Diante disso, "o gênero deu origem a novas formas de crítica feminista e a novos horizontes de transformação social, incluindo a transformação do parentesco em direções queer e a transformação do próprio binarismo de gênero" (Butler, 2024, p. 211).

Quando mobilizamos os estudos de Butler (2003) nessa pesquisa, reafirmamos com a autora que existe uma ordem compulsória na sociedade que mantém o tripé sexo, gênero e desejo. Instituições sociais, como a Igreja e a escola, transformam crianças em meninos e meninas, dentro dos mundos azuis e rosas. Dos brinquedos às roupas, sujeitos são orientados socialmente para ser homem e mulher, através de manifestações coercitivas em suas vidas, corrompendo seus desejos, suas vontades e liberdade. Ao contrário disso, "qualquer desvio em relação a esses princípios elementares torna-se alvo de uma ação normalizadora do poder" (Quinalha, 2023, p. 39).

Portanto, desvios na sociedade cisheteronormativa provoca LGBTfobia, ou seja, violências contra os corpos de sujeitos LGBTQIA+, considerando-os alvos cruciais da norma e que devem ser extirpados, como o mal (aqui, religiosamente, entendido como a figura do "diabo", do "capeta"). Quem teme o gênero, teme por quê?

2.4 "ELES QUEREM IMPLANTAR UMA DITADURA GAY": AVANÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEMINISTAS E DIREITOS LGBTQIA+

Oriundas de muitas lideranças e/ou fiéis de instituições religiosas e ambientes neoconservadores/fundamentalistas, especialmente católico e evangélico, muitas são as expressões que associam os direitos e a cidadania LGBTQIA+ com uma "ditadura gay", um termo que assegura a ficção distópica. Alguns pastores e padres inflam em seus sermões, a narrativa de que a sociedade está passando por um grande perigo e os valores cristãos estão sendo ameaçados. Essas pessoas acreditam que temas da diversidade na

escola irão doutrinar crianças e jovens em prol do comunismo, do marxismo, da pedofilia, da mudança de sexo; os arcos-íris em produtos do capitalismo, nas bandeiras, nos símbolos públicos irão ditar novos comportamentos que desfiguram a norma; os casais homoafetivos em novelas, nas campanhas publicitárias e em outros espaços midiáticos continuarão atacando a família, a moral e os valores religiosos.

A bancada da bíblia no Congresso Nacional, composta por quase sempre parlamentares religiosos fundamentalistas, afirma costumeiramente que estamos vivendo ou caminhando para uma ditadura LGBTQIA+. Ao contrário da criação desse imaginário coercitivo e de ansiedades públicas na história recente, “a representatividade é a diversidade somada a um compromisso real em incluir, alterando a história de apagamento e estigmatização que marca os grupos subalternos” (Quinalha, 2023, p. 170). Nesse contexto, o autor ainda reflete que é necessário contestar o discurso da representatividade, pois uma pessoa com uma identidade sexual pode não ter uma identidade política que não se ancore nas pautas e bandeiras da comunidade LGBTQIA+, favorecendo a estrutura de discriminação e preconceito. E às vezes, sendo aliada do neoconservadorismo e da retórica do ódio à população LGBTQIA+, como os/as chamados/as “LGBTs de direita e/ou conservadores”.

Alguns exemplos de pessoas “LGBTs de direita e/ou conservadores”: 1) Jessica Ramos Moreno, conhecida como “Jessicão, a opressora” – lésbica bolsonarista, vereadora reeleita em 2024 pela cidade de Londrina - Paraná; 2) Fernando Holiday, ex-membro fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), gay e apoiador de Jair Bolsonaro na campanha presidencial de 2018; ex-vereador (término de mandato em 2024) da cidade de São Paulo – São Paulo; 3) Dom Lancellotti, gay conservador, cearense que vive em São Paulo, fundador da página do Instagram “Gays com Bolsonaro” durante o período das eleições de 2018, se transformando posteriormente em “Gays conservadores do Brasil”, contendo 55,5 mil seguidores (GAYSCONSBRASIL, 2025)[32]; e 4) Sophia Barclay, mulher transexual, cristã, conservadora, patriota e influenciadora com mais de 336 mil seguidores[33] no Instagram.

[32] Número analisado em 18 de março de 2025.
[33] Número analisado em 18 de março de 2025.

Além de tantos outros nomes, não somente nos parlamentos, com orientação sexual gay ou lésbica e identidade de gênero trans, o que torna comum essas pessoas é a retórica do combate à “ideologia de gênero” e que existe uma militância esquerdista do movimento LGBTQIA+. As redes sociais digitais impulsionaram o empoderamento de gays, lésbicas, transexuais em perspectivas políticas neoconservadoras, reacionárias, fundamentalistas e da extrema direita. Na busca pela ideia de liberdade e sua defesa, a extrema direita bolsonarista não busca só as questões ideológicas da liberdade individual e os aspectos econômicos do livre mercado, mas apresenta o conceito como legitimador de práticas violentas para aqueles/as que não pertencem a norma hegemônica.

O sexo e a sexualidade se tornaram disputas discursivas de projetos políticos de poder, e a direita e extrema direita vem se apropriando dessas temáticas para se beneficiar, ora pelos ganhos eleitorais, ora pelos constantes ataques à comunidade LGBTQIA+ acerca da retirada de direitos. Discutir diversidade no campo da extrema direita perpassa um alvo paradoxal entre subjetividades dissidentes sexuais: a manutenção do capitalismo que explora diariamente os corpos, as mentes, as subjetividades. Na história do tempo presente, criar horizontes, agir no tempo estimulando outras iniciativas com estratégias de luta e resistência, tem feito o campo progressista se ressignificar em suas práticas, porque “não há uma fila prioritária da luta social e que primeiro se deve combater exploração econômica, depois o machismo, o racismo, a LGBTfobia ou outras formas de preconceito” (Quinalha, 2023, p. 180). As violências perpassam os contextos interseccionais da existência humana.

Nesse sentido, a parlamentar Margareth Goldman que através dos seus discursos, ora materializados em PLs e publicações-denúncias, apresenta uma inclinação à orientação sexual gay quando legitima a condição política de direita, conforme apresentada na publicação-denúncia do dia 15 de junho de 2019. Nesse material, conseguimos perceber que ela participou de uma reunião com gays de direita de São Paulo, nomeando o encontro de “BA-BA-DO”. Para o ativismo LGBTQIA+ na postura política de esquerda, existe um caminho contrário ao que foi apresentado anteriormente. Renan Quinalha (2023) fala que na história, acompanhamos governos autoritários abertamente violentos com as populações LGBTQIA+, negando direitos, tornando-as indiferentes,

perseguindo-as ideologicamente, matando-as. Cito o uso de triângulos rosas nas roupas de dissidentes sexuais do nazismo de Adolf Hitler, na Alemanha; e em 2025 com os vários decretos autoritários do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que atacam a comunidade LGBTQIA+, especialmente as pessoas transexuais.

No Brasil, percebemos que a atuação do liberalismo forneceu as violências na escravidão, alimentou discursos da meritocracia em condições ideológicas autoritárias, tendo como resultado o abocanhamento do movimento LGBTQIA+ para o mercado e o consumo individual. Ou seja, na versão brasileira existe um neoliberalismo progressista, que aprofunda uma “clivagem de classe dentro da comunidade, estigmatizando LGBTI+ mais pobres enquanto as mais abastadas gozam dos privilégios de sua posição na hierarquia social” (Quinalha, 2023, p. 150). Esse debate político perpassa os marcadores sociais dos sujeitos subalternos em seus territórios, nas concepções ideológicas, no poder, na sexualidade, nos desejos, nas formas de ser e existir no tempo.

Nas publicações-denúncias desta pesquisa, é comum percebermos os discursos parlamentares de que a sociedade catarinense se encontra ameaçada pela “ideologia de gênero” e que a comunidade LGBTQIA+ é uma das principais protagonistas dos ataques à família e aos valores do Estado.

Atravessado pelo fenômeno bolsonarista, Gottfried demarca nas suas redes sociais digitais os muitos discursos de que irá lutar contra quem afrontar a família tradicional catarinense; que a temática da “ideologia de gênero” nas escolas, para os neoconservadores catarinenses, é muito mais destrutiva do que o coronavírus, fazendo alusão a pandemia que dizimou milhares de pessoas no governo do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, considerado omisso na tragédia por diversos setores da saúde e sociedade civil; que tem como objetivo desmascarar o “movimento gayzista”; que os homossexuais são alienígenas na terra; que os esquerdistas são safados porque querem moldar a mente das juventudes segundo a “ideologia gay”, descontruindo a norma, atacando a família brasileira e empurrando de goela abaixo nas crianças que o “gayzismo” é normal, com o intuito de estimular as crianças desde cedo a praticar todos os tipos de experiências sexuais; que não permitirá que as “fantasias sexuais dos esquerdistas” sejam impostas a Santa Catarina, porque o Estado é

neoconservador; que os gays querem as crianças para doutrinar na “agenda LGBTQIA+”, cuja agenda avança a passos largos.

A vigilância, a polícia do pensamento diverso, a perseguição, a criação de um inimigo a ser combatido, a cruzada moral são estratégias do bolsonarismo para atacar não só pessoas que se identificam como progressistas, feministas, de esquerda, mas a comunidade e o ativismo LGBTQIA+. O que pode um sujeito bolsonarista LGBTQIA+ ser, quando o próprio fenômeno busca combater sua sexualidade e identidade, tornando-o abjeto da sociedade? Como viver livremente a condição sexual no neoconservadorismo, se existem governos autoritários, fundamentalistas, parlamentares da extrema direita que narram o ódio à vida das pessoas LGBTQIA+? Da diversidade sexual neoconservadora e reacionária, do movimento antifeminista, da anticiência, dos revisionismos históricos, vale dizer que as redes sociais digitais impulsionam esses temas e que o bolsonarismo tem responsabilidade em manter esses pilares ativos no tempo presente. Por bolsonarismo podemos entender que

> trata-se de um movimento político de massas, com incomum capacidade de instrumentalizar o ressentimento coletivo e a pulsão antissistêmica, mantendo seus apoiadores em estado de mobilização permanente por meio da retórica do ódio e da invenção de inimigos em série. É um movimento não somente autoritário, como também fundamentalista, já que não admite a presença da alteridade, pois todo aquele que não seja espelho das convicções do líder torna-se um inimigo interno a ser imediatamente eliminado (Rocha, 2024, p. 149).

Quando alguns bolsonaristas falam que a comunidade LGBTQIA+ quer implementar uma “ditadura”, precisamos compreender historicamente o que está na dinâmica desse fenômeno. Por muito tempo, a hegemonia e o monopólio da Igreja Católica em assuntos sociais se mantiveram na inserção de regrar a vida humana, ora em perspectiva colonial de uso coercitivo da fé diante de outras práticas de cosmovisão, ora através de valores religiosos e morais. Quando falamos do sintagma da “ideologia de gênero” e seus danos para a democracia, notoriamente, queremos dizer que o catolicismo condena práticas homossexuais, denominando-as como pecaminosas. Nesse sentido, podemos dizer que as revoluções ocidentais na década de 1960 para os novos comportamentos humanos, novas aberturas para entender o corpo, a sexualidade, a liberdade em convergência com tempos democráticos de alguns

territórios, trouxe em outros ambientes as práticas de censura, violação de direitos humanos, cerceamento de liberdades individuais, como nas ditaduras da América do Sul.

Segundo o *Dicionário de conceitos históricos* (Silva; Silva, 2009), podemos nos apropriar do conceito de Ditadura como um regime político ou uma forma de governo, que no ocidente se opõe ao que chamamos de democracia. Historiadores/as latino/a-americanos/as que se concentram em estudar as ditaduras (exemplo do Brasil, da Argentina e do Chile), refletem que é importante analisar as especificidades de tempo e espaço de cada uma, suas particularidades e condições para o fenômeno ser compreendido. Observar também como existem resquícios das ditaduras em aspectos políticos, ideológicos, econômicos nos anseios daqueles/as que gritam hoje em dia por "intervenção militar" ou discursam que elas perpassaram tempos de prosperidade para o país. Para quem a ditadura é interessante? Por quem ela se mantém? E a quem ela lhe interessa? São questões que perpassam a história do tempo presente. Na democracia, os direitos que afetam a diversidade sexual e de gênero são garantias conquistadas a partir de luta e resistência. Na ditadura, esses direitos são cerceados, violados e restritos.

Na realidade brasileira, após o outorgamento da Constituição Federal de 1988, muitos direitos puderam ser inscritos como garantias fundamentais para a diversidade em condições democráticas. Com os avanços nas políticas públicas e nos direitos civis no século XXI, acompanhamos também diversos movimentos, ora neoconservadores, ora religiosos, contestando e atacando essas garantias, na tentativa de deslegitimar a cidadania de grupos historicamente marginalizados e subalternos. Na falaciosa narrativa de uma "ditadura gay", o que se apresenta na realidade são condições legais para a comunidade LGBTQIA+ viver sem preconceito e discriminação.

Uma das principais conquistas feministas do século XXI foi a Lei Maria da Penha (11.340/2006), onde fez com que o STF abrisse novos caminhos em 2025 para os casos de violência doméstica contra mulheres transexuais, travestis e casais homoafetivos masculinos garantindo o acesso a medidas protetivas, a rede de apoio e acolhimento especializado e ao atendimento prioritário e humanizado (Brasil, 2025).

Outra decisão histórica do STF ocorreu em 2011, quando o Tribunal reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo como uma família. E através da Resolução nº 175, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013, onde proibia cartórios de impedir casamentos homoafetivos, abrindo a oportunidade do casamento civil igualitário no Brasil (Brasil, 2011).

No que concerne à violência LGBTfóbica, o STF em 2019 criminalizou e enquadrou a homofobia e a transfobia na Lei de Racismo, nº 7.716/89 (Brasil, 2019). Criminalizar e punir sujeitos que violentam uma pessoa por conta da sua orientação sexual e identidade de gênero foi um marco para a história recente do Brasil. A lei já fez efeito, e um dos exemplos foi quando em março de 2025, o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, do governo do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, tornou-se réu por homofobia em processo criminal. Numa entrevista em 2020, Ribeiro falou que a homossexualidade em adolescentes era oriunda de famílias “desajustadas” (Carta Capital, 2025). Ou seja, violência LGBTfóbica impulsionada por discurso de ódio também é passível de criminalização.

A garantia do nome social para pessoas transexuais e travestis vem a partir do decreto federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (Brasil, 2016). O reconhecimento da identidade de gênero pelo Estado através do nome social legitima uma pessoa transexual e travesti na sociedade civil, diminuindo violências transfóbicas, expressões pejorativas e discriminatórias, constrangimentos públicos e/ou privados, tornando-a cidadã.

Nesse sentido, esses avanços acompanham o tempo presente e as demandas de grupos considerados subalternos, compreendendo também que esses direitos não são eternos e podem ser violados ou desfeitos por governos e condições políticas que colocam a comunidade LGBTQIA+ no alvo da perseguição, ameaça e violência. Assim, nomear “ditadura gay” para os direitos da comunidade LGBTQIA+ e “ideologia de gênero” como negativa para os estudos de gênero, feministas, *queer*, gays e lésbicos, é promover pânico moral e abrir uma fissura no tempo presente para o passado violento colonial.

3 “PROFESSOR, VOCÊ É GAY?”: EU-PROFESSOR E EU-CORPO-ABJETO

> Sou menina, isso nunca vai mudar. Uso rosa e de boneca vou brincar. Deus me fez assim. É assim que eu sou, princesa do senhor. Sou menino, isso nunca vai mudar. Uso azul e de carrinho vou brincar. Deus me fez assim. É assim que eu sou, guerreiro do senhor. Estão dizendo por aí que isso já mudou, e que eu posso escolher quem eu sou. Estão tentando confundir a verdade do senhor, mas a verdade é que Deus nunca errou. No princípio Deus criou Adão e Eva. Estão querendo nos impor outra ideia, mas isso nunca iremos aceitar. Se preciso entraremos numa guerra, em defesa da criança nessa terra. O gênero ninguém pode mudar. Pode alguém até discordar. Nós não iremos recuar. A verdade iremos proclamar. Deus nunca errou te fez com muito amor. Cada detalhe seu, ele desenhou, você é especial! Do jeito mesmo que você é Deus nunca errou, quando criou homem e mulher. Aleluia, aleluia, Deus abençoe esta geração. Aleluia, aleluia, Deus proteja esta nação! Proteja esta nação! (Edy, 2021)

A letra da canção que abre este texto, intitulada de “Deus nunca errou”, está situada no contexto da produtora Casa Radar Estúdio, um espaço físico para ensaios e produções musicais localizado no bairro Lagoa, na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Ela foi composta por Chris Oliver e cantada por Edivone Ramos, conhecida pelos membros e fiéis da Assembleia de Deus, como Tia Edy. Atuante na Igreja do Ministério Ribeirão das Neves, Tia Edy possui um canal no Youtube com mais de 23 mil[34] inscritos e o clipe já ultrapassou 800 mil visualizações, considerando difícil mensurar qual público que consome o recurso.

A narrativa da canção em consonância com o objeto desta pesquisa transparece o ideário fundamentalista de muitas denominações religiosas em defender que o gênero não pode ser mudado, contestando os estudos sobre o tema[35]. A afirmação de que “estão querendo nos impor outra ideia, mas isso nunca iremos aceitar. Se preciso entraremos numa guerra, em defesa da criança nessa terra. O gênero ninguém pode mudar” (Edy, 2021), conota a negação da diversidade sexual e de gênero. Quando falam de imposição, o que se quer é manter o projeto patriarcal que a norma rege; de entrar numa guerra a favor da

[34] Dados coletados no dia 05 de junho de 2025.
[35] Recomendo para a discussão, os textos selecionados de *¡Habemus género! La Iglésia Católica y ideologia de género* (Bracke, Paternotte, 2018)

criança, o que se quer é limitar o conhecimento e acesso à educação para a diversidade de ser, estar e viver neste mundo; da narrativa que o gênero não pode ser mudado, fica perceptível no clipe o binarismo de gênero, entre o rosa e azul, o carrinho e a boneca. Neste sentido, o projeto político e religioso da "ideologia de gênero" elucida ataques à educação democrática, tendo como um dos seus alvos o/a docente.

Esta escrita ocorreu no inverno de 2025 quando as notícias de perseguição e violências contra educadores e educadoras no Estado de Santa Catarina[36] se intensificavam e permaneciam constantes provocando mais tensão, autocensura, medo e ansiedades docentes no território escolar, ora infladas por discursos de ódio, principalmente, dos parlamentares estaduais da extrema direita. Na acusação de "doutrinação ideológica" e "ideologia de gênero", muitos pais e/ou responsáveis se sentem confortáveis e legitimados por esses dispositivos de violências para questionar a prática docente e movimentar a comunidade escolar para situação de pânico moral ou para defender a ideia privada das convicções religiosas e morais na instituição pública brasileira.

Em paralelo com a instituição formal, território do saber e bem público que é a escola, formadora de sujeitos em processo de escolarização e que constitucionalmente deve ser promotora da igualdade de gênero, da democracia e da justiça social, temos a instituição privada que é a Igreja, nesse caso da pesquisa, aquela com denominação cristã, que disciplina, doutrina e molda corpos sob o viés moral e religioso. Quando o assunto é diversidade de gênero e sexual, podemos identificar várias manifestações arbitrárias e contrárias em muitas escolas públicas de Santa Catarina e do país, oriundas de grupos e pessoas, que ora se apresentam com um perfil diverso. Das experiências docentes do autor, percebe-se neste perfil o reacionarismo, o fundamentalismo e o neoconservadorismo diante da laicidade do Estado Democrático de Direito. Deste projeto de manter a norma, nota-se que existe uma forma de pedagogia religiosa impelida na citação direta que abre este capítulo.

[36] Dia 25 de junho de 2025, durante a escrita desta pesquisa, mais um caso de violência física contra um educador. A vítima, um professor de arte de uma escola estadual do Rio Vermelho – Florianópolis, acusa o agressor de homofobia. O agressor, um pai de estudante, acusou o docente de assédio contra o seu filho. O professor, crítico ao projeto de escola cívico-militar que, ao qual, o governo do Estado quer implantar naquela escola. O pai tem antecedentes criminais e já perseguiu uma outra professora por temáticas de gênero e sexualidade. O caso segue em investigação pela polícia.

Decidi intitular este capítulo com uma das frases que, costumeiramente, se direciona a mim por estudantes: “Professor, você é gay?”. Essa contestação vem a partir dos temas de gênero, sexualidade e diversidade trabalhados em sala de aula, das roupas não convencionais utilizadas, das tatuagens espalhadas pelo corpo, do corte de cabelo, da sensibilidade no tom de voz. Esse conjunto de hipóteses imaginativas que orienta o/a estudante a me ler como uma pessoa homossexual, mesmo não me autodeclarando gay em sala de aula, conota não só curiosidade pessoal, mas um reflexo de como socialmente estas expectativas de gênero se fundamenta nos corpos.

Utilizo de duas expressões, inspiradas nas reflexões do “eu” de Butler (2022), para referenciar as subjetividades produzidas por minhas vivências e experiências: a primeira, nomeei de “eu-professor” para designar um corpo profissional, imerso na área da educação, do ensino de História, e a segunda, de “eu-corpo-abjeto” para se referir diante da minha vivência gay, a possibilidade de (re)existir num Estado, consideravelmente bolsonarista, que não propõe no tempo presente políticas públicas LGBTQIA+ para a minha cidadania, tornando-a indiferente para o mesmo. De fato, esses dois eixos do meu “eu” se articulam, se afetam, são indissociáveis. Num contexto de perseguição docente e de vidas LGBTQIA+, esses termos seriam passíveis de sobrevivência? Para esse fenômeno histórico, o que seria um “eu” vivível?

O meu “eu” questiona a norma. O meu “eu” subverte as estruturas hegemônicas. O meu “eu” é dissidente sexual, vulnerável, cético. Eu não performo uma representação masculina de um docente aos padrões e características de tantos filmes e imagens, ora cisgênero, quando marcada pelos seguintes estereótipos: trajes sociais, óculos de grau, masculinidade viril, faixa etária adulta/idosa. Na trajetória docente de 15 anos, cujo ano foi 2025, na Educação Básica, os territórios se materializaram em várias comunidades escolares de alguns municípios da Grande Florianópolis[37].

É oportuno ressaltar que, além de ser uma pesquisa de doutorado em História, todo esse caminho de reflexão do autor tem como proposição reativa a um ensino de História que se paute na democracia, na laicidade, no

[37] Conurbação da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, com munícipios adjacentes, formando uma área urbana contínua.

conhecimento histórico e que resista as formas de censura[38] e perseguição provocadas perante a atuação profissional de docentes nos debates escolares de gênero, direitos humanos, diversidade e sexualidade (Fernandes, 2021). Ao escrever sobre violências contra educadores e educadoras nas escolas, entre vítimas e agressores/as, podemos indicar caminhos e estratégias para que o ensino de História e seus atuantes lidem com a liberdade de ensinar e as múltiplas concepções pedagógicas, regidas pela Constituição de 1988.

Em oposição a isso, percebe-se que existe a construção da expressão "professor doutrinador" que, por muitas vezes, ao acessar e analisar as fontes desta pesquisa, ficou entendido que a metodologia proposta de ataque aos docentes acompanha o exercício da acusação. Um exemplo hipotético: ao fazer um projeto sobre gênero e diversidade, um professor foi filmado de um celular[39] por um estudante delator. Ele foi orientado por seus pais e/ou vereadores/deputados quando esses assuntos tivessem abordagens em sala de aula. São temáticas que constavam no planejamento do professor e no projeto político pedagógico da escola pública. O professor foi exposto a diversas violências nas redes sociais desses agressores. Eles não foram na escola para compreenderem o objetivo da proposta e nem a sua finalidade pedagógica, mas associaram o trabalho com "ideologia de gênero". Além de provocarem pânico moral na comunidade escolar a partir da acusação de "professor doutrinador" - inimigo da família, ele foi alvo de preconceito e discriminação. Acusaram para o deslegitimar e desumanizar na atuação profissional.

Essa metodologia se ancora na deslegitimação do conhecimento científico e, na História, existem exemplos persecutórios e de imputação quando associam o "professor doutrinador" a um inimigo da educação e à esquerda. Acusam de propagar "ideologia de gênero", de minar mentalidades vulneráveis na relação professor-estudante com temas que atacam os valores morais e religiosos da família, questionam as liberdades de pensamento crítico da

[38] Compreendo o termo a partir dos cerceamentos da liberdade de ser, pensar e existir, da arbitrariedade sobre a vida em contextos democráticos, das imposições que negam a pluralidade dos seres humanos, da proibição e da repressão em contextos políticos, ideológicos, religiosos etc.

[39] Existem leis que proíbem o uso de celular na escola da Educação Básica sem fins pedagógicos, como a Lei nº 15.100/2025.

realidade social em sala de aula e buscam interferir nas propostas pedagógicas de uma instituição pública de ensino formal.

Os/as perpetradores/as que corporificam essa expressão em violências contra docentes possuem perfis diversos e pertencem a movimentos articulados em suas concepções político-ideológicas. São exemplos desses agrupamentos o dos revisionismos históricos, difundidos pela Brasil Paralelo[40] (BRASIL PARALELO, s.d.); o antigênero, imposto pelas narrativas do fundamentalismo e do neoconservadorismo; o do antifeminista, resultante de uma bibliografia, cuja parlamentar Margareth Goldman é protagonista; o de muitos políticos da extrema direita, que são eleitos a partir dos seus discursos de ódio e violências em suas redes sociais digitais particulares. Além deles, o movimento ESP é um dos principais responsáveis pela ideia que perpassa o conceito “professor doutrinador”: por um lado o ódio à criticidade que versa sobre uma doutrina que limita e censura a reflexão e formação dos/as estudantes, e por outro, a coerção da neutralidade na educação como viés ideológico que mantém a norma. Nesse sentido, considerado inimigo, “a figura do professor doutrinador, aquele que impõe temas e conteúdo que contradizem a vontade e a crença das famílias” (Mendonça; Passos, 2021, p. 08) perpassa a agenda do ESP e corrobora com o discurso “meus filhos, minhas regras”.

Num contexto de violências contra a escola (Debarbieux, 2002), a construção do inimigo “professor doutrinador” vem sendo acionado como parte de um projeto de poder em curso no Brasil (Mendonça; Passos, 2021). Na arena pública, o medo e a ansiedade coletiva a favor da política do ódio têm desmantelado mecanismos políticos de progresso democrático educacional. Portanto, pode ser o/a docente de História um inimigo da escola, bem como para a sociedade catarinense? Esta provocação faz o leitor refletir sobre o compromisso ético com o exercício docente perante as metodologias e estratégias utilizadas para a manutenção de violências contra educadores e educadoras no Estado de Santa Catarina, quiçá no entendimento deste fenômeno no Brasil e no mundo.

No ensino de História, quando um/a docente possibilita explorar outras relações com o tempo diante de práticas pedagógicas da diversidade,

[40] Empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação. Em 2016, Filipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem fundaram a empresa em Porto Alegre.

compreende-se que a abertura para uma ética se orienta para um olhar para si. Um ensino de História no presente que possa olhar para o passado pelo viés plural, materializar nesse tempo a diversidade e construir o futuro perante essas perspectivas. Ou seja, a aula de História se apresenta como um lugar de refúgio e abre espaço entre o passado e o futuro para imaginar e reencontra o criativo com os outros (Pacievitch; Pereira, 2021). Das criações docentes, por exemplo, as temáticas de gênero e sexualidade podem historicamente dar visibilidade a comunidade LGBTQIA+ e suas lutas, considerando o tempo presente como espaço/refúgio para escutar, evidenciar, ouvir vozes ainda pouco estudadas.

Quando a discussão da temática da sexualidade começou a transitar com mais intensidade na escola nos anos 1980, a orientação sexual abria um caminho para a reflexão de que a educação sexual não só era um direito para crianças e jovens pensarem as relações de gênero, o corpo, a gravidez precoce, as infecções sexualmente transmissíveis, as violências. Ela abria a possibilidade didático-pedagógica como tema transversal inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997. Ao longo do tempo, foram muitas tentativas de censura ao tema na escola oriundas de grupos neoconservadores e/ou fundamentalistas, mesmo sabendo que “a criminalização da educação sexual é, em si, uma privação significativa, o verdadeiro *locus* e instrumento do abuso” (Butler, 2024, p. 111). Não discutir essas temáticas na escola faz parte da sustentação das violências no território escolar.

Nas publicações-denúncias, perpassa a ideia de que a educação sexual nas escolas é “ideologia de gênero”, “pornografia”, “doutrinação ideológica” e que o/a docente é um/a militante que abusa intelectualmente de crianças e jovens, muitas vezes associando-o como esquerdista, petista, do plano do marxismo cultural. São estratégias discursivas bélicas do Escola sem Partido que, ao desnaturalizar o ofício, coloca como alvo a vida do/a docente, cujos marcadores sociais da diferença (sexualidade, raça, classe, escolha política etc.) podem demarcar violências diferenciadas: entre um professor assumidamente gay afeminado e um professor gay que performa uma masculinidade hegemônica e não é assumido publicamente, o primeiro irá sentir mais a violência; entre uma professora negra e uma professora branca, a primeira sofrerá mais; entre uma professora travesti e uma professora cisgênero, a primeira padecerá mais; entre um professor que discute temáticas de gênero e

sexualidade na sala de aula e se posiciona contra o preconceito e a discriminação e um professor que é negligente e não faz esse tipo de abordagem, o primeiro estará vulnerável a perseguição. O/a professor/a como inimigo/a é o resultado das ofensivas do ESP na educação brasileira. Sendo assim, “comparando a relação professor-aluno com a de sequestrador e sequestrado, o MESP cria um cenário no qual as famílias são convocadas a salvar e defender seus filhos desta violência intelectual” (Mendonça; Passos, 2021, p. 07).

Na realidade catarinense, a análise das fontes dessa pesquisa mostrou que as camadas de violências contra os/as docentes se intensificaram ora pelos projetos de lei, ora pelos constantes ataques discursivos de alguns parlamentares na tribuna da Alesc e em suas redes sociais digitais. Nesse sentido, o discurso de ódio fabricado pelos agentes do Estado demarca uma posição pública: esse poder soberano que é o Estado, governado por uma conjuntura político-partidária com ideologia e moralidade, atribui ao discurso de ódio uma privação de direitos e liberdades (Butler, 2021), nesse caso, de professores e professoras em exercerem democrático e constitucionalmente o ofício profissional.

Dos quatro PLs da parlamentar Margareth Goldman, entre os anos de 2021 e 2022, compreendeu-se que a narrativa da perseguição a educadores e educadoras se pautou na compreensão de que existe uma inadequada influência na formação de crianças e adolescentes e que as temáticas de gênero e sexualidade provocam desconfortos sociais. O fenômeno da perseguição docente se materializa quando a parlamentar cria um PL para formar docentes a partir do negacionismo histórico, como no caso do PL 0206.2/202 que aborda a temática da violência contra homens, cuja justificativa do Artigo 1º, em seu parágrafo único, se fundamenta no feminismo e na ideia de que os homens são submissos às mulheres, repudiando historicamente o patriarcado. No PL 0310.1/2021, aos moldes das estratégias do ESP, ela solicita pensamento neutro na escola, colocando o/a docente como sujeito da violência intelectual na formação dos/as estudantes.

Aciona-se constantemente a temática da pornografia, dos atos obscenos, da sexualização das crianças e adolescentes, da excitação sexual para o debate público através do PL 0213.1/2021, muitas vezes equiparando essas expressões

a orientação sexual e movimentos da diversidade sexual, afirmando que elas influenciam crianças e jovens. Uma educação democrática não influencia, mas sim, abre caminhos para o pensamento plural, a criticidade, a liberdade de ser e existir. Influenciar é negar a liberdade e a criatividade das experiências individuais dos/as estudantes, de suas histórias, de seus gostos e desejos, das suas formas de se posicionar no mundo. Pelo contrário, podemos perceber que as diversas proposições legislativas dessa pesquisa, apresentadas pela extrema direita catarinense, procuram “impor o que pode e o que não pode ser ensinado, o que significa uma presença cada vez maior de uma forma de polícia do pensamento apoiada pelo Estado em oposição à ‘ideologia de gênero’ [...]” (Butler, 2024, p. 100-101). Pode uma criança ser livre sem imposições para imaginar e pensar o diferente? O receio que se tem é, de as crianças lerem algo e se tornarem aquilo?

Ainda em interlocução com o fenômeno da perseguição docente no território catarinense, baseio minha análise nas proposições legislativas do parlamentar Gottfried, entre os anos de 2019 e 2021, sendo elas dois PLs e uma PEC, onde percebeu-se o desmantelamento das construções históricas nos documentos da educação no Estado ao que se refere a diversidade.

Uma delas que se insere na temática da linguagem é o PL 0356.4/2020 que impede as variações linguísticas, regidas pelos últimos documentos da educação brasileira, como a BNCC, e que possa acompanhar a diversidade sexual. A negação da linguagem não-binária e seu não uso em documentos oficiais da educação permitiu que o parlamentar pudesse ter a crença de que o uso de “todes” afasta as pessoas e polariza a sociedade. Uma perspectiva legislativa do parlamentar que impede a existência de não-bináries na escola.

O PL 0491.0/2021 que impede pessoas não binárias, transexuais e travestis de usarem o banheiro que correspondam a sua identidade de gênero nas instituições de ensino, contraria a Resolução nº 12/CNCD/LGBT, de 16/01/2015, que aborda a humanização do espaço escolar para a permanência de estudantes e professores/as, e a Proposta Curricular de Santa Catarina, de 2014, que tem como percurso formativo a diversidade. Ao negar espaços inclusivos na escola, a perseguição docente se faz presente, resultando em ataque ao direito à educação.

Através da PEC 0011.1/2019 que tenta retirar o termo “orientação sexual” do inciso IV do artigo 164 da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, compreendeu-se que a constância na perseguição às temáticas de gênero e sexualidade corrobora com as últimas propostas legislativas.

Diante disso, ficou entendido nas análises que existe um exercício persecutório à educação, aos docentes, às temáticas de gênero e sexualidade na educação, o que fez com que esses parlamentares se aproximassem em contextos político-ideológicos de poder. No ataque às temáticas descritas, atacam também o “eu-professor” e o “eu-corpo-abjeto”.

3.1 ENTRE A SALA DE AULA, O OFÍCIO DOCENTE E A EDUCAÇÃO SEXUAL: O ENSINO DE HISTÓRIA COMO DENSIDADE DEMOCRÁTICA

No ofício do/a professor/a de História, os elementos materiais, teóricos que afetam a sala de aula, emergem de uma complexidade, oriundos dos pensamentos, dos sujeitos, da arquitetura escolar, dos novos mundos e possibilidades. Cada aula de História é um novo começo. A partir de problematizações dos conteúdos curriculares e aqueles que são trazidos pelos/as estudantes, a aula se torna um corpo em movimento. O ambiente escolar proporciona a universalização epistemológica das relações humanas. Seres subjetivos dialogam intrinsecamente para compor o cenário da democracia educacional. Em tempos tão difíceis, o diálogo. Abrir a porta, sentar-se na cadeira e iniciar a aula são atitudes do fazer docente que são essenciais para os sujeitos formadores de saberes. O/a professor/a de História é um/a articulador/a de ideias, pensamentos, experiências, raciocínios e precisa ser sensível a tudo isso. O trabalho do/a professor/a se constitui por relações entre o objeto de estudo da ciência e dos corpos em desenvolvimento educacional.

Segundo Larrosa e Rechia (2018, p.315), “o ofício de professor é algo que tem a ver com a ‘artesania’ (arte do artesanato) e com a realização de uma obra, e algo que tem a ver com uma condição e com a realização justa e adequada dessa condição”. Pode uma porta da sala de aula se abrir para uma aula de História? Tudo o que pode acontecer sempre é o início. Enfatizo algumas questões: por ter consciência que somos sujeitos históricos e que participamos do tempo; por identificar as desigualdades, as injustiças, as crueldades e

gritarmos por justiça diante dos sujeitos que foram esquecidos pela História Oficial ou dos heróis; por lutar pela cidadania, igualdade, tolerância e respeito no lugar de fala que um docente se encontra; por fazer da docência uma vasta comunidade e sentir o zelo pelo compromisso ético diante do ofício. Essa peça material, a porta, se comunica na aula de História, ora aberta, ora fechada. Seus ruídos intensos que movimentam a orquestra da sala de aula; as várias mãos de docentes e estudantes que se apoiam na maçaneta para entrar ou sair. Ela que abre um espaço para observar outro mundo, os corredores, onde transitam e silenciam os corpos que estudam, acolhe os/as estudantes que falam por si e para si. Nesse sentido, Larrosa e Rechia (2018, p. 155) argumentam que são características do estudo "o caráter solitário; [...] o acontecer numa temporalidade sem fim nem finalidade, num tempo que não conta e que não se conta; o acontecer num espaço textual potencialmente infinito e indefinido".

A porta da sala de aula é uma divisora de águas, metaforicamente. A materialidade do objeto faz parte do ofício do/a professor/a, ora em ritmo eufórico e que transcende as possibilidades subjetivas do ofício. É uma epistemologia gerenciada por saberes e experiências cotidianas. A prática docente transcende as estruturas da sala de aula. Professor/a em pé, professor/a sentado/a, caminha para frente e para trás; olha e persegue com sua percepção a dança, os movimentos dos corpos sólidos ou não no interior do espaço da sala. Bate o sinal. Estudantes saem enérgicos/as porque é o fim da aula; a porta se posiciona, grita, move, interage. O outro dia, é outro. Ao fechar a porta da sala de aula, sujeitos que se sentam e ficam atentos às aulas; ações dos seres humanos no tempo, a História. As metodologias didático-pedagógicas percorrem os caminhos estudantis dentro das possibilidades estruturais, sendo aquilo que chamo de metáfora da porta, uma filosofia da aprendizagem.

Todavia, a porta da sala de aula não é somente uma abertura para um turbilhão de alegrias e prazeres; a tensão, a mudança e as dificuldades geram embates no mundo da sala de aula. É fundamental refletir sobre uma educação plural e integral para cada ser humano; atuar, pensar e participar faz com que o mundo se torne vivido. E uma das questões que versa sobre a problemática do objeto de pesquisa a respeito do jogo de interesse entre parlamentares e educação, é sobre os usos de gênero e sexualidade diante de um Estado laico, como é o Brasil. A quem se quer atingir retirando termos como gênero,

orientação sexual e identidade de gênero dos documentos normativos da educação municipal, estadual e nacional? Pode uma educação democrática não falar de educação sexual com crianças e adolescentes em processo de escolarização e desenvolvimento?

A implementação da educação sexual no país acompanhou as profundas mudanças na sociedade, que atravessavam as políticas públicas do Estado e os comportamentos das pessoas. Rita Cássia Pereira Bueno e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2018) analisam historicamente as primeiras décadas do século XX, centrando nos anos 1960 e seguintes. Os autores comentam que os anos 1940-1950 constituíram um período de vasta produção bibliográfica, os anos 1960 foram os anos das primeiras ações efetivas de Educação Sexual em escolas e os anos 1980 o período em que órgãos de governos municipais e estaduais desenvolveram projetos de Educação Sexual. Nas décadas citadas do século XX, o debate já se fazia presente nas universidades, nas escolas e em espaços institucionais e governamentais que acompanhavam as reivindicações e demandas dos movimentos sociais e grupos organizados, especialmente os feministas e LGBTQIA+. Gênero, categoria interdisciplinar, ganhava força, proporção e se estabelecia no cenário público e privado como recurso analítico. O *Dicionário de Educação Sexual, Sexualidade, Gênero e Interseccionalidades* (2021), organizado por Gabriela Dutra de Carvalho, Marisalva Fávero, Valéria Gomes e Vera Márcia Marques Santos, que foi utilizado para contribuir com os conceitos científicos perante as temáticas e a desmitificação de alguns outros na arena pública, é resultante de um projeto desenvolvido entre a Udesc e o Instituto Universitário da Maia (ISMAI). Ele se torna um referencial para docentes e para outras pessoas que buscam refletir e compreender acerca dos conceitos referentes à sexualidade, gênero e interseccionalidades. Em diálogo com essas proposições, “este documento visa também desmistificar temas/conceitos, especialmente para quem não está na academia. E, com isso, acreditamos contribuir para a vivência da sexualidade livre de toda e qualquer opressão, coerção e discriminação”. (Carvalho et al., 2021, p. 1)

Como gênero, sexualidade e violências (preconceitos) apareciam nos currículos do ensino de História, nos âmbitos estadual e nacional? Desde a Constituição de 1988, os marcos legais que orientam a educação no país principiavam ares progressistas, democráticos e que corroboravam com as

reivindicações dos movimentos sociais, como os feministas e LGBTQIA+, para uma educação formal laica, republicana, diversa e cidadã. Os princípios de respeito, tolerância, combate à discriminação e preconceito, apreço aos direitos humanos, integram o enredo material da escrita de leis e outros documentos nacionais.

Não me proponho analisar currículos, mas sim propor reflexões e diálogos com autores/as que permitem compreender o currículo pós-estruturalista e pós-crítico. O currículo é território de disputa que envolve o saber, o poder e a identidade. Tomaz Tadeu da Silva (1999) pensa as teorias do currículo: das teorias tradicionais às teorias críticas; as teorias pós-críticas; e depois das teorias críticas e pós-críticas. A abertura para o debate é permeada pela ideia de que "o currículo seria um objeto que precederia a teoria, a qual só entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo" (Silva, 1999, p. 11). A problematização do conceito/noção de teoria supõe de que esta "descobre" a realidade, sendo assim, portanto, uma representação, uma imagem, um reflexo de uma realidade.

Focarei no diálogo com as teorias pós-críticas do currículo, onde o autor se ancora nos conceitos de: identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação, discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade e multiculturalismo. Para a perspectiva pós-estruturalista, "a 'teoria' não se limitaria, [...] a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção. Ao descrever um 'objeto', a teoria [...] inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é, [...] um produto de sua criação" (Silva, 1999, p. 11). No interior dessa corrente, faria mais sentido falar em discursos ou textos do que em teorias. As ações determinantes do viés pós-estruturalista agem de forma crítica ao modelo tradicional da neutralidade, da tecnicidade e do cientificismo no currículo. Repleta de afirmações e métodos de uma forma ideal do que seria um currículo, a teoria tradicional centra-se nas fortes características de aceitação: conteúdos não contestados. A perspectiva crítica, a ênfase pedagógica é deslocada para conceitos claramente marxistas de ideologia e poder. E, finalmente, a perspectiva pós-crítica, procura enfatizar construções discursivas históricas e sociais. Para esta última, "um discurso sobre o currículo, mesmo que pretenda apenas descrevê-lo 'tal como ele realmente é', o que efetivamente faz é produzir uma noção particular de currículo. A suposta descrição é efetivamente, uma criação" (Silva, 1999, p. 12).

A noção de discurso tem uma vantagem adicional, pois concebe que, tanto premissas assertivas sobre a realidade e como essa deveria ser, tem efeitos sobre a realidade. Na perspectiva pós-estruturalista, o currículo é também uma questão de poder, pois “selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (Silva, 1999, p. 16). É o poder, que se arquiteta em diversas esferas, que cumpre o papel de separar o que é tradicional do pós-crítico.

Para Silva (1999), as teorias pós-críticas do currículo estão centradas nas análises discursivas, na construção social e no multiculturalismo que não deixa de ser uma continuidade das teorias críticas com a diferença de que esta última atribui especial ênfase nas dinâmicas de classe, enquanto as teorias pós-críticas, envolvem-se na discussão outras categorias tais como gênero, etnia, raça, sexualidade. Nas teorias pós-críticas as questões centrais passam a ser: como a identidade dominante (branca, masculina, heterossexual) se tornou referencial através da qual as identidades subordinadas são construídas? Quais mecanismos sustentam a posição dominante de determinados grupos? As proposições reflexivas do autor conduzem a seguinte afirmação: currículo é questão de poder e de identidade. Nossa identidade foi (e continua sendo) construída em decorrência dos diversos currículos que acessamos ao longo da vida. Gay, lésbica, feminista, negros/a, *queer* e outros sujeitos da diversidade afrontam o currículo prescrito e reivindicam ações de combate às violências, contestando o que é correto e o que é incorreto, moral e imoral, normal e anormal. Um currículo que não se limita a introduzir conhecimentos sobre sexualidade, diversidade e identidade, tornando o “como pensar?” para “o que torna algo pensável?”. Um currículo baseado na diferença que pode fazer a diferença.

Falar de currículo (prescrito e vivido) é questionar a educação escolar tal qual ela está imposta; falar de currículo é entrar numa zona de interfaces que norteiam a vida do/a estudante; falar de currículo é pensar nos desafios e nas consequências para o futuro educacional que emerge das responsabilidades institucionais, dos/as docentes e dos governos a nível municipal, estadual e nacional; contudo, é espaço de disputa, posse, orientação e humanização dos

saberes historicamente produzidos pela sociedade em consonância com a formação do sujeito em desenvolvimento e construção.

Analiso categorias das concepções pós-estruturalistas como gênero e sexualidade, nos currículos, para pensar as formas de poder e hierarquização de sujeitos. Gênero é uma categoria muito disputada no currículo. Em momentos distintos da sociedade brasileira, ora se fez presente, ora ausente. A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) é um documento legal que insere a terminologia Gênero em todo o percurso formativo da Educação Básica no Estado. Na atualização da Proposta "estão em discussão: a educação para as relações de gênero; a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero); a educação e prevenção; a educação ambiental formal; a educação das relações étnico-raciais" (Santa Catarina, 2014, p.57). O Currículo do Ensino Médio do Território Catarinense, no Caderno 2, que discorre sobre a Formação Geral Básica, na Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especificamente no componente curricular História, permite os/as estudantes realizarem "abordagens reflexivas sobre memórias e narrativas históricas, [...] entre outros objetos de conhecimento, tendo em vista o reconhecimento das diversidades étnicas, culturais, sociais, de gênero, a construção e ressignificação de identidades [...]" (Santa Catarina, 2020, p. 63). No Caderno 3 do respectivo Currículo, no esboço da Parte Flexível, área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, existe no portfólio de Trilhas de Aprofundamento (elas compõem os Itinerários Formativos) a Trilha 1, intitulada de *Mulheres no Território Catarinense*, com recorte temático das representações sociais, mulheres, direitos, relações de poder e de gênero; ela operacionaliza as seguintes ferramentas educacionais:

> a) conhecimento científico: desenvolver a capacidade de compreensão e reflexão com base em conhecimentos legitimados pela comunidade científica; b) representações sociais: identificar como são produzidos os modos de ver as mulheres, considerando as interseccionalidades de gênero, as populações LGBTQIAP+, etnia, raça, de classe, geracional, entre outras; c) direitos: como campo de emergência e consolidação de direitos da (sic) mulheres; d) gênero: como categoria e como perspectiva em destaque, na análise da interseccionalidade, ao gerar conhecimentos científicos acerca das mulheres catarinenses; e) mulheres: diferenças entre os sujeitos históricos, diferentes em suas lutas; f) relações de poder: observar como as práticas sociais legitimam relações assimétricas de poder entre homens e mulheres; g) direitos:

> campo de lutas sociais para garantir igualdade de gênero (Santa Catarina, 2020, p. 52).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), principalmente no caderno específico de Orientação Sexual, legitima o trabalho com as questões de gênero, sexualidade e orientação sexual como temas transversais no currículo. Tal documento é de extrema importância para respaldar o trabalho com essas temáticas na escola. É também um documento bastante utilizado e discutido nas escolas, servindo, muitas vezes, de referencial teórico para o planejamento de professoras/es. Com ele, profissionais da educação podem sentir-se amparados a trabalhar questões sensíveis na escola. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), apontam para a necessidade de trabalhar questões ligadas a gênero e sexualidade desde a educação infantil até o ensino médio. Indicam para tanto uma abordagem focada não na padronização de comportamentos ou na reprodução de modelos pré-definidos, mas, ao contrário, na reflexão crítica, na autonomia dos sujeitos, na liberdade de acesso à informação e ao conhecimento, no reconhecimento das diferenças, na promoção dos direitos e no enfrentamento a toda forma de discriminação e violência.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), principalmente este último, acolhem a demanda religiosa, neoconservadora, da retirada dos documentos os termos “gênero” e “orientação sexual”, contemplando-os com a noção de múltiplo, diverso, respeito, alteridade; mas também não impedem a abordagem em sala de aula.

Esses são alguns marcos legais da educação no Brasil que abordam a temática de gênero no currículo, e que historicamente vem sendo alvo de movimentos antigênero e antiLGBTQIA+. Gênero vai se inserindo na educação a partir das pesquisas feministas que criam um olhar crítico para as relações de poder e hierarquia entre os homens e as mulheres na História. Portanto, os Estudos de Gênero pertencem a um campo científico multidisciplinar que engloba várias ciências (História, Ciências Sociais, Antropologia etc.), e distingue o que é sexo (biologia) e gênero (construção social). Os estudos de gênero têm caráter político, pois enfatiza a mudança social, a transformação de realidade hegemônica, da norma e do protótipo de uma sociedade construída pelo patriarcado e pela violência.

3.2 DISPOSITIVOS HISTÓRICOS MATERIAIS E DISCURSIVOS DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO" COMO MÉTODO PERSECUTÓRIO À DOCÊNCIA PLURAL

O presente se faz no movimento da relação entre sujeitos e demandas temporais. Camadas e estratos que compreendem fatos, episódios e eventos. Um desses episódios que demarca o objeto dessa pesquisa é o vestuário tendencioso e falacioso que o Programa Brasil sem Homofobia[41] recebeu: o chamado "kit gay", uma *fake news*, fruto da legitimação intensa do discurso da "teoria/ideologia de gênero" no campo educacional. Existem indícios da presença desse sintagma[42] na atuação ofensiva de parlamentares neoconservadores/as, reacionários/as e fanáticos/as religiosos/as aos estudos de gênero no início dos anos 2000.

A "ideologia de gênero" tem caráter global. Diante das demandas reivindicatórias feministas, em 1995 foi realizada a *IV Conferência da Mulher da Organização das Nações Unidas* (ONU) em Pequim (China). Percebendo esse avanço de conquistas, o Vaticano iniciou uma corrida ideológica para a defesa de seus princípios, dogmas religiosos. No ano de 1998, surgiu pela primeira vez o termo "ideologia de gênero", ecoado durante a Conferência Episcopal do Peru. Entre 2000 e 2010 houve uma dispersão intercontinental e captura política do termo; a nomenclatura "ideologia de gênero" apareceu num documento oficial da Igreja Católica *Famiglia, matrimonio e "unioni de fatto*. Em 2003, com a publicação do *Lexicon: termini ambigui e discusi su famiglia, vita e questioni etiche*, marcou o início da produção acadêmica / eclesiástica de uma gramática

[41] Criado em 2004, o programa Brasil sem Homofobia foi rotulado como "kit gay". Os objetivos foram ancorados em promover formação para professores e professoras da Educação Básica sobre temas de gênero e sexualidade, violências e preconceitos; criar políticas públicas na educação para erradicar preconceito e discriminação; promover a cultura do respeito, da tolerância e da convivência digna no território escolar; fortalecer o exercício da cidadania no Brasil; garantir os direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ etc.

[42] O sintagma neológico "teoria de gênero", tal como empregado pelos polemistas antigênero, não corresponde ao que academicamente se constituiu – e se consagrou -, a partir dos anos 1980, o campo dos estudos de gênero e afins; nem tampouco leva em conta a sua pluralidade e complexidade [...]. O termo Gender Studies e seus equivalentes em outras línguas se difundiram a partir dos anos 1980. Antes, falava-se em Women's Studies, Feminist Studies, termos ainda hoje empregados ao lado de outros mais recentes: Lesbian and Gay Studies, LGBT Studies, Queer Studies. Juntos, constituem um campo vasto de reflexões e pesquisas [...] (Junqueira, 2022, p. 57).

antigênero. Em 2011, foi realizado o I Congresso Internacional de Ideologia de Gênero de cunho católico tradicionalista; surgiu assim, a “Teoria do *Gender*”.

As principais organizações da matriz católica que defenderam o uso do termo no Brasil foram a *Opus Dei, Legionários de Cristo, Comunhão e Liberação, Arautos do Evangelho* entre outras, durante o pontificado de João Paulo II. Esta última, seita paralela ao Vaticano e aliada do ex-presidente Bolsonaro no Brasil, formada por homens ultracatólicos de extrema direita e que construíram castelos imensos e igrejas suntuosas para abrigar escolas de regime de internato para crianças e jovens. Nesses internatos, os estudantes são induzidos a rejeitar a própria família e os obrigam a cultuar os fundadores dessa seita como divindades. Todos os internos são obrigados a vestir uniforme medieval com correntes na cintura, botas de cavalarias e a seguir um rigoroso conjunto de regras de comportamento. Os estudantes sofrem agressões físicas, verbais, assédio sexual, alienação parental, tortura, estupro e até homicídio. Ela é acusada por manter essas violências e está na mira da Justiça, conforme a reportagem de João Filho (2022), para o *The Intercept Brasil*.

No presente, são visíveis os efeitos concretos nas políticas públicas na realidade brasileira, nos campos dos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e na educação. Esses efeitos são acobertados por discursos violentos da extrema direita[43] e narrativas conspiratórias, na chamada luta bélica[44] entre o bem (direitistas) e o mal (esquerdistas), na aniquilação de todas as demandas feministas, “por meio do qual se buscava alarmar a população sobre a degradação da educação, a ‘doutrinação ideológica’, a imposição da ‘ideologia de gênero’ e a ‘erotização precoce das crianças’ por parte de professores ‘ativistas’” (Junqueira, 2022, p. 169).

Nas últimas décadas, nacional e internacionalmente, temos acompanhado um avanço no campo acadêmico dos estudos de Gênero e LGBTQIA+, assim como uma mobilização crescente de diferentes movimentos sociais em torno do tema. Infelizmente, evidenciamos discursos

[43] Compreendo o conceito de extrema direita como um conjunto político de radicalidade e extremismo em pautas econômicas, ideológicas, sociais etc., tendo como base as concepções dos partidos políticos designados como da direita. O termo se apoia na exaltação rígida ao nacionalismo.

[44] Usarei o termo “bélico” em alguns momentos do texto para, metaforicamente, designar o investimento de instrumentos (discursos, redes sociais digitais etc.) no debate público entre práticas da direita e da esquerda.

desqualificadores que desvirtuam o campo de estudos e pesquisas multidisciplinares acerca do gênero, nomeando-a de “ideologia de gênero” ou “movimento antigênero”. Especialmente nos últimos anos, identifiquei um aumento de posicionamentos no caráter da opinião pública contra esse movimento, desprovidos de análise, mas infectados de preconceitos, de moralidade e fundamentalismo religioso que simplesmente atribuem aos estudos de gênero um “tom doutrinário”, como se estes estudos fossem destrutivos à sociedade. Judith Butler, numa entrevista concedida ao Observatório de Sexualidade e Política em janeiro de 2019, reafirma que a teoria de gênero não é nem destrutiva nem doutrinadora: é apenas uma forma de busca por liberdade política.

A autora ainda materializa mais contribuições para os debates acalorados sobre os casos de discurso de ódio dirigido especialmente contra minorias – discurso homofóbico, sexista ou racista. Quando fala sobre o discurso de ódio como política do performativo (2021), argumenta que as palavras podem ferir, mas complexifica a questão, constatando o caráter “fluido” e estimulado da linguagem, cujos efeitos muitas vezes estão além do controle do falante, moldados pela fantasia, pelo contexto e por estruturas de poder. Paralelamente, penso que é uma grande posição reflexiva para compreender como o discurso violento, preconceituoso e discriminatório da chamada “ideologia de gênero” se configura no âmbito social. Pode a “ideologia de gênero” ser um ato do discurso violento da censura aos temas de gênero e sexualidade? Sendo assim, a censura é compreendida “como a restrição do discurso, e, se o discurso de ódio, a pornografia ou a autodeclaração homossexual não forem mais analisados enquanto ‘discursos’, então a restrição imposta [...] não será mais considerada censura” (Butler, 2021, p. 209-211).

No caso do Brasil, no momento tão neoconservador, negacionista e orientado por uma corrente ideológica ferrenha aos princípios morais do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, o debate sobre a “ideologia de gênero” abraçado pelo discurso de ódio continua a afetar diferentes segmentos da sociedade. Como ideologia da vertente religiosa, eclesiástica, extremista, radical, ela se ancora em crenças, dogmas, verdades absolutas e recusa à diversidade de formas de ser e existir. Os estudos de gênero não se aproximam dessas características e do sintagma neológico, não conflui.

A partir do processo de *impeachment* (baseado no contexto midiático, jurídico e civil) da Presidenta Dilma Roussef em 2016, temos visto diferentes manifestações, tanto de esquerda que defende uma educação laica e democrática, com olhar atento para as violações de direitos humanos e debate educação sexual e reprodutiva na escola, como de direita que usurpa questões sensíveis do ensino e acolhe o modelo tradicional, hegemônico e cisheteronormativo das relações de poder na educação. Mas são as forças políticas de cunho neoconservador, na figura de parlamentares de direita que propõem leis antigênero, anti-LGBTQIA+, que atacam as/os pesquisadoras/es e professoras/es que trabalham com as questões de gênero e sexualidade em sala de aula. Há um acúmulo de vários estudos que foram publicados, chamando a atenção para a maneira como o gênero tem sido abordado no contexto escolar (Leal et al, 2017), como a ideia de uma "ideologia de gênero" é uma "falácia" no campo da educação (Reis; Eggert, 2017) ou ainda sobre como, muitas vezes, movimentos de direita incitam "ódio aos professores" (Penna, 2018).

A lista neoconservadora dos projetos de lei vinculados ao ESP se fundamenta na premissa do debate sobre gênero e sexualidade nas escolas e seus temas no currículo, que tem sido abordado pelos partidários desse movimento como o grande inimigo a ser combatido pelas famílias tradicionais e "cidadãos de bem". Almeja-se inviabilizar e mesmo criminalizar todas as propostas pedagógicas conduzidas por professoras e professores[45] que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual, o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia. Seus/uas apoiadores/as vêm afirmando que esse tipo de material e discussão "doutrinam" estudantes, forçando-os/as a aceitar a "ideologia de gênero". O movimento antigênero e anti-LGBTQIA+ ganha força e se identifica, de maneira tendenciosa, preconceituosa e neoconservadora, quando as pesquisas, práticas e debates que problematizam as relações de poder hierárquicas ou de opressão entre os gêneros, a heteronormatividade compulsória dos espaços escolares e a

[45] Saliento que quando eu for descrever docentes que são perseguidos/as, censurados/as, ameaçados/as e violentados/as são aqueles/as, quase sempre progressistas, que possibilitam o debate de gênero, sexualidade, diversidade em sala de aula e não são coniventes com a manutenção das violências na sociedade. Compreendo que existem docentes de direita que acolhem o ESP e acreditam na "doutrinação ideológica", que delatam os seus colegas por realizarem práticas pedagógicas diversas e plurais, que não falam sobre temas sensíveis, que ensinam de modo tradicional, não crítico e só transmitem conteúdo sem reflexão.

LGBTfobia presente em nossa sociedade, resultam em políticas públicas e garantias legais eficazes para determinados grupos, como as mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais. Ou seja, desmantelar estruturas para mudar realidades.

O combate à “ideologia de gênero” apaga as demandas das/os professoras/es que compreendem as dinâmicas do cotidiano das escolas, suas emergências e seus problemas, e que se veem diariamente desafiados/as por questões de gênero e sexualidade que nascem em suas salas de aula e em todo território escolar. Supor que essas temáticas são “levadas” para a escola por materiais didáticos ou atividades pontuais é demonstrar total desconhecimento do contexto escolar e de seus conflitos, que existem justamente porque a escola – especialmente a escola pública brasileira – é diversa.

No início do século XXI, o rol neoconservador dos projetos de lei vinculado ao Escola sem Partido (2018) se fundamentou na premissa do debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, que tem sido abordado pelos partidários do movimento como o grande inimigo a ser combatido pelas famílias e “cidadãos de bem”. Acerca deste último, José Fernando Andrade Costa propõe algumas reflexões para a questão levando em consideração a realidade da crise social e política brasileira, sobretudo na controversa entre o “cidadão de bem” e a cidadania. Na ideia moderna, “cidadania exige a generalização de determinado status político (‘cidadão’), a complementação retórica (‘de bem’) supõe uma hierarquia moral que, necessariamente, nega a normatividade primária da universalização dos direitos de cidadania” (Costa, 2021, p. 1).

Neste sentido, o “cidadão de bem”, para o autor, se cria via figura de linguagem, uma representação discursiva que visa conferir legitimidade a determinadas práticas sociais e é um problema para a cidadania e democracia, porque apela ao uso de armas por civis; nas representações ideológicas de gênero, classe, raça, na função social da mídia e no neoconservadorismo. Esses sujeitos, empiricamente, almejam inviabilizar e mesmo criminalizar todas as propostas pedagógicas conduzidas por professoras e professores que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual, o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia. Mais do que isso, materiais didáticos com respaldo crítico e reflexivo sobre esses temas, constantemente são alvos de ataques pelos/as defensores/as do movimento ESP. O edital do Programa

Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2023, anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), exemplifica uma camada de censura e ataca os temas de gênero, raça e sexualidade, pois retira a afirmação da defesa dos direitos humanos e privilegia a alfabetização pelo método fônico. Essas alterações estão contidas no movimento que busca uma "neutralidade ideológica" na educação (Soares, 2021). Seus/uas apoiadores/as vêm afirmando que esse tipo de material e discussão "doutrinam" estudantes, forçando-os a aceitar a "ideologia de gênero".

A análise feita pela *Human Rights Watch* dos 217 projetos de lei apresentados e leis aprovadas no Brasil (Watch, 2022), entre 2014 e 2022, destinados a proibir explicitamente o ensino ou a divulgação de conteúdo sobre gênero e sexualidade, ou banir a chamada "ideologia de gênero" ou "doutrinação", nas escolas municipais e estaduais; e o especial *Gênero na Escola*, do Portal Catarinas (Pessoa, 2022), um projeto oriundo do jornalismo feminista que conta com reportagens, cartilha, vídeo e atividades a favor de uma educação democrática e contra a censura de debates de gênero, sexualidade e raça em sala de aula, mostram que ambos narram os episódios de censura, perseguição e ameaça que eu, autor-professor-pesquisador, sofri nas escolas, propõem reflexões a partir dos princípios constitucionais e encaminham estratégias para superar os desafios impostos em trabalhar com temáticas sensíveis.

Diante da situação legitimadora de intimidação, perseguição e censura, no ano de 2021, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, inseriu no canal Disque 100[46] a expressão "ideologia de gênero" como motivação para violação de direitos humanos, como forma de estimular denúncias contra profissionais de educação que abordassem as questões de gênero e sexualidade nas escolas. Segundo os dados públicos do painel da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o Disque 100 recebeu 1.165 denúncias de violações "em razão de orientação sexual/ideologia de gênero" no primeiro semestre de 2020. No segundo semestre de 2020 e em 2021, foram mais 3.366 denúncias, totalizando 4.531 acusações em dois anos (Sassine, 2022). Com isso, percebe-se que durante

[46] Objetivo do canal é receber denúncias de violações de direitos humanos.

este tempo, que a “ideologia de gênero” se fazia presente nas denúncias e representou uma clara camuflagem institucional em dar visibilidade às violências homofóbicas e transfóbicas, práticas que foram identificadas também nas fontes históricas dessa pesquisa.

Nas decisões recentes, o STF considerou inconstitucionais leis municipais e estaduais, disponíveis nos relatórios já citados anteriormente, como o *Tenho medo, esse era o objetivo deles: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil* e o *Gênero na Escola* (Watch, 2022) que proibiam a abordagem de conteúdos ligados a gênero e sexualidade nas escolas, que se apoiavam na categoria “ideologia de gênero”. O STF também determinou ser dever do Estado brasileiro abordar a igualdade de gênero na escola como forma de prevenir a violência doméstica e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Após essas decisões, o governo federal fez um risco que apagou a escrita da “ideologia de gênero” no Manual de Taxonomia de Direitos Humanos (Brasil, 2022), documento este que teve função de classificar as notificações recebidas pelo Disque 100, quando falava no item 2.11 sobre os indicadores de gravidade por *razão de orientação sexual/ ideologia de gênero - Quando a agressão é praticada em razão da direção ou inclinação do desejo afetivo e/ou erótico de cada pessoa ou por ideologia de gênero*.

No cenário nacional e internacional, a atuação da “ideologia de gênero” ganha de maneira tendenciosa, preconceituosa e neoconservadora, um caráter político e novas faces que atingem as pesquisas acadêmicas, as práticas pedagógicas e os debates democráticos que problematizam as relações de poder hierárquicas ou de opressão entre homens e mulheres, a heteronormatividade compulsória dos espaços escolares e a LGBTfobia presente em nossa sociedade. Como vem sendo inserido pelos partidários do ESP e do movimento Antigênero, o combate à falaciosa “ideologia de gênero” apaga as demandas dos/as educadores/as que compreendem as dinâmicas do cotidiano das escolas, suas emergências e seus problemas, e que se veem diariamente desafiados/as por questões de gênero e sexualidade que estão colocadas nas salas de aula e em todo território escolar. Na demonstração de total desconhecimento das dinâmicas escolares, defensores/as do movimento antigênero e anti-LGBTQIA+ reafirmam que temas sensíveis e da diferença sexual são levados para a sala de aula por professores/as militantes de esquerda

para atender a agenda marxista e propagar a doutrinação ideológica como lavagem cerebral na vida de estudantes.

3.3 ATAQUE À DOCÊNCIA NA INTERNET: “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA” EM PROL DO GANHO ELEITORAL

Ao indicar as publicações-denúncias para essa pesquisa, pude perceber que de onde elas foram retiradas, do *Instagram* – rede social digital, o meu acervo de fontes digitais pode demarcar um novo material para o exercício da análise e trajeto histórico: os prints das publicações-denúncias foram salvos em arquivos *pdf* e armazenados em pastas na área de trabalho do computador. Escrevo sobre isso, porque facilmente os materiais que estão na internet podem ser retirados e/ou falseados por seus criadores. O/a historiador/a do tempo presente torna-se responsável pelo armazenamento dessas informações no ambiente digital, bem como a sua análise.

A rede social digital permite que o seu usuário compartilhe as suas informações pessoais, os seus interesses ideológicos, as questões morais, políticas, religiosas em que acredita e sustenta o seu discurso. Ao mesmo tempo, elas denunciam situações reais, acolhem imagens e vídeos que são curtidos, comentados, compartilhados, mas também provocam o pânico moral e ansiedades coletivas. Nas temporalidades construídas no ambiente digital que resultam em desafios para a História, a metodologia historiográfica deve decorrer de procedimentos bem assegurados pela pesquisa acadêmica. Um dos caminhos feitos foi o do posicionamento crítico e cético às publicações-denúncias, quando as categorias de análise foram mobilizadas. Outro percurso foi recolher as fontes com um tempo rápido e depositá-las em um arquivo pessoal, porque algumas publicações-denúncias já não se encontram mais nas redes sociais digitais dos parlamentares aqui analisados. Os motivos: questões processuais jurídicas e/ou de interesse particular.

Em muitas das publicações-denúncias, ficou compreendido que existe uma retórica do ódio aos professores, à educação com vertente progressista, à diversidade sexual e de gênero, aos direitos humanos. A ânsia por manter esse discurso nas redes sociais digitais, nos casos de Margareth Goldman e Samuel Gottfried, refletem que a pauta da “ideologia de gênero” e da “doutrinação

ideológica” em campanhas eleitorais é benéfica e o proveito do método tem sucesso.

Na campanha eleitoral de Gottfried em 2018, a “ideologia de gênero” foi acionada como requisito para a defesa da nomeada não “doutrinação ideológica” escolar, da não “erotização precoce das crianças”, do Escola sem Partido e da Escola Militar. Na campanha de 2022, onde foi reeleito em SC, o seu espaço físico na Alesc já tinha uma intitulação, o chamado “gabinete do ódio”. Assim sendo, a “ideologia de gênero” estava preenchida com o discurso parlamentar em favor da família, dos valores tradicionais e contra o aborto.

Para a parlamentar Goldman, tanto em 2018 quanto em 2022, a permanência discursiva de que existe “doutrinação ideológica” nas escolas é pertinente à sua retórica pública. Uma das defensoras do Escola sem Partido no território catarinense, tem se posicionado contra o aborto e que a “ideologia de gênero” deverá ser combatida em todas as esferas sociais.

Entre esses dois parlamentares, o uso do sintagma neológico contribuiu para o ganho eleitoral em ambas as campanhas eleitorais, de 2018 e 2022. Do pânico moral e das ansiedades coletivas, houve uma construção de uma ideia para manter estruturas históricas do patriarcado, da cisgeneridade, da branquitude, do machismo. O alvo são os Estudos de Gênero, os Feministas e LGBTQIA+ que possibilitam a construção de outros mundos possíveis, fortalecem a democracia tendo a diversidade como protagonista, abrem espaço para a representatividade e cidadania da comunidade LGBTQIA+ nos espaços e instituições sociais um dia negados, sobretudo para ocupar e permanecer na escola sem discriminação e preconceito.

Para isso, existe um esforço parlamentar que, constantemente, associa a educação democrática à “doutrinação ideológica”. Um exemplo desse empenho foi a criação da Frente Parlamentar[47] em Defesa da Educação Sem Doutrinação Ideológica, no Congresso Nacional, em 2023.[48] Assim como a “ideologia de

[47] As frentes parlamentares são associações suprapartidárias legitimadas pelo Congresso Nacional e o principal objetivo é debater temas de interesse da sociedade.

[48] Na coordenação, o deputado federal de Goiás, Gustavo Gayer, um dos parlamentares empenhados em defender o Escola sem Partido no Legislativo Federal. Dos/as 172 deputados/as signatários/as dessa Frente, 8 são do Estado de Santa Catarina: Caroline de Toni (PL), Cobalchini (MDB), Daniel Freitas (PL), Daniela Reinehr (PL), Gilson Marques (Novo), Jorge Goetten (Republicanos), Julia Zanatta (PL) e Zé Trovão (PL); e dos/as 18 senadores/as, um é de Santa Catarina: Jorge Seif (PL).

gênero", a "doutrinação ideológica" a ser combatida nas escolas possui um alvo: docentes que acionam os direitos humanos e nas temáticas que não são abordadas em contextos privados, ou seja, nas famílias e nas igrejas. Portanto, esses descritores atacam à docência democrática.

Esses dois vocábulos escoam em censura aos projetos pedagógicos, no impedimento do debate e pensamento crítico, na falta de liberdade corporal de se expressar no território escolar, no recolhimento de livros e apostilas das escolas acerca das temáticas dos direitos humanos, do gênero e da sexualidade, resultando na violação do direito à educação. Butler afirma que "a oposição à inclusão de livros sobre gênero nas escolas e universidades, [...] assentam-se em certa desconfiança em relação à leitura e à capacidade dela de abrir a mente para novas possibilidades" (Butler, 2024, p. 24).

Ainda nesse sentido, Butler (2024) fala que aqueles/as que não leem livros acerca dessas temáticas, não o fazem por serem céticos à produção do conhecimento científico e podem ficar confusos/as com os valores que resguardam. Assim, penso que como figuras públicas e políticas que representam o Estado, os parlamentares Goldman e Gottfried ao proporem ações legislativas que cerceiam a diversidade sexual e de gênero, contribuem para a manutenção do discurso de ódio e de estruturas de violências, especialmente nos interesses que versam às suas proposições. A escola, como corpo vivo, é uma das instituições sociais que tem sido alvo desses históricos problemas.

O contexto de ataques aos docentes, analisado nas publicações-denúncias, mostrou que existe nas redes sociais digitais dos parlamentares, e que culmina em muitos dos discursos na tribuna do parlamento, o desejo pela manutenção de um projeto político educacional de poder. Essa afirmação condiz com os muitos ataques que o magistério catarinense recebe da extrema direita parlamentar. Para alguns/mas parlamentares, os/as professores/as "bons/boas" são aqueles/as que ensinam "direito" e só português e matemática. Os/as outros/as, são apontados/as como aqueles/as que discriminam, são doutrinadores/as, abusam do direito de ensinar, que ao ensinarem doutrinas freirianas e construtivistas devem ser combatidos/as, que são conselheiros/as hipócritas que defendem métodos falidos e caríssimos, que devem ser gravados/as. Essa dualidade discursiva que tece o perfil docente emana desse

projeto de poder da extrema direita: um ensino técnico, mercadológico e de treinamento para provas externas contra um ensino emancipador, crítico e reflexivo da realidade. Entre os/as “bons/boas” e aqueles/as que “devem ser combatidos/as”, esses/as últimos/as são o alvo da perseguição que o autor tem analisado.

Contudo, esses/as docentes que “devem ser combatidos/as” derivam da ideia do/a “professor/a inimigo/a”. A extrema direita dissemina mentiras sobre eles/as e tenta controlar a sua existência a partir da delação e da perseguição. A dualidade docente retratada demonstra que alguns/mas serão hostilizados/as, odiados/as no discurso público de parlamentares, sobretudo para a defesa do argumento de que é para o bem comum. O resultado disso é pânico moral, medos coletivos. Os/as professores/as que “devem ser combatidos/as” sofrem sanções administrativas, são impelidos/as no imaginário social de que estão fazendo mal à sociedade. Inimigo/a da família, da sociedade. Mas qual formato de família e qual tipo de sociedade que esses/as docentes são considerados/as perigosos/as? Será a perseguição docente, cujo avanço da internet contribuiu para o fenômeno se tornar também virtual, uma estratégia de censura que mantém estruturas políticas de poder?

Bortolini (2023) fala que as redes sociais impulsionaram a intimidação de profissionais e escolas. Tanto o ESP, quanto outros movimentos persecutórios, criaram páginas virtuais para sistematicamente produzirem denúncias de docentes, principalmente ao que se refere às discussões de gênero, sexualidade, direitos humanos. A divulgação do nome do/a docente, da escola, do lugar, as imagens etc. constituíram o que Bortolini chama de “terrorismo ideológico”, afetando a integridade física e mental de professores/as.

Diante disso, na história brasileira, existiram momentos que os/as docentes foram perseguidos/as: no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), a repressão autoritária moldou o contexto educacional perante a disciplina e a moralidade; na ditadura civil militar (1964-1985), com a repressão política, a censura e as violações de direitos humanos, muitos/as docentes foram perseguidos/as ao provocar o pensamento crítico e propor a educação emancipatória via pedagogia freiriana. O fenômeno da perseguição aos docentes tem história, mas é no tempo presente que ele acaba obtendo outros componentes, sobretudo com afeições políticas, religiosas e virtuais.

3.4 A PERSEGUIÇÃO AOS DOCENTES NO TERRITÓRIO CATARINENSE: UM FENÔMENO A SER ANALISADO HISTORICAMENTE

Para este subtítulo, segui, metodologicamente, um roteiro de questões para identificar, via publicações-denúncias, os/as docentes que foram perseguidos/as e publicizados/as nas redes sociais dos parlamentares Margareth Goldman e Samuel Gottfried. Algumas delas aparecem o nome, a orientação sexual, alguns marcadores sociais da diferença, a Instituição de Ensino e a região do Estado de Santa Catarina que o/a docente pertence. Esses itens fizeram com que os efeitos do fenômeno da perseguição aos docentes no Estado pudessem ter características legitimadoras do discurso de ódio pelos parlamentares ora na Alesc, ora em suas redes sociais digitais.

Simultaneamente, aponto na reflexão de que há uma ausência de pesquisas científicas que versam sobre a perseguição aos docentes para compreender o fenômeno, tendo o conceito das violências como algo mais amplo, principalmente na área da História. Fernando Penna, Renata Aquino e Fernanda Moura em um dos seus últimos artigos acadêmicos, intitulado de *Propondo uma definição de perseguição a educadoras(es) baseada na Educação Democrática* (2024) propuseram uma definição de perseguição a educadores/as, considerando o conceito da educação democrática. O autor e as autoras produziram reflexões que enunciam o movimento de teorização do conceito *perseguição sistemática aos educadores* e apresentam estratégias e metodologia para uma possível produção bibliográfica sobre o tema.

Elas e ele desenvolvem uma definição para o conceito que tem como fundamento o objeto que é o seu alvo (os/as educadores/as), o método empregado (o discurso de ódio contra os/as educadores/as), a relação com os espaços institucionais para a participação e por seus objetivos e horizontes (o medo e a (auto)censura). Esse mecanismo persecutório se tornou ganho, “uma vez que apelar para o medo da “ideologia de gênero” e do “professor doutrinador” se transformou em uma forma efetiva de atrair atenção para si (Aquino; Moura, 2022) e de potencialmente convertê-la em lucro financeiro e/ou político.” (Aquino; Moura; Penna, 2024, p. 13). Nesse sentido, percebe-se que os principais resultados da perseguição, podendo ser associados a práticas danosas no

ensino, é diminuição da democracia nas escolas e em outros espaços formais do conhecimento plural, laico, republicano. Me aproprio desse conceito para refletir e analisar a implementação do método persecutório dos parlamentares dessa pesquisa: eles utilizam os/as educadores/as para serem alvos do discurso de ódio, tornando-os/as inimigos/as da educação, da família, da sociedade. Assim sendo, o título de “doutrinador” se alastra socialmente, provoca pânico moral, se caracteriza como algo a ser combatido em defesa de uma educação neutra e livre de ideologia, na compreensão de algumas famílias e movimentos. Dessa forma, Bulter (2024, p. 104) já afirmava que “aqueles que fazem alegações de doutrinação não apenas se recusam a ver o que realmente acontece nos ambientes educacionais [...], eles sabem que desenvolver um julgamento autônomo é um objetivo da educação”.

Em outras pesquisas, o apontamento por professores/as do uso da internet e das redes sociais como ferramentas para a perseguição, tem se caracterizado como “linchamento virtual”, um dos maiores temores desses docentes (Mendonça; Passos, 2021). E quando eles/as se autocensuram em temáticas legitimadas pelos documentos legais da educação brasileira, como por exemplo em assuntos de violências e sexualidade, procuram preservar a saúde física e mental de ataques e/ou exposições públicas nas redes sociais, da fala de um político, do assédio de um pai e/ou responsável por um/a estudante, do processo administrativo disciplinar oriundo de uma secretaria de educação.

A partir das publicações-denúncias, os descritores “Ideologia de Gênero”, “LGBT”, “Doutrinação” e “Erotização” foram convergentes entre os parlamentares no acionamento da metodologia da perseguição, seguidos por “Escola sem Partido” e “Linguagem Neutra”. A quantidade de descritores nas publicações-denúncias e os casos em Santa Catarina são demonstrados no Quadro 4, onde através da publicização nas redes sociais dos parlamentares Goldman e Gottfried, entre 2018 e 2022, criou-se a materialidade discursiva e permanente da ação persecutória.

Quadro 4 – Descritores e casos de perseguição docente em Santa Catarina

Parlamentar	Margareth Goldman	Samuel Gottfried
Quantidade de casos de perseguição	11 casos	29 casos
Descritores que aparecem nas publicações-denúncias	Ideologia de Gênero: 6 vezes	Ideologia de Gênero: 19 vezes
	LGBT: 14 vezes	LGBT: 53 vezes
	Doutrinação: 19 vezes	Doutrinação: 24 vezes
	Escola sem Partido: 5 vezes	Linguagem Neutra: 1 vez
	Erotização: 1 vez	Erotização: 1 vez

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Ainda diante da exposição dos casos nas redes sociais, existem ataques à Universidade do Estado de Santa Catarina, em 2020, quando Goldman fala que, sem licitação, o Estado continuou financiando projetos e núcleos, como o exemplo do “curso de extensão sexualidade, educação sexual na formação permanente de professoras” que seria ministrado por Luciana Kornatzki, para promover, o que a parlamentar chamou de “agenda esquerdista”. Esse foi um dos episódios que contribuiu para a parlamentar convocar o *impeachment* do ex-governador do Estado, Carlos Moisés.

Na publicação-denúncia do dia 31 de julho de 2018, Goldman enaltece o historiador Ricardo da Costa[49]. Na situação, o professor fala que teve um encontro com a parlamentar num evento do ESP. Diz que seu caso é uma “triste e simbólica história do ambiente acadêmico” e que integridade e coragem são suas qualidades, numa concordância com Olavo de Carvalho. Outra situação foi quando ela teve um encontro no seu gabinete na Alesc com Marcelo Batista de Souza, presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (Sinepe), para discutir a “doutrinação” nas escolas, no dia 12 de fevereiro de 2019.

Os outros dois ataques são oriundos de Gottfried: 1) no dia 04 de maio de 2019, ele escreveu em suas redes sociais que sem licitação, a UDESC contratou o professor Fernando de Araújo Penna para uma conferência com o tema

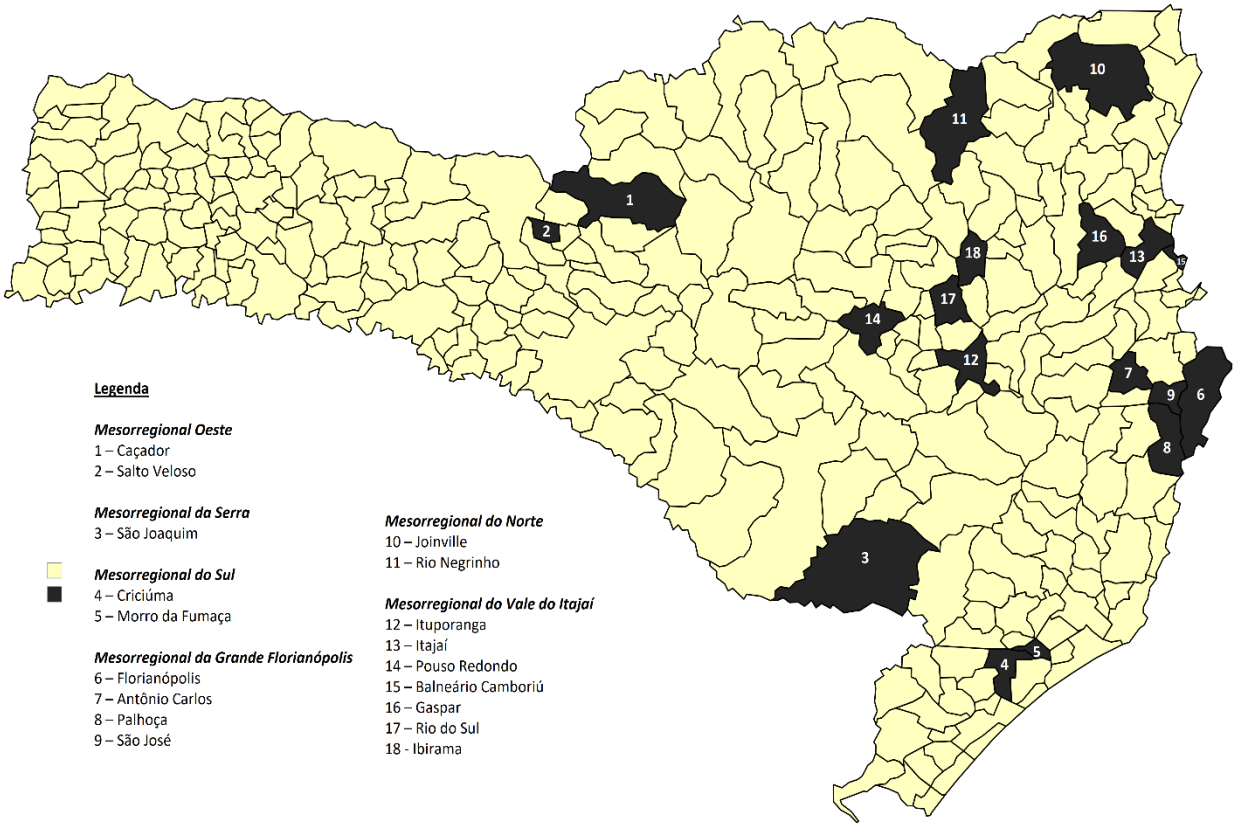
[49] Professor de História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é um especialista em Idade Média e abertamente apoiador do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

“Educação e Democracia”, dizendo que é um palestrante “esquerdista”; 2) no dia 18 de novembro de 2020, mais uma investida direcionada a produção de conhecimento – no “Seminário Violino: Engels em seu bicentenário”, existiu uma palestra com o professor Sérgio Lessa (UFAL), intitulada de “Engels e a luta contra a monogamia”, levando o parlamentar a dizer que a Udesc estaria promovendo ataque à família.

Esses eventos estão dentro de um avanço neoliberal, neoconservador e de extremismos do século XXI, nacional e internacional, que tem mantido a norma e feito ofensivas contra ganhos históricos progressistas e democráticos em diversos lugares do mundo. Além disso, como argumenta Butler (2024), o autoritarismo do tempo presente tem alimentado o produto das suas diretrizes que é o medo e desviado o ódio para a moralização das paixões e emoções sociais, externando os insultos graves às temáticas de gênero e raça. A autora postula, para combater esses sentimentos perversos, uma aliança que confirma e amadurece as interdependências que nos são fundamentais para viver e ser.

Em Santa Catarina, consegui identificar pelas publicações-denúncias que os casos de perseguição aos docentes se instalaram nas seis mesorregionais do Estado: Serra, Sul, Grande Florianópolis, Oeste, Norte e Vale do Itajaí. Não tão distante do debate acerca das emoções emanadas do autoritarismo e das paixões neofascistas, a imaginação e reivindicação por um mundo com estruturas do poder brutal e nacionalismo inflexível, perpassou a análise das publicações-denúncias. Os municípios catarinenses com casos de perseguição e que foram citados nas publicações-denúncias da parlamentar Goldman são: Florianópolis, Caçador, Criciúma, Rio do Sul, Ituporanga, Rio Negrinho e Joinville. Os municípios catarinenses com casos de perseguição e que foram citados nas publicações-denúncias do parlamentar Gottfried são: Florianópolis, Salto Veloso, Antônio Carlos, Criciúma, Joinville, Itajaí, Rio Negrinho, Morro da Fumaça, São Joaquim, Palhoça, Pouso Redondo, Balneário Camboriú, Gaspar, São José e Ibirama. Na figura 1, conseguimos refletir, visualmente, os municípios em suas mesorregiões catarinenses com casos publicizados de perseguição e/ou “doutrinação”.

Figura 1 – Municípios catarinenses com casos de perseguição aos docentes



Fonte: Mapchart, 2025.

O mapa focalizou os casos catarinenses públicos de perseguição, existem outras situações em que docentes estão no anonimato, não foram noticiados pela mídia e/ou expostos nas redes sociais digitais. Docentes em silêncio, denunciados/as, assediados/as e agredidos/as. Ora respondendo processos administrativos, ora se autocensurando em sala de aula. Estudante contra professor/a. Pai e/ou responsável por estudante contra professor/a. Políticos contra professor/a. Ou seja, muitas pessoas contra os/as professores/as, contra a educação. Não são casos isolados, mas pertencem a um conjunto de ataques orquestrados pelo discurso de ódio contra aqueles/as que transformam mundos, formam pessoas para se reconhecerem nas suas individualidades, demandam pensamento crítico, reivindicam justiça social, lutam por igualdade e equidade nas instituições de ensino, oficializam em seu exercício o compromisso com a ética, com a História, com a democracia e a diversidade. A perseguição

compactua com a norma hegemônica, se apresenta como censura, se empodera a partir das violências.

O Observatório Nacional da Violência contra educadoras/es (ONVE, 2025) apresentou um relatório com dados de uma pesquisa nacional e indicou que a censura se tornou um fenômeno disseminado por todo o território brasileiro e em todos os níveis e etapas da educação. Na região sul, 64% de educadoras/es já passaram por situação de censura, considerando um alto índice de respostas dos/as professores/as de História.

Nesse sentido, considero o/a professor/a de História como um dos principais alvos do discurso de ódio, sobretudo pela perseguição. Escrevo sobre esse/a profissional, por pertencer a área de conhecimento e estar num Programa de Pós-Graduação em História. Um/a profissional de educação, pesquisador/a, sujeito do seu tempo, que lê o mundo sob a ótica das fontes, dos eventos e fatos históricos, contribui com a formação crítica dos/as estudantes, produz conhecimento histórico, identifica as permanências e rupturas no presente. Ao mesmo tempo, o/a docente de História é contestado, desacreditado, deslegitimado e desumanizado por movimentos e grupos que têm medo da História. A desvalorização financeira e a precariedade material para exercer o ofício, marcam também um projeto de destruição da carreira, deixando-o/a vulnerável.

No sentido do desinteresse pela profissão, licenciatura em História, uma pesquisa realizada pelo Instituto Semesp (2022), intitulada de *Risco de apagão de professores no Brasil*, apresentou que em um futuro recente, o país pode ter um apagão de professores em todas as etapas da Educação Básica. Os problemas principais para isso ocorrer podem estar associados a um desinteresse do jovem em seguir a carreira de professor, envelhecimento do corpo docente nos últimos anos e abandono da profissão devido às condições de trabalho. Na área de História, foi observado na pesquisa que entre 2016 e 2020 houve uma queda de 7,5% de concluintes no curso de licenciatura. Dessa forma, ao descrever alguns motivos que levam ao não interesse pela profissão, o estereótipo de “professor doutrinador” e “professor inimigo” ganha notoriedade pública quando temáticas de gênero e sexualidade são debatidas em sala de aula.

Guacira Lopes Louro (2014) refletiu sobre o gênero na docência e pode trazer importantes contribuições para a compreensão do gênero docente na escola. A autora diz que em algumas situações o gênero da escola é o feminino, onde há um lugar de operação feminina e a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e educação; ao contrário, afirma que a escola é masculina, pois se apropria dos conhecimentos produzidos por homens na história da humanidade. Para esses últimos, a autora alega que os estereótipos construídos historicamente dos professores homens refletem em sabedoria, bondade e que eles são orientadores espirituais, cuja instituição estava ligada aos valores religiosos em caráter sacerdotal. Ao mesmo tempo, considera que os novos arranjos da atividade docente estão conectados a marca política e profissional.

A identidade de um/a docente em cenários de perseguição parece que tem se desmantelada, cujos resultados transcorrem da censura à uma forma de ensino emancipatório, consciente, libertador, transformador dos sujeitos e da sociedade. Um/a docente corporifica os saberes e é autorizado/a a falar em sala de aula. A negação dessa atribuição normativa indica a manutenção sistêmica das opressões, da deslegitimação do pensamento crítico, das relações de poder patriarcais, das desigualdades sociais.

No contexto da identidade, ora os marcadores sociais da diferença de gênero e sexualidade tem se apresentado na docência, posso especificar que o meu “eu-corpo-abjeto” e de tantos outros/as docentes dissidentes sexuais tem sido contestado e lido por diversos sujeitos que transitam a comunidade escolar: estudantes, pais e/ou responsáveis, direção, secretaria de educação etc. Essas leituras refletem como o tratamento da sexualidade nas salas de aula estimula os dualismos e as expectativas sociais de gênero. Um professor homem cisgênero gay afeminado sofrerá mais retaliações públicas, ou até violências, do que um professor cisgênero gay que performa um tipo de masculinidade viril; outro exemplo é de que quando um/a professor/a debate temas da sexualidade de modo simpático, com efetividade e segurança, acerca dos gays, das lésbicas, das pessoas trans e travestis, ele/a se torna suspeito/a de ser uma pessoa homossexual ou trans (Louro, 2014).

Com apontamento do “eu-professor”, se chama atenção para o questionamento sobre qual ideia de educação democrática que se efetiva na

frequência de se estar na escola pública, mas não forma o/a estudante integralmente via conhecimentos plurais produzidos pela humanidade, como os de gênero e sexualidade. Nessas temáticas, percebemos muitas estratégias didático-pedagógicas de docentes que resistiram ao cenário de pânico moral e desagravos, muitas vezes denunciados por lideranças religiosas e setores neoconservadores da sociedade. Portanto, as resistências democráticas (Fernandes, 2021) que atravessaram o “eu-professor”, o “eu-corpo-abjeto” e em diálogo com os casos de perseguição descritos acima, conseguimos perceber que existe um método de insurgências significativas nas escolas que reconfiguram os ataques de ódio e a cultura delatória no território escolar.

4 NÓ NA GARGANTA: CAMADAS DO MOVIMENTO ANTIGÊNERO NO TEMPO PRESENTE

> Ideologia de gênero. Esse é um alerta para os pais! Para a família! Parece história de um filme de terror mas é realidade. Uma cena de uma extrema maldade. Eles querem destruir a família, botando as garras sujas, no seu filho e sua filha. Ideologia de gênero é o nome que se dá para sexualizar a criança e manipular, pois na verdade por trás há uma ação política. O alvo, a família, e a criança é a vítima [...]. A família é a célula *mater* da sociedade. E para Marx na verdade esse é o grande problema. Então eles decidem atacar o membro mais fraco pra causa um grande estrago, esse é o esquema. O estratagema do inimigo. Por isso a família corre um grande perigo [...]. Por isso a erotização infantil é fundamental para destruir o modelo tradicional de família [...]. Estão querendo ensinar as crianças a fazerem sexo [...]. Certo dia, um pai recebeu um bilhete da escola para que autorizasse a ida do filho pra um museu. Só que ele não sabia que essa mostra de "arte" induziria o seu filho à pedofilia, a zoofilia, sexo com animais. Estão querendo ensinar que essas coisas são normais [...]. Querem ensinar pros pequeninos, que meninas não nascem meninas, nem meninos não nascem meninos. Dizem que isso é construção social, mas esquecem da biologia, do fundamental! Mas dizem que gay nasce gay. Olha a contradição aí, preste atenção! Você pode maquiar a sua estética, mas não pode alterar seu cromossomo, sua genética! Deixem as crianças em paz! (Verdade, 2018, s/p).

Os estímulos narrativos da letra da canção que se apresentam neste capítulo, “Deixem as crianças em paz”, reagem como ofensiva e criam a ideia do outro, do diferente, como o grande inimigo a ser combatido e extirpado da sociedade consoante a uma erva daninha, produtora de toda maldade investida pela esquerda. A música “Deixem as crianças em paz”, de Guilherme Zamba, está disponível no canal Apologista da Verdade no *youtube* e conta com mais de 1,2 mil visualizações. Ainda na descrição, faz-se um posicionamento diante de sua finalidade, ou seja, uma música contra a “ideologia de gênero”. Guilherme Zamba na sua rede social digital, o *Instagram*, se descreve como criador de conteúdo digital, teólogo do Seminário Martin Bucer[50] (Seminário, s./d.), membro

[50] Seminário que tem como alvo a preparação de cristãos para as igrejas brasileiras, onde o currículo é centrado nas escrituras bíblicas. Através do método da Teologia Reformada, almeja-se a lealdade e fidelidade às escrituras bíblicas em diálogo com a tradição evangélica e baseada na fé reformada.

do coletivo *Concílio Hip-Hop* e plantador da Igreja em Plantação, de Birigui – São Paulo.

No refrão da música, o autor/intérprete insere vozes de crianças para reafirmar o que está sendo reivindicado - “deixem as crianças em paz”, e com tom forte e agressivo linguisticamente contribui exclamando “malditos”, que se apresentam como Eles, os Outros que estão destruindo a família e disseminando a pedofilia e a zoofilia.

Essa estratégia reacionária midiática faz parte da guerra cultural, onde esta última “implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso” (Rocha, 2021, p. 115), e que tem na sua estrutura o acalorado pânico oriundo das emoções e a injúria linguística determinada com o peso das palavras, onde “os/as missionários/as convocados/as a defender a ‘família’ se perfilam por detrás de barricadas morais para disparar preconceitos e informações distorcidas, fantasiosas e alarmantes, demonizando o adversário” (Junqueira, 2022, p. 225). Na escola, os efeitos dessas armadilhas se materializam na perseguição aos professores e professoras, na intolerância (especialmente a religiosa), no assédio e nas constantes ameaças, ora por aqueles que transitam no espaço escolar diariamente, ora pela comunidade escolar externa.

Para alguns grupos religiosos católicos, neopentecostais, evangélicos, percebo como professor da Educação Básica que as abordagens de temas sensíveis, bem como a educação sexual e a diversidade se tornaram elementos de disputa no campo educacional. Não obstante, esses mesmos grupos, considerados como bancada da Bíblia no Congresso, também propagam no campo legislativo formas de violências, tentando apagar dos documentos educacionais palavras como gênero, orientação sexual, identidade de gênero e outros. Como em trincheiras, são munidos por dispositivos morais e da vida privada para afetar o que é público, laico e democrático.

Mas também imperdoável quando esses atos violentos respingam na democracia, na justiça social, na igualdade de gêneros, na tolerância religiosa, nos direitos humanos, na educação pública, no ensino de História, na diversidade sexual, nos diversos arranjos familiares, na dignidade humana, na laicidade do Estado Brasileiro, nas formas plurais de ser e existir.

A letra analisada apresenta temas como o modelo tradicional de família, a erotização e sexualização infantil, o ensino e a escola, a pedofilia, a zoofilia, a genética e as questões de gênero e sexualidade. Letras de canções como essa, fundamentam o que se quer alcançar, criando medo e "pânico moral"[51] (Mahara, 2023) na sociedade, onde a criação de um "demônio" está demarcada no debate de gênero e sexualidade na escola e não reconhece a pluralidade de existências humanas, porque os fundamentalistas propõem "medos difusos de que as crianças aprenderiam a ser gays e lésbicas em sala de aula e que os professores estariam tentando destruir a família tradicional" (Ação Educativa, 2016, p. 99). Investirei argumentações na compreensão de "família tradicional" que se quer instaurar, pois na consonância com a estrutura discursiva da canção a partir das sentenças "Esse é um alerta para os pais! Para a família!", "Eles querem destruir a família", "O alvo, a família, e a criança é a vítima", "A família é a célula *mater* da sociedade", "Por isso a família corre um grande perigo", e "Por isso a erotização infantil é fundamental para destruir o modelo tradicional de família", qual família se quer endereçar? Qual inimigo quer se combater? Diante do que estipula os outros versos, a noção de "família tradicional" inaugura o núcleo que se sustenta nos valores bíblicos cristãos (homem e mulher biológicos e a prole dessa relação) e na cisheteronormatividade. Portanto, se levar em consideração a escola e o aproveitamento dos/as estudantes, excluem-se novos arranjos familiares, novas formas de vivências e experiências de amor e afeto, onde a "noção de família desestruturada (aquela não formada por pai, mãe, filhos) era constantemente acionada para justificar fracassos individuais dos alunos, relacionados aos seus desempenhos escolares" (Felipe; Seffner, 2022, p. 325)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seu 16º artigo, reflete sobre o direito à família, e seu inciso 3 fala que "a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado"[52]

[51] No sentido de alastrar medo e insegurança na sociedade cisheteronormativa quando o assunto é gênero e sexualidade (e outros temas sensíveis), o movimento bolsonarista impulsiona fake News em vários espaços e descredita movimentos, grupos e pessoas que defendem essas pautas. "No debate contemporâneo, a aplicação do pânico moral se relaciona com as fake news, apoiadas na estigmatização de pautas sociais para propagar mensagens fraudulentas e interferir em disputas políticas."

[52] Ainda no 16º artigo, antecedem os incisos "1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de direitos iguais em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.".

(Unicef, 2023). Para isso, as pessoas estão em constante transformação, variando seus interesses e desejos, alterando práticas cotidianas e a forma como se percebem e como veem os outros. Durante muito tempo, prevaleceu, na maior parte das sociedades ocidentais, a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres eram naturais e definidas por seus corpos biológicos. Interpretar o conceito “Família” no século XXI é ter consciência de cidadania e democracia, respeitando e se aprofundando nos estudos dos Direitos Humanos. Os valores do mundo ocidental que modelam a família estão na perspectiva da tradição judaico-cristã. Nesse tempo, os debates em torno do conceito provocam discussões nas esferas legislativa, acadêmica e religiosa, como o que é ser homem e o que é ser mulher; a quem interessa combater os novos arranjos familiares; como são legitimados pelo judiciário os direitos das famílias que não se inserem na tradição judaico-cristã; como a envergadura sistêmica patriarcal, que violenta os novos arranjos familiares, dissemina violências em relações de afeto não heteronormativas; a quem interessa não se preocupar com as famílias contemporâneas e criar uma condição de poder que desumaniza novas formas de ser e existir.

Por muito tempo, no interior de uma família patriarcal, a história foi pautada nas relações entre mulheres e homens que, sexualmente, reproduziam-se e proliferavam-se. Essa ideia edificada pelo teor das instituições religiosas e fundamentalistas que dominaram homens e mulheres numa fé dita como verdade absoluta adentrou (pré-determinando) aos assuntos da organização e composição familiar.

Família, como propriedade privada e de interesse do Estado, é o lugar onde o ser humano se forma individual e coletivamente, sustentado pelo conforto, pela educação em sua dimensão plural, pela humanização do corpo diante da afetividade, pela garantia de direitos constitucionais, por recíprocos de solidariedade e defesa e pelas vivências produzidas pelo contexto empírico, racional, formativo, moral etc. Em contrapartida, grupos e pessoas de diversos segmentos sociais ainda condicionam para a arena pública brasileira a ideia de que família é a união entre homem e mulher que, como consequência sanguínea, gera o/a filho/a. Não posso afirmar que isso condiz com os novos arranjos familiares discutidos no tempo presente. Família é onde a pessoa encontra em seu seio o amor e o teto; onde ela é acolhida e protegida; não existem relações

sanguíneas que demostrem sentimentos que ultrapassem as questões biológicas e científicas.

Existem pilares que pensam a “Família” como um dom universal e que não pode ser conduzida a falácias e imoralidades; falo das instituições religiosas que pregam um exemplo de família a partir de documentos sagrados e/ou da concepção de transcendência. Para a Igreja (por muitos anos se pensou essa conjuntura), especificamente a Católica, família é a união/casamento de um homem e de uma mulher que firmam o compromisso do amor diante de Deus.

Hoje, sabemos que a família (cultural e/ou juridicamente) é diversa e plural: das mulheres viúvas e/ou mães solo que cuidam sozinhas de seus filhos e filhas; dos pais divorciados que estão com a guarda de seus filhos e filhas; dos casais homoafetivos que adotam crianças deixadas no mundo por casais héteros; dos casais que abrem suas relações para paralelismos afetivos; das famílias reconstituídas, onde o casal agrega os/as filhos/as dos relacionamentos anteriores; das famílias anaparentais que não abrangem somente esposo/a e filhos/as, mas pessoas com vínculos de afetividade/afeição; e outros arranjos familiares sentenciados pelos órgãos judiciários.

A condição da cidadania plena garante para todos e todas os direitos civis, políticos e sociais que asseguram a possibilidade de uma vida digna e completa dentro de uma organização familiar. Esses direitos não foram conferidos, mas exigidos, integrados e assumidos pelas leis, pelas autoridades e pela população em geral. A cidadania de qualquer pessoa também não é dada, mas construída em um processo de organização, participação e intervenção de indivíduos, movimentos e grupos sociais. Só na constante vigilância dos atos cotidianos, a/o cidadã/ão pode apropriar-se desses direitos, fazendo-os valer de fato. Se não houver essa exigência, eles ficarão no papel e na utopia.

Experimentar o século XXI, tempos de globalização, realidade virtual, terror e superficialidades nas relações humanas, é compreender que pessoas precisam ser amadas e de um lar; crianças e adolescentes necessitam ser felizes, protegidos, cuidados e educados para a diversidade. Reconhecer a pluralidade de famílias e suas organizações é se amparar na cidadania, aquela descrita na legislação vigente do país e nos estudos sobre o tema. É a que estabelece que todos/as são iguais perante a lei e garante ao indivíduo a oportunidade de lutar judicialmente por seus direitos. Porém, vivemos no dia a

dia o mostruário de que não há uma igualdade fundamental entre todos os seres humanos marcados socialmente por raça, etnia, classe, gênero. Direitos só se tornam efetivos e substantivos quando são exigidos e vividos cotidianamente.

O movimento antigênero se apropriou de termos bélicos para discursar retoricamente em prol da “família tradicional”, ao lado de *fake news* e ameaças, como “as famílias estão em perigo”, “ideologia anti-família”, “doutrinação ideológica nas escolas”, “ideologia de gênero”, “inimigos da família”, “as crianças estão em risco” para indicar a figura do Outro, do diferente, dos marxistas, dos esquerdistas, dos comunistas como adversários a serem combatidos. E não gerou dúvida de que ações na arena política pudessem ser efetivadas.

No campo legislativo brasileiro, o PL 6583/13 do ex-deputado federal Anderson Ferreira Rodrigues, do Partido Republicano (PR), determinava a criação do Estatuto da Família que, numa visão retrógrada e adversária aos novos arranjos familiares, concluía que o conceito de família se reuniria em união entre um homem e uma mulher, base tradicional judaico-cristã, mostrando lentidão no debate sobre a temática e interesses de grupos no cenário público.

Em tempos de Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (2019-2022), a ex-ministra de Estado Damares Alves investiu na reorientação ideológica do conceito de família para a implementação de políticas públicas, programas, diretrizes e materiais oriundos do governo federal, cujo exemplo foi o Observatório Nacional da Família, vinculado à Secretaria Nacional de Família. Para Junqueira (2022, p. 176), o que se queria como projeto político do ex-presidente da República e de sua ex-ministra, era legitimar “o uso de ‘família’ no singular e de imagens semelhantes às dos movimentos antigênero informa qual arranjo familiar o governo reconhece e pretende promover como modelo”. E ainda nessa mesma vertente ideológica do governo, “imagens de pessoas brancas evidencia que, na esteira da promoção dos ‘valores da família’, sexualidade, gênero, raça, etnia, classe e corpo se intersectam, reforçando moralidades, crenças e práticas discriminatórias e marginalizantes” (Junqueira, 2022, p.176). Minimizar o termo “família” para justificar um princípio de conduta empírica, é violar a dignidade, a liberdade e a oportunidade de as pessoas escolherem (ou não) ingressar nessa instituição social.

A manutenção coercitiva do dia das mães biológicas (pais também) nas escolas e creches só reforça a violência em corpos de crianças e adolescentes

que não são contemplados/as no seu modo de viver e em suas famílias específicas. No Estado de SC, a lei nº 18.531/2022, visa incentivar a família a participar efetivamente da vida escolar dos/as estudantes e acolher as famílias diversas, plurais no território escolar. Legalmente, os novos arranjos familiares (famílias recompostas, monoparentais, homoafetivas, eudemonista etc.) são desafiados por esse padrão hegemônico, que é normatizado nas escolas. Docentes precisam assentir, e não excluir!

Portanto, prossigo à reflexão para compreender como parlamentares de Santa Catarina chegaram ao poder ancorados numa das pautas bolsonaristas, a "ideologia de gênero", e continuam a se esforçar, principalmente nas redes sociais digitais através das publicações-denúncias, para promover "pânico moral"; e como o *homeschooling* e as escolas cívico-militares contribuem para o projeto do movimento antigênero no tempo presente.

4.1 O ABRAÇO E ACOLHIMENTO CATARINENSE DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO"

Para compreender a formação social, cultural, política e religiosa de Santa Catarina é preciso atentar para a historiografia sobre o Estado. No caso dessa pesquisa, uma historiografia que pense a construção do Estado pelo viés educacional, onde o processo de escolarização e formação dos sujeitos esteve em consonância com os valores nacionais. Compreendendo os estudos de Cristiani Bereta da Silva (2014) acerca da identidade imaginada de Santa Catarina, a imigração, o sentimento nacionalizador e o culto à Pátria fazem parte da "educação para a constituição de um cidadão disciplinado, cívico e patriótico [...], adquirindo função moral e espiritual" (Silva, 2014, p. 19). Para a autora, as chamadas Liga Pró-Língua Nacional criadas em ambientes educacionais catarinenses contribuíram para o "espírito nacional" nas décadas de 1930 e 1940, integrando na formação de cidadãos o desejo de grandeza à sua Pátria.

Nacionalismo, conservadorismo, imigração, religiosidade são conceitos que beneficiam a construção da ideia de identidade imaginada de Santa Catarina. No tempo presente, essas ideias ainda são acionadas em contextos midiáticos, como a máxima da propaganda televisiva de um canal aberto do Estado "faz como ninguém faz", e a cartilha "Jeito Catarinense. O jeito certo de

fazer as coisas” produzida pela Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert) em 2018. Esses exemplos reafirmam o projeto político que historicamente vem se materializando no Estado.

No cenário político das corridas presidenciais de 2018 e 2022, o Estado de Santa Catarina se apresentou como território fértil do acolhimento das pautas bolsonaristas e que elegeu parlamentares (dois foram analisados nessa pesquisa), cujas construções não se inserem respectivamente nos anos das eleições. Margareth Goldman ganhou projeção nacional antes de 2018, quando chegou em Brasília denunciando a chamada falaciosa “perseguição ideológica e discriminação religiosa”; Samuel Gottfried, com o método olavista de ataque ao inimigo (esquerdista, marxista, feminista, LGBTQIA+ etc. – nomenclaturas que o próprio deputado considera como adversárias) recebeu notoriedade pelas pessoas que compactuavam de seus discursos violentos. Outros parlamentares, estaduais e federais, se construíram com métodos retóricos semelhantes. A regra coletiva dos bolsonaristas em SC em 2018 era votar sequencialmente de ponta a ponta o número 17. Em 2022, o indicativo de ordem foi o 22[53]. Consideravelmente, em 2022 o ex-presidente Bolsonaro recebeu 69,27% (3.047.630 de votos válidos)[54] (Brasil, 2023) em Santa Carina, que demonstrou o resultado da convergência entre os/as vários/as catarinenses e o ex-chefe de Estado nas pautas ideológicas e políticas.

Em consonância com os eventos que marcaram o início do século XXI no país, como as manifestações de 2013, o episódio do “Kit Gay”, os ataques fundamentalistas e reacionários ao PNE de 2014, o processo de *impeachment* que depôs a presidenta Dilma em 2016, a Reforma do Ensino Médio de 2017, percebeu-se que as redes sociais digitais foram essenciais para a organização e articulação de movimentos da direita em eleger parlamentares, dissolver *fake news*, provocar pânico na sociedade e legitimar o discurso de ódio sabendo que “a ameaça inicia a performatização daquilo que ela ameaça performatizar; porém, não a performatizando completamente, ela tenta assegurar, através da linguagem, a certeza de um futuro em que será performatizada” (Butler, 2021, p.24)

[53] O número 17 fez referência ao PSL em 2018; já o 22, ao PL em 2022. Ambos tinham o ex-presidente Bolsonaro como candidato à presidência.
[54] Dados oficiais da Justiça Eleitoral.

A ameaça, a perseguição, o ódio, a violência são estratégias para combater o inimigo, e o movimento bolsonarista no país acolheu essas táticas como armamento da guerra cultural. Com o/a professor/a de História ou de outros componentes curriculares das ciências humanas e sociais aplicadas, não obstante restrito a essa área de conhecimento, nos temas sensíveis discorridos em sala de aula, as ameaças e as perseguições aos docentes surgiram em escalas e níveis diferenciados, ora pelas famílias, ora por parlamentares. O medo: a destruição da família. Família essa que já foi discutida no início desse texto. Muitos/as parlamentares, especialmente em Santa Catarina, consideram a "ideologia de gênero" como uma "ideologia antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família" (Frigotto, 2019, p. 47). Apesar disso, temas de gênero e sexualidade quando são estudados em sala de aula, se apresentam como reflexão crítica para compreender as "relações entre os gêneros, homem, mulher e outras configurações, como elas são construídas historicamente, para desconstruir desigualdades, homofobia, machismo e coisas assim. Mas eles colocam que seria uma ideologia contra a família" (Frigotto, 2019, p. 47)

A "ideologia de gênero" é a priori do ESP. Sua natureza corrobora com a essencialidade do movimento, porque "os fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas suas ideologias e crenças" (Ação Educativa, 2016, p. 17-18), ressaltando que a "ideologia de gênero" não é uma problemática nova em Santa Catarina, mas sim, fruto de demandas neoconservadoras e reacionários das últimas experiências temporais.

4.2 PUBLICAÇÕES-DENÚNCIAS DE "IDEOLOGIA DE GÊNERO": O INSTAGRAM COMO FERRAMENTA DISCURSIVA DE DOIS DEPUTADOS BOLSONARISTAS DE SANTA CATARINA

Por trás de um forte tsunami neoconservador-reacionário-fundamentalista que se espalhou por todo o Brasil nas últimas décadas, se fortalecendo com as manifestações de 2013, o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer e suas reformas liberais, alguns sujeitos (hoje parlamentares) que usaram desses fatos e viram nas redes sociais digitais um outro espaço de articulação e movimentação de suas ideias, transformadas

em pautas de campanhas eleitorais com protagonistas nacionais. As redes sociais digitais como lugar de pertencimento reuniram atores e eventos, permitindo uma congruência com o projeto político de poder para o país que se almejava de cunho privatista, liberal, tradicional, neoconservador.

Escolhi para as minhas análises, dois deputados estaduais de Santa Catarina, que pertencem a raiz ideológica do bolsonarismo e se construíram a partir da metodologia retórica de Olavo de Carvalho: i) Margareth Goldaman, figura pública legislativa estadual, mãe, antifeminista, armamentista, pró-vida e contra o aborto, bolsonarista; defensora do *Homeschooling* e combatente da "ideologia de gênero" e da linguagem neutra; costuma incentivar a comunidade escolar, especialmente os/as estudantes a gravarem os/as seus/uas professores/as quando abordarem temas sensíveis, intitulando-os/as de doutrinadores/as; sua história e notoriedade nacional é marcada pelo episódio processual a sua ex-orientadora de mestrado[55], que se recusou a orientá-la no mestrado por não compactar com seus princípios teóricos-acadêmicos-científicos.

> Como já devem saber, eu me tornei conhecida, desde 2013, em razão da minha luta contra a doutrinação marxista nas escolas e, mais recentemente, em razão do processo que movi contra uma professora que me discriminou por motivos religiosos, abandonando, sem justificativas plausíveis, a orientação do meu trabalho acadêmico. Lutei sozinha contra ela e contra as inúmeras instituições que a apoiavam, enfrentei o assédio de incontáveis militantes no meu dia-a-dia. Mas tudo isso tem valido a pena. O eco dessa pequena ação de enfrentamento reverberou por todo o país, e soou como exemplo a muitos. O ataque que sofri da professora foi uma afronta a todos os cristãos, e minha resposta a ele, uma que todo cristão deveria dar. Por causa disso, dou um passo à frente para repetir esse mesmo feito em maior escala. A nossa arena de batalha se estende para muito além da esfera judicial, é uma luta cultural que tem de ser renhida em todos os meios públicos (Goldman, 2018).

Ela ainda afirma que o movimento ESP foi uma das principais diretrizes que o elegeu, tendo o dever de levar esse movimento por todo lugar de Santa

[55] A ex-estudante de mestrado, reprovada no curso, e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, processou em 2016, a sua ex-orientadora a quem acusou de perseguição ideológica e discriminação religiosa. Goldman levou o seu caso para Brasília, onde ganhou visibilidade na defesa do ESP. Por fim, a sentença final foi favorável à professora, tendo assim finalizado o processo.

Catarina, e está compromissada com a defesa das crianças e luta pela validação do direito das famílias em ter a primazia sobre a educação moral de seus/uas filhos/as. ii) Samuel Gottfried, figura legislativa estadual, armamentista, bolsonarista, defensor nato do combate à “ideologia de gênero” e linguagem neutra, dos valores familiares (tradição judaico-cristã) no Estado, do *Homeschooling*, da Escola Cívico-Militar, do ESP e da liberdade dos/as estudantes filmarem as aulas dos/as docentes. Pró-vida, liberal e combatente das drogas e do aborto. Sua rede social digital, o *instagram*, é um canal de denúncia de doutrinação e “ideologia de gênero”, onde o deputado fornece um número de telefone para recolher as manifestações da comunidade escolar sobre os temas. Em algumas publicações-denúncias, ele informa nome da escola, município do Estado e os sujeitos envolvidos.

> Nenhum professor deveria se ofender ou temer ser filmado em sala de aula. Afinal, deve orgulhar-se do seu trabalho que é importantíssimo para a formação dos alunos. Mas o professor que quer transformar o aluno numa réplica ideológica sua, ao invés de ensinar o conteúdo curricular, deve estar mesmo com medo e vai precisar confiscar câmeras e celulares dos alunos para esconder o seu delito. Como deputado, estou à disposição para quem quiser filmar o meu dia a dia na Assembleia e qualquer uma das reuniões que eu faça. Quem não deve não teme (Gottfried, 2019, s/p).

Para ambos os parlamentares, a educação foi, e continua sendo, uma guerra travada entre famílias e o sistema de ensino implementado pelo Estado. No caso da construção da figura legislativa de Goldman, o campo educacional foi arquitetado como disputa ideológica, onde reafirma que “a batalha pela educação é, acima de tudo, uma batalha pelas almas dos nossos filhos” (Goldman, 2021), premissa esta que conota a relação intrínseca que se quer legitimar entre a educação e a família baseada em algum valor espiritual, quando é acionada a salvação dos filhos pelas suas almas.

A articulação entre as redes sociais digitais e os atores políticos demonstra o sucesso da extrema direita em eleger candidatos/as que defenderam, em 2018 e 2022, as pautas dos costumes, da família, do patriotismo, do combate à ameaça do “perigo vermelho” no país, numa grande mobilização com os/as evangélicos/as e setores do empresariado e judiciário; Jair Messias Bolsonaro, deputado federal até 2018, foi a figura parlamentar representativa dessas pautas e sem medo, entrava na arena pública fazendo

críticas e se colocando como guerreiro na batalha com a oposição. Sua notoriedade pelas massas cada vez mais ganhava espaço de atuação e eleitorado. Essa construção tinha como alicerce o risível à diversidade, na premissa de que “eles não gostam de ouvir a verdade”. Em 2013 com as manifestações que rondaram o Brasil, seu populismo no mundo digital, bem como o de outros apoiadores, percorreu a legitimação das reivindicações das massas, especialmente às da direita, nas redes sociais digitais: *Orkut, Facebook, Instagram, Whatsapp, Telegram* e *Twitter*. Nesse sentido, “as Manifestações de Junho materializaram um difuso sentimento antissistêmico que se manifestou na decidida recusa da figura do político tradicional [...] e que foi instrumentalizado pelo populismo digital de direita” (Rocha, 2021, p. 312).

Nas redes sociais digitais, duas expressões demarcaram fortemente o procedimento da injúria linguística, do discurso de ódio, da intolerância e da violência que a extrema direita se apropriou para atacar o inimigo que deveria ser combatido: mortadelas e petralhas. “Mortadela sintetiza o preconceito e o rancor contra o povo simples e pobre, entendido como estorvo e ameaça” (Frigotto, 2019, p. 33), na forma subalterna de negação dos sujeitos que pertencem ao marcador social de classe, na condição de miséria e fome. Mortadela, alimento consumido costumeiramente pela classe popular e quase sempre presente nas manifestações sindicais e nas greves como produto que une, alimenta, energiza as pessoas para as lutas. Nesse contexto, a extrema direita tem pavor do sentido social da mortadela. O outro termo se ancora na ira, nomenclatura usada para associar o opositor/adversário político. A palavra “petralhas” conotou “mais do que a extinção do Partido dos Trabalhadores (PT), indica o desejo de extermínio do pensamento crítico e das instituições, grupos sociais e indivíduos que lutam por justiça e igualdade social caracterizando-os como bandidos” (Frigotto, 2019, p. 33-34)

Em todos os espaços onde a guerra cultural estava implantada, essas terminologias eram armas retóricas do poder linguístico da extrema direita. No mundo digital, “a organização dos eventos ocorreu através das redes sociais, demonstrando claramente a força política do novo meio — e, [...] a campanha bolsonarista beneficiou-se ao máximo dessa circunstância em 2018” (Rocha, 2021, p. 310). Com isso, temos acompanhado na realidade brasileira, bem como a catarinense, o fortalecimento da ânsia popular digital na disputa pelo poder

político, sendo que “a guerra cultural e a retórica do ódio visam a dar um objetivo aos movimentos de grandíssima escala das massas, pois a identificação de um inimigo comum automaticamente concentra as forças que antes se encontravam dispersas e caóticas” (Rocha, 2021, p. 316).

Exemplo da concentração/reunião bélica de instrumentos discursivos dos parlamentares aqui analisados entre o recorte temporal dessa investigação, são o *WhatsApp* e o *Instagram*, pois, respectivamente, “no Brasil, a campanha bolsonarista inovou na utilização do WhatsApp e na propaganda política com base na fragmentação do eleitorado” (Rocha, 2021, p. 317), e nesse último, se adaptou a rede social digital considerada do seu tempo.

Nesse texto, busquei compreender as 142 publicações-denúncias da deputada Margareth Goldman, e as 79 publicações-denúncias do deputado Samuel Gottfried, recolhidas das redes sociais digitais desses parlamentares, o *Instagram*, no recorte temporal de 2018 a 2022: duas campanhas presidenciais e o primeiro mandato legislativo de cada parlamentar. Nesse sentido, nessas fontes de caráter digital “as escritas pessoais são postadas como memórias, [...] e a maioria das memórias constrói-se a partir desse recorte espacial” (Silva, 2015, p. 19) como por exemplo, o Estado de Santa Catarina. A metodologia quantitativa usada para dialogar com as fontes históricas, apresentou dados e estatísticas que corroboram com a temática da pesquisa, via gráficos e tabelas que serão apresentadas posteriormente.

As fontes históricas foram recolhidas a partir dos seguintes descritores de interesse da “ideologia de gênero”, objeto dessa tese: Escola Sem Partido; Doutrinação (Ideológica Escolar) – assédio, abuso e perseguição ideológica; Ideologia de Gênero; LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e mais) – homossexuais, identidade de gênero, orientação sexual; Erotização e Sexualização de crianças e adolescentes; Linguagem neutra / não binária; Escola Cívico-Militar (Escola Militar, Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares PECIM) e *Homeschooling* / Ensino Domiciliar, como demostra visualmente o quadro 5. Cada descritor pode aparecer mais de uma vez numa publicação-denúncia, onde considerou-se para a pesquisa a palavra escrita. Nessas fontes, podemos encontrar também comentários e curtidas dos/as seguidores/as, imagens (ora com elementos inseridos para ratificar o adversário

como inimigo, como por exemplo colocar chifres em opositores; ora em fotografias com edições) com palavras em tom de ordem e vídeos.

Quadro 5 - Descritores

Descritores acionados na investigação das publicações-denúncias
Ideologia de Gênero
Doutrinação (Ideológica escolar): abuso, assédio ou perseguição ideológica
Escola Sem Partido
Homeschooling / Ensino Domiciliar
LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e mais): homossexuais, identidade de gênero, orientação sexual
Linguagem neutra / não binária
Erotização e Sexualização de crianças e adolescentes
Escola Cívico-Militar (Escola Militar, Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares PECIM)

Fonte: Elaboração do autor (2023), com base nas publicações-denúncias.

Os descritores apresentados pertencem a atos de fala de instituições e sujeitos que normatizam no teor linguístico das publicações-denúncias e em políticas públicas interesses e formas de poder. São representações dos deputados aqui analisados. O discurso está preenchido por uma estrutura de condutas não só verbais, mas físicas que podem fomentar e materializar violências. A “ideologia de gênero” é uma ferramenta que aciona o dispositivo do discurso de ódio, e Butler (2021) contribui com o debate para pensar como essa injúria linguística pode ser performatizada na arena pública e atravessada por preconceito e discriminação, marginalizando formas de existência.

Poderia ser a “ideologia de gênero” uma performance discursiva de parlamentares bolsonaristas da extrema direita para o uso do poder? A quem interessa defender a “ideologia de gênero” no contexto democrático e laico de um país que assegura o princípio constitucional da diversidade e do respeito? O alvo é o sujeito da diversidade sexual e de gênero, que ao “ser chamado de um nome é também uma das condições pelas quais um sujeito se constitui na linguagem” (Butler, 2021, p.12). Os corpos dos meninos e das meninas são ameaçados e violentados constantemente por injúria linguística. A “ideologia de gênero” é uma ameaça aos corpos LGBTQIA+.

Pensando sobre as palavras que ferem, a autora comenta que “a injúria linguística parece resultar não apenas das palavras utilizadas para se dirigir a

alguém, mas também do próprio modo de endereçamento" (Butler, 2021, p.12-13). Não só as palavras machucam, mas os atos que materializam esse procedimento. Direcionar uma injúria linguística para um corpo em escolarização, dentro de sua subjetividade e de seu desenvolvimento, é alocar a violência na forma de ser e existir na diversidade. Com isso, "ser ferido pelo discurso é sofrer uma perda de contexto, ou seja, é não saber onde se está" (Butler, 2021, p.15).

Acionar palavras que ferem via discursos legislativos a um grupo específico da sociedade, como mulheres, indígenas, LGBTQIA+ etc., é desumanizar sujeitos que não pertencem a norma hegemônica. A essência do discurso de ódio "é combinar vocabulários linguísticos e físicos" (Butler, 2021, p.16). Contraditório é um/a parlamentar, eleito/a numa atividade democrática, atender os seus próprios interesses e/ou dos grupos que o colocaram no poder. Na democracia representativa, a figura do/a deputado/a se converte na atuação para/com o povo. Quando não há essa ânsia popular, percebemos que o poder também pode propagar o discurso de ódio, onde feridas são insultadas ora pela performance discursiva, ora pelo resultado físico desse exercício.

Através dos descritores emergidos das publicações-denúncias, o quadro 6 apresenta, entre 2018 e 2022, a quantidade de vezes que os deputados bolsonaristas da direita catarinense trouxeram para as suas redes sociais digitais o debate acerca dos temas dessa pesquisa, insuflando os/as seus/uas adeptos/as na internet, fiéis ao método e a retórica bolsonarista, onde os algarismos temporalmente quase são simultâneos.

Quadro 6 – Quantidade de descritores acionados nas publicações-denúncias (2018-2022) dos deputados Gottfried e Goldman

Descritores acionados na investigação das publicações-denúncias	Deputado estadual Samuel Gottfried	Deputada estadual Margareth Goldman
Ideologia de Gênero	69 vezes	81 vezes
Doutrinação (Ideológica escolar): abuso, assédio ou perseguição ideológica	36 vezes	74 vezes
Escola Sem Partido	05 vezes	65 vezes

Homeschooling / Ensino Domiciliar	07 vezes	08 vezes
LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e mais): homossexuais, identidade de gênero, orientação sexual	106 vezes	39 vezes
Linguagem neutra / não binária	15 vezes	05 vezes
Erotização e Sexualização de crianças e adolescentes	02 vezes	23 vezes
Escola Cívico-Militar (Escola Militar, Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares PECIM)	02 vezes	Nenhuma vez

Fonte: Elaboração do autor (2023), com base nas publicações-denúncias.

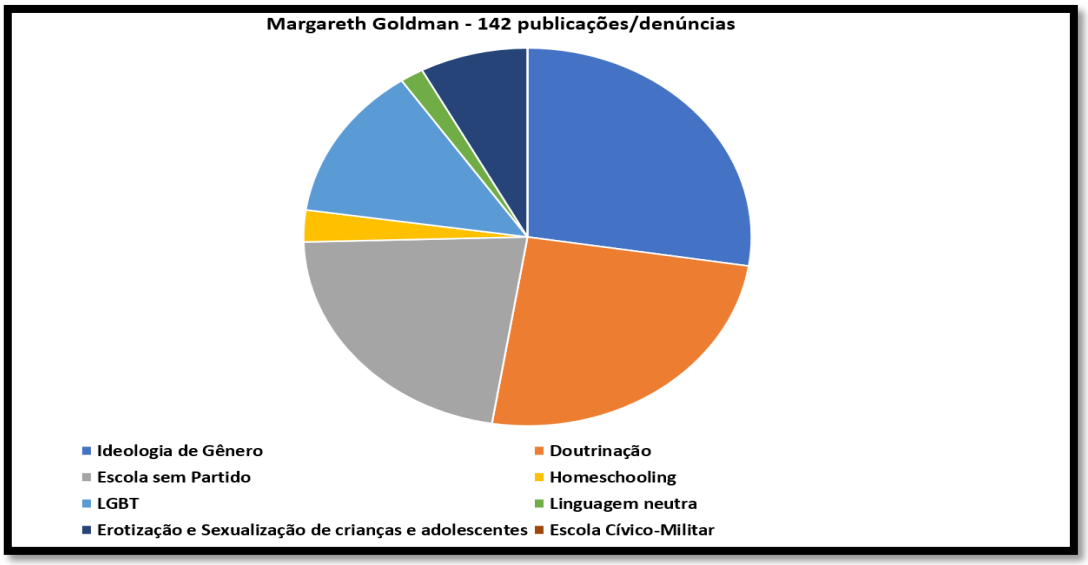
Contudo, quando há repetição de um material ou tema postado nas redes sociais digitais, ele adquire um potencial que pode ser acessado por pessoas dos mais diversos lugares do mundo. A circulação das publicações-denúncias ocorreu com facilidade na internet, pois os números de curtidas, de comentários e de compartilhamentos não são rasos. Não se sabe diretamente a quais pessoas foram afetadas por esses materiais, mas deduzo que são aquelas que defendem as mesmas ideias e/ou proposições. Criam-se elos e respaldo representativo público do sujeito que se dispõe a trabalhar incansavelmente para defender um tema.

A figura 2 representa a porcentagem de cada descritor acionado durante os anos de 2018 e 2022 nas publicações-denúncias da deputada Goldman. De acordo com a quantidade, cada descritor ficou estabelecido da seguinte forma: 22% Escola Sem Partido; 25% Doutrinação (Ideológica Escolar) – assédio, abuso e perseguição ideológica; 27% Ideologia de Gênero; 13% LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e mais) – homossexuais, identidade de gênero, orientação sexual; 8% Erotização e Sexualização de crianças e adolescentes; 2% Linguagem neutra / não binária; 0% Escola Cívico-Militar (Escola Militar, Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares PECIM) e 2% *Homeschooling* / Ensino Domiciliar. Como sintagma neológico, “ideologia de gênero” foi o descritor mais acionado no contexto das publicações-denúncias

de Goldman. Quanto a vontade de delinear, “a narrativa ‘ideologia de gênero’ é o modo como parte da Igreja Católica, ligada ao movimento Pró-Vida e Pró-Família, resolveu nomear, convenientemente, os Estudos das Relações de Gênero, buscando desmoralizá-lo frente a opinião pública” (Felipe; Seffner, 2022, p. 349).

Simultaneamente, a prática performativa da “ideologia de gênero” no mundo virtual se agrega ao processo violento discursivo incutido na diversidade e “se presta para muitos objetivos, que vão desde a fragilização da escola pública, passando pela privatização da educação, até a total perda de direitos de todas aquelas identidades e sujeitos que, supostamente ‘ferem’ a moral judaico-cristã” (Felipe; Seffner, 2022, p. 359). As postagens nas redes sociais digitais envolvem interesse, esforço, planejamento, dedicação e criatividade, cujo resultado atinge a sociedade ora pânico moral, ora desmoralização do Outro. O Outro é invalidado pela coerção da norma. Nesse sentido, “a produção de identidades é uma produção de novos sujeitos, e ela implicou a busca por novos direitos. [...] a norma precisa falar, se defender, estabelecer novas demarcações. E para fazer isso a todo momento precisa falar desses outros que deseja reprimir ou conter” (Felipe; Seffner, 2022, p. 260).

Figura 2 - Sistematização dos percentuais dos descritores de Goldman

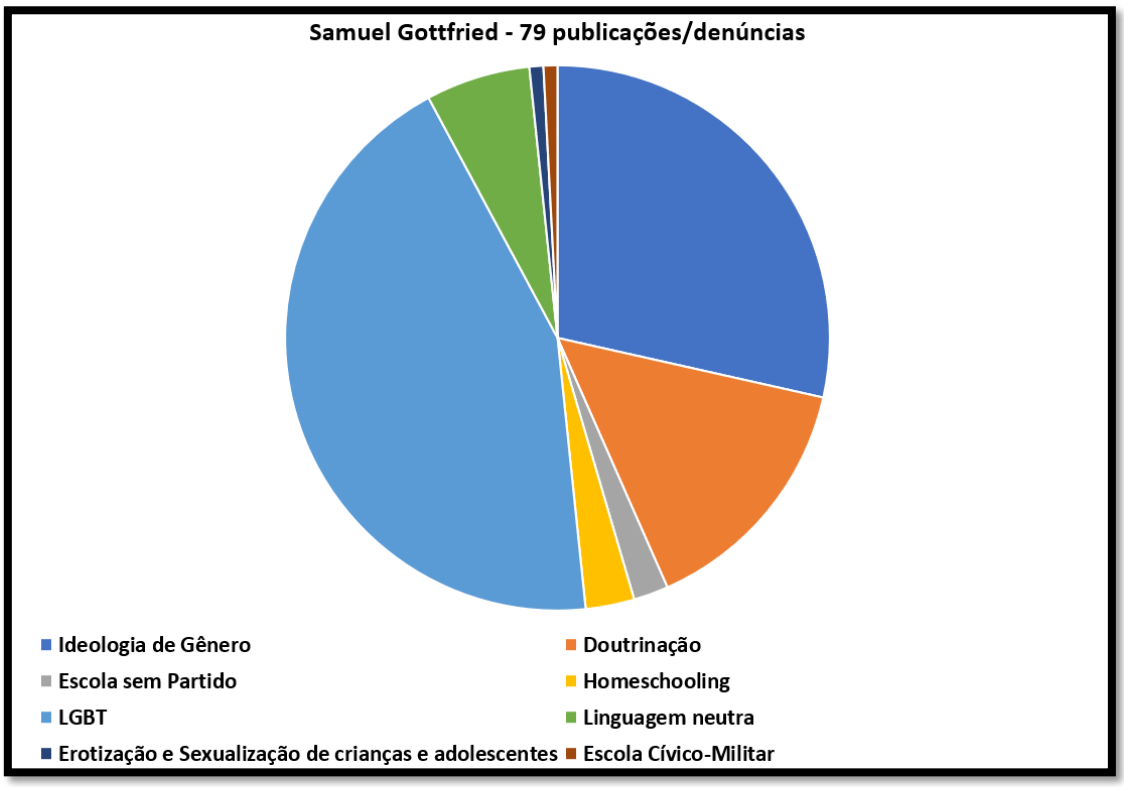


Fonte: Elaboração do autor (2023), com base nas publicações-denúncias.

Em sentido paralelo, a figura 3 representa a porcentagem de cada descritor acionado durante os anos de 2018 a 2022 nas publicações-denúncias do deputado Samuel Gottfried. Dessa maneira, cada descritor ficou estabelecido da seguinte forma: 2% Escola Sem Partido; 15% Doutrinação (Ideológica Escolar) – assédio, abuso e perseguição ideológica; 29% Ideologia de Gênero; 44% LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e mais) – homossexuais, identidade de gênero, orientação sexual; 1% Erotização e Sexualização de crianças e adolescentes; 6% Linguagem neutra / não binária; 1% Escola Cívico-Militar (Escola Militar, Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares PECIM) e 3% *Homeschooling* / Ensino Domiciliar.

A perseguição e a destilação do ódio à população LGBTQIA+ não passam despercebidas nas publicações-denúncias do deputado Samuel Gottfried, quando a máxima está no acesso ao percentual do descritor LGBT. Em consonância com a condição do Brasil no cenário internacional em continuar sendo o país que mais mata pessoas LGBTQIA+, o parlamentar, não único, traz um histórico de discursos violentos contra a população LGBTQIA+, ora nas redes sociais digitais, ora na Alesc. Gottfried foi acusado de transfobia por uma mulher trans, que participava em julho de 2023 de um concurso de beleza na cidade de Ermo-SC, onde ela contestou as notas recebidas do jurado, pois, anteriormente, ele já tinha se posicionado contrário nas redes sociais digitais da participação de transexuais e travestis em competições com mulheres cisgênero. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) ainda no mesmo ano do caso anterior, condenou o deputado a pagar indenização de 5 mil reais por ofender em dezembro de 2020 um professor nas redes sociais digitais. Ele ainda recebeu no seu gabinete legislativo, Marco Antonio Heredia Viveros, o homem que deixou Maria da Penha paraplégica e movimenta em suas redes sociais digitais o discurso de ódio e a violência entre os que ele considera inimigo: petistas, comunistas, esquerdistas, LGBTQIA+ etc. Essas atitudes corroboraram com a autopromoção de sua figura parlamentar, que alimenta no senso comum o desejo de fortalecer o seu mandato e permanecer no poder.

Figura 3 - Sistematização dos percentuais dos descritores de Gottfried



Fonte: Elaboração do autor (2023), com base nas publicações-denúncias.

A permanência da defesa das pautas ideológicas da extrema direita no parlamento tem afetado a democracia de maneira visceral. Políticas públicas para as populações consideradas minorias têm sido barradas, conquistas históricas legislativas no âmbito progressista têm sido revistas e questionadas; essas manifestações são oriundas do movimento bolsonarista que se fortaleceu nos diversos eventos no país ocorridos a partir de 2010, cujo sentido foi a "eliminação sumária do outro, sempre visto como inimigo. Varrer, apagar, eliminar: verbos onipresentes na linguagem extremista" (Rocha, 2021, p. 117).

No quadro 7, identificamos o aumento de curtidas entre a primeira e a última publicação-denúncia do deputado Samuel Gottfried. Um dos elementos que se perpetuou na análise do conjunto dessas fontes foi a forma performativa do discurso para atender o seu público fiel, intitulado de bolsonarista-raiz. Nas imagens inseridas nessas fontes, o deputado evocava o imaginário estético que dialogava com o método olavista do sistema de crenças e que averigua, linguisticamente, "a disseminação da retórica do ódio como forma de desqualificar adversários; o palavrão como argumento de autoridade; [...] a

identificação do comunismo como inimigo eterno a ser eliminado uma e outra vez (e sempre de novo)" (Rocha, 2021, p. 63).

Quadro 7 – Progressão de curtidas entre a primeira (2018) e a última (2022) publicação-denúncia do deputado Gottfried

Teor discursivo da publicação-denúncia	Descritores	Data da publicação	Quantidade de curtidas na publicação-denúncia
Primeira publicação-denúncia acionada**:** Bandeiras defendidas nas eleições de 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL)**.**	- Doutrinação ideológica escolar. - Erotização precoce das crianças. - Escola Sem Partido. - Escola Cívico-Militar	04 de agosto de 2018	108 curtidas
Última publicação-denúncia acionada: Ataque transfóbico a uma pessoa trans na cidade de Itajaí – SC.	- Transexual, trans. - Ideologia de Gênero.	18 de outubro de 2022	1.044 curtidas

Fonte: Elaboração do autor (2023), com base nas publicações-denúncias.

No quadro 8, percebe-se como o movimento ESP, mas não só, foi receptor da "ideologia de gênero" no Brasil. Essa organização fomenta a falaciosa noção de neutralidade no ensino, quando a ameaça está em sujeitos externos à escola que disputam narrativas e espaços com professores/as que conhecem a realidade do ensino e da instituição. Essa "ameaça surge precisamente através do ato que o corpo performatiza ao falar o ato [...] a ameaça surge como o efeito aparente de um ato performativo apenas para tornar-se inofensiva graças à atitude corporal do ato" (Butler, 2021, p.27).

Goldman ao lutar pelo direito de aprender dos/as estudantes, desmerece o direito de ensinar e as concepções pedagógicas, e coloca os/as docentes em zona de trincheiras com as famílias. O discurso de ódio também é demarcado por guerras morais e ideológicas, onde o ESP quer legitimá-lo através de esforços nas redes sociais digitais, na arena pública e nos PLs. O ideário do movimento perpassa a "ameaça à vivência social e à liquidação da escola

pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade" (Frigotto, 2019, p. 19).

A escolha do nome do movimento ESP tem um objetivo que esconde artimanhas públicas: ao colocarmos as aspas na preposição *sem* que articula Escola e Partido, podemos compreender o sentido que se quer normatizar como partido único: "partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc." (Frigotto, 2019, p. 33)

O que se quer implantar com esse fracassado e inconstitucional projeto de Escola "com" Partido, no qual os seus/uas adeptos/as não perdem o fôlego, é a cultura do *grave e notifique extrajudicialmente o professor doutrinador esquerdista, marxista, comunista etc*. Considerando que "a pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e pais a se tornarem delatores" (Frigotto, 2019, p. 33)

O aumento de curtidas, entre a primeira e a última publicação-denúncia analisada de Goldman, demonstra o elevado apoio que ela teve na rede social digital e o interesse de diversas pessoas que começaram a segui-la em prol das pautas ideológicas, neoconservadoras e reacionárias.

Quadro 8 – Progressão de curtidas entre a primeira (2018) e a última (2022) publicação-denúncia da deputada Goldman

Teor discursivo da publicação-denúncia	**Descritores**	**Data da publicação**	**Quantidade de curtidas na publicação-denúncia**
Primeira publicação-denúncia acionada: Participação da deputada no Programa Católico "Cooperadores da verdade", abordando o ESP.	- Doutrinação. - Escola Sem Partido.	30 de janeiro de 2018	434 curtidas
Última publicação-denúncia acionada: Vídeo pré-segundo turno das eleições	- Ideologia de Gênero.	29 de outubro de 2022	67.944 curtidas

presidenciais de 2022, que ataca o Foro de São Paulo e temas acerca dos direitos humanos, e tem por finalidade alcançar votos de pessoas indecisas para o ex-presidente Bolsonaro.			

Fonte: Elaboração do autor (2023), com base nas publicações-denúncias.

Defensora árdua do movimento ESP, a deputada antifeminista se descreve como professora de História, mesmo não exercendo o ofício da docência no tempo da escrita dessa investigação, nas esferas pública e/ou privada. No ano de 2018, Goldman foi acusada nas redes sociais de lecionar em sala de aula vestindo uma camiseta do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro. A crítica que se instaurou foi que ela defendia uma neutralidade no ensino e a abjeção de professores/as doutrinadores/as, mas suas práticas não condiziam com os seus feitos. Em seu perfil pessoal no Instagram, há uma ofensiva que rebate essa construção narrativa dizendo que

> um aluno, depois do fim das aulas, veio me mostrar sua camiseta nova e PEDIU uma foto. Atender o pedido de um aluno fora de horário de aula e sem nenhum tipo de pressão é completamente diferente de assédio moral, propaganda ou coação em horário de aula (Goldman, 2018, s/p).

No cenário da fotografia que ela discorre sobre a crítica do uso da camiseta, há uma carteira de estudante que indica o território de um ambiente de estudo, podendo ser a sala de aula. Ela reconhece que se tivesse lecionado com uma camiseta do Bolsonaro, pediria desculpas e reconheceria se o tivesse feito. A questão que se quer compreender orienta a seguinte inquietação: pode o/a professor/a de História, no uso de suas atribuições legais da profissão, desconsiderar a totalidade dos princípios que regem a Constituição Federal de 1988, bem como as análises, as interpretações, as violações dos temas sensíveis, dos direitos humanos abordados em sala de aula democraticamente? Infiro essa contestação, para assimilar qual valor intencional público, no cargo parlamentar, que se quer inaugurar na convergência entre “ser uma professora de História” e tutelar a “neutralidade no ensino” que o ESP propõe para o campo educacional formal, se assumindo armamentista, antifeminista, anti-diversidade

sexual, neoconservadora. A demonstração visual do episódio coloca a deputada no lado do ex-presidente e de sua ideologia, assumindo um partido e convicções morais, independentemente se foi durante ou após uma aula de História. E se fosse com um político que ela rejeita? Usaria uma camiseta em prol do atendimento de um/a estudante? Numa das publicações-denúncias, ela fala sobre os cuidados que teve na docência para não ser processada administrativamente e delimita a possibilidade do término do seu exercício docente:

> Cumpri meus nove anos de docência sem nenhuma sindicância, processo ou advertência nesse sentido. Se continuar lecionando, terei o mesmo comportamento: um (sic) professora de história mostra a história aos alunos e deixa a cargo da família o convencimento doutrinário e religioso (Goldman, 2018, s/p).

Ela se projeta como intelectual-professora-parlamentar, tendo um arcabouço teórico neoconservador e acredita que para se formar e ter conhecimento não é necessário ter diploma. Com isso, Margareth Goldman tem um sítio que organiza várias obras neoconservadoras sobre arte, política, economia, história etc. No mesmo percurso, comercializa cursos (Cursology, 2023) nessas temáticas e os considera como o maior da América Latina no viés antifeminista, além de fazer palestras em igrejas (quase sempre evangélicas) e estar presente em eventos do seu atual partido político, o PL. A comunicação é elemento fundamental para o sucesso dessas atividades e materiais. O apelo às emoções e a criação de recursos audiovisuais profissionais no mundo virtual se encerram no desejo da construção bélica de instrumentos retóricos e ideológicos. E por razões e motivos plurais quando há violência na comunicação, “o discurso de ódio não apenas comunica uma ideia ou um conjunto de ideias ofensivas, mas também coloca em ação a própria mensagem que ele comunica: a comunicação é, em si mesma, uma forma de conduta” (Butler, 2021, p.124)

Sendo assim, Goldman não só recebe o título de deputada estadual mais votada na história de Santa Catarina em 2022, com 196.571, resultado oficial oriundo das publicações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), mas adquire também o protagonismo no Estado de aprovar o movimento ESP, cuja projeção cria efeito prático do medo e da violência no território escolar. Os constantes ataques do ESP ao conhecimento crítico e a formação docente progressista resultam no objetivo de que, “sob a ideologia da neutralidade do conhecimento

e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital" (Frigotto, 2019, p. 31)

Perante a crença no abuso ideológico, Goldman fala que "alguns professores, [...] utilizam-se do tempo cativo para transmitir suas visões ideológicas, interpretações fantasiosas ou mesmo fazer propaganda política explícita ao invés de lecionar o conteúdo proposto no currículo" (Goldman, 2020). Em suas andanças, tem conversado com professores, ativistas e médicos solicitando informações sobre os direitos dos homens; participando de episódios audiovisuais do Brasil Paralelo, que tem como objetivo "difundir para dezenas de milhões de brasileiros o sistema de crenças Olavo de Carvalho e a teoria conspiratória orviliana" (Rocha, 2021, p. 284); e visitando o centro de distribuição de sua Livraria, em Campinas/São Paulo. Diante dessa envergadura de práticas, o intuito é possibilitar argumentos externos ao campo da academia sob ameaça ao conhecimento científico crítico, analítico e metodológico. Uma ameaça que "abre um horizonte temporal no qual o princípio organizador é o ato que é ameaçado; a ameaça inaugura a ação pela qual se pode chegar ao cumprimento do ato ameaçado. [...] a ameaça é um ato de fala que é ao mesmo tempo um ato corporal" (Butler, 2021, p.28-29).

Os infortúnios epistemológicos das teorias não-científicas, suas fragilidades demarcadas pela ressignificação de conhecimentos produzidos em várias áreas e tempos, identifica que "o discurso de ódio revela uma vulnerabilidade prévia à linguagem, uma vulnerabilidade que temos em virtude de sermos seres interpelados, que dependem do chamamento do Outro para existir" (Butler, 2021, p.52).

Deste modo, Butler quer inserir nos estudos recentes do discurso de ódio, uma teoria da performatividade no discurso político, quando "o sujeito que profere um discurso de ódio é claramente responsável por esse discurso, mas raramente é seu originador" (Butler, 2021, p.64). Quem profere a retórica violenta, tem o encargo de como ela será posta. Quem discorre sobre a injúria linguística, tem a conduta impelida pelo seu dever. Quem linguisticamente incinera a violência, tem incumbência legal sobre a sua materialidade, e "quem enuncia o discurso de ódio é responsável pela maneira como ele é repetido, por

reforçar esse tipo de discurso, por restabelecer contextos de ódio e de injúria" (Butler, 2021, p.54).

As narrativas desses parlamentares da extrema direita quando o assunto é diversidade sexual e de gênero no campo educacional, empreendem visões de mundo patriarcal, homofóbica, sexista, transfóbica; logo, "os esforços que visam demonstrar que o discurso é uma conduta são utilizados pelos tribunais conservadores para endossar a ideia de que o discurso sexual é um ato sexual" (Butler, 2021, p.73). E em outras palavras, que o entendimento por parte de neoconservadores e fundamentalistas acerca da educação sexual como proposta de ensino é que essa temática irá conduzir os/as estudantes a realizarem atos sexuais nas escolas, uma verdadeira hipocrisia.

Ao pensar no que o discurso de ódio pode produzir, o Estado tem experimentado a negligência/indiferença em combatê-lo em alguns casos, quando ele "não é considerado odioso ou discriminatório até que um tribunal tenha decidido que ele é" (Butler, 2021, p.162). Um exemplo desse descaso democrático tem sido o julgamento acerca da homo-lesbo-transfobia no país: por um lado e em tempos recentes, aprovação de leis que punem atitudes discriminatórias às identidades sexuais e de gênero, e por outro, retira de documentos legais da Educação termos como "identidade de gênero" e "orientação sexual". Entretanto, "o Estado não apenas reprime o discurso, mas, no próprio ato de reprimir, produz um discurso legalmente derivativo" (Butler, 2021, p.164).

Para os novos estratos, faces e camadas que a "ideologia de gênero" vem ativar no tempo presente, bem como o ensino domiciliar e a escola cívico-militar, é necessário compreender o ataque constitucional que essa ação insere nas estruturas sociais e seja analisada "mais detidamente a emergência e a configuração de cenários e processos políticos que, embora inter-relacionados, podem encontrar formas, maneiras e circunstâncias mais ou menos distintas para se desenvolver e conseguir êxito" (Junqueira, 2022, p. 229).

4.3 “DISCIPLINA, ORDEM E CIVISMO IRÃO SALVAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA”: NOVAS CAMADAS DO MOVIMENTO ANTIGÊNERO - O *HOMESCHOLLING* E AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Considerando os estratos de tempo, a metáfora das faces da “ideologia de gênero” pode protelar “a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente [...], emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos” (Koselleck, 2014, p. 09). Por mais que ela tenha nascido na arena eclesiástica, existem outras formas de apropriação por movimentos antigênero, antidemocracia, antifeminista e anti-LGBTQIA+ e o surgimento de novos projetos que remontam a tempos, profundidades e espaços diferentes. Duas camadas da “ideologia de gênero” que normatizam formas de ser e existir no campo educacional: o ensino domiciliar ou *homeschooling* e as escolas cívico-militares. Esta última, irei apresentar algumas vivências docentes que tive numa instituição que atendia o Programa de Escolas Cívico-Militares (Pecim).

Faces dos movimentos neoconservadores, o ensino domiciliar e o programa das escolas cívico-militares são tentáculos das expectativas de gênero que a norma quer alcançar: organizar, modelar, definir e impor a regra hegemônica aos corpos diversos, cujo plano está em percurso no Brasil. As temporalidades atravessadas pela “ideologia de gênero” perpassam a posterioridade, anterioridade e simultaneidade. Os embates travados com os Estudos das Relações de Gênero são a permanência do sintagma no tempo? O efeito corrosivo do sintagma na educação, na democracia, na diversidade é o que permanece? O que rompe? O enlace neoconservador e as políticas da retórica do ódio são apoios àquilo que se alastra e não passa?

Nesse conjunto contestador sequencial, podemos conceber a realidade brasileira a partir da segunda década do século XXI quando antigos PLs do movimento Escola sem Partido são conduzidos a inconstitucionalidade pelas últimas decisões do STF, e “ações como o Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM) e a legalização/descriminalização do *homeschooling* podem ser entendidos como uma radicalização dos projetos de censura na educação num momento pós-Escola sem Partido” (Carreira, 2022, p. 44).

Contudo, é pela disciplina, pela ordem, pelo civismo e pela família educadora que insurgirá o sujeito democrático e plural, na subjetividade humana de sua existência?

4.3.1 *Homeschooling*: “meus filhos, minhas regras!”

A premissa que introduz esse subcapítulo se ancora na identificação da moralidade privada da Educação Domiciliar, conhecida também como *Homeschooling*, na normativa de “meus filhos, minhas regras”. Considerada como prioridade neoconservadora e bolsonarista, esse modelo fornece “a importância que o tema da educação domiciliar tem para a extrema direita hoje, ainda que para o conjunto da sociedade brasileira seja um tema sem nenhuma relevância” (Carreira, 2022, p. 149). A dimensão restrita da família educadora nos seus valores e suas crenças, especialmente religiosa, condiciona a formação educacional informal de sujeitos na distopia da diversidade humana. A tutela do Estado na formação de crianças e adolescentes recai sobre a legislação educacional vigente do país, que afirma que a educação é dever do mesmo e da família. Na parceria entre essas instituições sociais, formam-se sujeitos para lidar com a retórica democrática, na possibilidade de vida coletiva, na cidadania plena, na relação com a existência do Outro. Por muito tempo, a educação formal foi privada de alguns grupos considerados minoritários (mulheres, indígenas, LGBTQIA+, negros etc.), e que a partir da formação do Estado Democrático de Direito fortaleceu garantias para essas populações, tornando-os emancipados e vistos aos olhos da Constituição de 1988 como cidadãos.

A educação domiciliar priva o sujeito de se formar integralmente para atuar com os princípios constitucionais que tangem a diversidade, a pluralidade de pensamento e a convivência com outras formas de vida. Pode a educação domiciliar, materializada por um pai, uma mãe ou responsável do sujeito em processo de formação, preenchidos por ideias racistas e homofóbicas, anunciar discursos de tolerância e respeito às populações indígenas, LGBTQIA+ e negras? A qual interesse versa os grupos *pró-homeschooling* em defenderem o direito e dever exclusivo da educação pelos pais?

O ensino domiciliar ganhou projeção nacional a partir da Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*, em meados do ano de 2019

(primórdios do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, acolhedor do tema em seu mandato), e foi sustentado pela defesa de descriminalizar o formato de educação na luta legislativa de vários/as parlamentares, entre eles/as, o deputado federal do PL, Jaziel Pereira de Sousa. A Frente tinha como objetivo garantir que os pais e/ou responsáveis educassem formalmente os seus/uas filhos/as em casa garantindo a certificação e que os/as parlamentares propusessem constantes debates e PLs na temática nas esferas federal, estadual e municipal. Essa iniciativa foi agregada ao movimento ESP e se alastrou pelo país como ciclone que derruba estruturas constitucionais republicanas. Como política pública na área da educação no governo do ex-presidente, no contexto da nova Política Nacional de Alfabetização, houve o lançamento do Programa *Conta pra mim* em dezembro de 2019, cujo governo transferia à família a função de educar as crianças, reafirmando "o privatismo e o familismo das políticas antigênero e criou-se mais um fardo para as famílias e, em especial, para as mulheres, na educação das crianças". (Junqueira, 2021, p. 180)

Uma das inspirações do Escola sem Partido, a iniciativa cristã nos Estados Unidos, o *Creation Studies Institute*[56] (Creation, 2023), tem como objetivo propagar as ideias criacionistas e o evangelho de Jesus Cristo. Diretor executivo e fundador do Instituto de Estudos da Criação, Tom Derosa, possui uma equipe eclética dentro das áreas da extensão de museus, da flutuação fóssil, da contabilidade e do designer gráfico/desenvolvedor *web*. Eles oferecem um portfólio de serviços para atender o *homeschooling*, "onde é possível comprar pacotes curriculares para os diferentes níveis de ensino, como um sistema alternativo de educação" (Frigotto, 2019, p. 52-53). Temas como o de racismo, que é compreendido a partir de valores religiosos, de gênero, que não é discutido, e teoria da evolução, que é apresentada como a terra da fantasia, são regidos para atender o modelo de educação domiciliar.

Esse sistema vem atender uma demanda de famílias insatisfeitas com a educação formal de seus filhos e filhas em alguns temas curriculares educacionais, que considera o/a docente um/a doutrinador/a ideológico/a de práticas que corroem os seus valores e descaracteriza a instituição escolar como

[56] "Instituto dos Estudos da Criação", tradução nossa.

propagadora de saber e conhecimento. Diante dessa relação “surgida de todo o impacto que o pânico moral antigênero e o medo da ‘doutrinação’ geraram sobre a imagem da instituição escolar, que vai se buscando um arsenal jurídico para tratar as escolas como apêndices da família” (Carreira, 2022, p. 149). No exemplo da temática das Relações de Gênero, percebe-se potencialmente nesse contexto o embate travado entre as trincheiras da moralidade religiosa e a dimensão corpórea e afetiva da sexualidade. Falar sobre sexo e sexualidade em casa tem sido interpretado por algumas famílias como assuntos polêmicos e tabus. A qual modelo familiar se interessa a restrição dos debates de gênero e sexualidade? Quais são as reais vantagens das famílias defensoras da educação domiciliar perante o Estado democrático, laico, cidadão e republicano?

No Brasil, existem algumas iniciativas de educação alternativa, como a proposta de Guilherme Schelb[57] (Schelb, 2023), que se esforça em propor categorias para os estudos, disponibilizando *e-books*, treinamentos, cursos e palestras para adultos nos temas que envolvem a defesa de crianças e adolescentes da “erotização e do abuso sexual”, com atenção às escolas. Ele organiza o sítio *Cristãos pela Infância*[58] (Schelb, 2023), uma plataforma de treinamento para as famílias cristãs e neoconservadoras, cuja força é a Educação Sexual Segura para crianças e adolescentes, especialmente elaborada para capacitar líderes cristãos para orientar famílias a proteger as crianças.

Outra iniciativa é a EducaLar[59] (Educalar, 2023), fundada por Emerson Almeida, autodeclarado pai-educador, uma comunidade *online* que discorre sobre a implementação e métodos da educação domiciliar no país. O representante geral fornece passos para começar o *homeschooling* nas famílias cristãs e neoconservadoras, essas últimas pertencentes ao modelo familiar interessado da educação domiciliar. Os principais pontos são: conhecer a base legal que norteia a educação domiciliar no Brasil; fazer o básico no lar; entender a real motivação; escolher o método que será ofertado aos filhos; procurar os

[57] Procurador da República em Brasília, mestre em Direito Constitucional e especialista em Segurança Pública, Infância e Educação.
[58] Um sítio cristão que tem como objetivo a defesa da infância, quando o tema é educação sexual.
[59] Comunidade online de famílias educadoras que compram cursos e materiais, participam de palestras e se inserem em métodos cristãos e bíblicos para atuar com o *homeschooling* no Brasil.

recursos didáticos para iniciar (cursos, materiais, aulas etc.); estar próximo de outras famílias que aplicam a educação familiar e participar de eventos e palestras sobre o tema no país, são caminhos para a materialização sistemática da educação alternativa. Emerson, ora rede social digital (*Instagram*), ora sítio da comunidade, convoca famílias para serem membros ativos da EducaLar numa perspectiva reformada, oferece materiais exclusivos, método cristão clássico, cursos individuais e divulga fotos e vídeos de depoimentos das famílias educadoras.

Percebemos com a pandemia do coronavírus que se alastrou pelo mundo a partir da terminalidade de 2019, e pesquisas (Carreira, 2022) mostraram que a educação em casa durante esse tempo atendeu famílias com características que destoam da realidade, especialmente a brasileira que a desigualdade social e econômica são um abismo, uma vertente dos interesses de parlamentares em legislar sobre um tema diante da situação de medo, da morte e da sobrevivência humana: espaços físicos diversos em casa para exercícios de diferentes modalidades, tecnologias digitais e acesso à internet ilimitado, materiais didáticos à disposição das crianças e adolescentes, alimentação diária cheia de nutrientes etc. Na relação entre a morte e a (sobre)vivência, muitas crianças e adolescentes com marcadores sociais de raça, gênero e classe acompanharam os seus familiares e amigos/as, quando não foram elas mesmas a partirem pela ação do vírus. Para elas, qual direito à educação foi assegurado pelo Estado? Carreira (2022, p. 153) fala que “a escola é direito das crianças e dos adolescentes, na medida em que introduz as novas gerações em uma esfera pública, lugar por excelência de discutir e pensar o passado, presente e futuro da sociedade”.

Em Santa Catarina, parlamentares aprovaram o Projeto de Lei Complementar 3.0/2019, de autoria de um ex-deputado estadual do Partido Novo, que alterava a Lei Complementar que aborda o Sistema Estadual de Educação nº 170/1998, com o intuito de inserir a modalidade do Ensino Domiciliar. O legislativo estadual aprovou o PL em 27 de outubro de 2021. O governador daquele período, sancionou em 03 de novembro do mesmo ano a lei que instituía o *homeschooling* em Santa Catarina.

> Essa é uma vitória para o conservadorismo e as famílias catarinenses, que finalmente terão o respaldo da lei para

> educarem os seus filhos em casa. O Estado não tem o direito de impedir que os pais eduquem os próprios filhos da maneira que acharem adequado. Nossas crianças não são propriedade do governo. (Gottfried, 2021)

Num período curto, dia 02 de dezembro de 2021, o TJSC suspendeu a lei do ensino domiciliar no Estado, direcionando a competência de legislar sobre o assunto à União, esfera federal. Nas publicações-denúncias analisadas, percebemos o esforço legislativo catarinense em implementar no Estado a Educação Domiciliar. Contestações oriundas das fontes históricas dessa pesquisa, retrataram a conjuntura e as redes de apoio que perpassaram o PL. Defensora do tema, Goldman levava para o plenário da ALESC a discussão do direito das famílias em realizar a educação domiciliar.

> A quem interessa a possibilidade dos pais educarem verdadeiramente seus filhos? Certamente a qualquer pessoa sensata e preocupada não apenas com a liberdade e a autonomia familiar, mas principalmente com a formação humana, que vem sendo continuadamente engessada e deformada por cartilhas elaboradas por engenheiros sociais que ninguém conhece – e muito menos elegeu! (Goldman, 2021)

A prática do *homeschooling* no Brasil “vai contra a decisão do STF tomada em 2020 que estabeleceu a fronteira entre os direitos das famílias e os das crianças e adolescentes” (Carreira, 2022, p. 29). Porém, porém, os/as defensores/as desse modelo educacional ganham força e adeptos quando inserem a questão na esfera pública de que não existe legislação que regulamente e reconheça a educação domiciliar no país.

O direito à educação formal na escola pública, converge com a diversidade, os direitos humanos, a laicidade e a cidadania, enquanto “o ensino domiciliar, por sua vez, vai na linha contrária: desfaz o direito à escola, nega a liberdade de aprender e potencialmente difunde negacionismos que tendem a dificultar o combate de questões urgentes do presente” (Carreira, 2022, p. 153).

4.3.2 Escola Cívico-Militar e *Another brick in the wall*

Outro descritor acionado foi o da Escola Cívico-Militar, e este encontrei somente nas publicações-denúncias do deputado Samuel Gottfried. Nesse contexto, pude perceber um afastamento entre os dois deputados analisados

quando o tema é militarização e escola pública. É de meu interesse nessa tese falar sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), porque lecionei numa instituição que acolhia o programa e tive percepções das vivências dentro do programa. A música de resistência da educação crítica, pensadora e questionadora, *Another brick in the wall* (1979)[60], da banda britânica Pink Floyd, ainda é muito contemporânea para os novos projetos reformadores da educação. No cenário visual da música, o clipe, temos uma representação maquinária da sala de aula que se ancora no molde repressivo do poder e nos diversos padrões que corrompem a identidade dos/as múltiplos/as estudantes. Nela, o professor é o controlador que indica a própria educação reprodutora, e uma das características é extinguir o pensamento crítico, configurando corpos em recortes sequenciais de uma não pluralidade, de intolerância com a diversidade. Escola da zona de controle, manutenção da narrativa da vigilância, punição, objeto e alvo de poder. Corpo, que segundo Foucault (1987, p. 117), "se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam". Na realidade, a canção nunca foi tão atual, especialmente no Brasil, com a implementação do Pecim, obra estrutural de um dos projetos na área da educação no governo do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro. A educação transformadora, defendida nos parâmetros da pluralidade democrática e constitucional, permite com que os/as estudantes conheçam, critiquem e transformem a realidade em que vivem. A educação crítica, principalmente na área do ensino de História, parte da profunda insatisfação gerada por uma sociedade injusta e da vontade de transformá-la. A falta de senso crítico na formação de crianças e jovens condiciona a não integralidade da democracia. Qual educação queremos? Ou seremos mais um tijolo na arquitetura obscura, gélida e controladora da escola?

Essas questões argumentam sobre o discurso da disciplina militar que se opõe a disciplina cidadã. Disciplinas que, a partir de métodos (Foucault, 1987, p.118), "permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docialidade-utilidade". É função da escola formar para a cidadania, mas essa, nos valores democráticos, republicanos, laicos. Coordenar estratégias para a formação

[60] "Outro tijolo na parede", tradução nossa.

crítica a partir da realidade social posta e não utópica. A escola cívico-militar em parceria com sujeitos militares vem para controlar comportamentos e condutas fora das regras (disciplinas), essas últimas apresentadas posteriormente quando há uma abordagem sobre o programa das escolas cívico-militares (Oliveira *et al*., 2022). Regras e disciplinas de quem e para quem? Não se faz utilizar os conflitos e a participação, o protagonismo como necessário para o desenvolvimento de competências, habilidades e valores. É a contenção de situações que merecem a punição.

Nas últimas décadas, acompanhamos a valorização da diversidade humana nos marcos legais que regem a educação no país, na defesa dos direitos humanos, na luta feminista e LGBTQIA+; e o modelo do Pecim, organizado e implementado, também dá uma resposta a esses avanços. Ele surge como uma forma de um setor da sociedade que ainda defende que a obediência, que determinadas pautas, como gênero, política, religião, têm que ficar longe da escola e da formação dessas crianças e jovens. Como se a autoridade, a obediência e a disciplina na perspectiva militar fossem dar conta dos diversos desafios e obstáculos que a sociedade e a escola têm.

Argumento de maneira reativa ao Pecim com o compromisso ético do rigor científico, bem como um arcabouço reflexivo acerca dos corpos disciplinados, da instituição escolar, dos atravessamentos da ordem, do poder e de outros princípios da pedagogia militar.

Não era novidade, desde os seus primórdios, que a pasta da Educação no país durante a efetivação do governo de Jair Messias Bolsonaro iria passar por uma grande reconfiguração. Acolhedor de pautas ultraconservadoras, o ex-presidente não se aquietou nos esforços produzidos para a implementação das escolas cívico-militares (crença na salvação da educação pública a partir do Pecim), da luta contra a chamada “ideologia de gênero”, na diminuição e cortes de recursos financeiros para escolas e universidades; do apoio a decisão das famílias por escolherem um ensino “tradicional”, “sem partido” e sem “professores/as de esquerda”; ou seja, o governo precarizou e ideologizou a educação em todos os níveis.

No Ministério da Educação (MEC) de Bolsonaro, passaram cinco ministros de Estado envolvidos em grandes escândalos como a existência de um “gabinete paralelo”, onde denúncias apontavam a transferência de verbas

federais para pastores; as diversas falas homofóbicas, capacitistas e transfóbicas; as polêmicas de um ministro e seu currículo duvidoso; o pedido a diretores de escolas que lessem para os/as estudantes uma carta que terminava com o slogan da campanha de Bolsonaro nas eleições, e que filmassem e enviassem os vídeos para o MEC; as tentativas de revisionismo histórico nos livros didáticos de História, como a negação do golpe civil-militar de 1964; os erros e problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2019 e a intervenção de reitores de universidades federais. A educação em crise posta nesse governo fez aumentar o debate acerca do *homescholling* (educação familiar) e o avanço do Pecim no território brasileiro.

Para apresentar o Pecim, textos foram escritos para organizar a dinâmica do programa. Um deles, traz a concepção do seu modelo e os primeiros resultados, bem como relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores das Escolas Cívico-Militares (Oliveira et al., 2022). O escrito referenciado, em sua composição, apresenta o contexto inicial do programa, sua identidade, seus eixos estruturantes e considerações sobre a realidade educacional no país. O PECIM foi implementado pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (Brasil, 2019) e o modelo de gestão para as escolas deveriam se basear em dois eixos: “I – Alunos em situação de vulnerabilidade social, onde normalmente se verifica a ocorrência de altos índices de violência [...]; II – Escolas com IDEB inferior à média municipal, estadual ou municipal” (Oliveira *et al*., 2002, p. 16-17).

Existe uma identidade que padroniza a nível nacional o programa, bem como atribui orientações e diretrizes para gestores/as das instituições escolares. O Projeto Valores, o civismo e os uniformes fazem parte desse cenário que sistematiza ações da pedagogia militar.

O Projeto Valores tem na sua essência “o desenvolvimento de atividades baseadas em valores a serem trabalhados durante o ano escolar, de maneira transversal, interdisciplinar e contextualizada, compromissado com a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos” (Oliveira *et al*., 2022, p. 31). Os valores que tanto o Pecim se apropria são civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito (Brasil, 2021).

Um pilar fundamental para assegurar os princípios do programa é o civismo, que de forma generalizada, se define como “respeito aos valores de

uma sociedade, de suas instituições e das responsabilidades e deveres do cidadão. Outrossim, pode-se conceituar como dedicação pelo interesse público ou pela causa da pátria civismo ou patriotismo" (Oliveira *et al*., 2022, p. 32). O PECIM propõe três dimensões para esse valor: 1 – dimensão ética que norteia a ação humana, 2 – dimensão normativa que respeita as regras de convivência, e a 3 – dimensão identitária que defende a cidadania e sua cultura. A integralidade disciplinar no desenvolvimento de um/a estudante não se preenche somente no território escolar. Esses sujeitos transitam em vários espaços e são atravessados por vivências diversas, gostos e desejos, memórias e histórias. Para Foucault (1987, p. 119), "a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)".

Portanto, pode uma escola cívico-militar disciplinar um/a estudante na sua totalidade, sem levar em conta a sua individualidade? O que há em comum entre uma escola cívico-militar, uma escola pública (sem o Pecim) e uma escola privada? As escolas de forma geral levam em conta as individualidades e subjetividades? Inquietações e provocações que ainda permitem análises, pois elas diferem entre si principalmente em relação ao financiamento, forma de ingresso, gestão e na proposta didático-pedagógica, o que demonstra a reportagem "As diferenças entre escola militar, cívico-militar e pública", do Centro de Referências em Educação Integral, escrito por Ingrid Matuoka (2019).

Ainda acerca da identidade do Pecim, os esforços para a garantia dos uniformes escolares são objetos materiais da padronização e do coletivo. Não significa que escolas públicas (não cívico-militares) e escolas privadas não propõem o uso do uniforme. O uso dos trajes identificadores da escola "trazem consigo ensinamentos valiosos aos alunos, como o cuidado com a higiene, a sociabilidade e a postura. Constituem-se como fatores primordiais na apresentação pessoal do aluno o uso correto do uniforme, o zelo com cada uma de suas peças, a limpeza e o asseio pessoal" (Oliveira *et al*., 2022, p. 32). Estar na fronteira do não atendimento ao regramento institucional é ser conduzido/a para a margem da punição e/ou exclusão: a não efetivação de uma matrícula e/ou manifestações contrárias de pertencimento da escola. Para uma escola pública e com falta de investimento por parte de governos, onde existem

estudantes com vulnerabilidade econômica, a compra de uniformes é um grande desafio para a garantia do direito à educação. Em algumas escolas públicas existem campanhas de doações de uniformes dos/as estudantes que já finalizaram o ciclo de estudos na instituição escolar, e recebimento dos governos em períodos prolongados, mas que não atende a todos/as/es. Na escola cívico-militar, o uniforme é recebido gratuitamente e com o logotipo do PECIM, respeitando o Guia de Comunicação Visual Escolas Cívico-Militares: a marca, os usos indevidos da marca, a tipografia, as cores para sinalização etc. (Brasil, 2020).

Segundo a reportagem do *Jornal da Universidade*, de Iana Gomes de Lima (2020), a reflexão da autora nos condiciona para compreender que há uma homogeneização do ensino nas escolas do Pecim, levando em consideração os valores brasileiros, os da família, atendendo a tradição e a ordem moral. Pensando bem, a quais valores que se quer propagar? Qual família se quer enfatizar? Ainda na matéria, é destacado que o ex-governo de Jair Bolsonaro tinha usado os colégios militares para legitimar a proposta do Pecim, intencionando que possuem uma boa imagem social. Faz se saber, entretanto, que os colégios militares diferem das escolas públicas, principalmente no que tange o processo de seleção, que se apresenta criterioso. Iana ainda comenta que “o Pecim faz um ataque à democracia ao classificar o ensino público como ineficiente e de má qualidade. Parece, portanto, haver o entendimento de que a restauração dos ‘valores brasileiros e da família’ [...] não precisa ser para todos(as), mas, sim, para alguns(mas)”.

Pode o modelo de escola cívico-militar atender os princípios da gestão democrática, como apresenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia? Caso contrário, quem denuncia as práticas abusivas e autoritárias (impor, ditar o que é certo e/ou errado, mandar etc.) de sujeitos que detém o poder nas escolas cívico-militares? E quando há omissão/negligência em casos de assédio sexual cometidos por militares dentro dessas instituições de ensino, como exemplifica os casos de Blumenau (Silva, 2022) e de Florianópolis (Globo, 2022), ambos em Santa Catarina, a quem recorrer? Essas instituições por terem uma infraestrutura com vários espaços de convivência e estudo (exemplos: lousas digitais nas salas de aula, laboratórios de informática, de ciências da

natureza, bibliotecas, salas de estudo, ginásio coberto, refeitórios amplos, salas climatizadas etc.), apresentam outros resultados em provas e olimpíadas nacionais, porque destoam das demais escolas públicas em situações de insustentabilidade e precariedade no país, como demonstra a reportagem “Escola Cívico-Militar é uma opção para todo o país? Veja prós e contras”, escrita por Rayane Moura (2020). Os esforços nos investimentos financeiros não são iguais, caminham em trilhos diferentes. Para alguns/mas defensores/as do projeto de militarização, o êxito do programa nas escolas vem para atender o “fracasso e a decadência” da escola pública.

Portanto, me cubro de contestações para orientar o debate: a qual futuro se direciona a escolarização de estudantes que integram o Pecim no tempo presente? A qual caminho o ensino de História percorre numa instituição que nos solicita deixar para fora dos muros nossas percepções da realidade atual, das demandas democráticas contemporâneas, do mundo contemporâneo? O que pretende o Pecim com o disciplinamento dos corpos de crianças e jovens em processo de escolarização?

As relações de poder hierárquicas na escola nos são muito familiares quando estamos preenchidos pelo exame, coração da disciplina, onde existem múltiplas operações nas articulações institucionais, que atravessam o tecido social. A formação do saber percorre as relações de poder, porque “o poder disciplinar não pune, somente; ele também recompensa. Seu objetivo é produzir corpos dóceis; corpo que se manipula, se modela, se treina e obedece; corpo cujas forças se multiplicam, se torna hábil; corpo útil” (Eizirik, 2002, p. 64). O poder criou a escola e seus movimentos na história. A disciplina, que se apresenta em várias perspectivas, sempre esteve em consonância com o que é entendido por escola, onde “muitos são os estudos que comprovam a disciplinarização do ensino e a utilização do exame como estratégia de controle e vigilância; muitos são, também, os que denunciam as diferentes formas de “libertação” desses dispositivos” (Eizirik, 2002, p. 62).

Existe um ciclo vicioso de controle e vigilância na escola resultando em censura. Experimentei a vivência como docente numa escola cívico-militar em 2022, que diferente das outras escolas públicas por onde passei nesses 11 anos de sala de aula, fui recepcionado no primeiro dia de aula com um aperto de mão da gestora e a fala “prof., essa é uma escola cívico-militar. A partir de agora,

deixe sua ideologia lá fora!". Qual "ideologia" era convidada a estar no espaço do PECIM e a outra do lado de fora? Algumas atitudes corroboraram com essa questão: a aprovação de um planejamento escolar nos princípios do Pecim passava pelo crivo da observação da equipe gestora. Não foram vedados os meus planejamentos durante o ano letivo, mas esse exercício me fez pensar o que seria permitido e o que seria censurado numa escola cívico-militar. Um planejamento didático-pedagógico é fundamental para o exercício docente. A liberdade de ensinar e as concepções pedagógicas, são marcas identitárias da democracia. Diante do exposto, não só se leva em consideração o compromisso ético, responsável e humano que um/a docente tem que possuir ao fechar a porta de sua sala de aula, mas, esse processo gera inquietações e dúvidas do que pode ou não ser ensinado no Pecim. Professores/as também obedecem e baixam a cabeça. Gestores/as controlam e vigiam, bem como os monitores, professores e professoras, estudantes, pais e/ou responsáveis. Ou seja, a escola é uma instituição de vigilância onde alguma pessoa será punida, excluída, submetida a exposição e descortinada de suas posições de mundo e realidade. A arquitetura da escola, nesse caso a cívico-militar, pode ser pensada simbolicamente como o Panóptico de Bentham, "basta então colocar um vigia na torre central; [...] daí o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder" (Foucault, 1987, p. 166). Este é um exemplo de controle e vigilância do louco, do doente, do condenado, do operário e do escolar.

Metaforicamente, o cenário está posto: a sala da direção escolar é a torre que tudo vê; as celas são as salas de aula, uma do lado da outra com poucas janelas que acolhem a luminosidade externa; o vigia é o monitor, no caso das escolas cívico-militares. Tudo isso para amparar o poder hierárquico da instituição escolar e seus efeitos nos corpos em processo de escolarização.

Nas minhas vivências, os corpos em processo de escolarização, disciplinados, domesticados do Pecim, batiam continência[61] (Catie, 2022) na entrada de cada professor/a em sala de aula - uma forma de apresentação da

[61] A continência é uma saudação militar, um sinal de respeito dado pelo militar individualmente a seus camaradas – superiores, iguais ou subordinados – às autoridades, aos símbolos nacionais.

turma para o/a docente em cada transição de aula. Os gritos da gestão que ecoavam na escola e os apitos assoprados com intensidade pelos monitores que mandavam os/as estudantes para dentro da sala de aula são dispositivos de poder. Obedecer, baixar a cabeça, questionar regras do Pecim ou fazer expressões faciais negando-as, muitas vezes, enquadramento e punição.

Esse esforço reflexivo se materializa a partir das minhas vivências, experiências e reflexões na escola cívico-militar no ano de 2022, e pude fazer análises dos corpos vigiados, da disciplina, da punição, do poder etc., com especificidades do seu tempo. Esta observação resiste no tempo presente à pedagogia militar de disciplinamento e domesticação de corpos diversos que pensam, atuam e se inserem no território escolar. São reflexões propositivas e reativas para o projeto de educação que se instaurou no país. Presenciamos nas subjetividades docentes e nas práticas pedagógicas os questionamentos aos saberes científicos, a implementação de uma cultura delatória que provocou no contexto social pânico, medo e limitações do que pode ser dito em sala de aula, a atuação de parlamentares contra alguns temas sensíveis e que são caros a disciplina histórica e tantas outras formas de violências, e sim, esta última no plural por designar camadas e estratos. Enquanto de um lado temos esse cenário colocado, no outro, existe uma intensa resistência a esses ataques ancorada nos princípios constitucionais. Vale dizer que, sobretudo, nesse percurso de abrir possibilidades para uma educação plural e diversa, atendendo todas as formas de ser, existir e pensar, não é tarefa fácil em tempos de ódio, *fake news*, Pecim e projeto de destruição do ensino público e laico, “ser voz democrática em sala de aula [...], nos condiciona enquanto professores e professoras de História, especialmente da Educação Básica, a seguir um trajeto de pedras e espinhos, delícias e prazeres” (Fernandes, 2022, p. 129).

Com fronteiras, margens, provocações combativas, interesses gerais e particulares, poderes estruturados em múltiplas esferas e inserções diretas de sujeitos comprometidos com a educação democrática, as questões continuam abertas. Identifico, a partir da minha experiência, que a escola cívico-militar é um laboratório das questões de gênero e sexualidade. Os moldes padronizados que formam um menino em homem, uma menina em mulher, não passam de cruéis expectativas de gênero, violências coercitivas. Será o caminho das armas, da disciplina militarizada, da ordem de um grupo específico e do ensino sem

“ideologias”, o ideário de uma sociedade mais justa, tolerante e humanizada? E por falar em projeto armamentista, muito dissolvido no debate público por Jair Bolsonaro, me faz pensar nas masculinidades produzidas pelos artefatos pedagógicos da cultura visual bolsonarista, cuja crítica se faz quando “fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí sim saberemos que estamos realmente chegando em algum lugar”, comenta Connell (1995, p. 205).

Endereçadas ao ensino de História as contestações, campo de saber que tenho me debruçado a pesquisar e atuar: Pode o poder disciplinar contribuir e beneficiar os sujeitos em processo de escolarização? Pode o ensino de História acolher as emoções e subjetividades produzidas em sala de aula e reconfigurar, transformar o ensino-aprendizagem de diversos corpos, o conhecimento histórico escolar? O que se espera do ensino de História e dos professores e das professoras de História no tempo presente, perante a BNCC, o Novo Ensino Médio, a tentativa de implementação do *homescholling*? O que a pandemia nos indicou para a atuação com novas metodologias no ensino de História? Pode a educação pública se efetivar na sua totalidade em instituições de ordem e poder militar? Quais obstáculos e desafios que o ensino de História encontra no PECIM, ao se ancorar nos princípios democráticos constitucionais com pensamento crítico? E para não concluir, é importante remontar a música que introduz o descritor Escola Cívico-Militar, *Another brick in the wall*, e dizer que ela é um manifesto crítico da chamada neutralidade, e que não existe “doutrinação ideológica” quando reivindicamos a justiça social, os direitos humanos e a democracia. Defendo que o ato pedagógico é um ato político!

4.4 “PROTEJAM A INFÂNCIA! ELES QUEREM INCENTIVAR A PEDOFILIA” *VERSUS* MORALIDADE DOS BOLSONARISTAS

Em maio de 2021, a partir dos recursos financeiros da Lei Aldir Blanc[62] direcionados para o projeto *Ações para reexistir – Pesquisa e Criação*

[62] Lei federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Seu objetivo foi atender o setor cultural perante o estado de emergência pública da pandemia de coronavírus no Brasil.

Interdisciplinar[63] (Olivetto, 2023), ocorreria em Itajaí/SC a atividade “Criança Viada Show”. Numa das atividades, uma *live* intitulada “Roda Bixa”, não inserindo crianças na fronteira do debate, adultos homossexuais discutiriam as suas memórias sensíveis e traumas das infâncias e a representatividade LGBTQIA+ em contextos diversos na formação pessoal e acadêmica de cada um deles. Desde o início, conforme a fala do idealizador do projeto, esses debates eram endereçados para um público específico: adultos.

No forte e articulado movimento neoconservador e reacionário catarinense, a prefeitura municipal de Itajaí censurou o evento notificando que seria um ataque ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as vivências infantis. Parlamentares estaduais, especialmente a propositora Goldman, que apresentou o PL nº 0178.4/2021 “Infância Protegida”, apoiaram o projeto que visava “proibir a utilização de verba pública no âmbito do Estado de Santa Catarina em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes” (Goldman, 2021).

Historicamente, a infância e a adolescência sempre foram ciclos da vida preenchidos por uma disputa de poder assegurados pelas instituições sociais, como a Igreja, o Estado, a Família e a Escola. O entendimento de infância “carrega consigo a ideia daquele que não fala e, por não falar, a criança ocupa a terceira pessoa nos discursos que dela falam” (Carvalho, 2019, p. 185). As crianças, e por isso penso na pluralidade que o conceito de infância infere, quando são controladas, vigiadas e domesticadas na diversidade de ser e existir e dentro de algumas instituições sociais, especialmente a Igreja no regramento moral e de crença, o impacto no desenvolvimento humano, na construção subjetiva e no direito à sexualidade plena corrompem com a ludicidade, o imaginário criativo e a formação integral desses sujeitos. Além do mais, crianças e adolescentes no olhar da sociedade civil organizada e nas políticas públicas brasileiras, só foram se tornar sujeitos de direitos diante do regramento legislativo da Constituição Federal de 1988, do ECA Lei nº 8.069/1990, dos documentos internacionais que o país é signatário, exemplo da Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e

[63] Daniel Olivetto, ator e representante da pesquisa desde 2019. A primeira ação do projeto aconteceria com a webserie/podcast “Criança Viada Show”, encaminhada para o público adulto.

a Pornografia Infantil (2004), entre outros, pois as “últimas décadas é fruto de profundas transformações sociais, políticas, culturais, afetando assim o conceito de infância, família, instituições educativas e, conseqüentemente (sic) a forma como elas vêm sendo educadas e assistidas” (Felipe, 2006, p.206-207).

No contexto social democrático e constitucional, as crianças são possuidoras de direitos e que eles não são menores ou sem valor na esfera jurídica. Nesse mesmo viés, os/as adolescentes percorreram caminhos jurídicos semelhantes ao serem detentores de direitos, mesmo passando por uma fase de crise identitária e subjetiva, escolhas individuais e tomada de decisões fortemente marcada pelos lugares que transitam, liberdades e “a entrada em uma nova realidade que produz confusão de conceitos e a perda de certas referências [...] o que caracteriza a formação dos grupos de adolescentes, que se tornarão lugar de livre expressão e de reestruturação da personalidade” (Carvalho, 2019, p. 29).

Ao reconhecer os acordos internacionais que o Brasil ratifica, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto de San Juan da Costa Rica, que certificam a condição da vulnerabilidade da infância e reforçam o direito à proteção, Goldman contesta se eventos, como o anteriormente citado e em sua visão, deturpado, podem violar os princípios desses documentos legais. Com repercussão nacional, especialistas, como Ariel de Castro Alves[64], afirmaram que PLs como o da deputada dão margem à censura. Os/as reacionários/as insuflam uma vontade de que a “sensibilidade conservadora contemporânea [...] se manifesta no desejo de expandir o domínio da obscenidade e, para tanto, ampliar a categoria do pornográfico” (Butler, 2021, p.111) nas tentativas de proteção à infância, quando no mesmo tempo, sexualizam, erotizam e expunham os corpos de meninos e meninas. Em contrapartida, a deputada afirma que

> o direito dos pequenos a cuidados especiais e proteção moral se SOBREPÕE a qualquer justificativa de “liberdade artística” que possa ser instrumentalizada por potenciais operadores do lobby pedófilo neste país. Vamos proteger as nossas crianças! Após o escândalo do “Criança Viada Show” – projeto gayzista contemplado com recursos emergenciais para a cultura que acabou cancelado após pressão popular – protocolamos aqui na Assembleia de Santa Catarina o PROJETO INFÂNCIA PROTEGIDA, que visa proibir a utilização de verba pública em

[64] Advogado e especialista em Políticas de Direitos Humanos e Segurança Pública.

> eventos e serviços que que promovam a sexualização de crianças e adolescentes (Goldman, 2021).

Ainda reafirma que o incentivo à participação de crianças e adolescentes em eventos com temáticas da diversidade sexual, considerados pela deputada como subversivos, em que a "única função dessas experiências é a deformação do imaginário das novas gerações" (Goldman, 2021). A que imaginário se quer criar quando não há desenvolvimento integral de crianças e adolescentes? Que retórica de "proteção à infância" se quer implementar quando normatiza um tipo de infância e de adolescência? No litígio de alguns grupos para resguardar a infância inocente, a questão da sexualidade é fundamental para pontuar a problemática na relação adulto-criança, quando a moralidade dos desejos maduros impede o desenvolvimento das dimensões do corpo infantil na sua totalidade. Não significa recorrer a prática sexual como muitos/as neoconservadores/as de maneira errônea têm pensado sobre o ensino de educação sexual nas escolas, mas compreender como os adultos veiculam midiaticamente aos corpos de crianças e adolescentes o consumo do sexo e de outras formas de prazer, pois "com isso estamos criando ou reinventando 'novas' estratégias de prazer, muitas vezes pautadas pela lógica do consumo, onde o sexo é acionado como espetáculo e *performance*, e a criança colocada como possibilidade de experimentação do desejo sexual adulto" (Felipe, 2006, p. 203).

Os discursos legislativos e midiáticos modelam coercitivamente a formação das identidades de meninos e meninas. Gênero atua com essas questões quando reprime e oprime os desejos de crianças e adolescentes. O mundo azul e o rosa são expectativas de gênero que violentam corpos em desenvolvimento e estabelecem padrões hegemônicos sociais. A sexualidade se apresenta como dispositivo da dimensão existencial humana, independente da fase da vida. Nessa congruência de categorias, o assédio e a violência sexual que se inserem nas "estatísticas atuais em várias partes do mundo mostram quanto os corpos infantis têm sido usados das mais diversas formas, seja para a exploração de mão-de-obra barata nas carvoarias ou plantações de sisais, seja para o prazer sexual adulto". (Felipe, 2006, p. 206)

A pedofilia é considerada no Brasil como acesso sexual entre adultos e crianças, sendo regida pelo Código Penal, no seu artigo 217-A, tornando como crime o estupro de vulnerável. Simultaneamente, ela é um transtorno da

preferência sexual, considerada doença pela Organização Mundial da Saúde. No país, “nossa legislação não possui leis que punam quem consome materiais de pedofilia, só é punido quem produz o material pornográfico” (Felipe, 2006, p. 211).

Existem muitas ideias inverídicas, tendenciosas e falaciosas sobre o tema da pedofilia no senso comum, como somente homens, especialmente os homossexuais, são pedófilos; de que materiais de estudos acerca da educação sexual são elementos para tornar as crianças e adolescentes mais sexualizados, se tornando presas dóceis dos abusadores-violentadores-criminosos etc. A sagacidade “de políticos de extrema direita, de religiosos e outros grupos conservadores, que partem do pressuposto que falar de sexualidade na escola despertaria o desejo e o interesse das crianças pelo sexo, erotizando-as” (Felipe; Seffner, 2022, p. 64) tem afetado o ensino e as relações com os direitos das crianças e dos adolescentes no exercício da liberdade democrática.

A construção do sujeito-pedófilo se edifica na sociedade como o monstro a ser combatido, mas isso não basta. Pesquisas nos mostram que as figuras do pai, padrasto, tio, mãe, avô, irmão e padrinho são os principais responsáveis pelas práticas sexuais e violações aos corpos de crianças e adolescentes, ora por manterem vínculos afetivos, ora por serem adultos, visto que “quando se trata da própria família, na medida em que os homens se sentem no direito de abusar das mulheres e meninas de sua própria casa, como se estas fossem sua propriedade” (Felipe, 2006, p. 209-210). Todo abuso é uma violência. Ultrapassa os limites da permissibilidade ética.

No campo legislativo, “ao mesmo tempo em que se criam leis de proteção à infância, incentiva-se a exibição dos corpos infanto-juvenis como objetos de desejo e sedução” (Felipe, 2006, p. 208). Por isso, Jane Felipe[65] tem se debruçado a refletir sobre o conceito de *pedofilização*, que tem como objetivo demonstrar a contradição presente na sociedade contemporânea da legislação “de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao

[65] Professora Titular da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGA); no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) dessa Instituição, atua na linha de pesquisa “Educação, sexualidade e relações de gênero”. É integrante do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE).

mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais [...] onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora" (Felipe, 2006, p. 216).

De certa maneira, a moralidade ideológica bolsonarista ataca o desenvolvimento educacional, psicológico das crianças e dos/as adolescentes quando não enxerga a responsabilidade que o Estado tem para com as suas defesas. Contudo, "Qual educação para a sexualidade estamos produzindo? [...] Quais são os limites (nossos, das crianças, do poder público, da mídia, da arte)? Ou será que em tempos de diversidade e de borramento de fronteiras não há mais sentido nos perguntamos sobre eles?" (Felipe, 2006, p. 223).

5 “EU TENHO MEDO, MAS TENTO NÃO DEMONSTRAR”: ESFORÇOS LEGISLATIVOS EM SANTA CATARINA PARA BARRAR O DEBATE DE GÊNERO, SEXUALDIADE E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS

> O leão com seu jubão, não beija a girafa com o seu pescoção. Uma formiguinha tão pequenininha, não pode abraçar o elefante que é tão grandão. Por isso é leão com a leoa. O elefante com a elefanta. Tudo Deus criou para se completar. Como então seria, se tentasse o que é perfeito mudar [...]. Fez menino e menina. Como pode alguém querer mudar. Tudo perfeito Deus fez. Tudo perfeito Deus faz. Melhorar o que Deus fez, ninguém é capaz [...]. (Melk, 2018, s/p)

Delimito para esse capítulo, uma escrita sobre possíveis métodos e estratégias de perseguição utilizados pelos deputados bolsonaristas, Samuel Gottfried e Margareth Goldman, para atacar professores/as que abordam temáticas de gênero e sexualidade nas escolas. Quais são as consequências físicas e mentais experimentadas no cotidiano escolar por docentes? Como a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina tem se posicionado sobre o tema da perseguição docente? Qual é o perfil do/a professor/a que é perseguido/a por parlamentares bolsonaristas em Santa Catarina? O que narra os projetos de lei, as moções de repúdio contra gênero, sexualidade, diversidade e professores/as? Perguntas que orientam para a elaboração reivindicatória em âmbito legislativo de um protocolo de segurança contra a perseguição docente, especialmente na Educação Básica.

Contra a barbárie e a ameaça autoritária que nos cercam, muitos/as professores/as protagonizaram resistências democráticas diante da atuação legislativa de parlamentares extremistas da ALESC. Caminhos possíveis para a democracia, a diversidade, os direitos humanos no ensino de História.

A letra da canção que abre este capítulo, “Obra perfeita do Criador”, pertence a mais um dispositivo bélico do seio evangélico perante os entraves às questões temáticas desta pesquisa. Tia Silvaninha e a turma do Melk se apoiam nas representações imaginárias do mundo infantil para deter um embate religioso com os Estudos de Gênero e as sexualidades, ora dissidentes. Esta letra é mais um resultado do esforço da mídia religiosa em fixar a cisheteronormatividade em meninas e meninos para atender a regra, ou como

argumenta João Paulo Baliscei (2021), um pensado e intencional projeto de masculinização dos meninos e de feminilização das meninas na manutenção do heteroterrorismo.

A divisão binária acionada na letra da canção, como por exemplo “leão com a leoa”, “elefante com a elefanta”, “menino com menina”, reafirma a perspectiva da moral religiosa no ciclo da vida formativa educacional (não-formal) de crianças e jovens, que tem a Igreja como mais uma instituição que molda pessoas para atender os seus dogmas e/ou a norma estabelecida socialmente. A coerção sobre os desejos das pessoas desde a infância provoca prejuízos cognitivos do aprisionamento da liberdade de ser, enquanto movimentos como o da “cura gay”, fortemente defendida pela chamada bancada da bíblia no Congresso Nacional, tentam via terapia da reorientação sexual negar a existência diversa, culminando na destruição da liberdade de viver.

As diversas comunidades terapêuticas, consideradas como empreendimentos morais e políticos, “são geridas por (ou mantêm fortes vínculos com) movimentos eclesiásticos organicamente associados à emergência e à disseminação do discurso antigênero” (Junqueira, 2022, p. 151). Em Santa Catarina, na cidade de Itajaí, a Comunidade Terapêutica Maranata é um exemplo desse interesse privado religioso em atender pessoas usuárias de substâncias psicoativas. Na rede social *facebook* desta Comunidade, uma das publicações reflete o pensamento da Maranata sobre o tema das relações familiares e a indiscriminação de papéis de gênero, gerando uma confusão entre o feminino e o masculino. O conflito que se quer demarcar está no que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade, cuja ressonância se ancora nos valores religiosos e/ou políticos da comunidade. Quais papéis de gênero são normatizados nessas comunidades terapêuticas? E aqueles/as que fogem da regra, como são tratados/as? Assim como as fontes desta pesquisa indicam que a “ideologia de gênero” reforça a violência e apresenta para as populações LGBTQIA+ uma enganosa ideia de “cura gay”, o exemplo das comunidades terapêuticas revela sobre o tema da diversidade sexual e de gênero que não há respeito, cuja indicação tende a reprimir a expressão das sexualidades e considerando-as como problema, como pecado, afirmado pelo Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas (Brasil, 2018), do Conselho Federal de Psicologia, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à

Tortura, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Ministério Público Federal. A “cura gay”, considerada aporte da “ideologia de gênero”, entra no debate público como mais um elemento do discurso antigênero.

Entre a canção gospel e a ideia de “cura gay”, existem as formas de adestramento de corpos, disciplinamento moral religioso e reafirmação biológica que reduz a ideia de “menino” para o órgão genital pênis, e para a “menina”, a vulva. Pode a biologia explicar o ser humano em todas as suas dimensões e complexidades? A problematização não se refere às dúvidas sobre os conhecimentos biológicos diante dos corpos sexuados, mas dizer que “não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (Louro, 2014, p. 26). O uso ultraconservador desses discursos ecoa em diversos espaços e tempos, transformando a cor azul no limite da vivência e experiência humana dos meninos, e o rosa na zona de interpelação das meninas. Em vários momentos da canção se quer legitimar o binarismo de gênero e a identidade estável dos sujeitos, indo contra os Estudos Feministas e Estudos Culturais que compreendem os sujeitos “como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (Louro, 2014, p. 28).

Da vida adulta, contribuem para a formação do imaginário das crianças os valores religiosos da família, as condutas do que pode e/ou não pode ser feito socialmente, os papéis de gênero entre vestimentas e acordos nas creches e escolas, a imposição aos corpos de cores, gostos e desejos. Na canção, fica evidente o que se quer para a imaginação infantil: manutenção da norma heterossexual, binária, religiosa, cisgênero. Em contraposição, pensar gênero como construção social das relações de poder determina que “o conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (Louro, 2014, p. 27).

As cores rosa e azul que fazem parte do enredo do clipe audiovisual, a letra cantada por crianças onde diz que Deus “fez menino e menina. Como pode alguém querer mudar”, moldam e reafirmam sexualidades hegemônicas. Considerando que essas são construtos fluídos e multifacetados, a norma sempre se atenta para os desvios e reivindica através das expectativas de gênero o seu propósito de privilégio demarcador das existências humanas. No

limiar da sexualidade, “ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (Louro, 2014, p. 30). Para alguns/mas extremistas, especialmente os legisladores de políticas públicas, que continuam a negar nos seus discursos no tempo presente a diversidade, fomentar o exercício do gênero e da sexualidade como dispositivos do conhecimento multidisciplinar, é compreender que “as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. [...] As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (Louro, 2014, p. 31).

Para anunciar que a “ideologia de gênero” continua a performar o discurso de ódio, ganha força na atuação da pedagogia extremista religiosa e que suas consequências ratificam com as tentativas de censura na educação, julgo que a democracia está em risco, via anticiência, anti-intelectualismo, movimentos neoconservadores, militarização escolar, violência contra educadores/as, neofascismo e neonazismo, bolsonarismo. São ataques, ameaças, retrocessos que geram desânimo nas pessoas compromissadas com a educação democrática e laica, podendo ser um estalo criativo nas mentes progressistas para refundar o compromisso da luta em prol das pessoas LGBTQIA+, pessoas negras, pessoas em situação de rua e marginalizados/as, pessoas com deficiências, estudantes. Atuar com uma pedagogia feminista (libertária, emancipatória, consciente, transformadora) em várias frentes sociais é fazer com que as crianças, desde o início do processo de escolarização, possam ser confrontadas com questões e dúvidas acerca daquilo que é dito como “natural” e/ou “assim tem que ser”. No cerceamento da sexualidade, na violência de gênero, nos temas curriculares que para alguns/mas leigos do campo educacional não devem ser discutidos em sala de aula, a “iterabilidade implica que performance não seja um ‘ato’ nem um evento singular, mas uma produção ritualizada, um ritual reiterado sob e por meio da restrição, sob e por meio da força da proibição e do tabu” (Butler, 2019, p. 168), indicando a possibilidade de ser repetido na ausência. Escolas, infâncias, juventudes, com olhares de gênero e sexualidade fomentam uma sociedade mais democrática e laica.

Na minha análise acerca da letra da canção, dos empreendimentos morais e políticos intitulados de comunidades terapêuticas, do avanço da “ideologia de gênero” na violação dos direitos humanos (sexuais), nas

perspectivas da educação democrática, o gênero permanece produzindo relações de poder. Nos mecanismos de repressão e censura, pânico e cerceamento da liberdade, os homens e as mulheres se fabricam “através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas)” (Louro, 2014, p. 45). Um exemplo desses dispositivos de advertência e punição é quando homens gays fogem da regra, da norma preponderante indicada. Contudo, aos “homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados *diferentes*, são representados como o *outro* é, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação” (Louro, 2014, p. 52). E para refletir sobre escola e violências (de gênero, sexuais), ainda há um mecanismo que expulsa as pessoas LGBTQIA+ do território escolar, nos dando a entender que, mesmo sendo de direito, constitucional, algumas vidas não são desejáveis naquele espaço. Negar existências LGBTQIA+ na escola é permitir insultos, mostrando que “o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da norma” (Louro, 2014, p. 72)

Para isso, a escola republicana materializa espaços e “informa o ‘lugar’ [...], dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos” (Louro, 2014, p. 62). Um dos elementos que ataca a laicidade das escolas públicas e acontece de forma camuflada, mas intencional, é a vivência do proselitismo religioso. O que se permite para um credo, deverá ser permitido para outro. Mas isso não ocorre quando, culturalmente, existe uma hierarquização da fé no espaço escolar, resultando em intolerância religiosa. Educação religiosa nesses moldes é mais uma fissura na democracia escolar.

Diante dessas reflexões, permito-me apresentar o motivo da frase que intitula este capítulo e como ela dialoga com as fontes históricas desta pesquisa. O título entre aspas sugere uma memória experimentada numa escola pública que atuei. Recordo-me que na primavera de 2019, antes de uma pandemia que seria catastrófica para a realidade educacional, numa conversa com uma professora (mulher cis, lésbica, branca) das Ciências Humanas, durante o intervalo das aulas, acerca dos cerceamentos legislativos catarinenses nas abordagens de temas sensíveis, especialmente nos que tangem gênero e

sexualidade, ela me disse: “Eu tenho medo, mas tento não demonstrar”. Esta premissa remetia a cultura delatória e persecutória imposta por parlamentares (mas não só!) que teve como sequela o silenciamento de muitos/as docentes diante de alguns conteúdos curriculares. Entre uma mão sobreposta a outra, olhava para ela na condição de encorajá-la a continuar a exercer o seu ofício docente e dizer que ela não estava sozinha, criando uma rede de aliança e solidariedade. Peguei no mesmo momento o celular, e anotei a expressão no bloco de notas, porque desde que eu sofri ameaça e perseguição na docência, desejava (e ainda desejo, porque é permanente) com fervor compreender este fenômeno de violências e atuar constantemente com o assunto, ora na esfera acadêmica, ora no ativismo das redes e movimentos sociais. Enfrentar esses discursos legislativos, dotados de ódio e inconstitucionalidade, faz parte do exercício democrático docente.

5.1 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2019-2022), PALCO DE PAUTAS ULTRACONSERVADORAS E RESISTÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Não é atual que as ideias neoconservadoras tenham se efetivado com o bolsonarismo ou as novas direitas no Estado de Santa Catarina. Desde 1984, com a fundação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), na cidade de Porto Alegre - Rio Grande do Sul, “constitui-se uma espécie de eixo Sudeste-Sul de difusão do pensamento conservador, responsável pela organização de um dos mais importantes eventos da agenda da direita no Brasil, o Fórum da Liberdade” (Casimiro, 2018, p. 42). Só isso não basta para justificar como a questão política neoconservadora tem sido apresentada na historiografia de Santa Catarina; precisamos compreender a formação político-social do Estado: processo de colonização e imigração, principalmente neste último, ideologias que demarcaram pensamento, tradição e valores nessas terras. Partidos políticos considerados de esquerda e/ou centro-esquerda nunca chegaram ao executivo do Estado de Santa Catarina no período republicano.

A radicalidade no discurso da direita “a partir dos anos de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, observa-se a paulatina substituição de uma postura mais contida e técnica por um discurso bem mais agressivo, com uma

forte pauta moralista" (Casimiro, 2018, p. 45). Essa estrutura discursiva materializada nos últimos tempos, tem se baseado no ódio às minorias, no ataque aos temas sensíveis curriculares, na perseguição docente aludindo a uma falsa ideia de "doutrinação ideológica" nas escolas, e que tem um dos seus pilares a metodologia de Olavo de Carvalho, que desqualifica com palavras ofensivas o adversário no debate. Em várias publicações-denúncias nas redes sociais de Goldman e Gottfried, Olavo é considerado mestre, professor e intelectual. Como estudantes dele, os parlamentares usam a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) para continuar a defesa da ideologia olavista, corroborando com princípios teóricos e valores da militância do guru da extrema direita no país.

Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o executivo federal em outubro de 2018, uma onda bolsonarista parlamentar ancorada nas defesas ideológicas do candidato se efetivou no tempo anunciado anteriormente. De norte a sul do país, presenciamos elementos "dos costumes e valores" associados à extrema direita. Em Santa Catarina o cenário legislativo não foi diferente. Na ALESC, foram eleitos alguns nomes que não faziam parte e nem eram conhecidos na tradicional política catarinense. Margareth Goldman e Samuel Gottfried surgiram do fenômeno bolsonarista e se construíram politicamente antes da campanha eleitoral de 2018, tendo como alicerce federal o candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro, eleito naquele momento e comprometido "a implementar uma plataforma de contrarreformas ultraliberais e ultraconservadoras [...]. O governo federal tornou-se o principal ator da política antigênero no país" (Junqueira, 2022, p. 165). Desde a *fake news* do chamado *kit gay* e a apropriação das pautas bolsonaristas por políticos defensores dos costumes e valores da "família tradicional brasileira", muitas câmaras de vereadores e assembleias legislativas, casas que representam o povo, serviram de palco para os temas ultraconservadores, reacionários e fundamentalistas da extrema direita serem explanados como a falaciosa narrativa da "liberdade de expressão", que na verdade era opinião resultando em discursos de ódio e crimes contra as populações LGBTQIA+, ataques à democracia escolar, negação da diversidade sexual e de gênero, violação dos direitos humanos e outras violências. Essas proposições estiveram (e ainda

estão neste tempo) se consolidando em disputas de discursos que legitimam o ódio como política.

Na figura pública do ex-presidente da República, houve um “estreitamento de suas relações com variados setores de ultradireita, uma incorporação do léxico antigênero ao seu repertório discursivo, [...] uma cruzada contra a ‘ditadura gay’ e a ‘imposição do kit gay’ nas escolas” (Junqueira, 2022, p. 167). Ainda se faz analisar a participação desses sujeitos bolsonaristas em frentes parlamentares cristãs, bem como as de cunho evangélico, e nas palestras feitas por esses sujeitos dentro de algumas igrejas; na contestação pública do Estado laico e nos discursos políticos emergidos dos palanques das “Marchas para Jesus”.

Entre 2019 e 2022, o primeiro mandato de cada parlamentar estadual, Margareth Goldman e Samuel Gottfried, foi movimentado pela criação de projeto de lei, moção de repúdio, emenda constitucional, pedido de informação e requerimento na ALESC, como esforços legislativos para cercear as políticas educacionais democráticas, as práticas pedagógicas plurais, a liberdade de ensinar dos/as docentes, as concepções pedagógicas nas temáticas de gênero e sexualidade. Além disso, acompanhamos na ALESC uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que buscou investigar um aborto de uma menina de 11 anos, vítima de estupro, no ano de 2022, tendo como requerente do pedido a deputada Goldman. No mesmo ano, houve uma audiência pública para tratar do porte de armas de fogo aos colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) catarinenses. Como não pensar em processo de ideologização política no que se refere ao parlamento catarinense diante dessas últimas atitudes? O avanço da extrema direita na sociedade catarinense é impelido por alguns eixos que em seu discurso radicaliza o método e os dispositivos de poder, como “o libertarianismo [...], o fundamentalismo [...], o anticomunismo” (Miguel, 2018, p. 19, 21-22).

Portanto, considera-se que existe um amontoado de recursos bélicos e ideológicos da nova direita, onde “misturam-se ideias do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo [...] que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo” (Carapanã, 2018, p. 34). Na guerra cultural travada na arena pública, o “conservadorismo cultural” é utilizado como estratégia de ganho

eleitoral, onde na vertente do contexto educacional, as acusações aos professores e professoras como doutrinadores/as são formas não só dos ataques à democracia escolar, mas a vida e a dignidade das pessoas que atuam no exercício da docência.

Em quais outras temporalidades e contextos históricos que o fenômeno da perseguição docente e censura de conhecimentos científicos se fez presente? Podemos não nos restringir somente aos anos de chumbo, a ditadura civil-militar no Brasil, no fenômeno bolsonarista da contemporaneidade, no avanço neoliberal nas políticas públicas educacionais, na ausência de nomenclaturas emergentes dos saberes multidisciplinares nos marcos legais da educação no pais, na negligência dos acordos internacionais e signatários que o Brasil realizou historicamente, mas todo momento que o Estado Brasileiro limitou as vivências múltiplas, os diálogos das realidades experimentadas pelos sujeitos que vivem cotidianamente o território escolar. Como professor de História e atuante na construção de novos mundos e possibilidades de ser e estar nas escolas, especialmente públicas, meu compromisso permeia não meramente os conhecimentos científicos da minha formação, mas as minhas subjetividades construídas em espaços e tempos diversos.

Essas reflexões me fazem indicar uma parte do *corpus* documental dessa pesquisa, que é de natureza digital, tendo como localização o sítio oficial da ALESC. As fontes digitais foram recolhidas, inventariadas a partir do recorte temático e temporal, impressas, lidas, analisadas e armazenadas como acervo pessoal. Alguns dos cuidados éticos que tive durante o percurso foi da confiabilidade dos materiais hospedados num dos canais oficiais do Estado de Santa Catarina, considerando um vasto mundo de *fake news* ou sítios que apresentam *deepfake* na primazia das fontes, e a relação das proposições legislativas com as publicações-denúncias dos parlamentares em seus perfis no *Instagram*.

Discurso e prática em consonância. Na produção do discurso de ódio das proposições legislativas dessa investigação, considero o Estado como violador da dignidade humana de cada LGBTQIA+, de cada pessoa negra, sobretudo crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento social e cognitivo, nas tendenciosas premissas do “cuidado à infância”, da “doutrinação em instituições formais de ensino”.

Para Butler (2021), o discurso de ódio deriva do discurso do Estado. A representação do discurso de ódio se faz com o exercício soberano do poder. Deputados/as estaduais criam os projetos de lei, para que sancionados pelo/a Governador/a, possam ter caráter de leis no Estado. Essas leis são produzidas a partir de vários diagnósticos, e um deles passa pelo interesse do eleitorado de cada parlamentar. Diante disso, “o que a lei diz ela faz, mas poderíamos dizer o mesmo de quem profere o discurso de ódio. [...] a disputa entre o discurso de ódio e a lei é paradoxalmente encenada como uma batalha entre dois poderes soberanos” (Butler, 2021, p. 140). “Ideologia de Gênero” como discurso de ódio sempre foi eixo para eleger político, e não foi diferente com os dois parlamentares aqui analisados. No uso do poder, legitima-se a forte aversão à diversidade humana e sexual.

Contemplando os descritores utilizados para as análises das fontes, o quadro 9 indica os temas que foram acionados nos documentos e proposições legislativas dos dois parlamentares, entre os anos de 2019 e 2022, na ALESC. Eles demonstram em várias camadas as perspectivas sincrônicas impulsionadas pelo discurso de ódio:

Quadro 9 – Identificação dos descritores nas proposições legislativas

	Samuel Gottfried	**Margareth Goldman**
Emenda Constitucional	*01 publicação* LGBT – 04 vezes Ideologia de Gênero – 01 vez Doutrinação – 01 vez	*Nenhuma publicação*
Projeto de lei	*02 publicações* Linguagem neutra – 05 vezes Ideologia de Gênero – 01 vez	*04 publicações* LGBT – 06 vezes Erotização/Sexualização de crianças e adolescentes – 03 vezes Doutrinação – 05 vezes
Moção de repúdio	*02 publicações* Ideologia de Gênero – 02 vezes	*Nenhuma publicação*
Pedido de informação e requerimento	*03 publicações* Doutrinação – 01 vez	*02 publicações* LGBT – 02 vezes

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Podemos perceber que para Gottfried o descritor “ideologia de gênero” se faz presente em três dos quatro materiais produzidos pelo parlamentar, enquanto para Goldman, “LGBT” é utilizado em dois de quatro instrumentos legislativos. Comum para ambos também é “doutrinação” que mobiliza atitudes legislativas de perseguição e cultura delatória nas salas de aula.

Na sequência, mobilizo algumas premissas das proposições legislativas para introduzir as reflexões e análises. O diálogo que se quer ter com o leitor é de pensar como os esforços legislativos na ALESC contra as questões de gênero e sexualidade na educação atacam a educação democrática no Estado e se alastram na sociedade como um mal a ser combatido.

5.2 “MISTURA E EXCESSO DE NOMENCLATURAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE: DIAGNÓSTICO DE JOVENS EM DEPRESSÃO E TIRANDO SUAS PRÓPRIAS VIDAS”: EMENDA CONSTITUCIONAL

A Emenda Constitucional Catarinense (PEC 0011.1/2019), uma medida que altera o texto da Carta Estadual outorgando novos apontamentos, proposta pelo deputado bolsonarista Samuel Gottfried, visa retirar o termo “orientação sexual” e acrescentar “prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, com esclarecimentos sobre métodos contraceptivos” no Capítulo III – Da Educação, Cultura e Desporto, Seção I – Da Educação, Artigo 164 - Inciso IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina. Desde a sua campanha eleitoral de 2018, o tema do combate a “ideologia de gênero” se fazia presente ora em discursos públicos e digitais, ora na onda do fenômeno bolsonarista. Eleito, as primeiras proposições legislativas foi protagonizar o compromisso fiel aos temas que o elegeram. Em sintonia com interesses de alguns/mas parlamentares companheiros/as de partido[66] ou não em 2019, onde se solicitava a retirada do termo “identidade de gênero” do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense, Gottfried sugeriu a seguinte alteração:

> Artigo 1º, o inciso IV do artigo 164 da Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 164: IV – programação de orientação técnica e científica sobre a prevenção ao uso de drogas, prevenção às

[66] Em 2019, o deputado Gottfried pertencia ao Partido Social liberal (PSL), o mesmo do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

> doenças sexualmente transmissíveis, com esclarecimentos sobre métodos contraceptivos, e relacionadas à proteção do meio ambiente (Santa Catarina, 2019, p. 01).

Para alguns/mas bolsonaristas, mergulhados/as nas ideias de Olavo de Carvalho – guru da extrema direita, existe uma obsessão com questões culturais. O mote da nova direita reflete naquilo que Carapanã (2018, p.36) diz: “Existe um complô arquitetado por marxistas para acabar com a cultura e a civilização ocidentais. [...] os comunistas passaram a usar estratégias culturais para derrubar o capitalismo”. Essa reflexão atinge gênero e sexualidade deturpando e demonizando os conceitos.

Na escrita da proposta, percebemos que ainda se corrobora a noção de sexualidade ao constante perigo do ato sexual humano, ou nas palavras de Leite (2022, p. 50) “numa perspectiva negativa, vinculada a supostos ‘problemas’ [...]. A sexualidade é abordada quase sempre na perspectiva do risco e não na do direito”. A sexualidade não é lida como dimensão plural humana. Considerando também que se quer resumir a sexualidade a um caráter biologicista quando trata do errôneo termo “doenças sexualmente transmissíveis”, quando na linguagem da medicina contemporânea quer se dizer “infecções sexualmente transmissíveis” (ISTs): a primeira ainda conota preconceito, principalmente quando rememoramos a epidemia da aids, considerada por muitos/as como a peste gay, nas últimas décadas do século XX.

Na justificativa da PEC 0011.1/2019 (Santa Catarina, 2019), percebemos a ausência de fontes que provem os seus posicionamentos, dando a compreender que foram convicções e suposições. A primeira delas se estrutura da seguinte forma:

> Mesmo com as atuais mobilizações sociais e movimentações da Casa Legislativa, as quais fizeram o Secretário Estadual da Educação se posicionar no sentido de retirar o item “identidade de gênero”, é imprescindível precaver-se também por meio de outras medidas. Ao considerar o período em que a Carta Estadual foi promulgada, acredita-se que a inclusão do termo “orientação sexual” tinha a pretensão de assegurar aos alunos os devidos esclarecimentos a respeito dos cuidados relacionados à relação sexual em si, principalmente com o objetivo de prevenir a propagação das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na juventude, sem a devida programação. Contudo, ao longo dos últimos anos vê-se a crescente apropriação deste e de outros termos, dando-os sentidos distintos, bem como a criação de novos termos, que

> representam inúmeras possibilidades ao ser humano, descaracterizando-se cada vez mais o que é naturalmente biológico (Santa Catarina, 2019, p. 02).

Para Gottfried, “acredita-se” (convicção) que na década de 1980, quando inseriram “orientação sexual”[67] na Carta Estadual, existia uma outra forma de entender o conceito e que hoje essa ideia se afasta do caráter biológico. Os Estudos de Gênero têm caráter político e social e a pretensão não é negar a biologia, como está explícito na justificativa do projeto. Novos estudos, pesquisas e métodos de diferentes áreas do conhecimento acompanham as transformações da sociedade. Quando assistimos o debate acerca da sexualidade na sala de aula, uma parcela da comunidade escolar ainda induz que “professores, em vez de cumprirem o currículo, buscariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos para doutriná-los com ideias contrárias às convicções e aos valores da família” (Junqueira, 2019, p.135). Do privado ao público, da família ao território escolar, o tema da sexualidade ainda evoca dualismos como “saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc.” (Louro, 2014, p. 137).

Essa proposição legislativa, que contraria a liberdade sexual como direito, se apresenta como caminho para a concretização da atitude moral, fundamentalista e coercitiva de uma visão de mundo, onde as pessoas compulsoriamente são impelidas a seguir a norma determinada. Diante das cruzadas discursivas legislativas, “uma das estratégias ideológicas centrais do discurso antigênero é renaturalizar a ordem social, moral e sexual tradicional e apontar como antinaturais crenças, ideias ou atitudes que contrariem essa ordem” (Junqueira, 2019, p. 139), ou seja, criar repulsa aos contemporâneos saberes e conhecimentos que participam a explicar a realidade cultural e histórica humana.

O subtítulo que ancora esse texto é retirado de um excerto da justificativa da emenda constitucional, considerando que a variedade de palavras a respeito da sexualidade tem aumentado os diagnósticos de depressão, afirmação que

[67] Os Estudos de Gênero, Feministas e LGBTQIA+, apresentam o termo como referência ao sexo/gênero das pessoas que elegemos como possibilidades de desejo e afeto. Comumente, são reconhecidas a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade e a assexualidade.

não é comprovada com pesquisas, dados e estatísticas científicas da realidade catarinense por Gottfried.

> Essa mistura e excesso de nomenclaturas, inseridas de modo precoce e imprudente, tem gerado uma pandemia, com aumento nos diagnósticos de depressão e de jovens tirando suas próprias vidas. Com a finalidade de proteger crianças e jovens, sobretudo aqueles que não têm acesso às instituições particulares, onde os pais têm maiores possibilidades de assegurar o que será ministrado como conteúdo, faz-se importante a mobilização daqueles que detêm a competência para legislar e determinar o que será transmitido e garantido por meio do poder público. Esclarece-se que a presente medida não visa garantir que se esclareça, de fato, aos jovens na puberdade, os métodos contraceptivos e os riscos das doenças sexualmente transmissíveis e que não se dê previsão legal àqueles que pretendem usar o termo para outras práticas ligadas à agenda ideológica (Santa Catarina, 2019, p. 02).

Os estudos feministas, gays e lésbicos auxiliam a compreensão humana em suas diferentes dimensões: sexuais, culturais, políticas, psicológicas. Eles denunciam silenciamentos, desigualdades, preconceitos, discriminações e estruturas de violências. A proposição de novos conceitos não restringe os que já estão postos, mas questiona-se com novas evidências e fontes, gerando fissuras naquilo que é considerado hegemônico; “os estudos de distintos campos culturais provocam perguntas, perturbam argumentos dualistas, complexificam as análises e, assim, parecem trazer-lhes maior densidade” (Louro, 2014, p. 162)

Através do proveito eleitoral, Gottfried utiliza do poder público para barrar temas de gênero e sexualidade na escola, principalmente na instituição pública, onde acredita que precisa atuar no campo legislativo para proteger crianças e jovens da “ideologia de gênero”, já que nas escolas privadas, segundo o deputado, os pais podem “assegurar o que será ministrado como conteúdo” nas aulas. De maneira geral, para o parlamentar temáticas da diversidade sexual ainda são entendidas como sinônimo, como por exemplo “Ideologia/Identidade de Gênero” e continua a enfatizar que esses conteúdos “não cabem ao Estado ensinar no ambiente escolar” (Santa Catarina, 2019). Como professor da Educação Básica, afirmo que os/as adolescentes reivindicam debates, oficinas, formações e conhecimentos perante esses assuntos, cuja privação e restrição legislativa, só faz com que se busque, investigue e deseje ainda mais aquilo.

Um dos principais objetivos da emenda constitucional é dar liberdade para um modelo de arranjo familiar, que tem filho/a na instituição pública, de escolher o melhor momento para tratar do assunto da sexualidade na vida. Pesquisas, como a de Louro (2014), indicam que esses temas ainda são tabus sociais e não postos em diálogo no seio doméstico, aumentando o número de violências contra a dignidade humana de crianças e adolescentes. O direito constitucional de aprender e se expressar é a verdadeira fronteira entre a democracia e o autoritarismo da extrema direita. E no direito à liberdade de ensinar, Gottfried considera que docentes, principalmente os/as da Educação Básica, não estão lecionando com prudência e responsabilidade quando o tema é diversidade sexual.

> Desse modo, constata-se a importância da substituição ora apresentada, uma vez que se deve falar a respeito do assunto, com a devida prudência e responsável fundamentação. Esclarece-se também que referida proposta não discute a liberdade do indivíduo ao escolher suas relações, trata-se apenas do respeito à família que depende do ensino público para ensinar seus filhos e que deve ter, antes de tudo, a liberdade de escolher o modo e momento que achará mais conveniente tratar sobre as questões da sexualidade. Até porque, não é papel do Estado “educar”, mas sim “ensinar”. (Santa Catarina, 2019, p. 03)

Com o argumento de que o Estado não educa, e sim ensina, Gottfried esquece que valores e princípios morais também são criados em outros espaços de formação, onde crianças e adolescentes transitam constantemente, como a Igreja, a mídia, o esporte etc., não se limitando a família. Em nome da proteção das crianças e adolescentes, existem muitas investidas de movimentos reacionários e fundamentalistas, quase sempre oriundos da extrema direita, contra a liberdade de ensinar dos docentes, dizendo que eles/as estão abordando conteúdos impróprios nas salas de aula, e os/as julgam como “doutrinadores/as”. Na tentativa de assegurar uma educação “sem doutrinação”, os/as defensores/as da família tradicional, modelo judaico-cristão, promovem a ideia de “pensamento único”, pilar defendido pelo ESP, onde os estímulos às violências xenófobas, homofóbicas, racistas, transfóbicas são evidenciadas nas ações do movimento antigênero e rechaçam a aceitação das “mulheres como sujeito; [...] criminalizar a LGBTIfobia; [...] assegurar a jovens e adolescentes informações sobre saúde sexual; [...] implementar políticas educacionais de

igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual" (Junqueira, 2022, p. 44-45). Para isso, Gottfried continua a reafirmar que a "família" deve ser protegida pelo Estado quando o assunto é "orientação sexual":

> Ante o exposto, com base no artigo 186 da Constituição Estadual, o qual dispõe que "a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, observados os princípios e normas da Constituição Federal", dentre as quais se prevê a proteção à saúde, à infância, à educação e o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, considera-se prudente suprimir o termo "orientação sexual". Vale ressaltar que referida medida eliminará o possível uso indevido da expressão a fim de garantir a inclusão de temas deturpados no currículo educacional (Santa Catarina, 2019, p. 03).

Para Gottfried, retirar o termo em questão do currículo se faz necessário pelo interesse ideológico, moral e religioso defendido pelo parlamentar em seus discursos. Nesse percurso e considerando essa proposição legislativa bolsonarista, podemos compreender que o tema da Educação Sexual está sendo liderado pela direita moral. Tentam ressignificar e revisar conceitos e categorias das ciências sociais e humanas, considerando-os como "deturpantes" e com "uso indevido da expressão" no currículo da Educação Básica, censurando a possibilidade do debate de gênero e sexualidade no território escolar. Acionam resistências e ao contrário disso, nesse caso, o "silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da norma. A ignorância [...] é vista como mantenedora dos valores ou dos comportamentos 'bons' e confiáveis" (Louro, 2014, p. 72).

Negar sujeitos LGBTQIA+ é permitir que insultos possam ocorrer no território escolar, onde eles se transformam diariamente em situações múltiplas de violências. Com a retirada do termo da Constituição do Estado de Santa Catarina (1989), essa emenda constitucional ataca o Art. 161, onde fala que "a educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e inspirada nos ideais da igualdade, da liberdade, da solidariedade humana, do bem-estar social e da democracia, visando ao pleno exercício da cidadania" (Santa Catarina, 1989) e o Art. 162, que diz que o ensino deverá ser conferido a partir dos princípios de "I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o

pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias (sic) e de concepções pedagógicas" (Santa Catarina, 1989).

Portanto, o "Estado produz ativamente o domínio do discurso publicamente aceitável, demarcando o limite entre os domínios do dizível e do indizível" (Butler, 2021, p. 133), ou seja, produz discurso de ódio, nesse caso fomentado por um parlamentar, na retirada do termo "orientação sexual" da Constituição do Estado de Santa Catarina.

5.3 "TEMOS QUE ACABAR COM A DOUTRINAÇÃO NAS ESCOLAS!": PROJETO DE LEI

A máxima do ESP no contexto educacional é de que vivemos uma ameaça aos valores (cristãos, especialmente) e a moral do "cidadão de bem" pertencente à "família tradicional brasileira". Esse ataque se chama "doutrinação marxista", no qual para os movimentos da extrema direita, docentes de diversos níveis minam o território escolar e acadêmico com temas que não deveriam ser abordados com crianças e adolescentes ou por uma falaciosa perseguição religiosa que afeta as crenças de um sujeito na universidade. Simbolicamente, dois lados que disputam narrativas em contextos históricos, considerando que para o movimento antigênero, são demarcados adjetivos que determinam a manutenção da norma, via documentos legais que orientam a educação brasileira: "cria-se, de um lado, o 'cidadão de bem', trabalhador (ou proprietário) e ordeiro e, de outro, o vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro, o indivíduo fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem" (Teles, 2018, p. 71). Com uso do pânico moral, da insegurança, do discurso de ódio, ratifica-se a violência. Contudo, percebe-se que a "norma se impõe pela força (e apoia-se nas leis) e sua lógica é a da produção do anormal, do patológico, em relação ao qual ela deve agir com rigor para curá-lo, eliminá-lo ou, ao menos, anulá-lo" (Teles, 2018, p. 71).

Neste sentido, os projetos de lei que aqui serão apresentados se justificam com a necessidade reacionária e fundamentalista religiosa dos parlamentares analisados de impedir os temas de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas e/ou criam limites para que esses assuntos não sejam propagados pelo Estado. Dos quatro projetos de lei da deputada Margareth Goldman, o primeiro

apresenta o descritor “erotização/sexualização de crianças e adolescentes”, como já debatido no capítulo três dessa pesquisa. O PL 0178.4/2021 (Santa Catarina, 2021), lido na sessão legislativa de 19 de abril de 2021, é um dispositivo que

> proíbe a utilização de verba pública no âmbito da Estado de Santa Catarina em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes e dá outras providências. Artigo 2º - Os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo poder público, sejam para pessoas jurídicas ou físicas, devem respeitar as normas legais que proíbem a divulgação ou acesso de crianças e adolescentes a apresentações, presenciais ou remotas, de imagens, músicas ou textos pornográficos ou obscenos, assim como garantir proteção face a conteúdos impróprios ao seu desenvolvimento psicológico. [...] § 2º Consideram-se pornográficos todos os tipos de manifestações que firam o pudor, materiais (descritos no § 1º) que contenham linguagem vulgar, imagem erótica, de relação sexual ou de ato libidinoso, obscenidade, indecência, licenciosidade, exibição explícita de órgãos ou atividade sexual que estimule a excitação sexual. [...] Artigo 4º - Os serviços públicos obedecerão às normas estabelecidas pela Constituição Federal e Estadual, a legislação vigente e ao disposto nesta lei, especialmente os sistemas de saúde, de direitos humanos, de assistência social, de cultura, educação infantil e fundamental (Santa Catarina, 2021, p. 01-03).

Esse PL surgiu em contrapartida da atividade “Criança Viada Show” que ocorreria na cidade de Itajaí/SC, em 2021, numa *live* intitulada “Roda Bixa”, com orientação aos telespectadores adultos, protagonizada por sujeitos maiores de idade, narrando experiências LGBTQIA+ de afeto, de trauma, de dor e alegria nas possibilidades de infâncias acerca das sexualidades. Para Goldman, que interpretou o evento como destinatário às crianças e adolescentes, fez valer o uso de sua condição parlamentar para se opor a atividade de reflexão. Nessa situação, o PL evoca para o debate público, sabendo que a extrema direita aciona diariamente questões do sexo e da sexualidade, temas como “pornografia”, “pudor”, “linguagem vulgar”, “erotismo”, “relação sexual”, “ato libidinoso”, “obscenidade”, “indecência”, “exibição de órgãos” e “excitação sexual”; palavras consideradas abjetas para a “família tradicional brasileira”, mesmo fazendo uso de algumas em ambiente privado, ou através de estupro de vulneráveis, ou em traições no casamento, ou da viabilidade do desenvolvimento da sexualidade, ou das violências sexuais ocasionadas no seio doméstico etc. Entre o discurso da moral e dos bons costumes e as práticas de violências

sexuais, existe a hipocrisia do “cidadão de bem”, bolsonarista, defensor da “família”.

> [...] Artigo 6º - Em caso de descumprimento desta Lei, o infrator estará sujeito a multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), bem como, a impossibilidade de realizar eventos públicos que dependam de autorização ou de nada a opor do Poder Público Estadual, e de seus órgãos, pelo prazo de 5 (cinco) anos. [...] § 2º - Para se estabelecer o valor da multa a ser aplicada, será considerado: I – a magnitude do evento; II – o seu impacto na sociedade; III – a quantidade de participantes; IV – a ofensa realizada; V – a utilização ou não de dinheiro público (Santa Catarina, 2021, p. 03-04).

Outra característica que o PL apresenta é o valor altíssimo da multa para o infrator, causador dos danos, e os seus critérios que definem o montante cerceiam o pensamento crítico público em gênero e diversidade sexual. No caso da *live* “Roda Bixa”, quem fiscaliza e determina a magnitude do evento? Os acessos e as visualizações virtuais? A interação do público virtual com os protagonistas do evento? Como se faz a análise e investigação do impacto na sociedade? Um evento cultural que limita faixa etária e tem linguagem específica para um tipo de público acerca de gênero e sexualdiade, ofende a quem? Qual grupo da sociedade com marcadores definidos que a parlamentar quer proteger? O Estado, através de princípios constitucionais como a liberdade nas manifestações do pensamento e das artes, não deve mais injetar dinheiro público para crianças e adolescentes refletirem sobre “educação sexual”? A ideia da proteção, do cuidado, do olhar atento do desenvolvimento cognitivo e psicológico de crianças e adolescentes se faz com políticas públicas sérias nas questões da diversidade.

O PL 0213.1/2021 (Santa Catarina, 2021), lido na sessão legislativa do dia 10 de junho de 2021, dialoga com o anterior, porém direciona para o descritor “LGBT”. A perseguição se alastra na ALESC por intermédio de mais um dispositivo de poder parlamentar que abraça pautas ultraconservadoras e mantém o discurso de ódio como resultado dos constantes ataques às populações LGBTQIA+, cujo texto

> dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia, de material que contenha alusão a orientação sexual e gênero ou a movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina. Artigo 1º - É vedada, em todo o

> território do Estado de Santa Catarina, a publicidade, por intermédio de qualquer veículo de comunicação e mídia, que contenha alusão a orientação sexual e gênero ou a movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes. Artigo 2º - As infrações ao disposto no artigo primeiro desta Lei serão, a princípio, multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e o fechamento do estabelecimento que atuar na divulgação até a devida adequação ao que dispõe esta lei. (Santa Catarina, 2021, p. 01)

Mais um PL onde o infrator pode pagar uma multa com valor alto se fizer a população pensar e refletir sobre conhecimentos produzidos pela história da humanidade, como gênero e diversidade sexual. Por mais que ele se direcione para os veículos de comunicação e mídia, considero mais um ataque à educação democrática, conceito que venho discorrendo na pesquisa, pois ela não se distancia da realidade social, das experiências humanas, das demandas do tempo presente e dos artefatos imagéticos e outros que são produzidos diariamente no ambiente público.

Na justificativa do PL, a parlamentar afirma que o seu principal objetivo é “proibir a publicidade através de qualquer veículo de comunicação e mídia, de material que contenha alusão a gênero e orientação sexual, ou a movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes no Estado” (Santa Catarina, 2021). A fantasmagoria da “ideologia de gênero” se difunde e ganha força não só no campo educacional, mas em outras instâncias e instituições: na assistência social, na saúde, na segurança, nos esportes, nas mídias, no parlamento. Corroborando com as hipóteses dessa investigação, mesmo em ambientes acadêmicos impelidos por correntes teóricas progressistas e/ou em espaços de construção do conhecimento diverso, a crença na deslegitimação dos estudos de gênero, feministas, *queer*, gays e lésbicos continuam a se apresentar como preservação da norma, que é cisheteronormativa e patriarcal.

Para Goldman, esse PL supre a condição de “desconfortos sociais e atribuições de inúmeras famílias e situações evitando, tanto a possibilidade, quando a inadequada influência na formação de jovens e crianças” (Santa Catarina, 2021). Os “desconfortos sociais” que se quer reduzir proporcionalmente é o avanço dos direitos sociais, civis e políticos, conquistados à base de luta e resistência histórica de mulheres, indígenas, negros/as,

LGBTQIA+, pessoas com deficiências, pessoas em situação de rua, que são atravessadas por marcadores de raça, gênero, classe, sexualidade etc. Quer se garantir um único arranjo familiar e ver como descabido na formação de crianças e adolescentes temáticas que denunciam práticas violentas e abusivas aos seus corpos e dignidade.

O próximo PL, hoje lei estadual, é o principal marco legislativo da deputada Margareth Goldman no que tange a perseguição aos docentes e a restrição da constitucionalidade da liberdade de ensinar e das concepções pedagógicas, sendo oriundo do movimento ESP. Jorginho Mello, governador do Estado de Santa Catarina, sancionou a Lei nº 18.637, de 7 de fevereiro de 2023, onde altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, e instituiu a *Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente*. Essa lei era o antigo PL 0310.1/2021, de autoria de Goldman, grande responsável por propor o ESP no Estado e ser efetivado legalmente, sob corrente ideológica bolsonarista.

O ESP arquiteta, via cultura delatória, um projeto político de poder na área da Educação e seu discurso é guiado por sentimentos de antipatia, aversão, cólera e ira às revoluções sociais e da contracultura transgressora. Seu discurso combate a “doutrinação ideológica” nas salas de aula do país, mas só por ser ideológico já compõe uma ideologia própria do movimento que corrobora com o pensamento único e neutro. Neste sentido, “o discurso reacionário de defesa da proposta é superficial, [...] fortemente calcado no ódio aos professores e abusando da manipulação política do pânico moral é uma receita de sucesso nas redes sociais” (Penna, 2018, p. 109).

O projeto do ESP visa negar o debate da realidade em que os/as estudantes se encontram na sociedade e como os marcadores de gênero, raça, geração, classe etc. são atravessados numa perspectiva interseccional em suas vidas. Pude perceber na minha docência em Santa Catarina que os efeitos do ESP numa escola pública são diferentes de uma escola privada. Na primeira, o sindicato foi atuante em processos administrativos investidos aos docentes e campanhas acerca da liberdade de ensinar e do pensamento diverso nas escolas foram marcas de muitas campanhas nas mídias; na segunda, docentes demitidos considerando os/as pais como clientes de um grande negócio. Desta maneira, “para o movimento, os professores não são educadores, mas

burocratas que devem apenas transmitir conteúdo definido por lei, sem mobilizar valores e sem falar da realidade na qual a escola está inserida" (Penna, 2018, p. 110).

O PL 0310.1/2021 (Santa Catarina, 2021), lido na sessão do dia 18 de agosto de 2021, institui para o calendário oficial dos eventos do Estado de Santa Catarina a tendenciosa *Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente*. Os seis artigos do PL focam na essência do ESP: sob a orientação de um cenário discursivo de proteger crianças e adolescentes de violências institucionais, o real resultado apresenta-se num viés ideológico de novos arranjos educacionais para perseguir e delatar docentes. Neste sentido, coloca-se o mês de agosto, entre os dias 08 e 14, anualmente, para que sejam feitas práticas pedagógicas com o teor de assegurar somente o "direito de aprender" dos/as estudantes.

> Artigo 2º - Durante esta semana, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica no âmbito do Estado de Santa Catarina deverão promover atividades, palestras e debates a respeito da violência institucional contra a criança e o adolescente, com os seguintes objetivos: I – Informar e educar professores, estudantes e pais ou responsáveis sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente. II – Contribuir para o conhecimento das crianças e dos adolescentes sobre os seus direitos de liberdade de aprender conteúdo politicamente neutro, livre de ideologia, respeitando o pluralismo de ideias e sua liberdade de consciência que decorrem da liberdade de consciência e de crença assegurada pela Constituição Federal. III – Auxiliar as crianças e adolescentes no reconhecimento de sua vulnerabilidade como educando, sendo a parte mais fraca na relação de aprendizado, fazendo com que se conscientizem sobre quais atitudes podem ser tomadas caso seus direitos sejam violados. IV – Alertar os pais sobre os direitos de seus filhos, e como podem fiscalizar a educação para que as crianças e adolescentes recebam educação moral que esteja em acordo com suas próprias convicções. V – Distribuição aos pais dos alunos de materiais informativos onde deverão constar todos os temas ministrados e quais foram os enfoques adotados por cada professor. VI – Conscientização dos professores sobre sua obrigação durante o exercício de suas funções de respeitar as convicções políticas, ideológicas, morais e religiosas dos alunos (Santa Catarina, 2021, p. 01-02).

Quando se coloca a premissa de que os pais deverão se alertar sobre os direitos de seus filhos e fiscalizar a educação deles em suas próprias convicções morais, apresentado no Artigo 2º - inciso IV, o projeto permite dizer que o que a

família em seu ideário não compactua política, cultural, econômica e socialmente, deve ser retirado da formação dos/as seus/uas filhos/as, gerando intolerância e indiferença para com a diversidade humana e ameaçando o Estado Democrático de Direito, cuja laicidade e o pluralismo de ideias são dispositivos que compõem uma cidadania plena. Para tanto, “o movimento Escola sem Partido defende que apenas a família e a religião podem educar, e os professores devem se restringir a instruir os alunos com o único objetivo de qualificá-los para o trabalho” (Penna, 2018, p. 111).

As diversas legislações, como a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, prescrevem que família e escola precisam caminhar juntas no processo de formação de crianças e adolescentes. Costumeiramente, evocam falas em territórios escolares por parte de docentes de que pais e/ou responsáveis devem fiscalizar a rotina de seus filhos e filhas: nos deveres conduzidos para casa, nos incentivos aos estudos pessoais, nas dificuldades externas ao ambiente escolar, na participação dos eventos das escolas, nas conversas com os/as professores/as sobre avaliações, conteúdos e comportamentos individuais; e não impor o que o/a docente tem que ensinar ou não, porque eles/as estão submetidos/as aos documentos legais que orientam a educação no Brasil. Vale ressaltar que “a educação é uma tarefa colaborativa na qual a escola é um elemento tão importante quanto a família e educar para o exercício da cidadania é um objetivo constitucional” (Penna, 2018, p. 112).

Advogar sobre a punição e fiscalização autoritária aos docentes é atacar livremente a educação democrática na interface da diversidade. O ESP mudou o cenário da educação no país, desqualificou conhecimentos produzidos na história, contestou a figura do/a professor/a como sujeito que dialoga com os saberes, produziu camadas de violências nas escolas, priorizou a ameaça como forma de resolução de conflitos. Uma proposição da “defesa do projeto como um discurso reacionário porque ele constitui uma reação aos avanços que o Brasil experimentou nas últimas décadas em suas políticas públicas educacionais” (Penna, 2018, p. 112). O presente da extrema direita (parlamentares adeptos ao projeto), do neoliberalismo (empresariado na educação), do fascismo contemporâneo (discurso de ódio e negacionismo) para a educação foi e continua sendo o ESP, que ao qual num horizonte de expectativa ele seja modelado para novos projetos reformadores da educação.

Neste sentido, “o discurso reacionário quer fazer acreditar que a escola tem como objetivo transformar os jovens em gays e lésbicas, a fim de destruir a ‘família tradicional’ e ensinar [...] ‘ideologia de gênero’ [...] para manipular o pânico moral em troca de ganhos eleitorais” (Penna, 2018, p. 112). Para combater a “doutrinação ideológica”, Margareth Goldman define o conceito como a “forma de cerceamento da liberdade de aprender do estudante, assegurada pelo art. 206 da Constituição Federal. Da mesma forma, a liberdade de consciência, [...] o direito de não ser doutrinado por seus professores” (Santa Catarina, 2021). Ela reafirma via poder legislativo o seu compromisso de campanha com a população que a elegeu. Além das atividades e debates na *Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente,* o PL indica que:

> Artigo 4º - Durante esta semana, as escolas afixarão nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, cartazes com o conteúdo previsto no Anexo desta Lei, com, no mínimo, 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura, e fonte com o tamanho compatível com as dimensões adotadas. Parágrafo Único. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no caput serão afixados somente nas salas dos professores (Santa Catarina, 2021, p. 02).

No anexo do PL constam os “deveres do professor”, que assim como a proposta inicial do ESP, toda escola deveria adotar. Com uma carência de dados, pesquisas e bibliografias na justificativa do PL, Goldman afirma que “a maioria dos professores utiliza da audiência cativa de seus alunos para militar em favor de causas políticas. [...] As vítimas dessa prática são jovens inexperientes e imaturos, incapazes de reagir, intelectual e emocionalmente” (Santa Catarina, 2021). Essa ideia corrobora com a noção de que a criança e o/a adolescente são uma tábula rasa, vazios de experiência e noção do mundo que o cerca, sendo o/a professor protagonista para modelá-los/as conforme as suas próprias convicções políticas, culturais, sociais e religiosas. Nessa situação, o cartaz afixado na escola solicita que:

> I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária. II - O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da

> falta delas. III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais (sic) e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. V - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (Santa Catarina, 2021, p. 05).

O ESP implantado e vigorado como lei em Santa Catarina permite que pais e/ou responsáveis possam seguir processando judicialmente professores/as que buscam a liberdade de pensamento nas aulas. Um exemplo de notificação extrajudicial inserida no *Instagram* do ESP, via situação cometida numa escola particular de Brasília, traz no assunto que houve “a prática de atos ilícitos, lesivos à integridade psíquica e moral dos estudantes, por parte de professoras” (Escola sem Partido, 2024, s/p). O ESP, mesmo considerado inconstitucional pelo STF, quando legitima publicamente em suas redes sociais uma notificação criada e defendida pelos advogados Freitas & Alvarez, de Brasília, continua a movimentar o ódio aos docentes e persegui-los de diversas manifestações de violências nas escolas. E os temas de gênero, sexualidade, raça, quase sempre são os principais tópicos dessas ameaças. Nesse documento, os advogados defendem que as professoras violaram os direitos das crianças e adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém não apresentam outras informações sobre a ação. Casos como esse criam fissuras no ambiente escolar colocando pais e/ou responsáveis contra professores/as, ou estudantes contra professores/as.

Em contrapartida aos estudos de gênero, feministas, gays, lésbicos, *queer*, o Projeto de Lei nº 0206.2/2022, “onde estabelece a promoção de ações que visem à valorização de homens e meninos e a prevenção e combate à violência contra os homens” (Santa Catarina, 2022), de autoria da deputada Margareth Goldman, é mais uma proposição legislativa do antifeminismo e do revisionismo da história na ALESC. Esse PL surge como resposta ao PL/0042.0/2019, que aborda questões voltadas às violências contra mulheres e meninas. No artigo 1º do PL “fica estabelecida a promoção de ações, por meio

de ações internas do sistema estadual de ensino, que visem à valorização de homens e meninos e a prevenção e combate à discriminação e a violência contra homens, no sistema estadual de ensino" (Santa Catarina, 2022, p. 01). O que se pretende é que as práticas pedagógicas realizadas em instituições de ensino estaduais possam pensar o homem como submisso à mulher, ideia esta que o movimento antigênero e antifeminista vem defendendo nas suas reflexões. A autora define como violência contra os homens e meninos "todas as práticas e relações sociais fundamentadas no feminismo, na crença da inferioridade de homens e meninos e na sua submissão ao sexo feminino" (Santa Catarina, 2022, p. 01). Na esfera da educação, o Artigo 2º do PL orienta para algumas ações requeridas, onde várias delas já ocorrem nas dinâmicas das escolas estaduais, sendo que o recorte que a autora faz é pensar o sexo (homem - biologia) como sujeito primeiro que sofre violências, na tentativa legislativa de reverter os papéis históricos dos homens na sociedade:

> I - a capacitação das equipes pedagógicas e demais trabalhadores da educação. II - a promoção de campanhas educativas com o intuito de coibir as práticas discriminatórias, de agressão, humilhação, intimidação, ameaça, constrangimento, bullying e violência contra homens e meninos; III - a identificação e problematização de manifestações violentas e racistas contra homens e meninos negros; IV - a identificação e problematização de manifestações violentas e de discriminação contra homens e meninos com deficiência; [...] VI - a realização de debates, reflexões e problematizações sobre o papel historicamente destinado a homens e meninos, de maneira a estimular sua liberdade e sua autonomia; [...] XII- a identificação e problematização das manifestações de violência que atingem os servidores da educação, e que tenham relação ou fundamento no seu sexo (Santa Catarina, 2022, p. 01-03).

De acordo com o *Atlas da Violência*, de 2023, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), "a população contabilizada pelo Censo Demográfico de 2022 só foi divulgada para o Brasil e para as UFs, sem o recorte por sexo, idade e raça/cor, o que impossibilitou a utilização do dado no Atlas desse ano" (Brasil, 2023, p. 07). Ou seja, os dados e as estatísticas por sexo (determinismo biológico: homem e mulher) não foram apresentados no documento que retrata as violências no país; porém, considera-se alguns elementos que retratam a realidade brasileira. Segundo o "Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2021 houve

47.847 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 22,4 mortes por 100 mil habitantes" (Brasil, 2023, p. 09). Um dos instrumentos com forte potencial de provocar a morte foi a arma, fazendo entender que "a redução dos homicídios no país não foi mais robusta devido à política armamentista desencadeada no governo Bolsonaro" (Brasil, 2023, p. 10).

No cenário nacional, mulheres morreram a partir do uso da arma de fogo. A polícia, assim como matou muitos/as, morreu também. Mulheres morreram por serem mulheres, dado inserido no relatório *O papel da arma de fogo na violência contra a mulher*, de 2022, do Instituto Sou da Paz, onde "metade dos feminicídios ocorridos entre 2012 e 2020 envolveram armas de fogo" (Brasil, 2023, p. 103). Qual diagnóstico do cenário catarinense, baseado em pesquisas e estatísticas, que Goldman faz para propor uma política pública sobre o tema? Como resposta, o Atlas da Violência fala que "no inverso do ranking de violência, São Paulo deixa de ocupar a posição do estado mais pacífico do país, que passa a ser de Santa Catarina" (Brasil, 2023, p. 18).

As violências contra as mulheres se alastram em profundidades e intensidades diferentes e a pandemia do covid-19 trouxe resultados letais para elas. Com o isolamento social e os efeitos das dificuldades de acesso às delegacias, pudemos perceber que "somente em 2021, de acordo com os registros oficiais do Ministério da Saúde, 3.858 mulheres foram assassinadas no Brasil. Especificamente durante o período pandêmico, entre 2020 e 2021, 7.691 vidas femininas foram perdidas no país" (Brasil, 2023, p. 43).

Na ausência de dados, de pesquisas e bibliografia que assegurem as suas afirmações na justificativa do PL, Goldman afirma que as violências contra os homens compõem "80% dos moradores de rua no Brasil; [...] mais chances de morrer no trabalho; [...] mortes violentas atingem até 11 vezes mais homens; [...] acidentes de trabalho; [...] homens representam 76% dos suicidas no Brasil" (Santa Catarina, 2022, p. 03). Dessas questões, nenhuma morte é provocada pelo simples fato do seu sexo e/ou gênero; enquanto para as mulheres, são marcadores que condicionam a letalidade como já apresentado, o feminicídio.

Dos dois projetos de lei do deputado Samuel Gottfried, o primeiro apresenta o descritor "linguagem neutra/não-binária", já debatido na introdução desta pesquisa. O PL 0356.4/2020 "estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa,

de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino" (Santa Catarina, 2020, p. 01). No documento existem sete artigos, trazendo garantias para o ensino da norma culta da Língua Portuguesa em instituições formais de ensino do Estado, restrições e punições na administração pública e formas de incentivo à língua portuguesa.

> Artigo 3º - Fica expressamente proibida a denominada "linguagem neutra" na grade curricular, no material didático e nos comunicados das instituições de ensino públicas e privadas, assim como em editais de concursos públicos. Artigo 4º - A violação do direito ao estudante, estabelecido no artigo 1º desta Lei, acarretará sanções às instituições de ensino privadas e aos profissionais de educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente se aprendizado à língua portuguesa culta. Artigo 5º - A Secretaria da Educação e demais responsáveis pelo ensino básico e superior do Estado de Santa Catarina deverão empreender todos os meios necessários para a valorização da língua portuguesa culta em suas políticas educacionais, fomentando iniciativas de defesa aos estudantes na aplicação de qualquer aprendizado destoante das normas e orientações legais de ensino (Santa Catarina, 2020, p. 01).

Em consonância com este projeto, o decreto nº 1.329, de 15 de junho de 2019, da deputada Margareth Goldman, com o mesmo teor de conteúdo ainda é uma norma válida e que produz efeito legal no Estado de Santa Catarina. Em contrapartida com essa proposição, não se leva em consideração as variações linguísticas, as experiências e vivências humanas no tempo e as novas formas de experimentar a sexualidade e se reconhecer na identidade de gênero. Quem tem medo do "todes", enquanto outras palavras são criadas e apropriadas aos dicionários de Língua Portuguesa e utilizadas no cotidiano das relações humanas? A "ideologia de gênero" não tolera e respeita as novas formas de ser e estar no mundo e reivindica o mundo do passado, arcaico e patriarcal.

Mais um projeto que ataca os direitos das pessoas trans e travestis, especialmente para estudantes, é o PL 0491.0/2021, com apenas dois artigos, "onde veda a instalação, a adequação e o uso comum de banheiros por pessoas de sexos diferentes, em locais administrados direta ou indiretamente pelo Poder Público Estadual ou Municipal" (Santa Catarina, 2021). Pauta eleitoral da extrema direita e que é associada aos governos de esquerda e centro-esquerda, o banheiro unissex nas últimas campanhas eleitorais, tanto presidenciais quanto

municipais (2018, 2020, 2022), provocou (e continua provocando) pânico moral e medo para algumas famílias, combustíveis que concedem força à “ideologia de gênero”. Frases como “Você quer um homem adulto usando o mesmo banheiro que sua filhinha?”, “Oficial: Lula decreta o banheiro unissex”, “A ideia do banheiro unissex saiu da cabeça de satanás” são muito dissolvidas nas redes sociais, cujas premissas conotam transfobia e *fake news*.

> Artigo 1º - É vedada a instalação, a adequação e o uso comum de banheiros por pessoas de sexos diferentes, que não sejam destinados aos sexos masculino e feminino, nas instituições de ensino, secretarias, agências, autarquias, fundações, institutos, e demais repartições ou espaços públicos do Estado de Santa Catarina. Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo aos estabelecimentos público e privados nos quais exista um banheiro único, no qual cada indivíduo, independente de sexo, faça o uso individualmente, com porta fechada, mantida a privacidade (Santa Catarina, 2021, p. 01).

O debate sobre o banheiro unissex passa pelo conceito de identidade de gênero, onde pessoas trans, travestis e não-binárias buscam diariamente sua cidadania em exercer o seu direito de ir e vir na sociedade. A negação de suas humanidades gera preconceito, discriminação, constrangimento e violência. A repulsa e aversão à transexualidade na escola, ora pelo não respeito ao nome social, pela contrariedade do acesso ao banheiro conforme a identidade de gênero, pela não formação de professores/as aos temas de gênero e sexualidade, pela não aplicação de debates, oficinas, projetos pedagógicos que não reflitam as violências homo-lesbo-transfóbicas nas escolas etc., permitem que essas pessoas sejam expulsas dessas instituições que são suas por direito. Não só profissionais da educação contribuem com esses dispositivos brutais, mas parlamentares e a sociedade civil.

O Grupo Gay da Bahia indica anualmente através de vários relatórios que o país continua a ser o primeiro no mundo a matar pessoas LGBTQIA+ por serem quem são. Sexualidade e identidade de gênero ainda são marcadores letais na sociedade brasileira. Acerca das crueldades às pessoas trans e travestis, o Atlas da Violência de 2023 fala que “a violência física aumentou 9,5% e a psicológica, 20,4%. O aumento dos registros acompanha os resultados das pesquisas de mortalidade violenta de LGBTQI+ realizadas via busca ativa, a partir de dados não oficiais” (Brasil, 2023, p. 64). Se formos identificar as vulnerabilidades e as

violências perante a diversidade sexual, as pessoas trans e travestis estão na linha de frente de qualquer batalha.

Com essas proposições legislativas, a alternativa para denunciar o projeto reacionário de poder intitulado de “ideologia de gênero” é ter a compreensão de que “é estratégico e necessário afirmar a sua ‘existência’ escancarando seus pressupostos ideológicos, sua elaboração fraudulenta, seu funcionamento retórico e seus fins políticos” (Junqueira 2022, p. 227).

5.4 “FICA EXPRESSAMENTE PROIBIDA...”: MOÇÃO DE REPÚDIO

Aversão, repulsa, nojo, deboche, abominação, horror, repugnância. Essas palavras conotam para alguns/mas parlamentares o ensejo de abolir através de um método da desqualificação as temáticas de gênero e sexualidade em vários espaços sociais, onde, por exemplo, a escola é mais um dos alvos. A moção de repúdio tem como finalidade expressar uma manifestação da Casa Legislativa em decorrência de um fato, evento que seja de repúdio e/ou louvor. Ela é levada para discussão e aprovada em sessões legislativas.

No recorte temporal dessa pesquisa, pude encontrar duas moções de repúdio que são sincrônicas e que apresentam o descritor “ideologia de gênero” como forma de ataque às práticas pedagógicas em duas instituições de ensino. Ambas foram propostas pelo deputado Samuel Gottfried, no ano de 2022, na ALESC. Ambientes de pensamento plural e laico sempre estiveram movimentando a democracia nas escolas, principalmente nas públicas. Consideravelmente, “já até mesmo passou da hora de concebermos a educação democrática de que precisamos para nos munirmos de um futuro desejável e de uma terra habitável” (Laval; Verge, 2023, p. 10). Neste sentido, as vidas das pessoas LGBTQIA+, das pessoas negras, dos/as indígenas etc., ou seja, da diversidade humana são pensadas como futuro de possibilidades de direitos e garantias para ser e estar no mundo?

As experiências humanas vividas neste tempo demonstram que a partir dessas práticas legislativas, algumas vidas importam e são mais dignas que outras. Algumas merecem ter acesso e permanência nas escolas, outras não. Algumas são impelidas a viver plenamente a sua sexualidade e identidade, outras não. Algumas têm garantias de saúde pública, outras não. Entre dignidade

humana e limitação de direitos para alguns sujeitos com marcadores sociais da diferença considerados como o “outro” na cisheteronormatividade e patriarcado, palavras que estabelecem o discurso de ódio público, violando direitos humanos e descaracterizando lutas históricas de diversos movimentos sociais por saúde, educação, moradia e segurança, pondero que os passados violentos e autoritários ainda continuam muito presentes no agora.

Além e aquém, a MOC/0406.0/2022 se caracterizava como um investimento de perseguição em um ambiente produtor de conhecimento, cuja atividade promovida pelo Miolhe (projeto de extensão com vínculo ao Programa de Educação Tutorial de Biologia, da UFSC) foi assistir e debater o audiovisual *Still Me*, que trazia questões relacionadas ao gênero, sexualidade e escola. A moção manifestava “ao Ministério da Educação e à reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina repúdio pela realização de evento sobre ideologia de gênero no Centro de Ciências Biológicas da UFSC” (Santa Catarina, 2022, s/p). Nos meses de maio a julho, a moção entrou três vezes nas sessões legislativas da ALESC como ordem do dia, tendo aprovação na última, dia 18 de maio de 2022, um dia após o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia. Após a resposta do MEC, ela foi arquivada em 22 de julho daquele ano. O repúdio do parlamentar acompanha a falaciosa ideia de que os Estudos de Gênero e da diversidade sexual negam a Biologia. Pelo contrário, as contestações oriundas dos Estudos de Gênero possibilitam compreender o ser humano em suas diversas dimensões: culturais, sociais etc. Assim como a Biologia, outras ciências participam da compreensão e investigação do que é o ser humano.

Diante dessa repulsa neoconservadora legislativa que enxerga “ideologia de gênero” em todas as etapas da educação formal como pressuposto para denunciar atividades de gênero e sexualidade, sobre educação democrática nós “temos que inventá-la para uma época nova, inspirando-nos no que foi dito e realizado antes de nós. [...] Querer uma verdadeira democracia é querer igualmente uma educação universal” (Laval; Verge, 2023, p. 11). Para isso, como professor-pesquisador e compromissado com os direitos humanos, considero que as experimentações do cotidiano escolar, as lutas e resistências de estudantes e professores/as por melhores condições de ensino e infraestrutura nas escolas e universidades fazem parte de um amanhã desejável para a

educação democrática, onde todos/as atuam com os princípios “da liberdade de pensamento; da busca da igualdade no acesso à cultura e ao conhecimento; da cultura comum; da pedagogia instituinte; do autogoverno das instituições de conhecimento mesmas” (Laval; Verge, 2023, p. 30-31). Nisso, “a originalidade de uma educação democrática, por conseguinte, é permitir que alunos e estudantes façam a experiência da autonomia individual e do autogoverno coletivo” (Laval; Verge, 2023, p. 24).

A moção 0484.3/2022 tem como expressão o “repúdio ao Diretor da Escola Municipal Maria Dutra Gomes por ter desrespeitado a opinião dos pais dos/as estudantes e realizado, palestras voltadas a pregação da ideologia de gênero” (Santa Catarina, 2022, s/p). Essa proposta foi colocada como ordem do dia na sessão legislativa do dia 07 de junho de 2022 e aprovada no mesmo dia. O encaminhamento foi enviado à Secretária Municipal de Educação e ao Prefeito de Itajaí/SC, solicitando resposta.

Palestras, oficinas, dinâmicas, debates são atividades pedagógicas que podem ser propostas por um tipo de componente curricular e/ou de caráter interdisciplinar. A construção do planejamento escolar está no movimento que um/a docente faz levando em consideração as especificidades de sua área de conhecimento, na autonomia de sua liberdade de ensinar e no que os marcos legais legitimam como possibilidade de reflexão e transformação a partir dos conhecimentos produzidos historicamente. A “opinião” dos pais em querer ou não que determinado tema seja trabalhado em sala de aula e/ou na escola não está acima do direito das crianças e jovens de conhecerem a pluralidade de conhecimentos. Considerando a atividade como direito à educação democrática, o parlamentar insiste em discursar que abordagens dessas temáticas fazem parte de uma “doutrinação ideológica” e reivindica que as escolas ensinem as matérias que realmente importam. O que importa na escola para Gottfried? Na escola pública, “a educação democrática é antes de tudo uma educação livre; isto é, liberta dos poderes que querem instrumentalizá-la e subjugá-la” (Laval; Verge, 2023, p. 33).

O ensino de História e a escola democrática caminham para emancipar estudantes a se tornarem mais conscientes de suas ações no tempo, tendo como base o passado, objeto de análise e investigação, e que a realidade do presente seja lida criticamente. Para os/as professores/as de História que estão

inseridos/as na escola democrática, a liberdade de ensinar não é mais opção, e sim, regra. Neste percurso, “conhecimento, liberdade e educação democrática são indissociáveis. [...] É essencial proteger institucionalmente *todos* os professores, [...] os pesquisadores de todas as proibições de pensar livremente” (Laval; Verge, 2023, p. 34-35). Ou seja, é proibido proibir, principalmente na esfera legislativa, a apropriação de saberes em gênero, raça, classe que formam plenamente a consciência crítica de cada sujeito histórico.

Qual o efetivo interesse de uma moção de repúdio? A quem quer atingir? Nas proposições apresentadas por Gottfried, fica perceptível o controle de pais e/ou responsáveis em não aceitar que seus filhos e filhas estudem temáticas de gênero e sexualidade na escola, o interesse neoconservador em combater a “ideologia de gênero” na manutenção da pauta eleitoreira, da desqualificação dos estudos de gênero, gays, lésbicos e *queer* oriundos de pesquisas acadêmicas. Da aversão e repulsa, surge a resistência democrática como “garantia das liberdades no ensino e na pesquisa, e o acesso universal aos saberes. [...] A liberdade de pensamento só será assegurada no planeta quando as ideias puderem circular por toda parte segundo um espírito cosmopolítico” (Laval; Verge, 2023, p. 38).

Um ensino de História comprometido com a democracia transgride o repúdio. Movimentos do ESP e antigênero contribuem com investidas reacionárias nas fissuras das liberdades de pensar e construir conhecimento coletivo. Neste tempo, “um novo macarthismo se espalha pelo mundo. [...] ninguém está imune a amálgamas, ignorâncias e calúnias que os novos censores praticam de bom grado” (Laval; Verge, 2023, p. 38). Em Santa Catarina, o bolsonarismo se converte nesse “novo macarthismo”. Ele afeta e impacta professores e professoras de diversos níveis de ensino, pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas, sobretudo nas ciências humanas e sociais, estudantes, agentes culturais, militantes dos movimentos sociais progressistas, sob a forte censura corporizada pelo legislativo ideológico, neoconservador, fundamentalista religioso e reacionário.

5.5 “UMA PROFESSORA FEZ APOLOGIA À PROSTITUIÇÃO, EXPOSIÇÃO DA NUDEZ E RELAÇÕES SEXUAIS ABERTAS E INCONSEQUENTES”: PEDIDO DE INFORMAÇÃO E REQUERIMENTO

Pedidos de informações e requerimentos são materiais legislativos comuns na ALESC, que passam por uma apreciação dos/as parlamentares em sessões públicas. Denotam solicitações, reinvindicações, utilidades e/ou demandas que são de interesse público, podendo ser requisitadas por parlamentares, bem como por qualquer cidadão catarinense. Essas proposições compõem-se como atos de fala e tem força política no campo legislativo. Portanto, são resultados que requerem investigação e análise. Neste subtítulo, indico alguns discursos de Margareth Goldman e Samuel Gottfried que seguiram os estímulos persecutórios e os intentos para vetar assuntos de gênero e sexualidade nas escolas. As fontes me permitiram identificar concomitante nos atos de fala dos parlamentares a permanência dos descritores “LGBT” e “Doutrinação”.

Alguns discursos neoconservadores da extrema direita buscam reverter a ordem progressista dos cenários democráticos. O modo como eles são construídos, às vezes por vias fundamentalistas e autoritárias, obstruem os percursos democráticos na educação. No ensino de História laico, cidadão, plural, democrático, os discursos falaciosos e revisionistas não participam dos compromissos éticos da liberdade de ensinar. Até que ponto essa liberdade de ensinar pode impelir docentes de abordarem temas que são emergentes e necessários para a democracia? Quando sujeitos que integram instituições públicas tentam frear a diversidade humana ou censuram através de leis (quase sempre inconstitucionais), muitos/as se veem na condição de silenciamento de suas práticas pedagógicas e formas coercitivas de novos projetos reformadores da educação. Para tanto, a censura atinge o conteúdo dos discursos, sendo ela “uma forma produtiva de poder: ela não é simplesmente privação, ela também é formação” (Butler, 2021, p. 218). Entre censura e democracia, existe o discurso de ódio e as formas intolerantes de agir contra a diversidade sexual, de gênero, de classe, de religião etc.

Neste sentido, Butler (2021) continua a propor a ideia de que a censura busca produzir sujeitos a partir de regras, e que a construção desse sujeito não

só passa pela validação das normas do discurso, mas pelo discurso dizível socialmente. Todo discurso atua histórica e politicamente. Mas, que formato conteudista de discurso pode ser dito na escola e/ou instituições de ensino? Nesse caso, a crise escolar que se alastra em tempos violentos e que o discurso neoconservador tenta solucionar por "métodos autoritários, referencias patrióticas, uma disciplina 'antiquada'. [...] o discurso autoritário tem a mesma lógica fundamental: a proteção do capitalismo e a acusação da democracia" (Laval; Verge, 2023, p. 15).

O PIC 0602.6/2021, de autoria da deputada Goldman, solicitava ao Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina "informações acerca do ocorrido na Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva, onde uma professora utilizou o tempo de aula para passar conteúdos sobre sexo, transgêneros e homossexuais" (Santa Catarina, 2021, s/p). Analisando esse discurso, a parlamentar questiona ao secretário acerca dos motivos de uma professora trabalhar em sala de aula as temáticas de orientação sexual e identidade de gênero. Assuntos que "em termos de políticas curriculares ou até mesmo de práticas escolares, gênero e sexualidade ainda parecem ser tratados quase que exclusivamente como *temas* que devem ficar *restritos* a um campo disciplinar: a Educação Sexual" (Louro, 2014, p. 131). Eles não devem ser trabalhados num componente curricular específico e/ou numa área de conhecimento, mas, sim, ficar assegurados no Projeto Político Pedagógico de cada instituição formal de ensino.

O RQS 0106.0/2022, ainda de Goldman, solicitava ao Secretário de Estado da Educação, "informações acerca do ocorrido na Escola de Educação Básica Wanderley Junior, em São José, onde uma professora fez apologia à prostituição, exposição da nudez e relações sexuais abertas e inconsequentes" (Santa Catarina, 2022, s/p). Nomenclaturas que buscam trazer para o debate público ódio aos docentes e pânico coletivo, reafirmando uma ideologia moral de que temas acerca do sexo, da sexualidade não devem ser discutidos na escola, contrariando os marcos legais que regem a educação no país e os princípios constitucionais da liberdade de aprender e ensinar. Considerando as vertentes dos efeitos da "ideologia de gênero" na escola. A parlamentar teve acesso ao planejamento do componente curricular da professora? Dialogou com a docente a respeito do que ela chama de atitudes "inconsequentes"? Compreendeu a

importância desse debate ocorrido na escola ou fez recortes de falas e/ou imagens que chegaram até ela? Respostas que não foram encontradas durante a investigação. O deputado Gottfried fez uma publicação-denúncia na sua rede social sobre o mesmo caso, no dia 27 de maio de 2022, onde ele fala que houve doutrinação na escola. Apresenta prints com as atividades feitas, onde alguém da escola encaminhou os arquivos para o seu canal de denúncia. Eram cartazes com frases que refletiam sobre o combate a LGBTfobia.

O IND/0199.7/2022 de 29 de março de 2022, de autoria do deputado Samuel Gottfried, solicita ao Governador do Estado de Santa Catarina "a abertura de um Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor [...] que foi flagrado repetidamente em cenas de doutrinação em sala de aula e debochando do regime disciplinar da escola onde atua" (Santa Catarina, 2022, s/p). A atuação da Administração Pública em um processo administrativo disciplinar é apurar e punir o/a servidor/a público/a que tenha acometido uma infração que resulte em danos públicos. O que se leva em consideração em primeiro plano da proposição legislativa é o fato de o professor ter sido surpreendido em ato de "doutrinação". Não existem indícios nas fontes que me permite entender os motivos, porém reflito que a doutrinação em termos das pautas do ESP é o pensamento único em sala de aula, a neutralidade durante a reflexão da realidade. Acerca dessa neutralidade, vale ressaltar que ela é "confundida pelos conservadores com a repressão a qualquer reflexão política, como se fosse preciso recusar à escola tudo o que suscita debate no espaço público" (Laval; Verge, 2023, p. 51).

No RQS/1566.5/2022 onde solicita "à Direção da Escola de Educação Básica Tiradentes, de Porto Belo, informações acerca da inclusão no calendário do 2° ano do Ensino Médio da disciplina de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 'Mulheres no território catarinense'" (Santa Catarina, 2022, s/p), do dia 24 de outubro de 2022, o deputado Gottfried aciona novamente a perseguição pelo termo gênero nos documentos legislativos educacionais do Estado. Permanência da materialidade do discurso de ódio em posicionamentos legislativos. Nesse exemplo de requerimento, a trilha de aprofundamento "Mulheres no Território Catarinense", que integra o Currículo do Ensino Médio de Santa Catarina, na área de conhecimento "Ciências Humanas e Sociais Aplicadas", indica para os/as docentes possibilidades de trabalho pedagógico

com as relações sociais, as mulheres, os direitos, as relações de poder e de gênero. Portanto, mais uma vez as diligências legislativas de combater a "ideologia de gênero" no campo educacional, que em nome dos princípios e valores de alguns/mas parlamentares, transbordam para trincheiras públicas o debate da doutrinação ideológica nas escolas, pauta do ESP, e que cada vez mais tem se tornada receptiva na massa, permitindo que as violências possam se alastrar na sociedade.

No PIC/0434.8/2022, sem muitas explicações dos reais motivos da indicação, Gottfried solicita em 22 de novembro de 2022 ao "Secretário de Estado da Educação informações acerca do comportamento do Professor de Sociologia da Escola de Educação Básica Princesa Isabel localizada no Morro da Fumaça" (Santa Catarina, 2022, s/p). Em sua rede social, ele fez uma publicação-denúncia no dia 16 de novembro do mesmo ano, apresentando um áudio (recorte de um trecho da aula) em que o professor tenha feito "doutrinação marxista" nas aulas, no caso dos bloqueios das ruas após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno de 2022. Para ele, os/as estudantes se sentiram indignados/as e denunciaram o docente no canal de WhatsApp do parlamentar. Eleição e democracia são incumbências temáticas do componente curricular de Sociologia no Ensino Médio, assim como a análise da realidade experimentada pelos sujeitos no tempo presente. Gênero, sexualidade e diversidade também. No ensino de História esses assuntos também estão apontados no currículo prescrito. Nessa conjuntura, a cultura de delação faz com que "as reações ultraconservadoras às propostas de inclusão das temáticas de gênero nos planos de educação costumam ser apontadas como o início das grandes mobilizações antigênero no Brasil" (Junqueira, 2022, p. 165). A chamada "doutrinação" pelos adeptos do ESP produz efeito de poder, e a "ideologia de gênero" contribui para a precarização do pensamento crítico e analítico da sociedade, criando fissuras na educação democrática.

Diante de um amplo apoio público às pautas ultraconservadoras, rememoro que, assim como o ex-presidente Bolsonaro ganhou visibilidade investindo em uma "persona política radical, com exacerbada agressividade, punitivista, moralista, antifeminista, favorável à tortura e obcecada em confrontar qualquer assunto relativo à homossexualidade e à agenda de direitos das pessoas LGBTI+" (Junqueira, 2022, p. 167), os dois parlamentares dessa

pesquisa seguiram se construindo politicamente a partir de algumas dessas qualificações citadas. Contudo, não nos restringimos somente a essas pessoas envolvidas com o projeto reacionário de poder do discurso antigênero no país, porque “já era possível notar o gradual envolvimento de promotores e procuradores em favor dessa agenda. Esses atores, ao lado de outros, passaram a se mostrar ainda mais mobilizados durante e, sobretudo, após a eleição de Bolsonaro” (Junqueira, 2022, p. 177). Por essa razão, a justiça brasileira, em nome de algumas pessoas que exercem suas funções no poder, também contribuiu para o avanço da “ideologia no gênero”, como no caso do fornecimento de notificações extrajudiciais como já mencionadas anteriormente, documentos convergentes ao ESP (considerado inconstitucional pelo STF).

Portanto, na coexistência dos avanços democráticos dos últimos anos, verifica-se “um permanente empenho na desorganização do debate público, inclusive com ataques contínuos a [...] atores e instituições públicas, com o uso de termos como ‘parasitas’, ‘vagabundos’, ‘doutrinadores’, ‘escória maldita’” (Junqueira, 2022, p. 182). Mas, quem são esses atores e instituições públicas considerados inimigos e personificados a partir do discurso de ódio da extrema direita? O perfil é claro e específico: professor/a (muitas vezes das ciências humanas e sociais aplicadas) que proporciona reflexão crítica da realidade, universidades federais e estaduais públicas consideradas como “laboratórios de maconha”, artistas, jornalistas etc.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término dessa pesquisa, pude compreender que o objeto temático de análise me preencheu por camadas distintas, do “eu-professor” ao “eu-corpo-abjeto”, tornando a escrita disruptiva diante da manutenção da norma, do sistema cisheteronormativo, da perseguição docente e do discurso de ódio.

Desde o início, quando pensei em investigar e analisar a “ideologia de gênero” no cenário catarinense, me coloquei num lugar de medo e insegurança, por tudo que o sintagma representa na sociedade e de que modo ele é usado como arma discursiva para ganho eleitoral. O pânico moral, a afirmação de que existe “doutrinação” nas escolas, a atuação de movimentos como o ESP e o antigênero, o interesse do extremismo, do fundamentalismo e do neoconservadorismo pela temática, foram (e são) estratégias políticas de poder.

Quando o objetivo da tese indicava a análise da “ideologia de gênero” no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), e como o sintagma foi apropriado por parlamentares catarinenses da extrema direita em seus primeiros mandatos, percebi que durante a pesquisa ele constantemente se reinventava, mas são com as eleições que ele chega com força no cenário público.

Defendi a tese e que foi demonstrada pela análise das fontes de que os discursos públicos e virtuais dos parlamentares catarinenses, Margareth Goldman e Samuel Gottfried, sobre “ideologia de gênero”, reforçaram a atuação do sintagma no poder legislativo. Dessa maneira, envolto de fundamentalismo e neoconservadorismo pelo viés do movimento Escola sem Partido e antigênero, existe uma contribuição desses parlamentares para afetar o campo educacional com projetos de lei, especialmente o público, e violentar as práticas pedagógicas plurais, democráticas, laicas, republicanas. Eles contribuíram para o fomento de delações de professores e professoras que abordam gênero e sexualidade na sala de aula. Essa era uma das hipóteses da tese, cuja verificação foi comprovada pelas publicações-denúncias. Outra hipótese confirmada foi a emissão do discurso de ódio pelo ESP, onde por um tempo em SC, uma parlamentar fez com que o seu projeto de lei pudesse ser sancionado pelo governador e se tornasse a lei 18.637/2023, cuja inconstitucionalidade em 2025 foi aprovada pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Um dos grandes desafios da pesquisa foi lidar com as fontes digitais, considerando uma possibilidade metodológica e uma contribuição para a HTP. Ao ter um arquivo pessoal no formato de fonte digital, tracei novos caminhos para as análises. Propus quadros que facilitaram a compreensão dos descritores, identifiquei nas redes sociais digitais dos parlamentares um campo fértil de busca de fontes para o ofício historiográfico, percebi a institucionalização legislativa do sintagma “ideologia de gênero”, culminando em perseguição docente no Estado de Santa Catarina. Nesse sentido, a pesquisa contribui com outros estudos sobre o fenômeno da perseguição docente no Brasil.

Essa investigação mostrou que há interesses pessoais, político-partidários e ideológicos de parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina nas tentativas de retirada dos temas de gênero e sexualidade do território escolar catarinense, sendo uma pauta que os coloca no poder e os legitima para a manutenção de um sistema de opressão e violência no cenário público. Ao afirmarem que professores e professoras doutrinam estudantes pelo caminho da “ideologia de gênero’, na realidade esses políticos querem negar a diversidade de gênero e sexual na escola e não inferir ao Estado o compromisso de criar condições, ou seja, políticas públicas para a garantia da cidadania para todas as pessoas.

Assim, indiquei no contexto da escrita/pesquisa que os Estudos de Gênero divergem daquilo que os movimentos ESP e antigênero chamam de “Ideologia de Gênero”, além de perceber a apropriação e consolidação do sintagma em Santa Catarina entre os anos de 2018 e 2022, entre recuos e avanços temporais. Ao analisar as publicações-denúncias no *Instagram* de dois deputados estaduais bolsonaristas, consegui compreender que existe um método persecutório à diversidade sexual e os interesses desses parlamentares em retirar temas de gênero e sexualidade dos documentos que regem a educação catarinense, como no caso do Currículo Base do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019).

Esse movimento da “ideologia de gênero” não subtrai ou deslegitima as resistências criadas por outros parlamentares da Alesc, mesmo sendo uma pequena parcela, em promover a educação democrática em Santa Catarina.

No sentido político, a “ideologia de gênero” marcou profundamente as disputas eleitorais dos últimos anos, desde a emergência do falacioso “kit gay”

em 2011, cujo resultado correspondeu a uma solicitação de uma parte da sociedade que não queria abrir mão de seus privilégios de classe e gênero. Assim, não dá de desassociar o governo do ex-presidente Bolsonaro entre 2019 e 2022, hoje condenado pela 1ª turma do STF[68], da implementação da "ideologia de gênero" como política de governo e que se orientava para manter o discurso de ódio como marca do sintagma à diversidade.

Simultaneamente, o contexto político catarinense contribuiu para a legitimação e acolhimento do enredo da "ideologia de gênero", ora via projetos de lei, ora em publicações-denúncias. Existem elementos históricos catarinenses que fazem com que o Estado se diferencie dos outros, cuja identidade imaginada, a imigração, o sentimento nacionalizador, o culto à Pátria, o cidadão disciplinado e cívico, adquirem moralidade e espiritualidade (Silva, 2014).

Dessa forma, uma das mais notáveis instituições públicas que sentiu os efeitos corrosivos do sintagma foi a escola e os sujeitos diversos, nesse caso, a escola pública.

No sentido educacional, essa pesquisa evidenciou os efeitos da "ideologia de gênero", cujo transcorrer mantém o binarismo de gênero, sustenta as expectativas sociais de gênero para meninos e meninas entre os mundos azul e rosa, cerceia o debate e as práticas pedagógicas que versam sobre a temática da educação sexual na formação dos sujeitos, desmantela a educação democrática. A educação democrática, em particular o ensino de História, estão sob ataque. Nas minhas análises, compreendi que os movimentos ESP e o antigênero criaram a figura fantasmagórica do/a professor/a inimigo/a (da família, da Igreja) e doutrinador/a, para imporem as suas ideologias na escola. Diante das acusações falsas, dos processos administrativos disciplinares sem indícios de verdade, da construção de uma narrativa do ódio sobre os/as docentes, notoriamente percebem-se as marcas profundas de violências nas vidas desses sujeitos, tendo como um dos sintomas a "ideologia de gênero", que tem contribuído para o adoecimento e a autocensura de professores e professoras. Para isso, as categorias que caminharam comigo transcorreram Gênero (Scott, 1990; 2012; Piscitelli, 2009; Bortolini, 2023; Pedro, 2011),

[68] No dia 11 de setembro de 2025, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, foi condenado a 27 anos e 3 meses de regime fechado por tentativa de golpe de Estado em 2022.

Discurso de Ódio (Butler, 2021; 2024) e Educação Democrática (Penna, Fernando et al., 2018; Laval; Vergne, 2023).

Em toda a minha vivência docente, pude experimentar as dores e as delícias de atuar com e a partir da educação democrática: da perseguição ao reconhecimento público através dos projetos em sala de aula; das violências à liberdade de pensar, ser e existir no território escolar. E para resistir e sobreviver no território escolar, onde os desgastes na solução de conflitos e no adoecimento de professores e professoras por tantos fatores (psicológicos, materiais, financeiros etc.) são vários, procurei, no decorrer dessa pesquisa, ajuda psicológica para lidar com ameaças e violências (ora verbais, ora virtuais) e conviver com o luto familiar, fazendo terapia mensal.

Ao potencializar a escrita com reflexões sobre o meu “eu-professor”, fui (e continuo a ser) atravessado também por uma educação, especialmente no ensino de História, que preza a diversidade como princípio formativo. Não há educação democrática na escola pública sem a presença de estudantes e professores/as negros/as, pessoas com deficiências, LGBTQIA+, imigrantes etc.

A responsabilidade ética dessa pesquisa, que também é uma contribuição para a história do tempo presente, versou também sobre o ofício do historiador do tempo presente: dos eventos não finalizados, do tempo em movimento, das testemunhas vivas, do existir em consonância com o debate científico produzido pela humanidade, das memórias e subjetividades. Ser um historiador do tempo presente é ter o compromisso com a pesquisa e com a produção de conhecimento, produzindo novas contestações e abordagens historiográficas diante do objeto de estudo, temático e temporal, cujos séculos XX e início do XXI apresentam novas narrativas para futuros históricos.

Dessa forma, além de compreender a problemática da “ideologia de gênero”, abrem-se novos caminhos para provocar debates e contribuir com políticas públicas que estejam ancoradas nos princípios constitucionais, como a laicidade do Estado, a liberdade de ensinar e das concepções pedagógicas. Outras pesquisas podem se ancorar na historiografia do tema e compreender como o sintagma tem se apresentado em sua localidade, indicando o regional para o global como ponto de partida; ou como o sintagma tem se repaginado nacionalmente em esfera política e ideológica, atuando na perseguição de professores/as. São contribuições que podem estimular a História e a Educação.

Para não finalizar, pretendeu-se com essa pesquisa na realidade educacional catarinense que os sintomas do fenômeno da perseguição docente e da censura aos temas de gênero e sexualidade são notáveis nesse Estado. A nova era o Brasil “menino veste azul e menina veste rosa” se efetivou como discurso de ódio à diversidade sexual e de gênero em Santa Catarina. Professores/as estão sendo censurados/as, delatados/as por defenderem a educação democrática. Muitos/as estão em silêncio por medo de retaliações públicas e virtuais. O pânico moral paira no território catarinense. Que essa investigação possa ser lida e apropriada por todas as pessoas que desejam a educação democrática no Estado. Que o movimento “ideologia de gênero” e ESP sejam combatidos com políticas públicas eficazes em defesa da educação democrática, cujo ensino de História se faz atuante.

A História contra a censura! A História liberta!

REFERÊNCIAS

ABIA et al (org.). **Ofensivas antigênero no Brasil**: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social, 2021. Disponível em: <Relatório-ofensivas-final.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

AMADO, Guilherme; LIMA, Bruna. Feliciano, Kicis e Eduardo se calam sobre aliado suspeito de pedofilia. **Metrópoles**, 13 abr. 2022. Disponível em: <Feliciano, Kicis e Eduardo se calam sobre aliado suspeito de pedofilia (metropoles.com)>. Acesso em: 07 jun. 2022.

AQUINO, R.; MOURA, F. Breve histórico das leis de censura na educação: os projetos Escola sem Partido e antigênero (2014-2020). In: CARREIRA, D.; LOPES, B. (org.). **Gênero e educação:** ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação. São Paulo: Ação Educativa, 2022. p. 38-44.

AÇÃO EDUCATIVA. **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

BALISCEI, João Paulo. **Não se nasce azul ou rosa, torna-se:** cultura visual, gênero e infâncias. 1 ed. Salvador: Devires, 2021.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994.

BOLSONARO, Jair. A covardia do MEC na ideologia de gênero. **Youtube**, 23 jun. 2015. Disponível em: **<**(12) A COVARDIA DO MEC NA IDEOLOGIA DE GÊNERO - YouTube**>**. Acesso em: 07 abr. 2022.

BORTOLINI, Alexandre. **É pra falar de Gênero Sim:** Fundamentos legais e científicos da abordagem de gênero na educação. [s.n.] Brasília, 2023.

BRACKE, Sara; PATERNOTTE, David. **¡Habemus Género! La iglésia católica y ideologia de género:** textos seleccionados. BRACKE, Sara; PATERNOTTE, David (Org.). Rio de Janeiro: Género & Política en América Latina, 2018. Disponível em: < HABEMUS GENERO LA IGLESIA CATOLICA Y IDEOLOGIA DE GENERO.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. **Atlas da violência 2023.** BUENO, Samira, CERQUEIRA, Daniel (Org.). Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: < 9350-

223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf (ipea.gov.br)>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017.** Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Ministério Público Federal. Brasília DF: CFP, 2018. Disponível em: < Relatório-da-Inspeção-Nacional-em-Comunidades-Terapêuticas.pdf (cfp.org.br) >. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 de mar. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019. Disponível em: D10004 (planalto.gov.br). Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. **Guia de Comunicação Visual Escolas Cívico-Militares**. Ministério da Defesa. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191661-guia-de-comunicacao-visual-ecm-v2-compressed-1-2&category_slug=2020&Itemid=30192 Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. **Programa nacional das escolas cívico-militares:** diretrizes das escolas cívico-militares. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. **Manual de Taxonomia de Direitos Humanos.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. [2022]. Disponível em: <01_MANUAL_TAXONOMIA_A5.pdf (www.gov.br)>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: MEC. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (2014-2024). Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** STF amplia proteção da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos do sexo masculino, travestis e transexuais. Portal

STF, 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-amplia-protecao-da-lei-maria-da-penha-a-casais-homoafetivos-do-sexo-masculino-travestis-e-transexuais/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** Supremo reconhece união homoafetiva. Portal STF, 2011. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931&ori=1>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.** Portal STF, 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Conheça os vencedores da 21ª edição do Prêmio Direitos Humanos.** Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 18 dez. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2015/dezembro/conheca-os-vencedores-da-21a-edicao-do-premio-direitos-humanos. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE).** Resultados — Eleições 2022. Disponível em: https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e545;uf=sc;ufbu=sc/resultados. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL PARALELO. **Brasil paralelo.** [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/. Acesso em: 14 jul. 2025.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da Educação Sexual no Brasil:** apontamentos para reflexão. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. SBRASH - Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, 29(1), p. 49-56, 2018. Disponível em: < história da educação sexual.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble** Feminism and the Subversion of Identity. New York; London: Routledge, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Judith Butler: the backlash Against “gender ideology” must stop. **NewStatesman.** 2019. Disponível em:

<https://www.newsstatesman.com/2019/01/judith-butler-backlash-against-gender-ideology-must-stop>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio:** uma política do performativo. Traduzido por Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero.** São Paulo: Editora Unesp, 2022

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frente Parlamentar Mista Cristã e em Defesa da Religião.** 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54402-integra.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sessão plenária de 14 de junho de 2023**. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=101.2023&nuQuarto=3009980&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=17:28&sgFaseSessao=BC&Data=14/06/2023. Acesso em: 13 fev. 2025.

CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard. "'Ideologia de gênero': notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo". **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, nº 3, p. 725-747, set./dez. 2017. Disponível em: < genealogia da IDEOLOGIA DE GÊNERO - ARTIGO.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CAPITAL, Carta. MP abre investigação contra Gabriel Monteiro por vídeo acariciando criança de 10 anos. **Carta Capital**, 12 abr. 2022. Disponível em: <MP abre investigação contra Gabriel Monteiro por vídeo acariciando criança de 10 anos - CartaCapital>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 33-39.

CARTA CAPITAL. **Ex-ministro da Educação de Bolsonaro é denunciado por homofobia.** Carta Capital, 24 de março. 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/ex-ministro-da-educacao-de-bolsonaro-e-denunciado-por-homofobia/. Acesso em: 26 mar. 2025.

CARREIRA, Denise. **Gênero e educação:** ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação. CARREIRA, Denise; LOPES, Bárbara (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2022. Disponível em: <Livro-2022_GÊNERO-E-EDUCAÇÃO-ofensivas-reacionárias-resistências-democráticas-e-anúncios-pelo-direito-humano-à-educação - ACAO EDUCATIVA.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CARVALHO, Gabriela Dutra de et al. **Dicionário de educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades.** 1. ed. - Florianópolis: UDESC,

2019. Disponível em: <DICIONARIO DE EDUCACAO SEXUAL.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil Contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 41-45.

CATIE, Talita. Mais oito escolas cívico-militares são anunciadas para SC; veja as cidades. **NSC Total**, 11 jan. 2022. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/noticias/mais-oito-escolas-civico-militares-sao-anunciadas-para-sc-veja-as-cidades. Acesso em: 20 dez. 2022.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Governamento e Pânico Moral:** corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. Educar em Revista, Curitiba, n. 66, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/ scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000400141>. Acesso em: 16 set. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CIDADANIA. Líder bolsonarista é condenado à prisão por pedofilia. **Blog da Cidadania**, 16 out. 2019. Disponível em: <Líder bolsonarista é condenado à prisão por pedofilia - Blog da Cidadania>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CONGREGATION FOR THE DOCTRINE OF THE FAITH. **Letter to the Bishops of the Catholic Church on the Pastoral Care of Homosexual Persons.** Roma, 01 out. 1986. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html. Acesso em: 03 fev. 2025.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, p.185-206.

COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o “cidadão de bem”?. **Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**, p. 1-10. 2021. Disponível em: < SciELO - Brasil - Quem é o “cidadão de bem”? Quem é o “cidadão de bem”?>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CREATION STUDIES INSTITUTE. **Creation Studies Institute**. Disponível em: http://www.creationstudies.org/. Acesso em: 12 set. 2023.

CURSOLOGY. **Clube Antifeminista**. Disponível em: https://www.cursology.com.br/cursos/feminismo/. Acesso em: 12 set. 2023.

CUSTÓDIO, Edson. **DAMARES:** “Menino veste azul e menina veste rosa. Uma nova era?”. Youtube, 03 jan. 2019. Disponível em: <DAMARES:" Menino veste Azul e menina veste Rosa. Uma Nova Era? - YouTube>. Acesso em: 05 abr. 2022.

DE ALMEIDA, Fábio Chang. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **Revista Aedos**, *[S. l.],* v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776. Acesso em: 24 set. 2025.

DEBARBIEUX, E. “Violência nas escolas”: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (org.). **Violência nas escolas e políticas públicas.** Brasília: Unesco, 2002.

DUTRA, Roberto; PESSÔA, Karine. Guerras culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano XIII, n.39, Janeiro/Abril de 2021. Disponível em: Vista do Guerras culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. Acesso em: 11 fev. 2025.

EDUCALAR. **Educalar:** Educação Domiciliar Cristã - Homeschooling e Afterschooling. Disponível em: https://www.educalar.com.br/. Acesso em: 06 set. 2023.

EDY, Tia. Deus nunca errou – Tia Edy (Clipe Oficial). **Youtube**, 21 abr. 2021. Disponível em: < Deus nunca errou-Tia Edy (clipe oficial) - YouTube>. Acesso em: 07 out. 2023.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault:** um pensador do presente. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

EMICIDA: Amarelo – **É tudo pra ontem**. Produção de Laboratório Fantasma. Rio de Janeiro: Netflix, 2020. Disponível em: <Emicida: AmarElo - É Tudo Pra Ontem | Site oficial da Netflix>. Acesso em: 03 fev. 2023.

EMICIDA. Emicida – AMAReLO (Sample: Belchior – Sujeito de Sorte) part. Majur e Pabllo Vittar. **Youtube**, 25 jun. 2019. Disponível em: Emicida - AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Majur e Pabllo Vittar - YouTube. Acesso em: 07 fev. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Anteprojeto de Lei Federal:** institui o “Programa Escola sem Partido”, 2018. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido. org/pl-federal>. Acesso em: 1 maio 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Notificação extrajudicial**. 23 mai. 2024. Instagram: @escolasempartidooficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7UPTBEON7A/?igsh=ZzZmZmR3ZGdrOTJq>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação.** Porto Alegre: AMGH, 2010.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** Cadernos Pagu (26), p. 201-223, 2006. Disponível em: <quem é o pedofilo - artigo de Jane Felipe.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

FELIPE, Jane; SEFFNER, Fernando. **Educação, gênero e sexualidade**: (im)pertinências. In: FELIPE, J.; SEFFNER, F. (Org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

FERNANDES, Robson Ferreira. **Entre resistência democrática e ofensiva conservadora:** fontes e subjetividades do projeto "Gênero e Diversidade na Escola" (2015-2016). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2021. Disponível em: <PPEH0026-D.pdf (ufsc.br)>. Acesso em 13 jun. 2022.

FERNANDES, Robson Ferreira; MARQUES, Elionay Rodrigues; SILVA, Janine Gomes da. A ameaça do discurso da "ideologia de gênero" no ensino de História. In: PAIM, E. A.; BITTENCOURT, J.; SILVA, M. M. da (Org.). **A pesquisa no Profhistória:** entre lugares, saberes e sujeitos. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, p. 181-204.

FERNANDES, Robson Ferreira. O que pode um cartaz discente sobre gênero e sexualidade falar resistir? Possibilidades de uma educação democrática e laica. In: BITTENCOURT, J.; FELIPPE, A. do P.; FERNANDES, R. F.; et al (Org). **Diálogos formativos:** ProfHistória e o Programa Rede de Saberes. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 109-131.

FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018080. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080. Acesso em: 2 abr. 2023.

FERREIRA, Mauricio dos Santos; Traversini, Clarice Salete. **A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013.

FILHO, João. **Arautos do Evangelho:** a seita aliada de Bolsonaro agora na mira da justiça. [2022]. Disponível em: <Arautos do Evangelho: a seita aliada de Bolsonaro (theintercept.com)>. Acesso em: 01 mai. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 16/09/2019.

FORUM, Revista. Pedófilo que abusou de 60 vítimas é bolsonarista, de família evangélica e defende o regime militar. **Revista Forum**, 31 jul. 2020. Disponível em: <Pedófilo que abusou de 60 vítimas é bolsonarista, de família evangélica e

defende o regime militar | Revista Fórum (revistaforum.com.br)>. Acesso em 07 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. São Paulo: Edições Graal, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. [16ª edição, 1997]

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "sem" partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. FRIGOTTO, G. (Org.) 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2019.

GAYSCONSBRASIL. Perfil no Instagram**. Instagram:** @gaysconsbrasil. Disponível em: https://www.instagram.com/gaysconsbrasil/. Acesso em: 9 out. 2025.

GÊNERO E EDUCAÇÃO. **Mais do que uma hashtag, vidas negras importam.** Disponível em: https://generoeeducacao.org.br/mude-sua-escola-tipo/materiais-educativos/plano-de-aula/mais-do-que-uma-hashtag-vidas-negras-importam/. Acesso em: 06 mar. 2023.

GLOBO. Bom Dia Santa Catarina: Alunas relatam assédio em escola cívico-militar de Florianópolis [vídeo]. **Globoplay**, 2022. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/10950244/. Acesso em: 24 dez. 2022.

GOES, Marcos Paulo. **Sodoma brasileira:** Governo Federal premia escola que ensina para crianças que ser gay é ter amor. Libertar [blog]. 12 dez. 2015. Disponível em: < http://www.rainhamaria.com.br/Pagina/18877/Sodoma-brasileiraGoverno-Federal-premia-escola-que-ensina-para-criancas-que-ser-gay-e-ter-amor >. Acesso em: 19 ago. 2022.

GOLDMAN, Margareth. Ideologia de gênero contra a biologia. **Youtube**, 05 set. 2019. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=5fCfupnMsHk >. Acesso em: 07 abr. 2022.

GOLDMAN, Margareth. Vítimas da Ideologia de Gênero. **Youtube,** 04 jun. 2019. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=c6w-4mi1RSc >. Acesso em: 07 abr. 2022.

GOLDMAN, Margareth. **A ALESC pode destravar a pauta do Ensino Domiciliar em SC.** 03 fev. 2021. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CK1-RM9HmpW/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **Sou pré-candidata a deputada estadual pelo PSL em SC.** 27 mai. 2018. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/BjSMF7QhEwO/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **Live "Roda Bixa".** 19 mai. 2021. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CPEyPXRnofx/ >. Acesso em: 08 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **"Especialistas" defendem a sexualização infantil?** 27 mai. 2021. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CPYkZAEnIUa/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **Projeto avançou!** 27 out. 2021. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CViIxMDrt43/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **Querem as almas dos seus filhos.** 29 jul. 2021. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CR7qP0cnh4k/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **Publicação de Olavo de Carvalho sobre Julio.** 02 ago. 2018. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/Bl-15JFhUZ3/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **Utilização da camiseta do Bolsonaro pela deputada.** 31 out. 2018. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/Bplq9yzn9xs/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOLDMAN, Margareth. **Bolsonaro, Marielle e a Doutrinação.** 10 nov. 2020. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CHblV9yHyRO/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOTTFRIED, Samuel. **Vitória! Homeschooling aprovado em SC. Agora as famílias educadoras estarão respaldadas pela lei.** 27 out. 2021. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CVi4p0ht8Rv/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GOTTFRIED, Samuel. **Ministro da Educação diz que filmar aula é direito do aluno.** 30 abr. 2019. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/Bw4i0IinPDH/ >. Acesso em: 07 set. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes:** escritos de 1917. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Amostra - Características gerais da população, religião e deficiência. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia. Acesso em: 17 fev. 2025.

INSTITUTO Semesp. **Risco de "apagão" de professores no Brasil** – Déficit de professores na educação básica pode chegar a 235 mil em 2040. São

Paulo: Semesp, 2022. Disponível em: https://www.semesp.org.br/pesquisas/risco-de-apagao-de-professores-no-brasil/. Acesso em: 12 set. 2025.

JABONKLA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea:** manifesto pelas ciências sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

JUNIOR, Antonio José Fontoura. **Pedagogias da sexualidade e relações de gênero:** os manuais sexuais no Brasil (1865-1980). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Curitiba, 2019. Disponível em: <Pedagogias da sexualdiade e relações de gênero - Tese de Antonio.pdf>. Acesso em 10 out. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero":** a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política, Vol.18., Nº 43. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero":** um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A "ideologia de gênero" existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 135-140.

KATECHESIS. **Katechesis.** [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.katechesis.com.br/. Acesso em: 07 fev. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2014.

LARROSA, Jorge & RECHIA, Karen C. **P de Professor.** São Carlos: Pedro & Jorge Editores, 2018.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática:** a revolução escolar iminente. Tradução de Fabio Creder. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

LEAL, Nathalia Costa; ZOCCAL, Sirlei Ivo Leito; SABA, Marly; BARROS, Claudia Renata dos Santos. A questão do gênero no contexto escolar. **Leopoldianum**, ano 43, nº 121, 2017.

LEITE, Vanessa. Infância e juventude no Brasil em tempos de conservadorismos: por entre dinâmicas de poder envolvendo expressões de gênero e sexualidade. In: CALEGARE, Fernanda Priscila Pereira; NEVES, André Luiz Machado das; SILVA, Iolete Ribeiro da. (Org.). **Gênero, sexualidade e trajetórias de escolarização.** 1. ed. Salvador, BA: Devires, 2022, p. 43-64.

LONGO, Ivan. **Bolsonarista é preso sob acusação de tentar estuprar criança de 10 anos no vestiário do Flamengo.** [2022] Disponível em: <Bolsonarista é preso sob acusação de tentar estuprar criança de 10 anos no vestiário do Flamengo | Revista Fórum (revistaforum.com.br)>. Acesso em: 07 jun. 2022.

LOPES, Alice Casimiro. *et al*. **Os gêneros da escola e o impossível silenciamento da diferença no currículo.** Recife: Ed. UFPE, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 1-18, 2017. Disponível em: <O discurso cristão sobre a IDEOLOGIA DE GENERO - MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MAHARA, Alanis. Pânico moral, de Stanley Cohen, e as fake news. **Com Ciência**, 17 jul. 2023. Disponível em: https://www.comciencia.br/panico-moral-de-stanley-cohen-e-as-fake-news/. Acesso em: 14 out. 2023.

MANUAL DE DEFESA CONTRA A CENSURA NAS ESCOLAS. **Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas.** 2022. Disponível em: https://www.manualdedefesadasescolas.org.br/. Acesso em: 01 abr. 2023.

MAPCHART. Brazil – Municipalities (municípios*)*. **MapChart**, 2025. Disponível em: https://www.mapchart.net/brazil-municipalities.html. Acesso em: 12 set. 2025.

MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo "ideologia de gênero". **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 70 (no.spe.): 117-131, 2018. Disponível em: <Análises críticas para desmontar o termo ideologia de gênero - Giovanna Marafon.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, 18(43), p. 573-586, 2018. Disponível em: <Discursos ultraconservadores idelogia de genero e educação - Amana Rocha Mattos.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MATUOKA, Ingrid. As diferenças entre escola militar, cívico-militar e pública. **Centro de Referências em Educação Integral**, 18 set. 2019. Disponível em: www.educacaointegral.org.br/reportagens/as-diferencas-entre-escola-militar-civico-militar-e-publica/ Acesso em: 13 dez. 2022.

MELK, Tia Silvaninha e a turma do. Obra perfeita do Criador (contra a Ideologia de Gênero). **Youtube**, 06 nov. 2018. Disponível em: < Lyric video-Obra perfeita do Criador(Contra ideologia de gênero)-Silvaninha - YouTube>. Acesso em: 10 out. 2023.

MENDONÇA, Amanda; PASSOS, Pâmela. **O professor é inimigo!** Uma análise sobre a perseguição docente no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

MENEZES, Rafael Danrley Barra de. **A emergência da "ideologia de gênero" no pleito eleitoral de 2018:** da análise do discurso político às vozes de docentes de ciências humanas da educação básica. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2021.

MENIN, Assis Felipe. **Do global ao local, a onda conservadora sai do "armário"?:** o debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/264125/PICH0274-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 27 nov. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". **Cadernos pagu** (53), 2018. Disponível em: <Exorcizando um fantasma - Richard Miskolci.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MOURA, Rayane. Escola cívico-militar é uma opção para todo o país? Veja prós e contras. **Ecoa, UOL**, 03 dez. 2020. Disponível em: www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/03/escola-civico-militar-e-uma-opcao-para-todo-o-pais-veja-pros-e-contras.htm Acesso em: 13 dez. 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Minha utopia selvagem:** um manifesto. 1. ed. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA EDUCADORAS/ES [ONVE]. **Um estudo quantitativo sobre a perseguição de educadoras/es no Brasil.** Niterói: ONVE, 2025. (Ameaças à educação democrática, Vol.1)

OLIVEIRA, G. P.; CARNEIRO, M. G. G.; LUZ, W. B.; PINHO, B. B. B. PECIM: um modelo de gestão escolar de excelência para a educação básica. In: OLIVEIRA, G. P. de; OLIVEIRA, C. L. (Org.). **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados:** relatos e experiências de gestores, pesquisadores e educadores das escolas cívico-militares. Brasília: IBICT, 2022, p. 15-41.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. **Gênero e sexualidade na TV Escola:** cartografias de um currículo. 2011. 278 f., il. Tese (Doutorado em História).

Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: < 2011_RosanaMedeirosdeOliveira (1).pdf>. Acesso em 22 maio 2023.

OLIVETTO, Daniel. **Criança Viada Show:** projeto Ações para Reexistir. Disponível em: https://www.acoesparareexistir.com/criancaviadashow. Acesso em: 08 set. 2023.

PACIEVITCH, Caroline; PEREIRA, Nilton Mullet. Linhas de criação em uma aula de história: o paradoxo do pensamento diante do dispositivo de banalização. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/LXNHs3N3VkM7TdRXFKKX7KN/?lang=pt. Acesso em: 17 jul. 2025.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **A influência do Movimento Escola Sem Partido no debate educacional brasileiro:** da suposta neutralidade a defesa do homeschooling (2004-2020). Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Marechal Cândido Rondon, 2021. Disponível em: < Tese - A influência do Movimento Escola Sem Partido (MESP) no debate educacional brasileiro - Gabriel de Abreu.pdf>. Acesso em 10 jun. 2022.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi - Revista de História**, v. 12, p. 270-283, 2011.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 109-113.

PENNA, Fernando. **Sobre o Ódio ao Professor** (Entrevista com Fernando Penna). Movimento Revista de Educação, Niterói, v. 2, n. 3, p. 294-301, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32570/18705>. Acessado em: 17 out. 2020.

PENNA, Fernando et al. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocesso. In: PENNA, F.; QUEIROZ, F.; FRIGOTTO, G. (Org). **Educação democrática:** antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2018.

PENNA, Fernando; AQUINO, Renata; MOURA, Fernanda. Propondo uma definição de perseguição a educadoras(es) baseada na educação democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, e274629, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/hbhChqZNXvVr33ct6R8nKHn . Acesso em: 09 set. 2025.

PESSOA, Fernanda. **Caça às bruxas na educação brasileira:** Casos de perseguição de docentes e a inconstitucionalidade destas ações. Portal

Catarinas, 30 ago. 2022. Disponível em: <Caça às bruxas na educação brasileira | Portal Catarinas>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade.** São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

POPEBENEDICTXVI.BLOGSPOT. **Popebenedictxvi** [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://popebenedictxvi.blogspot.com/. Acesso em: 03 fev. 2025.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio:** crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. Disponível em: <Guerra cultural e retorica do odio-cronicas de um brasil pos-politico - Joao Cezar de Castro Rocha.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo:** da guerra cultural ao terrorismo doméstico: Retórica do ódio e a dissonância cognitiva coletiva. 1.ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégias de mémória e mitologias políticas. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 16, 2004, p. 59-92. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167017772004. Acesso em: 26 set. 2025.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo:** notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>. Acessado em: 22 out. 2020.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. 1989. Disponível em: < CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1989 (alesc.sc.gov.br) >. Acesso em: 14 abr. 2024.

SANTA CATARINA. **Proposta de Emenda Constitucional** (PEC) 0011.1, de 03 de setembro de 2019. Dispõe sobre a alteração do inciso IV do artigo 164 da Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina. Secretaria do Estado de Educação, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense:** caderno 1 – disposições gerais. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense:** caderno 2 – formação geral básica. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense:** caderno 3 – portfólio de trilhas de aprofundamento. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em : < https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-%20territorio-catarinense/1620-curriculo-base-ed-infantil-e-ens-fundamental-de-sc/file>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTA CATARINA. **Proposta de Emenda Constitucional** (PEC) 0011.1, de 03 de setembro de 2019. Dispõe sobre a alteração do inciso IV do artigo 164 da Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Projeto de lei** (PL) nº 0356.4, de 19 de novembro de 2020. Dispõe sobre medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Projeto de lei** nº 0491.0, de 21 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a vedação da instalação, da adequação e do uso comum de banheiros por pessoas de sexos diferentes, em locais administrados direta ou indiretamente pelo Poder Público Estadual ou Municipal. Disponível em: < Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Indicação** (IND) 0199.7, de 29 de março de 2022. Dispõe sobre a abertura de um Processo Disciplinar em face do servidor de Jaraguá do Sul, Escola de Educação Básica Euclides da Cunha, flagrado doutrinando e debochando do regime disciplinar da escola onde atua. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Moção** (MOC) 0406.0, de 16 de maio de 2022. Dispõe sobre o repúdio à UFSC ter realizado um evento sobre ideologia de gênero no Centro de Ciências Biológicas. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Moção** 0484.3, de 07 de junho de 2022. Dispõe sobre o repúdio ao diretor da Escola Municipal Maria Dutra Gomes ter proporcionado palestras sobre ideologia de gênero aos alunos. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Requerimento** (RQS) 1566.5, de 24 de outubro de 2022. Dispõe sobre a solicitação à direção da Escola de Educação Básica Tiradentes, de Porto Belo, informações da disciplina Mulheres no Território Catarinense. Disponível em:< Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Pedido de Informação** (PIC) 0434.8, de 22 de novembro de 2022. Dispõe sobre a solicitação ao Secretário de Estado da Educação informações acerca do comportamento do Professor de Sociologia da Escola de Educação Básica Princesa Isabel localizada no Morro da Fumaça. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Projeto de lei** nº 0178.4, de 19 de maio de 2021. Dispõe sobre proibir a utilização de verba pública no âmbito da Estado de Santa Catarina em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes e dá outras providências. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Projeto de lei** nº 0213.1, de 10 de junho de 2021. Dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia, de material que contenha alusão a orientação sexual e gênero ou a movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Pedido de Informação** 0602.6, de 06 de setembro de 2021. Dispõe sobre o pedido de informação ao Secretário de Estado da Educação acerca do ocorrido na Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva, onde uma professora utilizou o tempo de aula para passar conteúdos sobre sexo, transgêneros e homossexuais. Disponível em: < Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Projeto de lei** nº 0310.1, de 18 de agosto de 2021. Dispõe sobre a alteração do Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017. Disponível em:

<Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Requerimento** 0106.0, de 16 de outubro de 2022. Dispõe sobre a solicitação solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do ocorrido na Escola de Educação Básica Wanderley Junior, em São José, onde uma professora fez apologia à prostituição, exposição da nudez e relações sexuais abertas e inconsequentes. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Projeto de lei** nº 0206.2, de 15 de junho de 2022. Dispõe sobre o estabelecimento da promoção de ações que visem à valorização de homens e meninos e a prevenção e combate à violência contra os homens. Disponível em: <Proposição | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SASSINE, Vinicius. **Governo Bolsonaro registrou denúncias de 'ideologia de gênero' por dois anos.** [2022]. Disponível em: <Governo Bolsonaro registrou denúncias de 'ideologia de gênero' por dois anos (yahoo.com)>. Acesso em: 04 jun. 2022.

SCHELB, Guilherme. **Guilherme Schelb.** Disponível em: https://sites.google.com/view/guilherme-schelb/sobre. Acesso em: 06 set. 2023.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? Revista **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, Jan./Abr. 2016. Disponível em: <Genero e sexualidade - SEFFNER E PICHETTI.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

SEMINÁRIO MARTIN BUCER. **Seminário Martin Bucer**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://martinbucer.com/. Acesso em: 11 dez. 2025.

SILVA, Cristiani Bereta da. Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: ego-documentos e cultura escrita na história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 05–41, 2015. DOI: 10.5965/2175180307152015005. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307152015005. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Cristiani Bereta da. História nacional e a construção do "espírito brasileiro" (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940). In: SILVA, Cristiani Bereta da (Org). **Educar para a nação:** cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2014, p. 19-42.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão "ideologia de gênero". **Educação em Revista**, v. 34, p. 01-30, 2018. Disponível

em: EM BUSCA DE SIGNIFICADOS PARA A EXPRESSÃO ideologia de genero - IVANDERSON PEREIRA DA SILVA.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA, Jotaan. Policial é investigado por possível relacionamento com aluna de Colégio Militar em Blumenau. **O Município**, 28 nov. 2022. Disponível em: https://omunicipioblumenau.com.br/policial-e-investigado-por-suposto-relacionamento-com-aluna-de-colegio-militar-em-blumenau/. Acesso em: 24 dez. 2022.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva. **Dicionário de conceitos históricos.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, É. S. **História Oral e memória:** pensando um perfil de historiador etnográfico. Métis: história & cultura, v. 6, n. 12, p. 35–44, 2011.

SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Tradução: Ana Carolina E. C. Soares. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012

SOARES, Nana. Entenda como os ataques a gênero afetam o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). **Gênero & Educação**, 23 nov. 2021. Disponível em: https://generoeeducacao.org.br/entenda-como-os-ataques-a-genero-afetam-o-programa-nacional-do-livro-didatico-pnld/. Acesso em: 14 fev. 2023.

SOARES, Rejane. **Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero.** Escola sem Partido, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://escolasempartido. org/artigos-top/558- porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero>. Acesso em: 16 set. 2019.

SXPOLITICS. **Género y Política en América Latina**. 2019. Disponível em: https://sxpolitics.org/GPAL/. Acesso em: 19 fev. 2025.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 65-72.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista.** 3ª ed. Rio de janeiro: Record, 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Resultados do 2º turno – Eleições 2018**. TRE-SC, 2018. Disponível em: https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2018/resultados-do-2o-turno/resultado-final. Acesso em: 18 fev. 2025.

TRIO R3. Trio R3 – Nosso gênero vem de Deus (Clipe Oficial). **Youtube**, 05 mai. 2018. Disponível em: < TRIO R3 - Nosso gênero vem de Deus (Clipe Oficial) - YouTube>. Acesso em: 07 out. 2023.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** UNICEF Brasil. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 18 ago. 2023.

VERDADE, Apologista da. Música contra a Ideologia de Gênero (Guilherme Zamba - Deixem as crianças em paz). **Youtube**, 09 set. 2018. Disponível em: < Música contra a Ideologia de Gênero (Guilherme Zamba - Deixem as crianças em paz) - YouTube>. Acesso em: 06 out. 2023.

VIANA, Jefferson. **O Perigo da Ideologia de Gênero nas Escolas.** Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 18 jun. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal. org.br/blog/o-perigo-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 23 set. 2020.

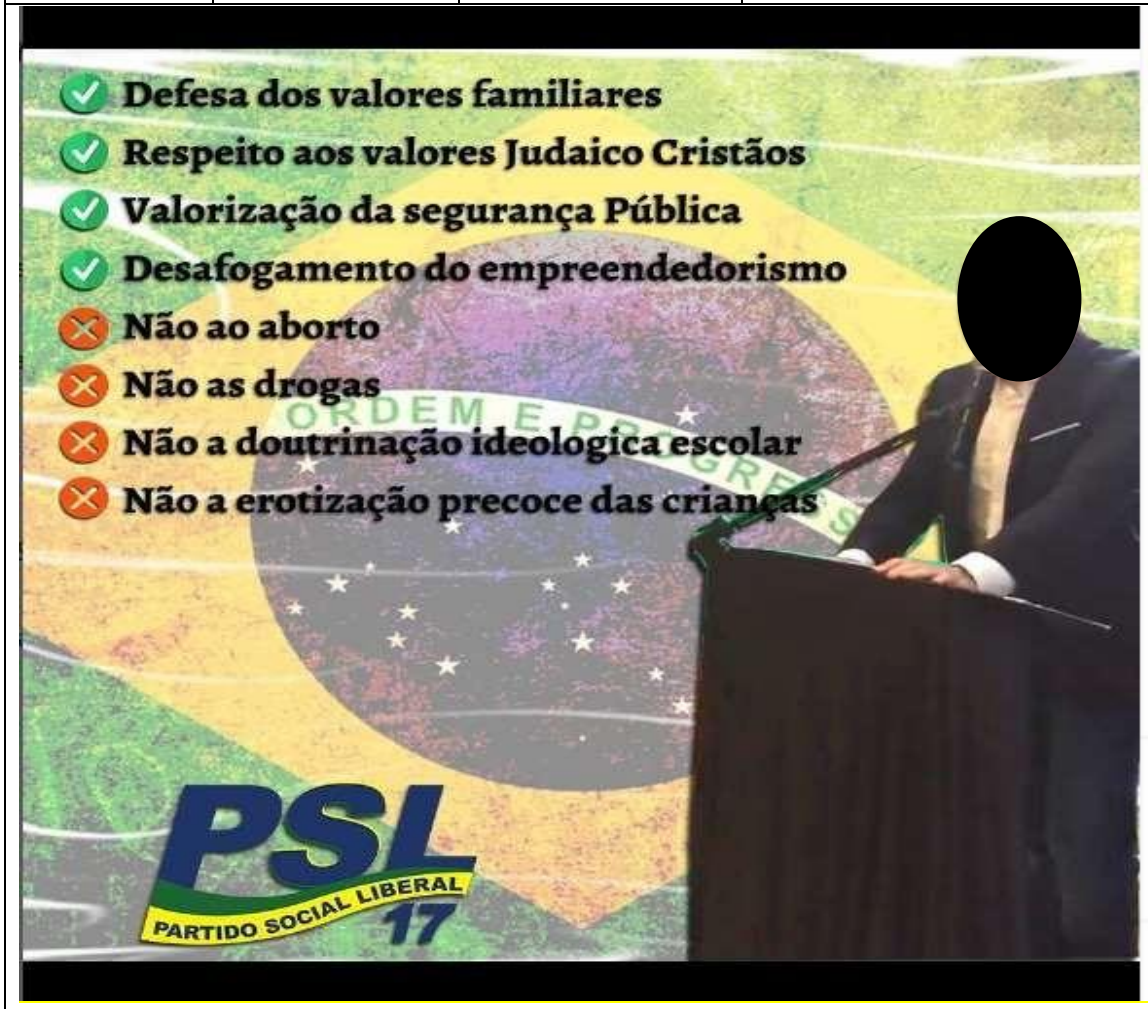
VIOMUNDO. Desmascarando “cidadãos de bem”, Amaury Ribeiro Jr. expõe pedófilos bolsonaristas e outros moralistas sem moral. **Diário da Resistência**, 28 ago. 2020. Disponível em: <Desmascarando "cidadãos de bem", Amaury Ribeiro Jr. expõe pedófilos bolsonaristas e outros moralistas sem moral - Viomundo>. Acesso em: 07 jun. 2022.

WATCH, Human Rights. **Relatório:** “Tenho medo, esse era o objetivo deles: esforços para proibir a Educação sobre Gênero e Sexualidade no Brasil”. São Paulo, 12 mai. 2022. Disponível em: < brazil_lgbt0522pt_web.pdf (hrw.org)>. Acesso em: 31 ago. 2022.

WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 123-145, jan./abr. 2018. Disponível em: < É-possível-ensinar-gênero-na-escola_-Análise-de-experiências-de-formação-em-gênero-sexualidade-e-diversidades-em-Santa-Catarina-1.pdf >. Acesso em: 01 abr. 2023.

ANEXO A - ACERVO DIGITAL: PUBLICAÇÕES-DENÚNCIAS

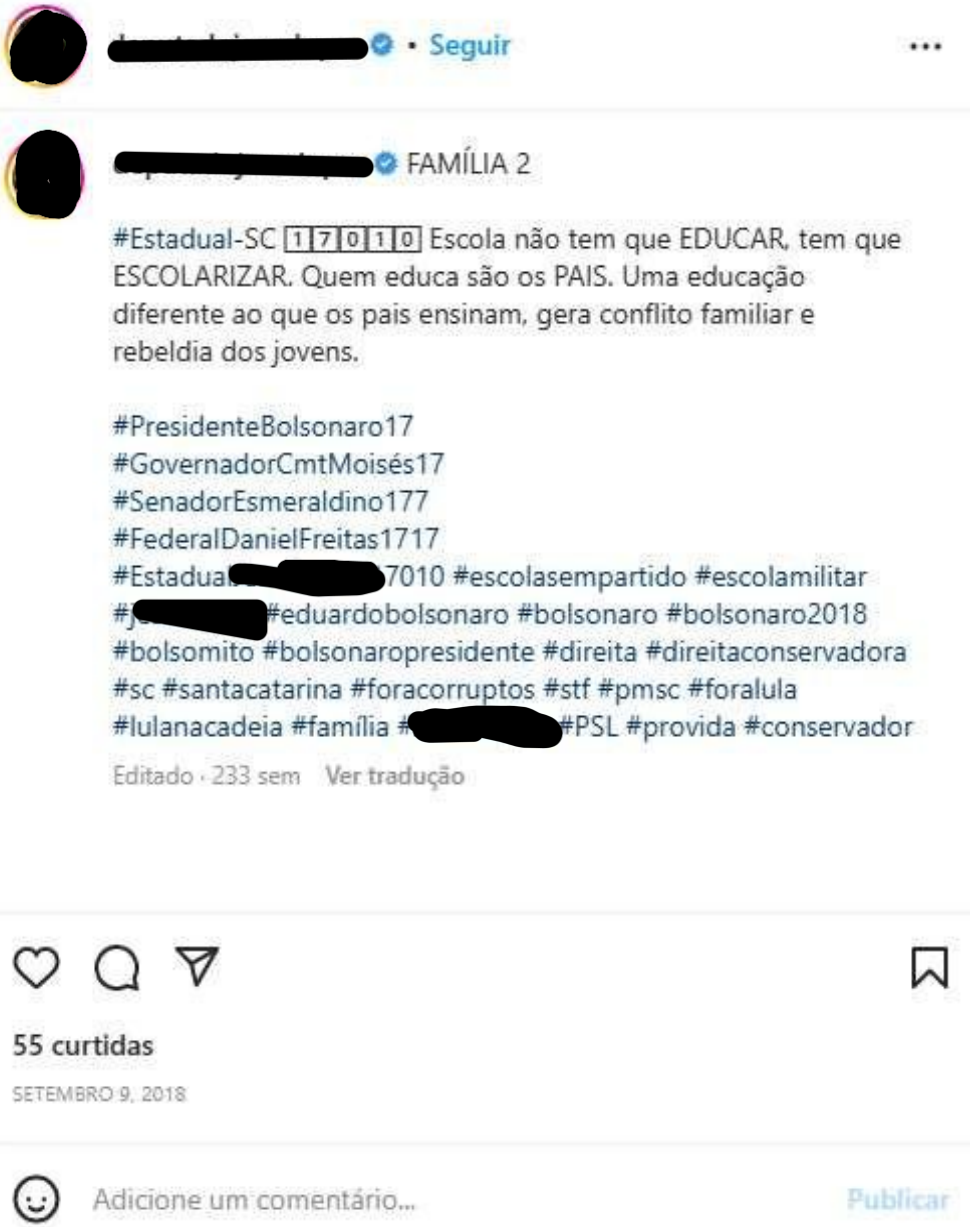
Deputado bolsonarista	Instituição de Ensino e a Cidade da Grande Florianópolis	Tema	Descrição na publicação-denúncia	Data da publicação
Deputado		Pauta de Campanha eleitoral	Pauta das eleições – primeira menção visual a "não a doutrinação ideológica escolar"	04/08/2018





Deputado		Pauta de Campanha eleitoral	Família – Atuarei efusivamente no combate a doutrinação ideológica que têm ocorrido sistematicamente nas mais de 6.500 instituições de ensino do nosso estado, situação abjeta, que afeta as relações familiares.	09/09/2018





Deputado		“Nova era Brasil!”	Vídeo – Novos rumos para o Brasil. Abençoe Deus, a nossa ministra dos direitos humanos Damares Alves. Ministra, vai daí que vou daqui.	03/01/2019





Deputado		Imagem sem legenda	“Bravo! Magnífico!”: arte; e “Absurdo!”: menino vestindo azul e menina vestindo rosa.	04/01/2019



Deputado		Vídeo	Vídeo – “Na luta por uma educação sem doutrinação, com a colega deputada Goldman”.	11/02/2019





Deputado		Vídeo	Vídeo – “Não existe doutrinação?”	29/04/2019



[redacted] • Seguir ...

[redacted] NÃO EXISTE DOUTRINAÇÃO?

Quando surgiu a ideia da Escola Sem Partido, apenas os doutrinadores uivaram de ódio. Não por acaso, estes estão sempre dispostos para em poucos minutos esculhambarem com o que os pais ensinam na teoria e na prática, a convivência e a prosperidade da vida real e não de utopias. O aparelhamento dos diversos setores públicos serve como financiamento para que professores tenham esse tipo de postura. A ausência da pluralidade de ideias é mera doutrinação!

#forçaeHonra #EscolaSemPartido #doutrinação #militância #esquerda #bolsonaro #conservador #defesadafamilia #liberal #liberalismo #contraprivilégios #deputadoestadualSC #PSL #coalizãoconservadora #SantaCatarina #ALESC #PMSC

Editado · 200 sem Ver tradução

[redacted] Vergonha!!!!!

199 sem Responder Ver tradução

1.187 visualizações

ABRIL 29, 2019

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Filmar o professor	O bom e o mau professor. Posicionamento sobre filmar as aulas dos professores.	30/04/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] **O BOM E O MAU PROFESSOR**

Nenhum professor deveria se ofender ou temer ser filmado em sala de aula. Afinal, deve orgulhar-se do seu trabalho que é importantíssimo para a formação dos alunos. Mas o professor que quer transformar o aluno numa réplica ideológica sua, ao invés de ensinar o conteúdo curricular, deve estar mesmo com medo e vai precisar confiscar câmeras e celulares dos alunos para esconder o seu delito. Como deputado, estou à disposição para quem quiser filmar o meu dia a dia na Assembleia e qualquer uma das reuniões que eu faça. Quem não deve não teme.

#ideologia #escola #filmarprofessor #escolasempartido #bolsonaro #defesadafamilia #liberal #liberalismo #contraprivilégios #deputadoestadualSC #coalizãoconservadora #SantaCatarina #ALESC #legislativo

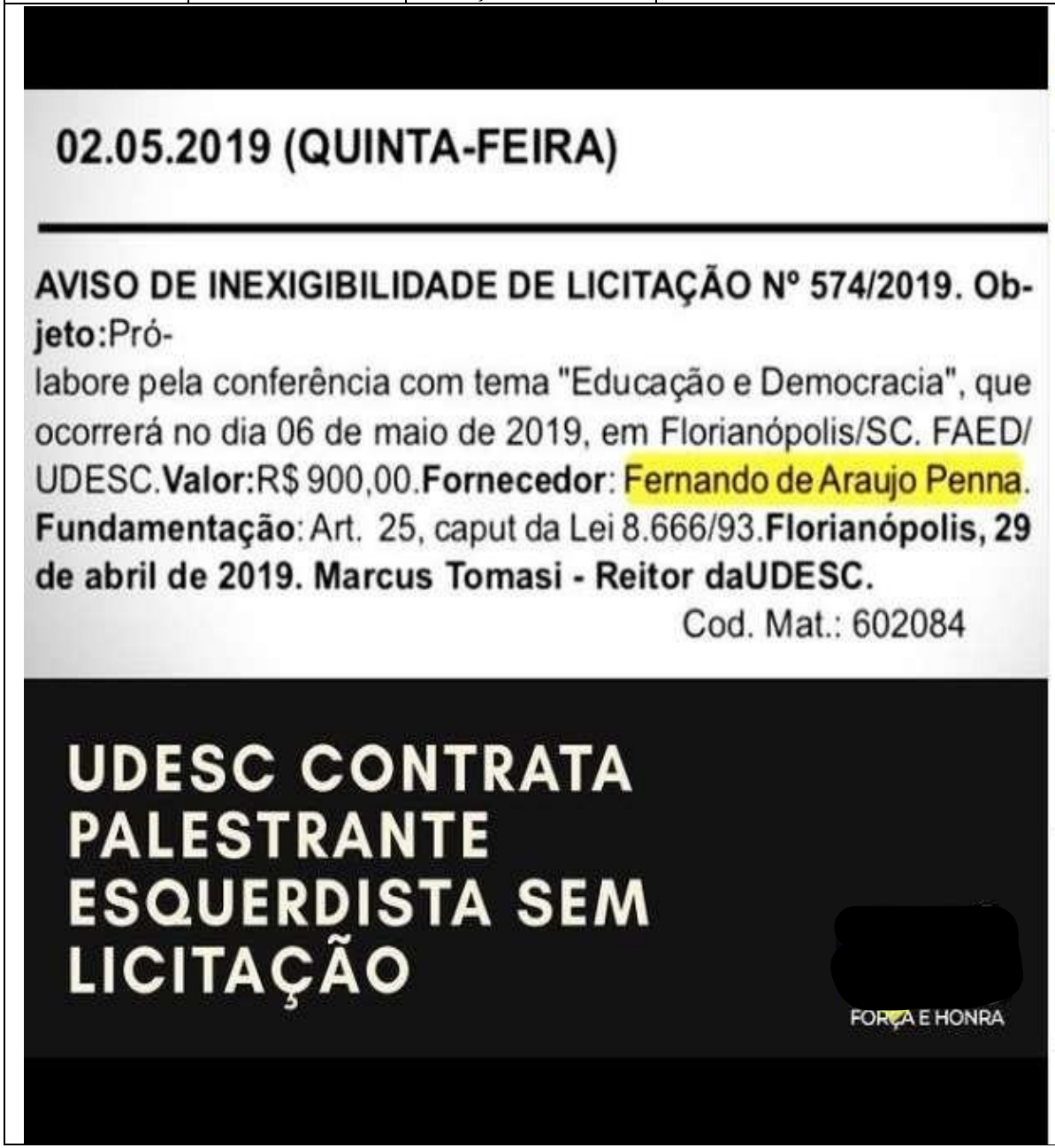
200 sem Ver tradução

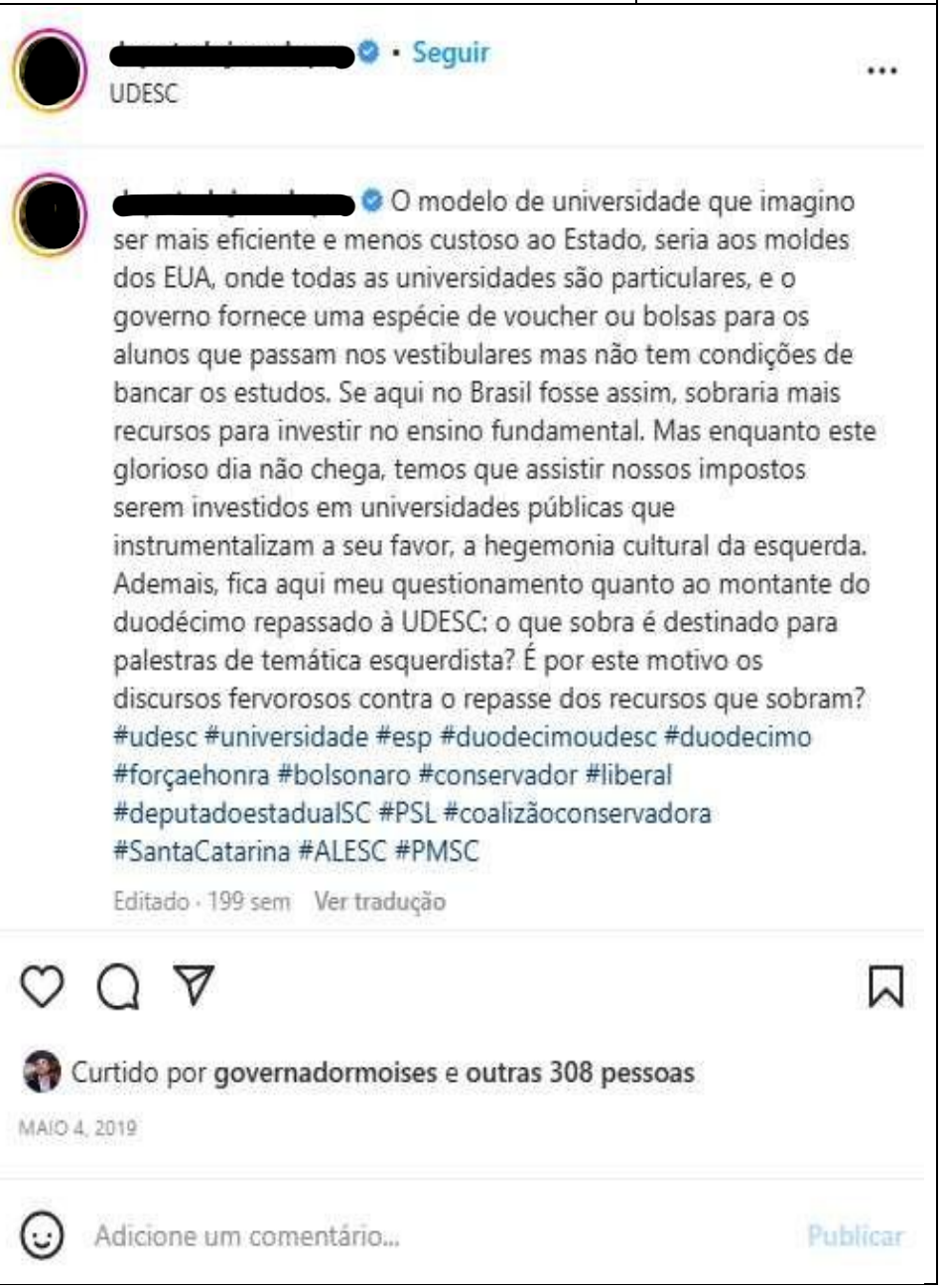
303 curtidas

ABRIL 30, 2019

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		UDESC contrata palestrante esquerdista sem licitação	Conferência com tema “Educação e Democracia” – Fernando de Araújo Penna	04/05/2019





Deputado		Caso do menino Rhuan	Vídeo – “Ideologia de gênero pode matar”	04/06/2019



[redacted] • Seguir
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc

[redacted] IDEOLOGIA DE GÊNERO PODE MATAR

O caso do menino Rhuan, de 9 anos, morto pela própria mãe e a companheira com quem vivia mostra o quão perigosa pode ser essa crença irracional de que ninguém nasce homem ou mulher e que somos "construídos" pelas preferências e desejos. A mãe de Rhuan, que era homossexual, já torturava o menino há um ano, o que culminou na tentativa de uma cirurgia caseira de mudança de sexo. Mas o STF está querendo criminalizar quem discorda de ideias que chegam nesse nível de barbaridade.
#jesselopes #rhuan #ideologiadegenero #forçaehonra #bolsonaro #conservador #liberal #deputadoestadualSC #PSL #coalizãoconservadora #SantaCatarina #ALESC #pmsc

Editado · 195 sem Ver tradução

[redacted] #CasoRhuan #Rhuan #Assassinado #Multilado #Esquartejado #Pela #Mãe #Menino #Criança #Vitima #ideologiadegênero #ideologia #De #Gênero #LutoRhuan #imprensaesquerda

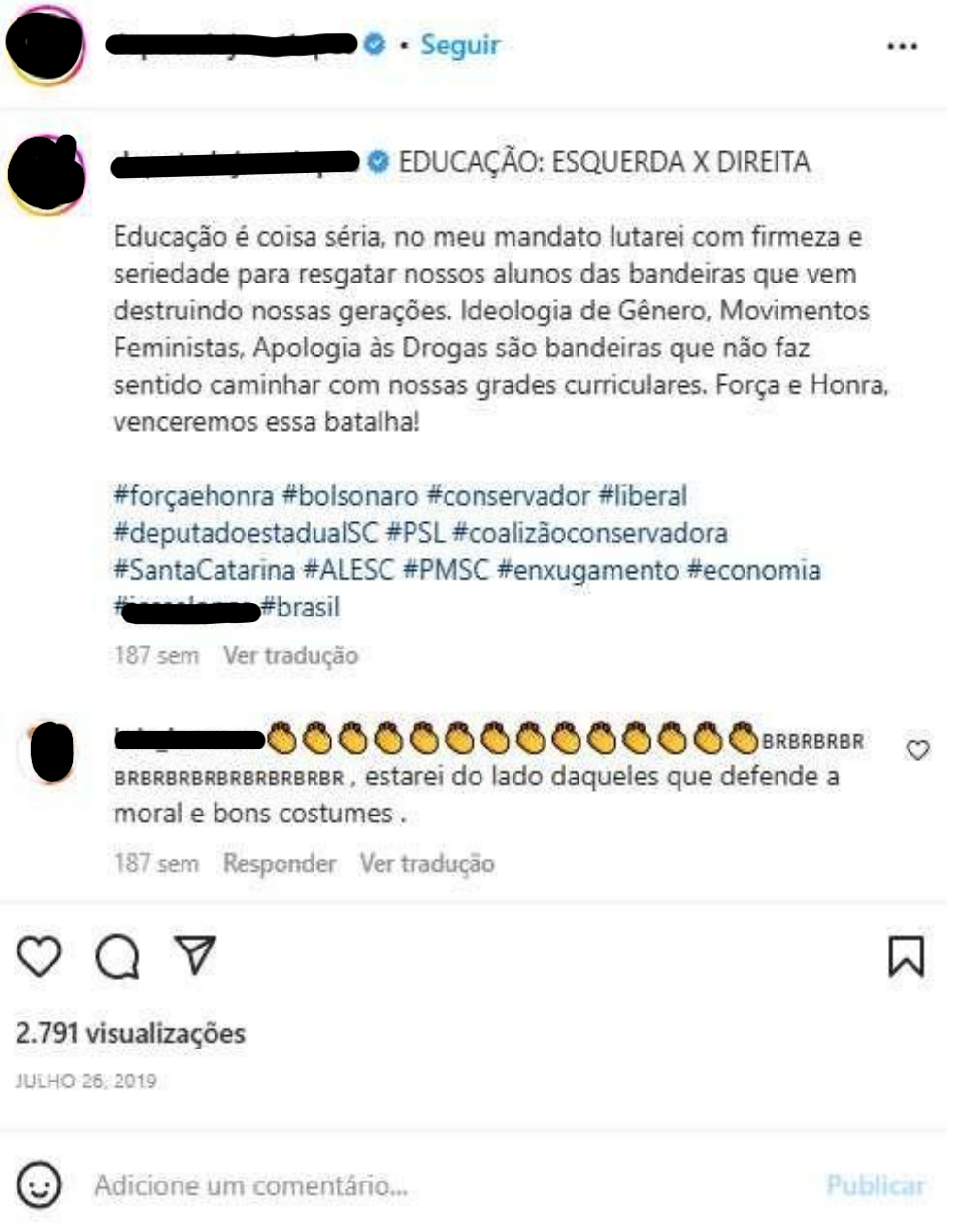
404 curtidas

JUNHO 4, 2019

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Educação: Esquerda X Direita	Vídeo – "Ideologia de gênero não faz sentido caminhar com nossas grades curriculares"	26/07/2019





Deputado		Moção de Repúdio	Vídeo – “Moção de repúdio ao projeto de lei 3.369/2015 – novas famílias”. Fala que é um projeto de lei da Pedofilia e Incesto.	21/08/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] Ontem apresentei na sessão da Assembleia Legislativa uma moção de repúdio ao projeto de lei 3.369/2015 do PCdoB que em síntese quer legalizar a pedofilia e o incesto dentro de um estatuto que dizem ser as novas regras das famílias do século XXI.

Alguns deputados se mostraram revoltados com minha moção, o resultado vocês podem confirmar nesse vídeo.

Agradeço a colega e amiga [redacted] pelo apoio a moção

Editado · 184 sem Ver tradução

[redacted] Absurdo !!!

183 sem Responder Ver tradução

[redacted] 👏👏👏👏

184 sem Responder

4.073 visualizações

AGOSTO 21, 2019

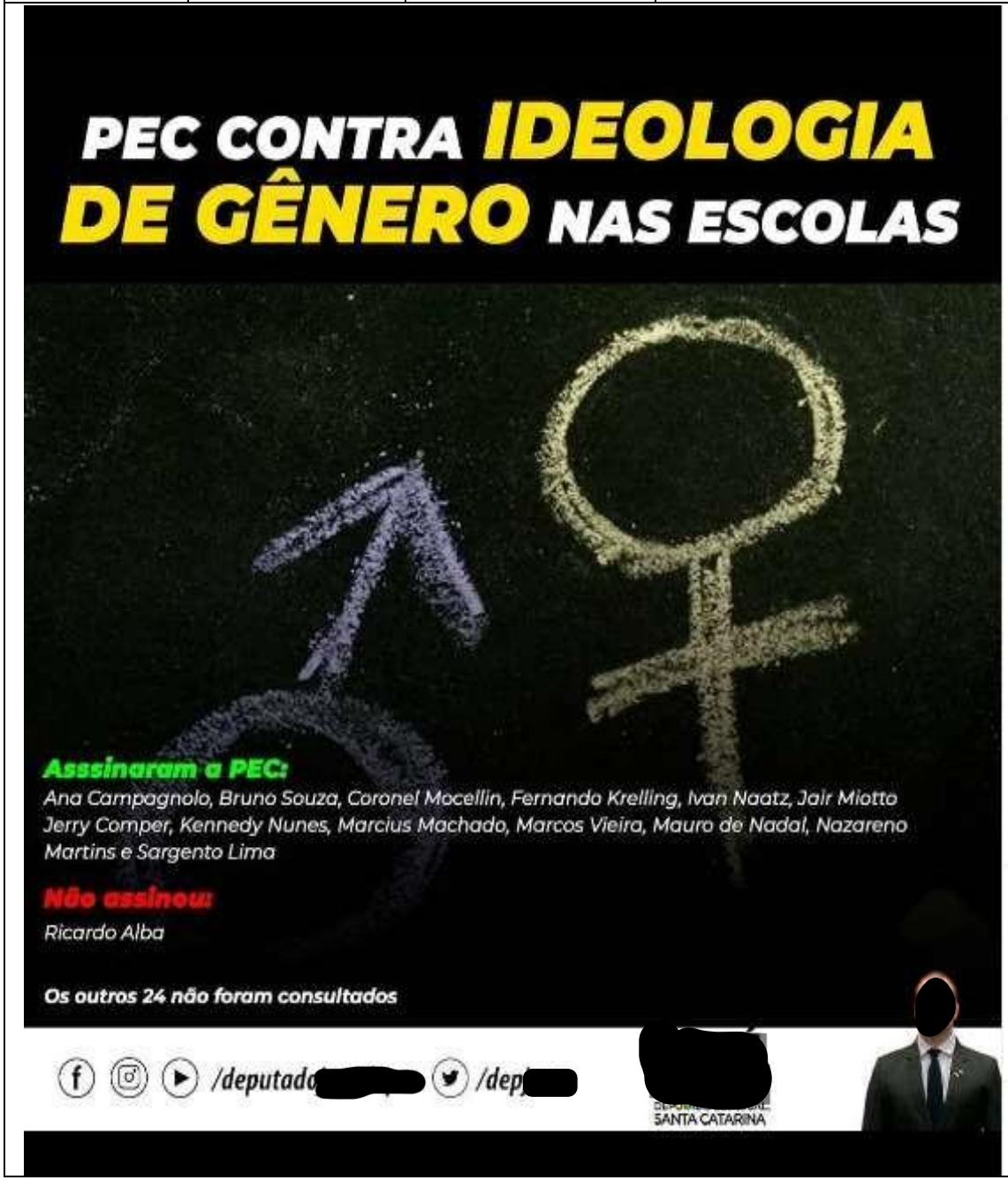
Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Ideologia de Gênero em SC	Vídeo – “Sobre ideologia de gênero em nosso estado”. Sobre o termo no currículo.	27/08/2019

[redacted]

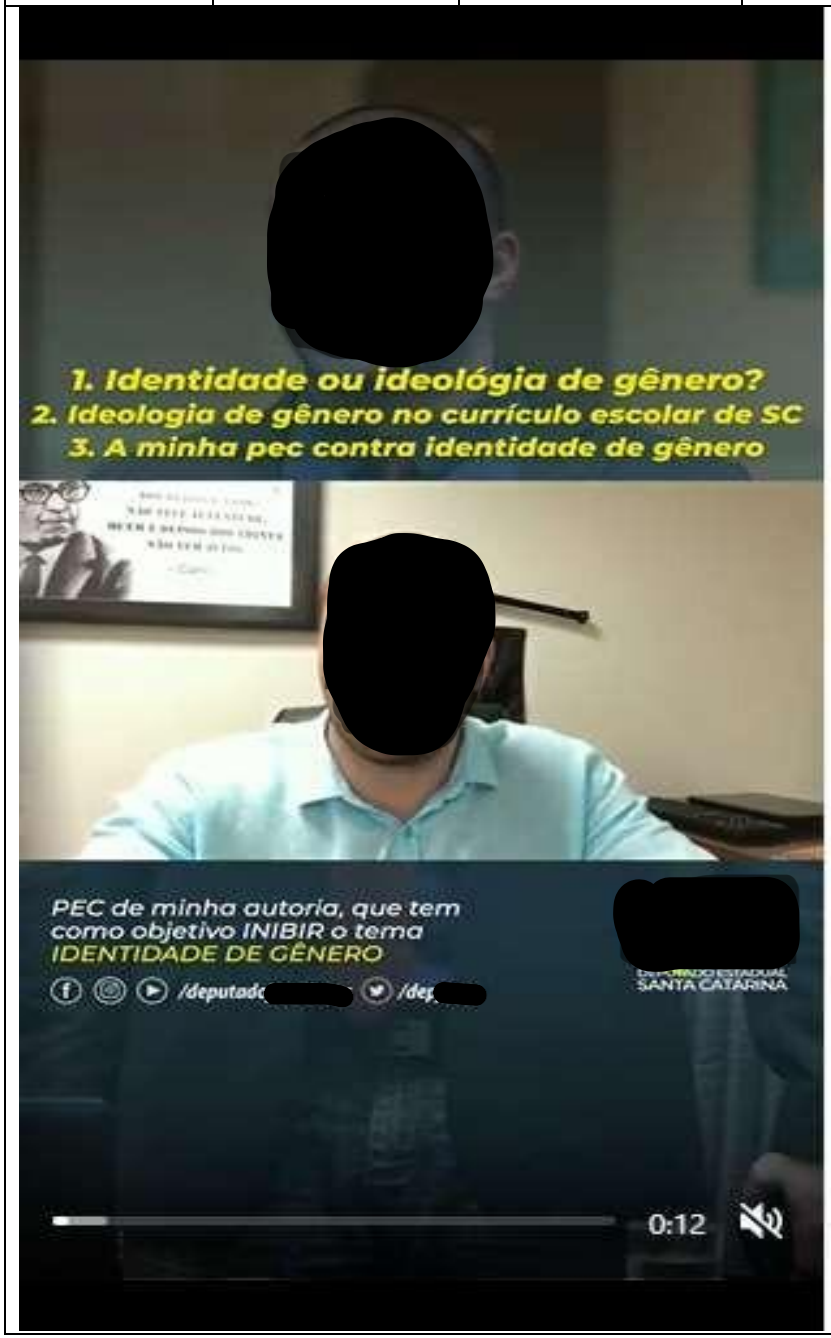


Deputado		PEC contra a Ideologia de Gênero nas escolas	"Protocolamos hoje uma Emenda Constitucional, de minha autoria, que tem como objetivo INIBIR o tema IDENTIDADE DE GÊNERO para o ensino básico e fundamental nas escolas estaduais de Santa Catarina"	28/08/2019





Deputado		PEC contra a Ideologia de Gênero nas escolas	Vídeo, onde o deputado responde alguns questionamentos sobre a PEC.	29/08/2019





Deputado		Motivos de desavenças com o Governador Moisés	“Não tratou o fim da ideologia de gênero em SC como prioridade de mandato na educação”	09/09/2019

[redacted]

O GOVERNADOR de SC, por não ter gostado das minhas CRÍTICAS e SUGESTÕES, considera que hoje, sou alguém que NÃO MERECE ser recebido por ele. Abaixo, os seguintes MOTIVOS que levaram nossas desavenças:

1-Quando ele criticou o Bolsonaro e o pessoal da "arminha" na Folha de São Paulo, como protesto botei seu retrato de "castigo";
2-Quando fui contra o aumento dos impostos dos defensivos agrícolas;
3-Por eu ter sugerido a implosão da ponte Hercilio Luz após liberado mais um aditivo;
4-Quando o critiquei por ter sido elogiado no Carta Capital, site de extrema esquerda;
5-Por eu pedir transparência nos gastos das casas oficiais e sugerir que as vendessem;
6-Por eu combater a obrigatoriedade das câmeras em policiais.
7-Não tratou o fim da ideologia de gênero em SC como prioridade de mandato na educação.

Esses são meus únicos pontos de divergência com o Governo do Estado. Estou errado? Se eu estiver errado, me corrijam.

[redacted]

[redacted] • Seguir ...

[redacted] Velha política!!! 😖😖😖
181 sem Responder Ver tradução

[redacted] Sinceramente estou arrependida de ter votado neste governador Moisés uma baita decepção lamentável usou o partido do Bolsonaro pra se eleger.
181 sem Responder Ver tradução

[redacted] Referente a camera sou a favor! Mas confesso que gostaria de um governador um pouco mais radical... Que não fizesse muitas amizades e sim ações! @governadormoises
181 sem Responder Ver tradução

erlaine.campos Misericórdia nesse governador
181 sem Responder Ver tradução

[redacted] Super certo. Agora me parece que o

779 curtidas

SETEMBRO 9, 2019

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Ideologia de Gênero na NSC	Vídeo do Jornal do Almoço NSC "Agradeço a oportunidade da breve participação no programa para a divulgação da minha PEC, contra a ideologia de gênero"	09/09/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] Diariamente enfrentamos a militância progressista travestida de igualdade de minorias, a imprensa "politicamente correta" contribui nessa batalha. Apesar disso, agradeço a oportunidade da breve participação no programa para a divulgação da minha PEC, contra a ideologia de gênero.

181 sem Ver tradução

[redacted] "Especialistas na área" . Quem? A professora de história??

181 sem Responder Ver tradução

[redacted] Nossa Deputado, complicado isso hein! Essa gente quer empurrar goela abaixo! Nós conservadores da extrema direita repudiamos! Vamos lutar até a ultima gota de sangue pela moral e os bons costumes BR

181 sem 1 curtida Responder Ver tradução

[redacted] Perguntam para os especialistas petistas

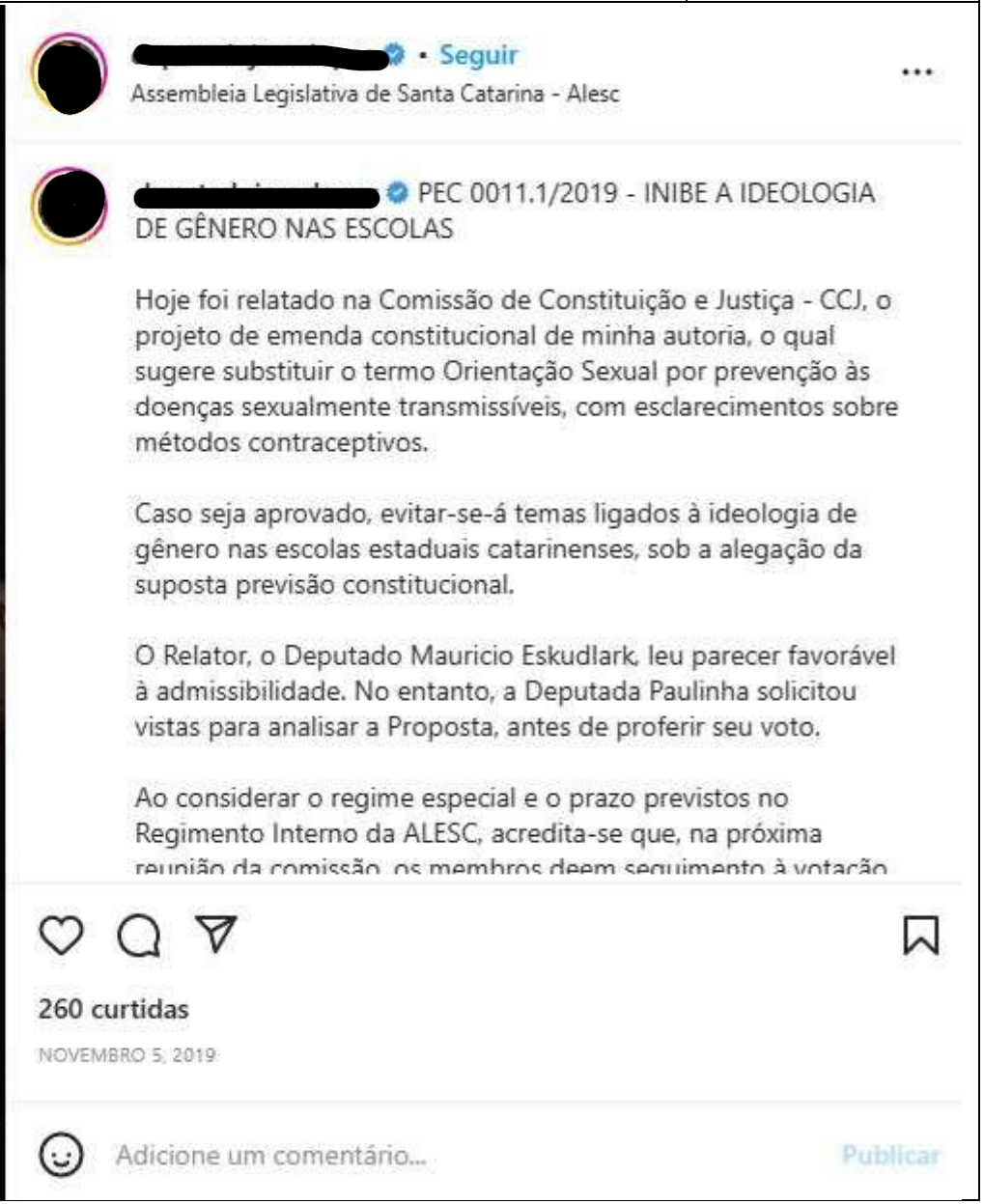
5.101 visualizações

SETEMBRO 9, 2019

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Votação na CCJ – PEC do deputado contra a Ideologia de Gênero	PEC 0011.1/2019 – Inibe a ideologia de gênero nas escolas. “Hoje foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, o projeto de emenda constitucional de minha autoria, o qual sugere substituir o termo Orientação Sexual por prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, com esclarecimentos sobre métodos contraceptivos”	05/11/2019



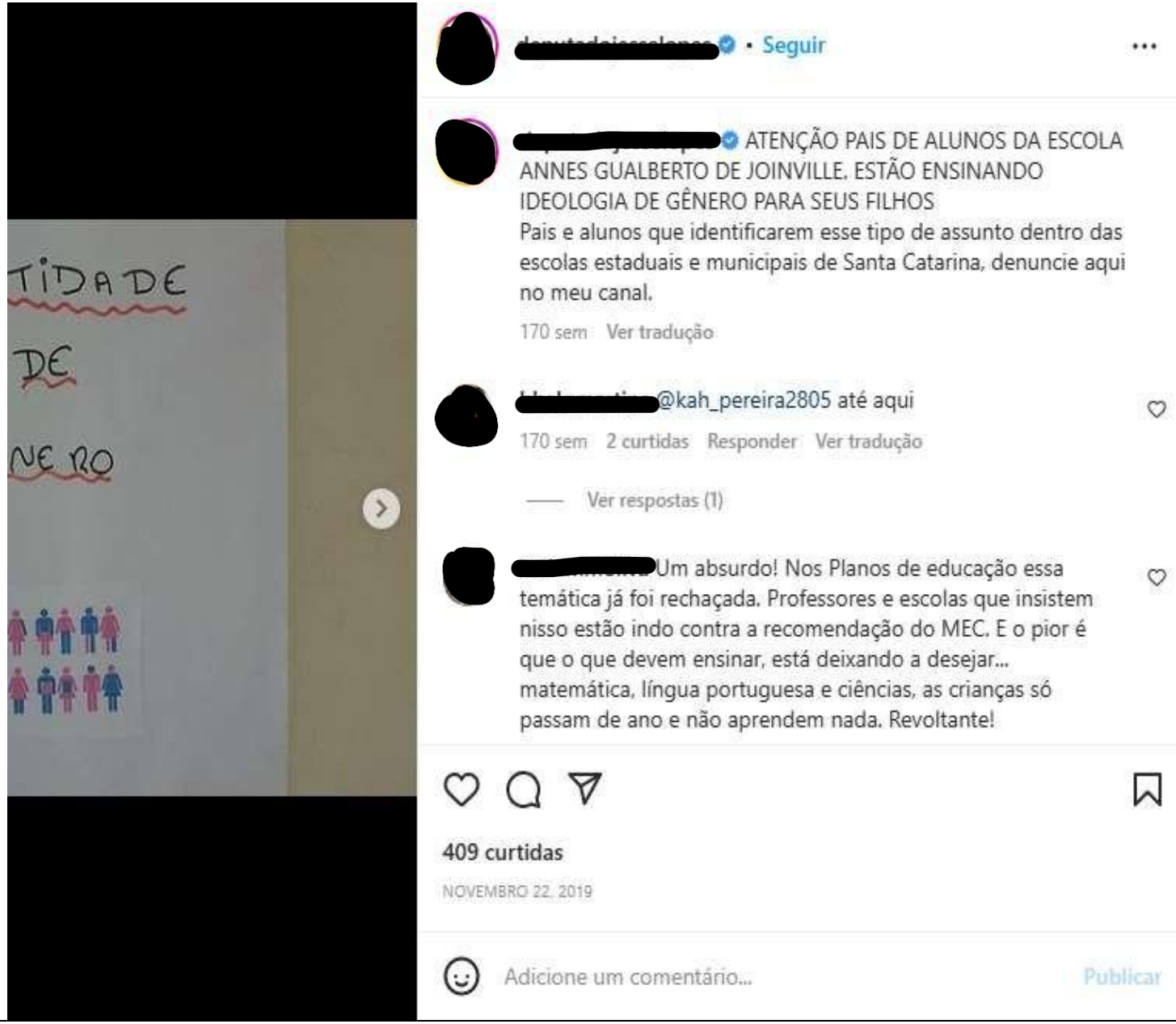


Deputado		Palestra LGBT em Içara com apoio da prefeitura	"Moção à Prefeitura de Içara, repudiando o III Encontro Regional de Direitos Humanos e Diversidade, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde de Içara"	14/11/2019





Deputado	Escola Annes Gualberto - Joiville	Ideologia de Gênero para estudantes	Fotos - “ATENÇÃO PAIS DE ALUNOS DA ESCOLA ANNES GUALBERTO DE JOINVILLE. ESTÃO ENSINANDO IDEOLOGIA DE GÊNERO PARA SEUS FILHOS. Pais e alunos que identificarem esse tipo de assunto dentro das escolas estaduais e municipais de Santa Catarina, denuncie aqui no meu canal”.	22/11/2019



Deputado		Doutrinação na escola	“Absurdo!” Atividade escolar que faz ligação de Bolsonaro com o nazismo. Deputado pede para denunciar no whatsapp dele essas práticas.	06/12/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] ABSURDO!!! Bolsonaro Nazista? Queremos explicações!!! A escola municipal Avelino Biscaro, da cidade SALTO VELOSO, meio-oeste CATARINENSE. Segundo denúncias, um professor declaradamente PETISTA, promoveu este trabalho CRIMINOSO em sala de aula. Esperamos que este professor seja duramente repreendido e queremos explicações da diretoria!!! Doutrinação, Balbúrdia e depredação de escolas e universidades públicas?? DENUNCIE no meu WHATS: 48 991532148

Editado · 168 sem Ver tradução

[redacted] Como Papa, que ele não se encaixaria!!!

163 sem Responder Ver tradução

[redacted] Você que lute

163 sem 2 curtidas Responder Ver tradução

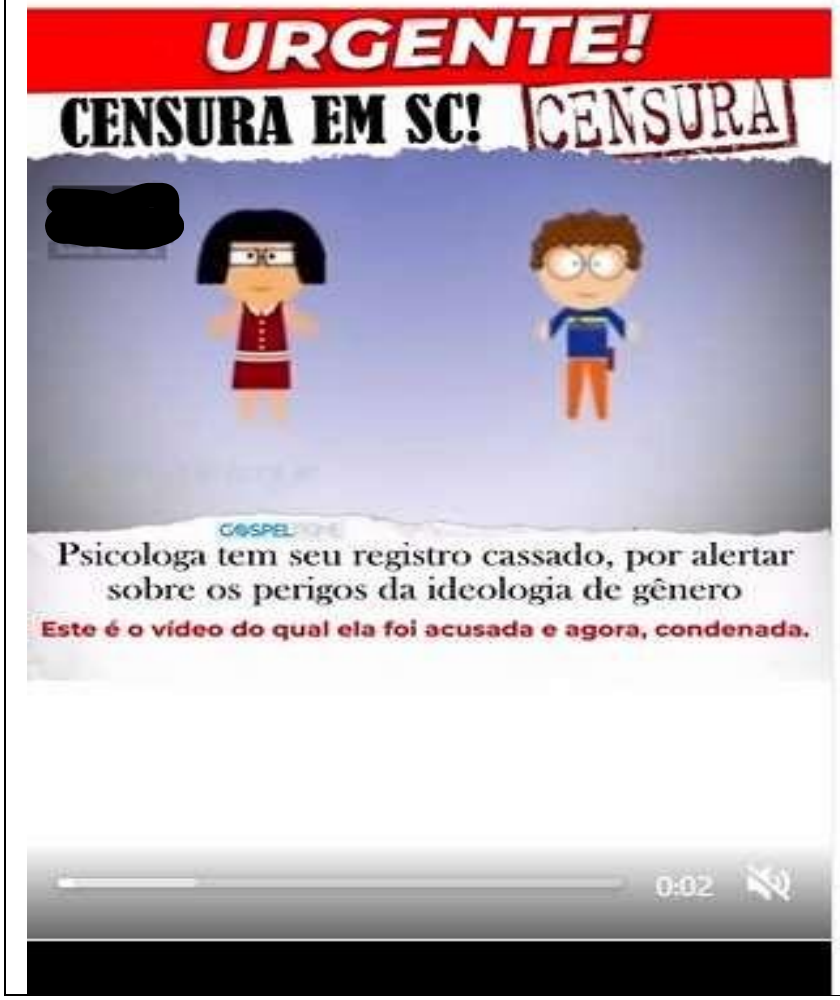
[redacted] Cadê as mentiras no trabalho dos alunos?

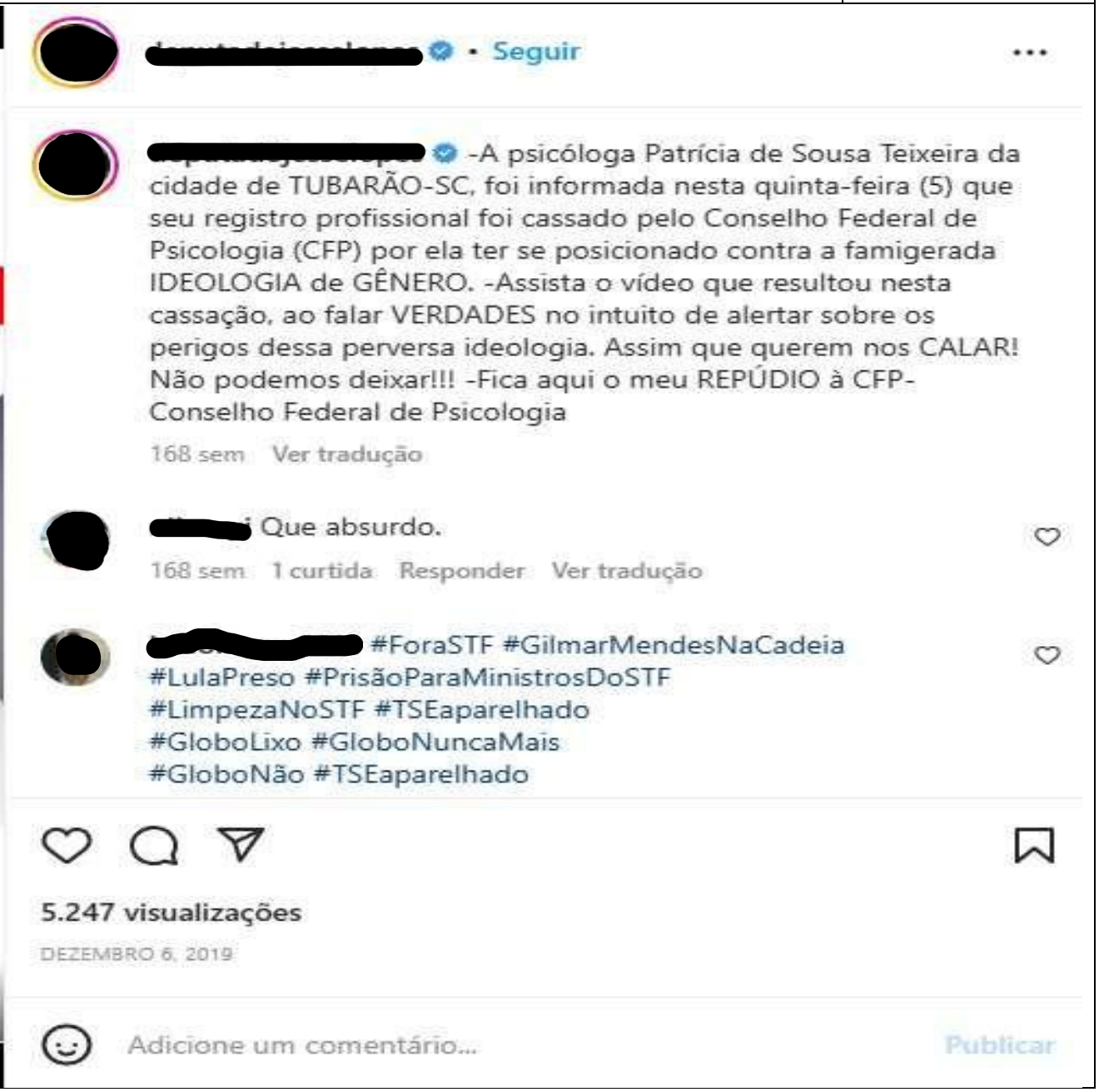
580 curtidas

DEZEMBRO 6, 2019

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Ditadura Gay em Santa Catarina?	Vídeo – "A psicóloga Patrícia de Sousa Teixeira da cidade de Tubarão-SC, foi informada nesta quinta (5) que seu registro profissional foi cassado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) por ela ter se posicionado contra a famigerada IDEOLOGIA DE GÊNERO"	06/12/2019





Deputado	IFSC – Câmpus Florianópolis	Banheiro Trans no IFSC	“Pra mim a regra é clara. Tem pinto? Banheiro masculino. Cortou o pinto? Banheiro masculino. Nunca teve pinto? Banheiro feminino”.	20/12/2019





Deputado		Assassinatos de trans e travestis caem 24,5% em 2019 no Brasil	“Homicídio não tem classe”	16/01/2020



[redacted] • Seguir

[redacted] HOMICÍDIO NÃO TEM CLASSE -Se a narrativa empregada pela esquerda fosse verdadeira, hoje teríamos o aumento de mortes de gays e travestis e não o contrário. Algo foi feito em específico para beneficiar OS GAYS? Absolutamente NÃO! Foram tomadas medidas que proporcionaram uma melhora na segurança para TODOS. -Como explicitar a grandeza da atuação de Sergio Moro, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com a Polícia Federal e demais órgãos de segurança apenas no primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro? Dois dados respondem à pergunta: *-* no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, mais de 60 toneladas de cocaína foram apreendidas em 2019 (o principal combustível financiador do Foro de São Paulo, através das FARC); *-* o ano de 2019 viu uma diminuição de 20% no índice de homicídios comuns, o que levou a uma queda proporcional no número de assassinatos de trans e homossexuais.

163 sem Ver tradução

[redacted] Homicídio não tem classe? Então por que mataram ...

432 curtidas

JANEIRO 16, 2020

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	Escola Altamiro Guimarães – Antônio Carlos	Doutrinação na Escola	“Professor de história, faz referências ao presidente Bolsonaro, como se ele fosse um absolutista (Ditador). Denuncie no meu whats: 48-988108122”	07/05/2020







[redacted] • Seguir

[redacted] ATENÇÃO, PAIS: DOUTRINAÇÃO NA ESCOLA ALTAMIRO GUIMARÃES-SC

Professor de história, Altamiro Antonio Kretzer, da escola estadual Altamiro Guimarães, do município de ANTÔNIO CARLOS, faz referências ao presidente Bolsonaro, como se ele fosse um absolutista (Ditador)

-Professor militante, filiado ao PT (Partido das Trevas), em sua aula on-line, leva para nossos jovens um conteúdo distorcido e tirado de contexto de uma frase dita pelo presidente, um dia após uma manifestação pacífica e espontânea.

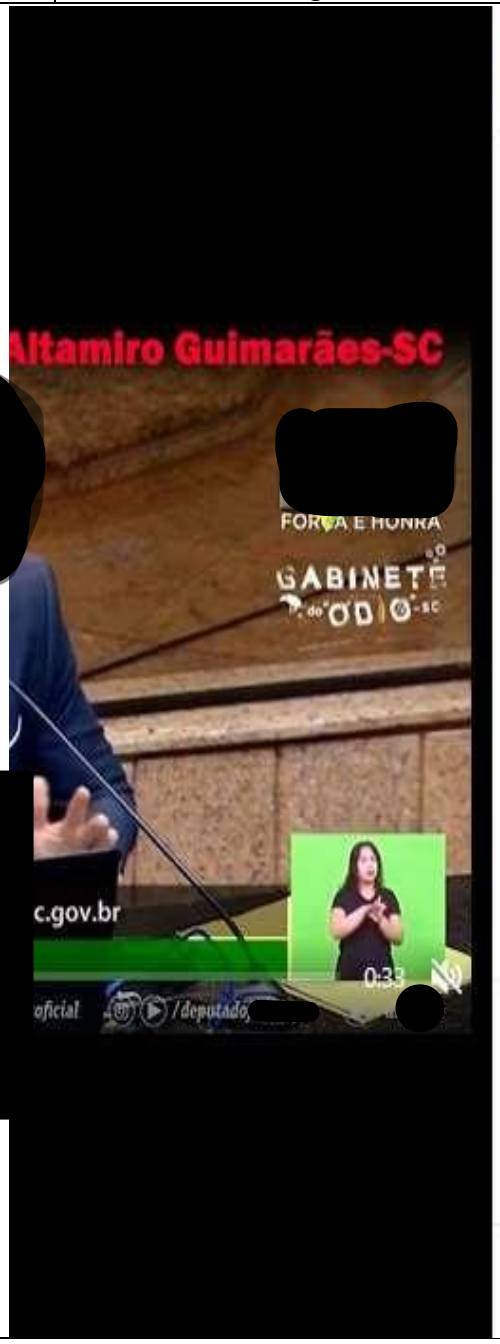
-No vídeo, facilmente encontrado no YouTube (eu sou a constituição Bolsonaro), Bolsonaro diz: "Eu sou a constituição". O sentido da frase é de que ele representa e respeita a constituição brasileira, não que seja o definidor da constituição. Isso fica claro, pois Bolsonaro, no mesmo dia, na mesma Manifestação, falou neste tom - democrático.

971 curtidas

MAIO 7, 2020

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	Escola Altamiro Guimarães – Antônio Carlos	Doutrinação na escola	Vídeo – “Aviso: tomaremos as medidas LEGAIS cabíveis contra todos esses. Defenderemos o Jair sempre que ele acompanhar a VERDADE!”. “Sua identidade será mantida em sigilo. Vamos denunciar e repudiar tudo”	14/05/2020



[redacted] • Seguir

-Escola ESTADUAL Altamiro Guimarães do município de Antônio Carlos, é vítima de professor MENTIROSO. Fiquem ATENTOS!

-Tem sido rotina na grande mídia DISTORCER as falas públicas do PRESIDENTE. O tempo todo eu, colegas de mídia alternativa, outros deputados e muitos cidadãos comuns temos que DESMENTIR "meias verdades" e Fake News contra Jair Bolsonaro.

-Aviso: tomaremos as medidas LEGAIS cabíveis contra todos esses. Defenderemos o Jair sempre que ele acompanhar a VERDADE!

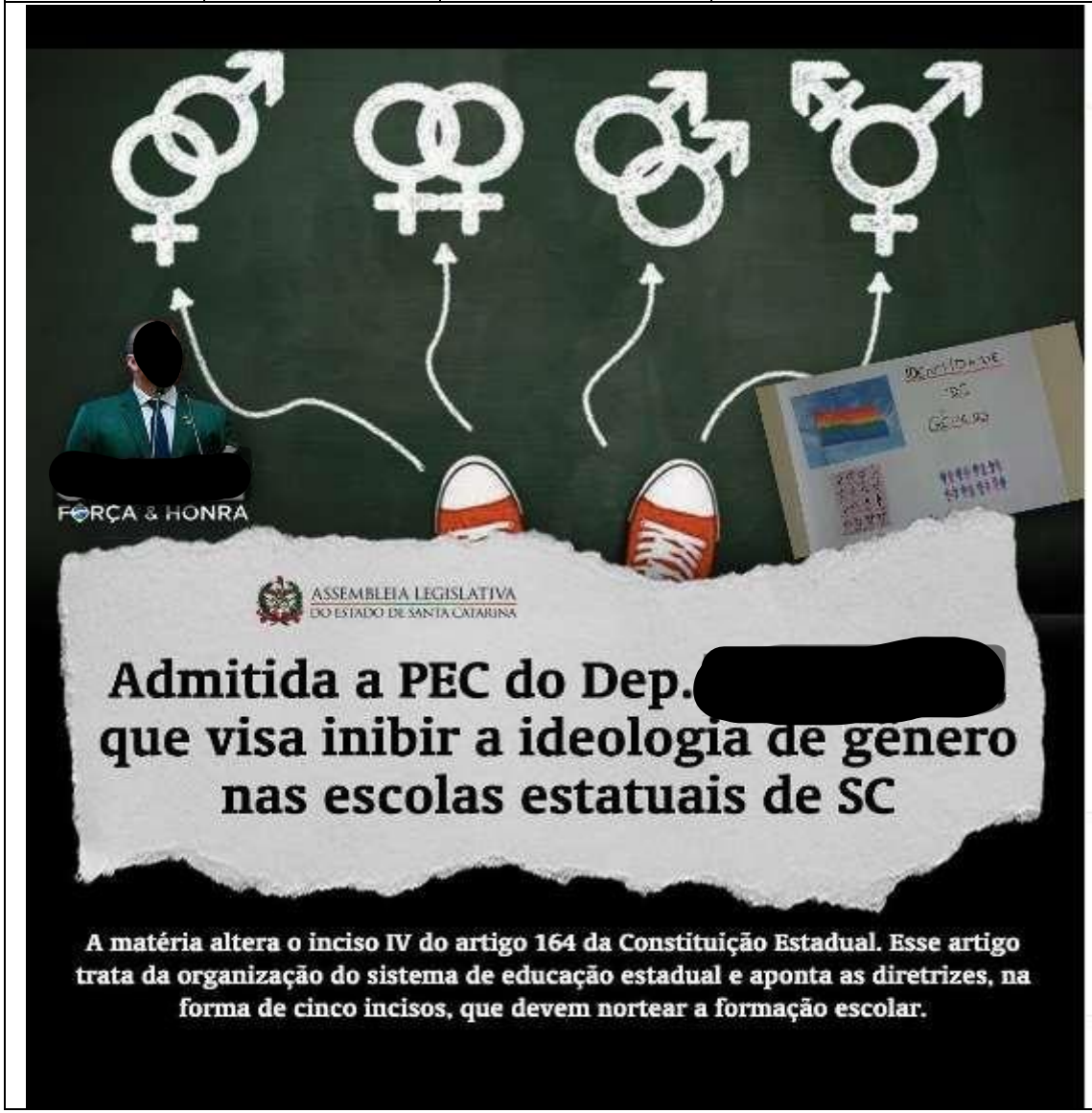
- Dito isso, tenho visto professores, em sala de aula, lugar que deveria ser destinado ao ensino REGULAR, usando o local como PALANQUE político. O militante do PT DISFARÇADO de professor, se estiver com tempo sobrando na aula, em vez de usar este tempo para manipular mentes, poderia ensinar as artes LIBERAIS CLÁSSICAS que trouxeram nossa civilização até aqui. Aritmética, geometria, música, cosmologia, Lógica, Gramática e

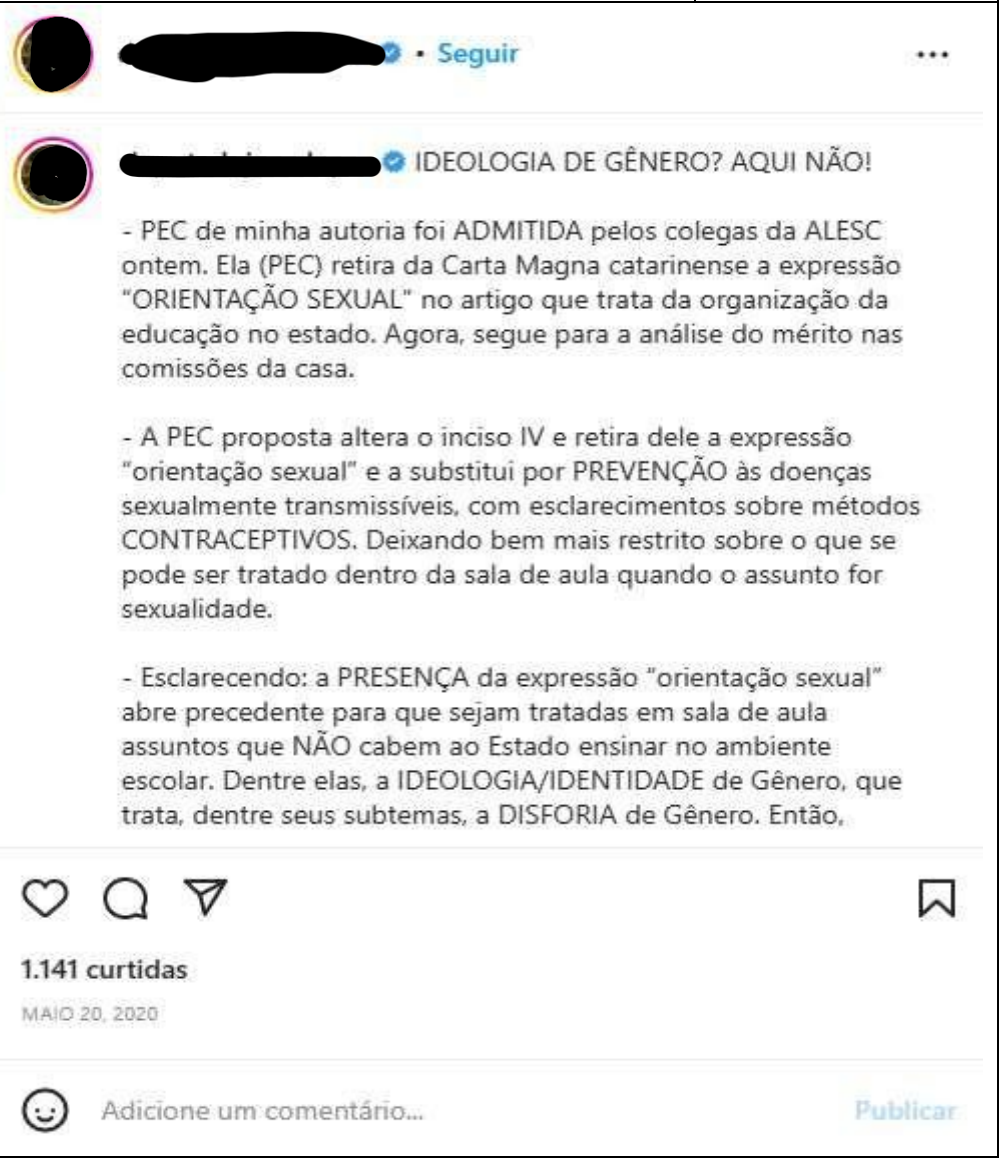
3.187 visualizações

MAIO 14, 2020

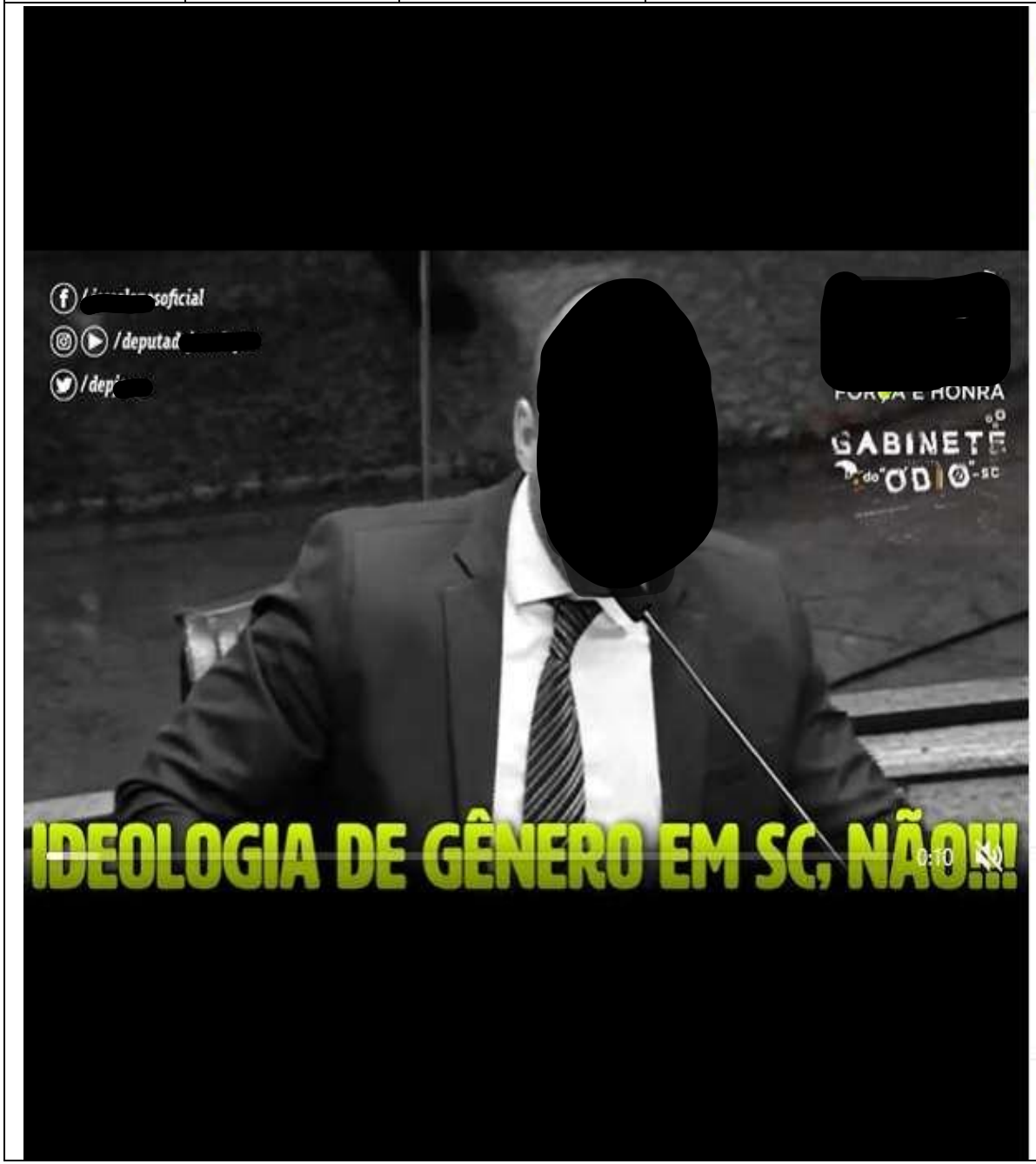
Adicione um comentário... Publicar

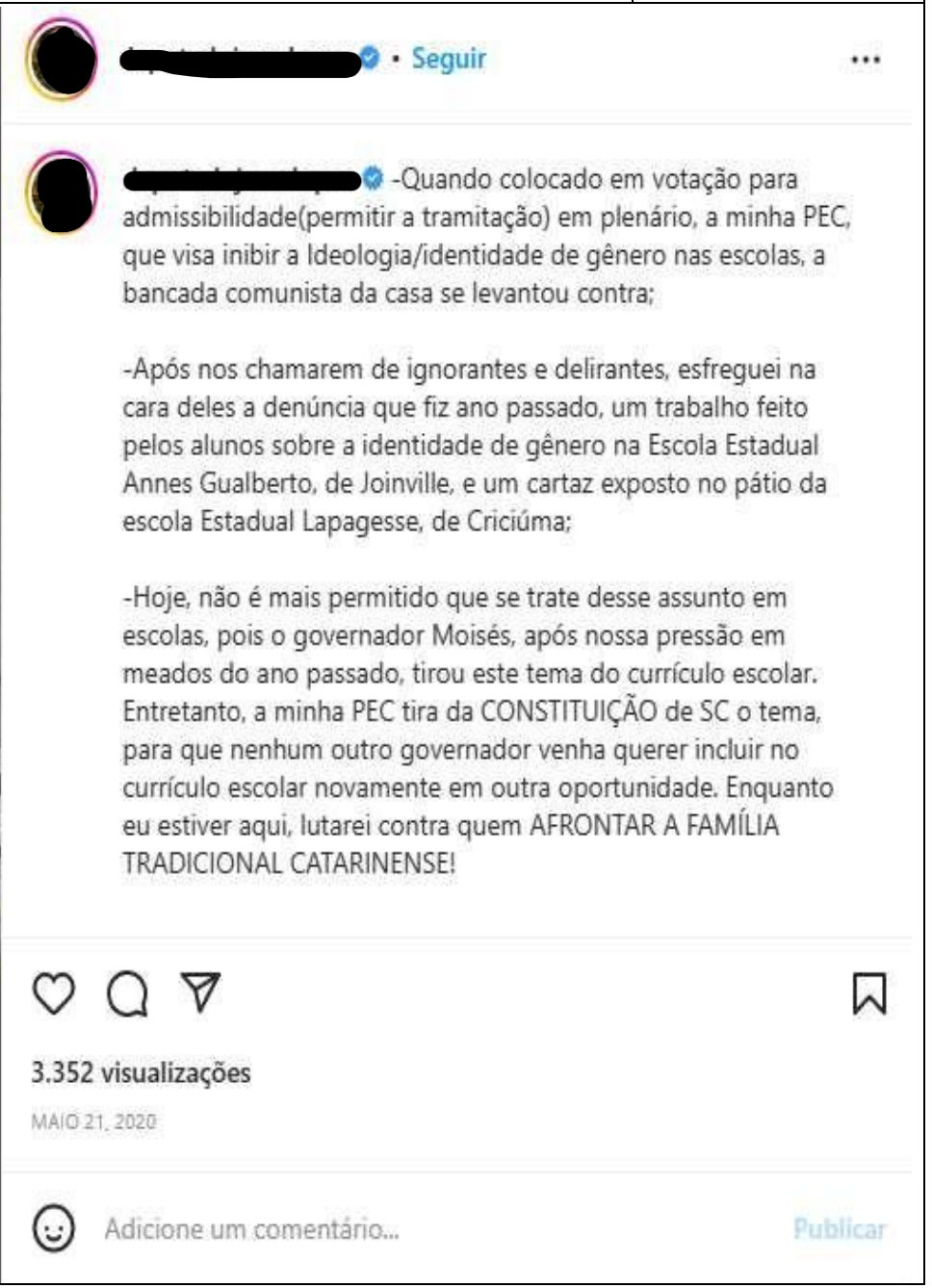
Deputado		Admitida a PEC do Dep. Jessé Lopes, que visa inibir a ideologia de gênero nas escolas estaduais de SC	“PEC de minha autoria foi admitida pelos colegas da ALESC ontem. Ela (PEC) retira da Carta Magna catarinense a expressão Orientação Sexual no artigo que trata da organização da educação no estado. Esclarecendo: a PRESENÇA da expressão Orientação Sexual abre precedente para que sejam tratadas em sala de aula assuntos que não cabem ao Estado ensinar no ambiente escolar. Dentre elas, a IDEOLOGIA/IDENTIDADE de Gênero, que trata, dentre seus subtemas, a DISFORIA de Gênero. Então, enquanto eu estiver aqui, nossas crianças serão tratadas como crianças.”	20/05/2020





Deputado	Escola Annes Gualberto - Joinville	Ideologia de Gênero na Escola	Vídeo	21/05/2020





Deputado		Promotor de Florianópolis resiste à militância LGBT e defende a Constituição	“A OAB/SC, em clara PERSEGUIÇÃO, quer o afastamento do Promotor de Justiça de Florianópolis, Dr. Henrique Limonge. Tema: Casamento Homoafetivo”	27/06/2020



[redacted] • Seguir

[redacted] **PROMOTOR É PERSEGUIDO POR CUMPRIR A LEI E NÃO LIBERAR CASAMENTO HOMOAFETIVO**

- A OAB/SC, em clara PERSEGUIÇÃO, quer o afastamento do Promotor de Justiça de FLORIANÓPOLIS, Dr. Henrique Limonge. Motivo: CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO;

- Nossa constituição não permite o casamento HOMOAFETIVO. O promotor tem honrado o mandamento LEGAL da Constituição e negado as tentativas de casamento nesse sentido. O problema é que as pessoas que tem o pedido negado pelo promotor recorrem ao STF que dá parecer CONTRÁRIO ao texto da Constituição em vigor. Segundo o presidente de Direito Homoafetivo e de Gênero aqui de SC, o Dr. Henrique Limonge estaria "causando constrangimento" aos que tentam o casamento.

-O Promotor emitiu uma nota e classificou a atitude da OAB como "desonestidade intelectual". Ele justifica seu

1.181 curtidas

JUNHO 27, 2020

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	UFSC	Ideologia de Gênero na UFSC	Vídeo – "Live bizarra na UFSC" – Moção de repúdio aprovada!	14/07/2020



[redacted] • Seguir

[redacted] **LIVE BIZARRA NA UFSC**

- Através dos meios de comunicação da UFSC, militantes LGBT promoveram uma live do "Orgulho não-binário". Ou seja, o orgulho de não ser HOMEM nem MULHER, pois é isto que significa ser "não-binário";

- Quem prega a ideologia de gênero, diz que a pessoa não nasce homem ou mulher, e que DEVE experimentar todo o tipo de sexualidade para depois constituir a sua identidade sexual;

Desde o início da pandemia, a UFSC ainda não conseguiu (ou não quer) implementar as aulas virtuais, ja são 4 meses de paralisação total. Mesmo com a maioria da comunidade acadêmica pedindo o retorno, nada é feito, mas para congressos com temas que nada agregam a formação de profissionais universitários se da um jeito;

- Minha missão é combater esse tipo de ideologia DENTRO das instituições de ensino público de Santa Catarina. Sempre que

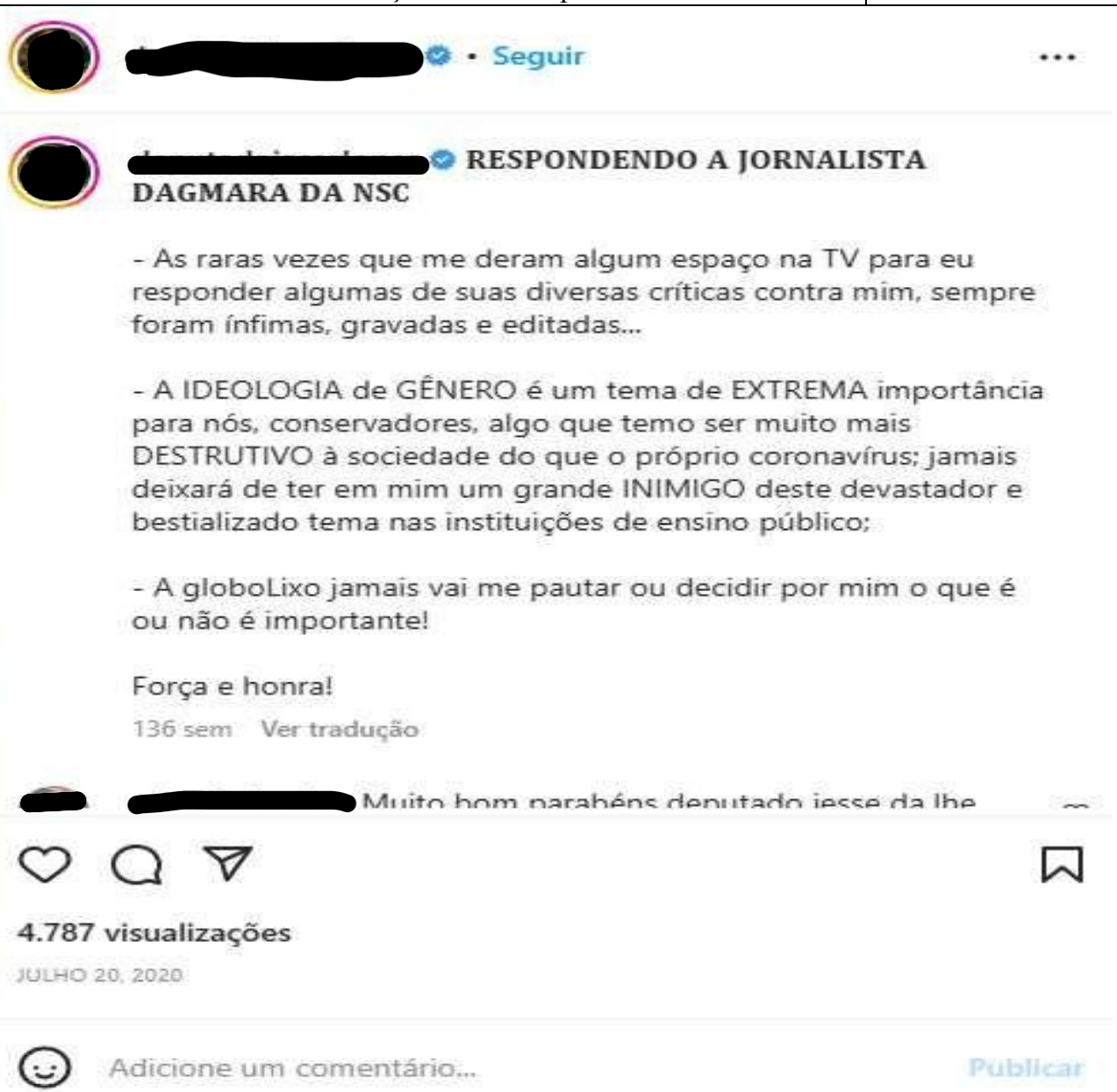
5.130 visualizações

JULHO 14, 2020

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Respondendo a jornalista Dagmara da NSC	Vídeo - “A ideologia de gênero é um tema de EXTREMA importância para nós, conservadores, algo que temo ser muito DESTRUTIVO à sociedade do que o próprio coronavírus; jamais deixará de ter em mim um grande INIMIGO deste devastador e bestializado tema nas instituições de ensino público”	20/07/2020





Deputado		Promotor de Florianópolis é perseguido por defender a família e a Constituição	“A Corregedoria Nacional do Ministério Público (CNMP) recomendou o afastamento do promotor Henrique Limongi, que veta casamentos homossexuais em Florianópolis. A Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB-SC comemorou o posicionamento”.	28/07/2020





Deputado	Escola Municipal Luiz Cândido da Luz - Florianópolis	Doutrinação na Escola Luiz Cândido da Luz	“Os muros dessa escola pública de Florianópolis foram utilizados como palanque para a divulgação de ícones e narrativas esquerdistas”.	15/08/2020



[redacted] • Seguir

[redacted] **ESCOLA LUIZ CÂNDIDO DA LUZ É ALVO DE DOUTRINAÇÃO**

- Os muros dessa escola pública de Florianópolis foram utilizados como palanque para a divulgação de ícones e narrativas esquerdistas.

- Não podemos aceitar que espaços públicos sejam utilizados para a divulgação de coisas que não representam a grande maioria da população. Isso é inaceitável.

- Seguirei repudiando e desconstruindo as narrativas falaciosas sempre que isso acontecer em Santa Catarina.

Faça a sua denúncia no cel: (48) 98810.8122

VAMOS FISCALIZAR TUDO!
#FiscalizadorDoEstado

132 sem Ver tradução

3.794 visualizações

AGOSTO 15, 2020

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	Escola Municipal Luiz Cândido da Luz - Florianópolis	Doutrinação na Escola Luiz Cândido da Luz – Moção de repúdio	Moção de repúdio feita pelo deputado e rejeitada.	19/08/2020



[redacted] • Seguir

[redacted] -Fiz uma moção de repúdio à escola Luiz Cândido da Luz por ter ilustrado os seus muros com personagens históricos de esquerda, incluindo uma mulher que foi procurada pelo FBI por envolvimento em um assassinato, e até a Mariele Franco, que não tem nada de histórico.

-Os esquerdistas da Casa não gostaram do meu posicionamento e rejeitaram a moção. A desculpa da vez foi que o assunto em pauta não era importante porque não se tratava do coronavírus.

-Contudo, meus colegas de esquerda não tiveram argumentos suficientes para rebater a verdade histórica sobre os progressistas retratados nas pinturas. Para os nobres deputados, tudo o que não está nas cartilhas de propaganda progressista que eles chamam de livros de história não pode ser verdade, e, quando mostramos a realidade dos fatos, a surpresa é grande.

-Os dias de hegemonia cultural esquerdista estão chegando ao fim. Não iremos mais tolerar de boca fechada essa ideologia sendo exposta às nossas crianças e sendo usada como alavanca

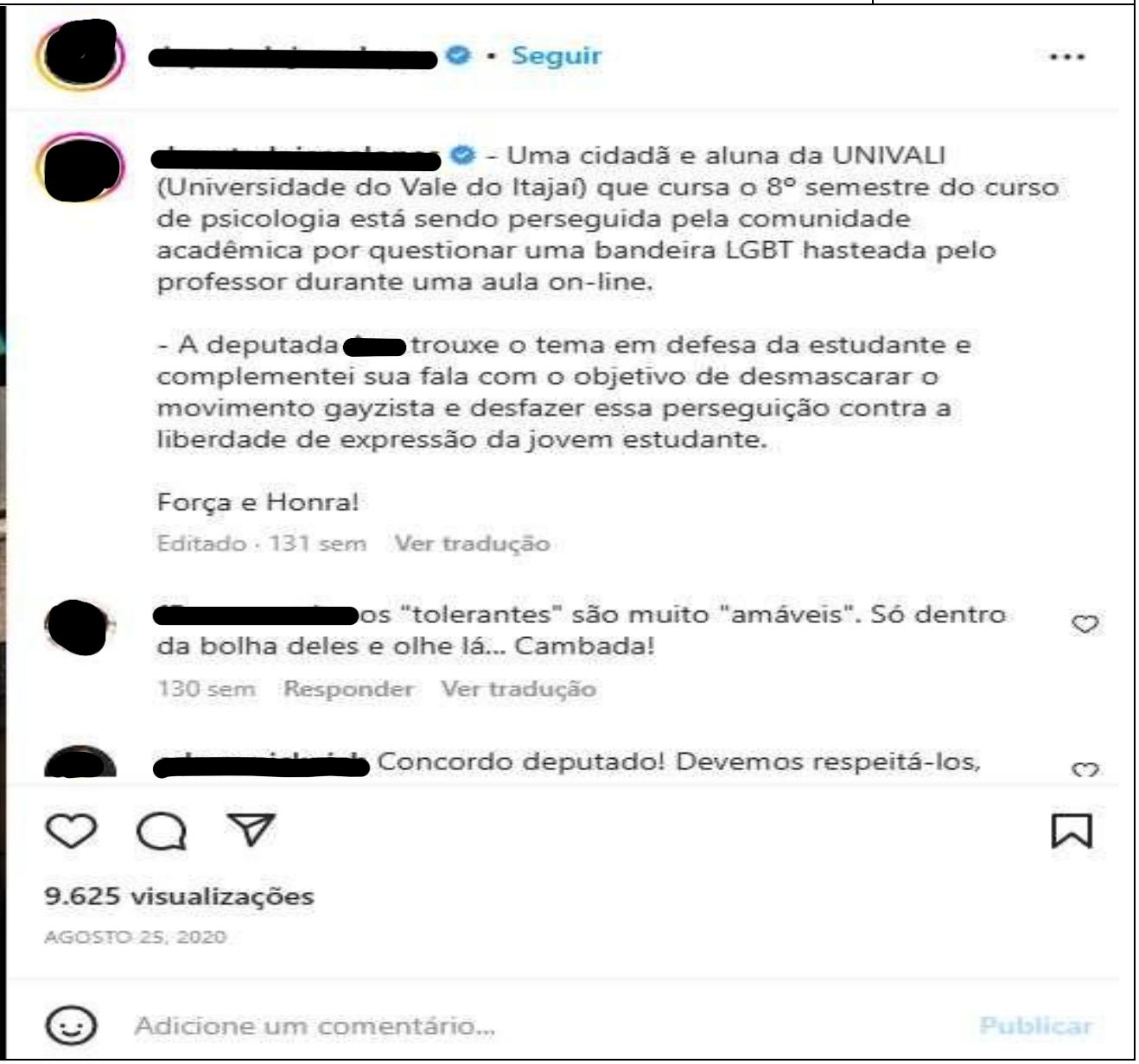
2.118 visualizações

AGOSTO 19, 2020

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	UNIVALI	Perseguição LGBT na UNIVALI (SC)	“Uma cidadã e aluna da UNIVALI que cursa o 8º semestre do curso de psicologia está sendo perseguida pela comunidade acadêmica por questionar uma bandeira LGBT hasteada pelo professor durante uma aula on-line. A deputada Ana trouxe o tema em defesa da estudante e complementei sua fala com o objetivo de desmascarar o movimento gayzista e desfazer essa perseguição contra a liberdade de expressão da jovem estudante”.	25/08/2020



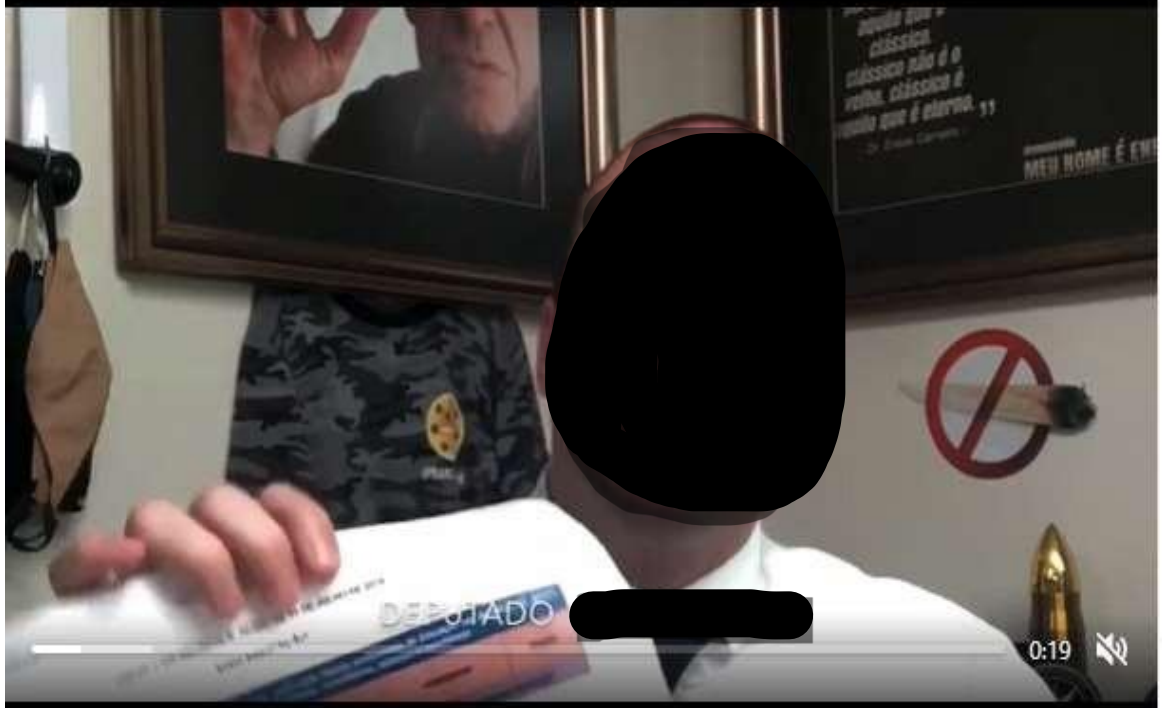


Deputado		LGBT para idosos em SC	“Santa Catarina está sendo palco para a chegada de uma ONG que diz cuidar de idosos homossexuais, como se eles fossem diferentes de outras pessoas. Isso me soa até preconceituoso. A ONG existe desde 2017 e afirma socializar homossexuais idosos e promover a cidadania LGBT, como se elas precisassem de alguma coisa diferente de qualquer pessoa em idade avançada”.	27/08/2020





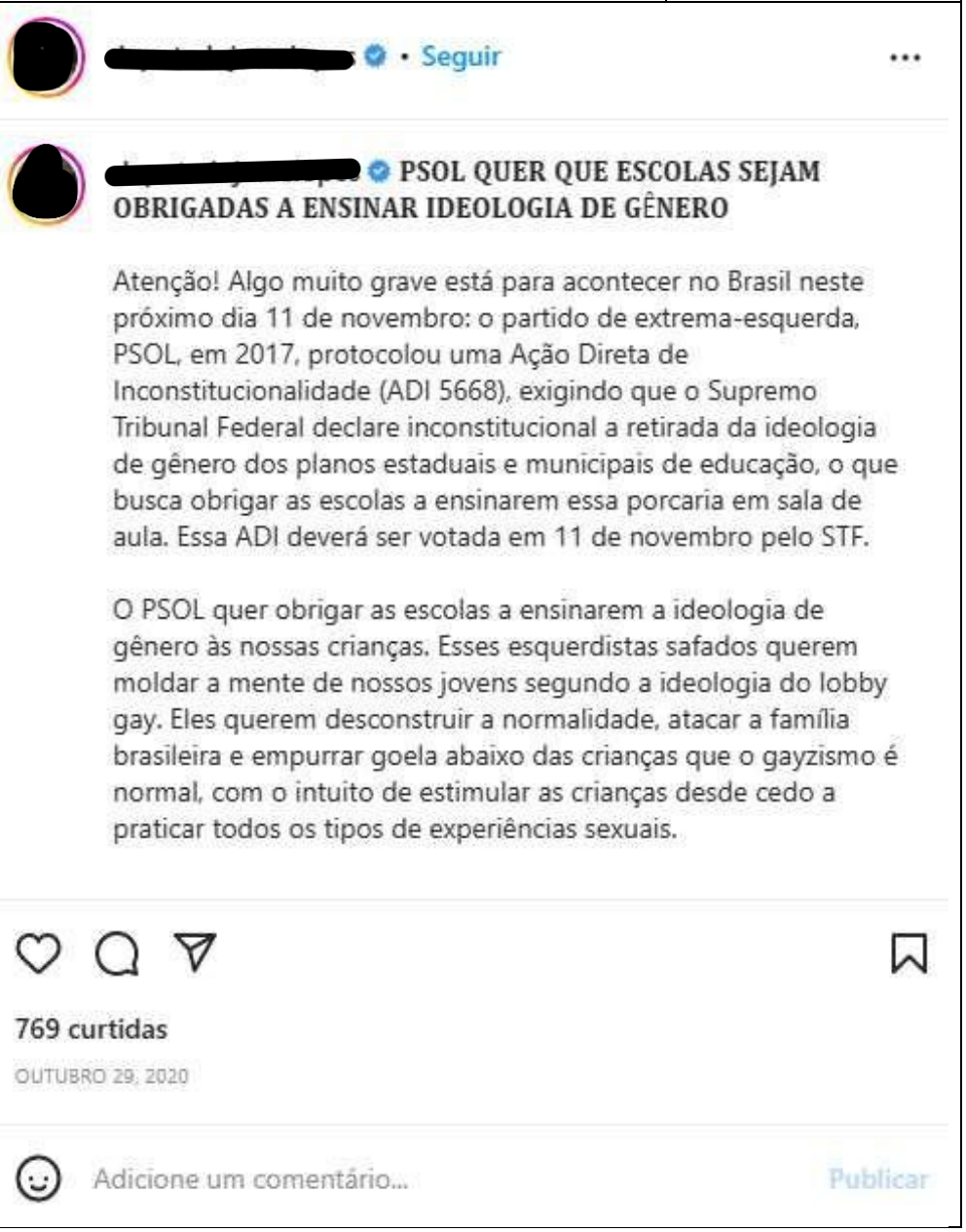
Deputado		Atenção Família de Florianópolis! Ideologia de Gênero no Currículo Escolar	Vídeo – “Seu filho corre perigo”	15/10/2020





Deputado		PSOL quer que escolas sejam obrigadas a ensinar Ideologia de Gênero	“Família em Perigo! Ideologia de Gênero Não! Dia 11/11/20, o STF votará uma ADI movida pelo PSOL, que obriga todas as escolas do Brasil adotarem a doutrina da ideologia de gênero. Não podemos aceitar!”	29/10/2020





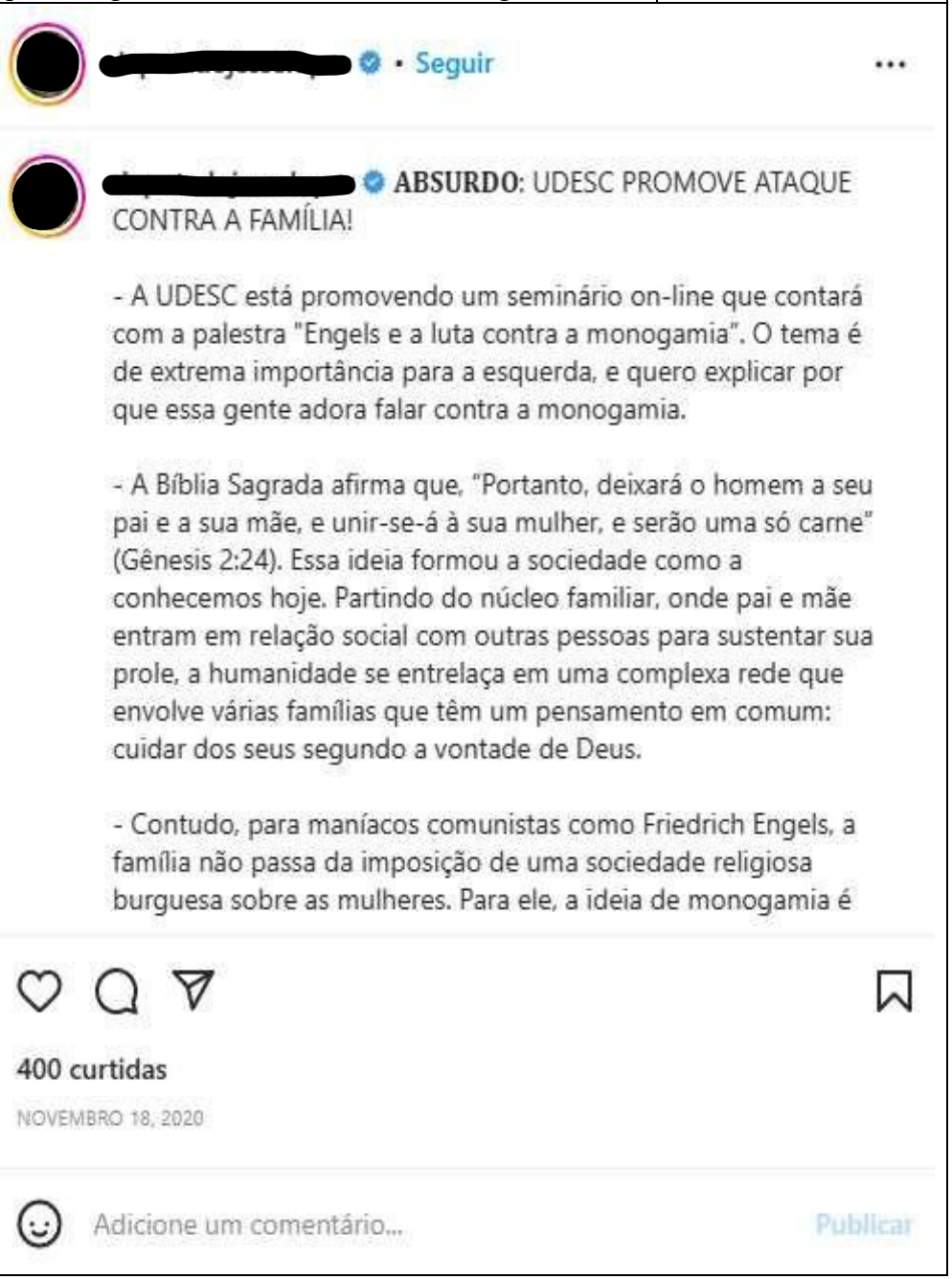
Deputado		ADI da ideologia de gênero retirada da pauta	"A Ação Direta de Inconstitucionalidade 5668, criada pelo PSOL e que obrigava o ensino da ideologia de gênero nas escolas, foi retirada de pauta no STF"	05/11/2020



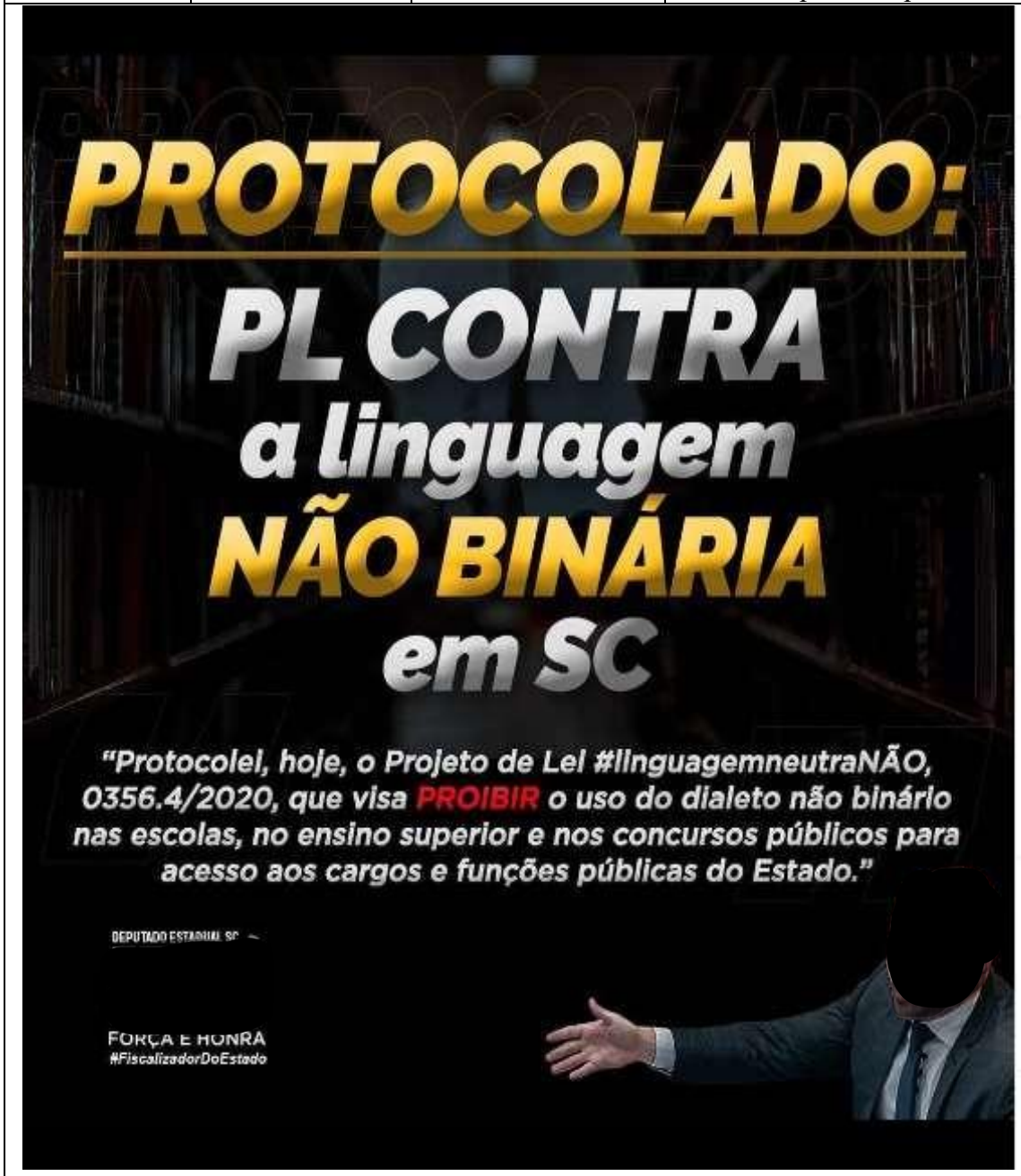


Deputado		Absurdo: UDESC promove ataque contra a família!	"A UDESC está promovendo um seminário on-line que contará com a palestra 'Engels e a luta contra a monogamia'. O tema é de extrema importância para a esquerda, e quero explicar por que essa gente adora falar contra a monogamia."	18/11/2020





Deputado		Protocolado: PL contra a linguagem não binária em SC.	“Protocolei hoje o Projeto de Lei 0356.4/2020, que visa PROIBIR o uso ERRADO da língua portuguesa (pronomes neutros) nas escolas, no ensino superior e nos concursos públicos para acesso aos cargos e funções públicas do Estado”	19/11/2020



[redacted] • Seguir

[redacted] **PROTOCOLADO: PL CONTRA A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA EM SC**

- Antecipando-me de qualquer TENTATIVA de instauração da "LINGUAGEM NÃO BINÁRIA" em SC, protocolei hoje o Projeto de Lei 0356.4/2020, que visa PROIBIR o uso ERRADO da língua portuguesa ("pronomes neutros") nas escolas, no ensino superior e nos concursos públicos para acesso aos cargos e funções públicas do Estado.

- O PL estabelece medidas protetivas do direito dos estudantes do Estado de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa CORRETA e de acordo com a NORMA CULTA e orientações legais de ensino.

- A ideia foi compartilhada pela Professora @cintiachagass, que gentilmente me enviou.

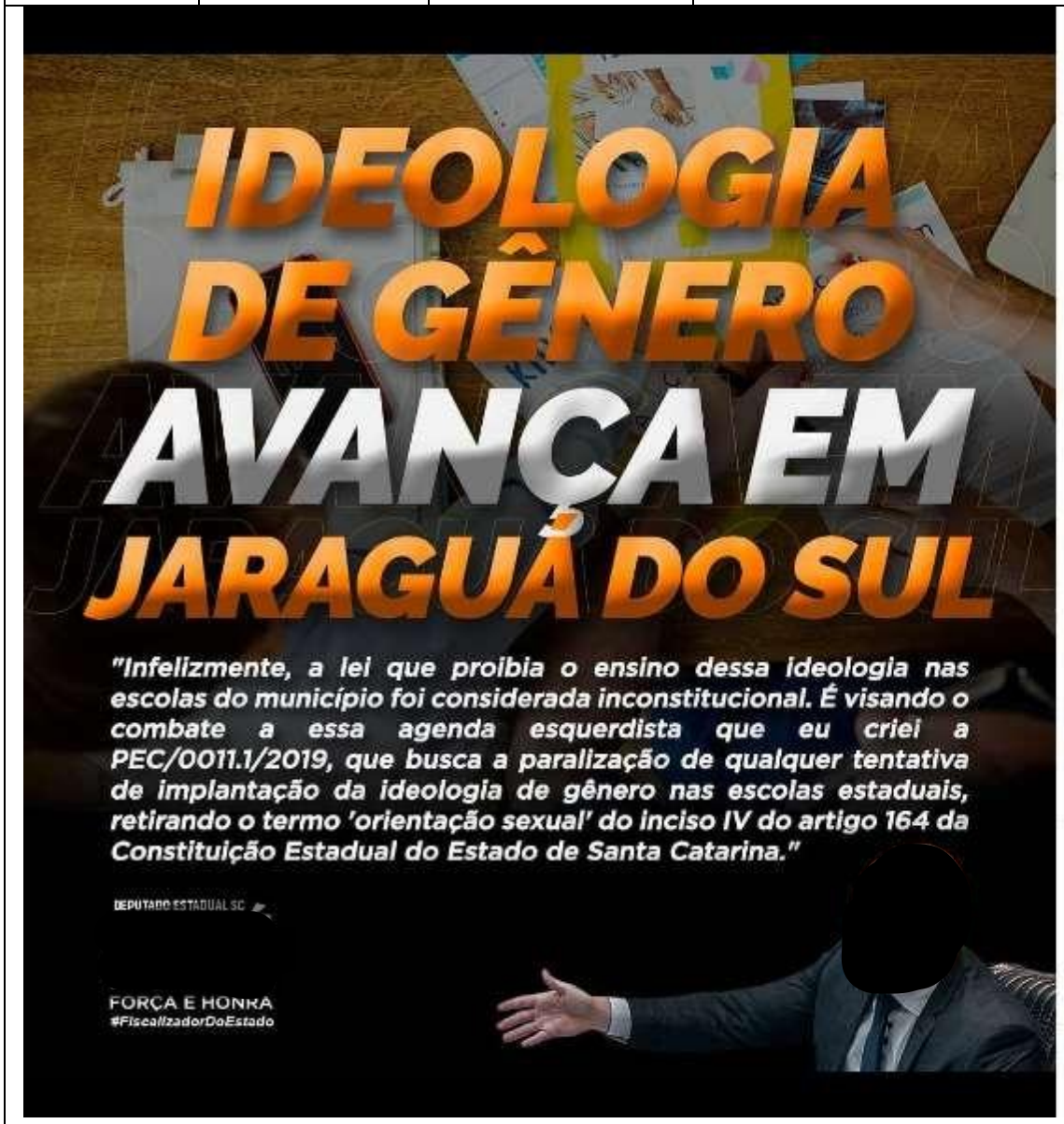
- Os adeptos dessa anomalia alegam que o uso do pronome masculino para definir o neutro seria machismo. Contudo, eles,

820 curtidas

NOVEMBRO 19, 2020

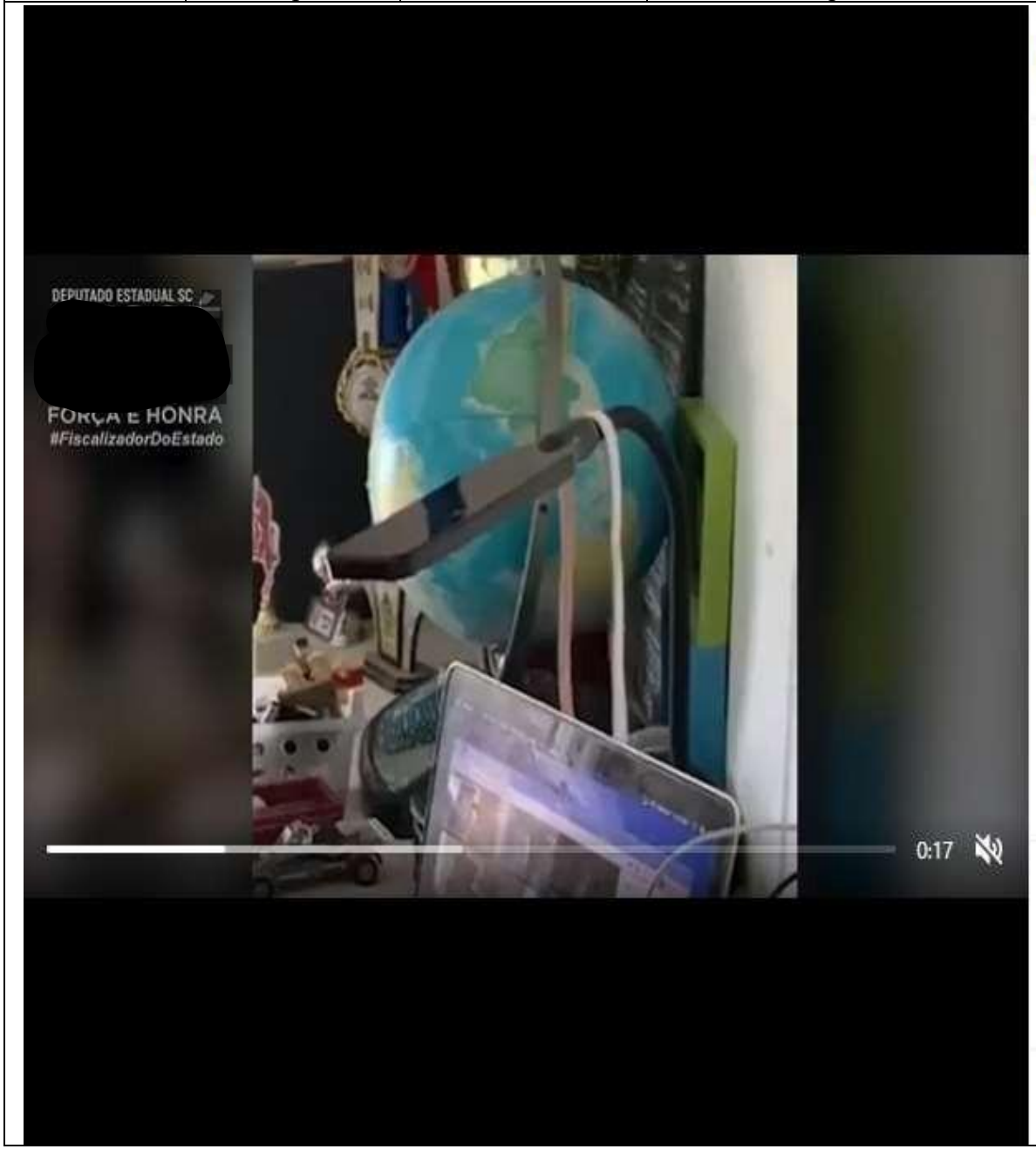
Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Ideologia de Gênero avança em Jaraguá do Sul	"Infelizmente, a lei proibia o ensino dessa ideologia nas escolas do município foi considerada inconstitucional. É visando o combate a essa agenda esquerdista que eu criei a PEC/0011.1/2019, que busca a paralização (grifo meu: erro na palavra) de qualquer tentativa de implantação da ideologia de gênero nas escolas estaduais, retirando o termo Orientação Sexual do inciso IV do artigo 164 da Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina"	20/11/2020





Deputado	Escola Autonomia, Florianópolis	Linguagem neutra em Colégio de Santa Catarina	(Vídeo) Segundo denúncias, durante aula on-line da Escola Autonomia, de Florianópolis/SC, um aluno não se deixou intimidar pela lacração do professor de "ciências" e o questionou sobre o uso do pronome neutro.	26/03/2021



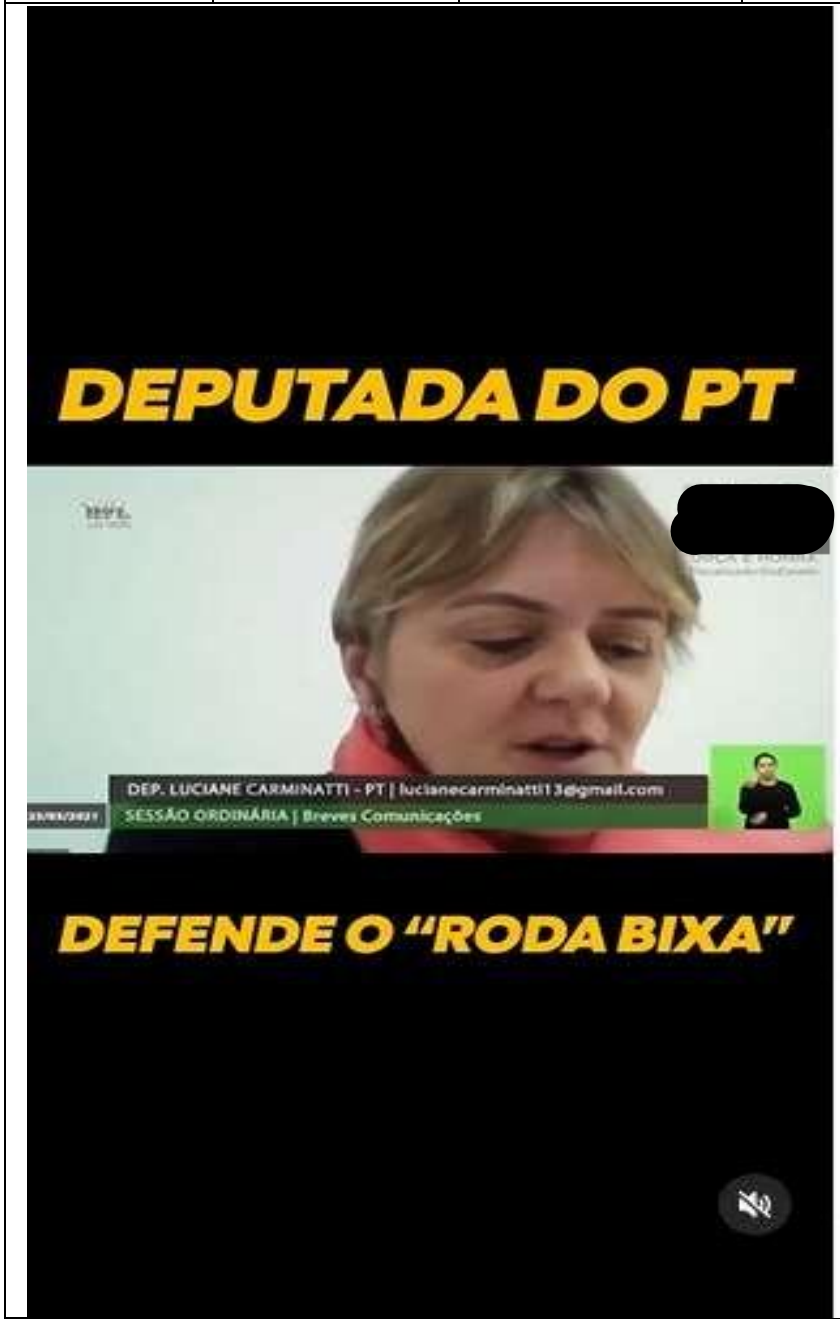


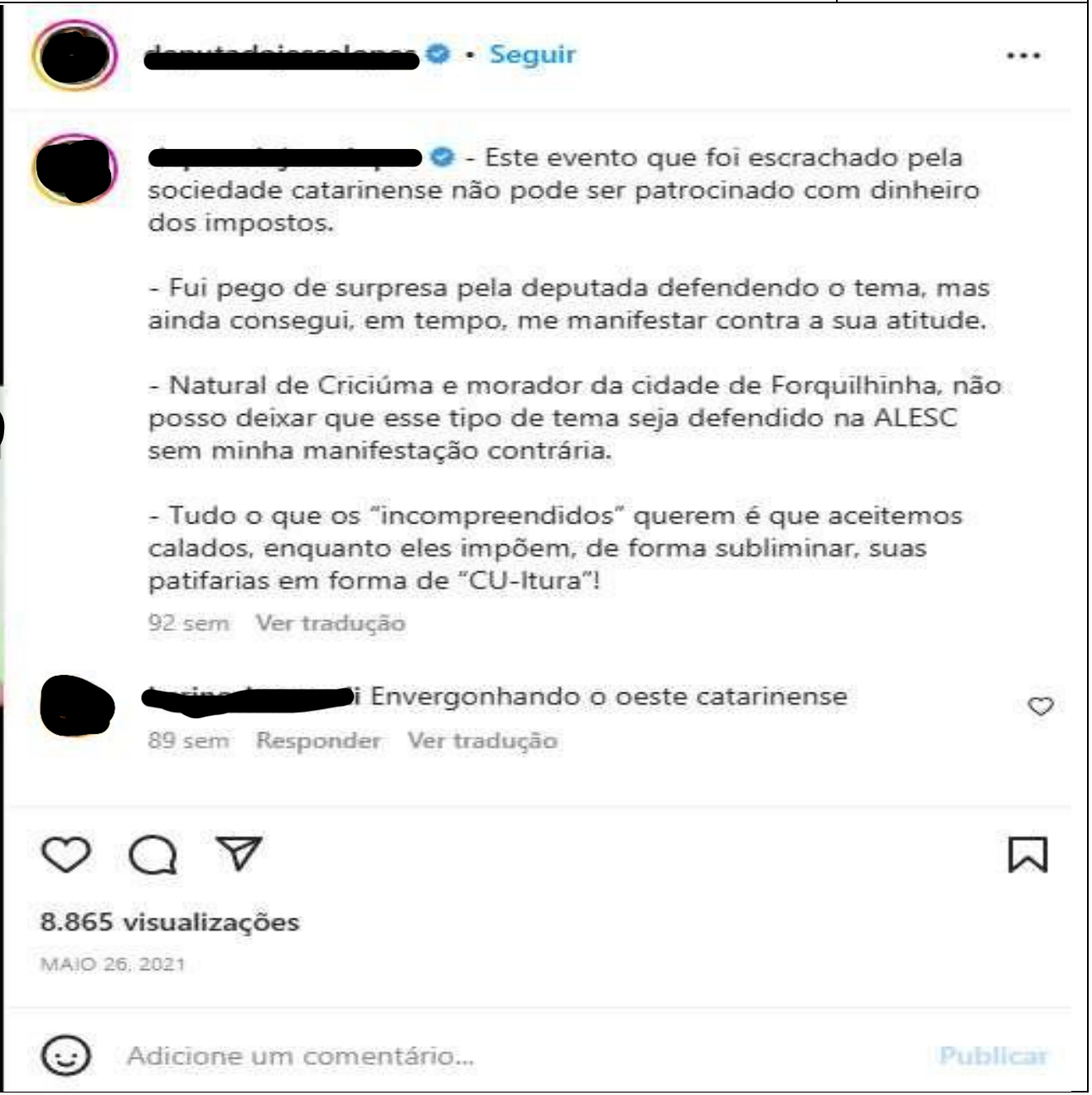
Deputado		LGBTQIA+ protestam contra o cancelamento do “Roda Bixa” em Itajaí/SC	A lei Adir Blanc é um auxílio emergencial para as pessoas que vivem da cultura, não da “CU-ltura”. Esse pessoal que defende a existência de muitos gêneros queria trazer um evento com o tema “CRIANÇA VIADA” [...]. Depois de pressão popular, essa aberração foi cancelada pela própria prefeitura, mostrando que o povo de Santa Catarina não permite esse tipo de BAIXARIA [...].	17/05/2021





Deputado		Deputada do PT defende o "Roda Bixa" na ALESC	(Vídeo) Fui pego de surpresa pela deputada defendendo o tema, mas ainda consegui, em tempo, me manifestar contra a sua atitude [...].	26/05/2021





Deputado		Jornalista critica proibição da Linguagem Neutra em SC	(Vídeo) Como é de praxe da velha mídia, um certo “jornalista” que não entendeu nada da realidade ao seu redor acha que meu projeto para proibir o uso da linguagem neutra em instituições de ensino em SC não é necessário [...].	01/06/2021



[redacted] • Seguir

[redacted] - Como é de praxe da velha mídia, um certo "jornalista" que não entendeu nada da realidade ao seu redor acha que meu projeto para proibir o uso da linguagem neutra em instituições de ensino de SC não é necessário.

- Segundo ele, o uso desse tipo de linguagem não será ensinado como grade curricular e, por isso, meu projeto não dialoga com nenhuma situação concreta.

- O blogueiro só não percebeu que se contradiz quando afirma que a linguagem neutra será levada para a sala de aula de qualquer jeito e que a língua se muda usando ela. Por isso mesmo, é necessário impedir o assassinato da língua portuguesa em nome de uma ideologia política que quer impor algo não orgânico em nossa forma de falar.

- A língua muda, mas muda de forma natural com o passar dos anos, não com imposições partidárias que visam transformar nossa mentalidade através da criação de novas palavras para gerar sentimentos distorcidos, preparando, assim, a cabeça do

6.159 visualizações

JUNHO 1, 2021

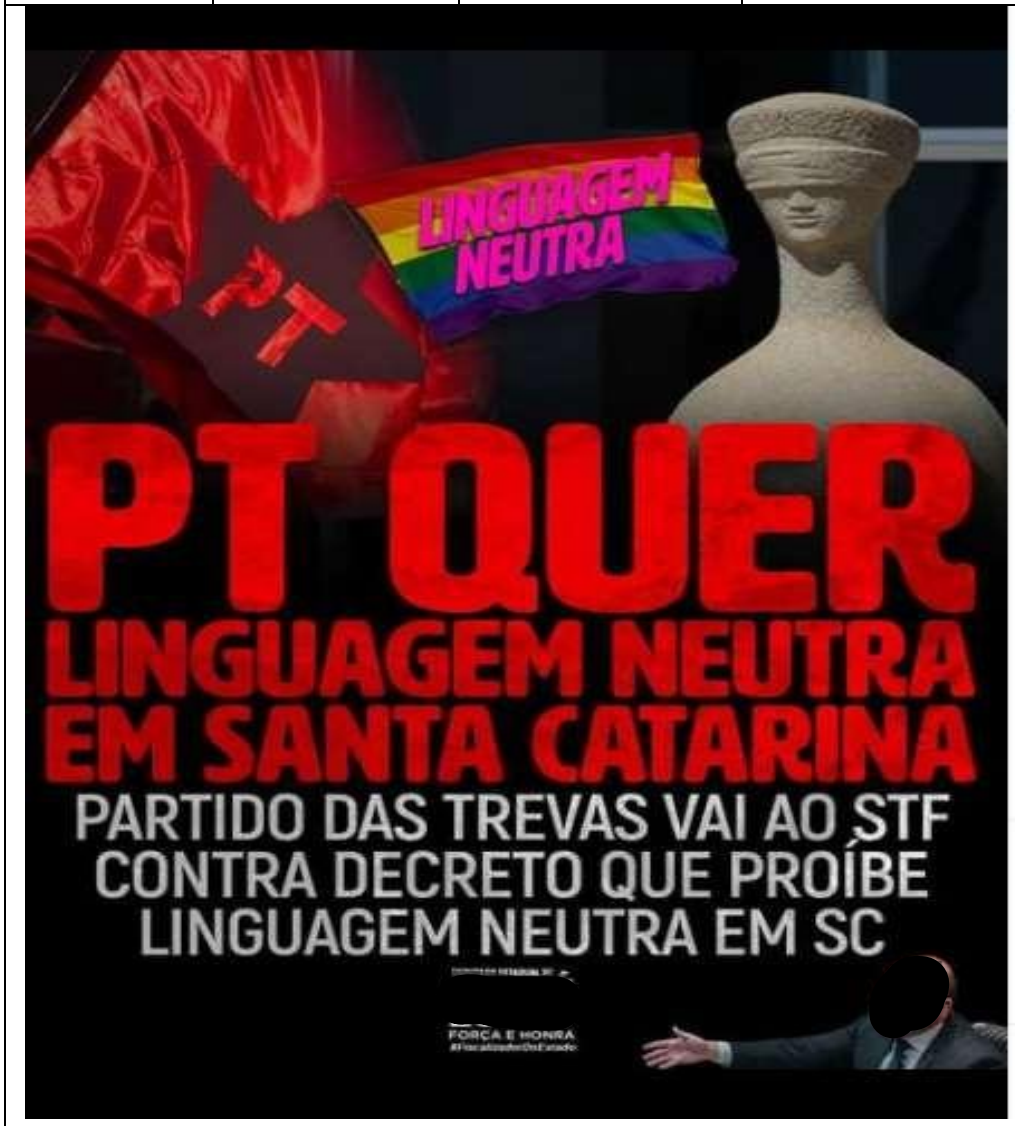
Adicione um comentário... Publicar

Deputado	IFSC	IFSC promove palestra com travesti que faz apologia à facada em Bolsonaro	(Vídeo) Nossas universidades viraram instrumentos de doutrinação e idiotização ideológica de alunos [...].	25/06/2021





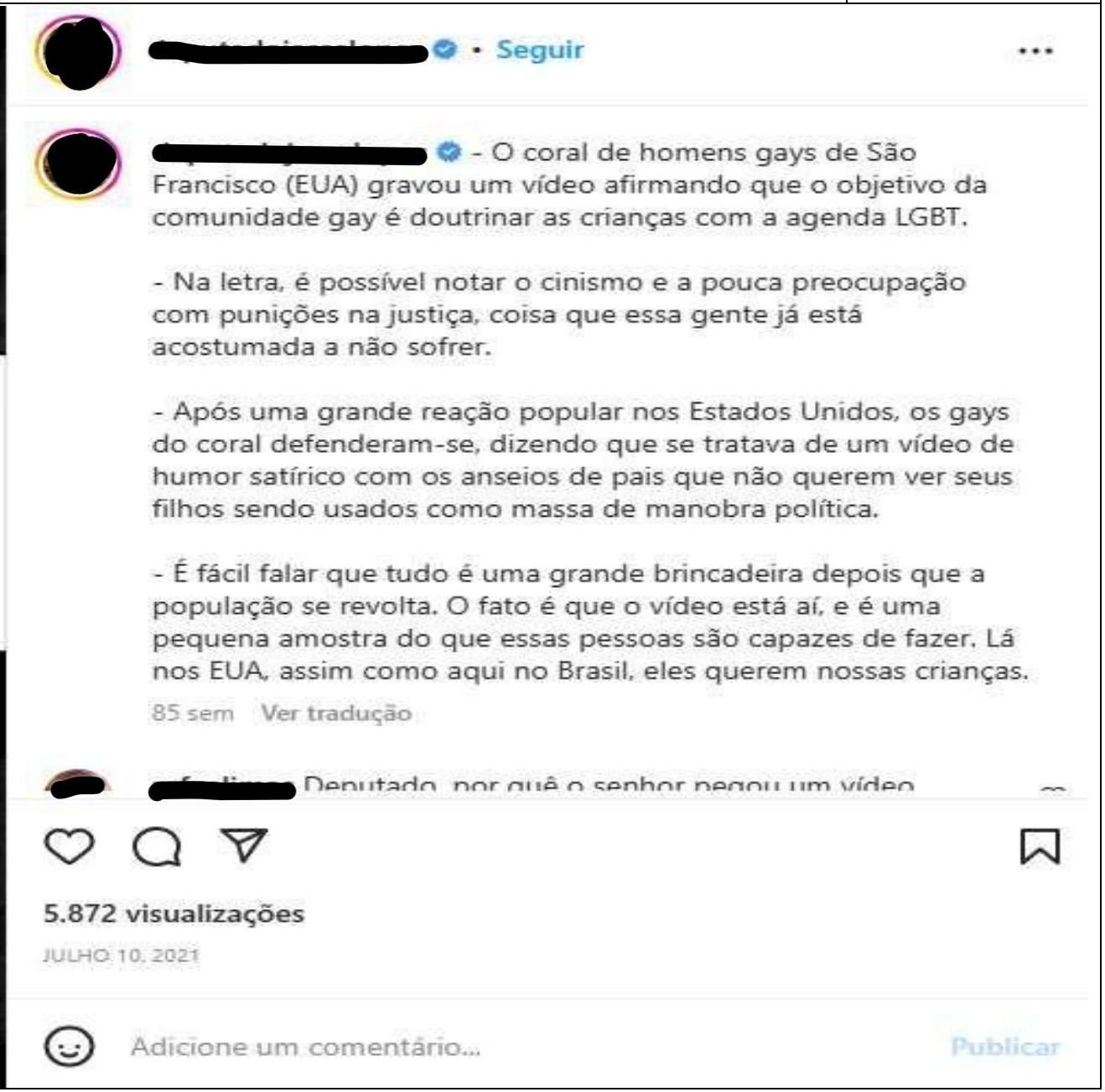
Deputado		PT quer Linguagem Neutra em Santa Catarina: Partido das Trevas vai ao STF contra decreto que proíbe linguagem neutra em SC	PT vai ao STF contra a família catarinense. O PT está em guerra contra a família catarinense: os esquerdistas apelaram aos deuses supremos do STF para que o decreto de SANTA CATARINA proibindo a linguagem neutra seja anulado.	08/07/2021





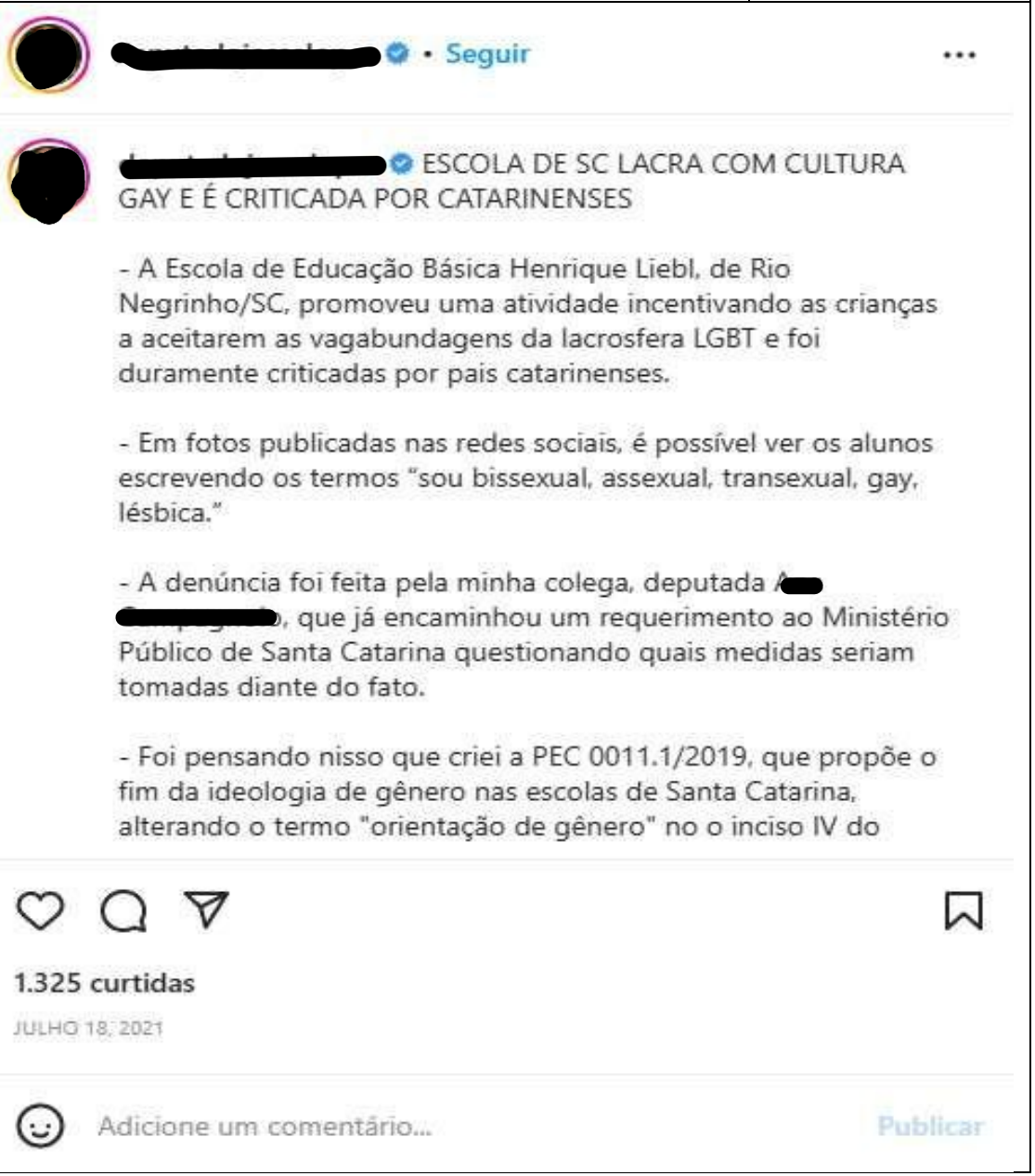
Deputado		Coral gay de São Francisco quer doutrinação LGBT para crianças	(Vídeo) O coral de homens gays de São Francisco (EUA) gravou um vídeo afirmando que o objetivo da comunidade gay é doutrinar as crianças com a agenda LGBT [...].	10/07/2021



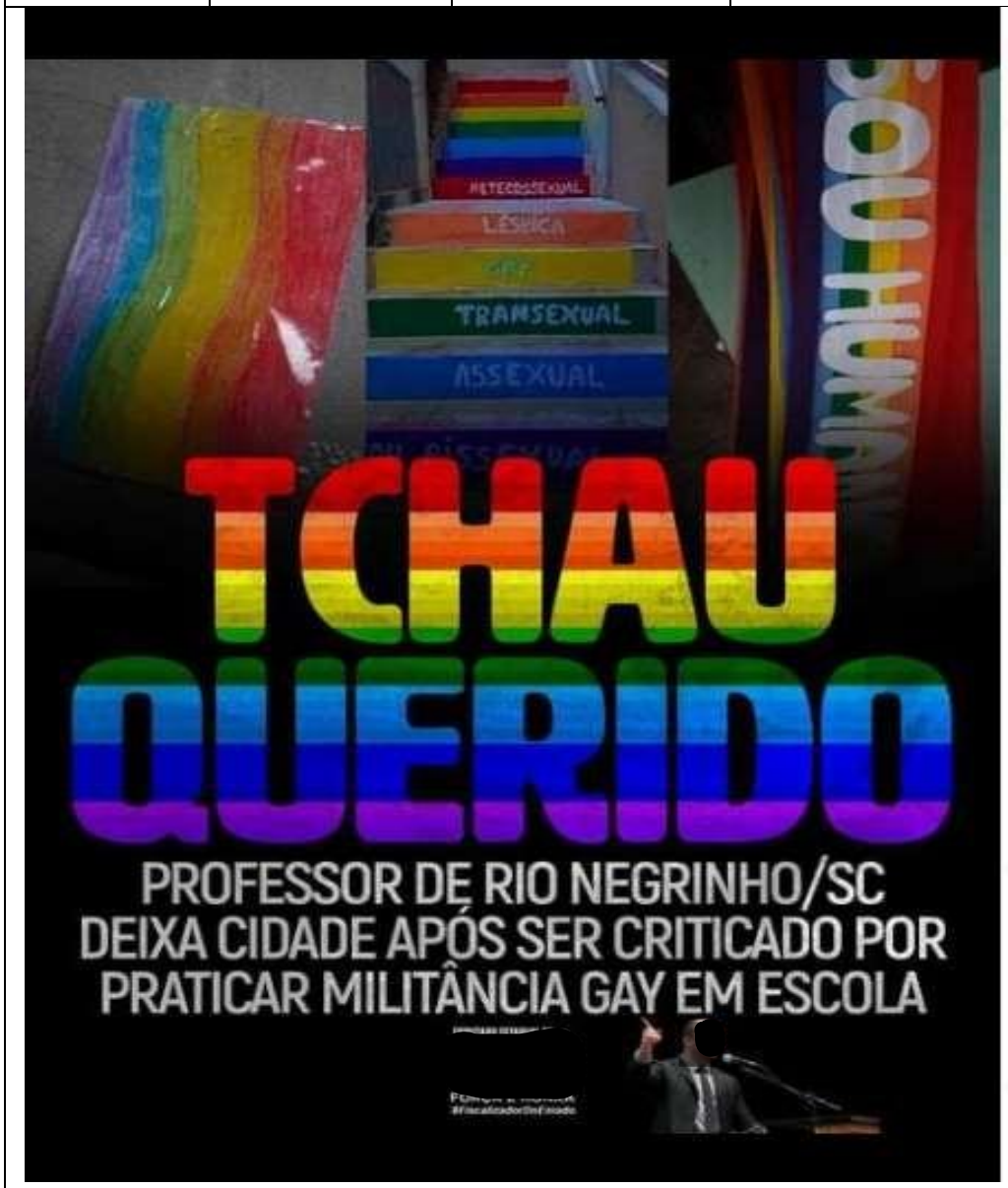


Deputado	EEB Henrique Liebl, de Rio Negrinho	Escola de SC lacra com cultura gay e é criticada por catarinenses	A Escola de Educação Básica Henrique Liebl, de Rio Negrinho/SC, promoveu uma atividade incentivando as crianças a aceitarem as vagabundagens da lacrosfera LGBT e foi duramente criticadas por pais catarinenses. Em fotos publicadas nas redes sociais, é possível ver os alunos escrevendo os termos “sou bissexual, assexual, transexual, gay, lésbica” [...].	18/07/2021





Deputado	EEB Henrique Liebl, de Rio Negrinho	Tchau, querido! Professor deixa escola após ser criticado por praticar militância LGBT em escola	Um professor de Rio Negrinho/SC deixou temporariamente a cidade após ser criticado por praticar militância gay em uma escola pública [...].	27/07/2021



[redacted] • Seguir

[redacted] TCHAU, QUERIDO!

PROFESSOR DEIXA ESCOLA APÓS SER CRITICADO POR PRATICAR MILITÂNCIA LGBT EM ESCOLA

- Um professor de Rio Negrinho/SC deixou temporariamente a cidade após ser criticado por praticar militância gay em uma escola pública.

- A Escola de Educação Básica Henrique Liebl havia promovido uma atividade incentivando as crianças a aceitarem as vagabundagens da lacrosfera LGBT e foi duramente criticada por pais catarinenses.

- Em decorrência das críticas dos catarinenses, que são pessoas cristãs e conservadoras em sua esmagadora maioria, o professorzinho começou com o vitimismo e se afastou da cidade, alegando estar com medo de sua integridade física, apenas porque pais, inconformados por verem seus filhos sendo obrigados a aceitar os abusos da cultura gay, o reprovaram na

3.742 curtidas

JULHO 27, 2021

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	Escola Municipal de Criciúma Paschoal Meller	Prefeito de Criciúma demite professor por expor conteúdo erotizado	Um professor da Escola Municipal de Criciúma Paschoal Meller foi demitido pelo prefeito após um vídeo inadequado ser exposto pelo docente para alunos do 9º ano [...] – O vídeo era do Criolo, Etérea.	26/08/2021



[redacted] • Seguir

[redacted] - Um professor da Escola Municipal de Criciúma Paschoal Meller foi demitido pelo prefeito após um vídeo inadequado ser exposto pelo docente para alunos do 9º ano.

- O servidor público não pode ser tratado como alguém que tem um rei na barriga, que faz o que bem entende e não pode ser demitido por suas más ações.

- Por sorte, neste caso, o professor era um ACT, mas, se fosse concursado, a demissão seria pouco provável. Isso é algo que deveria, sim, justificar a exoneração de um professor, mesmo sendo concursado.

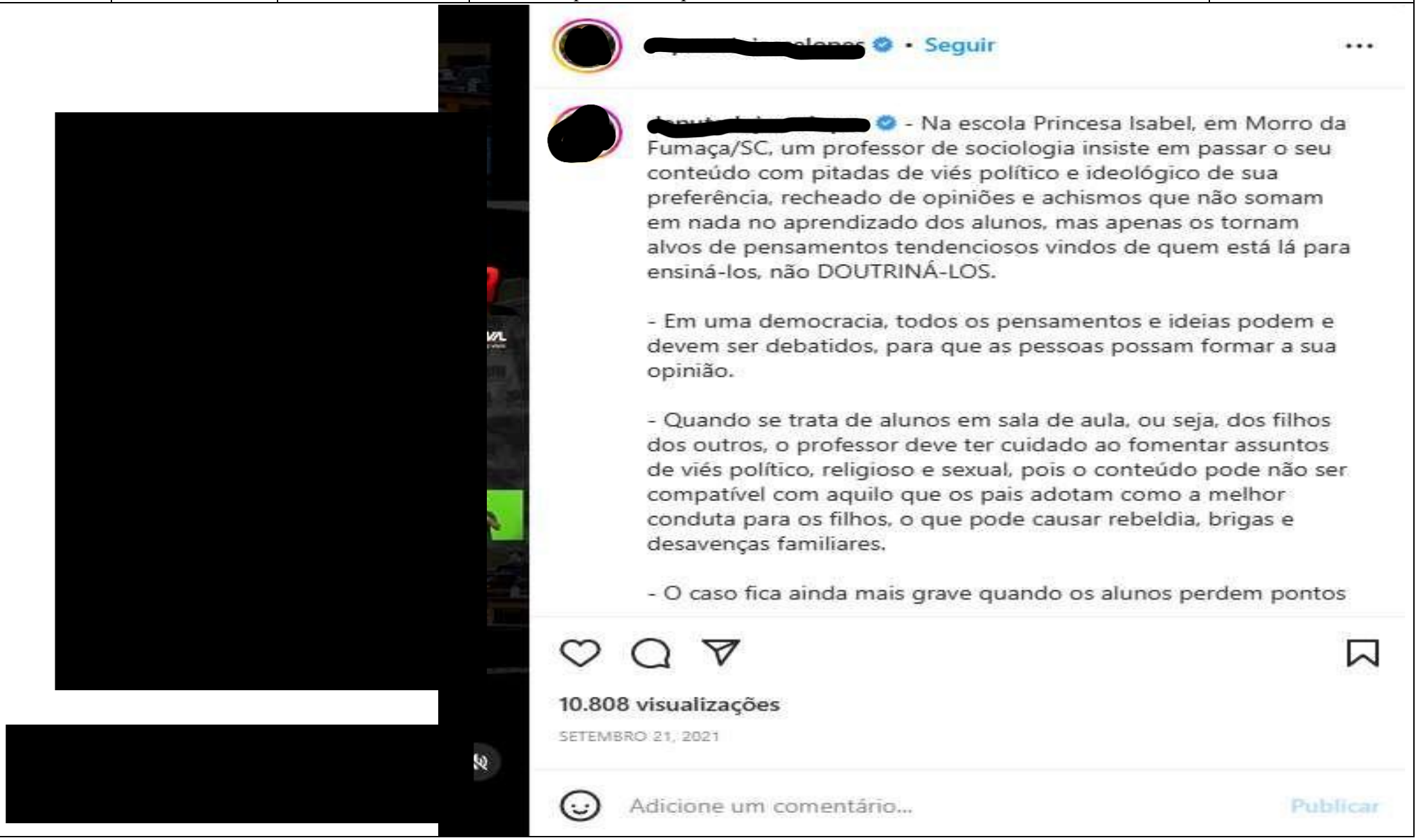
- Escola é para ESCOLARIZAR, não para EDUCAR, e muito menos DOUTRINAR. Por isso, fica aqui minha congratulação à atitude de coragem do prefeito Clésio Salvaro, que enfrentou aquilo que tem de mais destrutivo em nossa sociedade: o ataque à moral, à cultura e à sexualidade das nossas crianças. NÃO PODEMOS ACEITAR!

79 sem Ver tradução

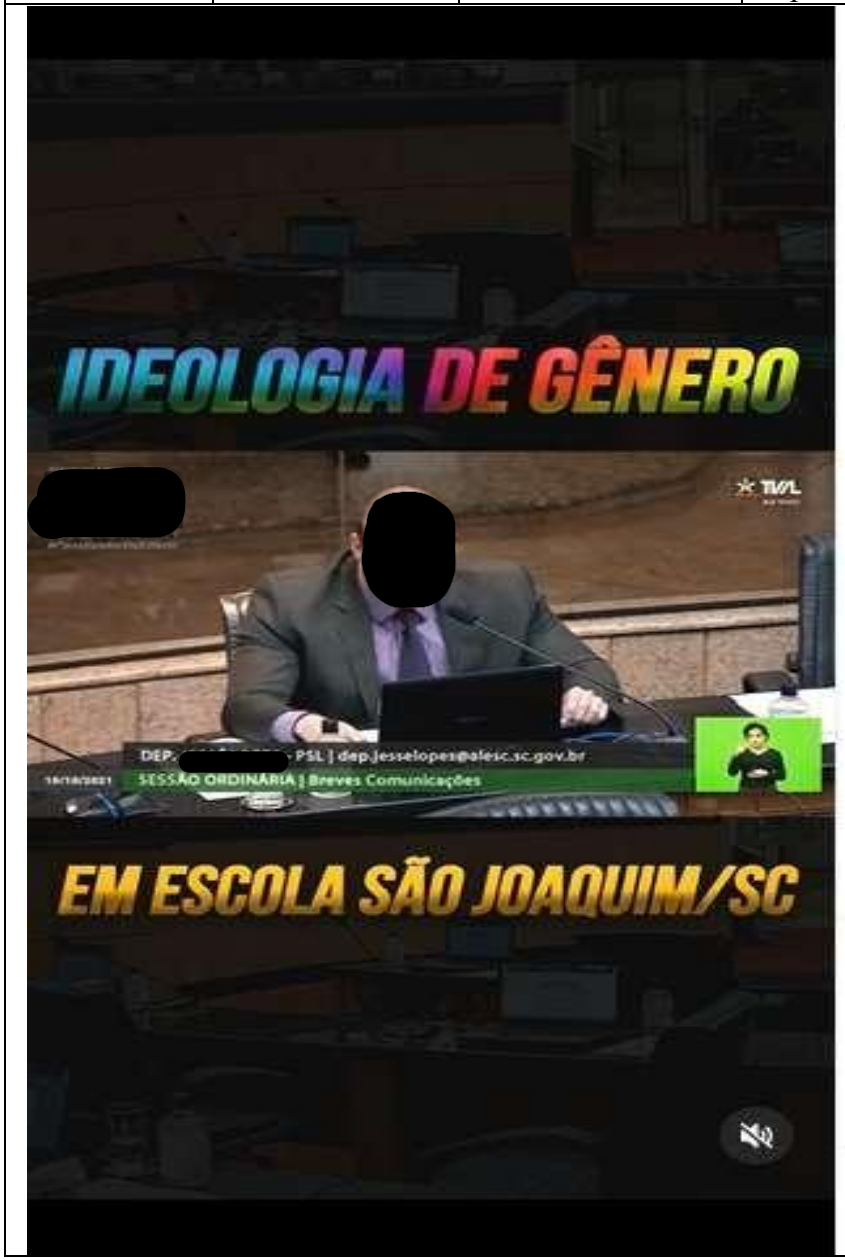
22.730 visualizações

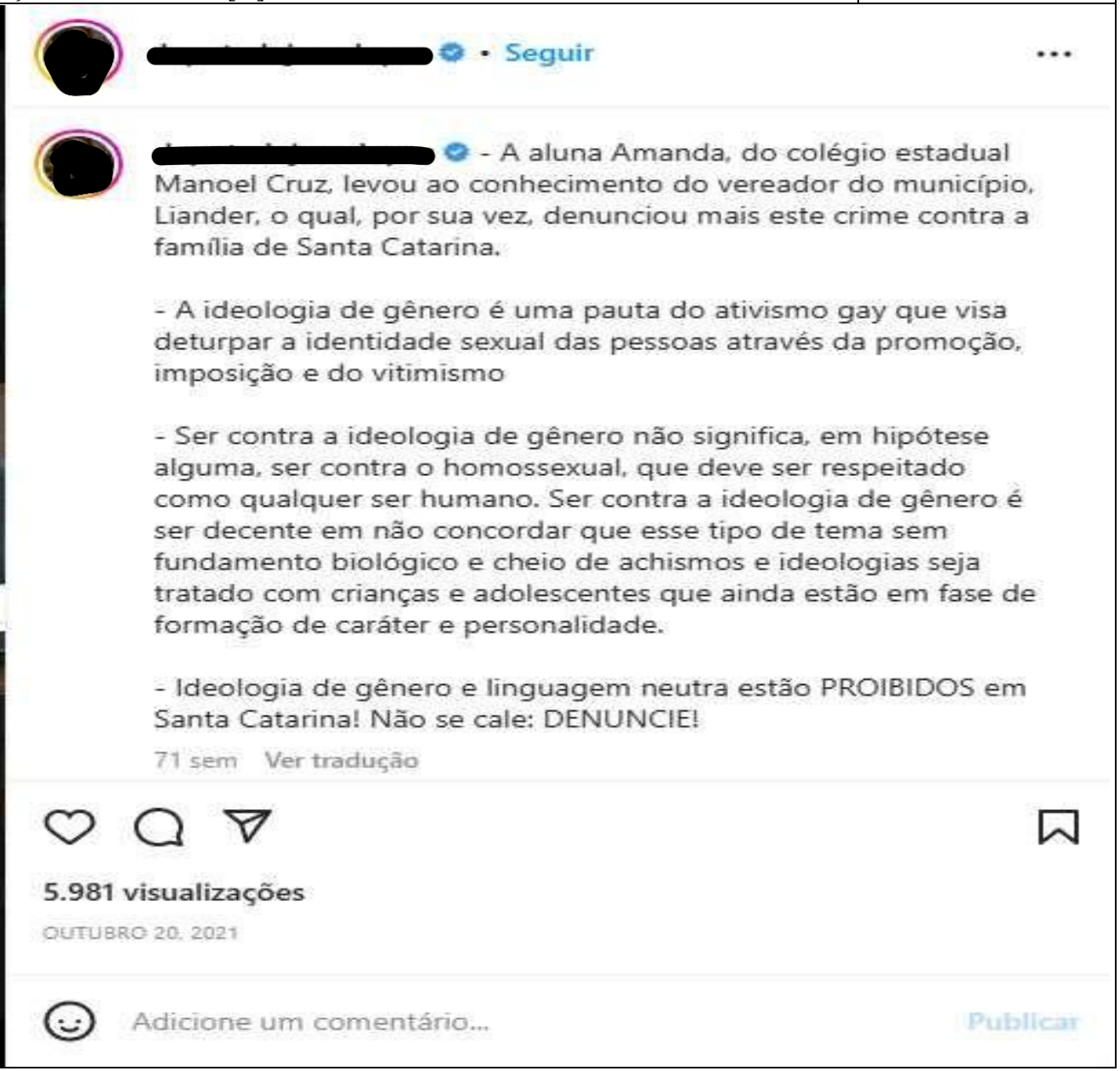
AGOSTO 26, 2021

Deputado	Escola Princesa Isabel – Morro da Fumaça/SC	Denúncia de professor doutrinador	Vídeo – Na Escola Princesa Isabel, em Morro da Fumaça/SC, um professor de sociologia insiste em passar o seu conteúdo com pitadas de viés político e ideológico de sua preferência, recheado de opiniões e achismos que não somam em nada no aprendizado dos alunos, mas apenas os tornam alvos de pensamentos tendenciosos vindos de quem está lá para ensiná-los, não DOUTRINÁ-LOS.	21/09/2021



Deputado	Colégio Estadual Manoel Cruz, de São Joaquim	Ideologia de Gênero em Escola de São Joaquim/SC	(Vídeo) A aluna Amanda, do colégio estadual Manoel Cruz, levou ao conhecimento do vereador do município, Liander, o qual, por sua vez, denunciou mais este crime contra a família de Santa Catarina. A ideologia de gênero é uma pauta do ativismo gay que visa deturpar a identidade sexual das pessoas através da promoção, imposição e do vitimismo [...].	20/10/2021





Deputado		Governador sanciona lei que pode escancarar o feminismo nas escolas de SC	(Vídeo) Sem surpresas, o governador sancionou a lei da bancada feminina da ALESC, encabeçada pela deputada do PT. Trata-se de um projeto com título aparentemente legal, mas com um conteúdo que pode ser terrível, porque "estica o tapete vermelho" para que ONGs e movimentos feministas pautem temas dentro das nossas escolas [...].	26/10/2021



[redacted] • Seguir

[redacted] - Sem surpresas, o governador sancionou a lei da bancada feminina da ALESC, encabeçada pela deputada do PT.

- Trata-se de um projeto com título aparentemente legal, mas com um conteúdo que pode ser terrível, porque "estica o tapete vermelho" para que ONGs e movimentos feministas pautem temas dentro das nossas escolas.

- O feminismo prega que a mulher deve se afastar dos homens porque não precisam deles para nada. Eles criminalizam o homem, fazem política de vitimismo, pregam o divórcio, acham que todos devem transar com todo mundo, inclusive com outras mulheres, são a favor da ideologia de gênero, do aborto e de outras aberrações. Em suma, odeiam os homens.

- Tentarei reverter com um projeto para REVOGAR essa lei o quanto antes.

70 sem Ver tradução

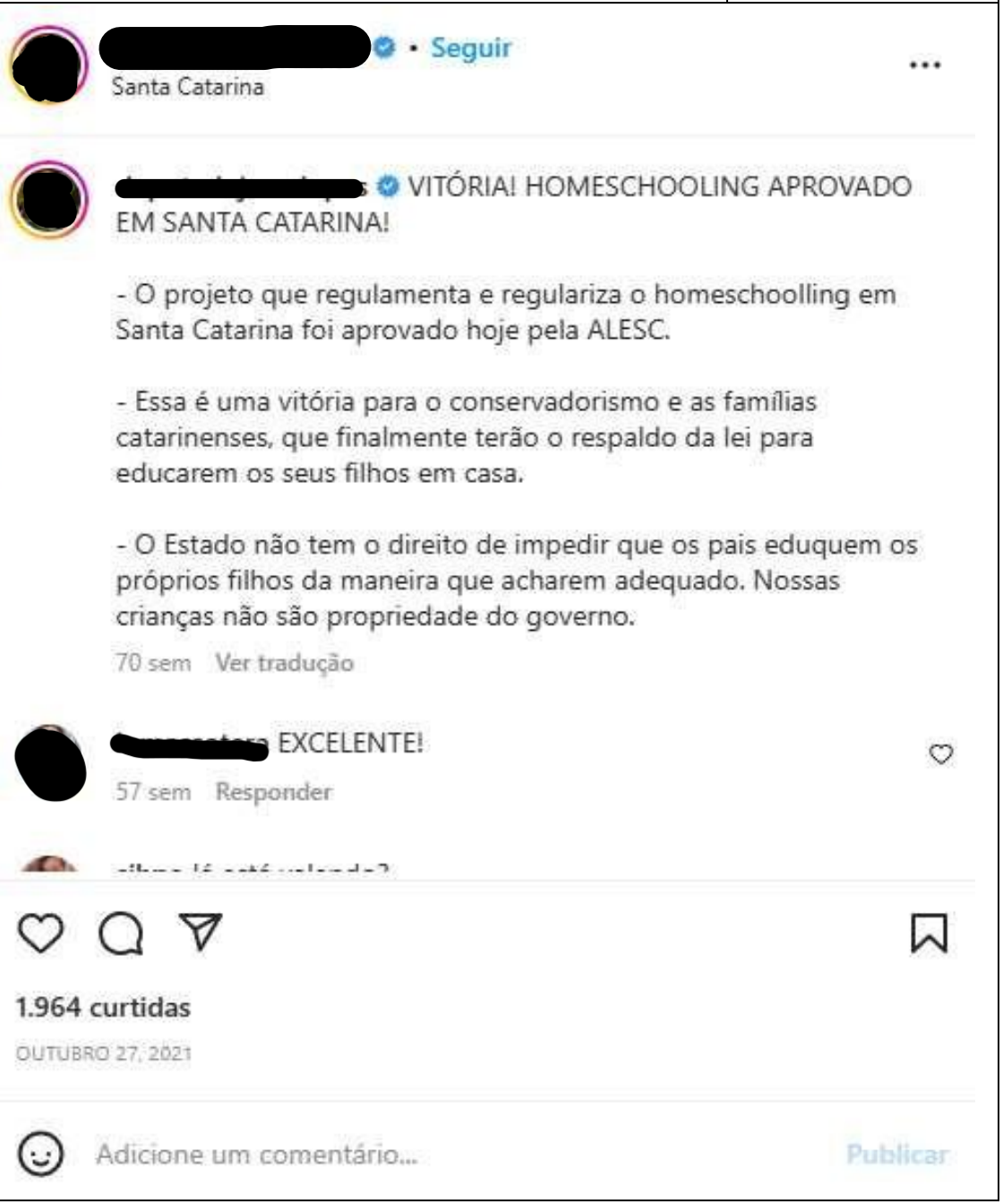
5.403 visualizações

OUTUBRO 26, 2021

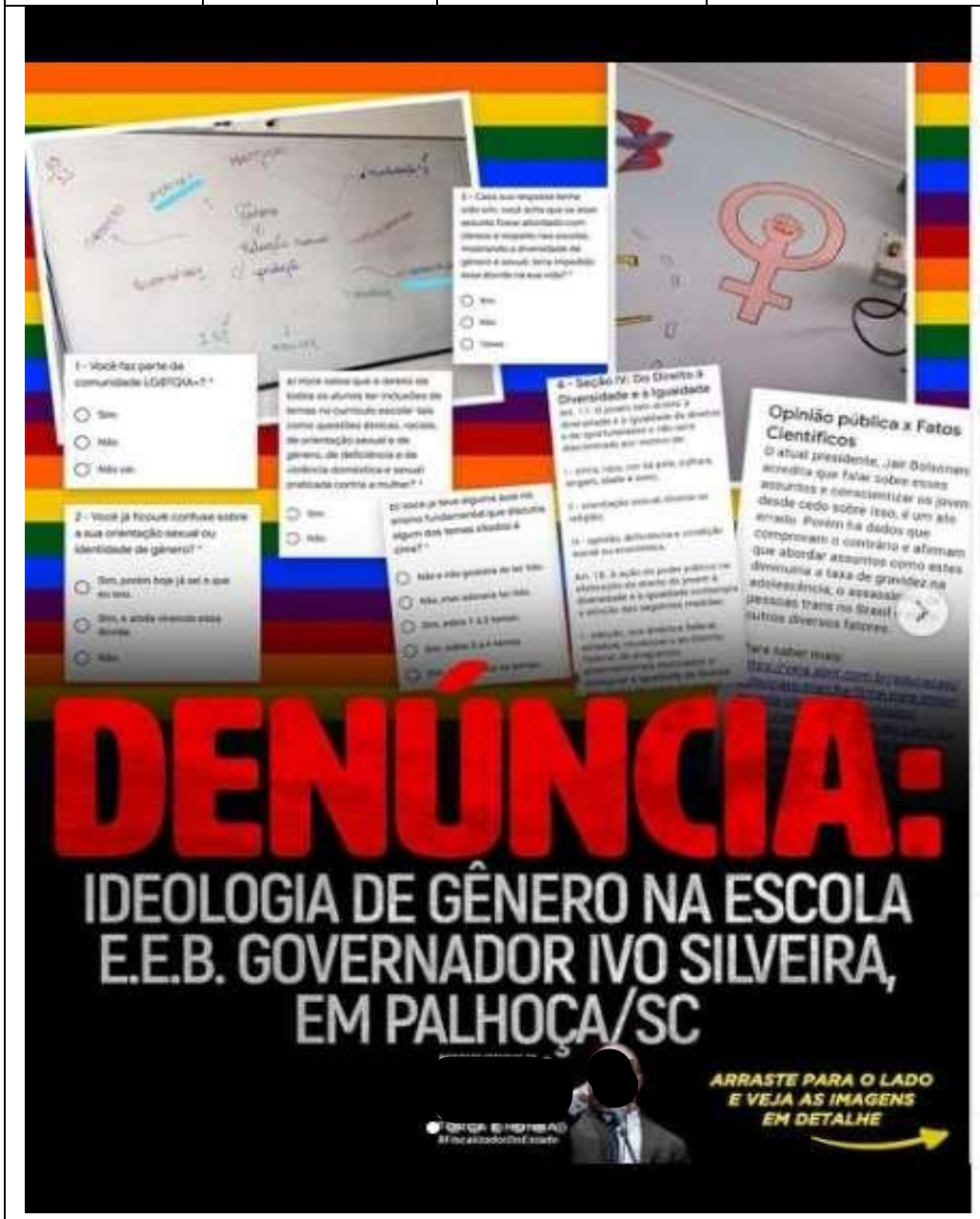
Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Vitória! Homeschooling aprovado em SC	O projeto que regulamenta e regulariza o *homeschooling* em Santa Catarina foi aprovado hoje pela ALESC.	27/10/2021



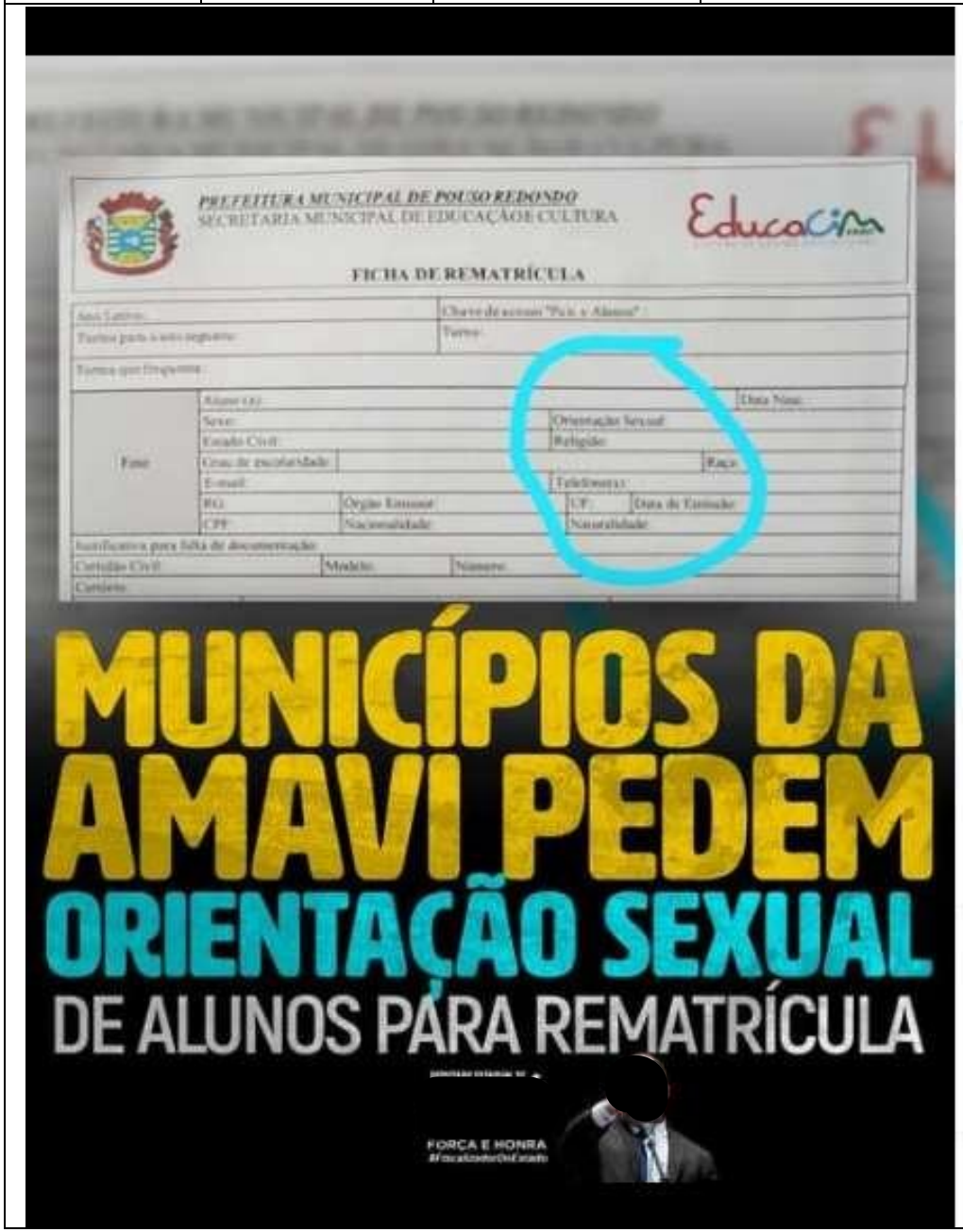


Deputado	EEB Gov. Ivo Silveira, Palhoça.	Denúncia: Ideologia de Gênero em outra escola de SC	Na EEB Governador Ivo Silveira, em Palhoça/SC, os alunos tiveram que responder uma pesquisa tendenciosa e fazer um projeto de pesquisa com temas relacionados ao movimento gayzista [...].	04/11/2021





Deputado		Denúncia: ficha de rematrícula pede orientação sexual de alunos	Um formulário de rematrícula pede a “orientação sexual” de alunos que vão do primeiro ao nono ano, ao invés de solicitar apenas o “sexo”, restrito a masculino ou feminino. O material está sendo enviado para alunos da rede municipal da cidade de Pouso Redondo, no Vale do Itajaí [...].	08/11/2021



[redacted] • Seguir

[redacted] DENÚNCIA: FICHA DE REMATRÍCULA PEDE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE ALUNOS

- Um formulário de rematrícula pede a "orientação sexual" de alunos que vão do primeiro ao nono ano, ao invés de solicitar apenas o "sexo", restrito a masculino ou feminino. O material está sendo enviado para alunos da rede municipal da cidade de Pouso Redondo, no Vale do Itajaí.

- Segundo testemunhas, toda a região da AMAVI, compreendendo todo o Vale, estaria recebendo a mesma ficha. Além de solicitar a orientação sexual de crianças, o material ainda pede definição de "raça" e "religião".

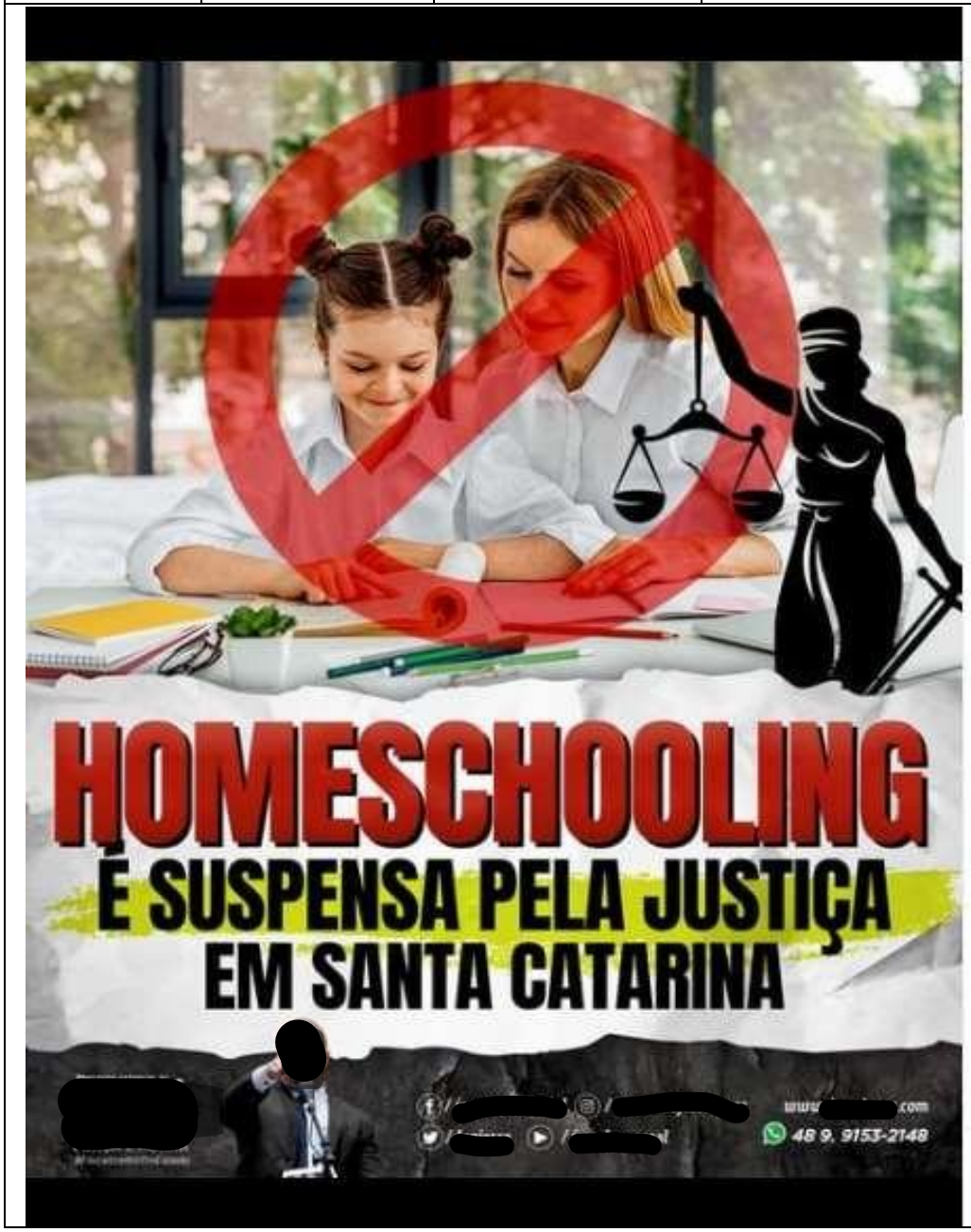
- Como estamos defendendo desde o começo de nosso mandato, o povo catarinense é conservador e cristão, e não admite esse tipo de ação por parte de representantes eleitos por ele. O Estado não pode impor uma ideologia que não tem nada com a nossa cultura e forma de vida. Nossas crianças não serão forçadas a participar de suas loucuras!

881 curtidas

NOVEMBRO 8, 2021

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Homeschooling é suspenso pela Justiça em Santa Catarina.	O Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu a lei que permitia o *homeschooling* no Estado. Segundo a desembargadora responsável, a matéria deve ser decidida na esfera federal [...].	03/12/2021



[redacted] • Seguir

[redacted] JUSTIÇA SUSPENDE HOMESCHOOLING EM SC

- O Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu a lei que permitia o homeschooling no Estado. Segundo a desembargadora responsável, a matéria deve ser decidida na esfera federal.

- Além disso, a relatora também apontou que "é de se presumir que a proposta importará no aumento considerável de gastos, pois não se sabe como a conformação já saturada dos órgãos municipais possa dar conta da fiscalização útil e efetiva do sistema de educação domiciliar sem a contratação de novos funcionários e toda uma reestruturação administrativa".

- É sempre lamentável ver como o Estado insiste em ter a primazia e o domínio sobre nossas crianças. Uma prática saudável está sendo suspensa de forma unilateral, quando sabemos qual é o desejo da população catarinense nesse sentido. Como representantes legítimos do povo de Santa

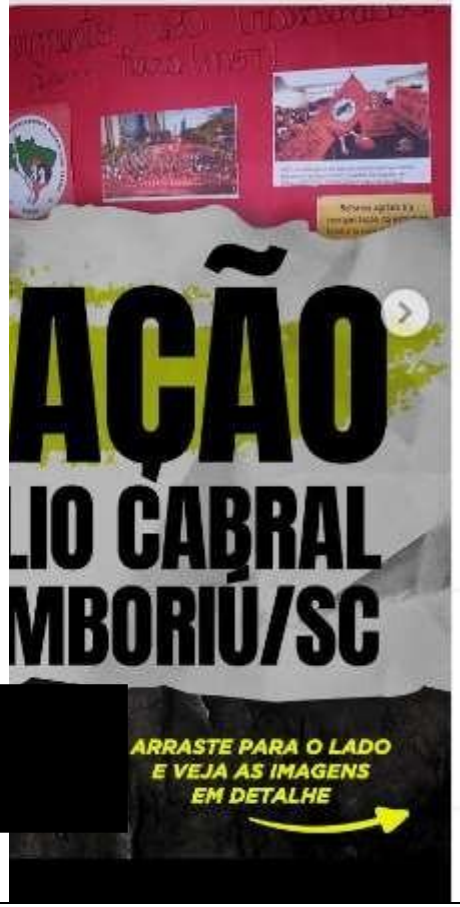
823 curtidas

DEZEMBRO 3, 2021

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	Escola Ruizelio Cabral, de Balneário Camboriú	Doutrinação em Escola de Balneário Camboriú/SC	Mais uma denúncia por parte de pais indignados com a doutrinação esquerdista que seus filhos estão sofrendo, dessa vez, na escola Ruizelio Cabral, em Balneário Camboriú/SC. Pelas paredes da escola, estão expostos diversos cartazes, provavelmente produzidos por alunos, que fazem apologia aos movimentos militantes de esquerda (movimento gay, trabalhista, negro, passe livre, etc.) que, no discurso, passam como “voz do povo”, mas, na prática e realidade, são militantes profissionais que servem para dar mais força política aos poderosos [...].	11/12/2021





[redacted] • Seguir

[redacted] DOUTRINAÇÃO EM ESCOLA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

- Mais uma denúncia por parte de pais indignados com a doutrinação esquerdista que seus filhos estão sofrendo, dessa vez, na escola Ruizelio Cabral, em Balneário Camboriú/SC.

- Pelas paredes da escola, estão expostos diversos cartazes, provavelmente produzidos por alunos, que fazem apologia aos movimentos militantes de esquerda (movimento gay, trabalhista, negro, passe livre, etc.) que, no discurso, passam como "voz do povo", mas, na prática e realidade, são militantes profissionais que servem para dar mais força política aos poderosos. Esses movimentos enganam o povo e se aproveitam dos pobres para conseguir poder aos líderes e seus companheiros de partido.

- Santa Catarina não tolera esse tipo de tratamento com nossas crianças. Não iremos aceitar mais a doutrinação esquerdista nas escolas pagas com o nosso dinheiro. Nossos filhos não serão massa de manobra da esquerda, muito menos curral eleitoral.

770 curtidas

DEZEMBRO 11, 2021

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		TCE-SC diz que transexual pode se aposentar como mulher	Vídeo - Decifre a lógica [...]	19/02/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] TCE-SC DIZ QUE TRANSSEXUAL PODE SE APOSENTAR COMO MULHER

DECIFRE A LÓGICA

- A pessoa nasce; o Estado exige um registro do nascimento dessa pessoa e a emissão dos documentos de identificação; os documentos são emitidos e a pessoa é registrada de acordo com a realidade inescapável dos fatos: homem ou mulher, local de nascimento e hora.

- Anos depois, a pessoa entra com um processo na Justiça Estadual para alterar alguns dados naturais de registro em razão de mudanças sociais. Ela solicita a alteração ao seu empregador, que, neste caso é o Estado.

- Ele faz as alterações, mas ela descobre que o empregador alterou apenas o nome, esquecendo-se de alterar o sexo para feminino. Ela processa o Estado por meio da Justiça Estadual. A Justiça Estadual condena o Estado a pagar R$ 5.000,00 por danos

10.791 visualizações

FEVEREIRO 19, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	IFSC de Gaspar/SC	IFSC de Gaspar/SC chama transexuais para “descontruir a biologia”	(Vídeo) Na semana passada, dia 16/02/2022, uma professora de BIOLOGIA do IFSC de Gaspar/SC realizou uma live onde chamou transexuais para desconstruir a BIOLOGIA. Além disso, os homens travestidos falaram aos alunos sobre suas “experiências” e dificuldades para se inserir na sociedade [...].	24/02/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] IFSC DE GASPAR/SC CHAMA TRANSSEXUAIS PARA “DESCONSTRUIR A BIOLOGIA”

- Na semana passada, dia 16/02/2022, uma professora de BIOLOGIA do IFSC de Gaspar/SC realizou uma live onde chamou transsexuais para desconstruir a BIOLOGIA. Além disso, os homens travestidos falaram aos alunos sobre suas "experiências" e dificuldades para se inserir na sociedade.

- A professora mandou que os alunos assistissem para poderem "compreender" melhor o conteúdo e também porque aprenderiam sobre o tema nas aulas de educação física. Será mesmo que os alunos querem ou precisam saber sobre as dificuldades que os próprios travestidos impuseram as suas vidas, querendo que os outros os aceitem, sendo que nem eles mesmos aceitam como são?!

- Sim, é preciso respeitar a todos enquanto seres humanos. Cada um que viva a sua vida sexual da forma como bem entender. É preciso respeitá-los, mas também é preciso que ELES NOS

12.865 visualizações

FEVEREIRO 24, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	Escola Municipal Cívico Militar Presidente Castello Branco, de Joinville/SC	Alunas usam bandeira LGBT em escola militar de Joinville	Com ORDEM e DISCIPLINA não se brinca: após usarem a “bandeira” LGBT dentro da Escola Municipal Cívico Militar Presidente Castello Branco, três alunas, certamente manchada pela militância de esquerdistas disfarçados de professores, levaram advertência. O caso aconteceu em Joinville/SC [...].	04/03/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] ALUNAS USAM BANDEIRA LGBT EM ESCOLA MILITAR DE JOINVILLE

- Com ORDEM e DISCIPLINA não se brinca: após usarem a "bandeira" LGBT dentro da Escola Municipal Cívico Militar Presidente Castello Branco, três alunas, certamente tendo a cabeça manchada pela militância de esquerdistas disfarçados de professores, levaram advertência. O caso aconteceu em Joinville/SC.

- Os pais, que provavelmente também se renderam à ideologia esquerdista da desfiguração de gênero e da família, procuraram o presidente da União Nacional LGBT para buscar orientações contra a escola. A escola afirmou que a justificativa para a aplicação da pena foi a "promoção de campanha ou atividade sem prévia autorização pela direção". O caso repercutiu, e manifestações de esquerda foram feitas em frente à escola.

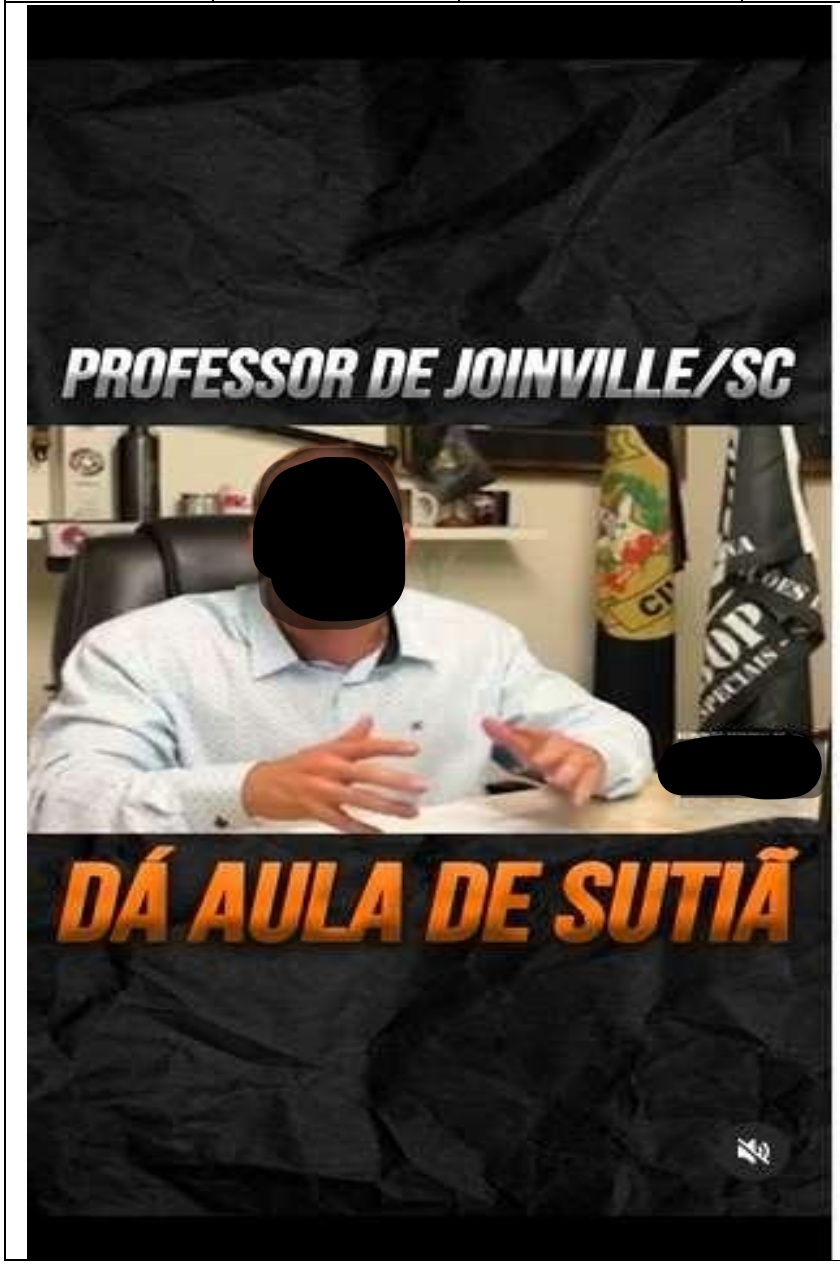
- O Conselho Municipal de Educação PROÍBE qualquer campanha dentro do ambiente escolar sem autorização. Ainda

2.744 curtidas

MARÇO 4, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	Escola Plácido Olímpio Oliveira, de Joinville	Professor dá aula de sutiã na Escola Plácido Olímpio Oliveira, de Joinville	(Vídeo) O ativismo gayzista está cada vez mais incisivo em nossa sociedade, sobretudo nas escolas [...].	16/03/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] PROFESSOR DÁ AULA DE SUTIÃ NA ESCOLA PLÁCIDO OLÍMPIO OLIVEIRA, DE JOINVILLE

- O ativismo gayzista está cada vez mais incisivo em nossa sociedade, sobretudo nas escolas.

- O que um professor que se veste desta forma busca? Com certeza, não é ganhar a simpatia dos alunos, mas tentar normatizar aquilo que não é normal.

- E a ação se torna ainda mais inescrupulosa e sorrateira porque foi feita dentro da sala de aula, onde os alunos são OBRIGADOS a presenciar a cena, tudo sem o conhecimento dos pais.

- Esse tipo de conduta não é adequada por parte de um docente. Questionaremos a Secretaria da Educação e exigiremos que o caso seja investigado a fundo para prestar esclarecimentos aos pais catarinenses.

Editado · 50 sem Ver tradução

20.300 visualizações

MARÇO 16, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Doutrinação no IFSC	O material distribuído para as eleições 2022 do SINASEFE/IFSC é um antro de apologia esquerdista de ambas as chapas [...].	26/03/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] DOUTRINAÇÃO NO IFSC

- O material distribuído para as eleições 2022 do SINASEFE/IFSC é um antro de apologia esquerdista de ambas as chapas.

- O panfleto da chapa 1 afirma que "o Sinasefe foi sábio em construir a luta contra o Golpe de 2016, pelo Fora Temer, contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência, pela liberdade do Presidente Lula", entre outras mentiras sindicalistas, como denuncias de "posturas que flertam com machismo, misoginia, racismo, capacitismo e LGBTfobia". O material afirma suas intenções: "o Plano de Lutas que defendemos perpassa a luta pelo Fora Bolsonaro e o enfrentamento ao bolsonarismo, como medida radical para banir por completo qualquer ameaça à democracia brasileira."

- O panfleto da chapa 2 é repleto de ilustrações com mensagens claras da esquerda classicista e preconceituosa que busca dividir a sociedade e implantar o ódio ao próximo na mente dos alunos. O material ainda afirma "vencer o bolsonarismo é defender um

830 curtidas

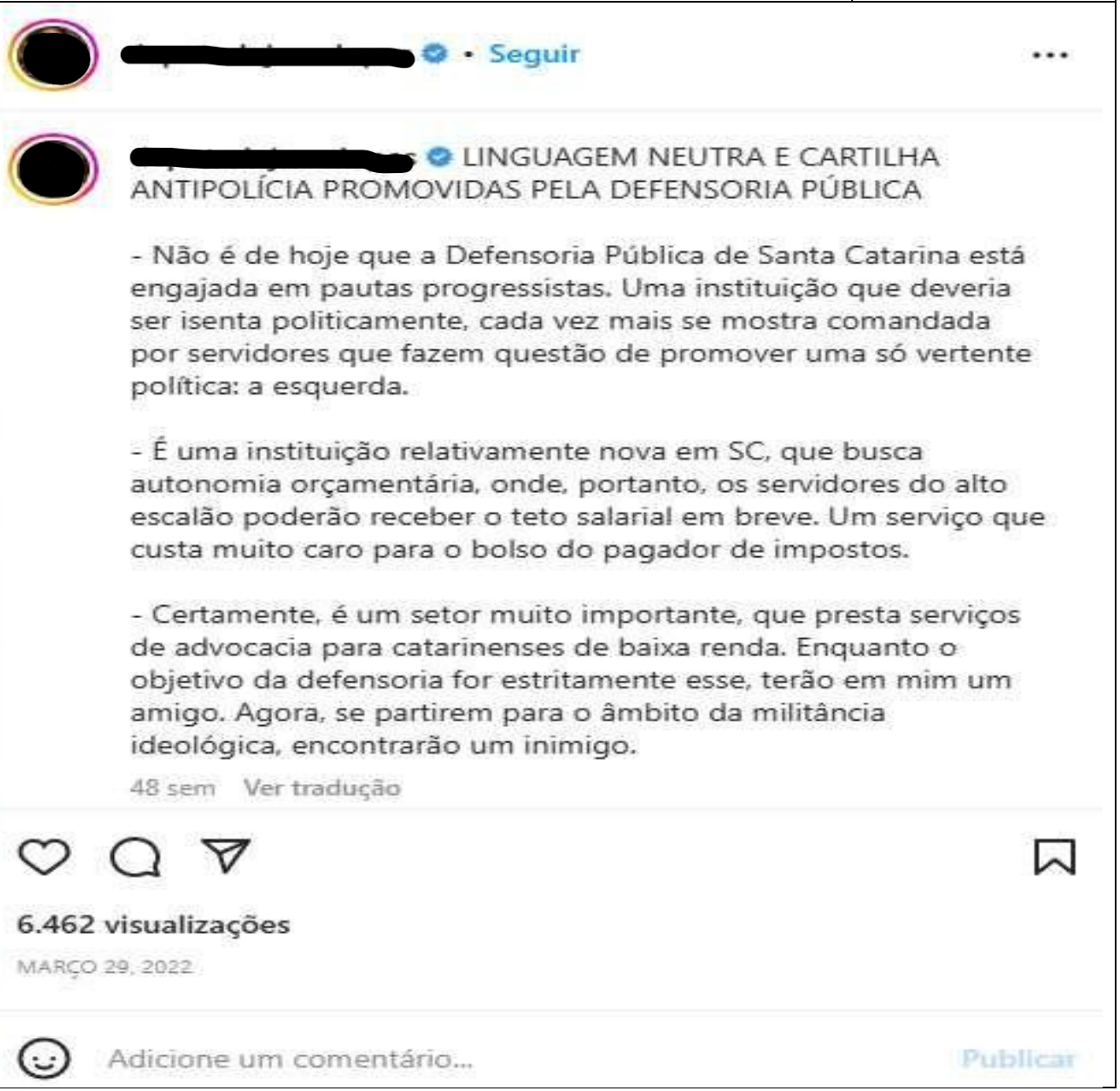
MARÇO 26, 2022

Adicione um comentário... Publicar

[redacted]

Deputado		Linguagem neutra e cartilha antipolícia promovidas pela Defensoria Pública	(Vídeo) Não é de hoje que a Defensoria Pública de Santa Catarina está engajada em pautas progressistas. Uma instituição que deveria ser isenta politicamente, cada vez mais se mostra comandada por servidores que fazem questão de promover uma só vertente política: a esquerda [...].	29/03/2022





Deputado	IFSC de Palhoça	Doutrinação no IFSC de Palhoça/SC	O Instituto Federal de Santa Catarina, na cidade de Palhoça, promoveu entre os alunos a criação de uma campanha de difamação contra o presidente Jair Bolsonaro [...].	29/04/2022



Deputado	UFSC	UFSC promove debate sobre de Ideologia Gênero	A UFSC (de novo!) promoverá um evento para debater sobre a ideologia de gênero. Até aí, nenhuma novidade na pauta esquerdista e lacradora. Contudo, o que chama mais atenção é que o evento acontecerá no Centro de Ciências Biológicas da universidade. Um filme de militância esquerdista será transmitido ao público em um evento aberto. Ele conta a história de um ser chamado Bailey, que assume ser "não-binário" (ou será que é binári E?) [...].	16/05/2022



[redacted]

[redacted] • Seguir

[redacted] UFSC PROMOVE DEBATE SOBRE IDEOLOGIA DE GÊNERO

- A UFSC (de novo!) promoverá um evento para debater sobre a ideologia de gênero. Até aí, nenhuma novidade na pauta esquerdista e lacradora. Contudo, o que chama mais atenção é que o evento acontecerá no Centro de Ciências Biológicas da universidade.

- Um filme de militância esquerdista será transmitido ao público em um evento aberto. Ele conta a história de um ser chamado Bailey, que assume ser "não-binário" (ou será que é binári E?). O evento pretende promover um debate sobre os temas do filme.

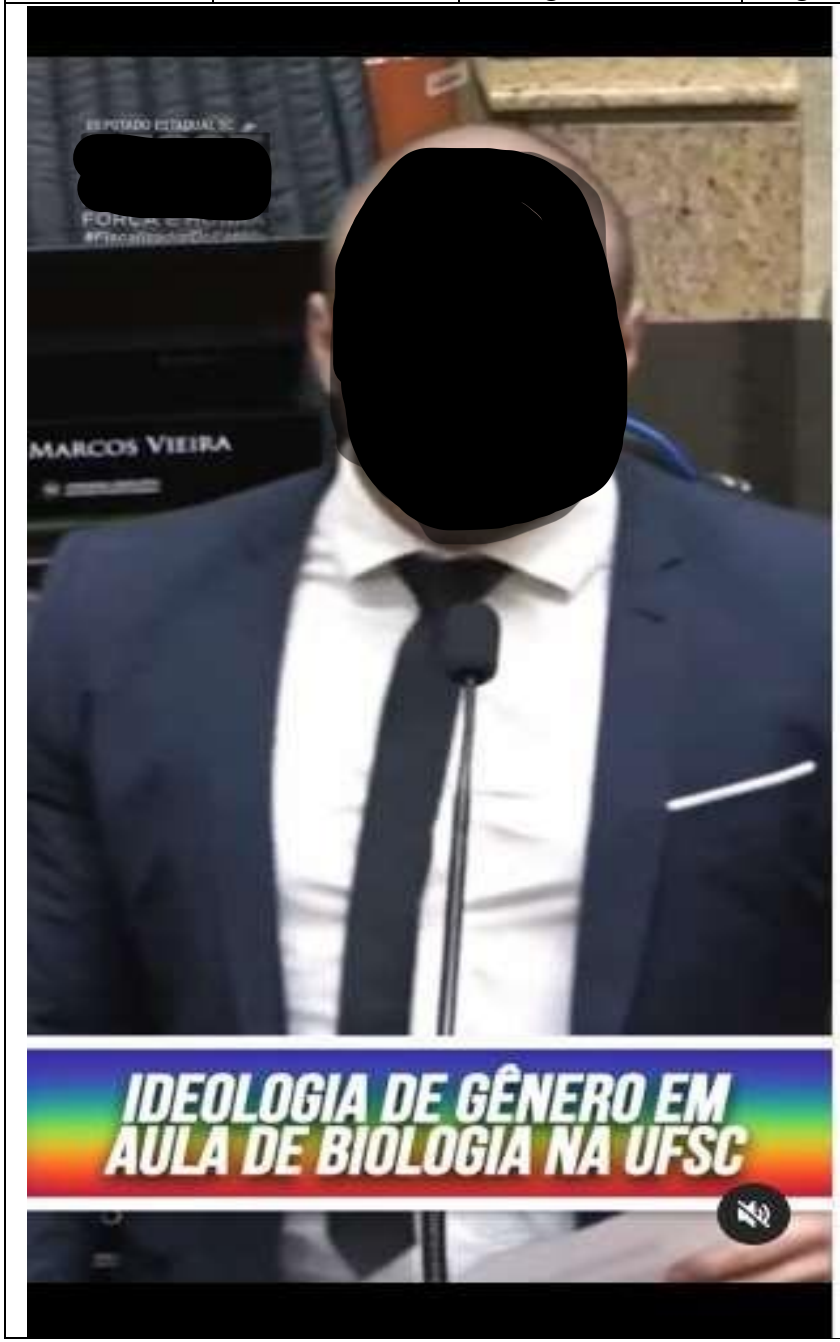
- Sim, meus amigos, um centro de biologia de uma universidade federal sediará um debate sobre uma pauta de militância esquerdista que prega justamente que a biologia não determina a sexualidade de ninguém, isto é, o anticientificismo completo que nega DNA, cromossomos e características físicas.

141 curtidas

MAIO 16, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	UFSC	Ideologia de Gênero em aula de Biologia na UFSC	(Vídeo) Não é novidade ver a UFSC promovendo militância esquerdista entre os seus alunos. Contudo, dessa vez, a coisa ficou ainda pior: o evento sobre ideologia de gênero aconteceu no Centro de Ciências Biológicas! [...]	20/05/2022



[redacted] • Seguir

Áudio original

[redacted] IDEOLOGIA DE GÊNERO EM AULA DE BIOLOGIA NA UFSC

- Não é novidade ver a UFSC promovendo militância esquerdista entre os seus alunos. Contudo, dessa vez, a coisa ficou ainda pior: o evento sobre ideologia de gênero aconteceu no Centro de Ciências Biológicas!

- Sim, meus amigos, negando qualquer tipo de ciência, uma universidade federal agora debate militância ideológica de esquerda disfarçada de produção acadêmica em seu instituto de ciências! DNA, cromossomos e características físicas foram jogados para baixo do tapete em nome da "tolerância". Tudo com uma capa de "ciência".

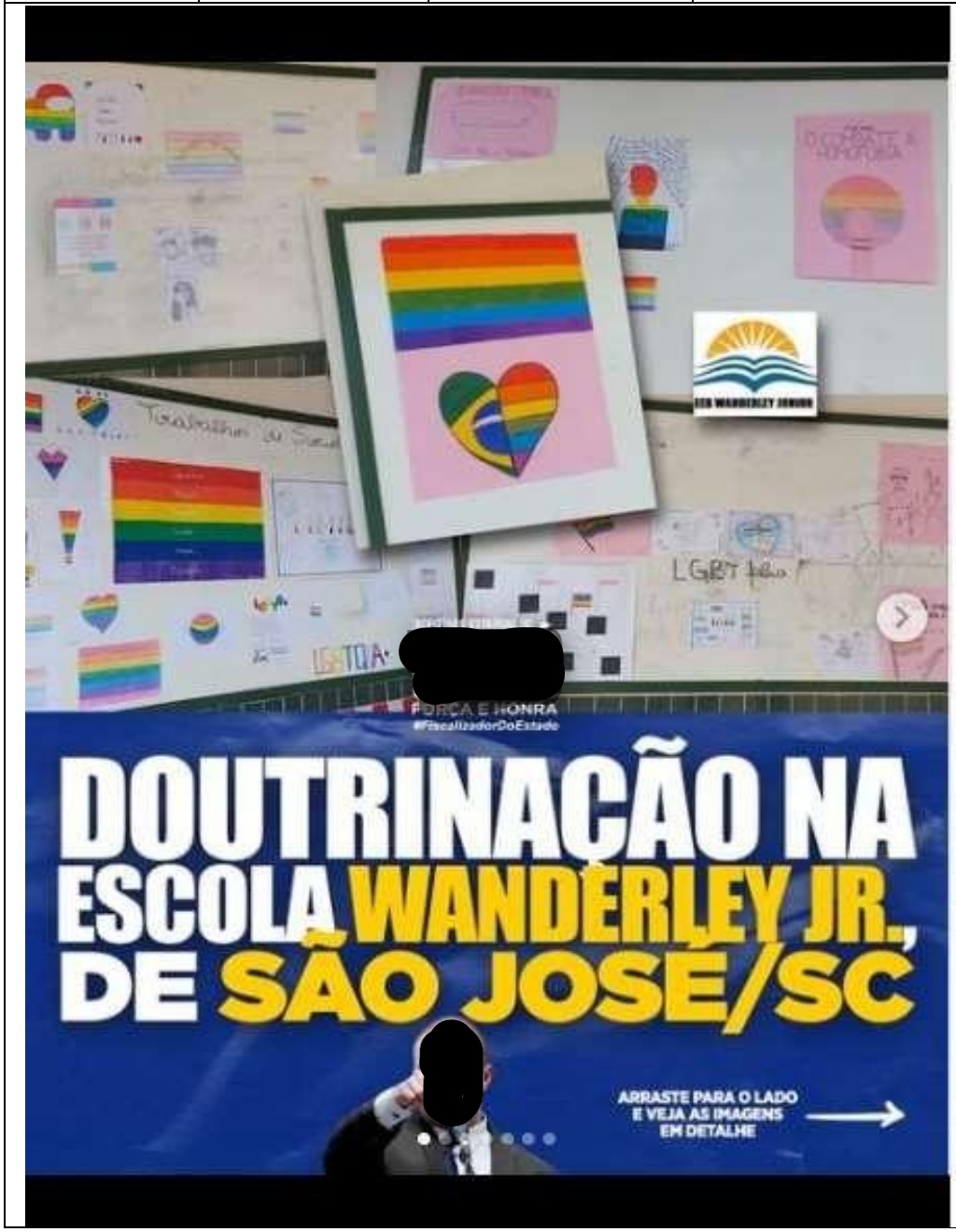
- Alguém já imaginou algo mais anticientífico do que isso? O pagador de impostos de Santa Catarina já está cansado de custear besteirol lacrador para um punhado de gente desocupada. Não toleramos mais esse tipo de uso do dinheiro público do catarinense!

558 curtidas

MAIO 20, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado	EEB Wanderley Jr, de São José	Doutrinação na Escola Wanderley Jr., de São José/SC	Segundo o IBGE, 1% da população se declara homossexual. Ou seja, a chance de existir uma criança homossexual dentro de uma sala de aula é de um para cem [...].	27/05/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] DOUTRINAÇÃO NA ESCOLA WANDERLEY JR., DE SÃO JOSÉ/SC

- Segundo o IBGE, 1% da população se declara homossexual. Ou seja, a chance de existir uma criança homossexual dentro de uma sala de aula é de um para cem.

- A justificativa de ensinarem esse tipo de coisa nas escolas é "combater a homofobia". Contudo, sabemos que o objetivo real não é esse.

- O que acaba acontecendo, na prática, é o estímulo precoce daquilo que, muitas vezes, leva o jovem a fazer coisas que não era a sua vontade, mas foi ensinado como algo normal, legal e bacana, como algo que ele acaba aderindo para inserir-se em grupos de jovens revoltados ou até por "modinha" mesmo.

- Sempre desconfie de quem quer combater a homofobia onde não existem alunos homossexuais e/ou alunos cometendo atos de homofobia e preconceitos dentro da instituição.

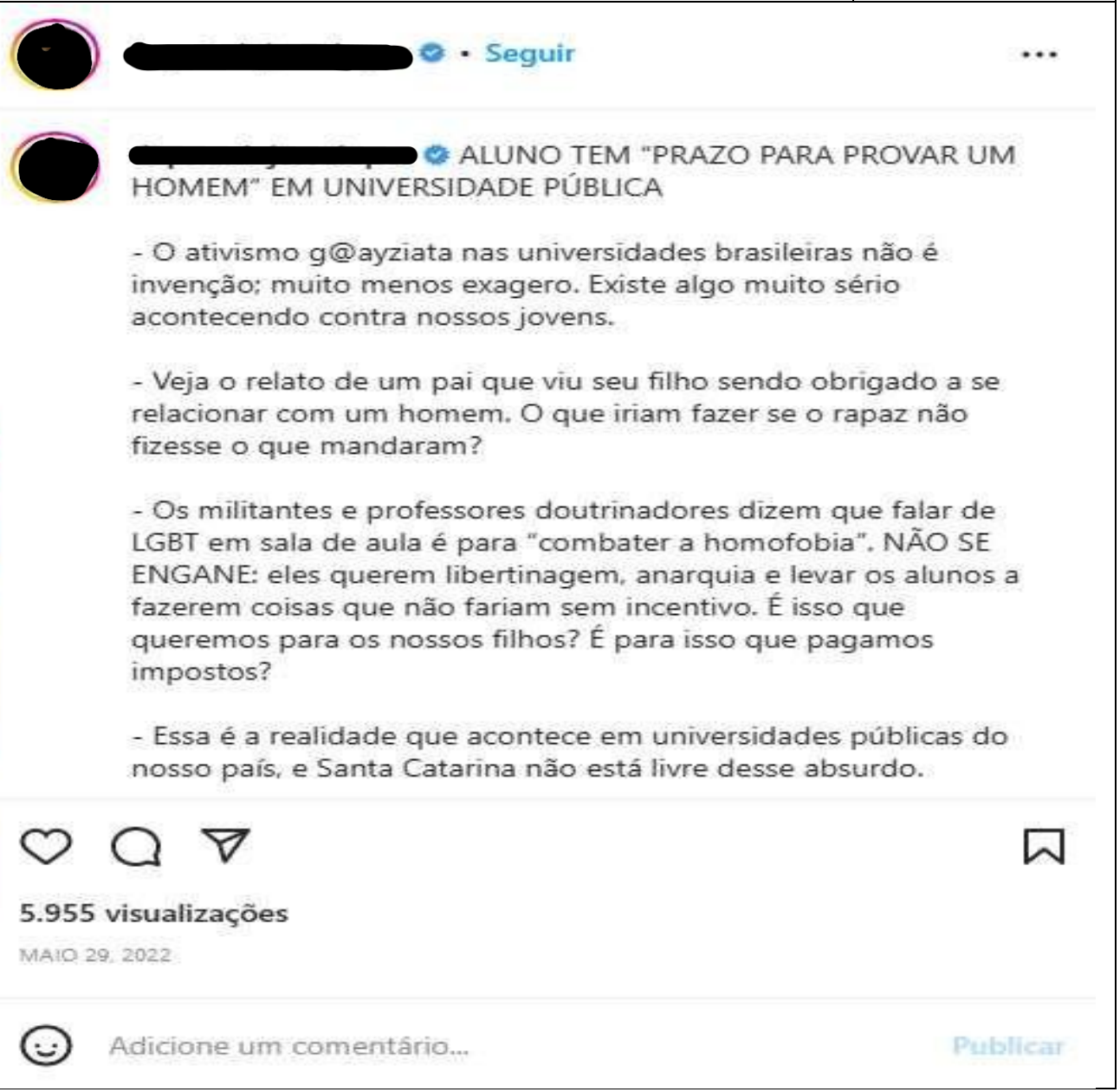
624 curtidas

MAIO 27, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Aluno tem “prazo para provar um homem” em universidade pública	(Vídeo) O ativismo ga@ayziata nas universidades brasileiras não é invenção; muito menos exagero. Existe algo muito sério acontecendo contra nossos jovens [...].	29/05/2022





Deputado		Deputada Ada promove agenda LGBT na ALESC	(Vídeo) Nesta audiência pública promovida pela deputada Ada de Luca, não teve nada de diferente daquilo que geralmente são os encontros do pessoal LGBT: privilégios, ideologia de gênero e linguagem neutra [...].	01/06/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] DEPUTADA ADA PROMOVE AGENDA LGBT NA ALESC

- O Estado de Santa Catarina, em sua grande maioria, é servido de pessoas cristãs e conservadoras. Em um Estado democrático, a vontade da maioria deve sempre vencer.

- Infelizmente, a ALESC, por algumas horas, virou palanque ideológico de divisão de classe, onde a minoria busca impor suas vontades e privilégios contra a maioria.

- Nesta audiência pública promovida pela deputada Ada de Luca, não teve nada de diferente daquilo que geralmente são os encontros do pessoal LGBT: privilégios, ideologia de gênero e linguagem neutra.

- O plano diabólico desse pessoal não se criará em Santa Catarina sem minhas críticas e oposição contundente. Seguimos vigilantes!

39 sem Ver tradução

3.120 visualizações

JUNHO 1, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Repúdio ao diretor da Escola de Itajaí que promoveu palestra LGBT	(Vídeo) Um diretor conhecido por perseguir alunos por divergências ideológicas, mesmo após manifestação contrária dos pais, insistiu em promover a palestra para a garotada do 9º ano [...].	07/06/2022





Deputado		OAB de SC implanta banheiro da diversidade de gênero	(Vídeo) A agenda g@yzIsta avança a passos largos. Através de vitimismo e falsas narrativas, eles vão impondo suas vontades políticas. Deixo registrado o meu REPÚDIO a essa ação da OAB, que, alé, de irresponsável, não condiz com a vontade da grande maioria [...].	08/06/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] OAB DE SC IMPLANTA BANHEIRO DE DIVERSIDADE DE GÊNERO

- A agenda g@yzIsta avança a passos largos. Através de vitimismo e falsas narrativas, eles vão impondo suas vontades políticas.

- Deixo registrado o meu REPÚDIO a essa ação da OAB, que, além de irresponsável, não condiz com a vontade da grande maioria.

- Aqueles que lutam contra a "homofobia" são os grandes responsáveis por cultivar o ÓDIO contra eles mesmos.

38 sem Ver tradução

[redacted] Só por falar "todos e todas", já demonstra, inicialmente, que o conhecimento em língua portuguesa dela é pífio e depois, indica de forma inconteste o viés ideológico. Por um acaso foi perguntado aos advogados o que achariam de gastar o dinheiro com esse tipo de ação de cunho

2.852 visualizações

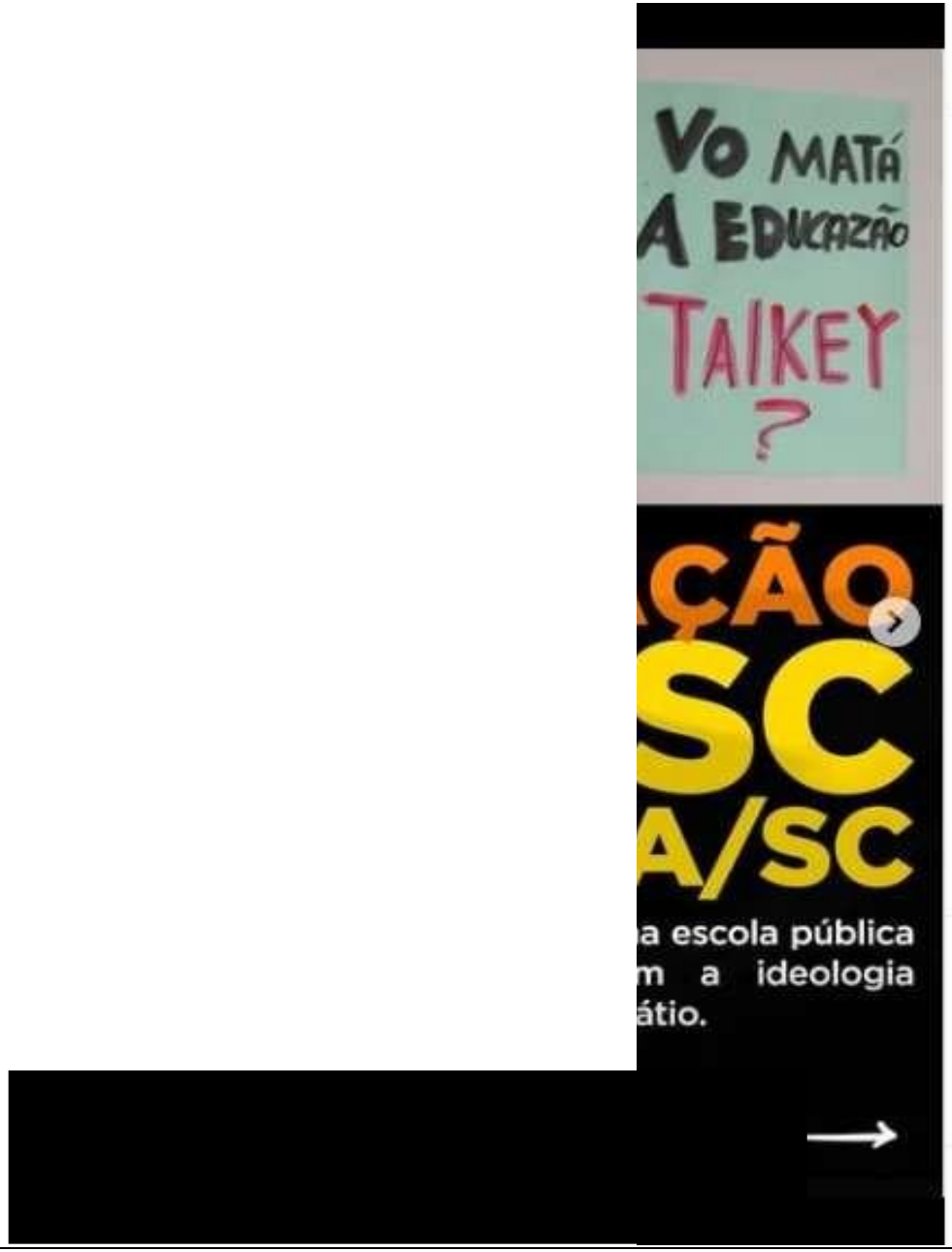
JUNHO 8, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Banheiro de diversidade e gênero em SC? Não!	O PL 0491.0/2021, de minha autoria, prevê a PROIBIÇÃO da utilização dos banheiros tradicionais por pessoas de sexo diferente do proposto [...].	09/06/2022



Deputado	IFSC de Ibirama	Doutrinação no IFSC de Ibirama/SC	Mais um caso de doutrinação em uma escola pública de Santa Catarina. Cartazes com a ideologia esquerdista foram espalhados pelo pátio [...].	10/06/2022



[redacted] • Seguir

[redacted] DOUTRINAÇÃO NO IFSC DE IBIRAMA/SC

- Mais um caso de doutrinação em uma escola pública de Santa Catarina. Cartazes com a ideologia esquerdista foram espalhados pelo pátio.

- Nos materiais, provavelmente produzidos, personagens do folclore são apresentados com as frases clichês da imaginação progressista.

- Essa é mais uma amostra do que ocorre no ambiente interno de nossas escolas, sem o conhecimento ou aprovação dos pais e sem preocupação nenhuma com o que importa nos estudos.

37 sem Ver tradução

[redacted] como se doem.

37 sem 7 curtidas Responder Ver tradução

[redacted] não sabe nem o nome da instituição

287 curtidas

JUNHO 10, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Pauta de Campanha Eleitoral	Vídeo – Durante o meu primeiro mandato, combati efusivamente a doutrinação escolar, especialmente sobre temas como militância LGBT, feminismo e ideologia de gênero. Essas pautas servem apenas para fazer uso político de nossos jovens [...].	19/08/2022



[redacted] • Seguir

Áudio original

[redacted] - 22.456 - O ESTADUAL DO BOLSONARO

- Me chamo [redacted] candidato à reeleição como Deputado Estadual por Santa Catarina.

- Durante o meu primeiro mandato, combati efusivamente a doutrinação escolar, especialmente sobre temas como militância LGBT, feminismo e ideologia de gênero. Essas pautas servem apenas para fazer uso político de nossos jovens.

- Por isso, quero continuar lutando pelo fortalecimento do ensino tradicional das matérias escolares em Santa Catarina. Mais do que nunca, preciso da confiança de quem acredita nos mesmos valores que os meus: Deus, pátria e família!

- Conheça meus projetos em defesa da família:

PEC 11/19 – Proíbe ideologia de gênero;
PL 44/22 – Permite e facilita a reflexão religiosa nas escolas;

883 curtidas

AGOSTO 19, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Pauta de Campanha Eleitoral	Vídeo – Sou contra a ideologia de gênero nas escolas públicas [...].	05/09/2022



[redacted] • Seguir

Áudio original

[redacted] SOU CONTRA A IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

- Já faz tempo que a esquerda largou a "luta do proletariado" para se voltar às supostas "minorias", que são usadas como a nova classe revolucionária para destruir o nosso país.

- Uma das agendas desse pessoal é inculcar em nossas crianças ideias avessas às nossas convicções e modo de viver: eles querem DOUTRINAR os alunos catarinenses com a ideologia de gênero, que busca destruir a ideia de homem e mulher.

- O povo catarinense é conservador e cristão. Jamais aceitaremos que nossos filhos sejam colocados contra nós e ensinados a serem militantes LGBT.

- Durante o meu primeiro mandato como Deputado Estadual, lutei ferrenhamente contra a doutrinação homossexual em nossas escolas. Agora, minha missão continua: serei o representante conservador na Assembleia Legislativa de Santa

1.617 curtidas

SETEMBRO 5, 2022

Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Pauta de Campanha Eleitoral	O deputado que é a favor da família e dos valores tradicionais, contra a ideologia de gênero e o aborto [...].	21/09/2022



[redacted] • Seguir
Santa Catarina

[redacted] RESPEITO À MORAL, VALORES, E À FAMÍLIA TRADICIONAL

- Em 2018, muito se falava sobre a existência de uma guerra ideológica que teria como objetivo destruir as bases fundamentais dos valores religiosos, morais, e especialmente da família.

- Ao ser eleito Deputado, tive dúvidas de que a luta ideológica que já conhecia do meio universitário se faria tão presente nas proposições e nas discussões políticas da Assembleia como se fizeram. Me surpreendi.

- O espanto que tive e ainda tenho ao ver certas posições na ALESC é tremendo, mas isso só me estimula mais e mais, dia após dia, a dar o melhor de mim contra tantas propostas ofensivas e destrutivas à família tradicional e à moralidade.

- Nesses quase 4 anos, fui incansável na defesa dos valores morais e religiosos, e lutei aos gritos quando necessário contra

847 curtidas

SETEMBRO 21, 2022

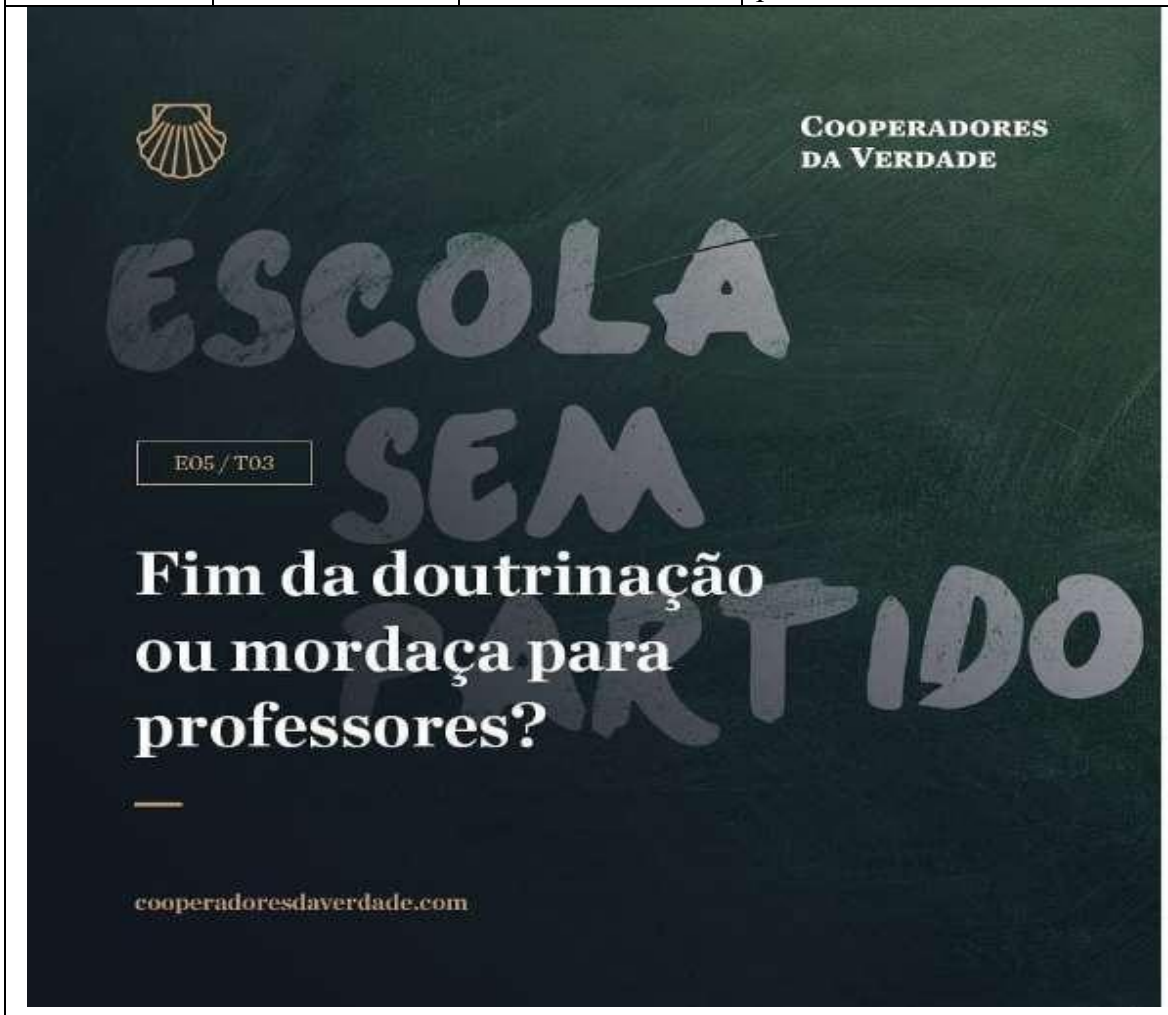
Adicione um comentário... Publicar

Deputado		Após ser identificado como homem, transexual acusa hospital de Itajaí de transfobia.	Mais um caso lamentável de VITIMIZAÇÃO e acusações de “transfobia” em um ambiente sério e técnico do serviço público: no último sábado, uma pessoa transexual buscou atendimento no Hospital Marieta Konder, em Itajaí, mas saiu sem tratamento após fazer uma confusão, com repercussão nas redes sociais e falsas acusações de transfobia contra os profissionais de saúde [...].	18/10/2022



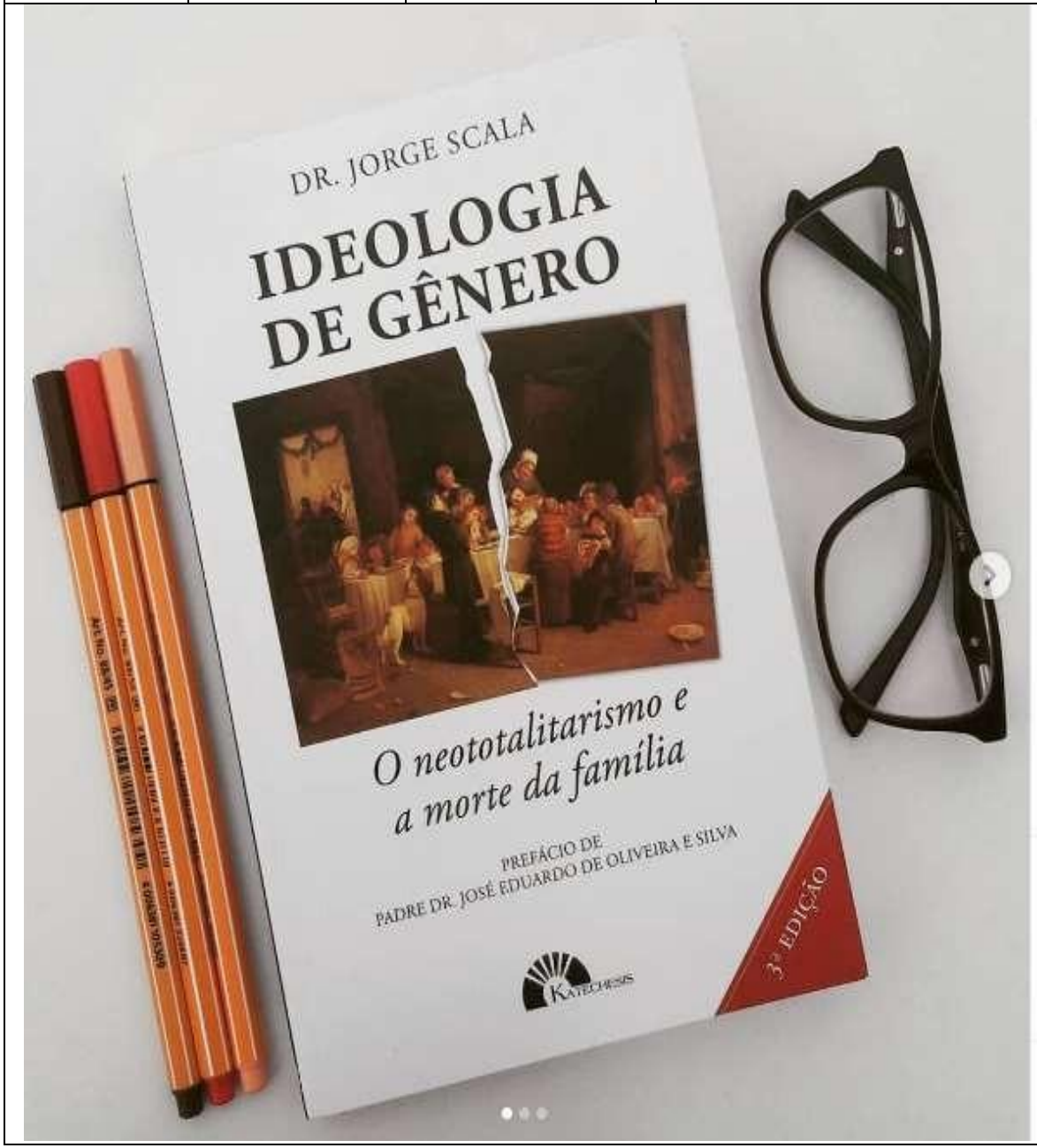


Deputada bolsonarista	Instituição de Ensino e a Cidade de Santa Catarina	Tema	Descrição na publicação-denúncia	Data da publicação
Deputada		Escola Sem Partido	Primeiro acionamento do Escola Sem Partido na rede. Participação da deputada no Programa Católico Os Cooperadores. Tema: Fim da doutrinação ou mordaça para professores.	30/01/2018



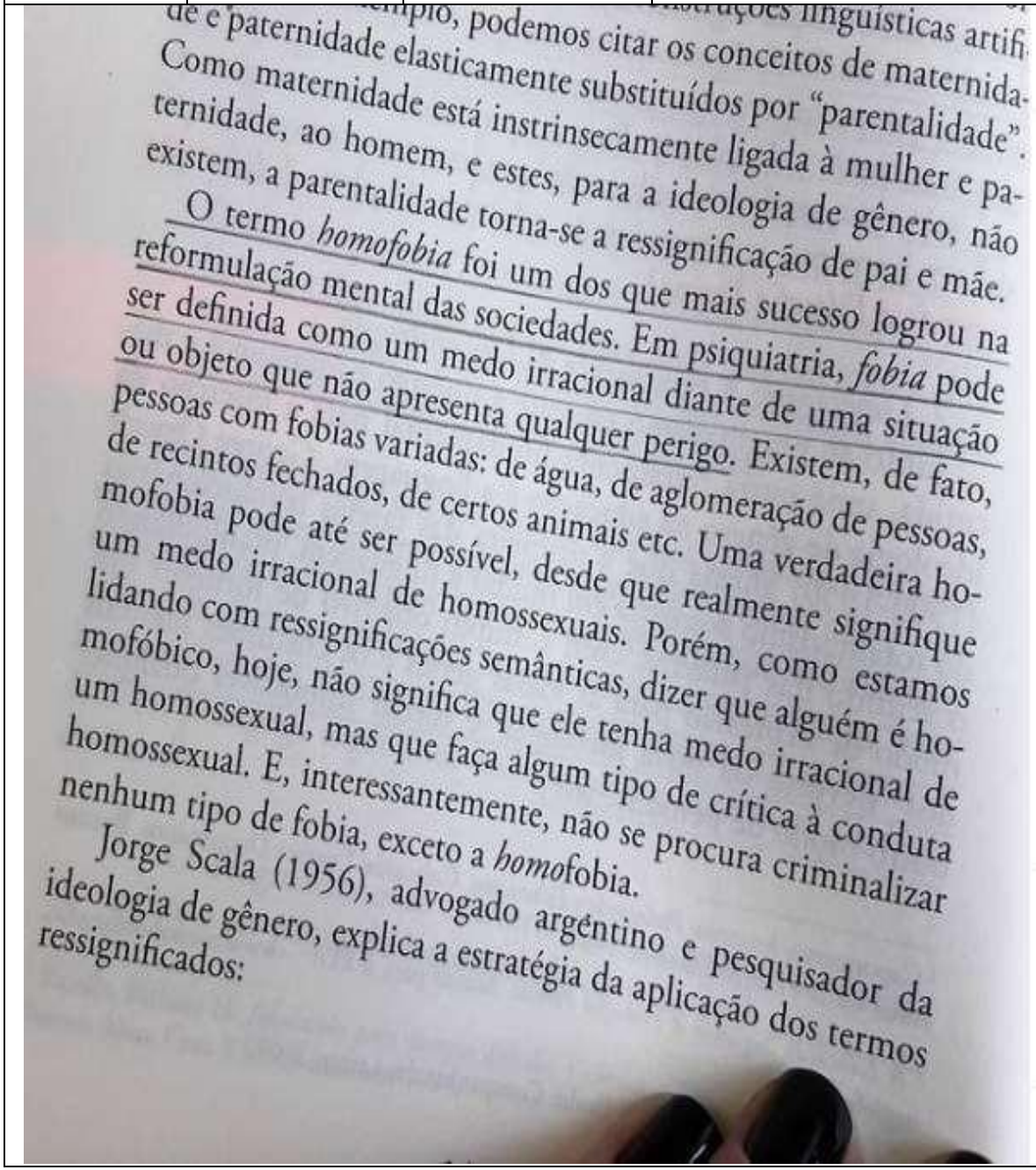


Deputada		Livro – Ideologia de Gênero, de Dr. Jorge Scala	Presente do professor Felipe Nery Martins Neto, chegou ontem e já estou devorando. Absolutamente imperdível! Que livro! Se você quiser comprar, entre em contato com o professor pelo FB dele ou acesse o site da editora: katechesis.com.br	01/03/2018





Deputada		Trecho do livro – Ideologia de Gênero.	"É interessante que não se pretende criminalizar nenhum tipo de fobia, exceto a homofobia." (Artigo Gênero nas escolas: gulag sem muros, Felipe Nery)	06/03/2018



...plo, podemos citar os conceitos de maternidade e paternidade elasticamente substituídos por "parentalidade". Como maternidade está instrinsecamente ligada à mulher e paternidade, ao homem, e estes, para a ideologia de gênero, não existem, a parentalidade torna-se a ressignificação de pai e mãe.

O termo *homofobia* foi um dos que mais sucesso logrou na reformulação mental das sociedades. Em psiquiatria, *fobia* pode ser definida como um medo irracional diante de uma situação ou objeto que não apresenta qualquer perigo. Existem, de fato, pessoas com fobias variadas: de água, de aglomeração de pessoas, de recintos fechados, de certos animais etc. Uma verdadeira homofobia pode até ser possível, desde que realmente signifique um medo irracional de homossexuais. Porém, como estamos lidando com ressignificações semânticas, dizer que alguém é homofóbico, hoje, não significa que ele tenha medo irracional de um homossexual, mas que faça algum tipo de crítica à conduta homossexual. E, interessantemente, não se procura criminalizar nenhum tipo de fobia, exceto a *homo*fobia.

Jorge Scala (1956), advogado argentino e pesquisador da ideologia de gênero, explica a estratégia da aplicação dos termos ressignificados:



Deputada		Palestra com o Felipe Nery.	Ontem, no excelente dia de palestra com o professor Felipe Nery, ele nos indicou inúmeros livros. Entre eles, esta preciosidade de Jesus Trillo-Figueroa. Depois de elaborar e assumir a ideologia de gênero, o feminismo radical não pode mais ser identificado com a reivindicação dos direitos das mulheres, pois "não existe mulher" [...]	25/03/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Ontem, no excelente dia de palestra com o professor Felipe Nery, ele nos indicou inúmeros livros. Entre eles, esta preciosidade de Jesus Trillo-Figueroa. Depois de elaborar e assumir a ideologia de gênero, o feminismo radical não pode mais ser identificado com a reivindicação dos direitos das mulheres, pois "não existe mulher". Aspira, em vez disso, transformar completamente a sociedade e a vida particular das pessoas. Ele não só questiona abertamente se ser homem ou mulher é uma realidade natural, mas também entende as relações sexuais em termos de poder e dominação. Em que consiste realmente essa ideologia? Como você conseguiu influenciar tanto as organizações internacionais? Por que promove a luta dos sexos e o aborto gratuito? De que maneira você está se identificando com o politicamente correto? Essas e outras questões nesta belezura de livro.

264 sem Ver tradução

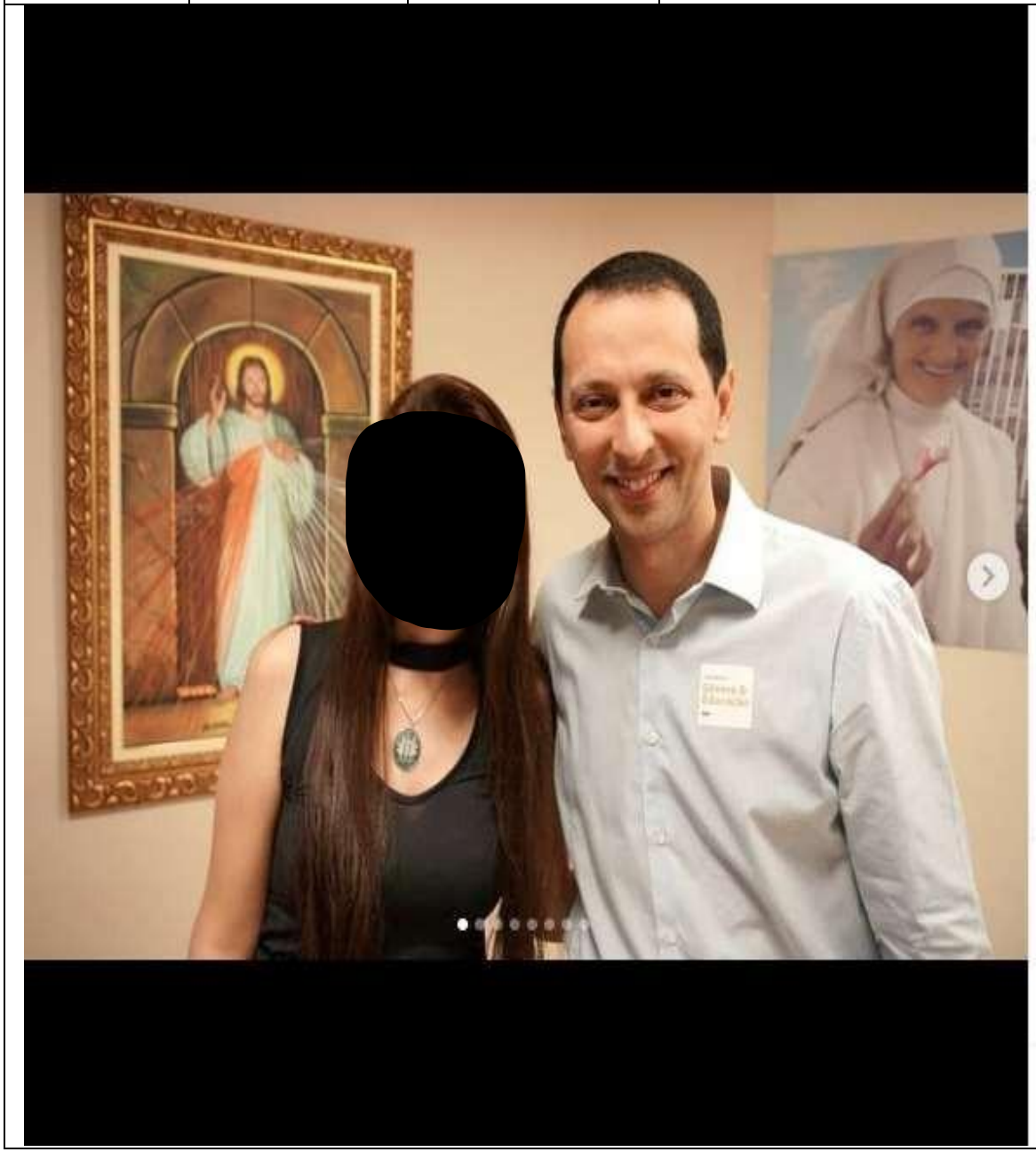
[redacted] Feministas ronins é o que teremos em breve.

647 curtidas

MARÇO 25, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada		Conferência sobre Educação e Ideologia de Gênero.	Foto com o Felipe Nery.	25/03/2018



[redacted] • Seguir
Hospital Maternidade Marieta Konder Bornhausen

[redacted] 7 horas de riquíssimo conteúdo com o queridíssimo PROFESSSOR Felipe Nery. Conferência sobre Educação e Ideologia de Gênero.
264 sem Ver tradução

[redacted] Meu fichário tinha essas folhasssss, ahhh, morri de saudade agora.
264 sem Ver tradução

[redacted] E bota riquíssimo nisso!
264 sem 1 curtida Ver tradução

[redacted] Detalhe para a letra linda e a agendinha rosa dela... Mais fofa impossivel... Feminismo pra que?
264 sem 1 curtida Ver tradução

517 curtidas
MARÇO 25, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo - Não vamos esquecer do dia em que o Bolsonaro disse, lá em 2015, que estava EMOCIONADO em me ver. Lutando contra a doutrinação marxista desde 2013 e este ano é #Bolsonaro2018	06/04/2018





Deputada		Livro – Sexo e Temperamento, de Margaret Mead.	Mais um sacrifício pela causa!!! A norte-americana Margaret Mead foi uma importante antropóloga para a causa feminista e para a ideologia de gênero [...].	09/04/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Mais um sacrifício pela causa!!! A norte-americana Margaret Mead foi uma importante antropóloga para a causa feminista e para a ideologia de gênero. Escreveu uma série de livros sobre os papéis sociais femininos e masculinos décadas antes do Relatório Kinsey ou das ideias descabidas de John Money. Uma verdadeira precursora de toda porcaria que vemos hoje. Estou lendo para entender as raízes da ideologia de gênero em fontes primárias de quando ainda nem se usava o termo "gênero".

Editado · 262 sem Ver tradução

[redacted] @queromorarnumalivraria

234 sem

[redacted] escreva um livro sobre o tema do feminismo ou a mulher conservadora. Tenho até sugestões de títulos: "Desconstruindo o Feminismo" - este é plágio do livro sobre Paulo Freire, "Guia Politicamente Incorreto do

297 curtidas

ABRIL 9, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Pensa na camiseta mais opressora sobre ideologia de gênero: tem na loja @usecoolmarx !	15/04/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Pensa na camiseta mais opressora sobre ideologia de gênero: tem na loja @usecoolmarx ! Aliás, tá rolando sorteio de uma camiseta do Bolsonaro aqui meu IG: bit.ly/CamisaBolsonaro 🍀 e você também pode comprar por menos de 30 reais no site da loja: www.coolmarx.com.br [📷: @zquem]

261 sem Ver tradução

[redacted] Que cocô fofo... 😎

254 sem Ver tradução

[redacted] Linda!!

255 sem

[redacted] Hahahahaha!!!

261 sem

911 curtidas

ABRIL 15, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Uma recomendação de leitura imperdível sobre "aborto", sugestão que o professor Felipe Nery me deu pessoalmente: "Cultura da Morte - O Grande desafio da Igreja" de Mons. Juan Claudio Sanahuja. Aliás, este e outros livros da Editora Katechesis são importantíssimos para quem quer estudar ideologia de gênero e demais pautas feministas.	20/04/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Uma recomendação de leitura imperdível sobre "aborto", sugestão que o professor Felipe Nery me deu pessoalmente: "Cultura da Morte - O Grande desafio da Igreja" de Mons. Juan Claudio Sanahuja. Aliás, este e outros livros da Editora Katechesis são importantíssimos para quem quer estudar ideologia de gênero e demais pautas feministas.

Compre o seu aqui: http://bit.ly/2HhloOM

260 sem Ver tradução

[redacted] São realmente muito bons os livros da editora Katechesis é especialmente este!!! Vale a leitura! 👏👏

260 sem Ver tradução

[redacted] Morte a os abortistas! Opa pera não é por aí! Vou colocar esse livro na minha lista.

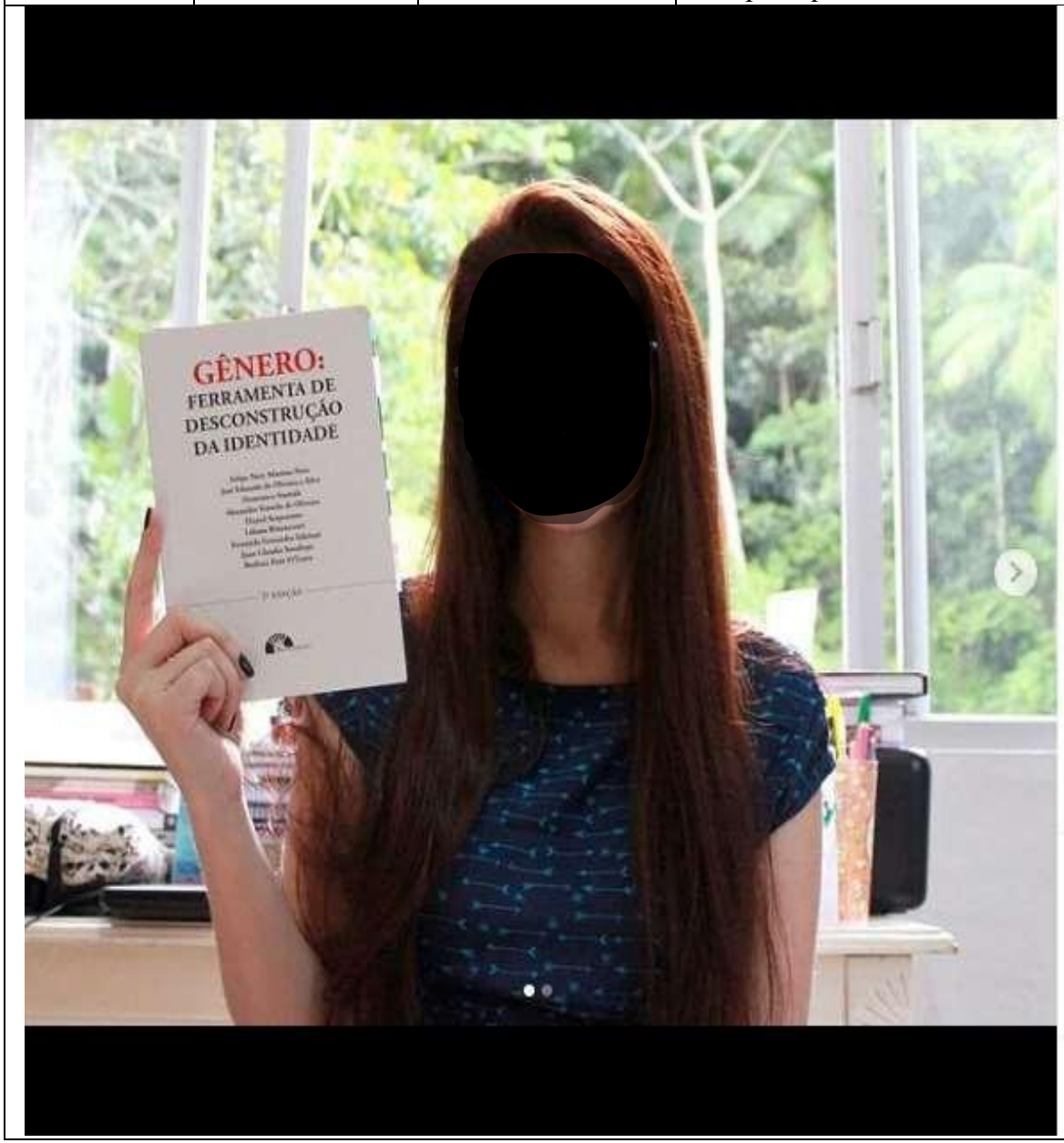
260 sem Ver tradução

914 curtidas

ABRIL 20, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Mais uma recomendação fundamental para entender a ideologia de gênero: "Gênero: Ferramenta de desconstrução da identidade". Este livro reúne diversos artigos que abordam o gênero em diferentes perspectivas: psicologia, direito, linguagem, filosofia, etc. Devorei o meu, vocês precisam ler! Compre aqui: katechesis.com.br	21/04/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Mais uma recomendação fundamental para entender a ideologia de gênero: "Gênero: Ferramenta de desconstrução da identidade". Este livro reúne diversos artigos que abordam o gênero em diferentes perspectivas: psicologia, direito, linguagem, filosofia, etc. Devorei o meu, vocês precisam ler!
Compre aqui: katechesis.com.br

260 sem Ver tradução

[redacted] o @ju.teia

233 sem

[redacted] @queromorarnumalivraria

234 sem

[redacted] Melhor livro disparado

260 sem 1 curtida Ver tradução

677 curtidas

ABRIL 21, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Em dois minutos, vou começar uma live no face e no youtube pra falarmos de ideologia de gênero e de um dos meus livros preferidos desta vida!	22/04/2018



[redacted] • Seguir

Itajai

[redacted] Em dois minutos, vou começar uma live no face e no youtube pra falarmos de ideologia de gênero e de um dos meus livros preferidos desta vida!!! 🌸

260 sem Ver tradução

[redacted] Bora ver .....

260 sem 1 curtida Ver tradução

[redacted] LINDA

260 sem 2 curtidas

[redacted] Aquela camisa do Bolsonaro é algum tipo de mensagem subliminar? Hahaha

260 sem 2 curtidas Ver tradução

[redacted] Live sensacional , adquiri muito conhecido

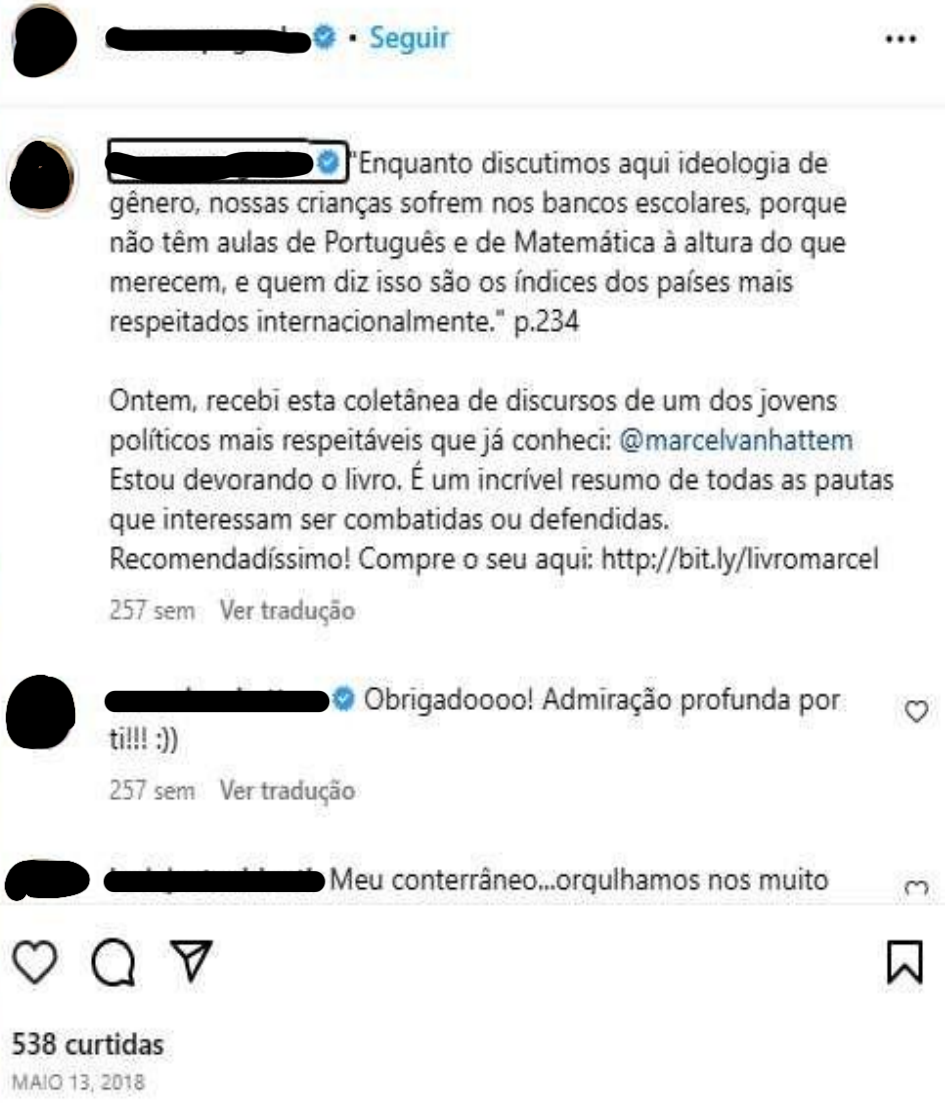
717 curtidas

ABRIL 22, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			"Enquanto discutimos aqui ideologia de gênero, nossas crianças sofrem nos bancos escolares, porque não têm aulas de Português e de Matemática à altura do que merecem, e quem diz isso são os índices dos países mais respeitados internacionalmente." p.234	13/05/2018







[redacted] • Seguir

Itajai

[redacted] Orgulho do meu município! Parabéns, Itajaí! Parabéns, vereador Lapa!!!

257 sem Ver tradução

lalai.caldeira 👏👏👏👏👏👏👏👏👏👏👏

256 sem

[redacted] mais ainda, @marcihozuckerberg, apostam a vida em um candidato que diz que a única coisa que sabe fazer na vida é MATAR, e que só fez projetos que beneficiassem sua classe, a dos militares, que permanece INTOCÁVEL. Vai entender esse povoMinion Azul.

256 sem 2 curtidas Ver tradução

[redacted]. Não lap02

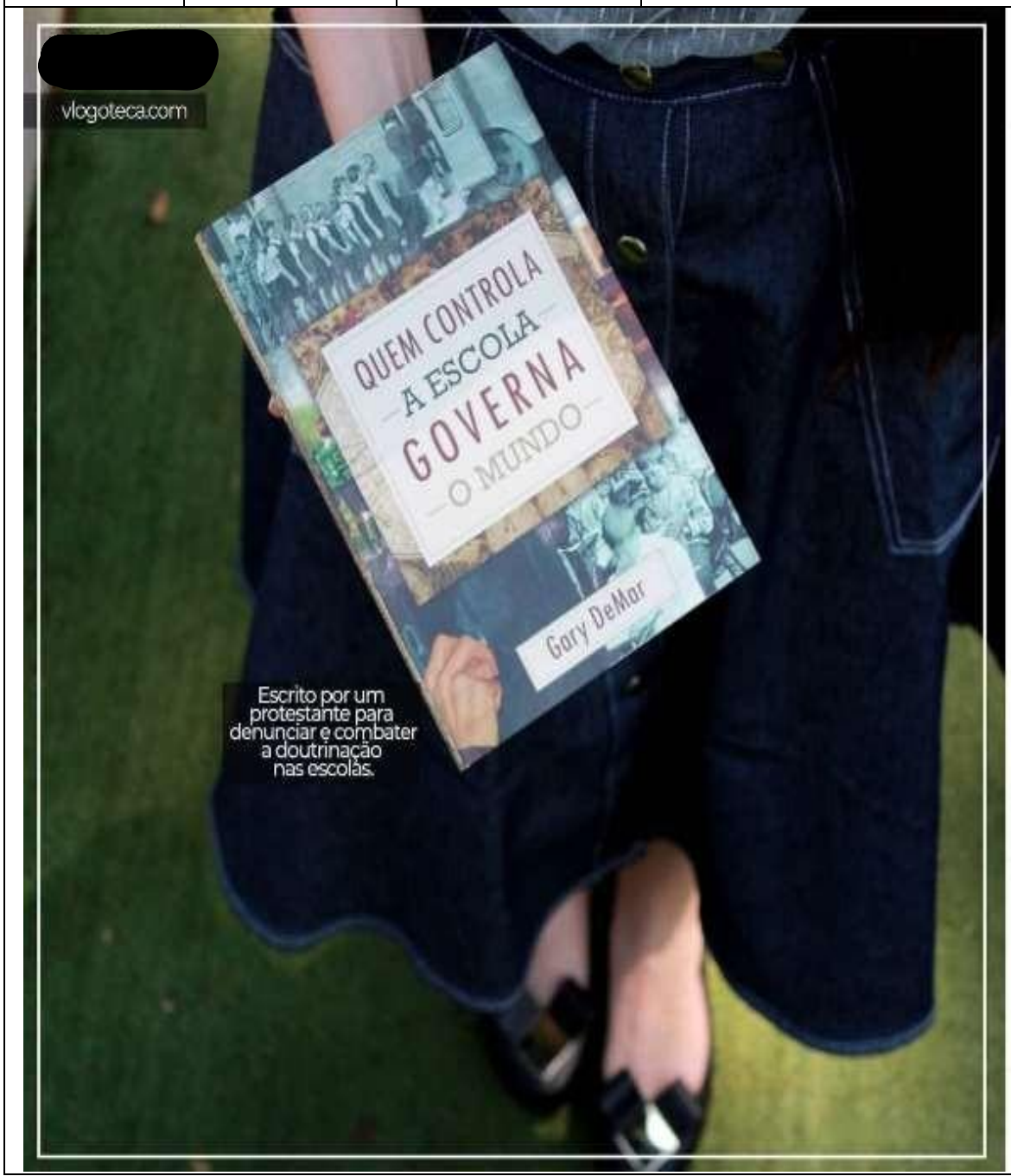
256 sem Ver tradução

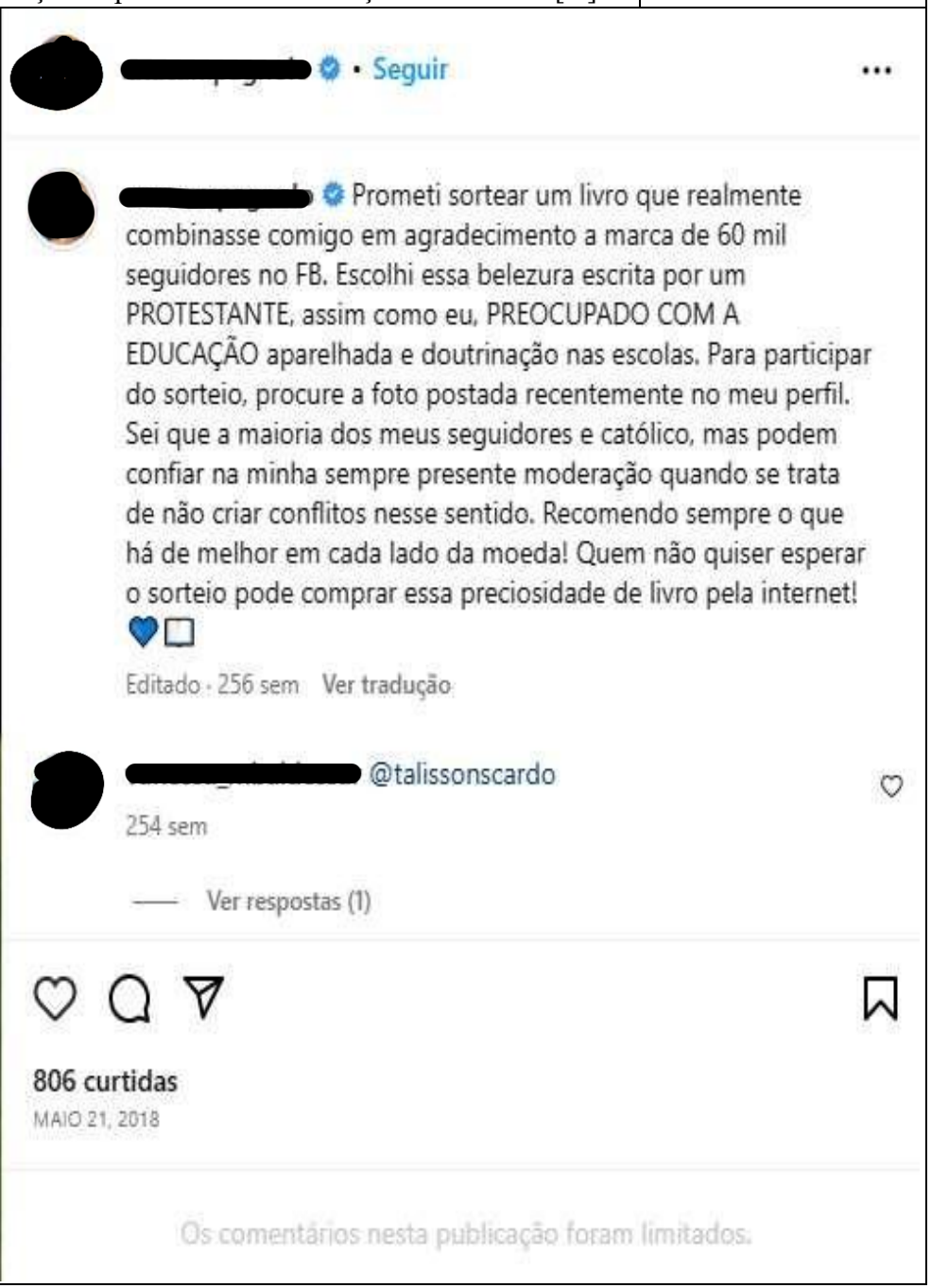
671 curtidas

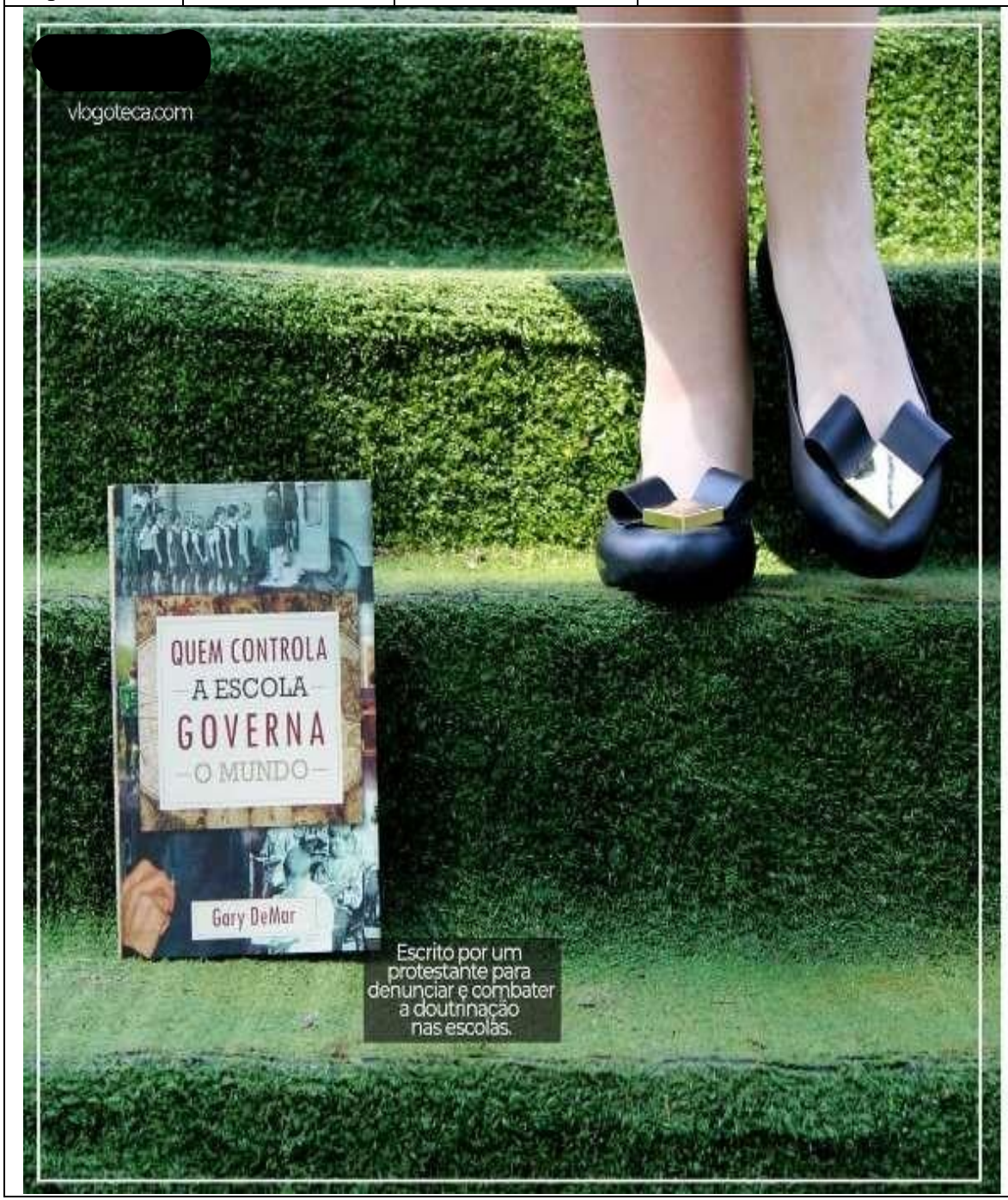
MAIO 16, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

deputada			[...]Escolhi essa belezura escrita por um PROTESTANTE, assim como eu, PREOCUPADO COM A EDUCAÇÃO aparelhada e doutrinação nas escolas [...].	21/05/2018







[redacted] • Seguir

[redacted] Não esqueçam que tem sorteio dessa belezura lá no meu perfil: facebook.com/[redacted]

256 sem Ver tradução

[redacted] Estou fazendo pedagogia! Mt interessante esse livro! Como faço p participar ?

255 sem Ver tradução

[redacted] E [redacted] não dá para deixar de falar de seus pés kkkkkkkkkk!!!? 😀 😀😀😀 E claro já gostei do título do livro, temos que aprofundar melhor neste assunto importante!!!

256 sem Ver tradução

[redacted] Eu prestei atenção no tornozelo grosso rsrs

256 sem 1 curtida Ver tradução

[redacted] Não sei o que é mais fofo, a capa do livro ou

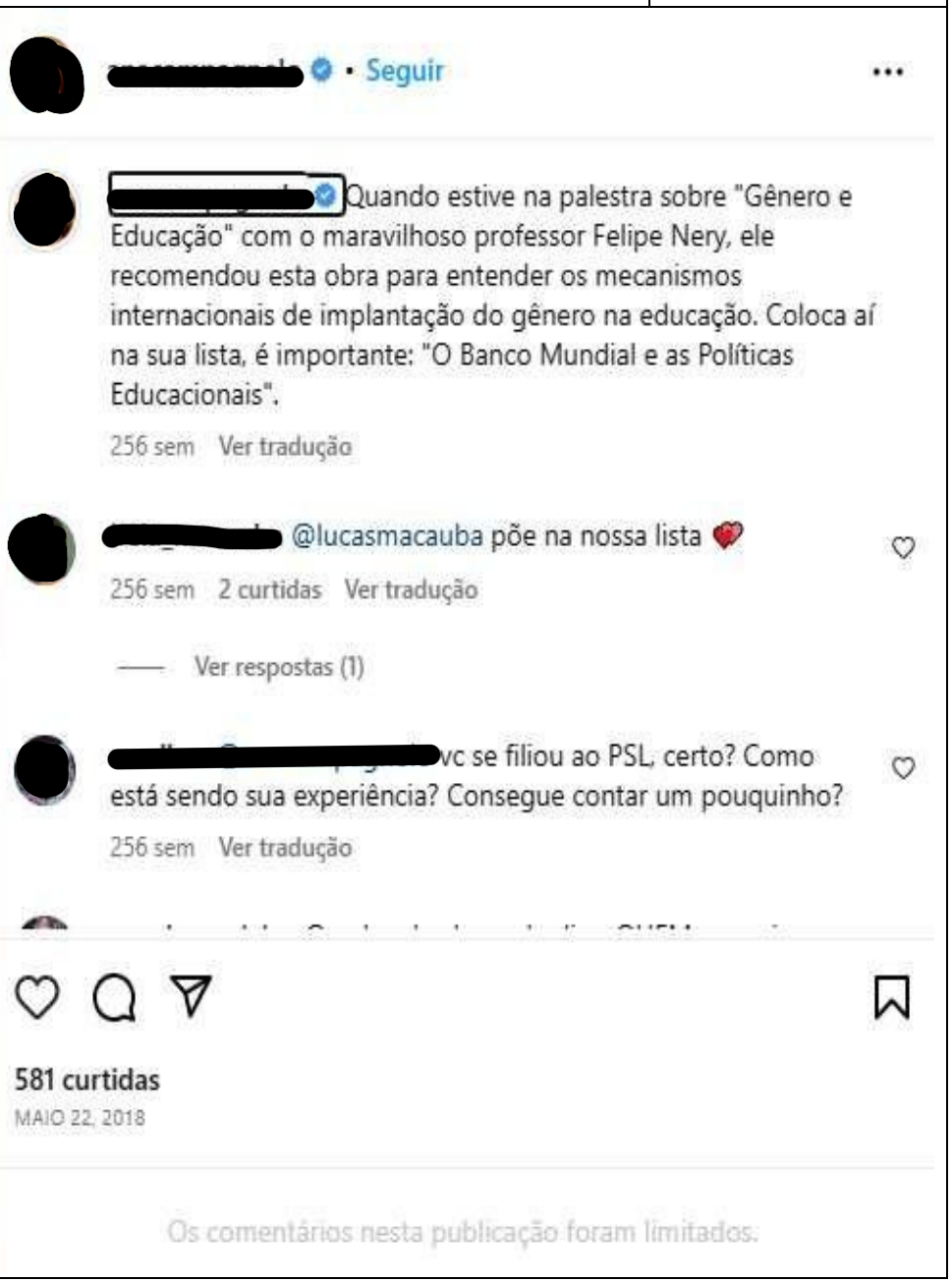
311 curtidas

MAIO 22, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Quando estive na palestra sobre "Gênero e Educação" com o maravilhoso professor Felipe Nery, ele recomendou esta obra para entender os mecanismos internacionais de implantação do gênero na educação. Coloca aí na sua lista, é importante: "O Banco Mundial e as Políticas Educacionais".	22/05/2018





Deputada			Primeiro acionamento da pré-candidatura a deputada estadual. Pauta: luta contra a doutrinação marxista nas escolas.	27/05/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Sou pré-candidata a deputada estadual pelo PSL em SC. Como já devem saber, eu me tornei conhecida, desde 2013, em razão da minha luta contra a doutrinação marxista nas escolas e, mais recentemente, em razão do processo que movi contra uma professora que me discriminou por motivos religiosos, abandonando, sem justificativas plausíveis, a orientação do meu trabalho acadêmico. Lutei sozinha contra ela e contra as inúmeras instituições que a apoiavam, enfrentei o assédio de incontáveis militantes no meu dia-a-dia. Mas tudo isso tem valido a pena. O eco dessa pequena ação de enfrentamento reverberou por todo o país, e soou como exemplo a muitos. O ataque que sofri da professora foi uma afronta a todos os cristãos, e minha resposta a ele, uma que todo cristão deveria dar. Por causa disso, dou um passo à frente para repetir esse mesmo feito em maior escala. A nossa arena de batalha se estende para muito além da esfera judicial, é uma luta cultural que tem de ser renhida em todos os meios públicos. Foi por esposar as causas mais honradas que me filiei ao PSL, um partido pequeno, cujo objetivo maior é a colocar o povo

3.069 curtidas

MAIO 27, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			"Ideologia de gênero é merda", camiseta da @usecoolmarx por menos R$ 40,00!!! Nunca vou cansar de divulgar esses caras!!!	04/07/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] "Ideologia de gênero é merda", camiseta da @usecoolmarx por menos R$ 40,00!!! Nunca vou cansar de divulgar esses caras!!!

Editado · 250 sem Ver tradução

[redacted] @mdanniell

247 sem 1 curtida

[redacted] Eu nunca vi camisa com estampa de bosta

250 sem Ver tradução

[redacted] Hahahahaha bem pensada à imagem nessa camisa.

250 sem 1 curtida Ver tradução

707 curtidas

JULHO 4, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Fui escolhida e citada pelo portal Sempre Família como PRÉ-CANDIDATA PRÓVIDA E CONTRA O ABORTO: https://www.semprefamilia.com.br/blog-davida/por-que-precisamos-de-mais-mulheres-pro-vida-no-congresso-nacional/ Na foto ao lado (arraste), eu e minha amiga Dra. Zélia na palestra contra o aborto na ultima segunda-feira.	26/07/2018

SEMPRE {Família}

Santa Catarina

No estado de Santa Catarina, destaca-se a professora de História [redacted] que, embora dedicada principalmente à luta contra a doutrinação marxista nas escolas, alia-se às outras lideranças nacionais pró-vida quando o assunto é aborto.

[redacted] • Seguir

[redacted] Fui escolhida e citada pelo portal Sempre Família como PRÉ-CANDIDATA PRÓ-VIDA E CONTRA O ABORTO: https://www.semprefamilia.com.br/blog-da-vida/por-que-precisamos-de-mais-mulheres-pro-vida-no-congresso-nacional/ 📲 Na foto ao lado (arraste), eu e minha amiga Dra. Zélia na palestra contra o aborto na ultima segunda-feira: bit.ly/[redacted]

247 sem Ver tradução

[redacted] Acho que nessa frase não se usa embora mais o simples "e"

246 sem Ver tradução

[redacted] Dra. Zélia é um amor!!

247 sem 1 curtida Ver tradução

[redacted] Um Comunista Nutella, disse que não a doutrinação marxista nas escolas e faculdades, são uns

811 curtidas

JULHO 26, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

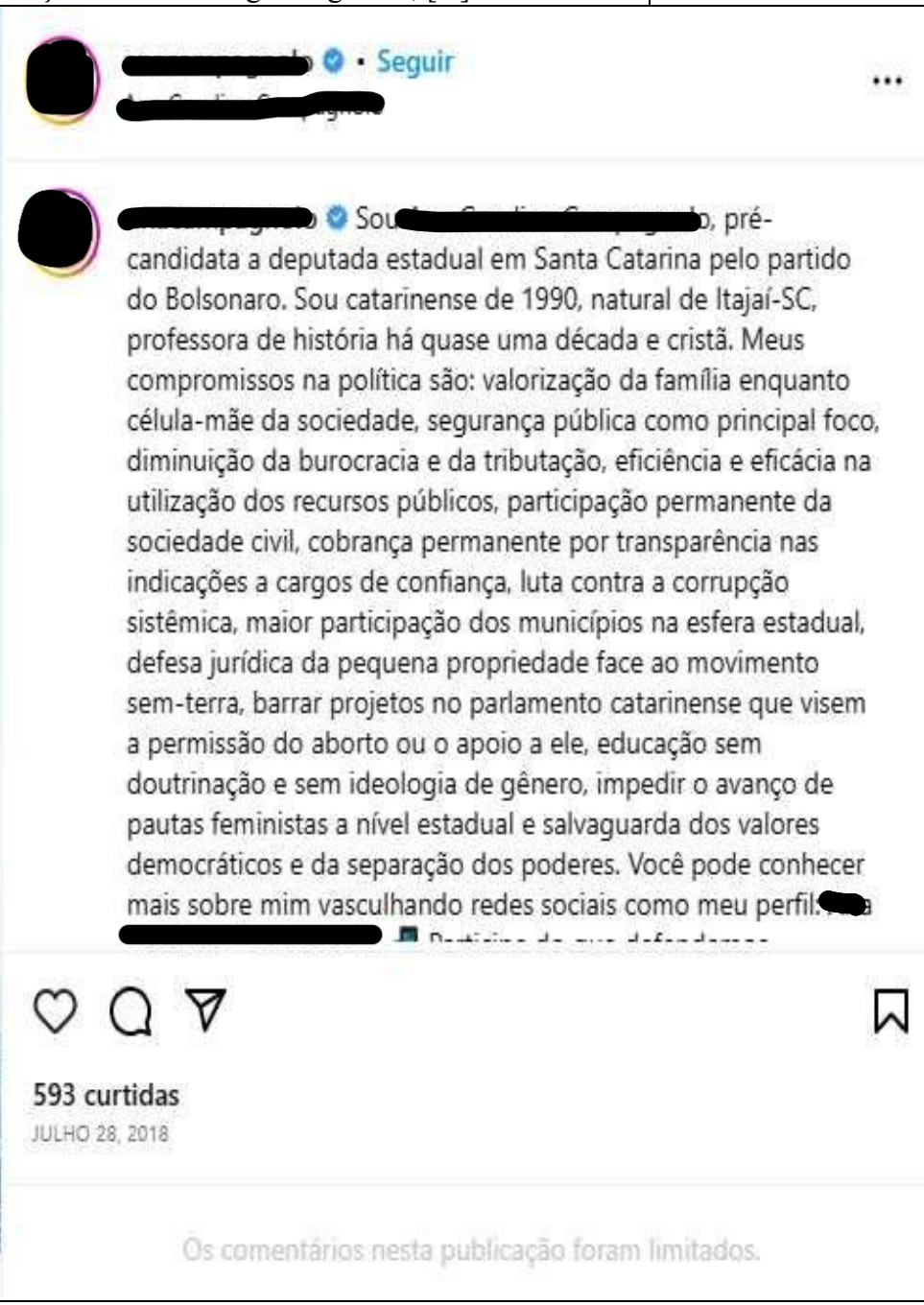
Deputada			Desde 2013, defendendo as mesmas pautas que nosso futuro presidente: Jair Messias Bolsonaro	26/07/2018





Deputada			[...]barrar projetos no parlamento catarinense que visem a permissão do aborto ou o apoio a ele, educação sem doutrinação e sem ideologia de gênero, [...]	28/07/2018

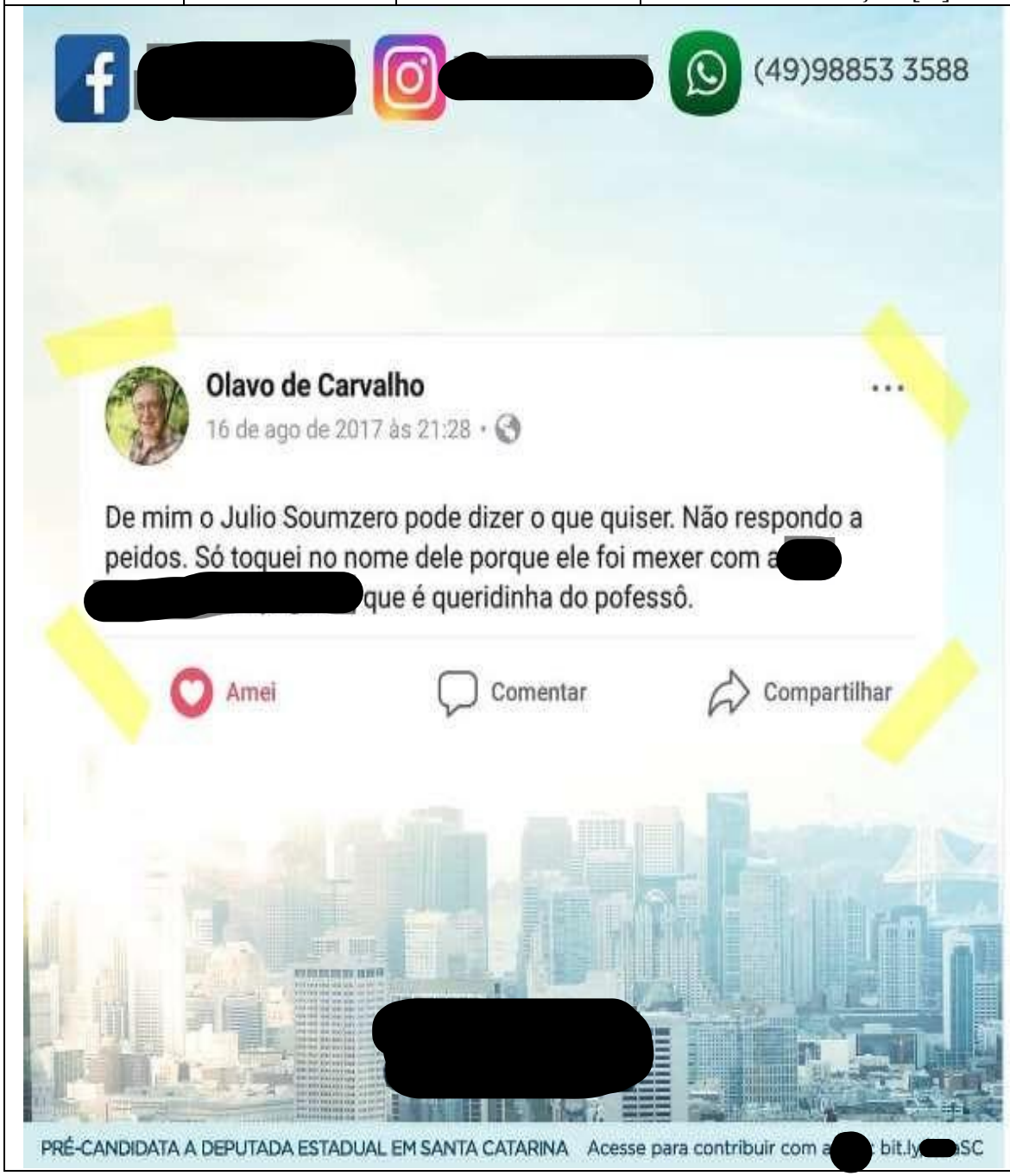




Deputada			Receber elogios do melhor historiador medieval do país e do maior professor e filósofo brasileiro vivo é ter certeza de estar fazendo bom uso da minha juventude. Obrigada. Vocês são mais que inspiração.	31/07/2018



Deputada			[...] Defendo veementemente o projeto Escola Sem Partido, essa é uma causa que merece toda a atenção. [...]	02/08/2018



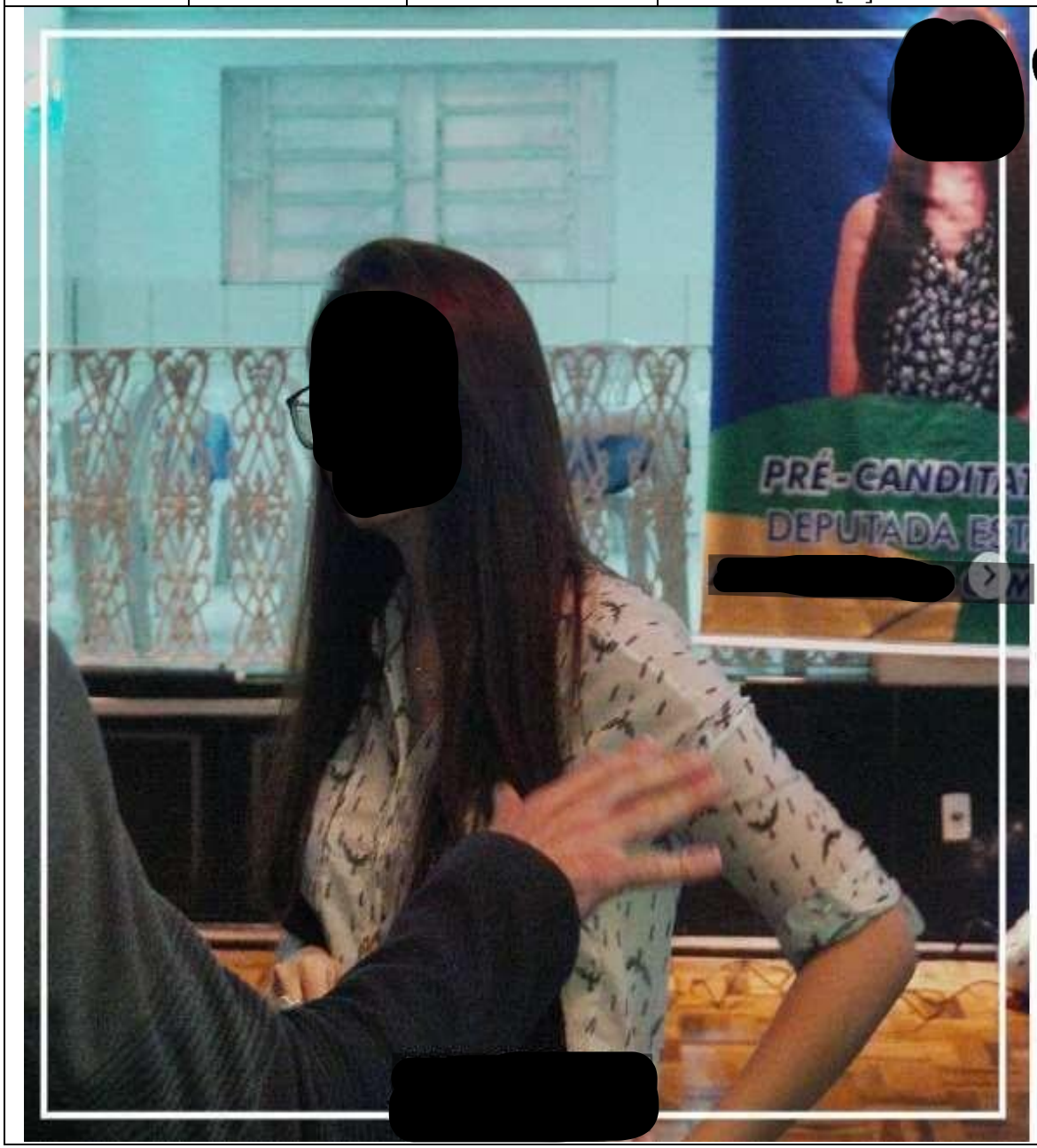


Deputada			Assista a palestra com a pré-candidata e a Dra. Zélia pelo link: bit.ly/abortopalestra Participe do que defendemos, Whatsapp: (49) 98853-3588	07/08/2018





Deputada			[...] Meus compromissos e valores na são: [...]barrar projetos no parlamento catarinense que visem a permissão do aborto ou o apoio a ele, educação sem doutrinação e sem ideologia de gênero, impedir o avanço de pautas feministas a nível estadual [...]	10/08/2018



[redacted] • Seguir

Itajaí

Muitos ainda não sabem com clareza qual o poder de atuação e influência de cada cargo do legislativo. Além disso, nós ainda não podemos falar de projetos. Mas podemos falar de ideais (link na bio). Meus compromissos e valores na são: valorização da família enquanto célula-mãe da sociedade, segurança pública como principal foco, diminuição da burocracia e da tributação, eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos, participação permanente da sociedade civil, cobrança permanente por transparência nas indicações a cargos de confiança, luta contra a corrupção sistêmica, maior participação dos municípios na esfera estadual, defesa jurídica da pequena propriedade face ao movimento sem-terra, barrar projetos no parlamento catarinense que visem a permissão do aborto ou o apoio a ele, educação sem doutrinação e sem ideologia de gênero, impedir o avanço de pautas feministas a nível estadual e salvaguarda dos valores democráticos e da separação dos poderes. Você pode conhecer mais sobre mim vasculhando as minhas redes sociais. 👊 Participe do que defendemos, contribua: bit.ly[redacted]SC

726 curtidas

AGOSTO 10, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Surpresa

A candidatura da professora itajaiense [redacted] (PSL) chamou a atenção do meio político na cidade. Conservadora e palestrante, há tempos vem lutando em defesa do Movimento "Escola Sem Partido" e contra a liberação do aborto. A jovem ainda vai longe...



Quem é, o que já fez e o que promete aos eleitores



Ademar Pahl Filho (PSL - 17007), 32 anos

De: Navegantes

Formação: Ensino médio incompleto

Profissão: Empresário

O que já fez em prol da comunidade que o qualifica pra ser candidato?

"Atuo na fomentação do esporte na comunidade, auxiliando o nosso futebol. Também faço parte do Movimento Cidadão Fiscal, pois acredito que o maior benefício para alguém que contribui é saber para onde vai o seu dinheiro. O que me qualifica para ser candidato é a vontade de promover mudanças."

Principal proposta?

"O meu foco é ajudar quem deseja empreender. Com menos burocracia, é possível ter mais emprego e flexibilidade para o cidadão. Propor leis em favor da geração de emprego e renda, e alterar as que amarram a relação entre patrão e empregado."



Adir Pereira dos Santos (Podemos- 19123), 35 anos

De onde: Itajaí

Formação: Ensino superior incompleto, cursando Direito

Profissão: Empresário

O que já fez em prol da comunidade que o qualifica pra ser candidato?

"Sempre participei de projetos sociais. Através de nossa empresa, já apoiamos em várias oportunidades o esporte. Sou rotariano (Rotary Club de Itajaí-Praia), nosso lema é 'Dar de si antes de pensar em si'."

Principal proposta?

"Ser realmente um deputado estadual, ou seja, legislar, fiscalizar e investigar. Pretendo passar para os eleitores aquilo que realmente um deputado pode fazer, sem demagogia e sem mentiras."



[redacted] (PSL - 17771), 27 anos

De onde: Itajaí.

Formação: Ensino superior, com pós-graduação

Profissão: Professora

O que já fez em prol da comunidade que a qualifica pra ser candidata?

Realiza palestras, eventos e cursos que reforçam a importância dos valores cristãos e dos direitos fundamentais: vida, propriedade e liberdade de expressão e crença. É ativista pró-vida e defende o projeto Escola Sem Partido.

Principal proposta?

"Pela redução da burocracia e carga tributária, por uma gestão eficiente e econômica dos recursos públicos, reduzindo os privilégios da classe política. Defende o direito à legítima defesa, ao porte de arma, à educação livre de partidarismo e a família."



Ana Paula da Silva (PDT - 12012), 43 anos

De: Bombinhas

Formação: Ensino superior incompleto

Profissão

O que já fez em prol da comunidade que a qualifica pra ser candidata?

"Fui secretária de Administração, vereadora e duas vezes prefeita de Bombinhas. Enquanto prefeita, Bombinhas recebeu por dois anos consecutivos a premiação "Melhor Gestão de Santa Catarina" e "Terceira Melhor Gestão do Brasil" pelo conselho Federal de Administração."

Principal proposta?

"Lutar pela eliminação de desperdícios dos recursos públicos e exigir a revisão do orçamento do Estado, priorizando ações de impacto na saúde, segurança pública, educação, cultura, esporte e mobilidade."

[redacted] • Seguir

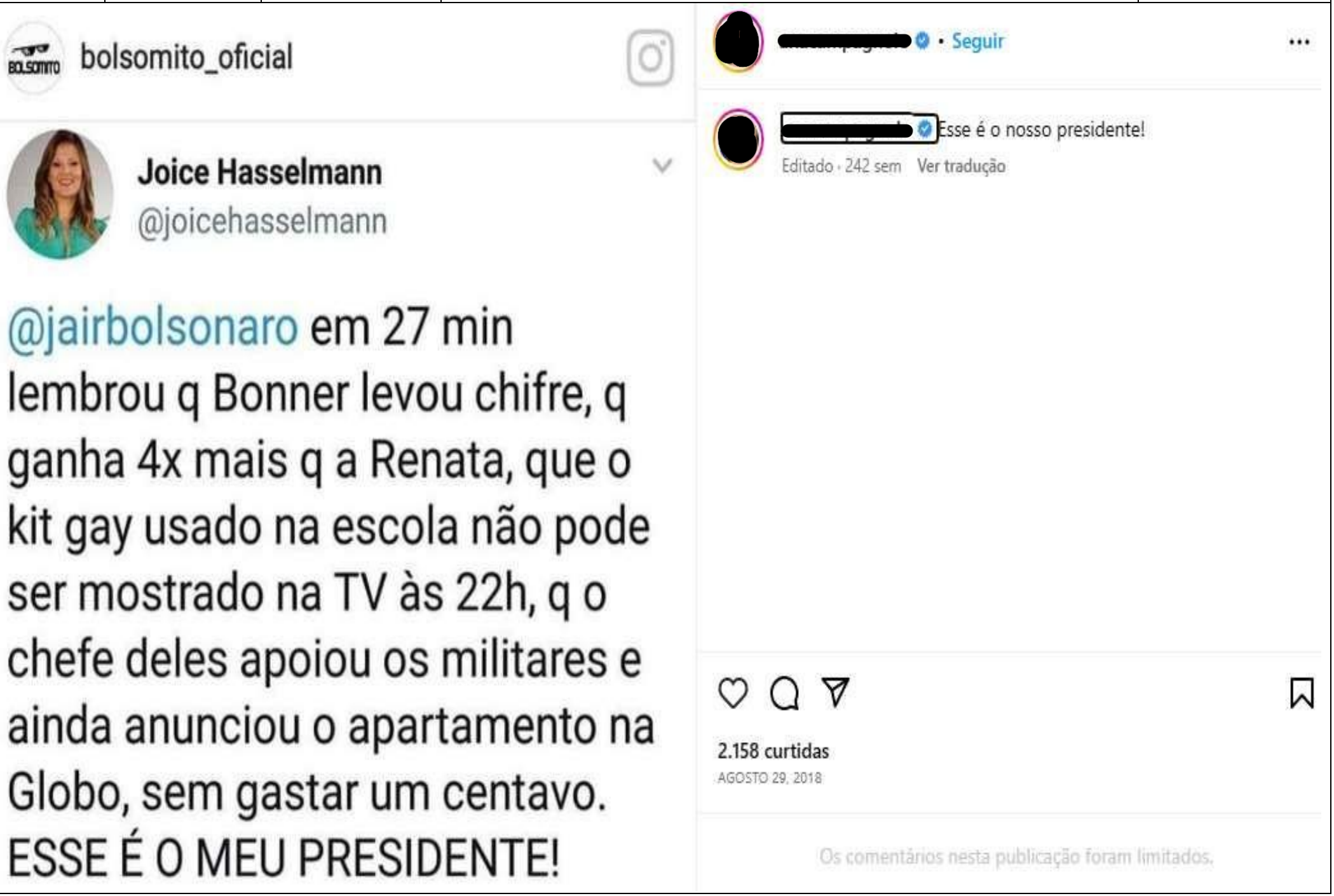
[redacted] Resumindo: prometo ser odiada pelos social-democratas e marxistas em geral.

242 sem Ver tradução

786 curtidas

AGOSTO 28, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.


bolsomito_oficial
Joice Hasselmann
@joicehasselmann
@jairbolsonaro em 27 min lembrou q Bonner levou chifre, q ganha 4x mais q a Renata, que o kit gay usado na escola não pode ser mostrado na TV às 22h, q o chefe deles apoiou os militares e ainda anunciou o apartamento na Globo, sem gastar um centavo. ESSE É O MEU PRESIDENTE!
[redacted] • Seguir
[redacted] Esse é o nosso presidente!
Editado · 242 sem Ver tradução
2.158 curtidas
AGOSTO 29, 2018
Os comentários nesta publicação foram limitados.


DANDO UMA OLHADA
NO QUE MEUS NETINHOS
IRÃO ESTUDAR NESSE ANO
IDEOLOGIA DE GÊNERO
E EDUCAÇÃO SEXUAL
[redacted]
[redacted]
PSL


[redacted] • Seguir
[redacted] Contra essa putada toda, vote 17771 em Santa Catarina #[redacted]7771 #Bolsonaro2018
240 sem Ver tradução
882 curtidas
SETEMBRO 11, 2018
Os comentários nesta publicação foram limitados.


17771
do Escola Sem Partido.


• Seguir
Candidata que não dá moleza pra professor doutrinador você já sabe: , 17771.
#SantaCatarinaSemPT #BOLSONARO2018
Editado · 237 sem Ver tradução
3.096 visualizações
OUTUBRO 2, 2018
Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...] como deputada consciente do papel da escola, irei lutar até o meu último dia pela aprovação do Escola Sem Partido, pelo fim do abuso do direito de ensinar, pelo resgate da disciplina e do mérito nas escolas e pelo direito dos pais de manterem a educação moral e religiosa que lhes aprouver. [...]	15/10/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Sou professora há quase dez anos, os livros são minha maior paixão neste mundo. Neste dia, deixo meus parabéns aos bons professores que conheci e, em especial, aos professores que votaram em mim sabendo que combato as doutrinas freireanas e construtivistas e que, como deputada consciente do papel da escola, irei lutar até o meu último dia pela aprovação do Escola Sem Partido, pelo fim do abuso do direito de ensinar, pelo resgate da disciplina e do mérito nas escolas e pelo direito dos pais de manterem a educação moral e religiosa que lhes aprouver. Dessa forma, honrarei cada um dos 34.825 votos que recebi, cumprindo os compromissos que estabeleci. Somos muitos bons professores e podemos tirar o Brasil dos índices vexatórios em que se encontra, basta pararmos de ouvir conselheiros hipócritas que defendem métodos falidos e caríssimos. O território preferido dos demagogos é a escola, mas podemos diminuir o poder de influência dessa gente. Existe um caminho exitoso e nós voltaremos para ele!

Aos demais, que temem a fiscalização do trabalho do servidor

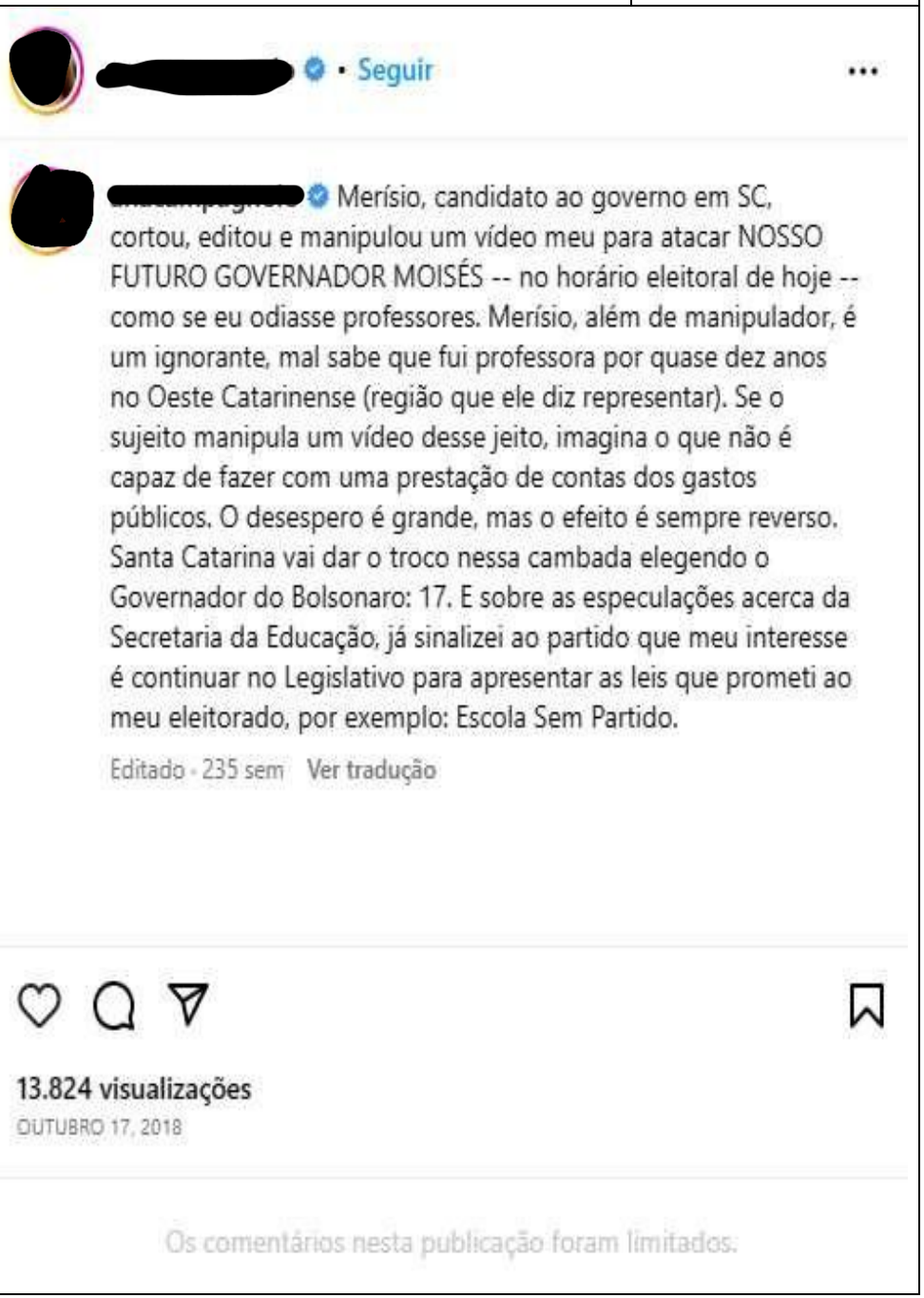
5.079 curtidas

OUTUBRO 15, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...]meu interesse é continuar no Legislativo para apresentar as leis que prometi ao meu eleitorado, por exemplo: Escola Sem Partido.	17/10/2018





Deputada			Comentário de uma psicóloga sobre a Deputada.	22/10/2018

Em meio as campanhas eleitorais de 2018, conheci as suas propostas, um pouco da sua história e de seu trabalho. Até então, mesmo cristã, me via afundada em um pensamento esquerdista, profundamente fundamentado no ensino ideológico propagado pelos meus professores ao longo de toda vida. Por meio da sua fala durante um dos vídeos de campanha, comecei a pesquisar a respeito do Programa Escola Sem Partido, e assim compreendi o que havia acontecido com a minha mente durante esses anos. A partir disso, busquei novas fontes, investiguei até onde pude e revi a maioria dos conceitos que aprendi. Assim, fui capaz de encontrar meu posicionamento político, de acordo com a minha opinião e os meus valores.

No entanto, a partir do momento que passei a me posicionar a respeito, sofri repressão por parte dos colegas psicólogos, que me oprimiram minhas opiniões, me difamaram nas redes sociais, etc. Diante da oportunidade de argumentar cientificamente, busquei o posicionamento de alguns psicólogos a respeito do conservadorismo, mas não encontrei. Pelo contrário, o que vi foi uma bruta atuação política do Conselho Federal de Psicologia, favorecendo as pautas de esquerda e oprimindo psicólogos a se submeterem a teorias já refutadas pela ciência.



HUMOR

Veja os cartuns publicados neste ano

Faculdade brasileira deixa conhecimento em segundo plano, dizem autores

★

– Vai ter guerra que tem tanto canhão junto?

Um homem grisalho, de óculos e queixo quadrados, sussurrou a frase irônica no ouvido de sua filha, que era hostilizada por manifestantes feministas diante do Fórum Eduardo Luz, em Florianópolis (SC), em junho de 2017. Ele não estava errado: guerra há.

O homem era o advogado Job Campagnolo. Sua filha é a historiadora catarinense [redacted]27, recém-eleita deputada estadual pelo PSL —"o partido do Bolsonaro", conforme ela define nas redes sociais.

Ela processou a historiadora Marlene de Fáveri, 58, professora da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina) e sua ex-orientadora no mestrado, a quem acusou de intimidação, discriminação, ameaça velada, exposição discriminatória, humilhação na sala de aula e tentativa de prejudicá-la academicamente –ou, como foi simplificado, "perseguição ideológica e discriminação religiosa".

[redacted] • Seguir

[redacted] Papai fazendo chacota de feminista na primeira linha de matéria de capa da Folha. Que homem! [Arrasta pro lado pra ler]

234 sem Ver tradução

2.874 curtidas

OUTUBRO 25, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Estadão
2 h ·

[redacted], do PSL, pede que alunos filmem aulas de 'professores e doutrinadores' para denunciar discursos 'político-partidários ou ideológicos' (via **Politica Estadão**) #estadao



POLITICA.ESTADAO.COM.BR
Deputada aliada do Bolsonaro cria canal anônimo de denúncia contra professores universitários

25.550 4.906 comentários • 15.417 compartilhamentos

Amei Comentar Compartilhar

[redacted] • Seguir

[redacted] Promessa de campanha é dívida!

233 sem Ver tradução

8.338 curtidas
OUTUBRO 29, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Miguel Nagib compartilhou uma **publicação.**

11 h ·

Dedico essa breve reflexão jurídica à minha amiga [redacted], uma das mulheres mais inteligentes e destemidas que eu conheço.

Escola Sem Partido

29 de out às 23:51 ·

SOBRE O DIREITO DE GRAVAR AULAS

Nada impede o estudante de gravar suas aulas (ou seus pais de fazê-lo por seu intermédio). Qualquer proibição nesse sentido teria de ser imposta por meio de lei – afinal, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei –; e seria mais que duvidosa a constitucionalidade de uma lei que estabelecesse tal proibição.

1. Primeiro, porque a administração está sujeita ao princípio da publicidade (CF, art. 37, caput). O que acontece dentro de uma repartição pública – e a sala de aula nada mais é do que uma repartição pública – não deve ser, em princípio, segredo para ninguém. A tran... Ver mais

[redacted] • Seguir

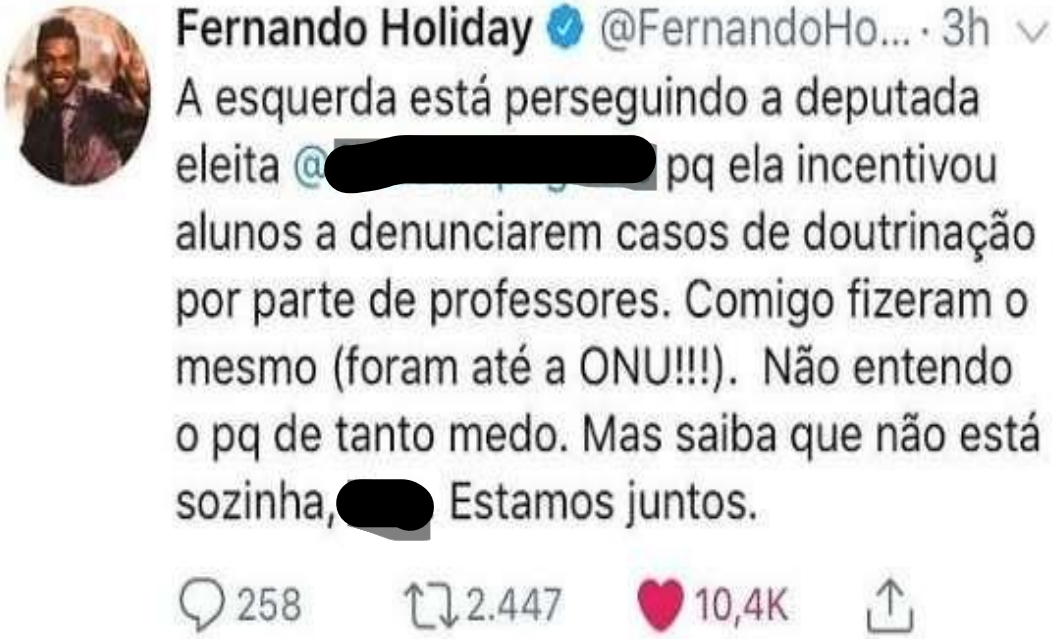
[redacted] Obrigada, Dr. Miguel Nagib 💚

233 sem Ver tradução

4.147 curtidas

OUTUBRO 30, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.



Fernando Holiday @FernandoHo... · 3h

A esquerda está perseguindo a deputada eleita @[redacted] pq ela incentivou alunos a denunciarem casos de doutrinação por parte de professores. Comigo fizeram o mesmo (foram até a ONU!!!). Não entendo o pq de tanto medo. Mas saiba que não está sozinha, [redacted] Estamos juntos.

258 2.447 10,4K



[redacted] · Seguir

[redacted] Obrigada, @f.holiday

233 sem Ver tradução

10.195 curtidas

OUTUBRO 30, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

[redacted] No 2° ano do Ensino Médio, estamos estudando povos pré-colombianos e revolução inglesa. Sem que eu tivesse falado nenhuma única vez sobre eleições brasileiras e temas relacionados; hoje, depois que as aulas terminaram, 11h48, um aluno me chamou para mostrar sua recente aquisição: uma camiseta. A direita não precisou do jogo sujo doutrinador da esquerda para levantar. #BrasilAcimaDeTudoDeusAcimaDeTodos #Bolsonaro2018

Ver todos os 37 comentários

jonaspazsilva_ Vou postar no meu face. Show de menina

j.terrasbela Lindas #bolsomito

marcionftv MC [redacted]? Esperando o rap académico ;)

1 395 gostos

10 DE NOVEMBRO DE 2017

Inicia sessão para gostar ou comentar

[redacted] • Seguir

[redacted] Os jornais estão divulgando esta fotografia como se eu tivesse lecionado com uma camiseta ou doutrinado os alunos. Na legenda da foto que EU MESMA PUBLIQUEI há um ano atrás, há a descrição exata do que aconteceu: um aluno, depois do fim das aulas, veio me mostrar sua camiseta nova e PEDIU uma foto. Atender o pedido de um aluno fora de horário de aula e sem nenhum tipo de pressão é completamente diferente de assédio moral, propaganda ou coação em horário de aula. Aliás, um abraço ao rapaz que muito gentilmente teve seu pedido aceito após o fim das aulas e do horário escolar.

233 sem Ver tradução

6.989 curtidas

OUTUBRO 31, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.



• Seguir

1. Eu e minha equipe não daremos declarações a jornais ou jornalistas que já tenham mentido a meu respeito.
2. Jamais, em hipótese alguma, em contexto nenhum, nunca dei aula usando camiseta de político ou partido. NUNCA.
3. Na fotografia em que apareço ao lado de um aluno vestindo uma camiseta masculina tamanho GG com estampa do Bolsonaro, atendi ao pedido do próprio aluno para vestir a camiseta (que não era minha) e tirar uma foto. O aluno é Alexandre Bonora e já declarou, em suas redes sociais, que tudo aconteceu FORA do horário de aula, sem nenhum constragimento ou coação e a pedido dele próprio e do dono da camiseta.
4. Ainda que eu tivesse cometido a ilicitude de que sou acusada, isso não desabonaria o projeto do Escola Sem Partido, só reforçaria a urgência de sua aprovação. Jamais lecionei com camiseta do Bolsonaro, mas pediria desculpas e reconheceria se o tivesse feito.
5. Jornalistas e colunistas estão publicando fotos de palestras

41.694 visualizações

NOVEMBRO 6, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

[redacted] Valeu, @bolsonarosp [Arrasta pro lado para ver a continuação: parte 2 e parte 3] #EscolaSemPartido #BolsonaroPelaFamília #EduardoBolsonaro #Política [redacted] #MiguelNagib

232 sem Ver tradução

6.676 curtidas

NOVEMBRO 6, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

homens e mulheres.

VAI AO FÓRUM

Em meio à polêmica do projeto Escola Sem Partido na Câmara, a deputada estadual eleita [redacted] comparecerá espontaneamente na próxima segunda, às 17h, no Fórum da Capital com seu advogado, Claudio Gastão da Rosa Filho. Quer ser citada oficialmente e conhecer detalhes do conteúdo da ação contra ela apresentada pelo MP/SC para, então, poder contestá-la. [redacted] foi denunciada por ter criado um canal informal na internet para que estudantes enviem filmagens de professores que façam "queixas político-partidárias" em sala de aula.

[redacted] • Seguir
Florianópolis

[redacted] Tendo em vista que, até o momento, não fui intimada de absolutamente nada, iremos viajar para nos apresentarmos e respondermos convictamente ao MP. Também impressiona a rapidez com que a inicial chegou à mídia sem ter chegado às partes! O que significa? Para quem não está por dentro, o promotor pediu que eu fosse condenada a pagar uma multa e retirasse do ar a publicação onde sugiro que os alunos gravem seus professores caso se sintam ofendidos, vilipendiados ou prejudicados. Segundo a mídia, o juiz determinou que a publicação fosse retirada do ar. Como não fui intimada, irei me apresentar voluntariamente com o Dr. Gastão da Rosa Filho — que entende que a posição do promotor deve ser contestada o mais rápido possível.

Editado · 230 sem Ver tradução

2.858 curtidas
NOVEMBRO 17, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.



Raul Sartori

raulsartori@raulsartori.com.br

Ideologia na escola

A deputada estadual eleita [redacted] (PSL) certamente não sabe de todas consequências de sua sugestão aos estudantes – violentamente contestada e reprimida pela esquerda – que gravem aulas de professores doutrinadores. Fica-se sabendo, por relatos nas mesas de bares da UFSC e Udesc – porque poucos se arriscam a expor o que assistem e ouvem nas redes sociais – que desde então vários docentes das duas instituições, em especial das áreas de educação e ciências sociais, mudaram completamente o método de dar suas aulas. Até a manifestação da deputada faziam questão de declarar sua opinião sobre isso e aquilo, explicitamente; agora colocam a tese em discussão, mantendo prudente equidistância, e chamam os alunos para opinar. Mas sempre de olho se, mesmo assim, alguém esteja gravando.

[redacted] • Seguir

[redacted] "A deputada estadual eleita [redacted] (PSL) certamente não sabe de todas consequências de sua sugestão ao estudantes – violentamente contestada e reprimida pela esquerda – que gravem aulas de professores doutrinadores. Fica-se sabendo, por relatos nas mesas de bares da UFSC e Udesc – porque poucos se arriscam a expor o que assistem e ouvem nas redes sociais – que desde então vários docentes das duas instituições, em especial das áreas de educação e ciências sociais, mudaram completamente o método de dar suas aulas. Até a manifestação da deputada faziam questão de declarar sua opinião sobre isso e aquilo, explicitamente; agora colocam a tese em discussão, mantendo prudente equidistância, e chamam os alunos para opinar. Mas sempre de olho se, mesmo assim, alguém esteja gravando."
Hoje, coluna Raul Sartori.

230 sem Ver tradução

1.467 curtidas

NOVEMBRO 19, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

Comunidade das Nações - Brasília

[redacted] Nosso herói: Miguel Francisco Urbano Nagib, mentor e fundador do Projeto Escola Sem Partido. Na foto: Vereadora fortalezense Priscila Costa e Dra. Rubenita Lessa.

230 sem Ver tradução

1.295 curtidas

NOVEMBRO 23, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Congresso Conservador. [...] Quer conhecer as principais pautas do movimento desde o protofeminismo até a ideologia de gênero?	27/12/2018



[redacted] • Seguir

[redacted] Fui convidada como palestrante em um Congresso Conservador — repito: conservador — e várias mulheres conservadoras, inclusive uma PASTORA, reclamaram da falta de representatividade feminina, porque sou a única mulher palestrando. Algumas queriam que o evento chamasse mais mulheres só para diminuir a disparidade numérica! A hegemonia das ideias feministas é assustadora, até as autodenominadas conservadoras se deixam morder pelos clichês.

Lembrei-me de uma citação de Trillo-Figueroa (2007, p.30) no livro Una Revolución Silenciosa: "as feministas, como organização, nunca obtiveram o poder, mas o feminismo radical, como ideologia, têm exercido um papel dominante na hegemonia cultural que impera no pensamento e opinião pública de todo o Ocidente". Quer saber um pouco mais sobre a história do movimento e entender porque as mulheres podem estar em qualquer lugar — até puxando saco de cimento e limpando esgoto—, mas ainda assim serão diferentes, sempre diferentes, dos homens? Quer conhecer as principais pautas do movimento desde o protofeminismo até a ideologia de gênero?

3.258 curtidas

DEZEMBRO 27, 2018

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

[redacted] O Ministro da Educação escolhido pelo Bolsonaro extinguiu, encerrou, "c'est fini", fechou a Secadi — Secretaria de Diversidade que levava Ideologia de Gênero e outras impudicícias para dentro das escolas. Pa-ra-béns! Quem sabe agora sobre tempo para alfabetizar direito, ensinar português e matemática.

224 sem Ver tradução

Curtido por **escolasempartidooficial** e **outras 8.619 pessoas**

JANEIRO 2, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc

[redacted] Hoje cedo com o amigo Marcelo Batista de Sousa que é presidente do SINEPE — Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina. Conheci o Marcelo em 2014, em Brasília, no Primeiro Congresso contra Doutrinação nas Escolas. Nosso gabinete está de portas abertas para professores e gestores com o mesmo espírito de liberdade que move o Marcelo.

Editado · 218 sem Ver tradução

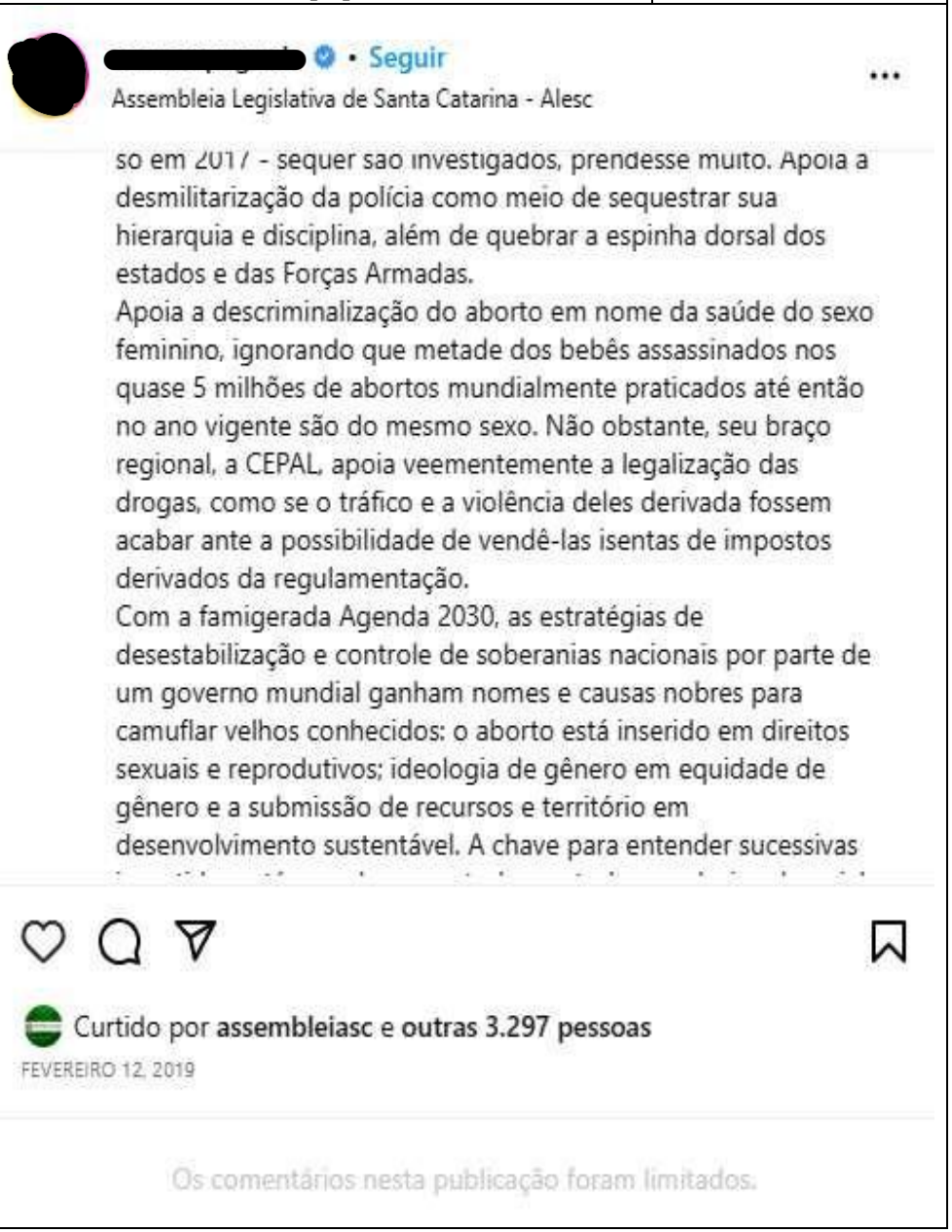
1.404 curtidas

FEVEREIRO 12, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo – [...] Com a famigerada Agenda 2030, as estratégias de desestabilização e controle de soberanias nacionais por parte de um governo mundial ganham nomes e causas nobres para camuflar velhos conhecidos: o aborto está inserido em direitos sexuais e reprodutivos; ideologia de gênero em equidade de gênero e a submissão de recursos e território em desenvolvimento sustentável. [...]	12/02/2019







[redacted] • Seguir

[redacted] Volta e meia alguns agentes de mídia soltam manchetes sensacionalistas envolvendo o meu nome e, apelando descaradamente à distorção dos fatos, tentam construir pautas negativas com o propósito de deslegitimar o meu trabalho. Uma dessas ações, que obteve enorme repercussão, sendo reproduzida inclusive pelos maiores portais de notícias do Brasil, foi a história de que eu teria dado aula usando uma camiseta que estampava a imagem de Jair Bolsonaro. A "fonte" de onde partiu a notícia falsa foi um perfil fake do twitter que se fez passar por ex-aluno para me acusar de ter praticado uma espécie de "doutrinação reversa". Obrigado, Caio Coppola, por prezar pela verdade e me conceder a oportunidade de esclarecer essa mentira.

Perdeu a minha participação no Morning Show? Visite o meu canal no YouTube e assista na íntegra!

#FeminismoEmPauta #MorningShow #FakeNews #EscolaSemPartido [redacted] #CaioCoppolla #Bolsonaro

3.870 curtidas

ABRIL 3, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.


MDJ E MBL JOINVILE PROMOVEM O PAINEL:
ESCOLA SEM PARTIDO
QUINTA-FEIRA, 11 DE ABRIL - ÀS 19 H
LOCAL: LA VILLAGE BUSINESS & COWORKING
AV. DOUTOR ALBANO SCHULZ, 815 CENTRO - JOINVILLE-SC
PALESTRANTES:
DEP. [redacted]
MIGUEL NAGIB
CRIADOR DO PROJETO DE LEI
MDJ
MOVIMENTO DIREITA JOINVILLE
MBL
JOINVILLE
ESCOLA
PARTIDO


[redacted] • Seguir
[redacted] É amanhã em Joinville.
210 sem Ver tradução
[redacted], te mandei um direct sobre uma doutrinação que acontece aqui onde eu estudo.
210 sem Ver tradução
[redacted], és sensacional! Boa atividade! ♥
210 sem 1 curtida Ver tradução
[redacted] será entrada gratuita?
210 sem
davidmello2602 Legal. Eu moro em Jaraguá do Sul, mudei-me há pouco. Vim do RS... Sei que Joinville fica perto daqui. Tem que pagar entrada? Marcar antecipado? Tem algum procedimento ou especial ou é só chegar no local? Obrigado
1.447 curtidas
ABRIL 10, 2019
Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

Ilha de Santa Catarina

[redacted] Joinville, 19h. Evento sobre o Escola Sem Partido com Dr. Miguel Nagib, idealizador do projeto é programa.

210 sem Ver tradução

[redacted]

208 sem

[redacted] Linda

208 sem

[redacted] Muito articulada e brilhantemente inteligente.

209 sem Ver tradução

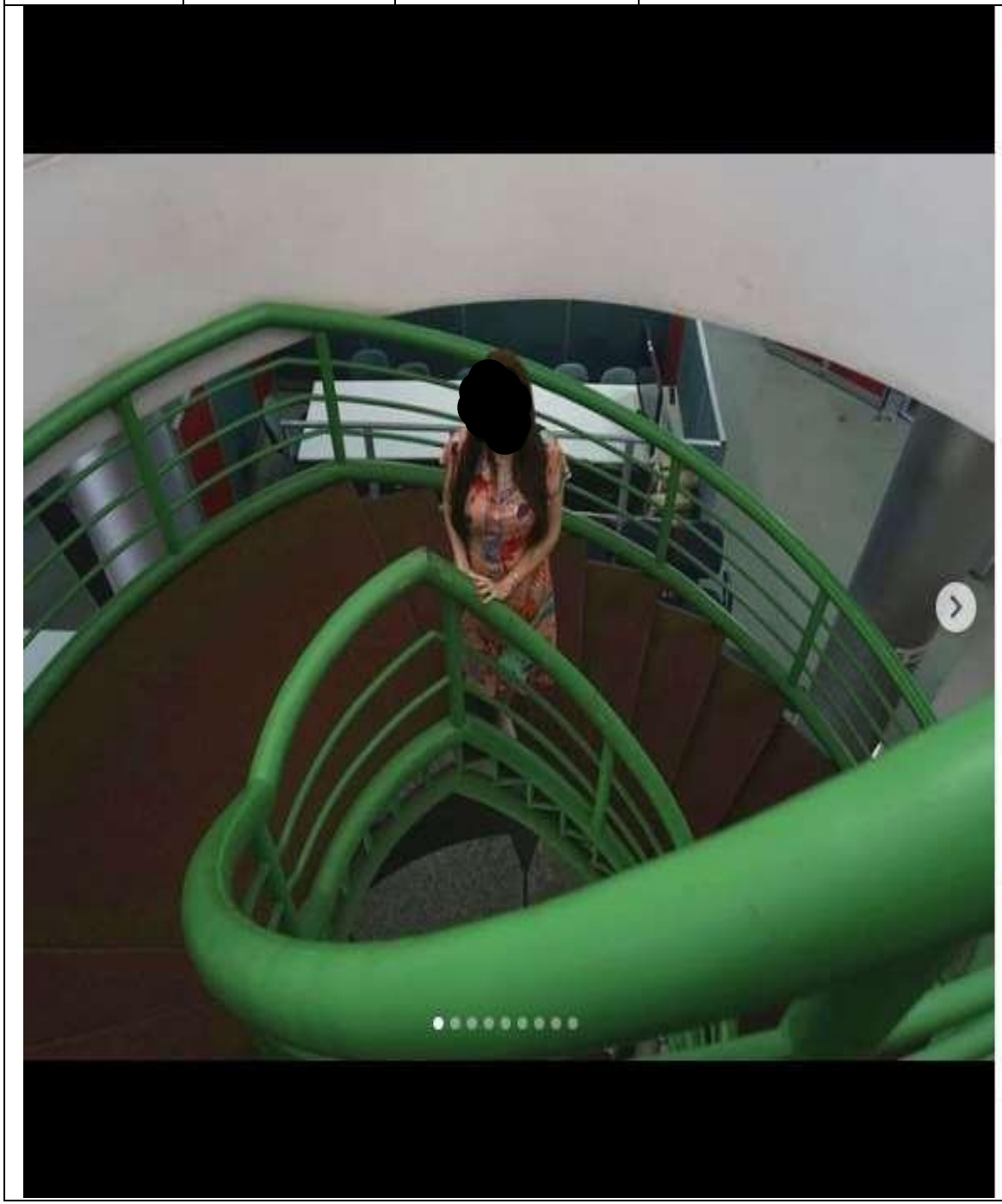
[redacted]

209 sem

28.499 visualizações

ABRIL 10, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir
Joinville

[redacted] Hoje, mais uma vez tratamos das escolas que receberão o projeto da polícia militar — Sou Estudante, Sou Cidadão — ao visitar a lindíssima Joinville, cidade do meu amigo deputado Sargento Lima @depsargentolima. Visitamos a Gered para deliberar sobre quais escolas deveriam abraçar o projeto aproveitando a ida ao outro compromisso OFICIAL que aconteceu hoje à noite — organizado pelo MDJ e MBL sobre o Projeto Escola Sem Partido. Mais tarde, mais fotos sobre o dia de hoje.
Fotos: @zquem [compromisso oficial] Gerência de Educação de Joiniville, 16h, 11/04/2019.

Editado · 210 sem Ver tradução

[redacted] Olha aí @leolins vai deixar?

209 sem Ver tradução

[redacted] Esta deputada é para casar😘😍

3.290 curtidas

ABRIL 11, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Procurador aposentado, advogado e idealizador do programa Escola Sem Partido. Completamos cinco anos de amizade. Obrigada, dr. Miguel Nagib! Sou sua maior admiradora.	12/04/2019



[redacted] • Seguir
Joinville

[redacted] Procurador aposentado, advogado e idealizador do programa Escola Sem Partido. Completamos cinco anos de amizade. Obrigada, dr. Miguel Nagib! Sou sua maior admiradora. 💛
210 sem Ver tradução

[redacted] Caraí @leolins em todas
209 sem Ver tradução

[redacted] BR👏👏👏👏🎖️
209 sem

[redacted] Olavo de Carvalho, na entrevista ao Bial, chamou o pessoal do Escola Sem Partido de malucos. hahahahahahaha... essa foto é puro conflito.
210 sem 1 curtida Ver tradução

2.323 curtidas
ABRIL 12, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Nosso evento sobre o Escola Sem Partido foi um sucesso ontem. Meus sinceros agradecimentos ao deputado Sargento Lima @depsargentolima e a sua equipe que trabalhou junto ao MDJOINVILLE e MBL para realizar esse encontro. Dr. Miguel Nagib, advogado idealizador do projeto ESP, explanou perfeitamente bem, retórica impecável como sempre. Sou fã. Hoje, partimos para Brusque e Itajaí para mais um dia cheio. Fotos: @zquem Le Village, [compromisso oficial] Painel Escola Sem Partido, Joinville, 19h30, 11/04/2019.	12/04/2019







[redacted] • Seguir
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc

organizaram um ato pacífico em repúdio à palestra que seria proferida na universidade por um ex-candidato à presidência que não costuma demonstrar muito respeito pela propriedade privada. Na ocasião, foram atacados e agredidos por uma horda de militantes esquerdistas que expuseram desavergonhadamente a sua incapacidade de conviver com os diferentes num sistema democrático, comprovando mais uma vez quem são os verdadeiros "fascistas" do tempo presente.

_____

Quer saber mais sobre o trabalho realizado pelo mandato e a minha atuação cultural? Não espere pelos jornais! Acompanhe o site https://[redacted]om.br, siga o meu canal no YouTube e fique por dentro de todos as nossas ações.

#Aparelhamento #Universidade #Fascismo #Esquerda #UFSC #EscolaSemPartido #[redacted] #Deputada #PSL #Alesc #SantaCatarina

210 sem Ver tradução

5.823 curtidas

ABRIL 12, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...]A sexualização dos seres humanos atingiu quase o seu ponto de saturação.	19/05/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] "O impulso sexual é declarado atualmente como a mola-mestra do comportamento humano. Em nome da ciência é aconselhada a sua mais plena satisfação como condição necessária para a saúde e felicidade do homem. As inibições sexuais são consideradas a fonte principal de frustrações, doenças mentais e físicas e criminalidade. A castidade é ridicularizada como superstição e falsa pudicícia. A lealdade nupcial é estigmatizada como antiquada hipocrisia. O pai é pintado como um tirano. A maternidade é interpretada como mamãezada, que só serve para arruinar a vida dos filhos. Os filhos e as filhas são pintados como cheios de complexos de sedução de sua mãe e pai, respectivamente. A libertinagem e a façanha sexual são orgulhosamente romantizadas. O homo sapiens é substituído pelo homo sexualis, repleto de libidos genitais, anais, orais e cutâneos. O tradicional filho de Deus, criado à imagem de Deus, é transformado num aparelho sexual movido pelo instinto, preocupado com questões sexuais, aspirando a relações sexuais, sonhando com elas e pensando principalmente nelas. A sexualização dos seres humanos atingiu

1.904 curtidas

MAIO 19, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

[redacted] Na sessão ordinária desta terça-feira, rememorei meu último discurso sobre violência doméstica sofrida por homens, feito na tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no dia 28/05/19, mostrando a triste conexão com o recente caso do menino Rhuan.

Rhuan, de apenas nove anos, foi sequestrado por um par de lésbicas feministas, sendo uma delas sua mãe, que há um ano mutilou o pênis da criança e o costurou de maneira rudimentar em forma de vagina. Além de criar Rhuan como uma menina, o par obrigava-o a manter relações sexuais com a filha da companheira de sua mãe, doutrinada por esta durante cinco anos para que tivesse medo da figura masculina, principalmente a do pai.

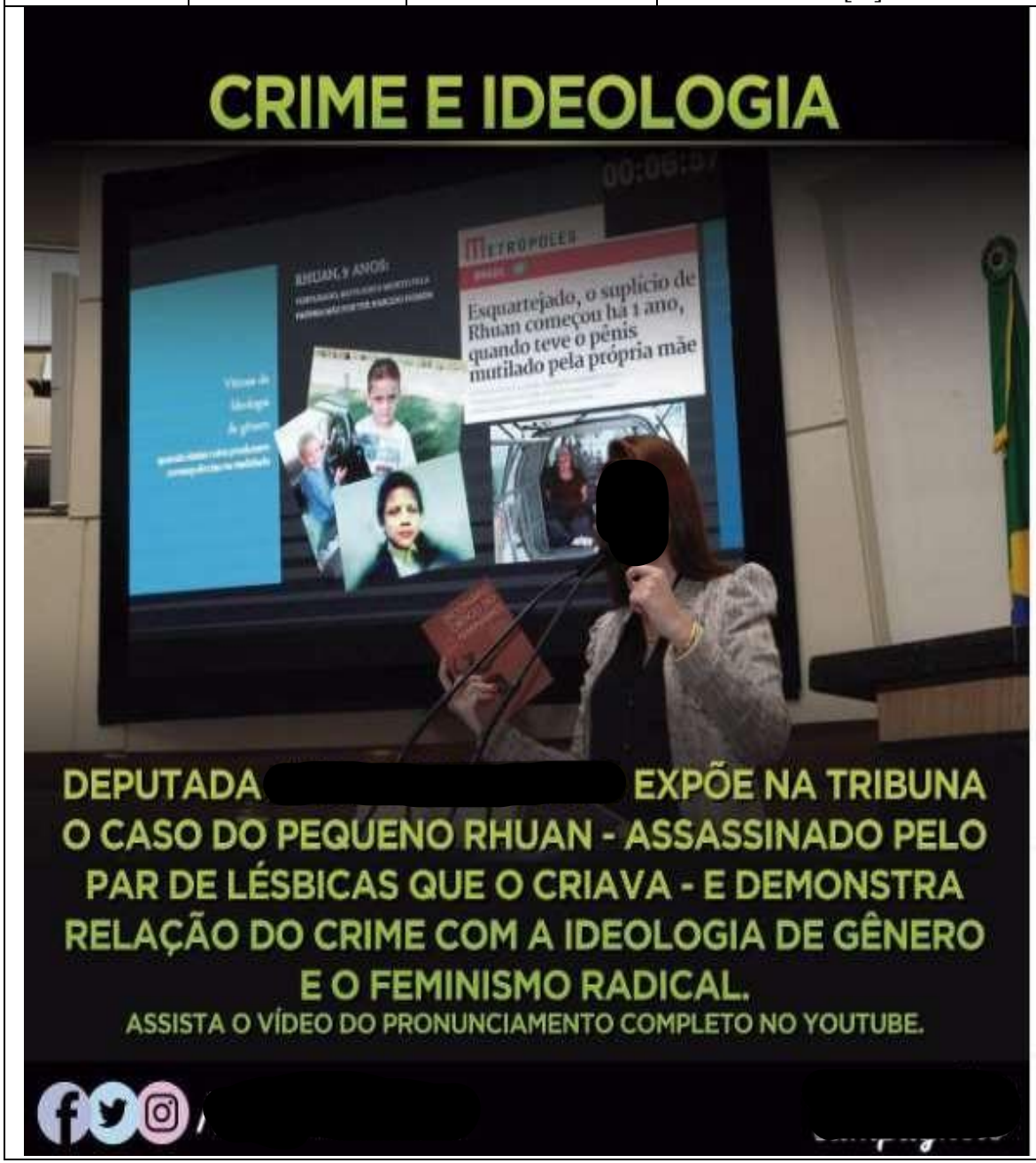
O ódio para com a figura masculina e a tentativa de mudança de sexo são representações fidedignas da agenda feminista e da ideologia de gênero, vendidos como se coisas excelsas fossem. Para contrapor essa ideia, apresentei trecho do Dicionário Crítico

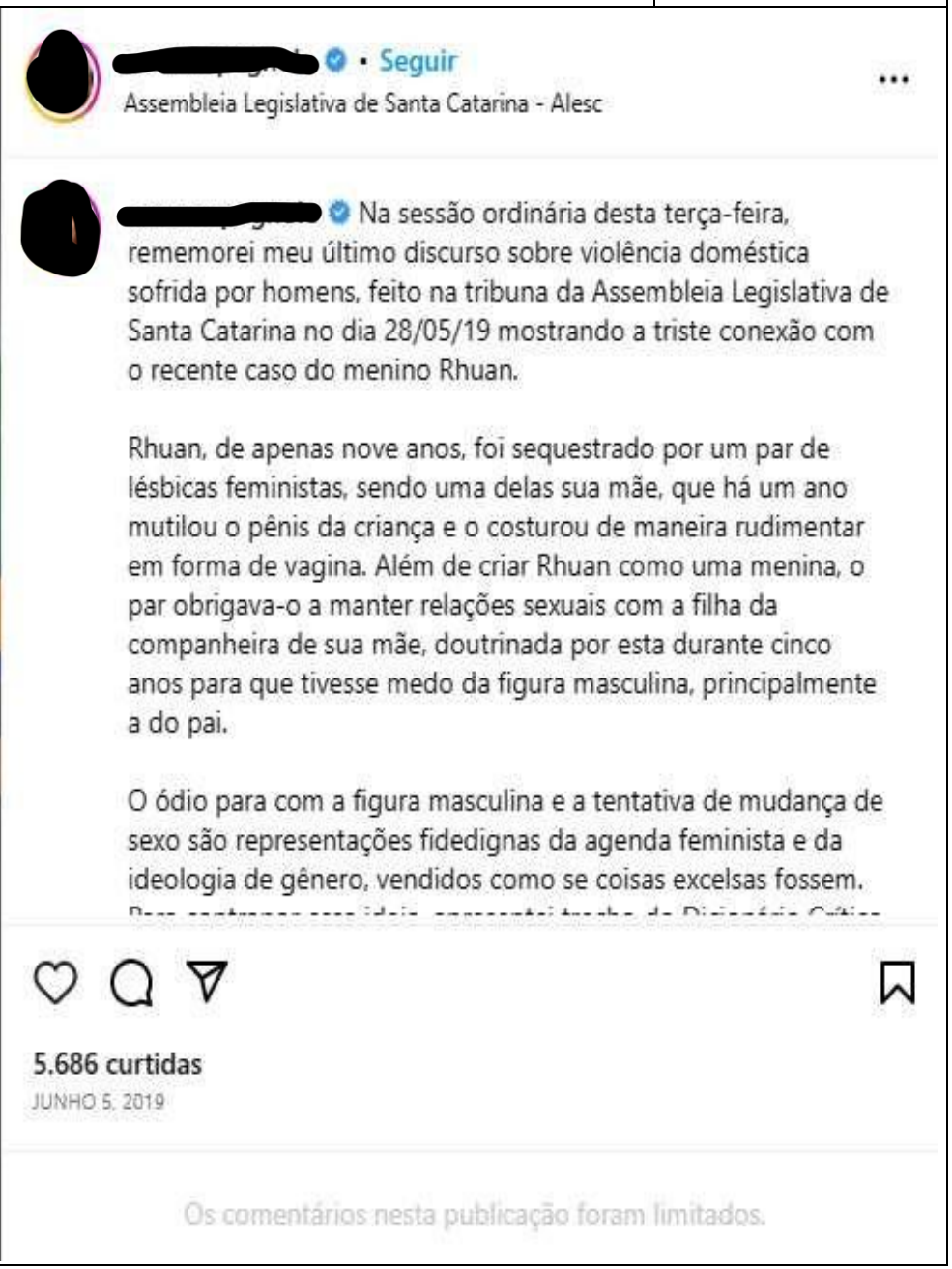
63.474 visualizações

JUNHO 4, 2019

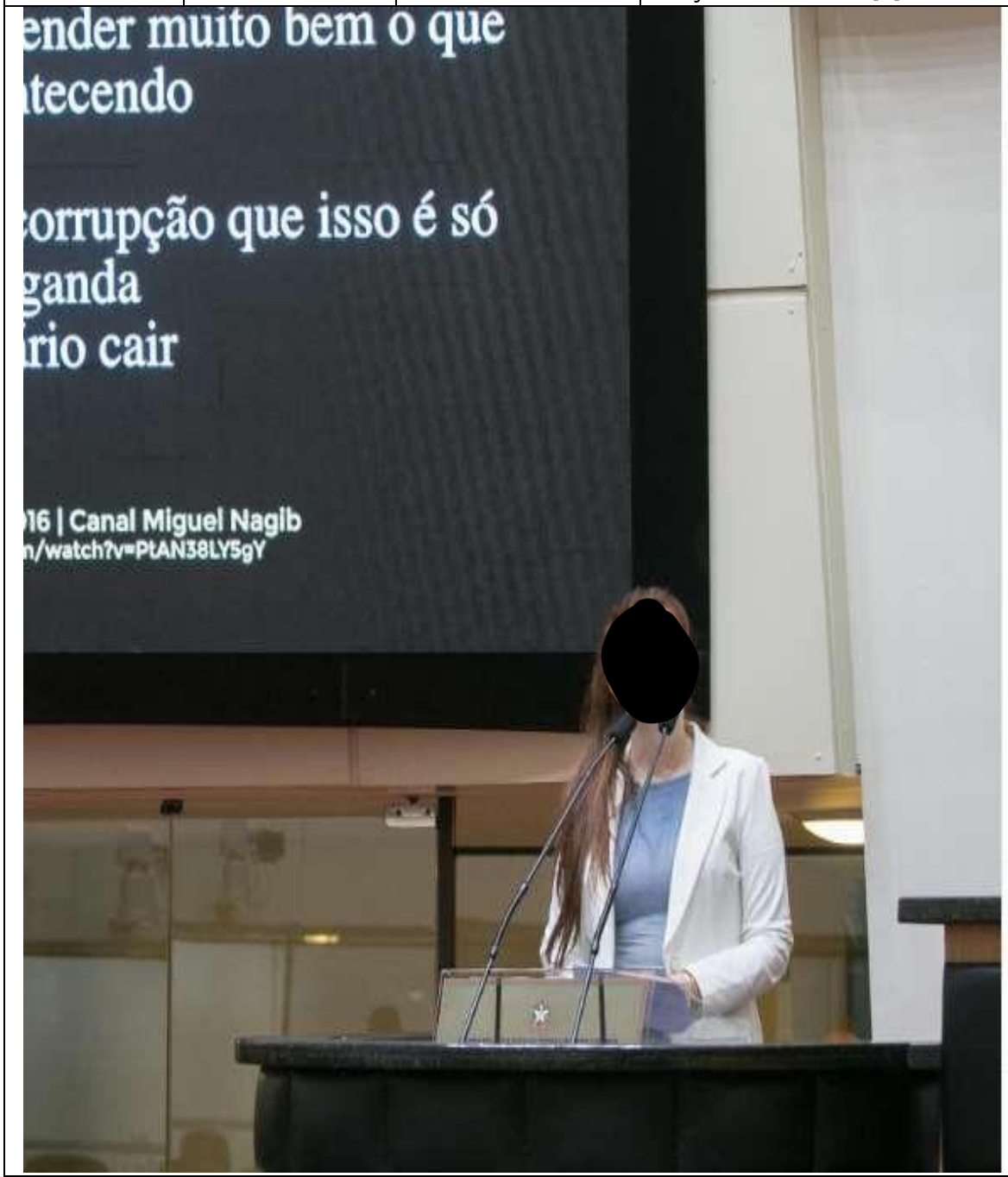
Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Na sessão ordinária desta terça-feira, rememorei meu último discurso sobre violência doméstica sofrida por homens, feito na tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no dia 28/05/19 mostrando a triste conexão com o recente caso do menino Rhuan.[...]	05/06/2019





Deputada			Minha cara quando ouço um professor petista doutrinando: "não é possível que ele esteja falando isso"! [...]	06/06/2019



[redacted] • Seguir
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc

[redacted] Minha cara quando ouço um professor petista doutrinando: "não é possível que ele esteja falando isso"!
📷: Rodolfo Espíndola @assembleiasc 05/06/2019, Sessão Ordinária, pronunciamento sobre recomendação do MPF ao MEC para o combate de atos político-partidários em escolas e universidades.

202 sem Ver tradução

3.610 curtidas
JUNHO 6, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc

Utilizei a tribuna durante a 49ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para comentar essa importante decisão que representa um grande avanço na direção de um sistema público de ensino livre dos abusos ideológicos cometidos no ambiente escolar por militantes empenhados em impôr sua agenda político-partidária sufocando a pluralidade de ideias e privando os estudantes do direito de aprender.

Na ocasião, também publicizei nossas últimas duas indicações referentes a problemas estruturais identificados em duas escolas do município de Rio Negrinho, que contaram, mais uma vez, com a ação imediata do nosso competente secretário de Educação, Natalino Uggioni.

_____
Quer saber mais sobre a minha atuação cultural e o trabalho realizado pelo mandato? Não espere pelos jornais! Acompanhe o site www.anacampagnolo.com.br, siga as minhas redes sociais e fique por dentro de todos as nossas ações. [redacted]
#Educação #Balbúrdia #MEC #EscolaSemPartido

3.154 curtidas
JUNHO 7, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

Paraíso

[redacted] Reunião BA-BA-DO com os Gays de Direita de São Paulo. Falamos sobre preconceito, violência, antifeminismo e o autoritarismo dos ativistas LGBT. Foi um prazer conhecer esses meninos: divertidíssimos!

200 sem Ver tradução

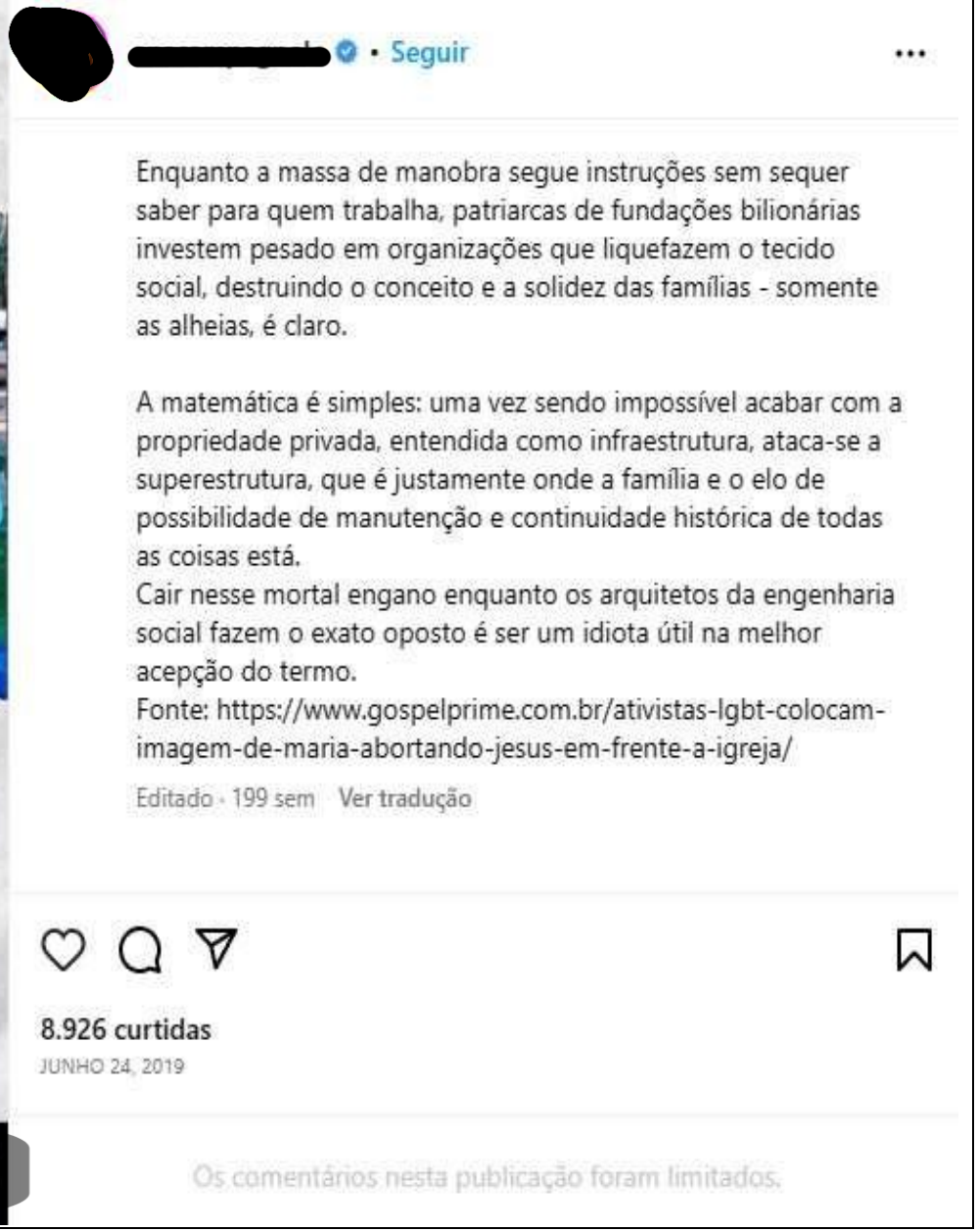
4.834 curtidas

JUNHO 15, 2019

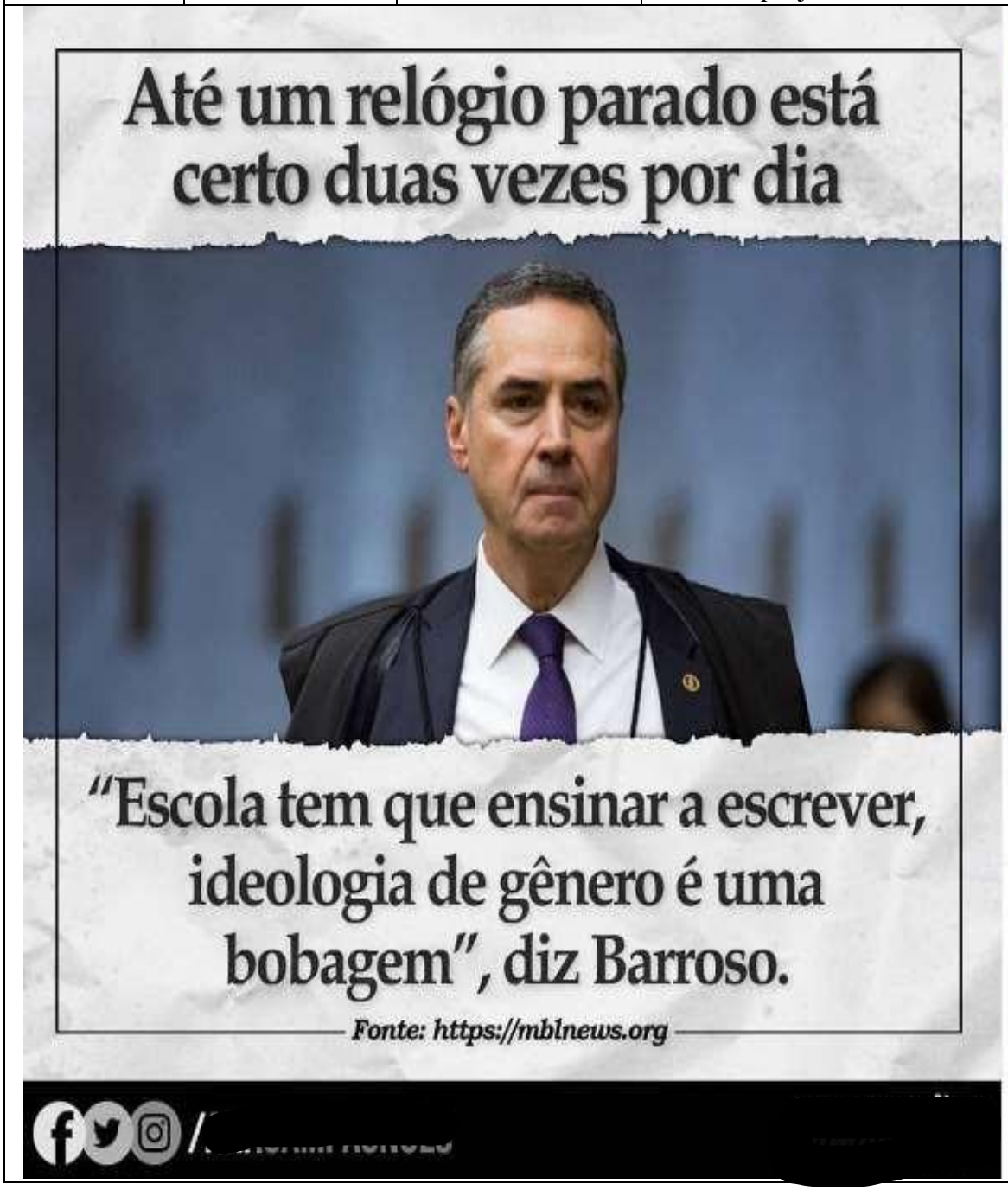
Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Há pouco se estava falando do dia do orgulho gay e da marcha para Jesus. Há quem sinta que os eventos competem, eu diria que não há comparação. Essa matéria de 2017 é a prova cabal de como a esquerda usa as "minorias" para atacar a fé cristã, um dos pilares da cultura ocidental, bem como a instituição mais poderosa e alvo número um das elites nefastas: a família. [...]	24/06/2019



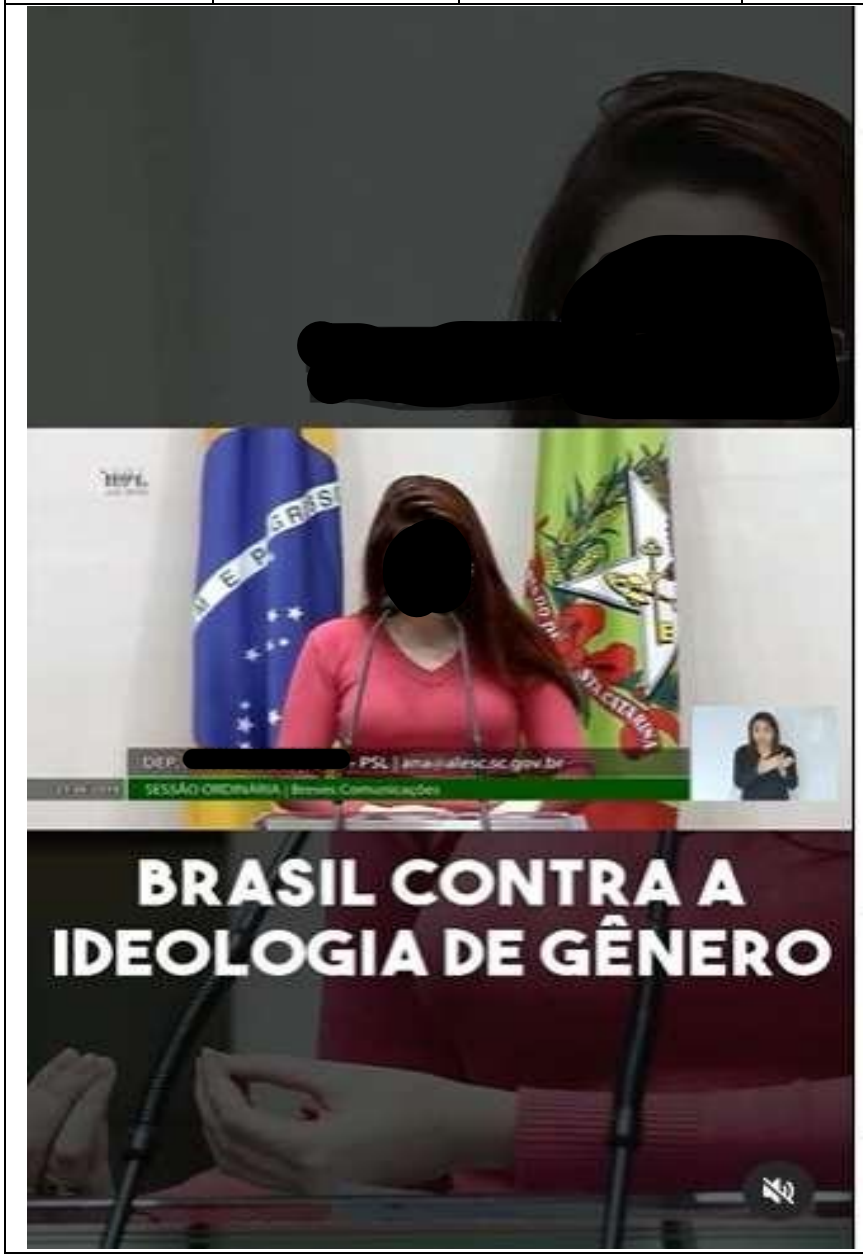


Deputada			"Escola tem que ensinar a escrever, ideologia de gênero é uma bobagem", diz ministro que já defendeu descriminalização do aborto e das drogas. [...]	25/06/2019





Deputada			Vídeo – [...] Citei também um artigo que dava conta de que nosso presidente Jair Messias Bolsonaro menciona com frequência o combate à Ideologia de Gênero como uma das metas de sua agenda política e que, em visita aos Estados Unidos, disse: “EUA e Brasil são irmanados na fé em Deus, no combate à Ideologia de Gênero, ao politicamente correto e às fake news”. [...]	01/07/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] Durante Sessão Ordinária ocorrida no último dia 26 de junho, parabenizei a iniciativa do Itamaraty em orientar diplomatas a frisar que gênero é sexo biológico feminino ou masculino.

Citei também um artigo que dava conta de que nosso presidente Jair Messias Bolsonaro menciona com frequência o combate à Ideologia de Gênero como uma das metas de sua agenda política e que, em visita aos Estados Unidos, disse: "EUA e Brasil são irmanados na fé em Deus, no combate à Ideologia de Gênero, ao politicamente correto e às fake news". Sugeri que a Casa também passasse a adotar a mesma visão, rememorando as inúmeras vezes que subi à tribuna para discorrer sobre o tema, alertando que trata-se de engenharia social nefasta como a ocorrida no caso do Dr. John William Money, que tentou provar via experimento científico que a diferença entre homens e mulheres é um fato social, experiência que resultou no suicídio do rapaz vítima da "mudança de sexo".

42.407 visualizações

JULHO 1, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.


Ricardo da Costa
próximo a Vitória
CORAGEM
Conheci a [redacted] em um evento organizado pela Escola sem Partido (senão me engano, em Brasília), pelo Miguel Nagib. Compartilhamos uma mesa e viajamos, de ônibus, para algum lugar (que memória terrível a minha, depois do AVC!). Soube então de sua história, triste história, simbólica história do ambiente acadêmico brasileiro. Mais uma das dezenas que presenciei, soube, acompanhei. Estou na maior torcida, à distância, à espera do desenlace de seu processo. Se os alunos que tive (e que sofreram assédio moral) fossem da estirpe da [redacted]... Força, menina! Você é um exemplo, não só de charme, beleza e delicadeza, mas de integridade e coragem. Concorda, Olavo de Carvalho?
Olavo de Carvalho Essa menina é um exemplo para todos os brasileiros.
Amei · Responder · 1 a
63


[redacted] • Seguir
[redacted] A queridinha do "professô" Olavo e do incrível medievalista Dr. Ricardo da Costa. Isso aqui vale mais que "diproma".
Editado · 194 sem Ver tradução
[redacted] Admiração infinita por ti e por tua coragem! @[redacted] és uma verdadeira "João Batista", e está faltando muito Joões Batistas, está sobrando muita Salomé! Coragem seu nome é [redacted]!
193 sem Ver tradução
[redacted] Zerou a vida!!!
194 sem Ver tradução
[redacted] Sou seu fã. Obrigado pelos trabalhos!
194 sem Ver tradução
5.615 curtidas
JULHO 31, 2019
Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir
Aeroporto Internacional Hercílio Luz

[redacted] Meus companheiros de viagem pra esse começo de semana: arrasta para ver a outra foto com detalhes dos livros.

Estamos a caminho de São Paulo onde vou participar hoje, 18h no auditório Montoro da Assembleia Legislativa de São Paulo, da 2ª Reunião da Frente Parlamentar pelo Escola Sem Partido. Se você é de São Paulo, venha prestigiar o evento. Estarão comigo: Flávio Morgenstern e o Deputado Federal @cabojunioamaral (MG). Os livros da foto serão base do meu pronunciamento hoje e estão disponíveis pra você comprar na minha livrari[redacted].com.br junto com outros milhares de títulos conservadores, sobre história, política, arte, economia, literatura e muito mais. Já que muitos têm questionado, informo que já estamos preparando uma lista dos meus livros protestantes preferidos para incluir na Livraria [redacted]. Mas você já pode comprar alguns como os do autor C. S. Lewis e que já estão disponíveis lá.

6.399 curtidas
AGOSTO 12, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.


12 AGOSTO
SEGUNDA
18H
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO 9 DE JULHO
SÃO PAULO
LOCAL: ALESP - AUDITÓRIO FRANCO MONTORO
AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - PARAÍSO
FRENTE
PARLAMENTAR PELA
ESCOLA SEM
PARTIDO
[redacted].com.br
livraria[redacted].com.br


[redacted] • Seguir
Alesp Auditório Franco Montoro
[redacted] Daqui a pouquinho na Assembleia Legislativa de São Paulo
193 sem Ver tradução
[redacted] Quando vc vai está aki em Belém do Pará com essas palestras ?
192 sem Ver tradução
[redacted] pra mim é o projeto mais importante é o escola sem partido.
192 sem Ver tradução
[redacted] #vemproes
192 sem
[redacted] alguém transmitirá?
1.248 curtidas
AGOSTO 12, 2019
Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir
Assembleia Legislativa de São Paulo

[redacted] Uma amizade conquistada pelo amor aos livros: @antipraxis [assistam aos vídeos dele] ❤️ Sempre bom te vê-lo, agradeço por ter ido prestigiar nosso evento do Escola sem Partido. Agora, já estou a caminho de SC pra primeira Sessão Ordinária da semana. Você pode acompanhar as ações do mandato pelo site [redacted].com.br e assistir aos pronunciamentos pelo meu canal no YouTube. Deus abençoe nosso dia e nossa semana!

Editado · 192 sem Ver tradução

[redacted] Stratovarius ♥♥♥

184 sem

[redacted] Incansável ♥

192 sem 1 curtida Ver tradução

[redacted] comentar sobre a mesma coisa. Ótimo gosto

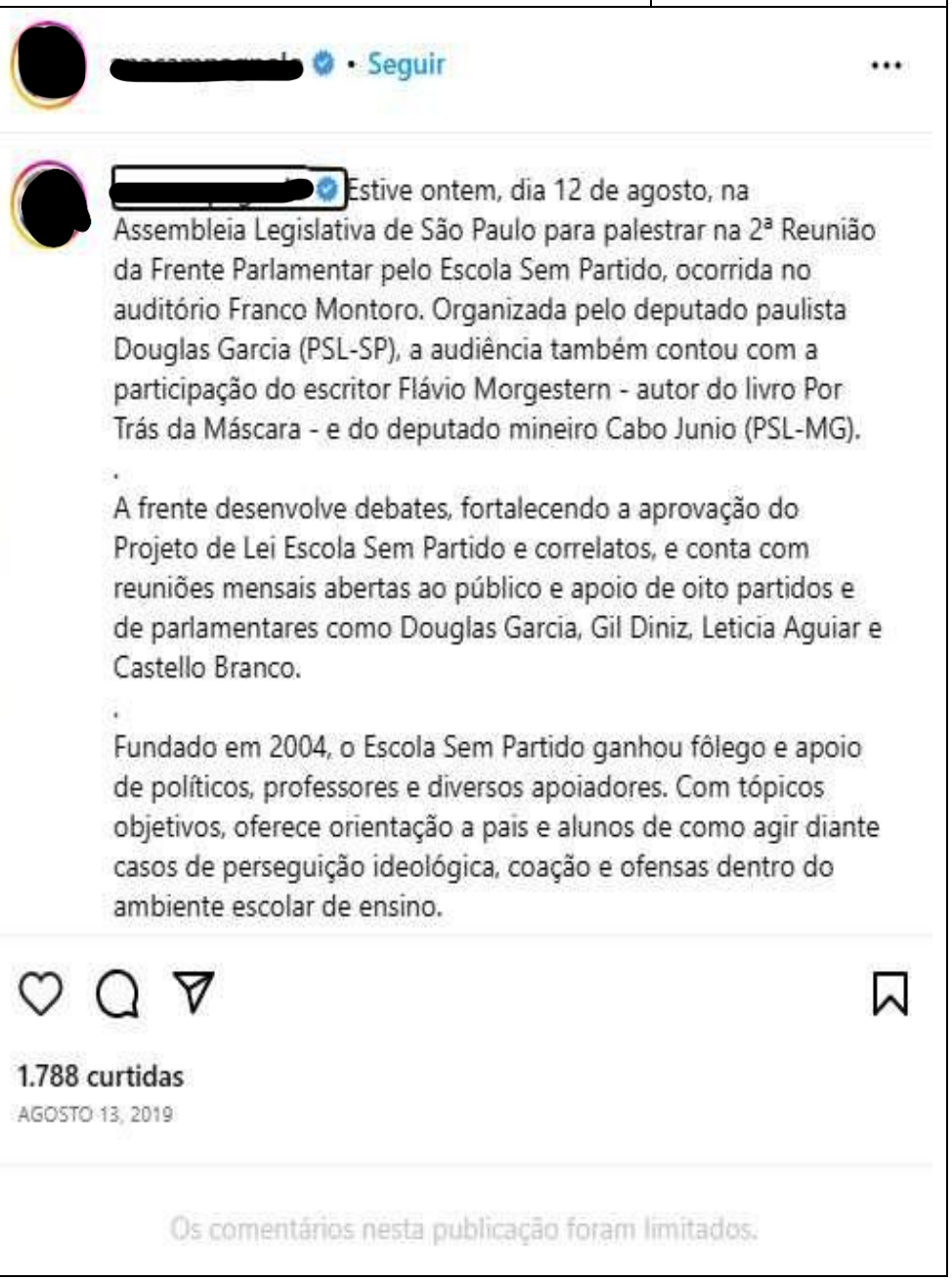
2.871 curtidas

AGOSTO 13, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...]Fundado em 2004, o Escola Sem Partido ganhou fôlego e apoio de políticos, professores e diversos apoiadores. Com tópicos objetivos, oferece orientação a pais e alunos de como agir diante casos de perseguição ideológica, coação e ofensas dentro do ambiente escolar de ensino.	13/08/2019





Deputada			Vídeo – [...] Parabenizo os pais por terem protestado contra a doutrinação na escola no último dia 5, ressaltando a importância da presença dos mesmos na vida e grade escolar de seus filhos, bem como a atuação do Escola Sem Partido. Vídeos contrários à polícia, à defesa do cidadão, evocando ideologia de gênero – que é anticristã por natureza, em colégios cristãos – e outras investidas do tipo são peças de um mesmo quebra-cabeça que objetiva o adoecimento do tecido social.	14/08/2019



[redacted] • Seguir

arsenais de guerra, e não armas comuns vetadas ao cidadão. Temos a polícia que mais morre no mundo e que, só no ano de 2017, teve 371 mortos.

.

Parabenizo os pais por terem protestado contra a doutrinação na escola no último dia 5, ressaltando a importância da presença dos mesmos na vida e grade escolar de seus filhos, bem como a atuação do Escola Sem Partido. Vídeos contrários à polícia, à defesa do cidadão, evocando ideologia de gênero – que é anticristã por natureza, em colégios cristãos – e outras investidas do tipo são peças de um mesmo quebra-cabeça que objetiva o adoecimento do tecido social.

___

Para saber mais sobre a minha atuação cultural e o trabalho realizado pelo mandato, siga as minhas redes sociais, acompanhe o site anacampagnolo.com.br e saiba tudo sobre as nossas ações.

192 sem Ver tradução

30.807 visualizações

AGOSTO 14, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...]Estivemos em Brasília hoje, entre inúmeras outras pautas com deputados e ministros, também levamos detalhes do plano de educação do estado de Santa Catarina que entregamos em mãos para alguns correligionários. Entre as 11h e 14h, discutimos qual a maneira ideal de interpretar e agir em relação aos direcionamento de “identidade de gênero” e “diversidade” pautados para o ensino fundamental, médio e até na formação de agentes profissionais do Estado. Nosso gabinete estuda alternativas há semanas.	28/08/2019



[redacted] • Seguir
Brasília/DF

[redacted] Encerrando as atividades só agora, meia-noite.

Estivemos em Brasília hoje, entre inúmeras outras pautas com deputados e ministros, também levamos detalhes do plano de educação do estado de Santa Catarina que entregamos em mãos para alguns correligionários. Entre as 11h e 14h, discutimos qual a maneira ideal de interpretar e agir em relação aos direcionamento de "identidade de gênero" e "diversidade" pautados para o ensino fundamental, médio e até na formação de agentes profissionais do Estado. Nosso gabinete estuda alternativas há semanas.

Não é simples. Casos assim mostram a importância de vencer culturalmente também e de não se conformar com aparentes vitórias político-partidárias (que podem ser ilusórias). Também tratamos de inúmeros outros assuntos e possibilidades para SC, como projetos de lei de outros deputados que estamos

3.852 curtidas
AGOSTO 28, 2019

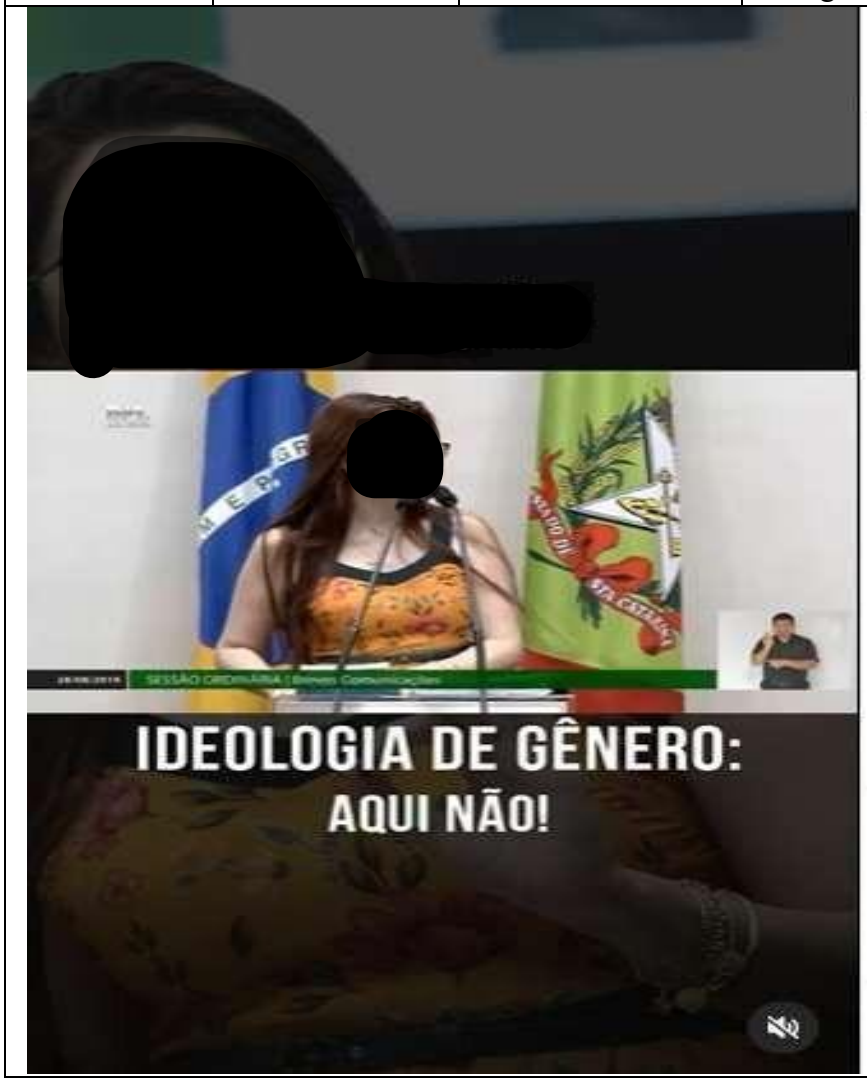
Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Depois das últimas polêmicas sobre “identidade de gênero” no Plano Estadual de Educação, apresentei a indicação (assinada por 14 deputados) para que o Governador promulgue um Decreto regulamentando a exibição de conteúdos de cunho sexual: crianças não devem ser expostas a material obsceno, erótico e pornográfico.	28/08/2019





Deputada			Vídeo – [...] Grande foi a indignação entre os catarinenses ao tomarem consciência de que o conceito de "identidade de gênero" estaria incluído nos conteúdos programáticos do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina para as turmas do 8º ano do ensino fundamental. Por mais inofensiva e bem intencionada que possa parecer, a mera inclusão desses termos abre espaço para a aplicação de uma imensidão de subjetividades totalmente contrárias aos princípios conservadores defendidos pela maioria da nossa população, permitindo a repetição de casos como o ocorrido recentemente em Florianópolis, onde o pai de duas meninas foi processado por professores após ir à escola questionar uma "mostra de cinema", carregada de doutrinação LGBT, que seria apresentada para os alunos.	28/08/2019





Deputada			Conheci a Ministra Damares e o presidente Jair Messias Bolsonaro pessoalmente quando fui convidada pelo Dr. Miguel Nagib a participar da primeira audiência pública do Escola Sem Partido em Brasília. [...]	29/08/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] Conheci a Ministra Damares e o presidente Jair Messias Bolsonaro pessoalmente quando fui convidada pelo Dr. Miguel Nagib a participar da primeira audiência pública do Escola Sem Partido em Brasília. Naquela época, parecíamos tão poucos e a ideia de um governo conservador no Brasil soava apenas como um sonho distante, mas Deus quis alterar os rumos desta nação. Nosso trabalho está apenas começando!

190 sem Ver tradução

[redacted] Lindas. Grandes exemplos . A esperança para nosso Brasil❤️

188 sem Ver tradução

[redacted] Mulher guerreira integridade verdadeira sou fã 👍👏👏👏

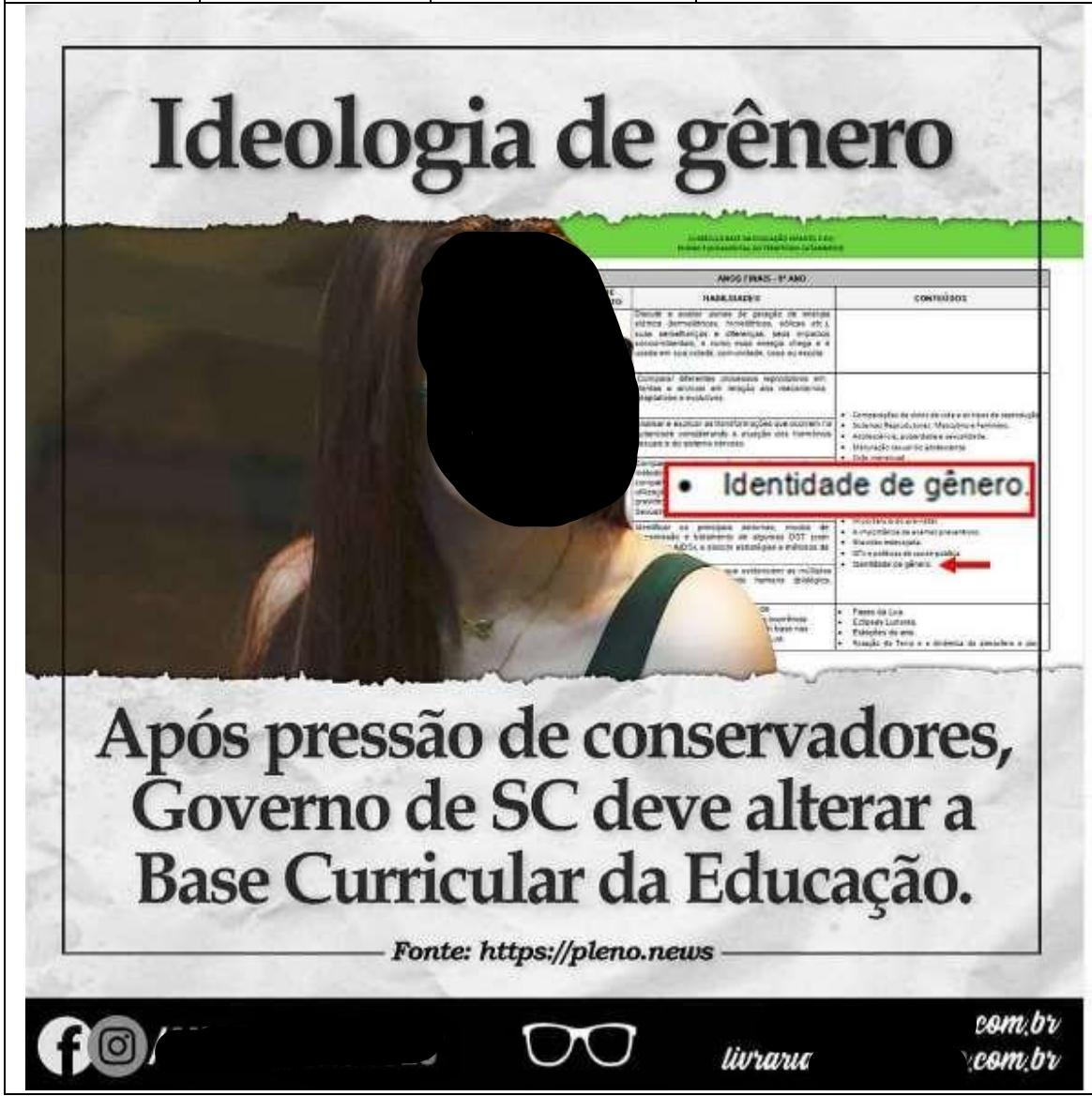
188 sem Ver tradução

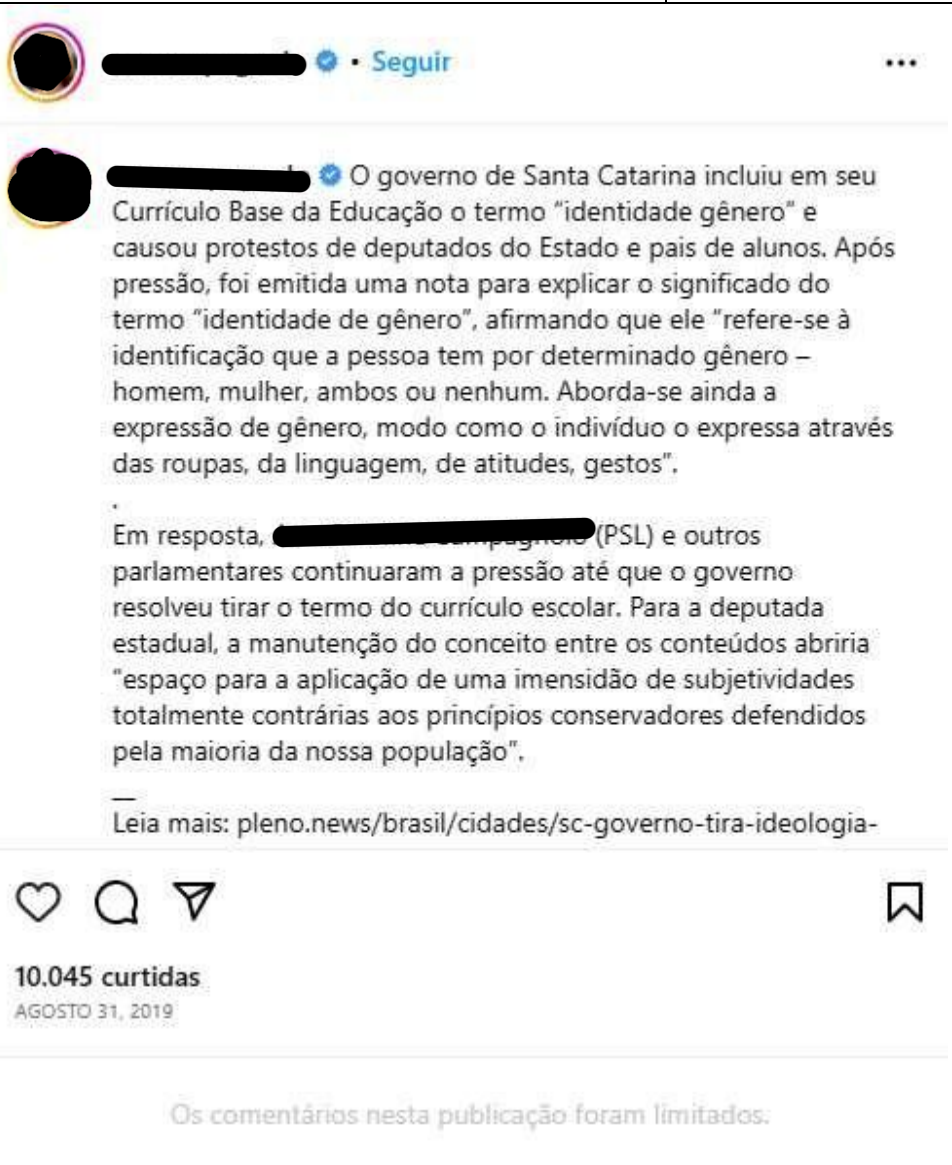
43.703 visualizações

AGOSTO 29, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

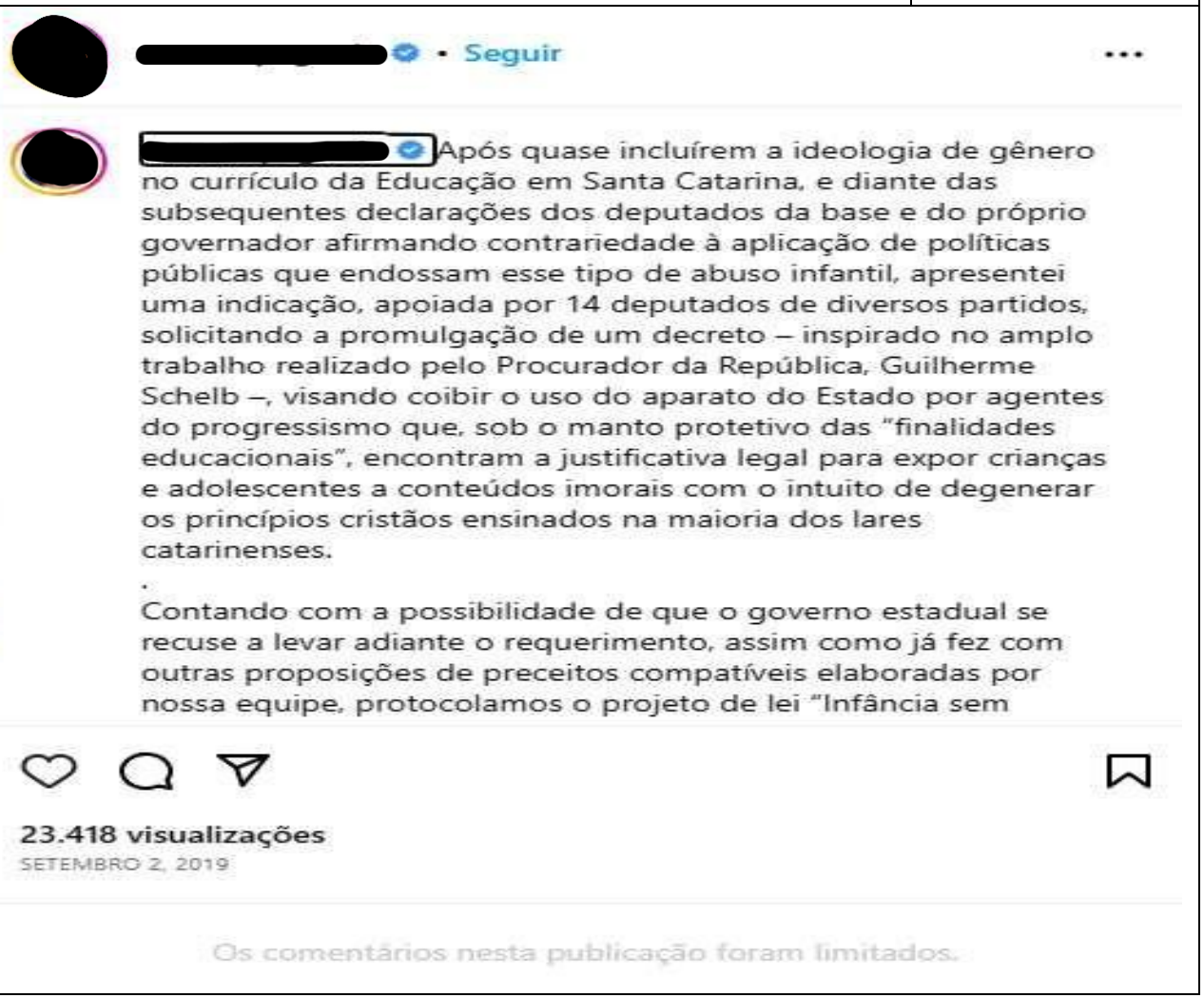
Deputada			O governo de Santa Catarina incluiu em seu Currículo Base da Educação o termo "identidade gênero" e causou protestos de deputados do Estado e pais de alunos. Após pressão, foi emitida uma nota para explicar o significado do termo "identidade de gênero", afirmando que ele "refere-se à identificação que a pessoa tem por determinado gênero – homem, mulher, ambos ou nenhum. Aborda-se ainda a expressão de gênero, modo como o indivíduo o expressa através das roupas, da linguagem, de atitudes, gestos". [...]	31/08/2019





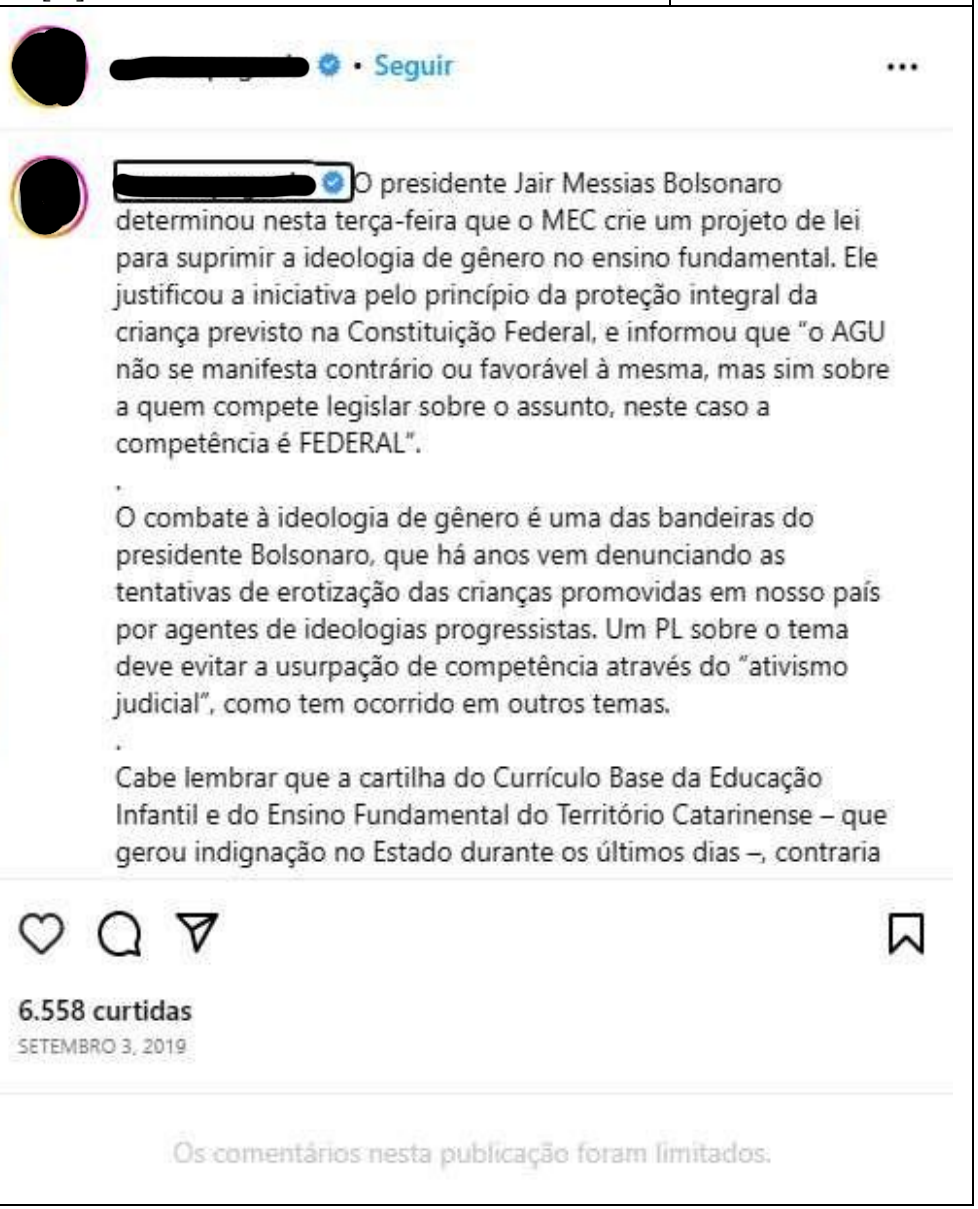
Deputada			Vídeo - Após quase incluírem a ideologia de gênero no currículo da Educação em Santa Catarina, e diante das subsequentes declarações dos deputados da base e do próprio governador afirmando contrariedade à aplicação de políticas públicas que endossam esse tipo de abuso infantil, apresentei uma indicação, apoiada por 14 deputados de diversos partidos, solicitando a promulgação de um decreto – inspirado no amplo trabalho realizado pelo Procurador da República, Guilherme Schelb –, visando coibir o uso do aparato do Estado por agentes do progressismo que, sob o manto protetivo das "finalidades educacionais", encontram a justificativa legal para expor crianças e adolescentes a conteúdos imorais com o intuito de degenerar os princípios cristãos ensinados na maioria dos lares catarinenses. [...]	02/09/2019





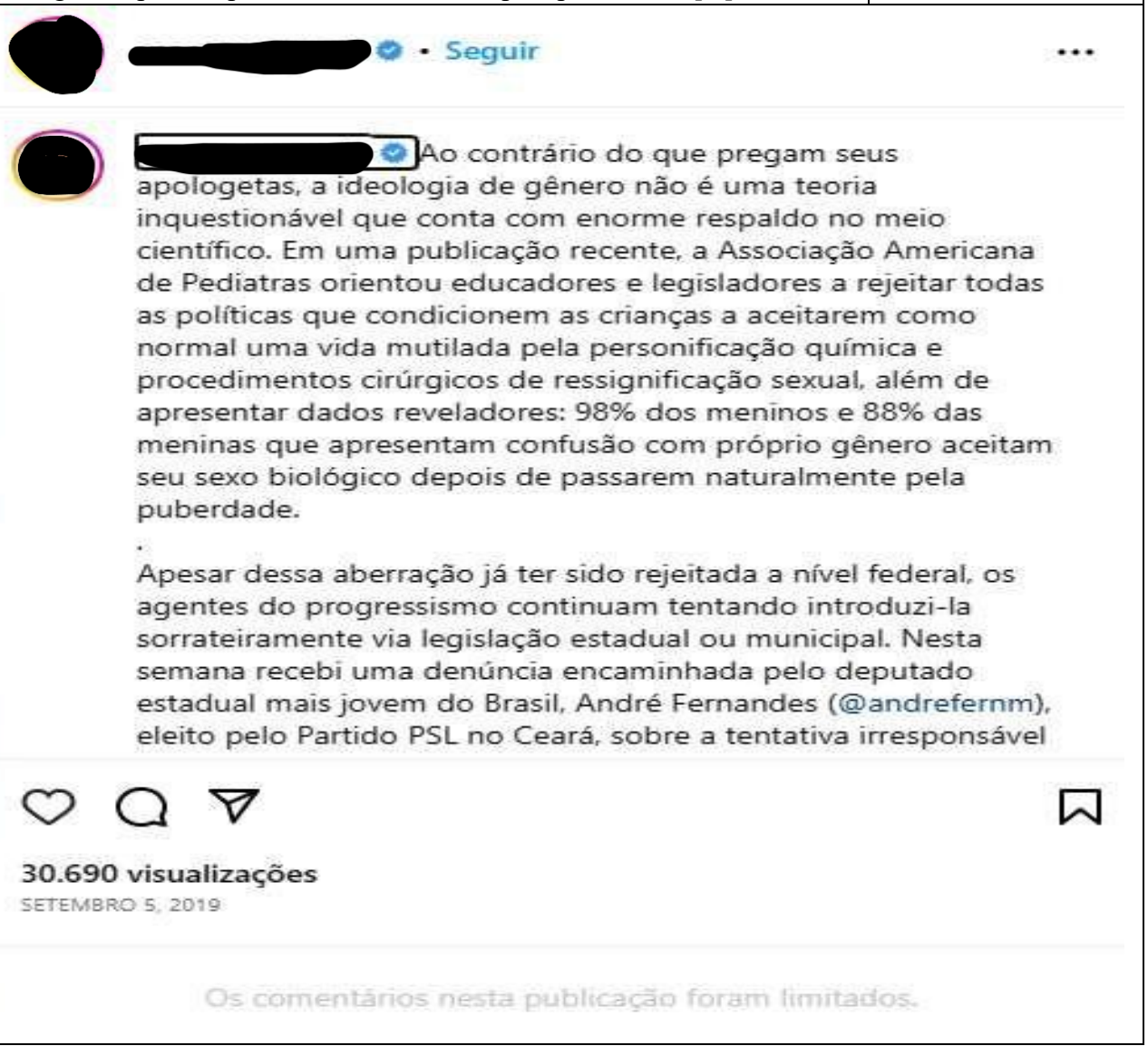
Deputada			O presidente Jair Messias Bolsonaro determinou nesta terça-feira que o MEC crie um projeto de lei para suprimir a ideologia de gênero no ensino fundamental. Ele justificou a iniciativa pelo princípio da proteção integral da criança previsto na Constituição Federal, e informou que "o AGU não se manifesta contrário ou favorável à mesma, mas sim sobre a quem compete legislar sobre o assunto, neste caso a competência é FEDERAL". [...]	03/09/2019





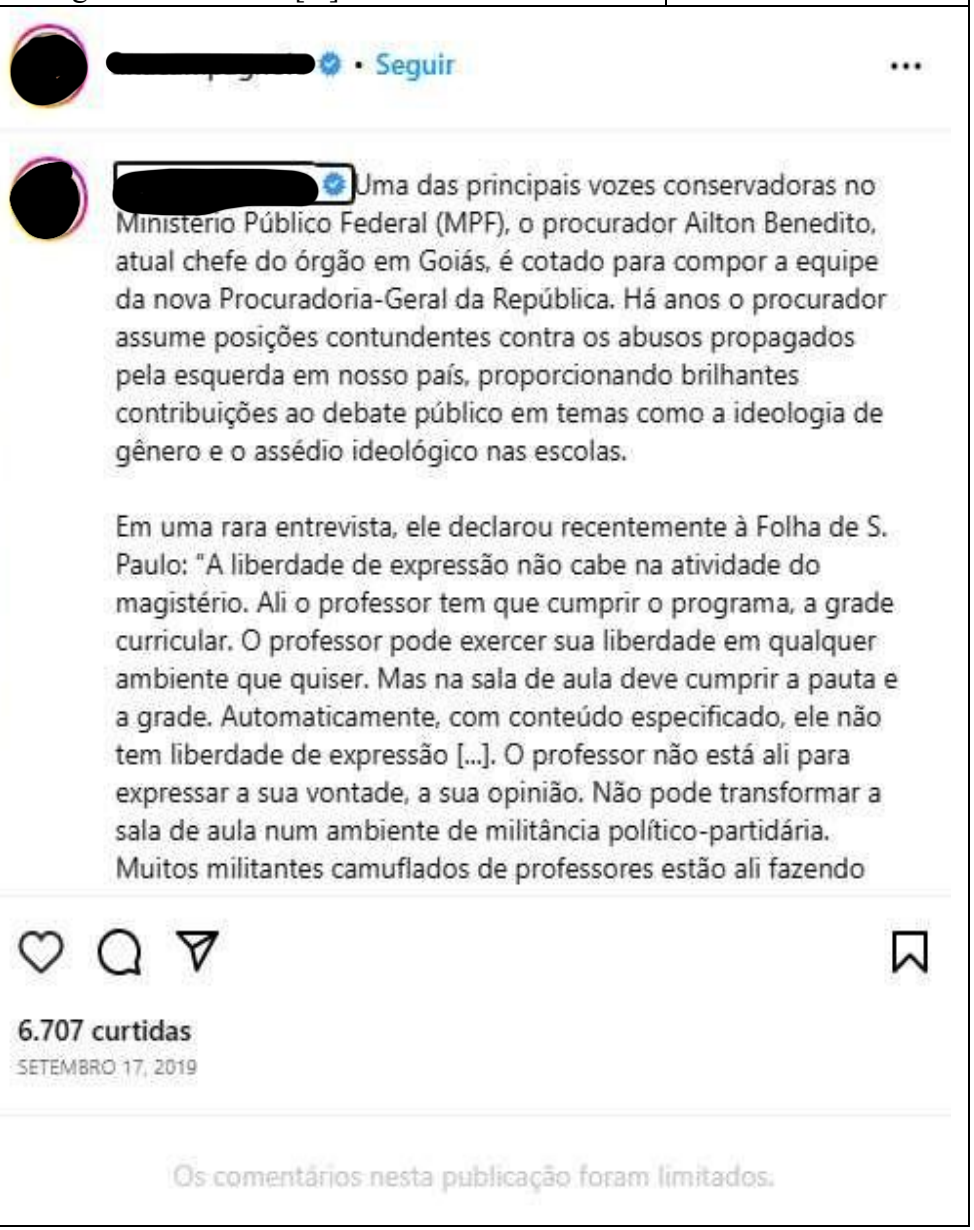
Deputada			Vídeo - Ao contrário do que pregam seus apologetas, a ideologia de gênero não é uma teoria inquestionável que conta com enorme respaldo no meio científico. Em uma publicação recente, a Associação Americana de Pediatras orientou educadores e legisladores a rejeitar todas as políticas que condicionem as crianças a aceitarem como normal uma vida mutilada pela personificação química e procedimentos cirúrgicos de ressignificação sexual, além de apresentar dados reveladores: 98% dos meninos e 88% das meninas que apresentam confusão com próprio gênero aceitam seu sexo biológico depois de passarem naturalmente pela puberdade. [...]	05/09/2019





Deputada			Uma das principais vozes conservadoras no Ministério Público Federal (MPF), o procurador Ailton Benedito, atual chefe do órgão em Goiás, é cotado para compor a equipe da nova Procuradoria-Geral da República. Há anos o procurador assume posições contundentes contra os abusos propagados pela esquerda em nosso país, proporcionando brilhantes contribuições ao debate público em temas como a ideologia de gênero e o assédio ideológico nas escolas. [...]	17/09/2019







[redacted] • Seguir

[redacted] É hoje! O 2° Parlatório Conservador de Santa Catarina estará ocorrendo na Alesc, a partir da 19hs, com a presença do Dr. Miguel Nagib, idealizador do Escola Sem Partido, e do professor Thomas Giulliano, organizador do livro "Desconstruindo Paulo Freire". A entrada é gratuita, convide os seus amigos e compareça!

183 sem Ver tradução

[redacted] 👏👏👏👏👏BRBRBR

183 sem

[redacted] Você me representa🙏 tenho uma grande admiração♥

183 sem Ver tradução

[redacted] Ah tá

183 sem

8.681 visualizações

OUTUBRO 15, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo - Daqui a pouco, o Dr. Miguel Nagib, idealizador do Escola Sem Partido, estará conosco na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) para o 2º Parlatório Conservador em Santa Catarina.	15/10/2019



[redacted] • Seguir

[redacted] Daqui a pouco, o Dr. Miguel Nagib, idealizador do Escola Sem Partido, estará conosco na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) para o 2º Parlatório Conservador em Santa Catarina. Contamos com a sua presença!

183 sem Ver tradução

[redacted] Apoiada👏👏👏👏

183 sem Ver tradução

[redacted] 👍👍👍😍

183 sem

[redacted] AMIGOS TEMOS QUE FAZER CAMPANHA PARA QUE O BRASIL VOLTE A TER O VOTO IMPRESSO URGENTE! E ASSIM ELIMINARMOS QUALQUER POSSIBILIDADE DA ESQUERDA ASSUMIR QUALQUER PODER.
NO PROXIMO ANO HAVERA ELEICAO PARA PREFEITOS E

4.555 visualizações

OUTUBRO 15, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Com o objetivo de criar uma âncora cultural por meio de ciclos de eventos e palestras, o Parlatório Conservador, entendendo que nada consta na seara política sem que antes esteja na cultura, realizou com imenso êxito sua segunda edição, com o tema Discutindo Paulo Freire. A mim coube honrosamente o papel de abrir o evento, expondo casos de perseguição ideológica e bullying ocorridos nas cátedras e conectando-os ao tema do debate. Em seguida, palestrou o historiador Thomas Giulliano, organizador do livro Desconstruindo Paulo Freire e autor do Desconstruindo (Ainda Mais) Paulo Freire, que deu lugar ao procurador Miguel Nagib, criador e organizador do Projeto Escola Sem Partido. [...]	16/10/2019





Deputada			Moisés nomeou Tiago Silva para um cargo de chefia no estado. O ex-vereador é militante ativo do movimento LGBT e um dos primeiros organizadores da Parada Gay na capital catarinense. [...]	21/10/2019

www.cartacapital.com.br

CartaCapital



FOTO: VALTER CAMPANATO/ABR

Novato na política, Comandante Moisés contraria os extremistas e o agronegócio e se aproxima das minorias

[redacted] • Seguir

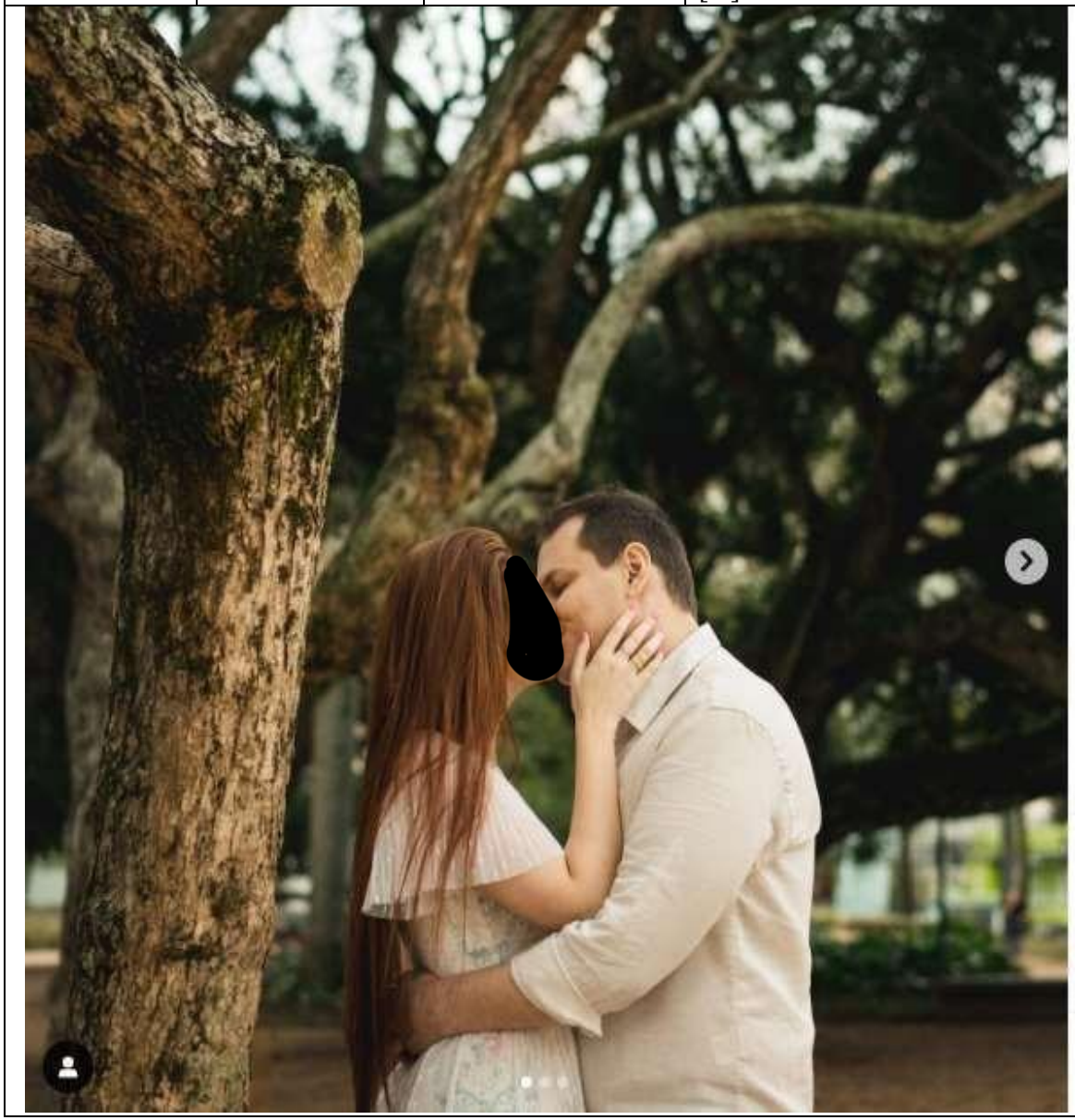
[redacted] A ESQUERDA COMEMORA MOISÉS

Moisés @governadormoises nomeou Tiago Silva para um cargo de chefia no estado. O ex-vereador é militante ativo do movimento LGBT e um dos primeiros organizadores da Parada Gay na capital catarinense.
Em recente entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, o governador chamou de "sandice" o gesto da arma, marca registrada do ex-capitão e repetida incansavelmente pelo próprio Moisés durante a corrida eleitoral.
Os produtores rurais catarinenses não têm, porém, muito a comemorar. Na contramão, Moisés suspendeu os benefícios do ICMS sobre pesticidas e estabeleceu uma alíquota de 17% na comercialização dos produtos.
Não bastasse, o governador enfrenta uma dura oposição no próprio partido. Por conta do "fogo amigo", Moisés pediu à direção estadual a expulsão de dois parlamentares, [redacted] e [redacted], "bolsonaristas puros" que se referem ao Comandante como "traidor". Fonte:

3.934 curtidas
OUTUBRO 21, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			SEXTOU, mas não pra gente que vai viajar às 4h da madrugada pra levar o Programa Escola Sem Partido para outras cidades e estados. Você sabia que o ESP já é Projeto de Lei aqui em SC? Foi apresentado na legislatura anterior e foi o primeiro projeto a ser desarquivado neste ano. O ESP foi uma das principais bandeiras que me elegeu, por isso é meu dever levar esse assunto e a experiência catarinense por todo o canto. [...]	25/10/2019



[redacted] • Seguir

Praça dos Bombeiros

[redacted] SEXTOU, mas não pra gente que vai viajar às 4h da madrugada pra levar o Programa Escola Sem Partido para outras cidades e estados. Você sabia que o ESP já é Projeto de Lei aqui em SC? Foi apresentado na legislatura anterior e foi o primeiro projeto a ser desarquivado neste ano. O ESP foi uma das principais bandeiras que me elegeu, por isso é meu dever levar esse assunto e a experiência catarinense por todo o canto. O Thiago é o melhor parceiro que eu poderia querer: enfrenta viagens incansáveis, ouve mil vezes as mesmas palestras, dirige horas e horas, fica sem comer ou dormir outras tantas horas... ele é um verdadeiro tesouro na minha vida! ❤️ 📷: @michelato_fotografiaecinema

Editado · 182 sem Ver tradução

[redacted] Praça dos bombeiros! Sim, sei. 😒😄😄😄😄

182 sem Ver tradução

8.709 curtidas

OUTUBRO 25, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir
Aeroporto Internacional de Belo Horizonte - Confins - CNF

[redacted] Atenção, Belo Horizonte — Minas Gerais!
@escolasempartidooficial
182 sem Ver tradução

[redacted] Linda de lencinho
181 sem Ver tradução

[redacted] Cosplay de aeromoça haha chique.
181 sem Ver tradução

[redacted] Eu fiquei sabendo em cima da hora.Daí não deu pra programar...Vou ficar ligado pra não perder a próxima.
181 sem Ver tradução

[redacted] Que pena... você veio a BH... não fiquei

8.896 curtidas
OUTUBRO 26, 2019

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Maravilhoso evento transcorrendo agora em Belo Horizonte/MG. Parlamentares, vereadores, juristas, advogados, promotores, pais, professores e alunos juntos pensando soluções para o problema do método na educação. Tive o prazer de conhecer os vereadores Fernando Borja e Wesley que conseguiram passar em primeiro turno o Projeto de Lei do Escola Sem Partido. Também reencontrei o Deputado Estadual Coronel Sandro que está com projetos semelhantes aos nossos em Santa Catarina. Trocamos experiências, conversamos sobre estratégias e seguiremos articulando até o anoitecer de hoje. Sobre o prazer de reencontrar o Dr. Miguel Nagib, receio que esteja sendo repetitiva ao dizer que sou sua grande fã.	26/10/2019



[redacted] • Seguir
The One Business Center

[redacted] Maravilhoso evento transcorrendo agora em Belo Horizonte/MG. Parlamentares, vereadores, juristas, advogados, promotores, pais, professores e alunos juntos pensando soluções para o problema do método na educação. Tive o prazer de conhecer os vereadores Fernando Borja e Wesley que conseguiram passar em primeiro turno o Projeto de Lei do Escola Sem Partido. Também reencontrei o Deputado Estadual Coronel Sandro que está com projetos semelhantes aos nossos em Santa Catarina. Trocamos experiências, conversamos sobre estratégias e seguiremos articulando até o anoitecer de hoje. Sobre o prazer de reencontrar o Dr. Miguel Nagib, receio que esteja sendo repetitiva ao dizer que sou sua grande fã. 📷: Fotos do @luidgicarvalhofotografo

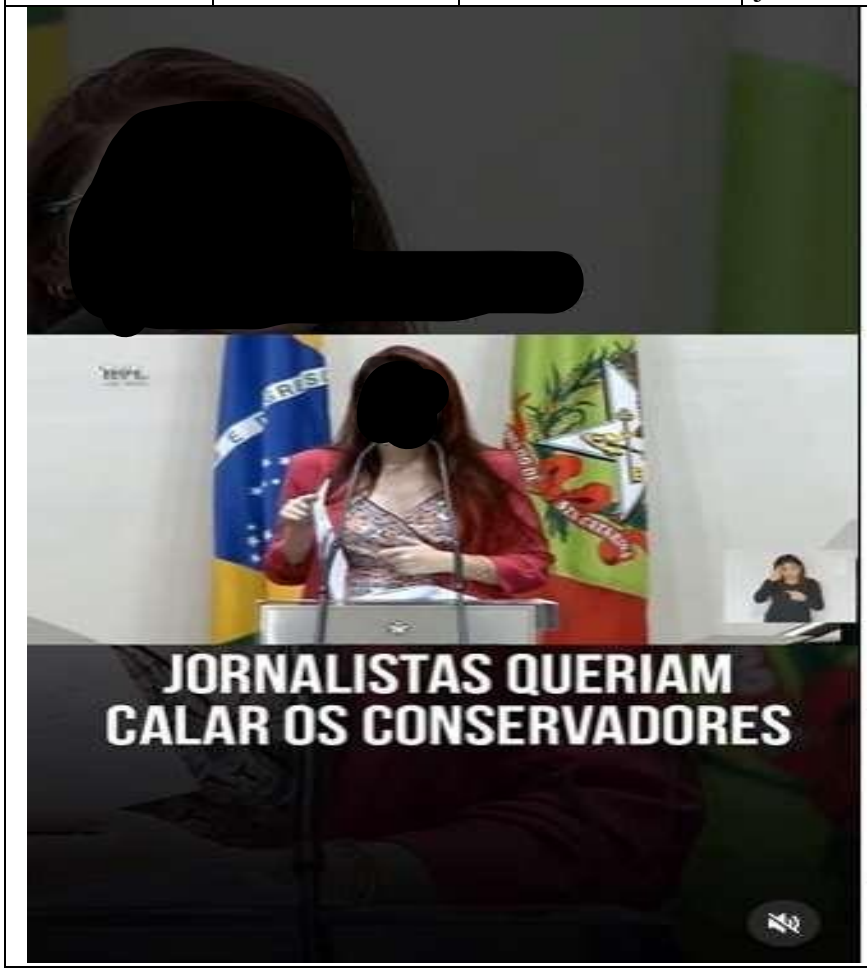
Editado · 182 sem Ver tradução

[redacted], eu gostaria que aqui no Rio houvesse parlamentares femininas como você. Que seu exemplo influencie não somente mulheres na política mas na

4.090 curtidas
OUTUBRO 26, 2019

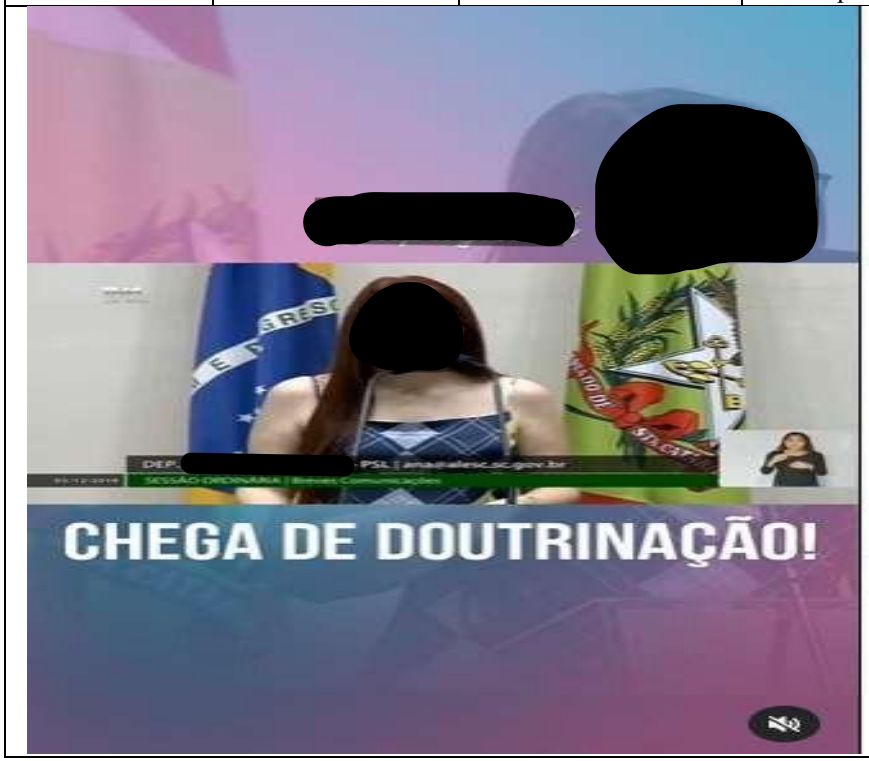
Os comentários nesta publicação foram limitados.

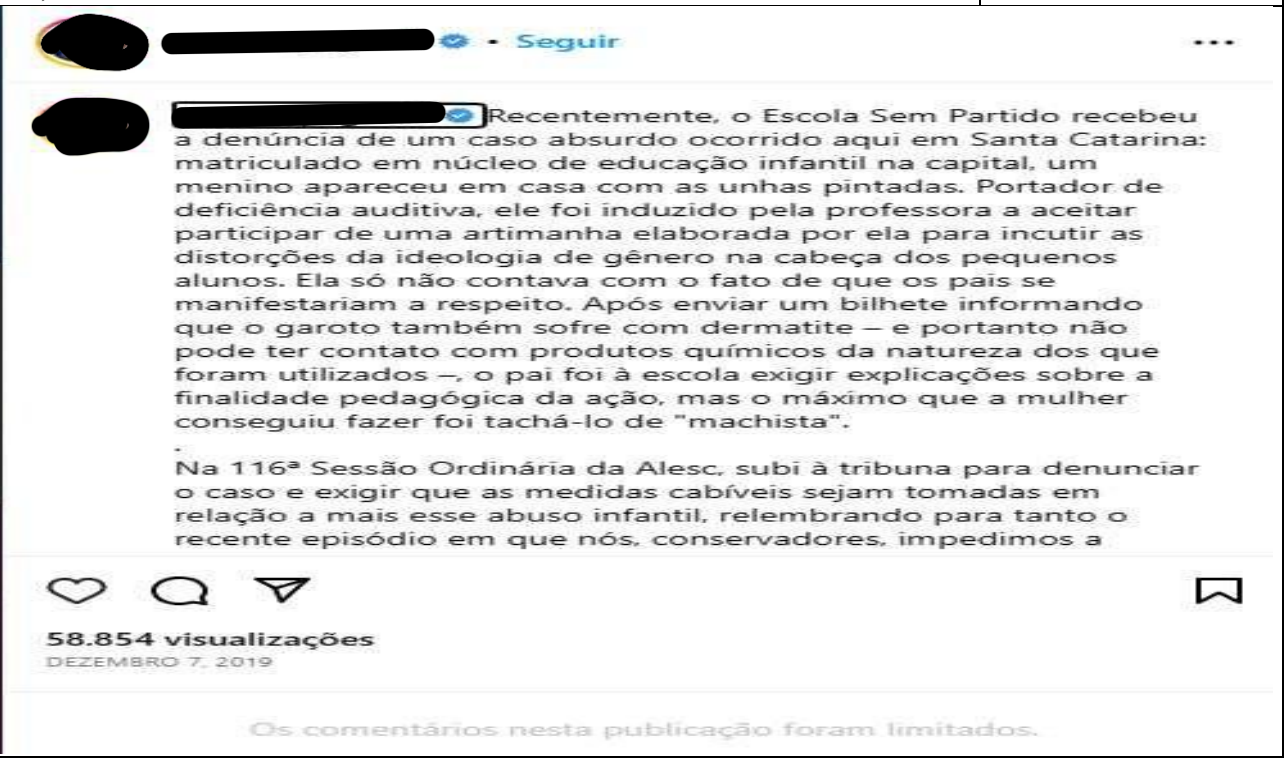
Deputada			Vídeo – [...] Você deve ter lido diversas manchetes por aí nos últimos meses propagando mentiras, distorções e insinuações maledicentes sobre como é "absurdo" esta deputada ter a audácia de promover palestras gratuitas e falar sobre livros após cumprir suas agendas pelo Estado, ou como é um "desperdício de dinheiro público" o uso da tribuna por alguém que não mede as palavras no combate à aberrações como os abusos ideológicos em sala de aula, o vilipêndio à fé cristã, a misandria feminista que sorrateiramente tem se apoderado das ações estatais ou a difusão da ideologia de gênero e da pornografia nas escolas. Para esses iluminados, assuntos que dizem respeito à defesa da vida, da família, da propriedade privada e da liberdade religiosa são "irrelevantes" – como se a civilização tivesse sido construída pela mesquinharia tecnocrata, e não fundamentada em princípios que transcendem a capacidade cognitiva de grande parte dos formuladores da pauta jornalística corriqueira. [...]	19/11/2019





Deputada			Vídeo - Recentemente, o Escola Sem Partido recebeu a denúncia de um caso absurdo ocorrido aqui em Santa Catarina: matriculado em núcleo de educação infantil na capital, um menino apareceu em casa com as unhas pintadas. Portador de deficiência auditiva, ele foi induzido pela professora a aceitar participar de uma artimanha elaborada por ela para incutir as distorções da ideologia de gênero na cabeça dos pequenos alunos. Ela só não contava com o fato de que os pais se manifestariam a respeito. Após enviar um bilhete informando que o garoto também sofre com dermatite – e portanto não pode ter contato com produtos químicos da natureza dos que foram utilizados –, o pai foi à escola exigir explicações sobre a finalidade pedagógica da ação, mas o máximo que a mulher conseguiu fazer foi tachá-lo de "machista". Na 116ª Sessão Ordinária da Alesc, subi à tribuna para denunciar o caso e exigir que as medidas cabíveis sejam tomadas em relação a mais esse abuso infantil, relembrando para tanto o recente episódio em que nós, conservadores, impedimos a inclusão do termo "identidade de gênero" no Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, além de evocar o Pacto de San José, tratado internacional estabelecido pela Convenção Americana dos Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, que assegura aos pais a autonomia na educação de seus filhos. Na mesma ocasião, complementando a denúncia dos pais, esclarecemos a verdadeira origem das bonecas "Abayomi", criadas por uma artesã maranhense em 1987, mas que normalmente são utilizadas como instrumento político por militantes do ressentimento racialista para romantizar o período da escravidão e doutrinar crianças nas escolas propagando "fatos" sem qualquer fundamentação histórica; por fim, comentei sobre a relação entre os péssimos resultados do Brasil no ranking educacional do Pisa 2018 e essas concepções pedagógicas fracassadas que colocam a doutrinação política à frente da instrução no idioma pátrio, na matemática e nas ciências.	07/12/2019



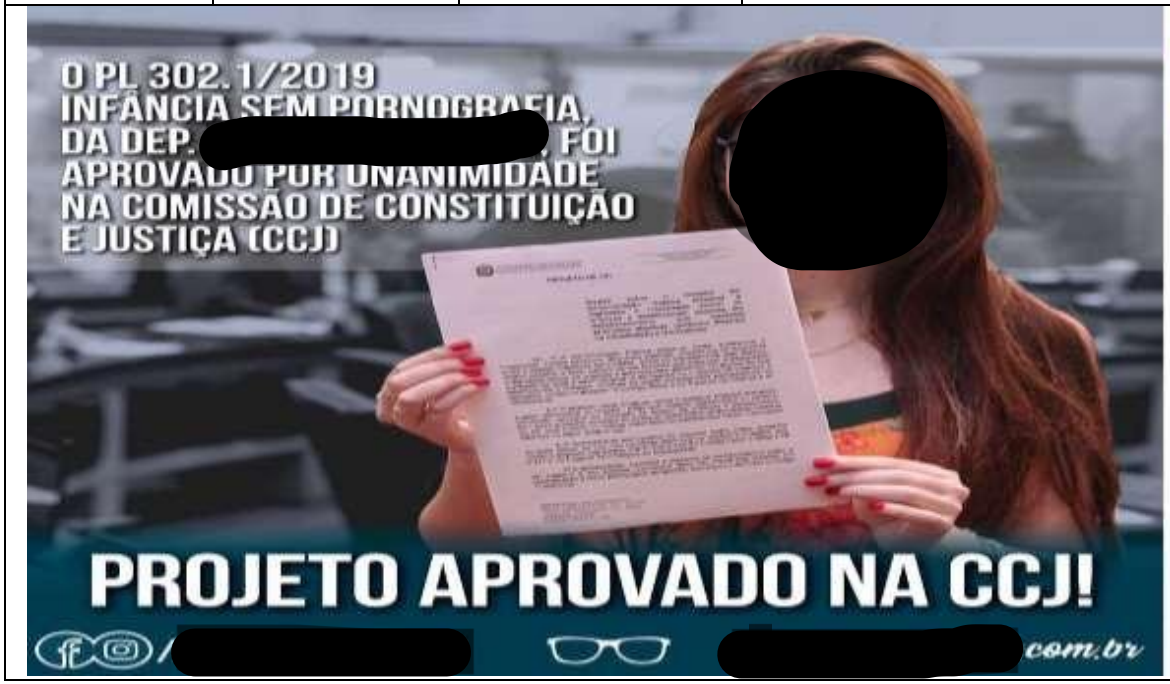


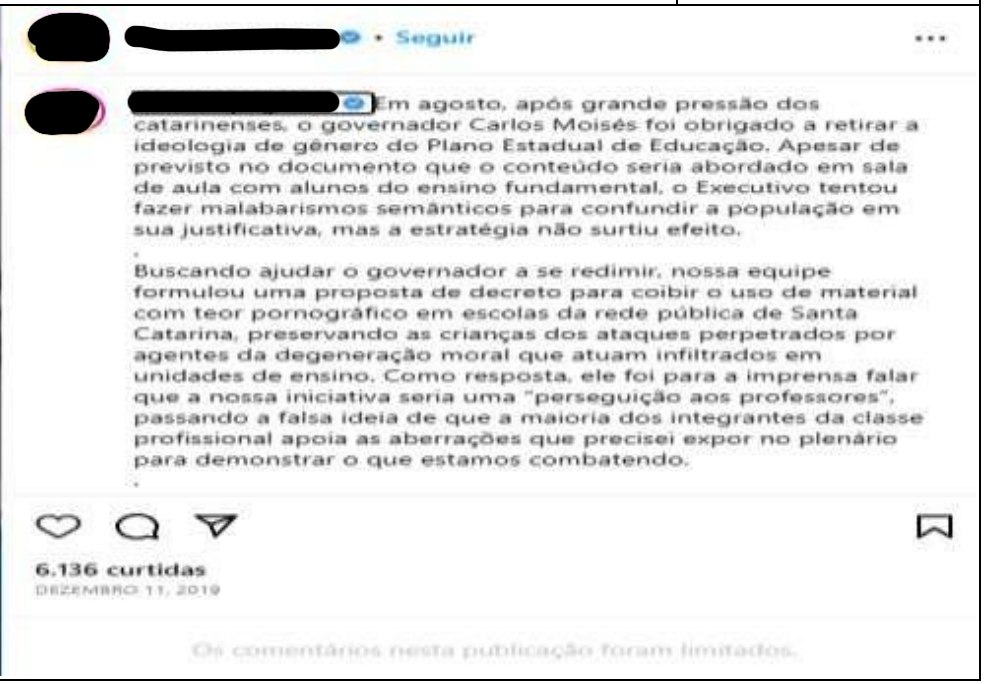
Deputada			Quando os pais consentem em entregar seus filhos à tutela do Estado por mais de 4 horas por dia, esperam que, no mínimo, os pequenos estejam adquirindo os rudimentos necessários para dominar os fundamentos do idioma pátrio, da matemática e das ciências, mas o que acontece em muitas unidades de ensino é a tentativa de sequestrar corações e mentes desde a tenra idade para a militância política. Na 116ª Sessão Ordinária da Alesc eu precisei subir novamente à tribuna para denunciar mais um caso de abuso ideológico ocorrido em Santa Catarina.	10/12/2019





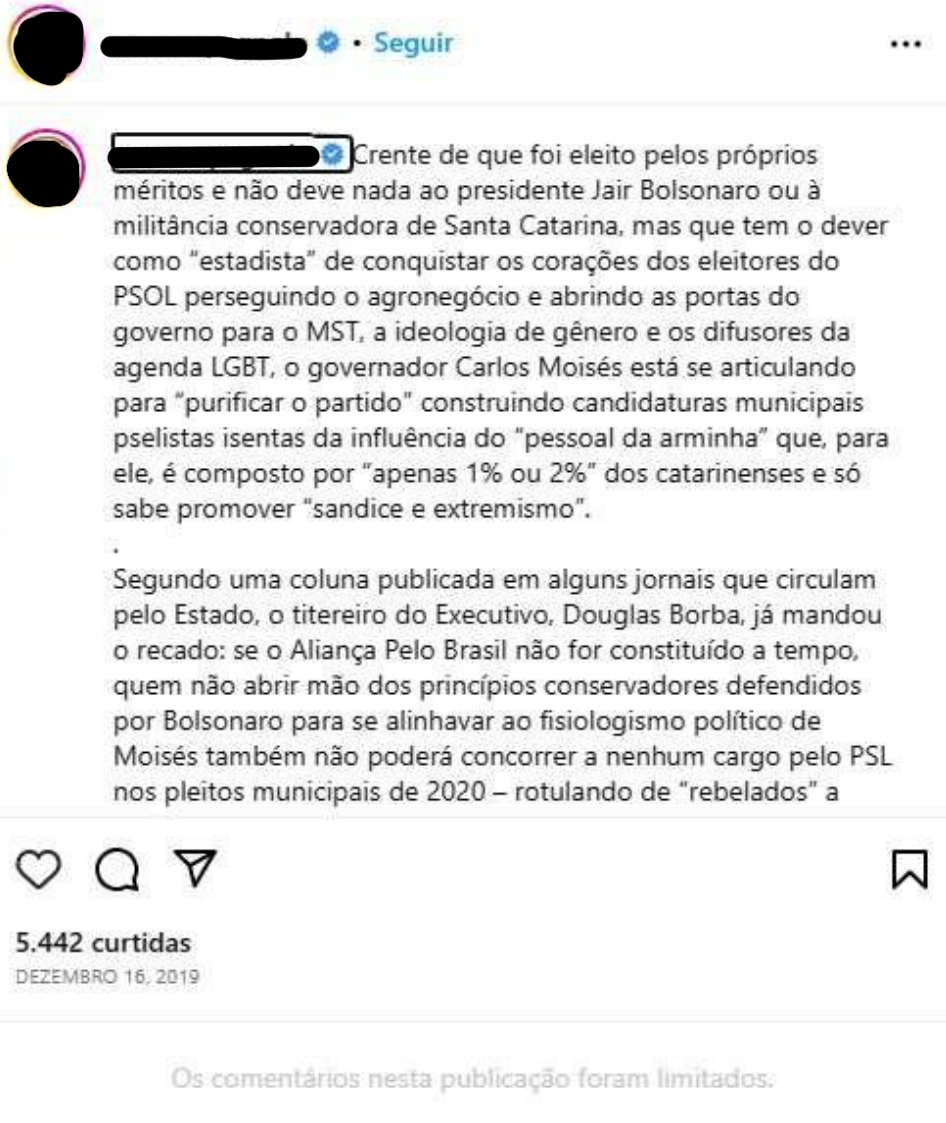
Deputada			Em agosto, após grande pressão dos catarinenses, o governador Carlos Moisés foi obrigado a retirar a ideologia de gênero do Plano Estadual de Educação. Apesar de previsto no documento que o conteúdo seria abordado em sala de aula com alunos do ensino fundamental, o Executivo tentou fazer malabarismos semânticos para confundir a população em sua justificativa, mas a estratégia não surtiu efeito. Buscando ajudar o governador a se redimir, nossa equipe formulou uma proposta de decreto para coibir o uso de material com teor pornográfico em escolas da rede pública de Santa Catarina, preservando as crianças dos ataques perpetrados por agentes da degeneração moral que atuam infiltrados em unidades de ensino. Como resposta, ele foi para a imprensa falar que a nossa iniciativa seria uma "perseguição aos professores", passando a falsa ideia de que a maioria dos integrantes da classe profissional apoia as aberrações que precisei expor no plenário para demonstrar o que estamos combatendo. Prevendo sua indisposição pessoal para atender essa importante demanda exigida pelos conservadores, na mesma ocasião em que realizamos a sugestão de decreto, protocolamos o Projeto de Lei 302.1/2019, que imediatamente começou a tramitar na @assembleiasc contando com o endosso de 16 deputados. Na última reunião da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), o parecer favorável do relator, @dep.romildotiton, sobre o nosso PL foi aprovado por unanimidade, reforçando o compromisso da maioria dos parlamentares da Casa com a defesa da família e o combate aos abusos infantis.	11/12/2019





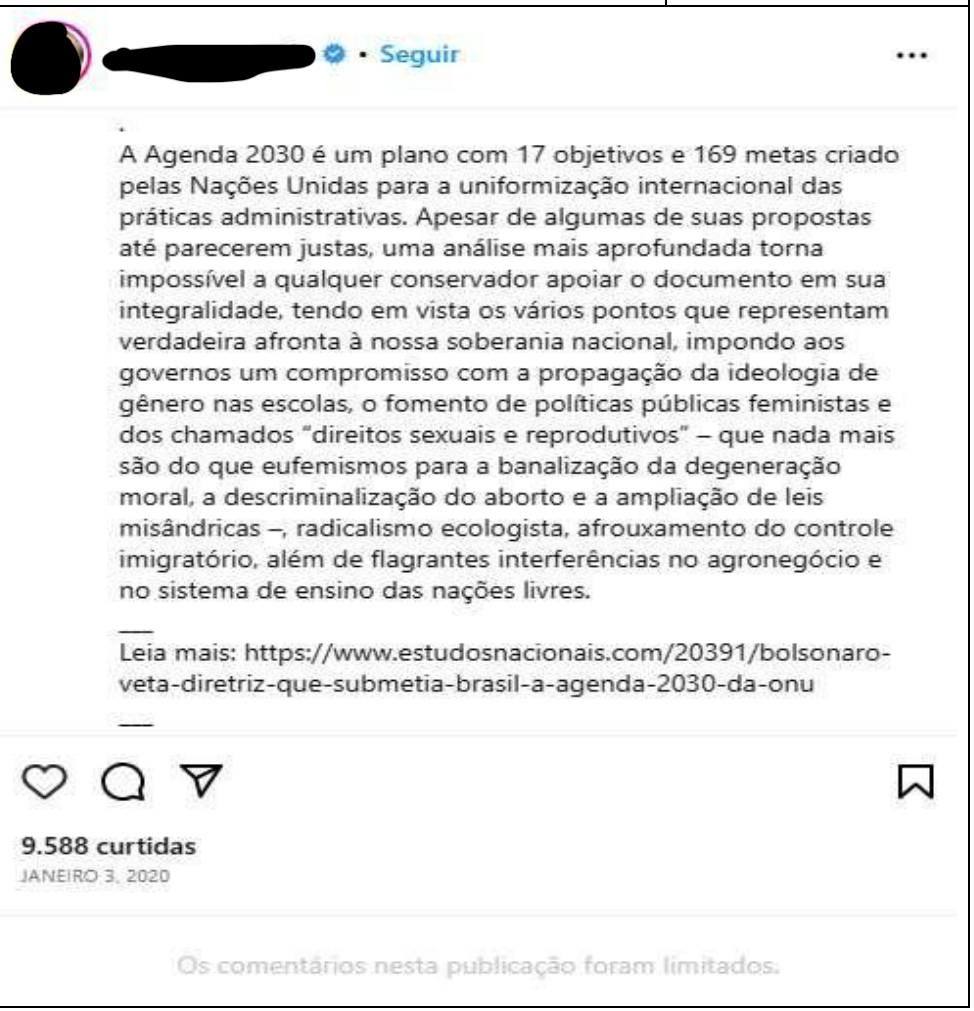
Deputada			Crente de que foi eleito pelos próprios méritos e não deve nada ao presidente Jair Bolsonaro ou à militância conservadora de Santa Catarina, mas que tem o dever como “estadista” de conquistar os corações dos eleitores do PSOL perseguindo o agronegócio e abrindo as portas do governo para o MST, a ideologia de gênero e os difusores da agenda LGBT, o governador Carlos Moisés está se articulando para “purificar o partido” construindo candidaturas municipais pselistas isentas da influência do “pessoal da arminha” que, para ele, é composto por “apenas 1% ou 2%” dos catarinenses e só sabe promover “sandice e extremismo”. [...]	16/12/2019





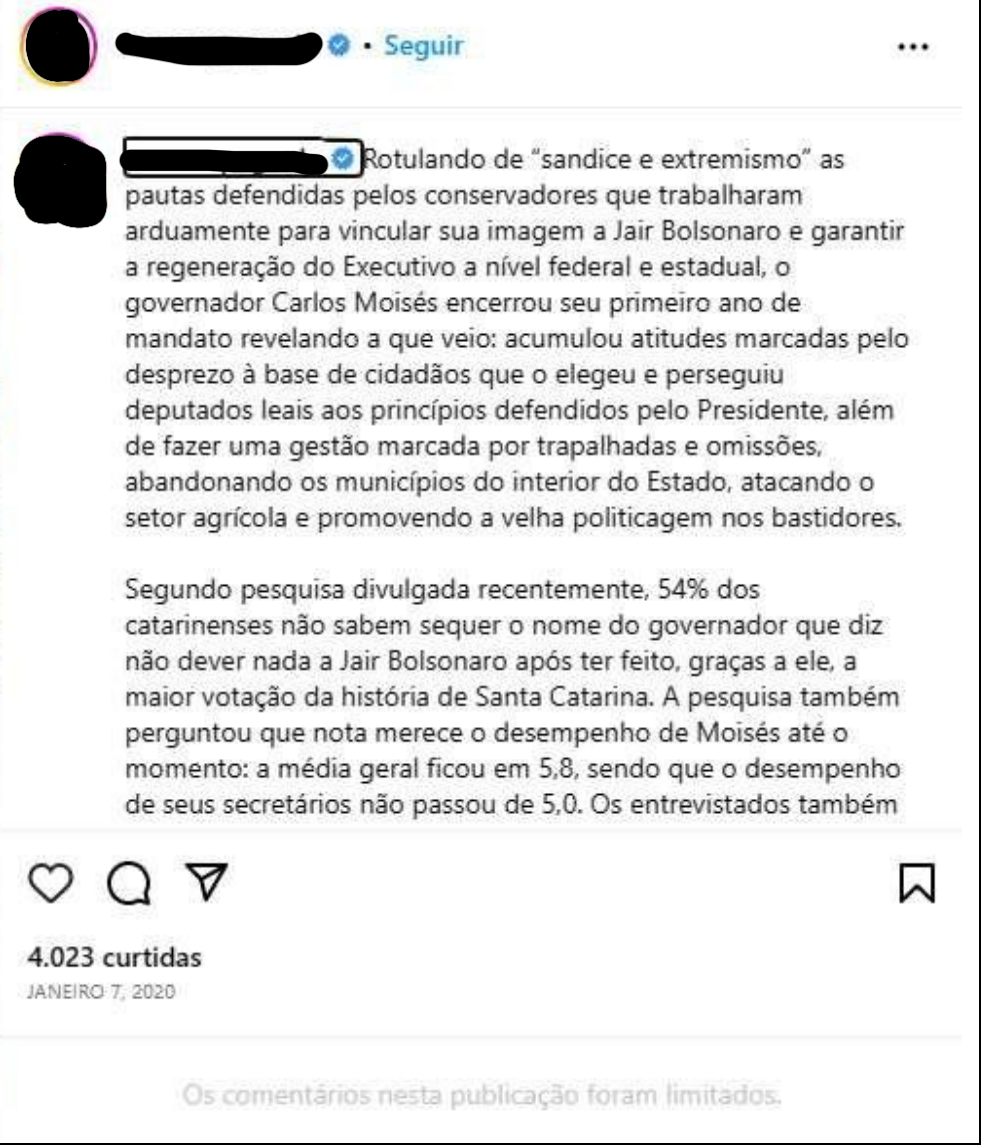
Deputada			[...] A Agenda 2030 é um plano com 17 objetivos e 169 metas criado pelas Nações Unidas para a uniformização internacional das práticas administrativas. Apesar de algumas de suas propostas até parecerem justas, uma análise mais aprofundada torna impossível a qualquer conservador apoiar o documento em sua integralidade, tendo em vista os vários pontos que representam verdadeira afronta à nossa soberania nacional, impondo aos governos um compromisso com a propagação da ideologia de gênero nas escolas, o fomento de políticas públicas feministas e dos chamados "direitos sexuais e reprodutivos" – que nada mais são do que eufemismos para a banalização da degeneração moral, a descriminalização do aborto e a ampliação de leis misândricas –, radicalismo ecologista, afrouxamento do controle imigratório, além de flagrantes interferências no agronegócio e no sistema de ensino das nações livres. [...]	03/01/2020





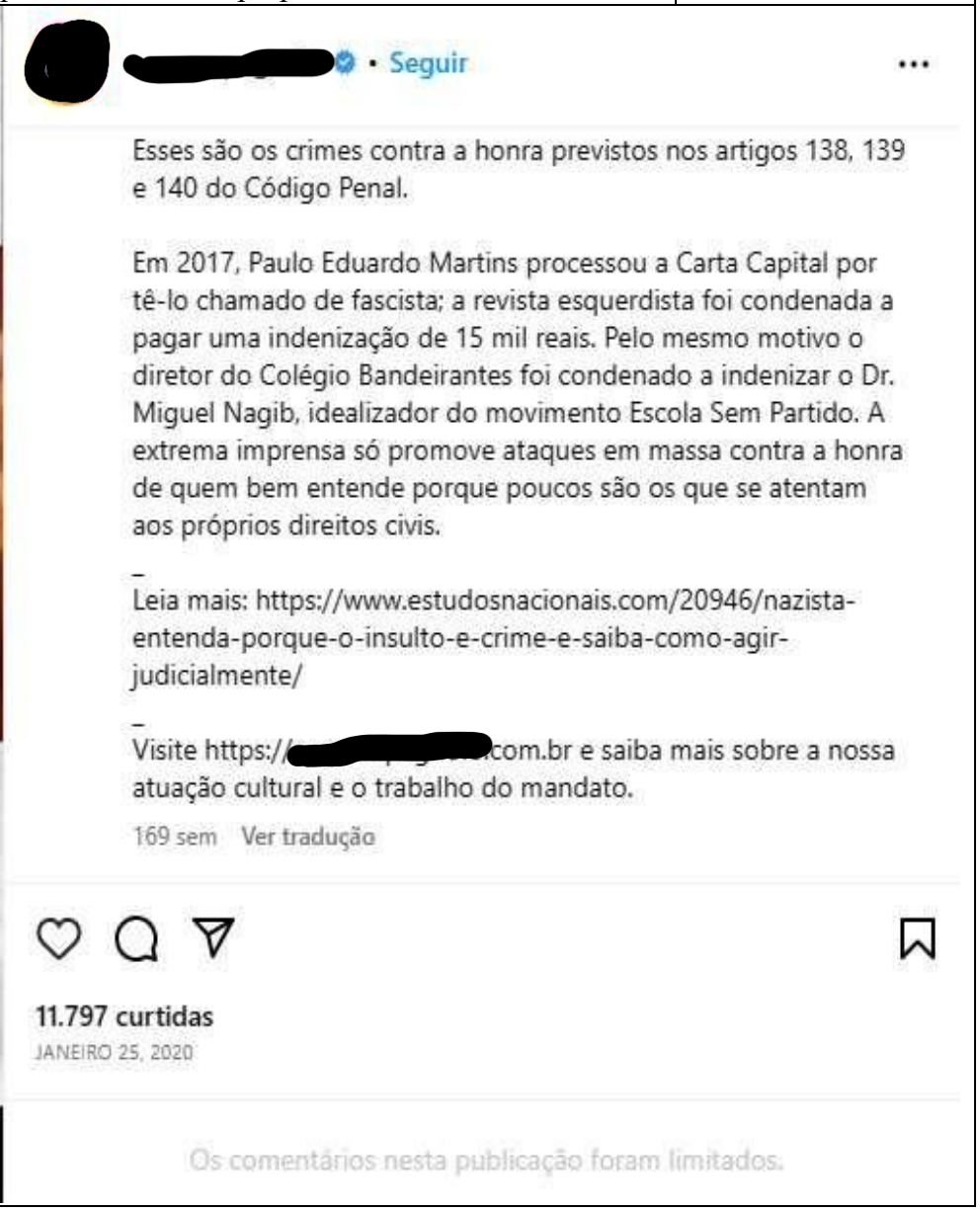
Deputada			[...] Diante do cenário, fica a lição de que talvez já tenha passado da hora do governador abandonar as vaidades e provocações gratuitas à população catarinenses (como insistir na aproximação ao MST e o movimento LGBT, tentar camuflar a ideologia de gênero no plano educacional, ou buscar retirar incentivos fiscais sobre defensivos agrícolas para mostra seu alinhamento à agenda eco extremista), além de não usar do poder que lhe foi conferido como chefe do Executivo para promover seu interesse particular de entregar as maiores prefeituras do Estado ao MDB e partidos ligados ao Foro de São Paulo.	07/01/2020





Deputada			[...] Em 2017, Paulo Eduardo Martins processou a Carta Capital por tê-lo chamado de fascista; a revista esquerdista foi condenada a pagar uma indenização de 15 mil reais. Pelo mesmo motivo o diretor do Colégio Bandeirantes foi condenado a indenizar o Dr. Miguel Nagib, idealizador do movimento Escola Sem Partido. A extrema imprensa só promove ataques em massa contra a honra de quem bem entende porque poucos são os que se atentam aos próprios direitos civis.	25/01/2020



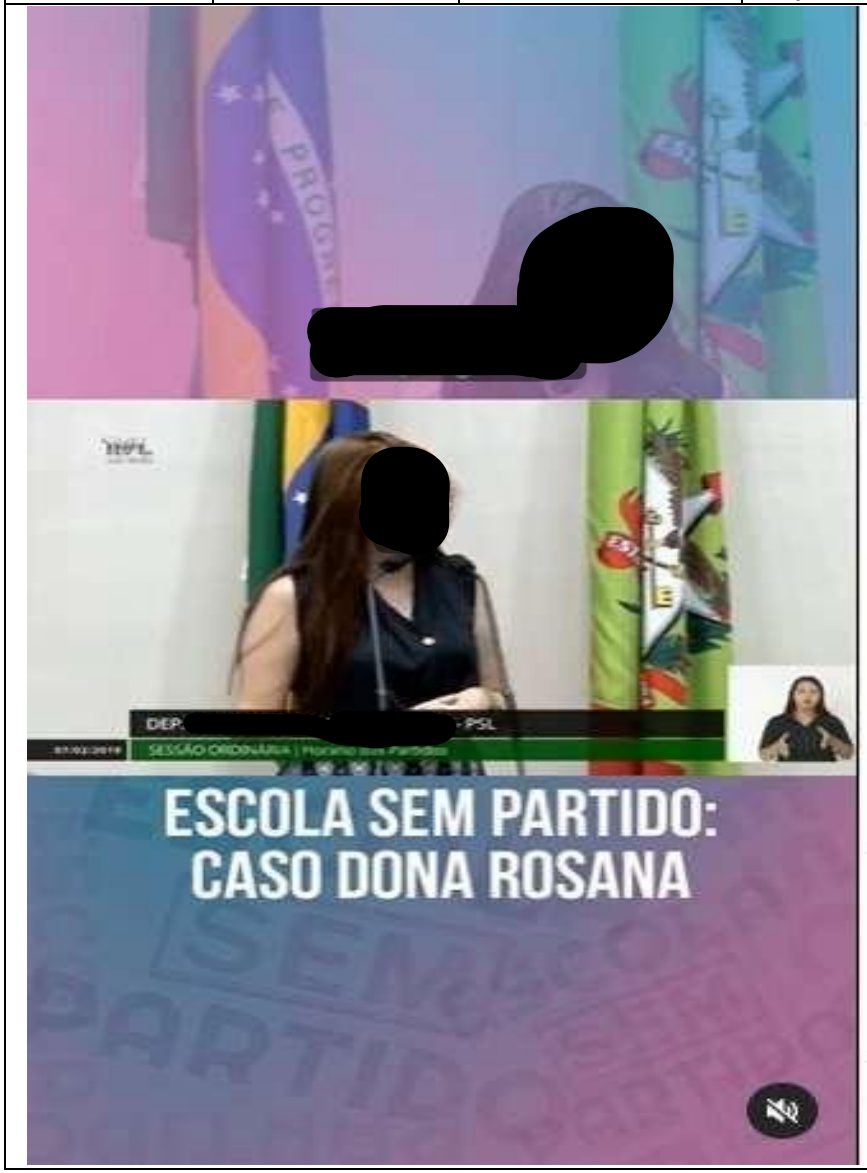


Deputada			Vídeo - Bem no início do mandato, em meu segundo pronunciamento, levei à tribuna da Alesc a indignação ocasionada pelo absurdo caso envolvendo a Dona Rosana (assista: https://bit.ly/dona-rosana), uma catarinense humilde, moradora de Caçador, que após receber de sua filha sucessivas reclamações do comportamento antiético da professora em sala de aula – atacando as convicções religiosas e políticas da maioria dos estudantes –, instruiu a menina a gravar a doutrinação que era praticada no ambiente escolar. Invertendo a lógica, a agente do Estado processou a mãe que, por falta de orientação jurídica, acabou aceitando um acordo de indenização à mulher que praticou o assédio ideológico contra a sua filha. O dr. Miguel Nagib, idealizador do Escola Sem Partido, assumiu a defesa da Dona Rosana, que agora entra com uma ação de reparação de danos contra o Estado de Santa Catarina; se a condenação for aplicada, fica a cargo do Estado mover uma ação de regresso contra a agente estatal responsável pelos danos causados a essa família. Esses absurdos não podem seguir impunes!	01/02/2020





Deputada			Vídeo – [...] Hoje os jornais informam que o Estado de Santa Catarina está sendo processado por esse trágico caso. A Gazeta do Povo noticiou que "em ação inédita no país, o movimento Escola sem Partido (ESP) ajuizou um processo de reparação de danos contra o Estado de Santa Catarina, responsabilizando-o pelo comportamento ao qual considera 'antiprofissional, antiético e antijurídico' de uma servidora pública no exercício de sua função como professora no município de Caçador". [...]	03/02/2020



[redacted] • Seguir

[redacted] Há quase UM ANO, no dia 07/02/2019, eu subi à tribuna da Alesc para defender uma mulher e mãe, de família simples, que sofreu nas mãos de agentes públicos catarinenses: uma professora de escola pública usou o tempo e espaço da sala de aula para exercer preconceito ideológico e religioso contra a filha da Dona Rosana.

.

Hoje os jornais informam que o Estado de Santa Catarina está sendo processado por esse trágico caso. A Gazeta do Povo noticiou que "em ação inédita no país, o movimento Escola sem Partido (ESP) ajuizou um processo de reparação de danos contra o Estado de Santa Catarina, responsabilizando-o pelo comportamento ao qual considera 'antiprofissional, antiético e antijurídico' de uma servidora pública no exercício de sua função como professora no município de Caçador".

.

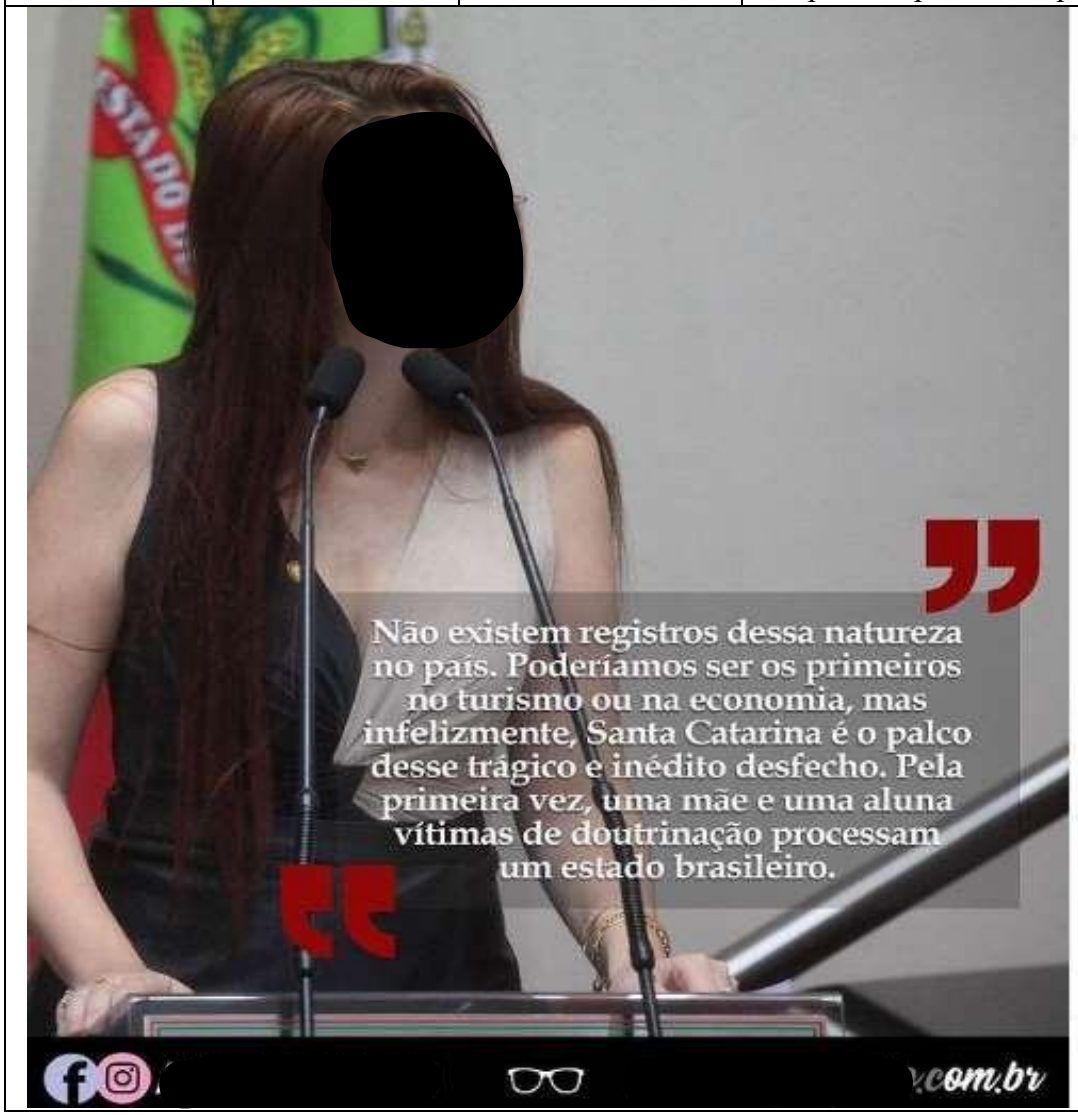
Amanhã, na primeira sessão plenária de 2020, voltarei à tribuna para cobrar o descaso da Secretaria de Educação do Governo Moisés em relação a nossa indicação 1372.6/2019, onde solicito

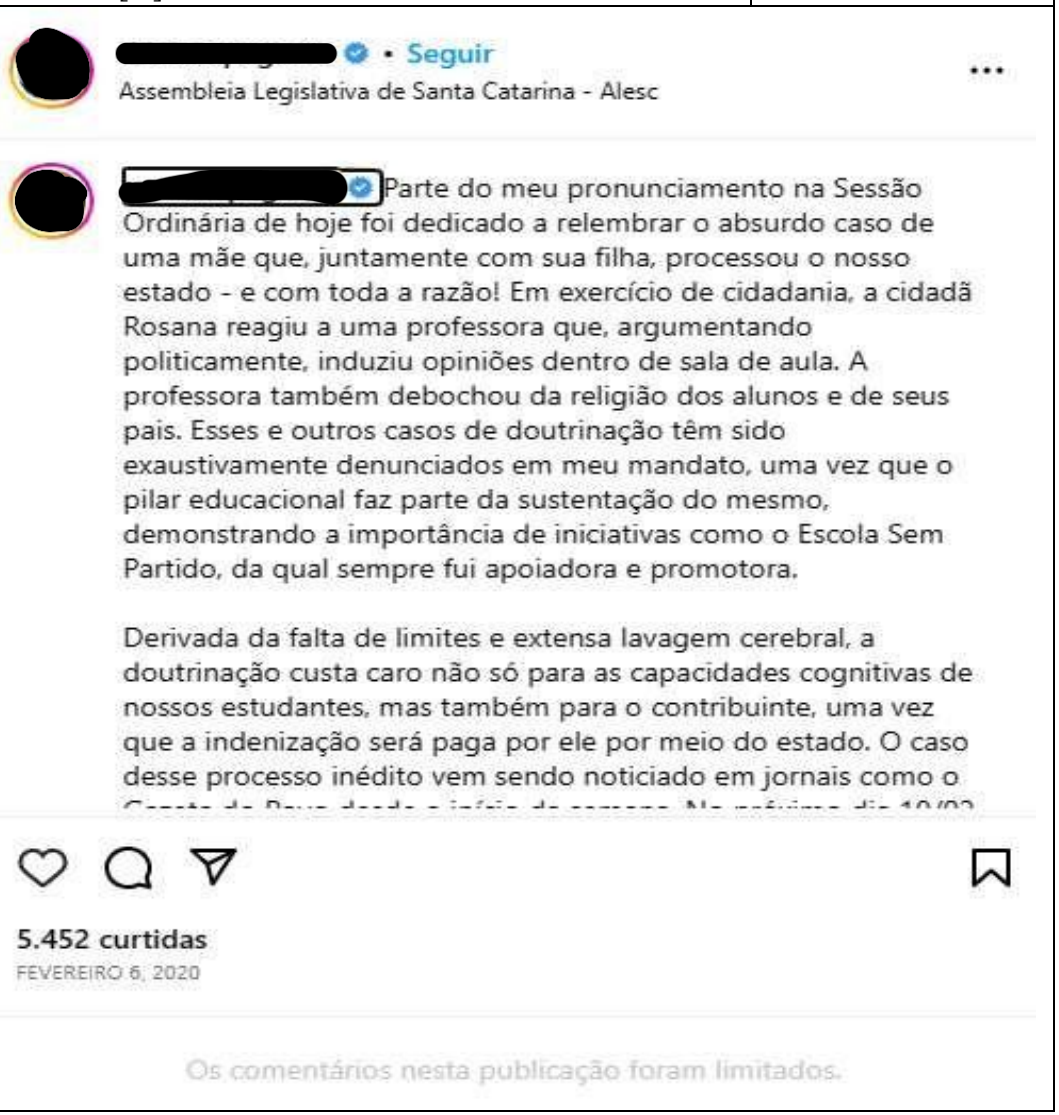
55.166 visualizações

FEVEREIRO 3, 2020

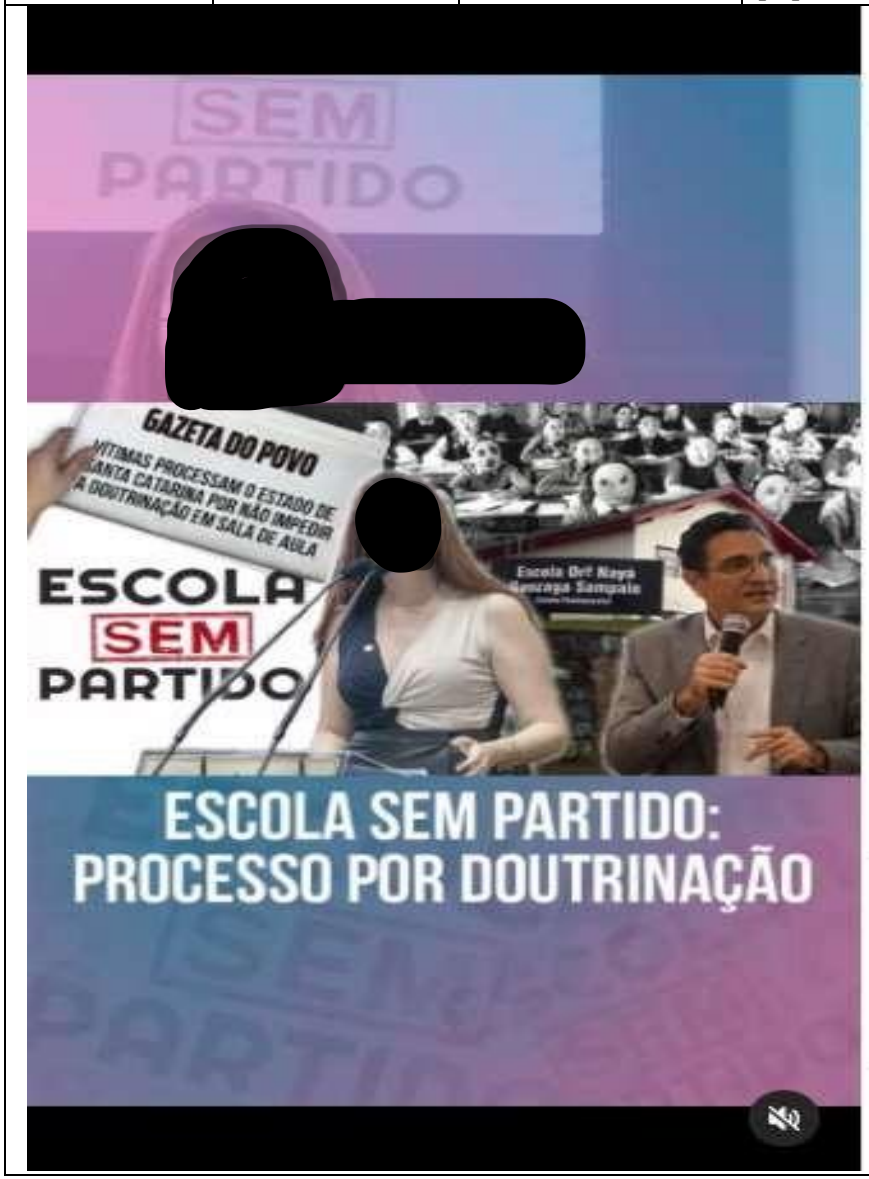
Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...] Parte do meu pronunciamento na Sessão Ordinária de hoje foi dedicado a relembrar o absurdo caso de uma mãe que, juntamente com sua filha, processou o nosso estado - e com toda a razão! Em exercício de cidadania, a cidadã Rosana reagiu a uma professora que, argumentando politicamente, induziu opiniões dentro de sala de aula. A professora também debochou da religião dos alunos e de seus pais. Esses e outros casos de doutrinação têm sido exaustivamente denunciados em meu mandato, uma vez que o pilar educacional faz parte da sustentação do mesmo, demonstrando a importância de iniciativas como o Escola Sem Partido, da qual sempre fui apoiadora e promotora. [...]	06/02/2020





Deputada			Vídeo – Há 1 ano atrás, em meu segundo discurso na tribuna da Alesc (assista: https://bit.ly/dona-rosana), trouxe a público um caso absurdo ocorrido em CaçadorSC: Dona Rosana, uma mãe catarinense que denunciou o comportamento antiético de uma professora em sala de aula, foi processada e obrigada a indenizar a doutrinadora que praticou assédio ideológico contra a sua filha – contando com a omissão da Secretaria de Educação, que não tomou nenhuma atitude ante o ocorrido. [...]	06/02/2020




[redacted] • Seguir

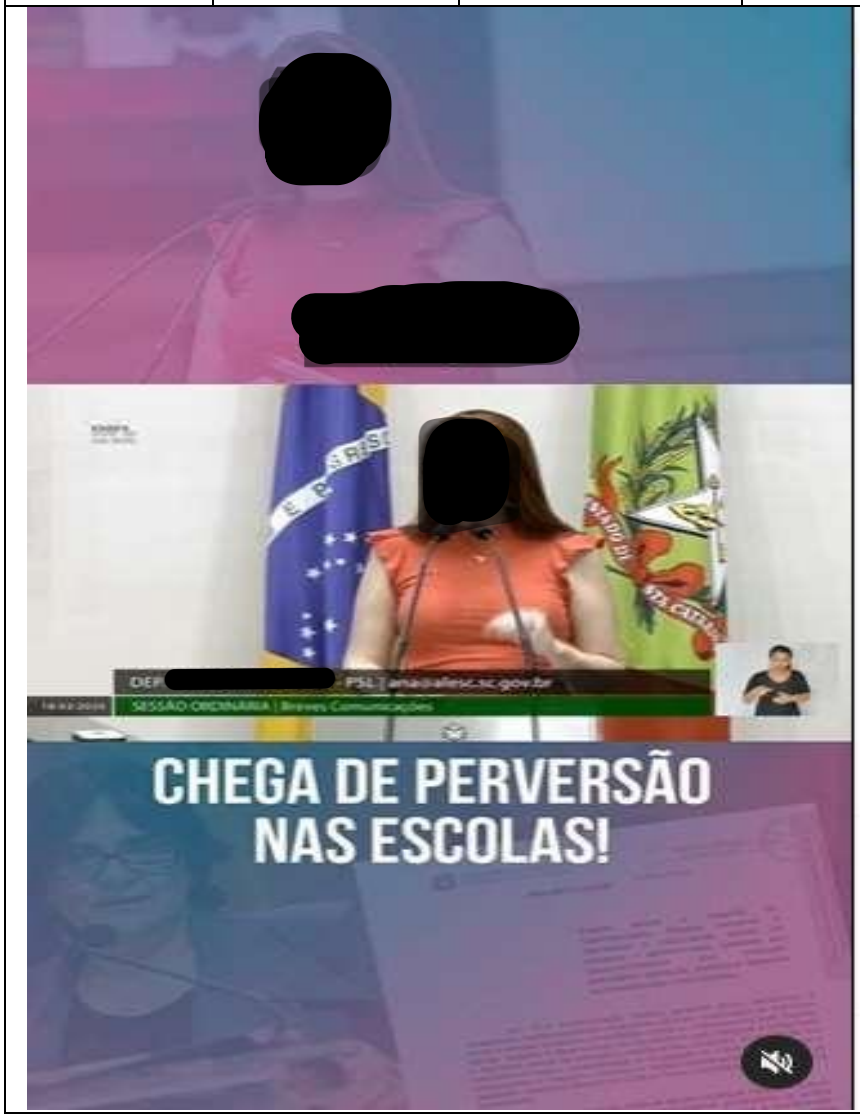
[redacted] Há 1 ano atrás, em meu segundo discurso na tribuna da Alesc (assista: https://bit.ly/dona-rosana), trouxe a público um caso absurdo ocorrido em Caçador-SC: Dona Rosana, uma mãe catarinense que denunciou o comportamento antiético de uma professora em sala de aula, foi processada e obrigada a indenizar a doutrinadora que praticou assédio ideológico contra a sua filha – contando com a omissão da Secretaria de Educação, que não tomou nenhuma atitude ante o ocorrido.

Em áudio gravado pela estudante, podemos constatar o verdadeiro show de horrores – repleto de preconceitos, desinformação e terrorismo psicológico – a qual as crianças eram submetidas: além de atacar outros candidatos que concorreriam a eleição com o PT, a mulher fazia campanha maciça contra o, na época, presidenciável Jair Bolsonaro, não se furtando de proferir os maiores absurdos como se verdade fossem, afirmando que ele iria "mandar os negros de volta para senzala" e "legitimar o estupro". Uma prova flagrante do que acontece no segredo de muitas salas de aula, onde ao invés de lecionar a disciplina para

35.515 visualizações
FEVEREIRO 6, 2020

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo – [...]Após receber diversas reclamações e denúncias advindas de muitos pais, somadas às manobras do governador Moisés para tentar aprovar na surdina a pregação da ideologia de gênero nas escolas catarinenses, formulamos o PL 302.1/2019 – Infância Sem Pornografia (assista em meu canal no Youtube: bit.ly/infancia-sem-pornografia), que visa coibir o uso do aparato do Estado por agentes do progressismo que, sob o manto protetivo das "finalidades educacionais", encontram a justificativa legal para expor crianças e adolescentes a conteúdos imorais com o intuito de degenerar os princípios ensinados na maioria dos lares. [...]	18/02/2020





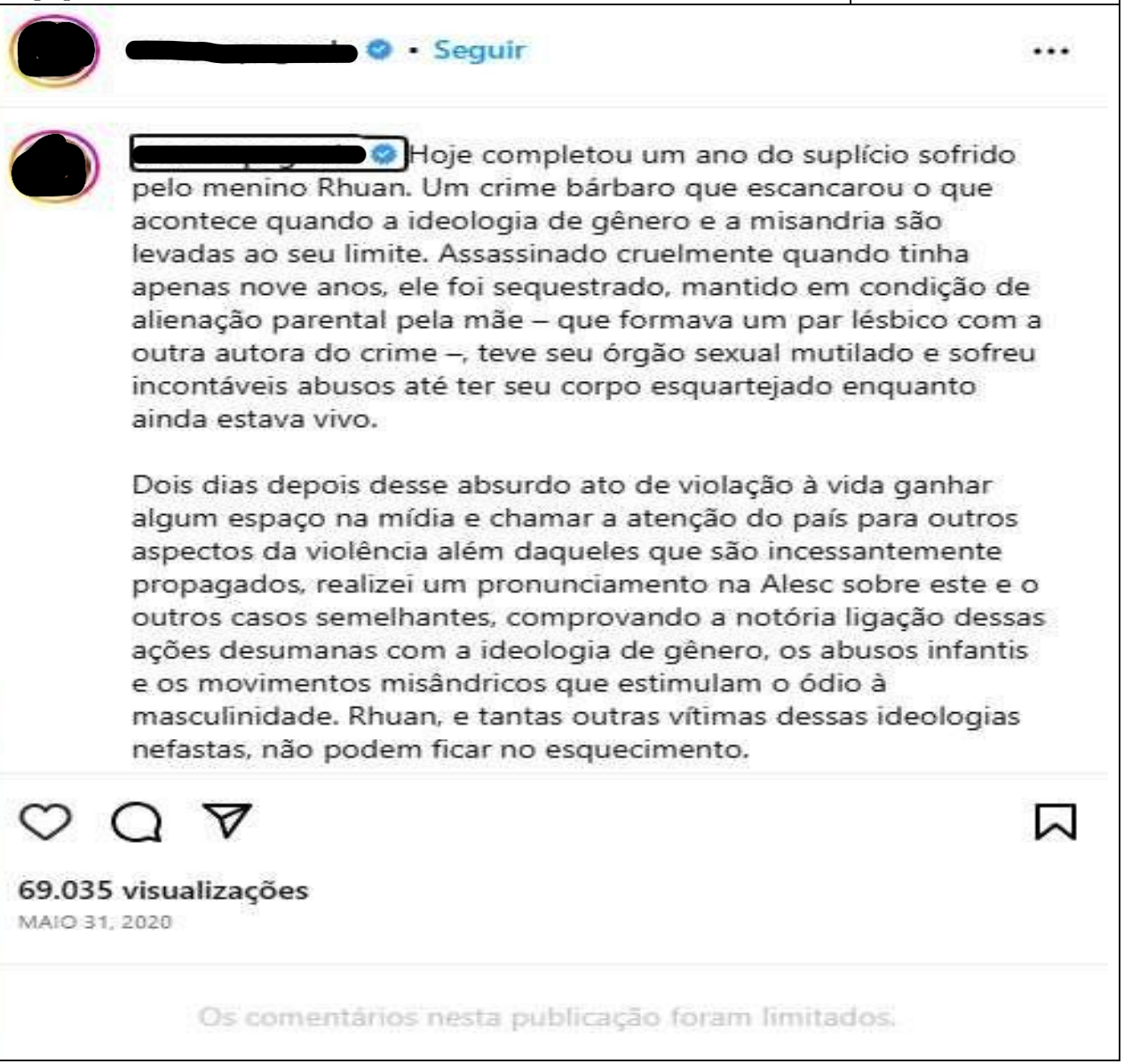
Deputada			A população de um município tem o direito de decidir que não deseja, na rede local de ensino, determinados conteúdos que considera inadequados? A resposta do Supremo Tribunal Federal foi um unânime "NÃO", na conclusão do julgamento virtual da ADPF 457, que pedia a declaração de inconstitucionalidade de uma lei que proibia o ensino da ideologia de gênero no município de Novo Gama, em Goiás. Segundo o entendimento, a legislação que vetava esse tema controverso, sem embasamento científico sólido e que vai de encontro às convicções morais de grande parte famílias brasileiras, fere, entre outras observações, "a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional". [...]	27/04/2020





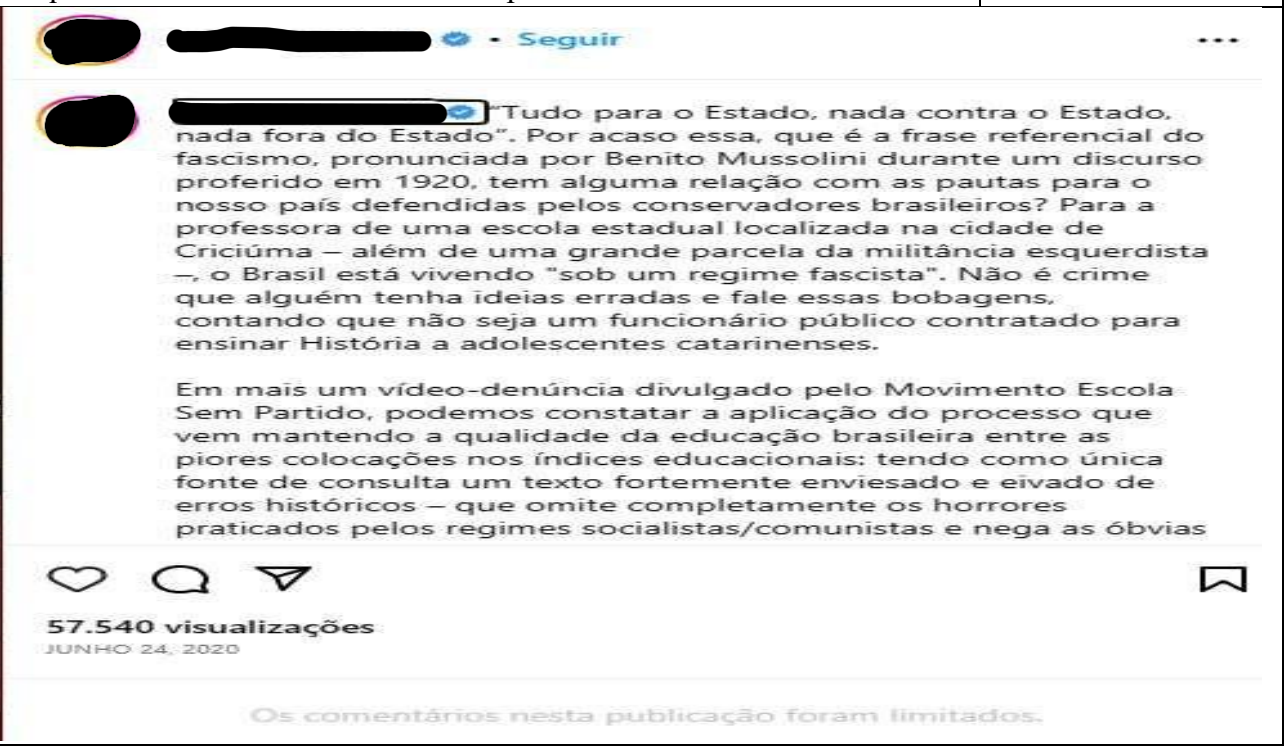
Deputada			Vídeo - Hoje completou um ano do suplício sofrido pelo menino Rhuan. Um crime bárbaro que escancarou o que acontece quando a ideologia de gênero e a misandria são levadas ao seu limite. Assassinado cruelmente quando tinha apenas nove anos, ele foi sequestrado, mantido em condição de alienação parental pela mãe – que formava um par lésbico com a outra autora do crime –, teve seu órgão sexual mutilado e sofreu incontáveis abusos até ter seu corpo esquartejado enquanto ainda estava vivo. [...]	31/05/2020

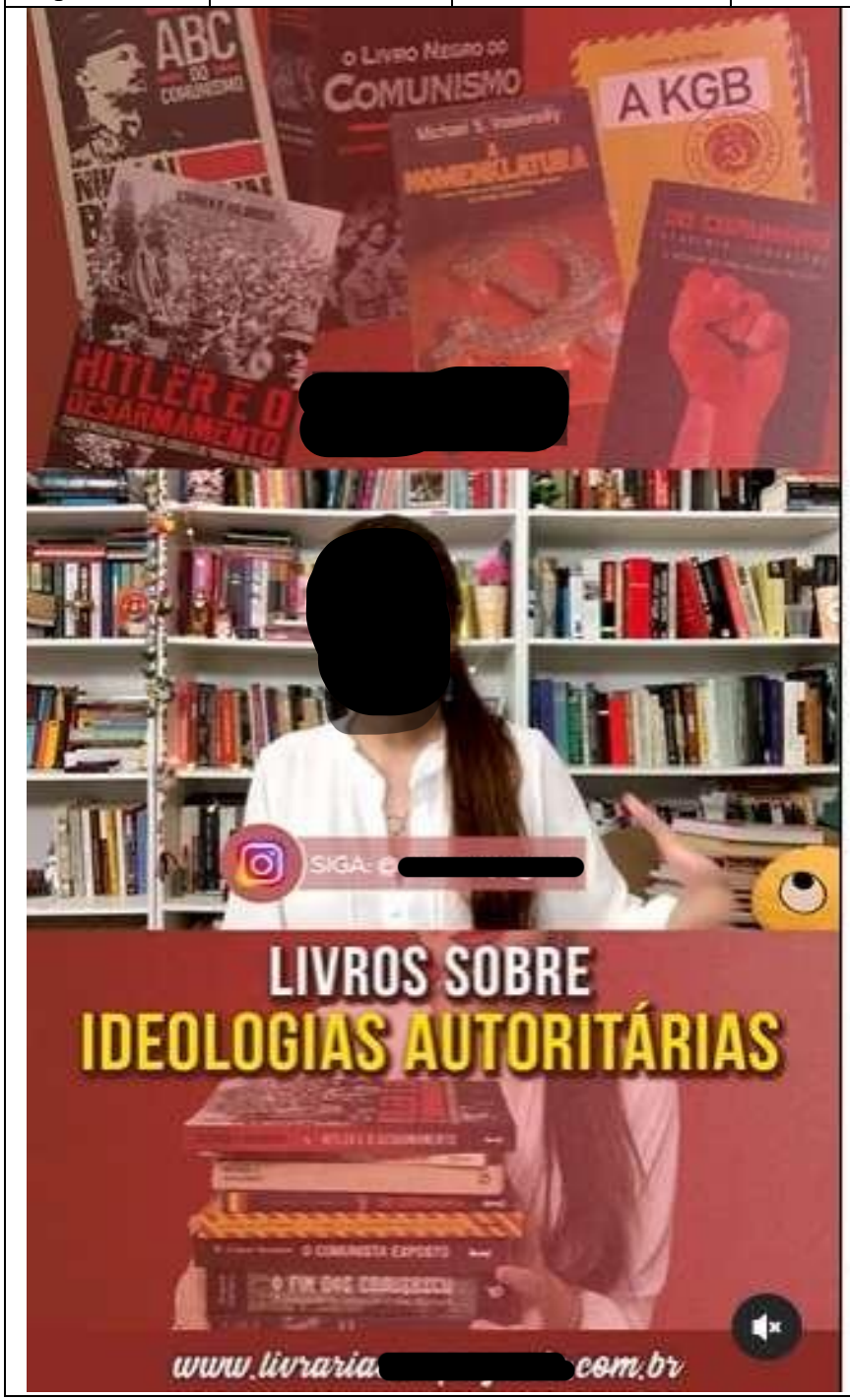




Deputada			Vídeo – [...]Em mais um vídeo-denúncia divulgado pelo Movimento Escola Sem Partido, podemos constatar a aplicação do processo que vem mantendo a qualidade da educação brasileira entre as piores colocações nos índices educacionais: tendo como única fonte de consulta um texto fortemente enviesado e eivado de erros históricos – que omite completamente os horrores praticados pelos regimes socialistas/comunistas e nega as óbvias similaridades que possuem com o fascismo (e o nazismo) –, a professora propõe uma "reflexão" sobre a "escalada autoritária" que, segundo ela, estaria sendo promovida pelo governo Bolsonaro. Sim, o mesmo governo que assumiu um compromisso com reformas para diminuir a interferência estatal na vida das pessoas. O mesmo governo que diuturnamente reforça o seu comprometimento com a democracia e a liberdade – e inclusive vem sendo criticado até por parte da sua base de apoiadores por não reagir com medidas legais aos abertos e progressivos ataques realizados pelo establishment contra a sua autoridade constituída via voto popular. Esse governo seria um exemplo de "autoritarismo". Na sessão desta quarta-feira (24/06), levei essa denúncia ao plenário da Alesc, e nosso gabinete já está encaminhando um questionamento formal à Secretaria de Educação do Estado para cobrar uma posição sobre mais um dos recorrentes casos de abuso ideológico que continuam acontecendo na rede pública de ensino catarinense.	24/06/2020







[redacted] • Seguir

[redacted] Oi, pessoal! Vamos conversar um pouquinho sobre o assunto do meu pronunciamento de ontem na Assembleia Legislativa? Eu denunciei mais um episódio de doutrinação em escola pública realizado através de um texto que comparava socialismo e fascismo.

Esse assunto é recorrente e muitas opiniões contraditórias circulam sobre o tema. Selecionei alguns livros com SUPER DESCONTO na minha livrariacampagnolo.com.br para quem tem interesse em estudar DE VERDADE sobre os regimes autoritários e totalitários.

Assista e compartilhe! E não deixe de passar no site da loja: livraria[redacted].com.br

147 sem Ver tradução

[redacted] Amuu♥

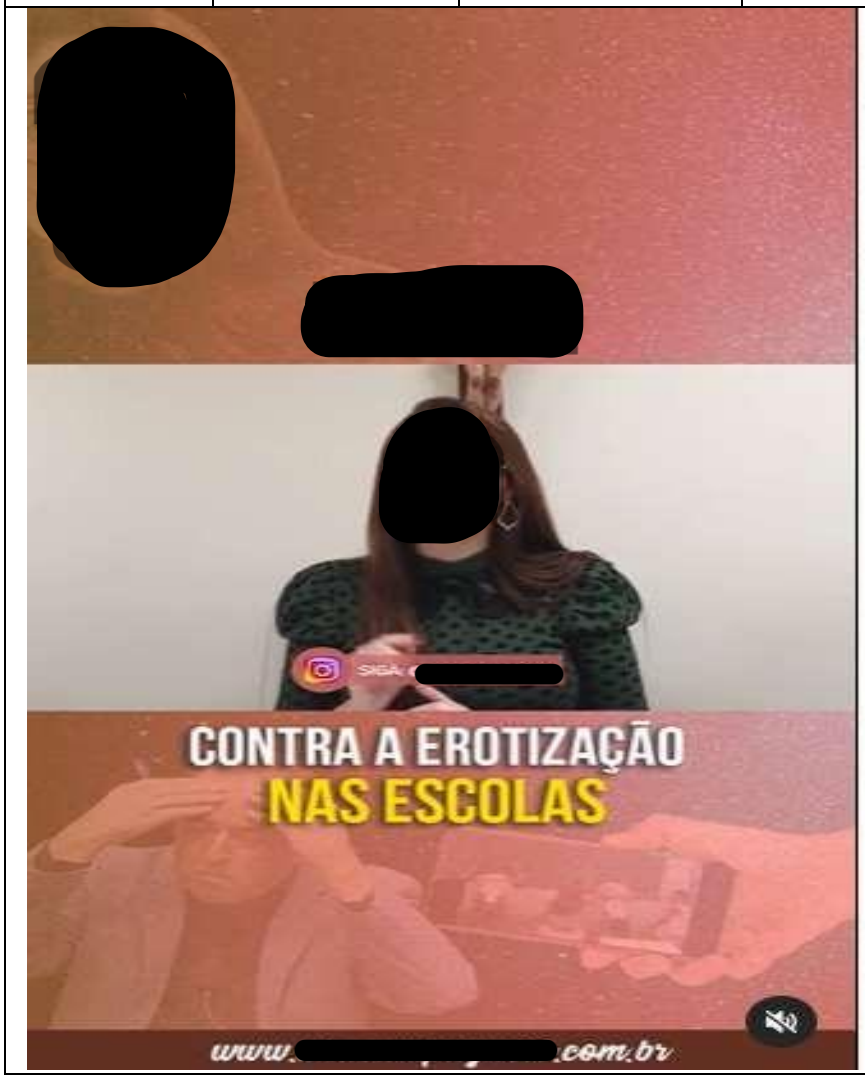
138 sem

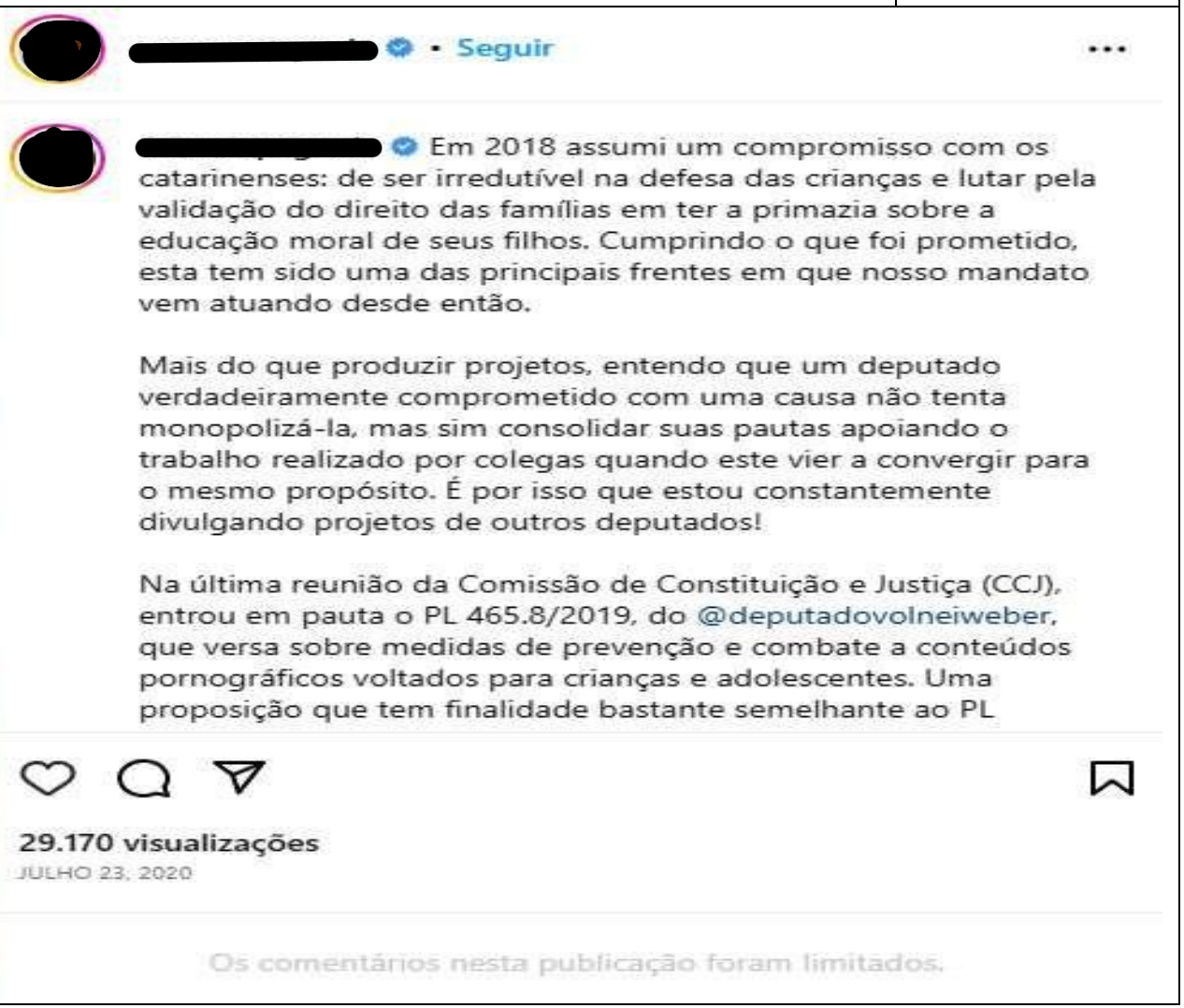
53.541 visualizações

JUNHO 25, 2020

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo – [...] Na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), entrou em pauta o PL 465.8/2019, do @deputadovolneiweber, que versa sobre medidas de prevenção e combate a conteúdos pornográficos voltados para crianças e adolescentes. Uma proposição que tem finalidade bastante semelhante ao PL 372.4/2019, do deputado @jairmiotto, que visa coibir a exposição de crianças no ambiente escolar com danças que aludam à sexualização precoce, assim como o meu PL 302.1/2019 – Infância Sem Pornografia, que dispõe sobre a garantia da integridade psicológica dos pequenos, impedindo a proliferação de material pornográfico nas escolas. #InfânciaSemPornografia #DefesaDaFamília #Alesc	23/07/2020





Deputada			[...]Teremos que ficar atentos em quem liderará o estado durante a avaliação do impeachment e depois da eleição (que pode ser direta ou indireta) para o novo governador. Estou grávida, minha bebê nasce mês que vem, mas não tirarei licença maternidade e vou apenas aproveitar as férias de fim de ano, pois temos muitos projetos importantes que estão estagnados e precisam andar. Fizemos uma proposta para liberar o homenschooling em casos de calamidade ou pandemia. Apresentamos também um PL que proíbe vilipêndio e sátira com símbolos cristãos, católicos ou evangélicos. Tramitam também os nossos Projetos "Escola Sem Drogas" e "Infância Sem Pornografia" — contra a erotização infantil nas escolas. A Carteira Estudantil gratuita, inspirada na MP do Bolsonaro, também é uma ideia que pode virar realidade em breve. Obrigada pela confiança! Bora!	17/09/2020



[redacted] • Seguir

Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc

lutar sem parar, não existe descanso. Vamos para as próximas etapas.

Teremos que ficar atentos em quem liderará o estado durante a avaliação do impeachment e depois da eleição (que pode ser direta ou indireta) para o novo governador. Estou grávida, minha bebê nasce mês que vem, mas não tirarei licença maternidade e vou apenas aproveitar as férias de fim de ano, pois temos muitos projetos importantes que estão estagnados e precisam andar. Fizemos uma proposta para liberar o homenschooling em casos de calamidade ou pandemia. Apresentamos também um PL que proíbe vilipêndio e sátira com símbolos cristãos, católicos ou evangélicos. Tramitam também os nossos Projetos "Escola Sem Drogas" e "Infância Sem Pornografia" — contra a erotização infantil nas escolas. A Carteira Estudantil gratuita, inspirada na MP do Bolsonaro, também é uma ideia que pode virar realidade em breve. Obrigada pela confiança! Bora!

Editado · 135 sem Ver tradução

10.252 curtidas

SETEMBRO 17, 2020

Os comentários nesta publicação foram limitados.

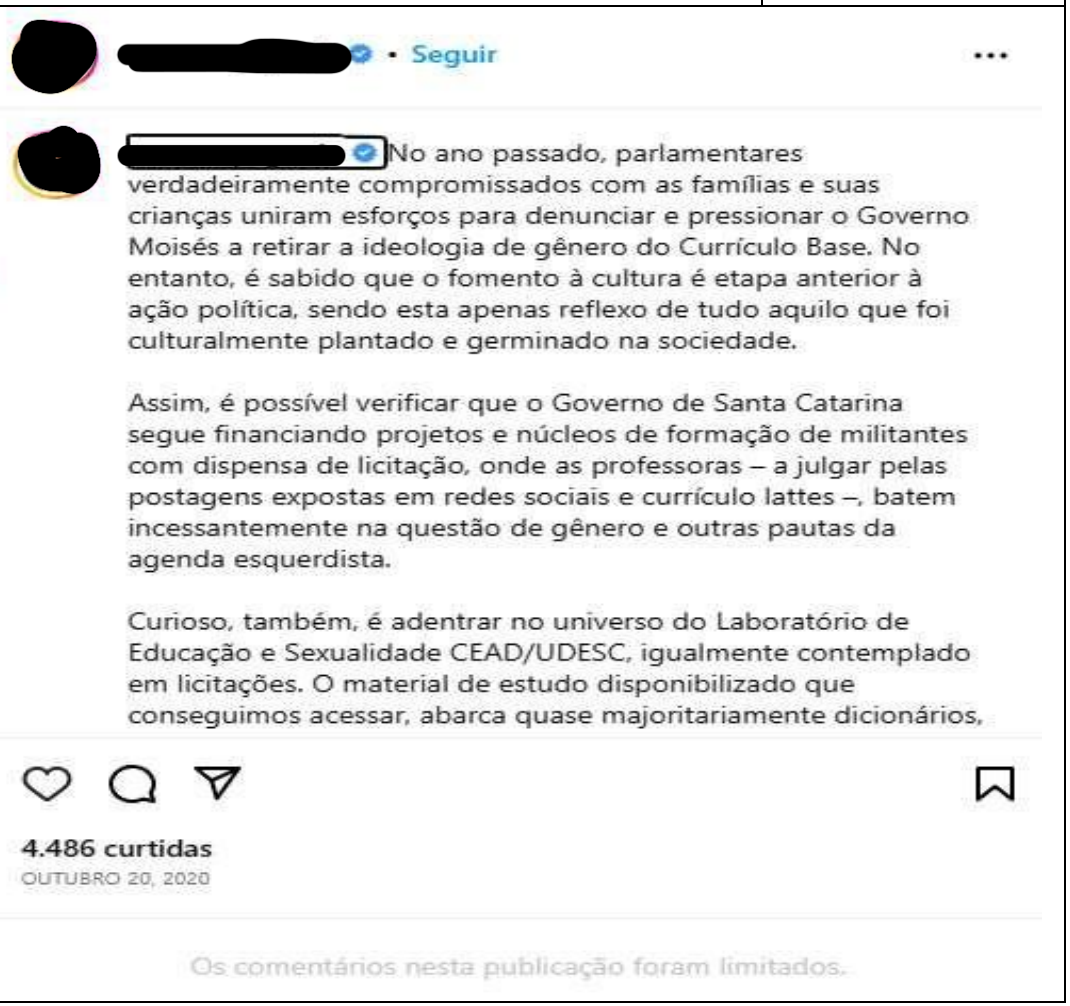
Deputada			Vídeo - Ainda não assistiu a minha participação no NA LATA com a Antônia Fontenelle? Conversamos sobre feminismo, liberdade de expressão, educação, doutrinação, direito das famílias, política em Santa Catarina e impeachment do governador. Confira aí!	16/10/2020





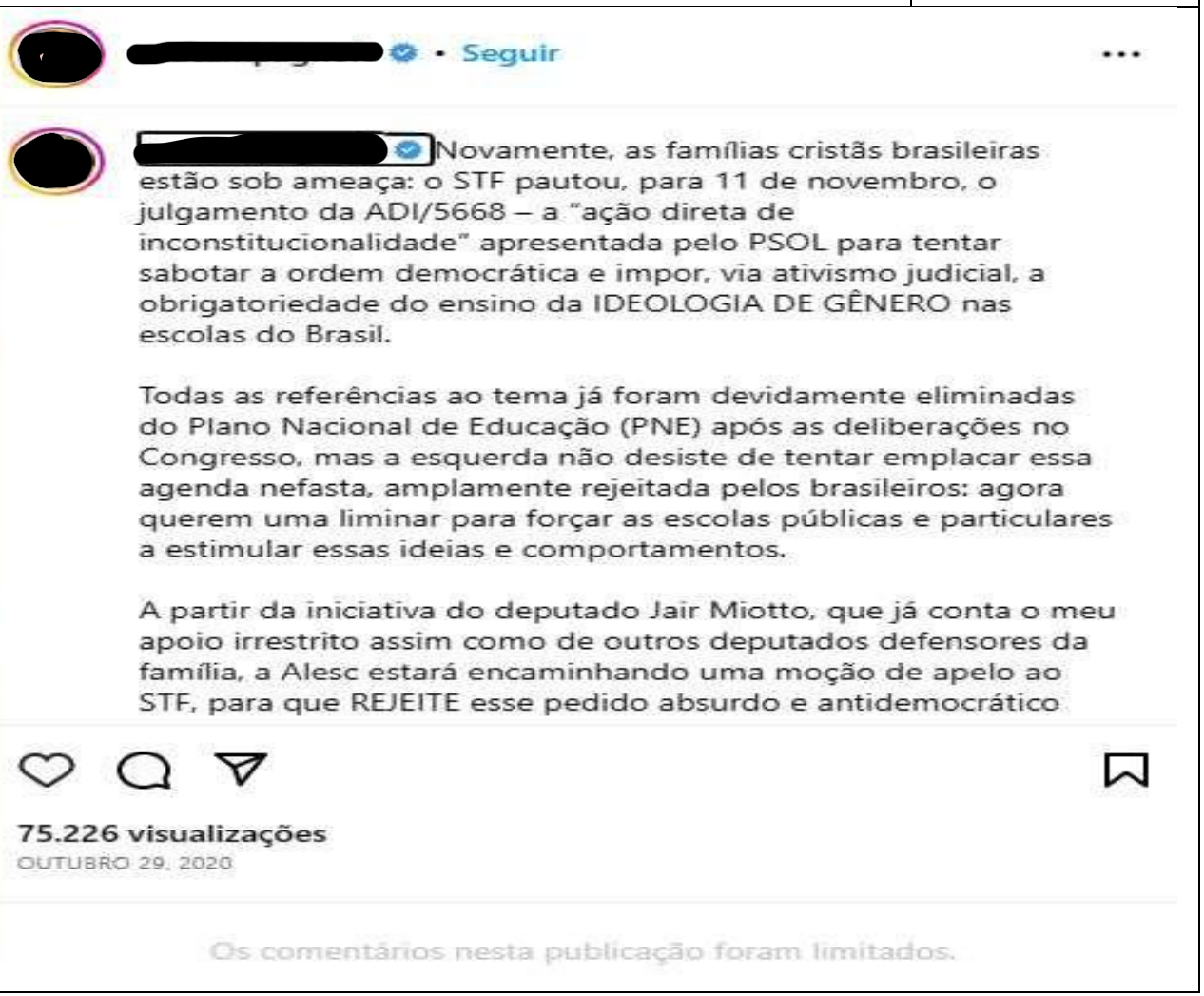
Deputada			[...] Curioso, também, é adentrar no universo do Laboratório de Educação e Sexualidade CEAD/UDESC, igualmente contemplado em licitações. O material de estudo disponibilizado que conseguimos acessar, abarca quase majoritariamente dicionários, livros e panfletos focados em gênero, interseccionalidades, fake news, Paulo Freire, feminismo, manual de "como conversar com um fascista" e afins. Nós, parlamentares, temos inúmeras demandas e procuramos resolvê-las, afinal, faz parte de nossas inúmeras obrigações. Todavia, é necessário que os cidadãos saibam que esse tipo de infiltração ideológica sistêmica não se resolve dessa maneira, e sim por meio da pressão popular e da manutenção de todos os valores que estão sendo pulverizados pela militância esquerdista. Se não formarmos um anticorpo social contra todas essas tentativas de subverter a ordem civilizacional, iremos padecer de maneira irremediável.	20/10/2020





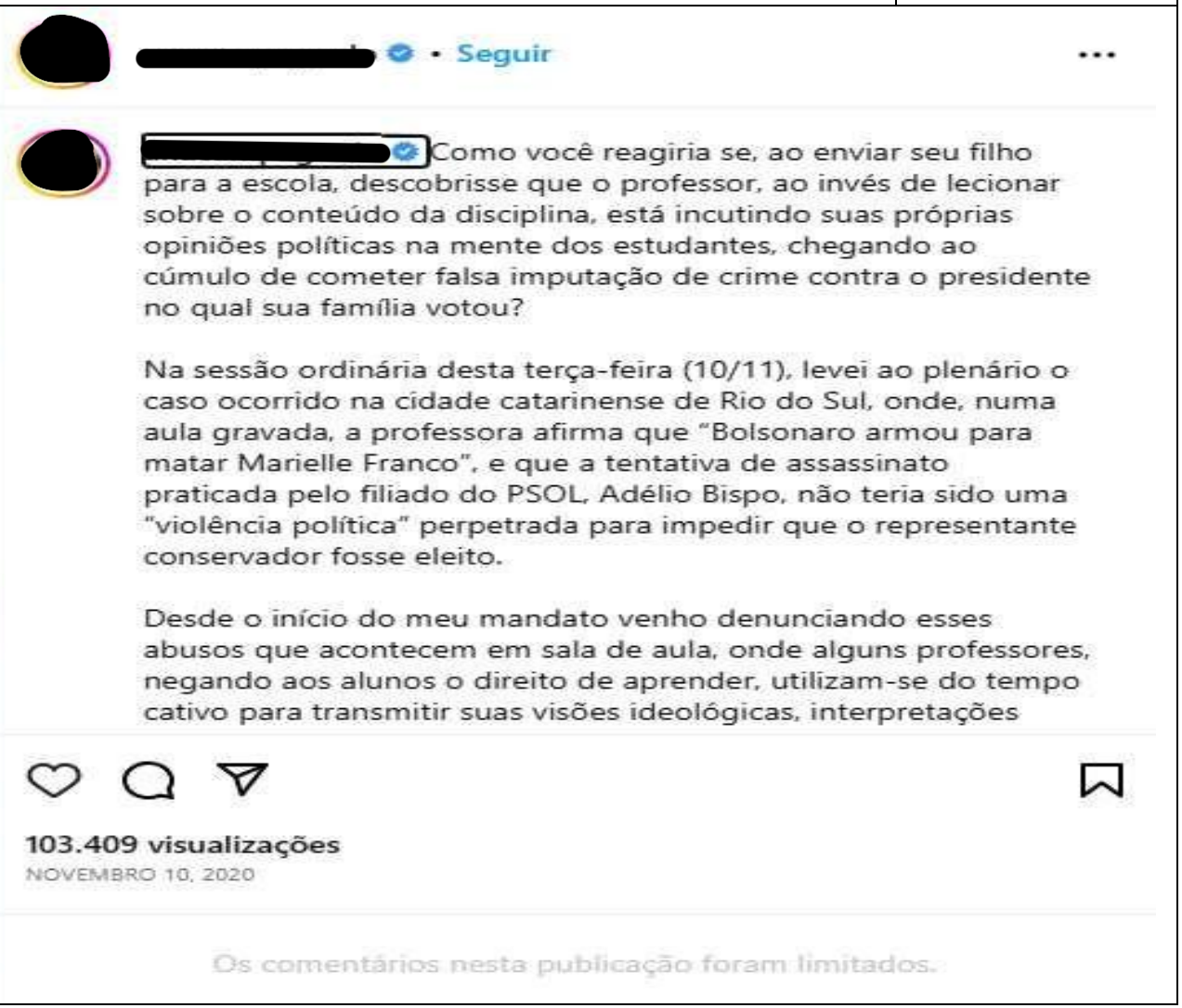
Deputada			Vídeo – [...]A partir da iniciativa do deputado Jair Miotto, que já conta o meu apoio irrestrito assim como de outros deputados defensores da família, a Alesc estará encaminhando uma moção de apelo ao STF, para que REJEITE esse pedido absurdo e antidemocrático pela imposição da ideologia de gênero nas escolas. Além disso, nosso gabinete protocolou um ofício direcionado à governadora interina Daniela Reinehr, para solicitar uma AÇÃO do governo estadual contra o avanço dessas pautas abusivas em nosso Estado, sugerindo que um DECRETO seja expedido ou uma MEDIDA PROVISÓRIA seja editada urgentemente sobre o tema, lembrando que já está tramitando desde o ano passado o nosso Projeto 302.1/2019 – INFÂNCIA SEM PORNOGRAFIA, que versa sobre a proteção da integridade das crianças nas salas de aula.	29/10/2020





Deputada			Vídeo – [...] Desde o início do meu mandato venho denunciando esses abusos que acontecem em sala de aula, onde alguns professores, negando aos alunos o direito de aprender, utilizam-se do tempo cativo para transmitir suas visões ideológicas, interpretações fantasiosas ou mesmo fazer propaganda política explícita ao invés de lecionar o conteúdo proposto no currículo. Diante de mais um caso ocorrido em Santa Catarina, nosso gabinete emitiu o ofício 32/2020, direcionado ao secretário de Educação e à governadora interina, Daniela Reinehr, indagando sobre o posicionamento do Governo Estadual ante esses absurdos, solicitando providências e medidas preventivas para que episódios similares parem de se repetir nas nossas escolas.	10/11/2020





Deputada			Vídeo – Após a mobilização das famílias catarinenses em torno do caso da professora que, durante uma aula de redação, irresponsavelmente fez a grave acusação de que o presidente @jairmessiasbolsonaro teria "armado" o assassinato da ex-vereadora Marielle Franco – cometendo, assim, falsa imputação de crime, levando em conta que todas as investigações realizadas já descartaram qualquer hipótese ligada a essas ilações criminosas que continuam sendo reproduzidas por agentes da esquerda –, a escola tomou a decisão de desligar a referida do seu corpo docente, segundo informações divulgadas pelo jornalista Moacir Pereira, na NDTV. [...]	12/11/2020



[redacted] • Seguir

imputação de crime, levando em conta que todas as investigações realizadas já descartaram qualquer hipótese ligada a essas ilações criminosas que continuam sendo reproduzidas por agentes da esquerda –, a escola tomou a decisão de desligar a referida do seu corpo docente, segundo informações divulgadas pelo jornalista Moacir Pereira, na NDTV.

Durante a sessão da Alesc ocorrida no dia 10/11, realizei um pronunciamento sobre o caso e nossa equipe protocolou nesta semana o ofício 32/2020, direcionado ao secretário estadual de Educação, Natalino Uggioni, e à governadora interina Daniela Reinehr, indagando sobre o posicionamento do Governo Estadual ante esses episódios absurdos que continuam se repetindo em Santa Catarina, além de solicitar providências e medidas preventivas para inibir novas ocorrências similares em nossas escolas.

–

Assista ao pronunciamento completo no YouTube: Bolsonaro, Marielle e a doutrinação – /bit.ly/38zKypi

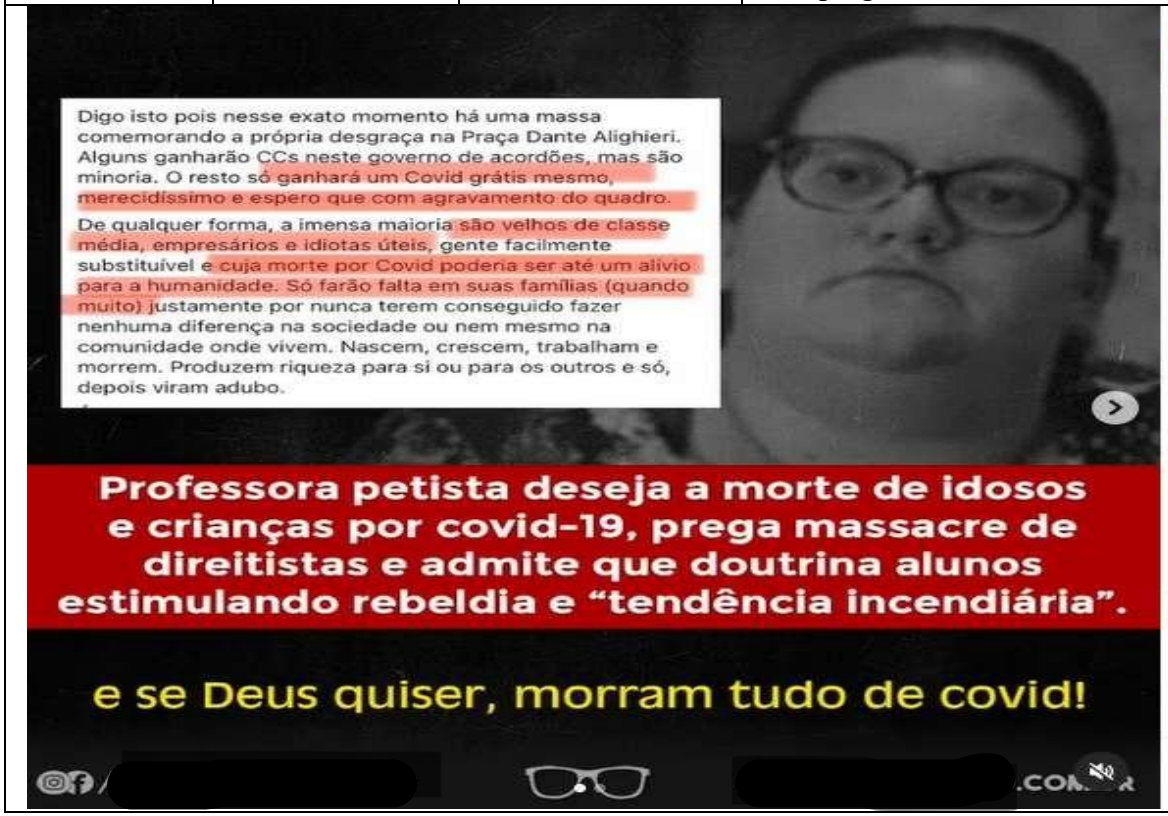
–

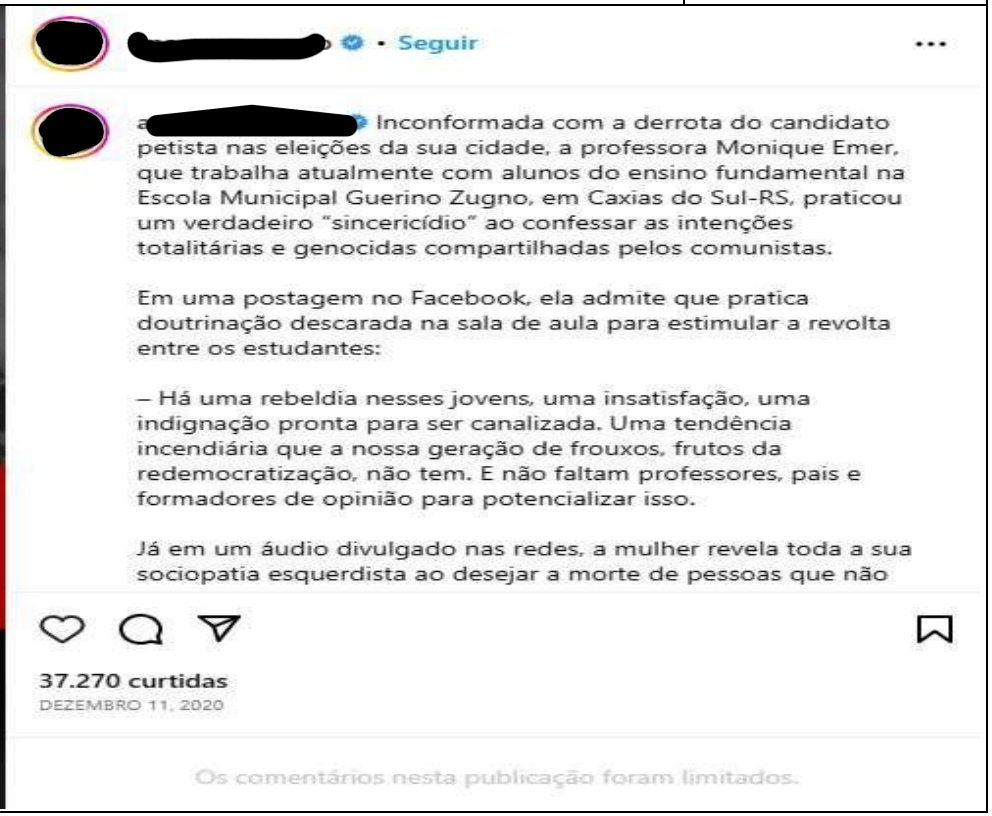
90.955 visualizações

NOVEMBRO 12, 2020

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo – [...] Já em um áudio divulgado nas redes, a mulher revela toda a sua sociopatia esquerdista ao desejar a morte de pessoas que não comungam da sua ideologia sanguinária: – Da direita, quanto mais morrerem de covid-19, de tudo, aids, câncer fulminante, pra mim, melhor é. Já que a gente não pode fuzilar, então que vão na praça fazer bandeiraço, e, se Deus quiser, morram tudo de covid. Adultos, mulheres, idosos e crianças, não vale um, não se salva um. Mais adiante, após declarar seu desejo de realizar um massacre na praça da cidade, ela demonstra todo o seu desprezo pelos idosos: – Quando começou o covid, eu pensei, lindo, maravilhoso, vai morrer um monte de velhos, os velhos são racistas, machistas, reacionários, conservadores e o PT vai se reeleger. Foi o que eu pensei quando começou o covid e me disseram que só morria velho. Eu acho ótimo, porque eu não tenho nenhuma afinidade com velho [...], porque eu acho que a partir do momento que você não consegue se atualizar para viver neste mundo, de fato você é um peso na Terra e deveria estar morto. Essas declarações podem parecer surpreendentes e assustadoras para quem conhece apenas a superficialidade da mentalidade revolucionária, mas em essência, é apenas a verbalização do que seus teóricos já vêm pregando há mais de um século.	11/12/2020





Deputada			[...]Na Sessão Ordinária, conquistamos a aprovação da minha Moção 594.8/2020 cumprimentando o professor e pesquisador de engenharia mecânica, Dr. Sérgio Colle, pelos relevantes serviços de ensino e pesquisa prestados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela sua contribuição à pesquisa científica e pela continuidade do seu trabalho com a adesão ao serviço voluntário de servidor aposentado, aprovada recentemente pelo colegiado do Departamento de Engenharia Mecânica. O professor Colle é, constantemente, alvo de perseguição e ataques dos esquerdistas de dentro e fora da universidade, nosso gesto de apoiá-lo está em concordância com meus compromissos de campanha: combater o sectarismo e a doutrinação na educação, bem como apoiar os bons professores. Nossos outros ofícios, moções, requerimentos e projetos de lei estão disponíveis para consulta e download no site anacampagnolo.com.br no menu "Atividade Parlamentar". Se você não é de Santa Catarina, mas gostou de alguma das nossas propostas e iniciativas, pode fazer download e enviar para seu vereador ou deputado. Boas ideias devem ser replicadas.	16/12/2020



[redacted] • Seguir
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc

anacampagnolo Estamos na última semana antes do recesso do parlamento. Foi um ano de crescente atuação. Recentemente, assumi a "Liderança da Partido (PSL)" e mantive minha atuação representando a bancada na mais importante das nossas comissões, a de Constituição e Justiça. No ano de 2020, fui a deputada que mais relatou projetos de lei: foram 133 matérias.

Ontem, em nossa última reunião da CCJ, entre outras relatorias, apresentei pedido de diligência ao PL 307.6/2020 que institui o Programa Geral de Saúde Mental das Polícias do Estado de Santa Catarina, a indenização em decorrência de suicídio de policial. Relatei favoravelmente o PL que propõe a obrigatoriedade de exibição, ao final das sessões nas salas de cinema de SC, de informe publicitário para advertência contra a pedofilia, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

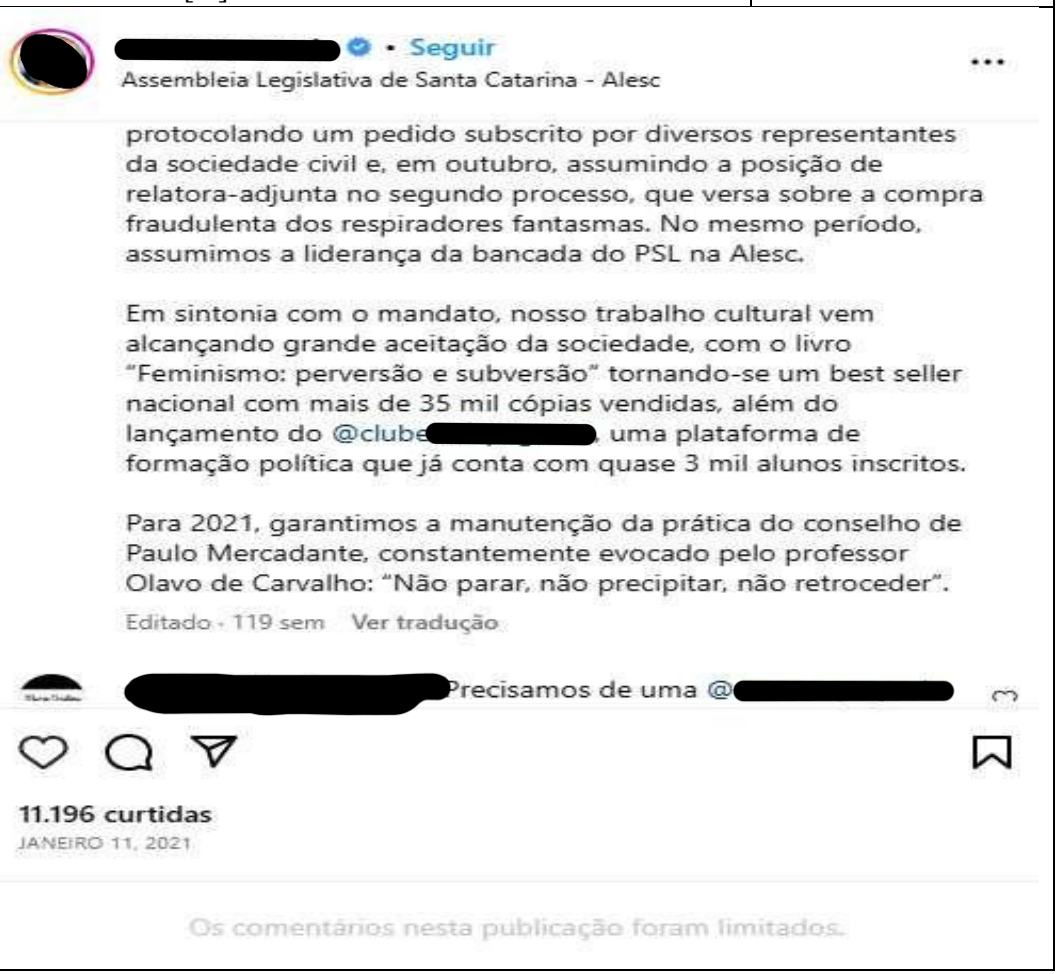
Na Sessão Ordinária, conquistamos a aprovação da minha Moção 594.8/2020 cumprimentando o professor e pesquisador

15.386 curtidas
DEZEMBRO 16, 2020

Os comentários nesta publicação foram limitados.

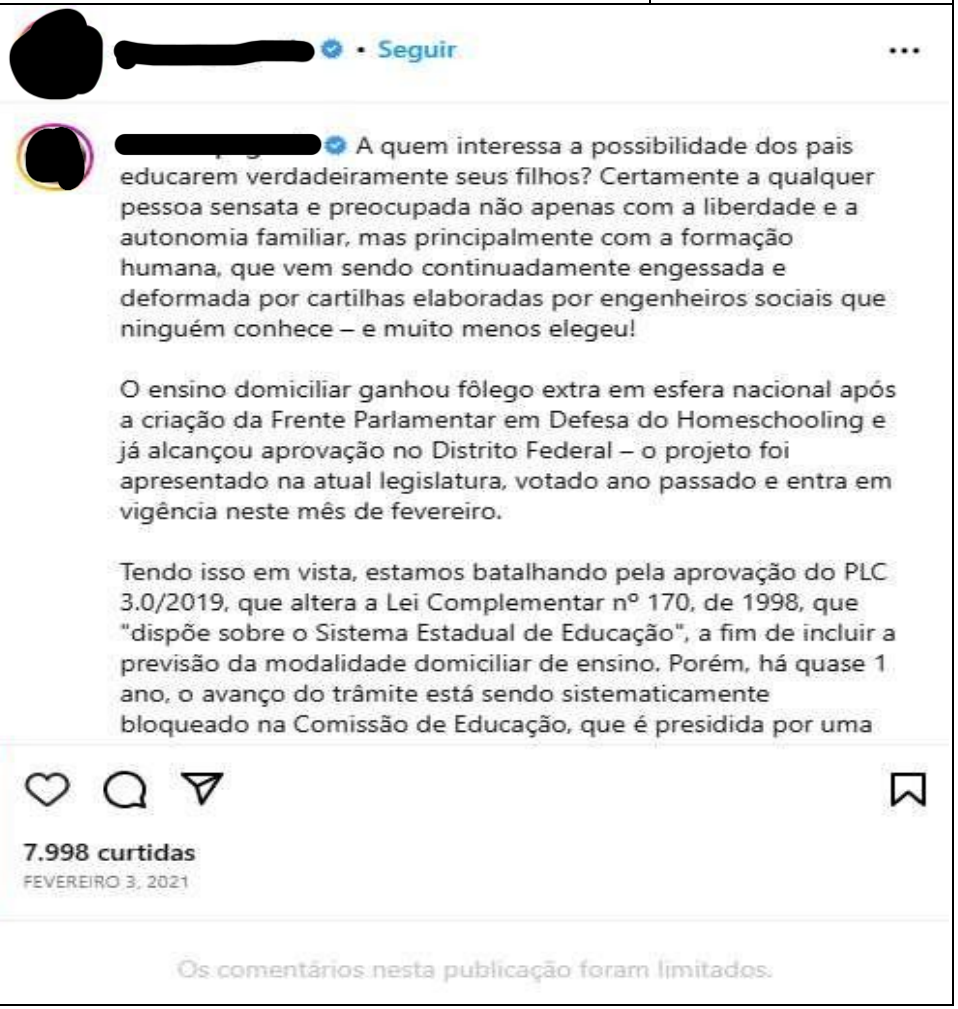
Deputada			Solidez de princípios se demonstra sob condições atípicas: em 2020, não retrocedemos no compromisso de defender a vida, a família, a propriedade privada, a liberdade religiosa e uma educação livre de doutrinação. Nem todas as batalhas foram vencidas no último ano, mas o nosso mandato representou a vontade dos conservadores catarinenses e atuou diretamente nos grandes debates do parlamento: questionamos a renegociação da dívida externa estadual – que resultou em um novo empréstimo bilionário a ser pago em dólares – , estivemos ao lado dos agricultores na luta contra o boicote fiscal proposto pelo governador através do aumento do ICMS sobre os defensivos agrícolas; levamos ao plenário a discussão sobre temas importantes como o vilipêndio à fé, as legislações sexistas, a ideologia de gênero, a erotização infantil, a doutrinação e o direito das famílias de realizar o ensino domiciliar. [...]	11/01/2021



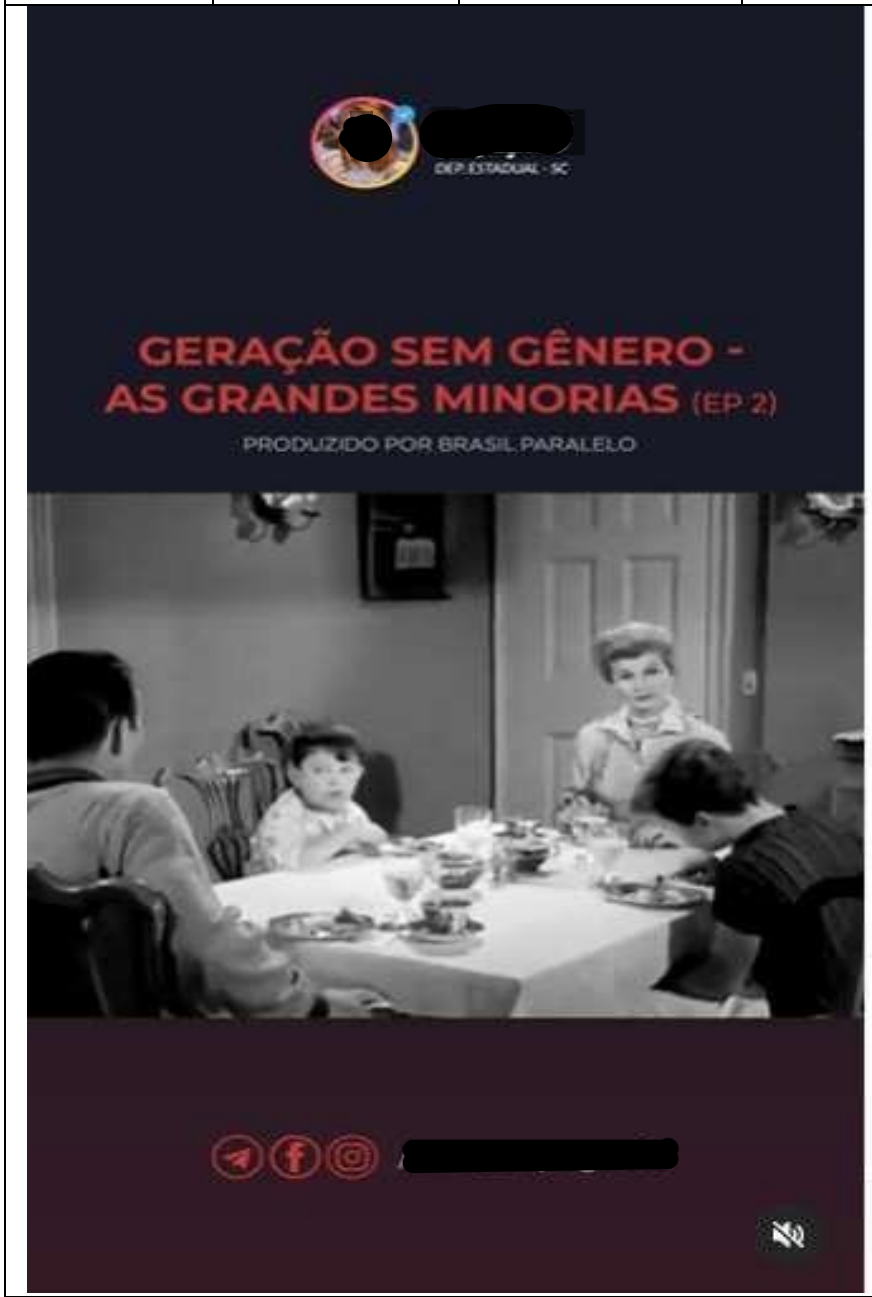


Deputada			[...] Diante desse empecilho, as ferramentas regimentais da Casa Legislativa podem ser acionadas através de um REQUERIMENTO DE PRIORIDADE, que entra em vigor quando a Assembleia Legislativa, para apreciação de determinada proposição, dispensa exigências, interstícios e formalidades regimentais, concedendo um caráter de urgência à pauta. A solicitação precisa ser assinada por 14 deputados para ser encaminhada ao plenário e submetida à aprovação. Vale lembrar que a resistência contra a regulamentação do ensino domiciliar no Brasil – e o reconhecimento do direito das famílias de decidir sobre a educação de seus filhos – é encabeçada por deputados ligados ao PSOL, PT e PDT, deixando cada vez mais claro que para os partidos de esquerda ligados a estruturas como o Foro de São Paulo e a Internacional Socialista, as famílias não podem se defender da doutrinação via liberdade de escolha.	03/02/2021





Deputada			Vídeo - Ainda não convenci você a se matricular no @clube...? Então assista ao vídeo do Brasil Paralelo e conheça mais um dos nossos professores incríveis que domina como ninguém o tema "ideologia de gênero" e "aborto": Felipe Nery.	17/04/2021



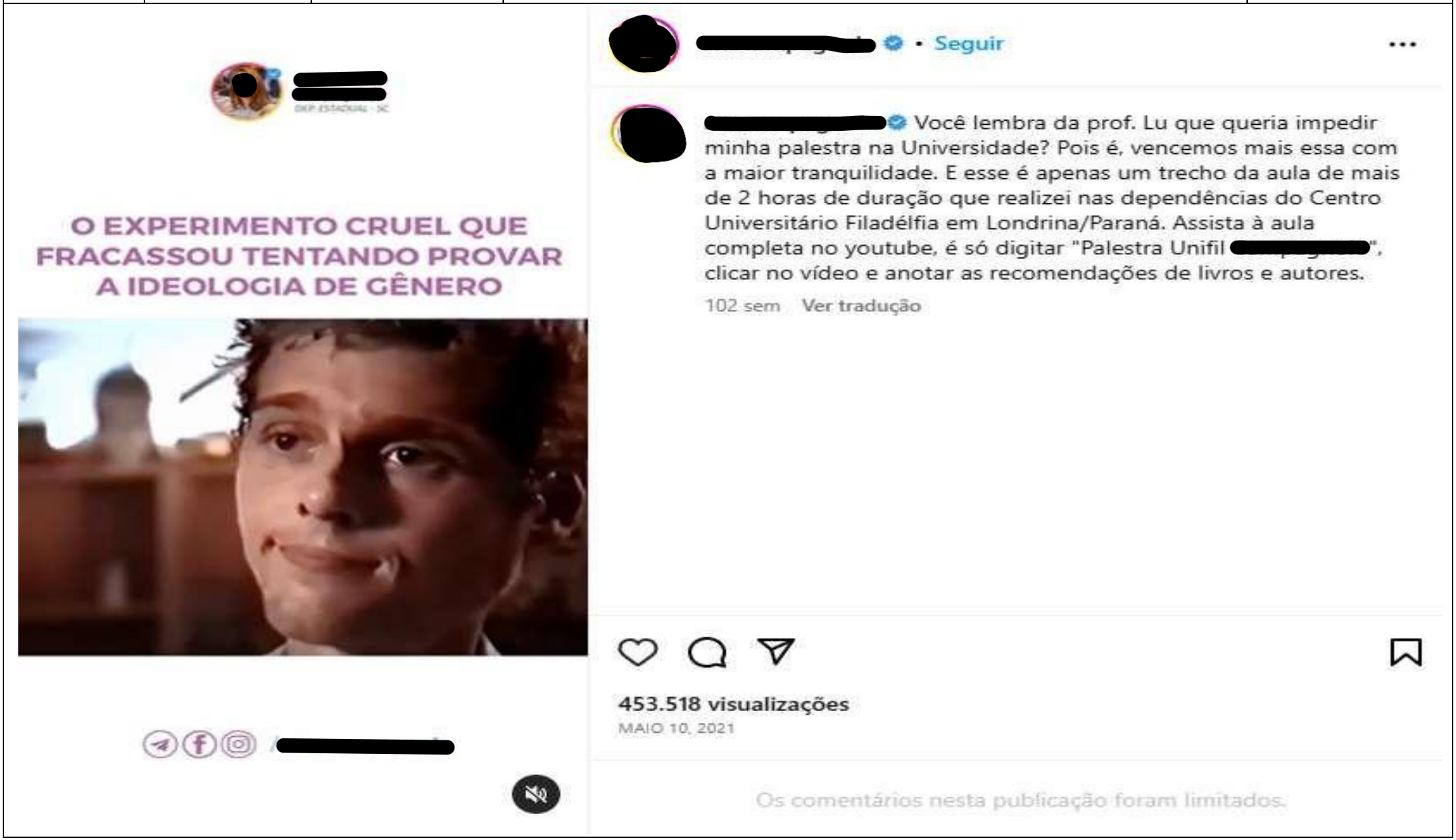


Deputada			[...]Também palestrei no Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes. O evento teve como objetivo estimular integrantes do governo, pais e professores a aplicar ações conjuntas para o enfrentamento de abusos praticados contra crianças em adolescentes em ambientes públicos, orientando o procedimento adequado a ser adotado ante casos de doutrinação e aplicação da ideologia de gênero nas escolas. Por fim, fomos a São Paulo buscar informações junto a professores, médicos e ativistas pelos direitos dos homens e meninos com o intuito de embasar nosso projeto de criação da Procuradoria do Homem em Santa Catarina. Ainda na capital paulista, participei de uma live na sede da Brasil Paralelo antes de partir para Campinas em visita ao centro de distribuição da Livraria...	03/05/2021





Deputada			Vídeo - Você lembra da prof. Lu que queria impedir minha palestra na Universidade? Pois é, vencemos mais essa com a maior tranquilidade. E esse é apenas um trecho da aula de mais de 2 horas de duração que realizei nas dependências do Centro Universitário Filadélfia em Londrina/Paraná. Assista à aula completa no youtube, é só digitar "Palestra Unifil ...", clicar no vídeo e anotar as recomendações de livros e autores.	10/05/2021



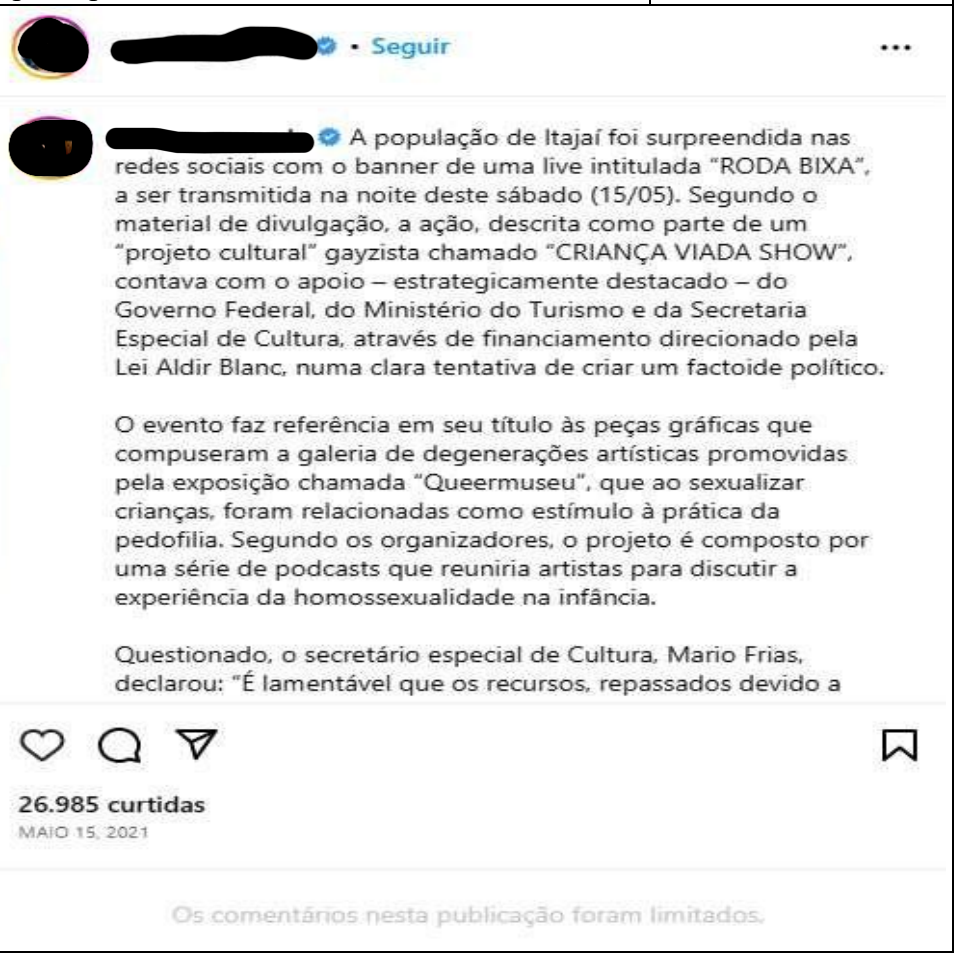
Deputada			Vídeo - O @clube... é um curso online sobre política que foi pensado para que você possa assistir com toda a sua família. Há anos, a professora ... tem lutado para combater a doutrinação escolar que viola os direitos humanos dos pais e da família. Mais precisamente, desde 2013, temos denunciado e nos preocupado com esse tema. O curso que oferecemos pode ser compartilhado com seus filhos adolescentes, com seu cônjuge e com familiares próximos porque queremos que você consiga blindar o seu pequeno pelotão. O agigantamento do poder estatal e a supressão das liberdades são consequências da desfragmentação das famílias. Antes de promover qualquer transformação em grande escala, você precisa consolidar a sua base. Você precisa começar a boa política na sua casa. Não queremos que você tenha uma história triste para contar!	11/05/2021



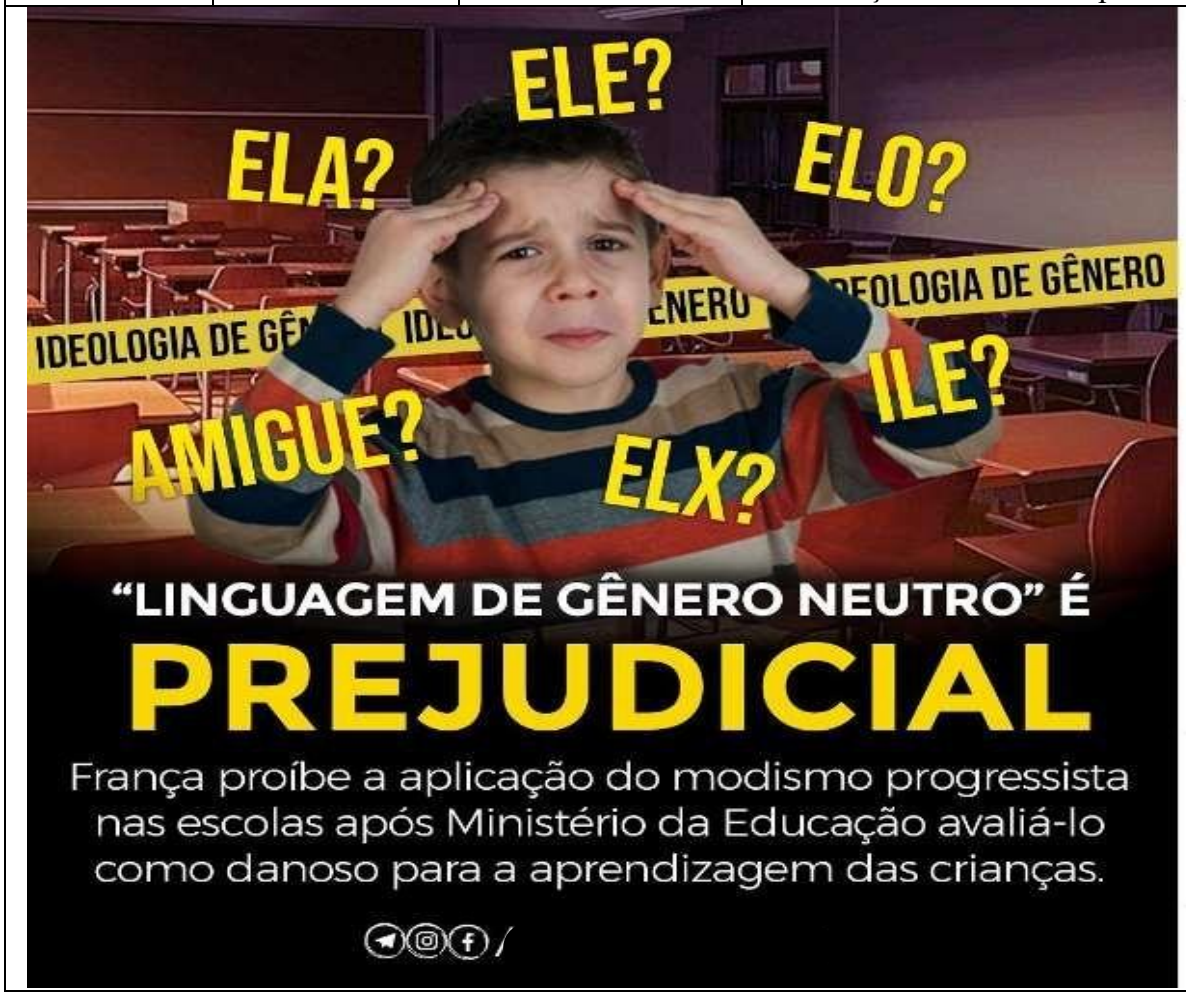


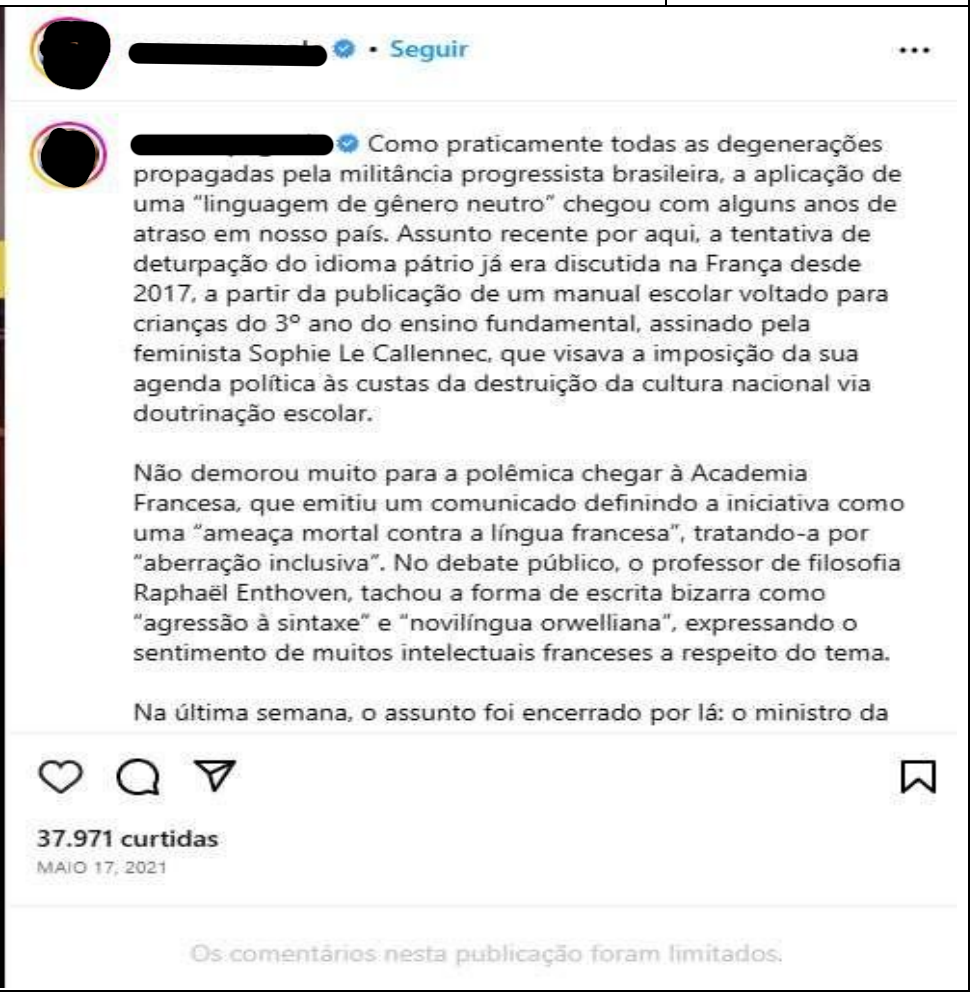
Deputada			[...]Questionado, o secretário especial de Cultura, Mario Frias, declarou: "É lamentável que os recursos, repassados devido a imposição da Lei Aldir Blanc, sejam usados para fins políticos/ideológicos, e não para seu real motivo, o financiamento da cultura. A lei não me permite controlar os editais lançados pelos estados e municípios, mas, para mim, há um claro desvio de objetivo, e a aplicação do recurso com conteúdo que não tem a ver com as manifestações culturais [...]. Verificarei mais a fundo essa questão, para ver como será juridicamente possível garantir que os recursos da cultura não sejam aplicados para outros fins." Na noite de ontem, o prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, publicou um vídeo admitindo que o evento pode confrontar dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente – que prevê a proteção integral dos menores – e, portanto, determinou a suspensão da live, assim como a destituição dos membros da comissão que aprovou o projeto, além de abrir procedimento administrativo para apurar os fatos.	15/05/2021



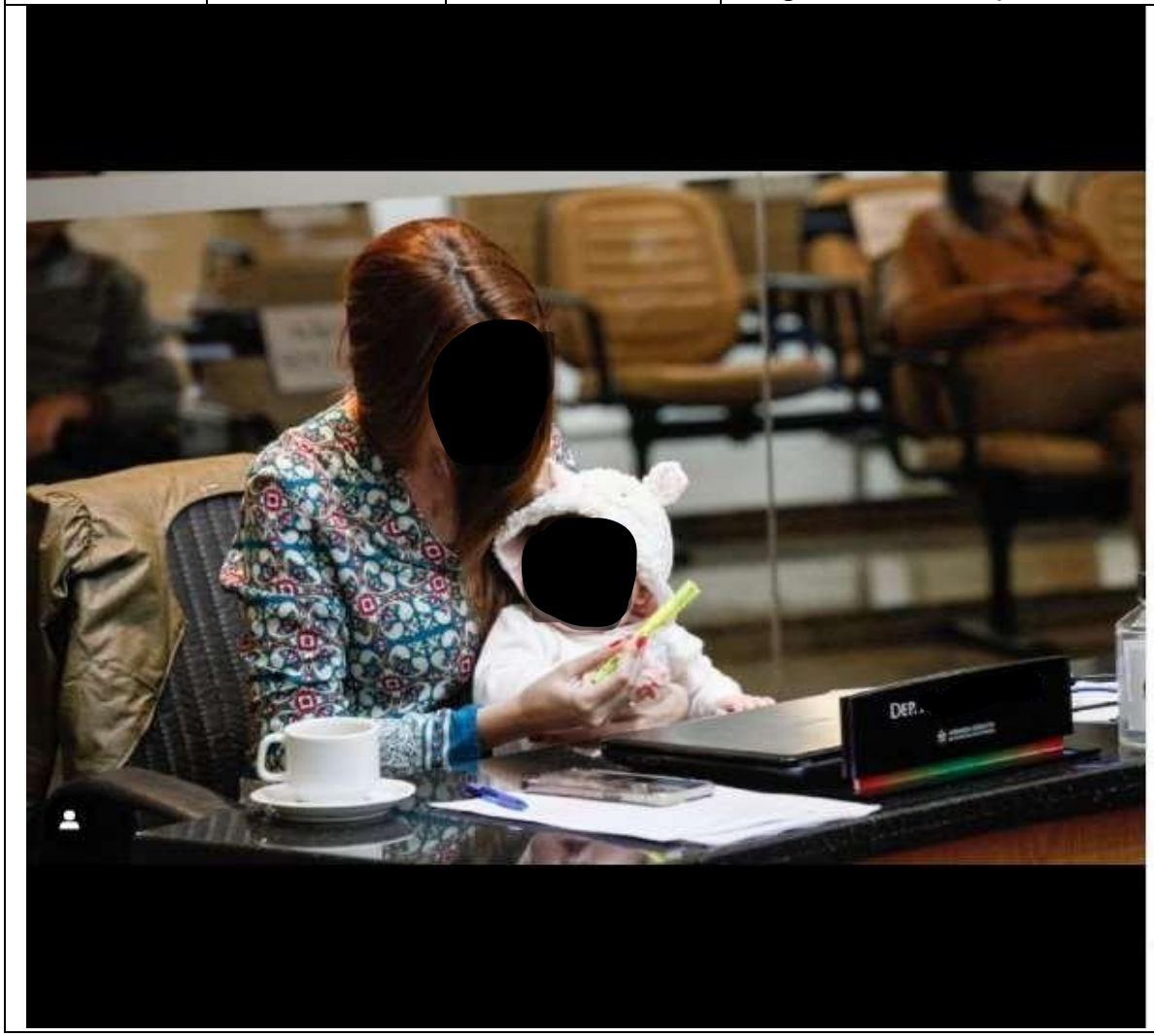


Deputada			[...]Na última semana, o assunto foi encerrado por lá: o ministro da Educação, Jean-Michel Blanquer, enviou uma circular para todas as instituições de ensino do país proibindo a utilização da linguagem de gênero neutro e exigindo o correto ensino da língua francesa, destacando que o modismo não é apenas contraproducente ao combate de eventuais discriminações sexistas, como também prejudica a prática e a inteligibilidade dos processos educacionais. No comunicado oficial, o Ministério da Educação analisa que a "complexidade e instabilidade da escrita dita inclusiva" é constituída por "obstáculos à aquisição tanto da linguagem como da leitura", reforçando que "essas armadilhas artificiais são tanto mais inoportunas quanto atrapalham os esforços dos alunos com deficiência mental admitidos no âmbito do serviço público da escola inclusiva", conduzindo, portanto, o sistema de ensino a uma direção inversa ao da proclamada "inclusão".	17/05/2021





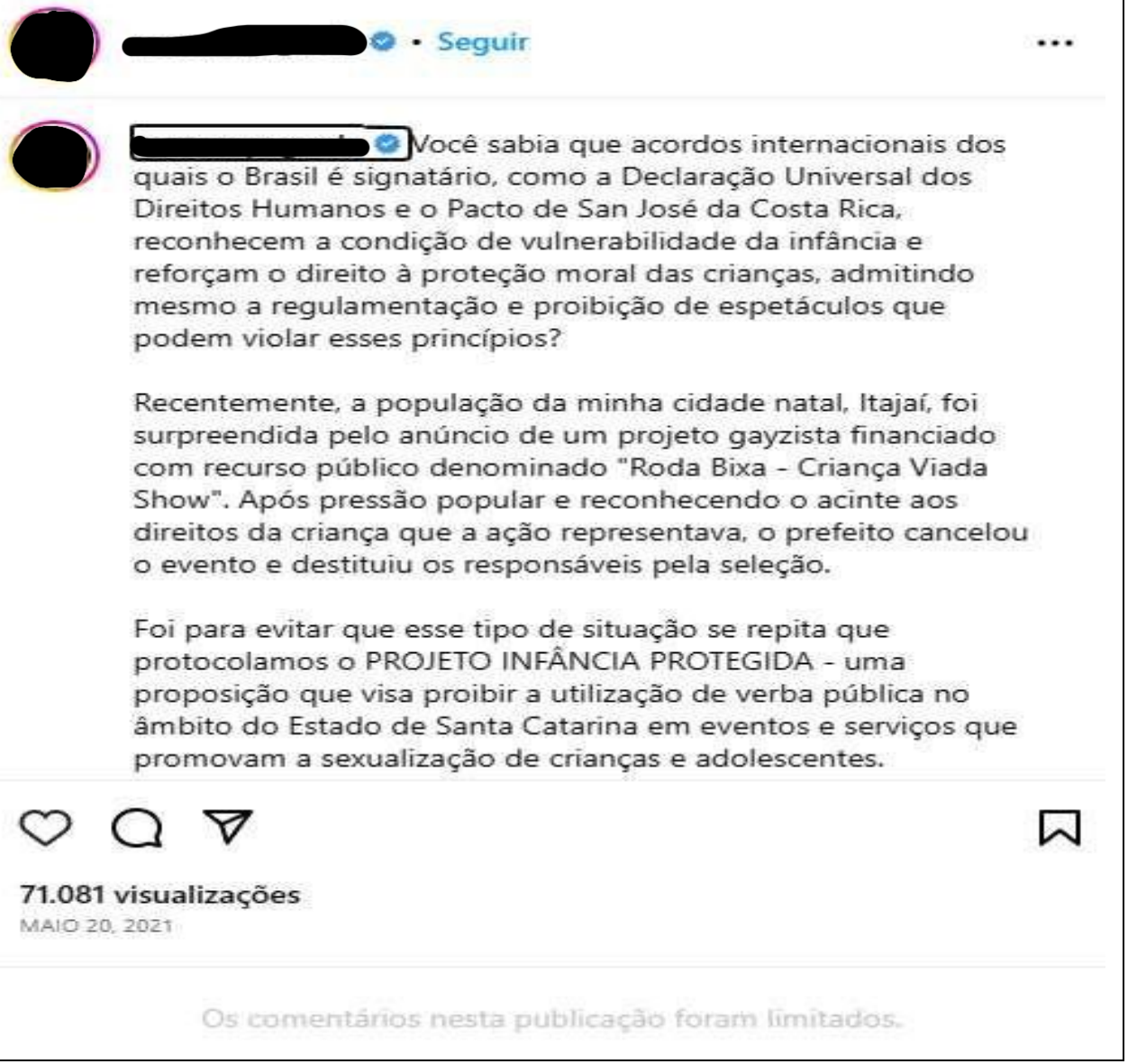
Deputada			[...]Na sessão desta quarta-feira (19/05), comentei sobre os casos recentes de aplicação de recurso público em degenerações artísticas que violam dispositivos de proteção à infância – consagrados tanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto por acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Universal do Direitos Humanos e o Pacto de San José da Costa Rica –, e apresentei a nossa proposta, que já conta com o apoio firmado de outros 10 deputados. O documento pode ser acessado na íntegra em nosso canal do Telegram. Contamos com a sua ajuda para replicar essa iniciativa em todo o Brasil, encaminhando o modelo para outros parlamentares comprometidos com a defesa da integridade das crianças em sua cidade ou estado!	19/05/2021



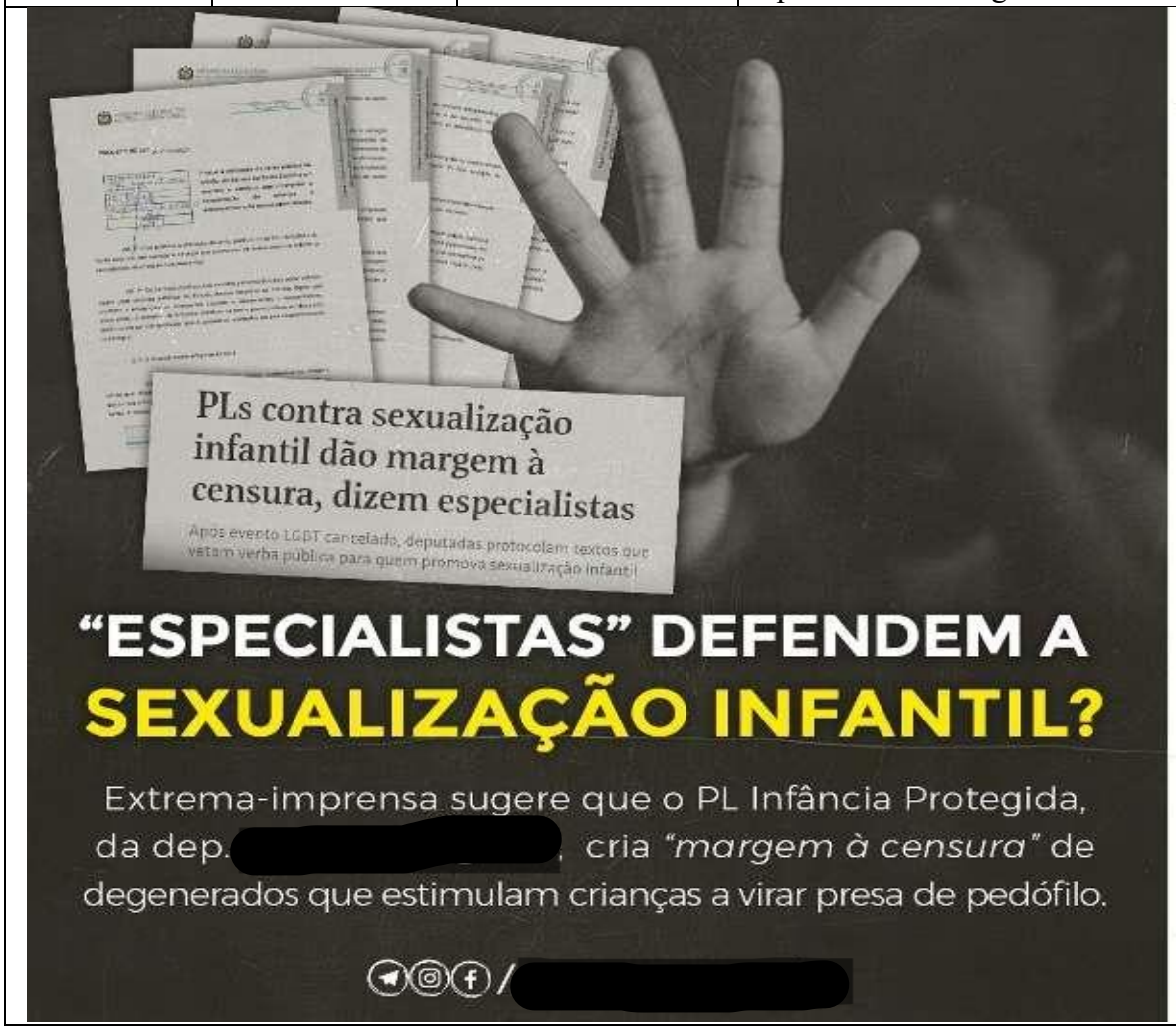


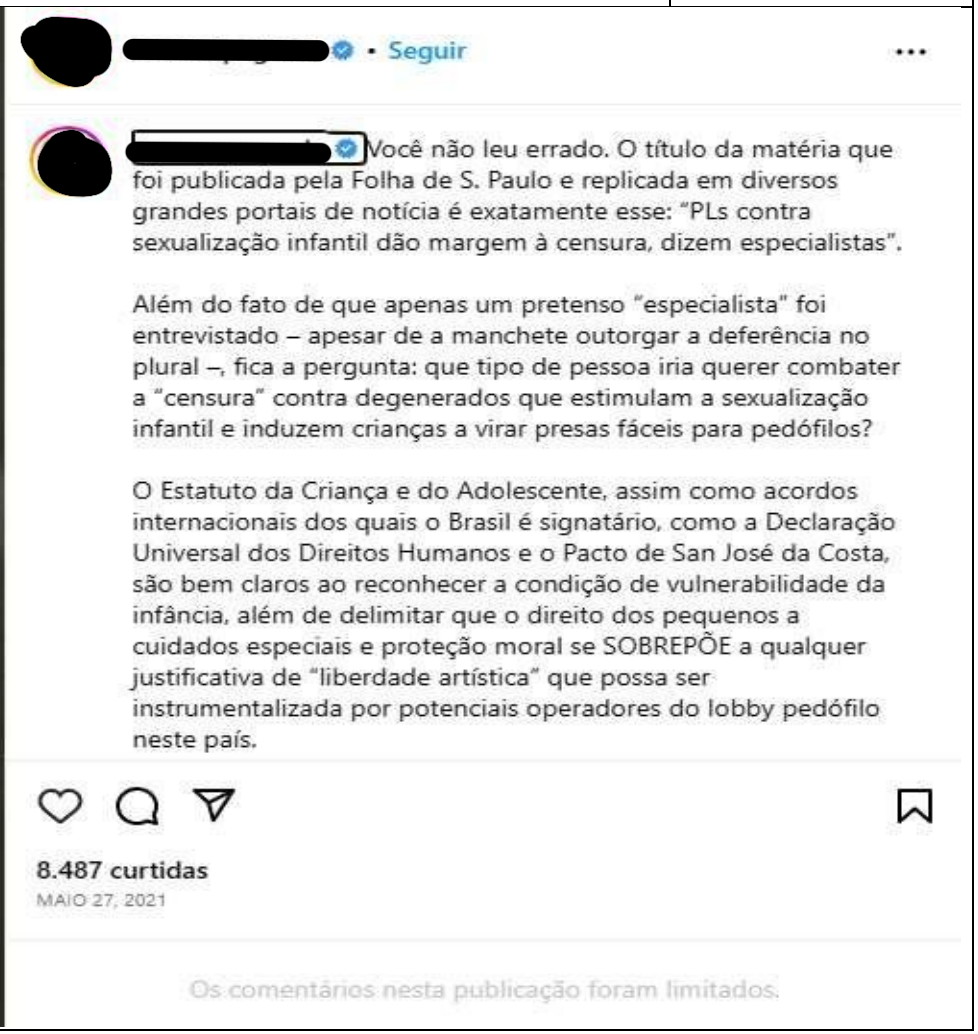
Deputada			Vídeo – [...]A proposta já foi replicada em Itajaí, pelo vereador @adriano_klawa, e em Balneário Camboriú pelo vereador @kakafernandes.bc. Você também pode levá-la também para a sua cidade! O documento pode ser acessado na íntegra em nosso canal do Telegram (t.me/anacampagnolo). Contamos com a sua ajuda para replicar essa iniciativa em todo o Brasil, encaminhando o modelo para outros parlamentares comprometidos com a defesa da integridade das crianças em sua região!	20/05/2021



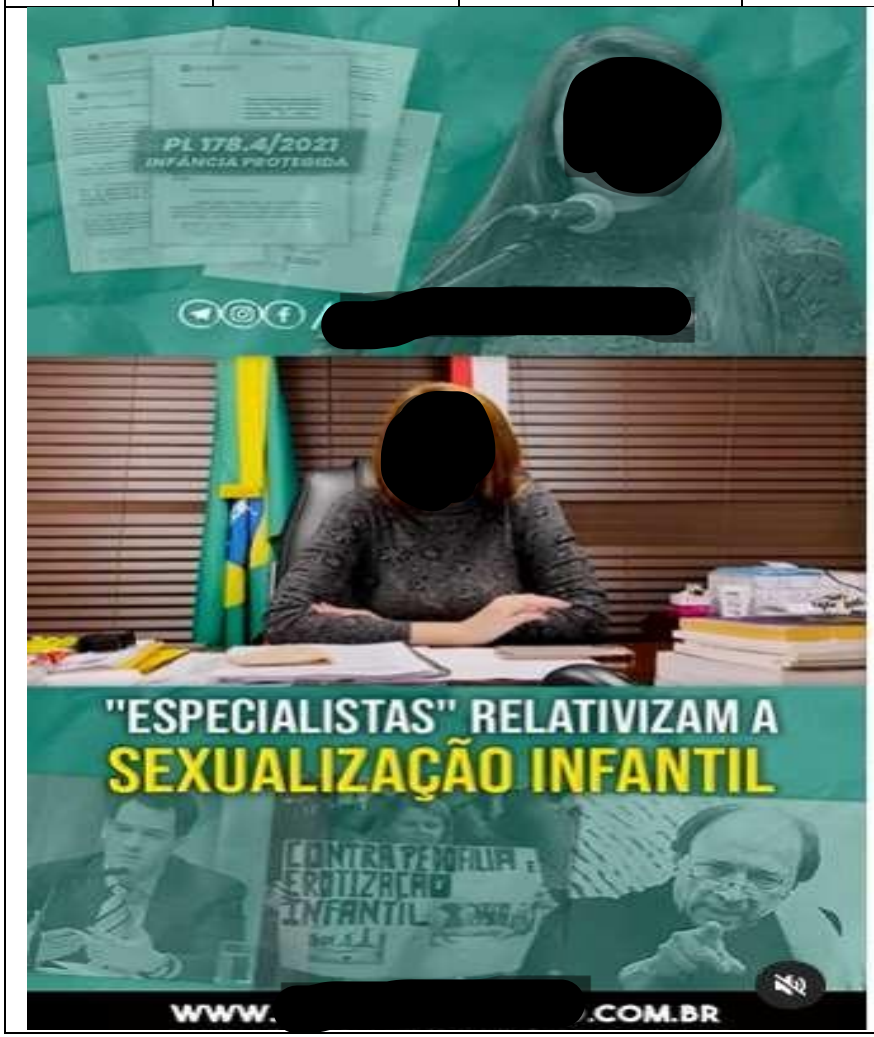


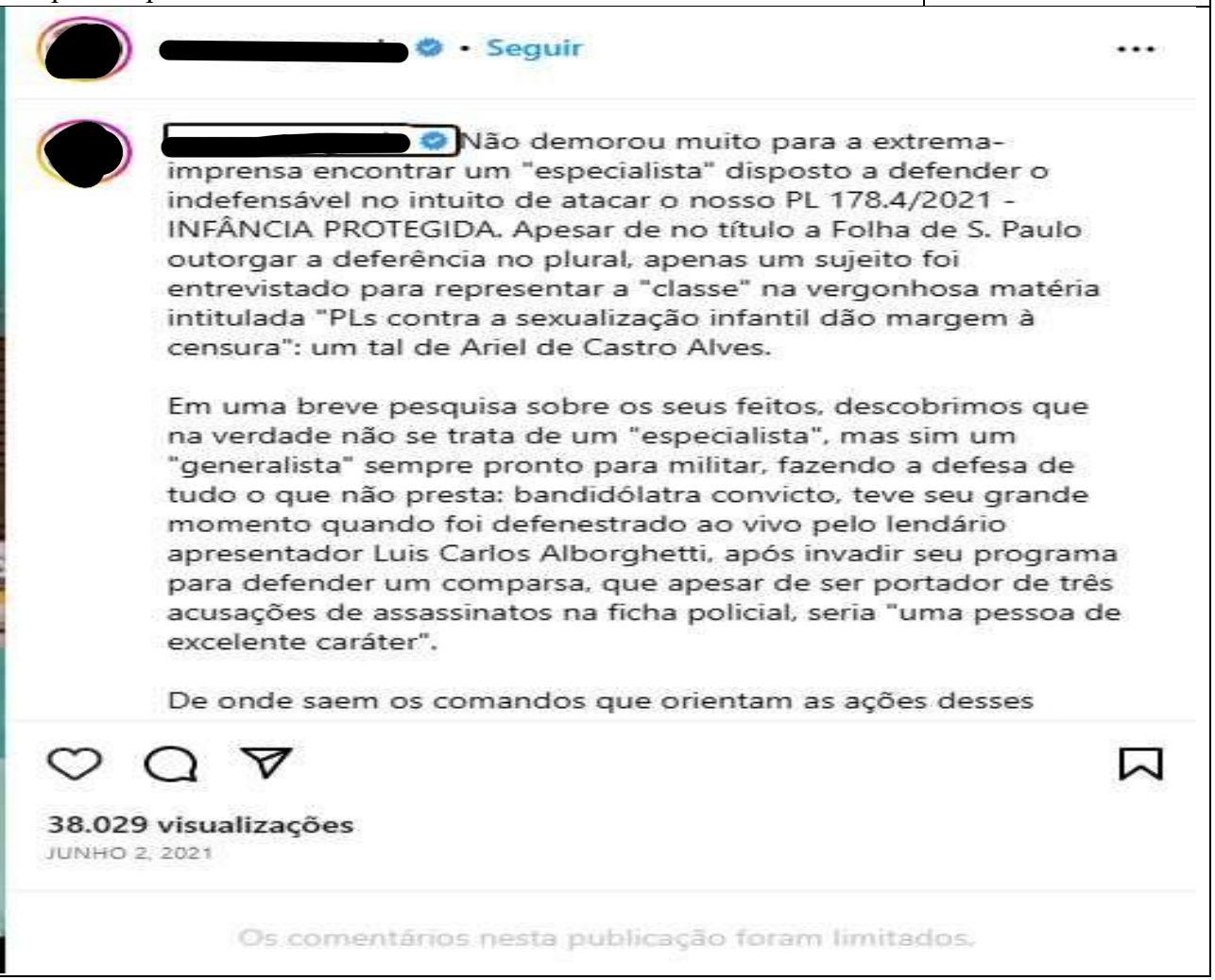
Deputada			[...] Vamos proteger as nossas crianças! Após o escândalo do "Criança Viada Show" – projeto gayzista contemplado com recursos emergenciais para a cultura que acabou cancelado após pressão popular – protocolamos aqui na Assembleia de Santa Catarina o PROJETO INFÂNCIA PROTEGIDA, que visa proibir a utilização de verba pública em eventos e serviços que que promovam a sexualização de crianças e adolescentes. A proposta já foi replicada no Estado de São Paulo pela deputada estadual Letícia Aguiar, e a nível municipal através dos vereadores Adriano Klawa (Itajaí/SC) e Kaká Fernandes (Balneário Camboriú/SC). Convoque o vereador da sua cidade e o deputado do seu estado a tomar parte nesse movimento: basta sugerir que entre em contato com o nosso gabinete para receber o modelo do projeto a ser replicado na sua região!	27/05/2021





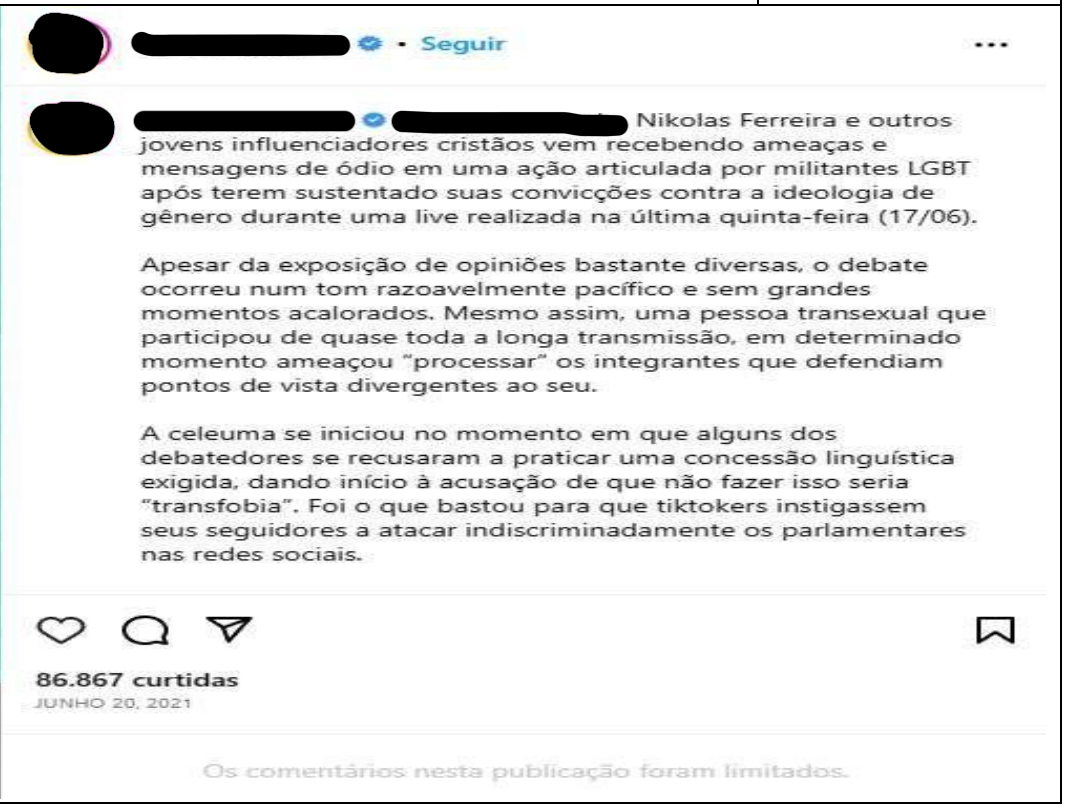
Deputada			Vídeo – [...] De onde saem os comandos que orientam as ações desses "especialistas"? Sorrateiramente, organismos globalistas vêm impondo a agenda de desestruturação do núcleo familiar através do ataque à infância: em documento recente da UNICEF, chamado “Digital Age Assurance Tools and Children’s Rights Online across the Globe” (Ferramentas de Garantia da Era Digital e Direitos da Criança Online em todo o Mundo) encontramos argumentos sugerindo, por exemplo, que a exposição de crianças à pornografia pode torná-las "mais resilientes" e que o bloqueio do acesso a material impróprio seria uma "violação aos direitos humanos". Acha difícil de acreditar que já chegaram a esse ponto? Então assista ao vídeo para conferir este pronunciamento onde destaco alguns dos trechos do documento que comprovam esse absurdo.	02/06/2021





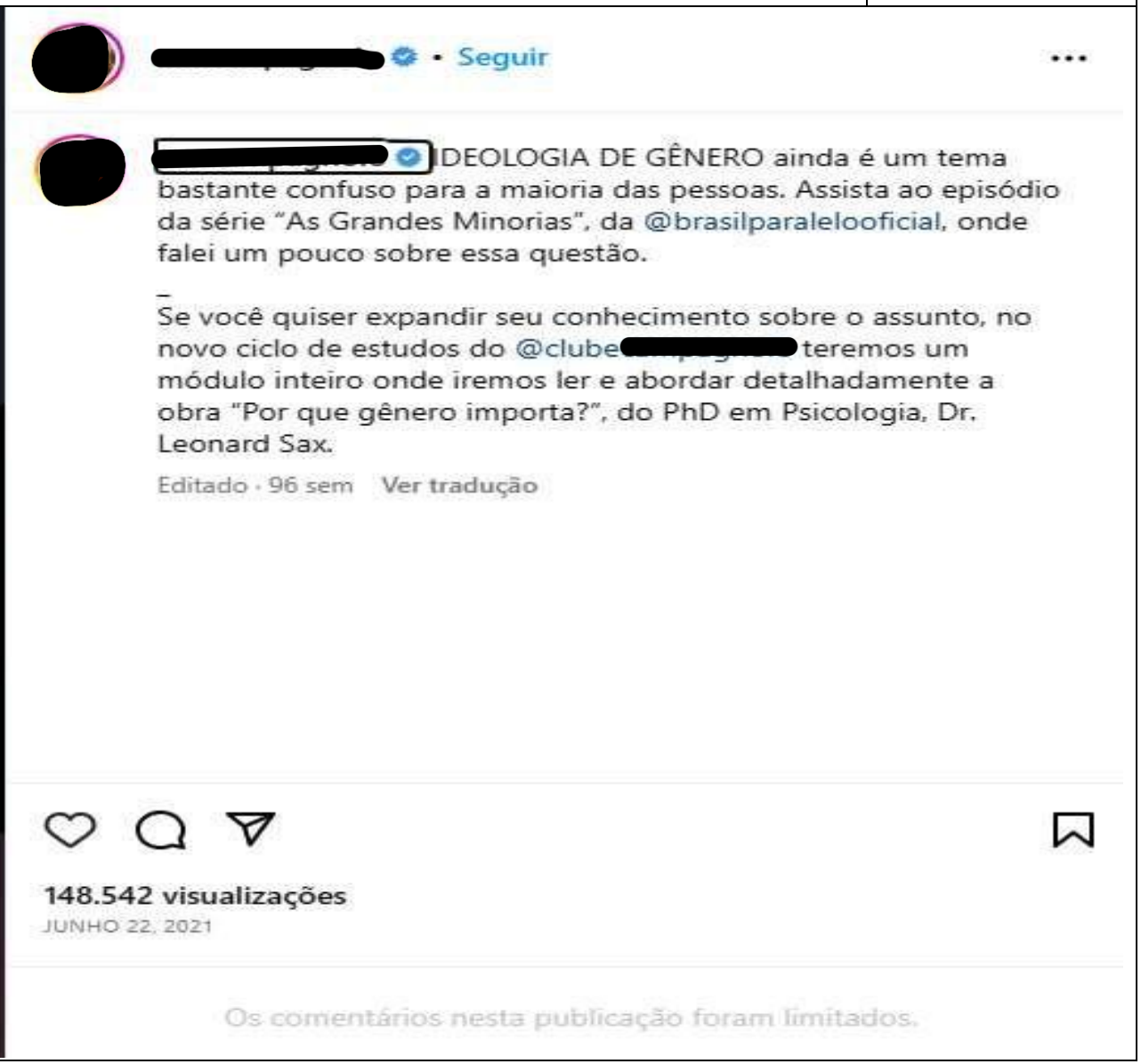
Deputada			[...]Em sua conta no Instagram, a deputada ... expôs algumas mensagens, mas a publicação foi rapidamente excluída pela rede social. “Vagabunda transfóbica. Espero que você se exploda”, enviou uma moça. Outra garota, escreveu: “Meu sonho? Te ver pessoalmente e ter 5 minutos a sós com vc (sic), já que não aprende com respeito, te ensino na porrada”. Várias das mensagens criminosas foram encaminhadas por perfis com fotos de crianças e adolescentes. Em nova publicação, ... destacou uma das mensagens que destilava ódio às suas convicções cristãs: “quero tanto que você ainda esteja viva pra assistir de camarote, quando todos os seus ideais deturpados baseados em uma historinha de conto de fada que foi longe demais, forem completamente criminalizados”, revelando a misocristia* dos agressores. “O objetivo deles é um só: criminalizar o cristianismo. Para isso, usam o movimento GLS e quem mais estiver disposto”, comentou a deputada, denunciando a notória instrumentalização das chamadas “minorias” pelos articuladores da agenda anticristã. * Misocristia: termo que define a ação de propagar e exercer o ódio aos cristãos e ao cristianismo. Vale ressaltar que a palavra “cristofobia”, mais popular, tem como significado literal o medo e não o ódio.	20/06/2021

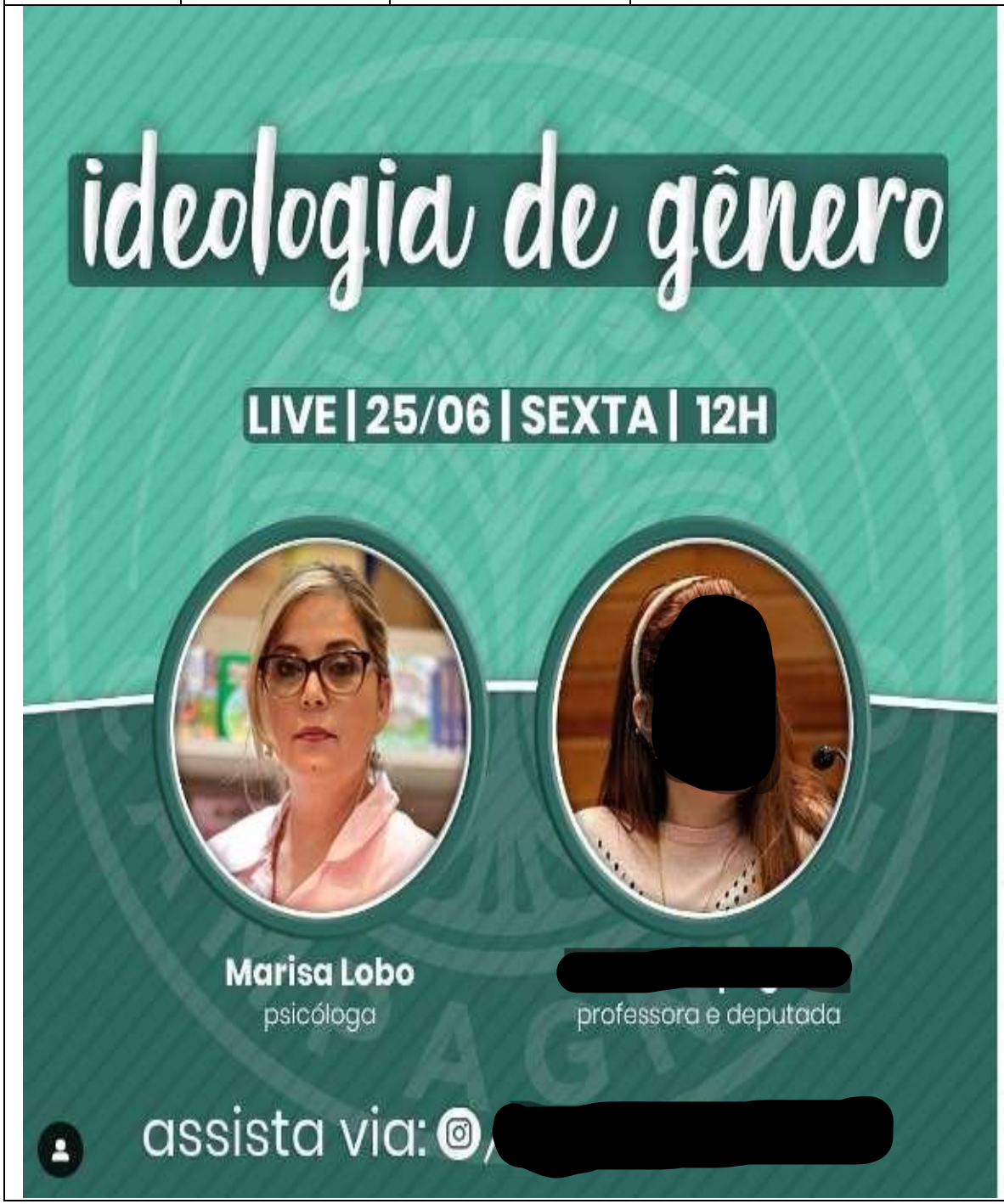




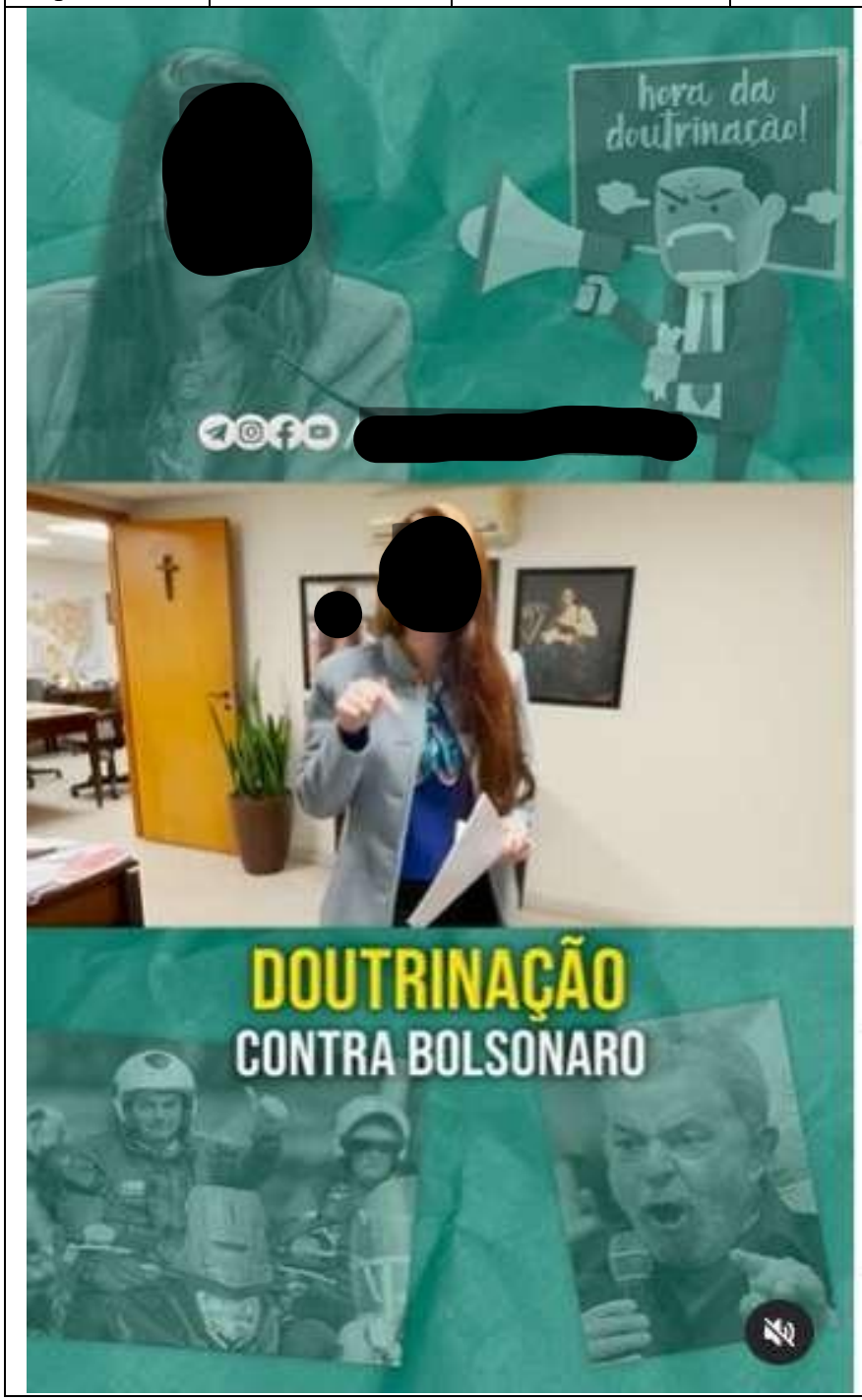
Deputada			Vídeo - IDEOLOGIA DE GÊNERO ainda é um tema bastante confuso para a maioria das pessoas. Assista ao episódio da série “As Grandes Minorias”, da @brasilparalelooficial, onde falei um pouco sobre essa questão. Se você quiser expandir seu conhecimento sobre o assunto, no novo ciclo de estudos do @clube... teremos um módulo inteiro onde iremos ler e abordar detalhadamente a obra “Por que gênero importa?”, do PhD em Psicologia, Dr. Leonard Sax.	22/06/2021






ideologia de gênero
LIVE | 25/06 | SEXTA | 12H
Marisa Lobo
psicóloga
professora e deputada
assista via:


Seguir
Agende aí! Sexta-feira (25/06), às 12h, aqui no Instagram, vou estar conversando com uma parceira de longa data na luta pelas pautas da família: a psicóloga @marisa_lobo!
Editado · 96 sem
Ver tradução
9.331 curtidas
JUNHO 22, 2021
Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

[redacted] Mais um caso de abuso ideológico flagrado em Santa Catarina: um professor de uma escola de Ituporanga se aproveitou da audiência cativa dos alunos para tentar incutir suas opiniões políticas enquanto deveria estar lecionando. O que ele não contava é que um dos estudantes captou uma parte do "comício" e a gravação acabou encaminhada para o nosso gabinete.

Na sessão desta quarta-feira (23/06), expus mais esse episódio lamentável que envergonha a educação catarinense, mas para compensar o desserviço de um servidor público para com os estudantes, desmentimos ponto a ponto as falácias e agressões levantadas pelo referido professor contra o presidente Bolsonaro, as igrejas cristãs e as Forças Armadas, restabelecendo a verdade.

Além disso, encaminhamos um pedido de informação à secretaria de educação questionando se alguma medida já foi tomada ou quais serão os procedimentos adotados para apurar a situação e reprimir esses comportamentos abusivos.

116.393 visualizações

JUNHO 23, 2021

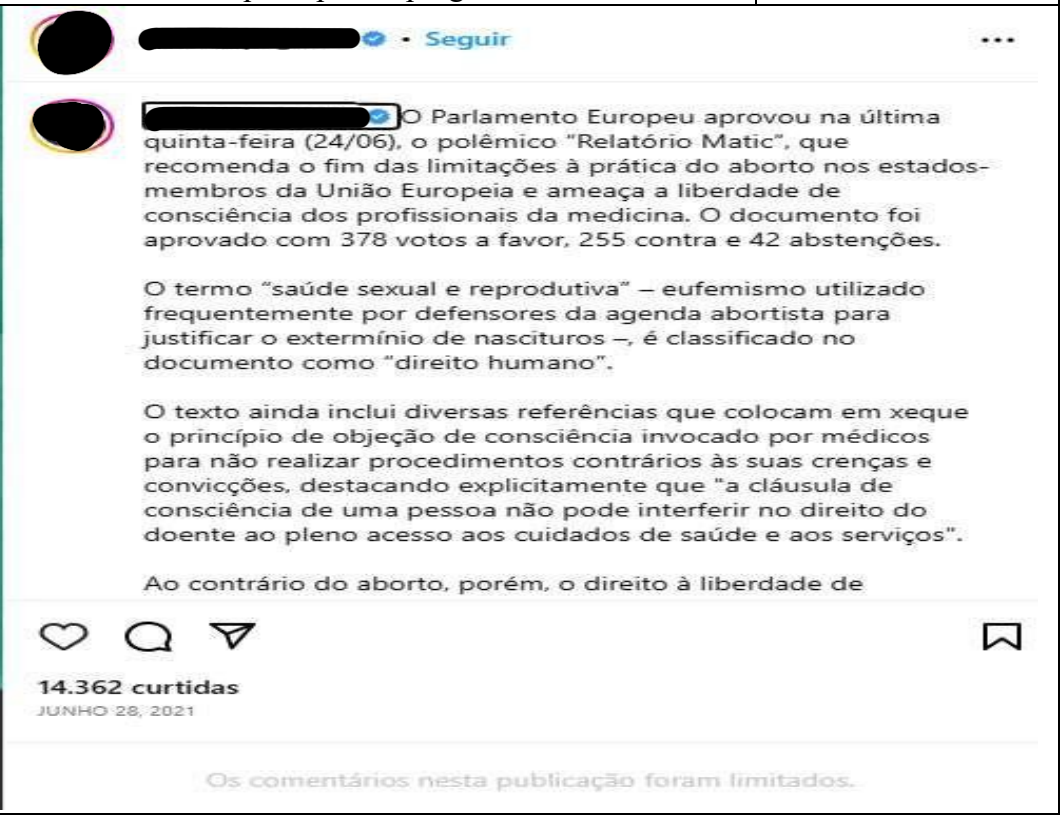
Os comentários nesta publicação foram limitados.


LIVES DO CLUBE [redacted]
ideologia de gênero
Marisa Lobo
psicólogo
[redacted]
professora e deputada
TRANSMITIDA EM 25 DE JUNHO DE 2021

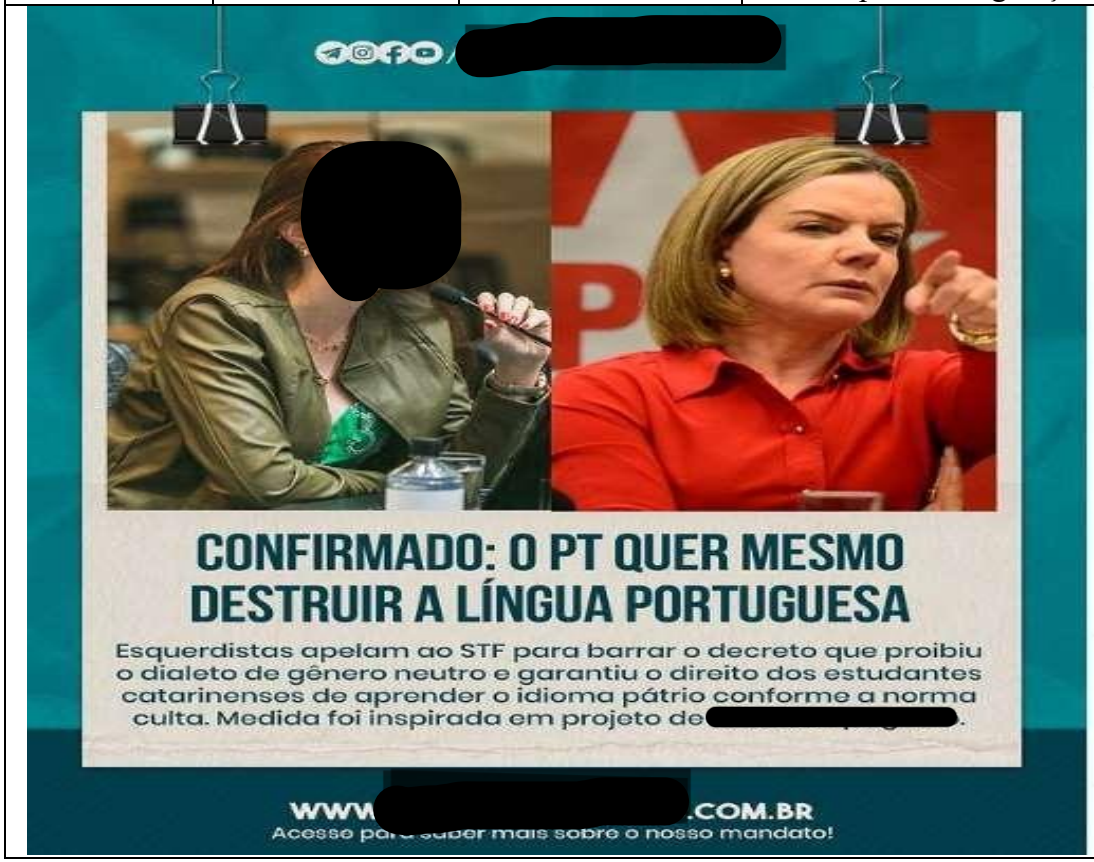

[redacted] • Seguir
[redacted] com @marisa_lobo | Livros sugeridos à venda na Livraria Campagnolo (link na bio): "Feminismo: Perversão e Subversão" (livro da [redacted]). Para comprar o livro da Marisa, pesquise: "Famílias em Perigo Marisa Lobo".
95 sem Ver tradução
49.272 visualizações
JUNHO 25, 2021
Os comentários nesta publicação foram limitados.

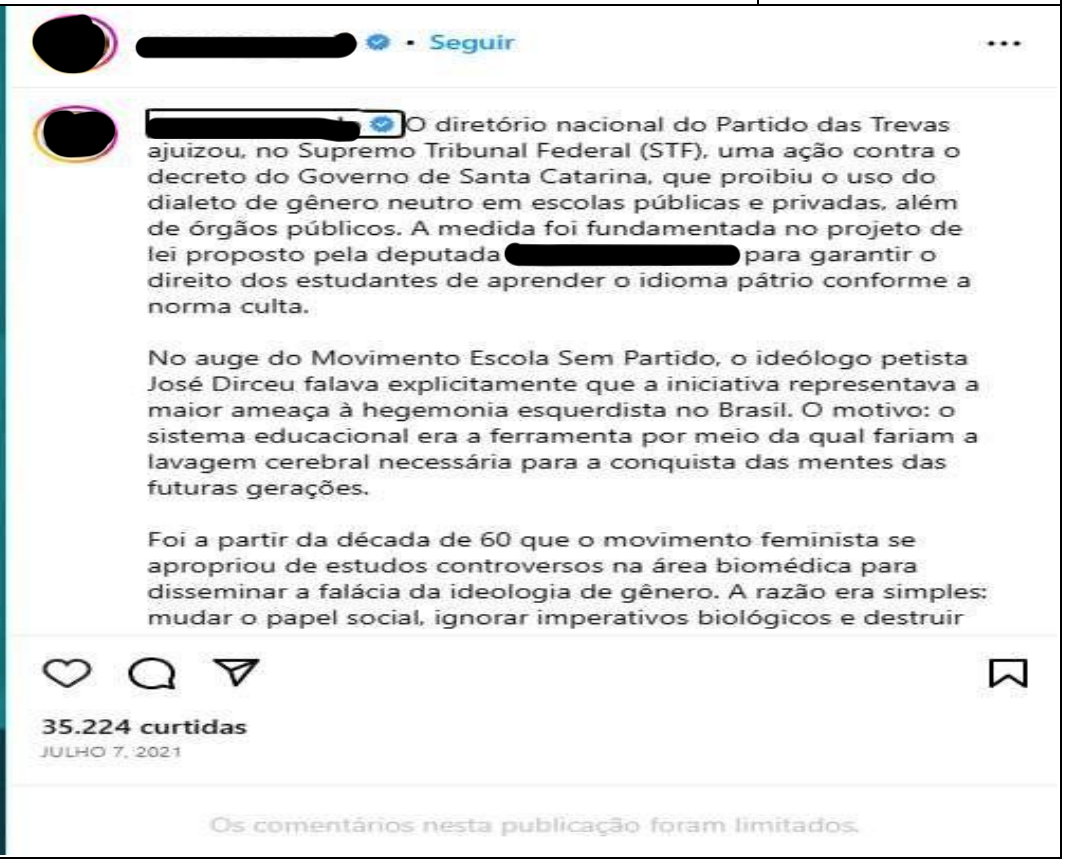
Deputada			[...] Ao contrário do aborto, porém, o direito à liberdade de consciência está consagrado em todos os principais documentos internacionais fundacionais dos direitos humanos, onde é descrito como "inviolável". O relatório, assinado pelo eurodeputado socialista croata Predrag Matić, também pressiona os países do bloco a intensificarem "o acesso a métodos contraceptivos, removendo todas as barreiras aos serviços de saúde sexual e reprodutiva". Em outro trecho, a resolução exige ainda um maior "investimento em educação sexual para as crianças desde o ensino fundamental" e que mais "leis sejam aprovadas pelos parlamentos nacionais para salvaguardar os direitos de pessoas intersexuais". O "Relatório Matić" foi financiado e elaborado com a orientação de instituições responsáveis pelo lobby globalista pró-aborto, como a Center of Reproductive Rights e a European Network, filiada da International Planned Parenthood Federation (IPPF), maior conglomerado de clínicas de aborto do mundo. Apesar de não ter poder para alterar a legislação dos países, a resolução pressiona as nações que reconhecem o direito à vida desde a concepção, como é o caso de Hungria e Polônia, que representam os últimos focos de resistência à completa submissão da Europa às pautas progressistas.	28/06/2021





Deputada			[...] Foi a partir da década de 60 que o movimento feminista se apropriou de estudos controversos na área biomédica para disseminar a falácia da ideologia de gênero. A razão era simples: mudar o papel social, ignorar imperativos biológicos e destruir com a estrutura familiar, conforme pregado por Marx e Engels. A lógica é ainda mais simples: quebrando o referencial, as gerações futuras não teriam um padrão funcional como referência, restando apenas a desconstrução promovida por seus manipuladores. Tal dissolução remove a última barreira de resistência ao totalitarismo, que agora se dá em escala mundial. Como bem atestou Olavo de Carvalho, "língua, religião e alta cultura são os únicos componentes de uma nação que podem sobreviver quando ela chega ao término da sua duração histórica". A destruição da língua, além de todos seus efeitos nefastos, implica em impossibilidade de resgate histórico, fazendo com que uma sociedade não seja mais capaz de se reconectar à sua própria tradição. Não é preciso de muito estudo e intelecto para entender que, quando um partido que saqueou o Brasil recorre ao STF para barrar um decreto que protege a língua portuguesa, ele não está pensando no bem do país e das gerações futuras.	07/07/2021





Deputada			[...] Acionado por vários cidadãos catarinenses, o gabinete da deputada protocolou no início da tarde desta sexta-feira (16/07) um requerimento encaminhado ao Ministério Público de Santa Catarina, questionando se medidas serão tomadas, quais serão elas e qual é o posicionamento do órgão quanto ao enfrentamento à agenda do ativismo que busca promover a sexualização de crianças e adolescentes. Mais tarde, a direção da escola emitiu uma nota contraditória onde, apesar de pedir desculpas pelo ocorrido e informar que "medidas cabíveis serão tomadas para o caso, dentro dos preceitos legais", tenta justificar a exploração da temática que envolve condutas sexuais em trabalho com crianças do 9º ano. Horas depois, um novo comunicado foi publicado na página da instituição de ensino, contendo uma "carta aberta" assinada pelo professor – apresentando argumentos para tentar inverter a acusação de abuso ideológico e justificar a aplicação da temática –, alegando que a escolha do tema teria sido realizada por um grupo de alunos.	16/07/2021





Deputada			Vídeo – [...] As falas que você vê neste vídeo foram extraídas de uma audiência pública ocorrida recentemente em Santa Catarina (assista na íntegra no canal da Alesc no YouTube) para debater a regulamentação do homeschooling. Perceba que ao longo de todo o debate, não são os aspectos pedagógicos da modalidade de ensino que estão em evidência nos argumentos dos representantes esquerdistas, mas sim a quem cabe a autoridade na tomada de decisões sobre o destino dos SEUS FILHOS: você ou o estado.	29/07/2021



[redacted] • Seguir

[redacted] A batalha pela educação é, acima de tudo, uma batalha pelas almas dos nossos filhos. Sim, é exatamente nos termos de uma verdadeira guerra espiritual que os conservadores devem tratar essa questão, pois é das influências exercidas sobre corações e mentes das crianças e jovens que estamos falando!

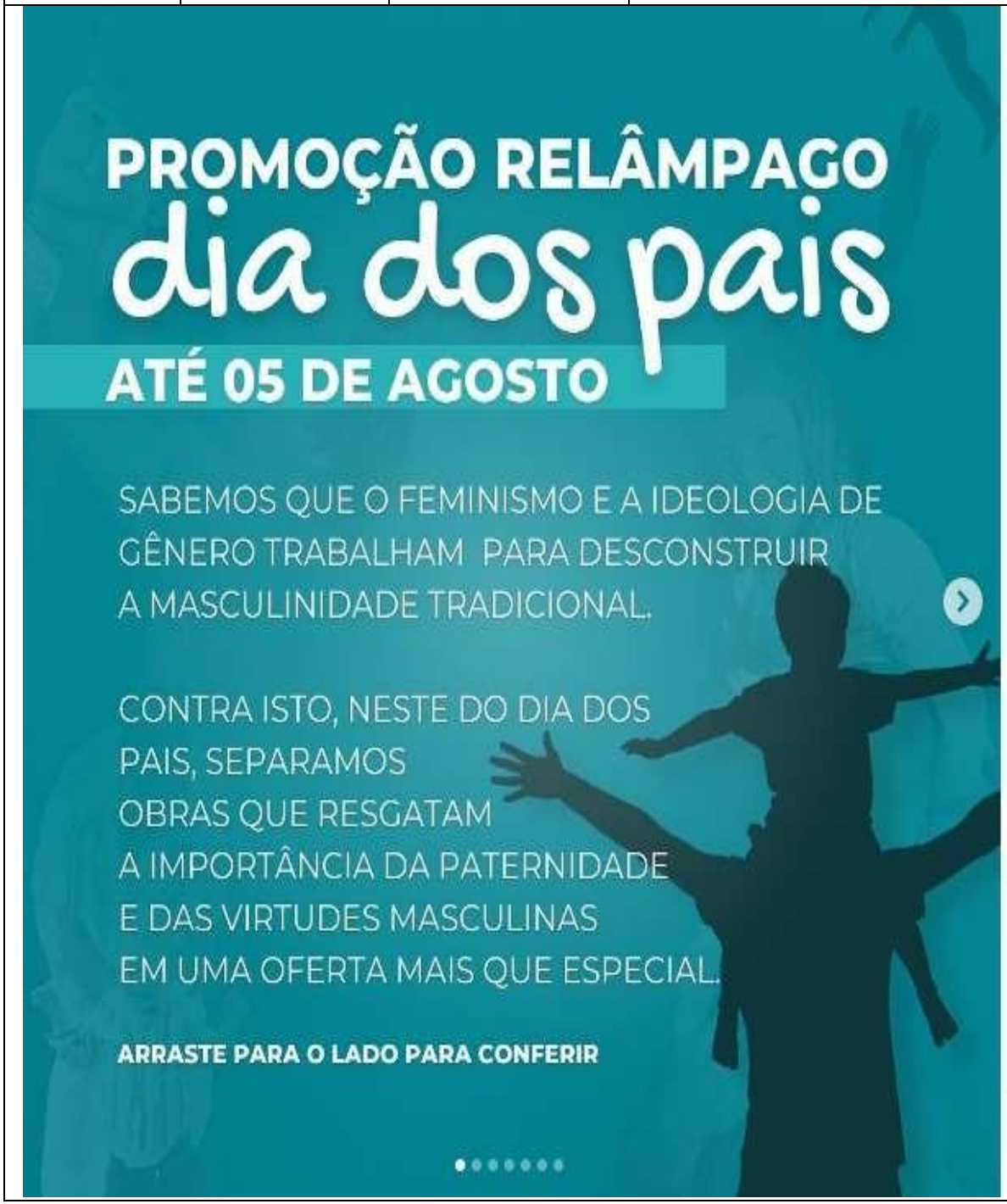
Talvez você ainda não tenha se dado conta do quanto o controle exercido nessa área é estratégico para o triunfo dos inimigos da família. No auge da popularidade do Movimento Escola Sem Partido, o ideólogo petista José Dirceu falava explicitamente que a iniciativa representava a maior ameaça à hegemonia esquerdista no Brasil, pois o sistema educacional compulsório proporciona o amplo e irrestrito acesso para a expropriação do bem mais precioso das famílias: nossos filhos.

As falas que você vê neste vídeo foram extraídas de uma audiência pública ocorrida recentemente em Santa Catarina (assista na íntegra no canal da Alesc no YouTube) para debater a regulamentação do homeschooling. Perceba que ao longo de

88.194 visualizações

JULHO 29, 2021

Os comentários nesta publicação foram limitados.



[redacted] • Seguir

[redacted] O feminismo e a ideologia de gênero vêm tentando desconstruir a masculinidade tradicional. Por isso, para o dia dos pais, preparamos uma promoção especial!

👉 Link nos stories
🔲 Promoção relâmpago!
⏰ Até 05 de agosto
📚 Obras para lembrarmos a importância da paternidade e masculinidade!

Somente até esta quinta (05/08), teremos diversas recomendações que resgatam a importância da paternidade e masculinidade para a sociedade

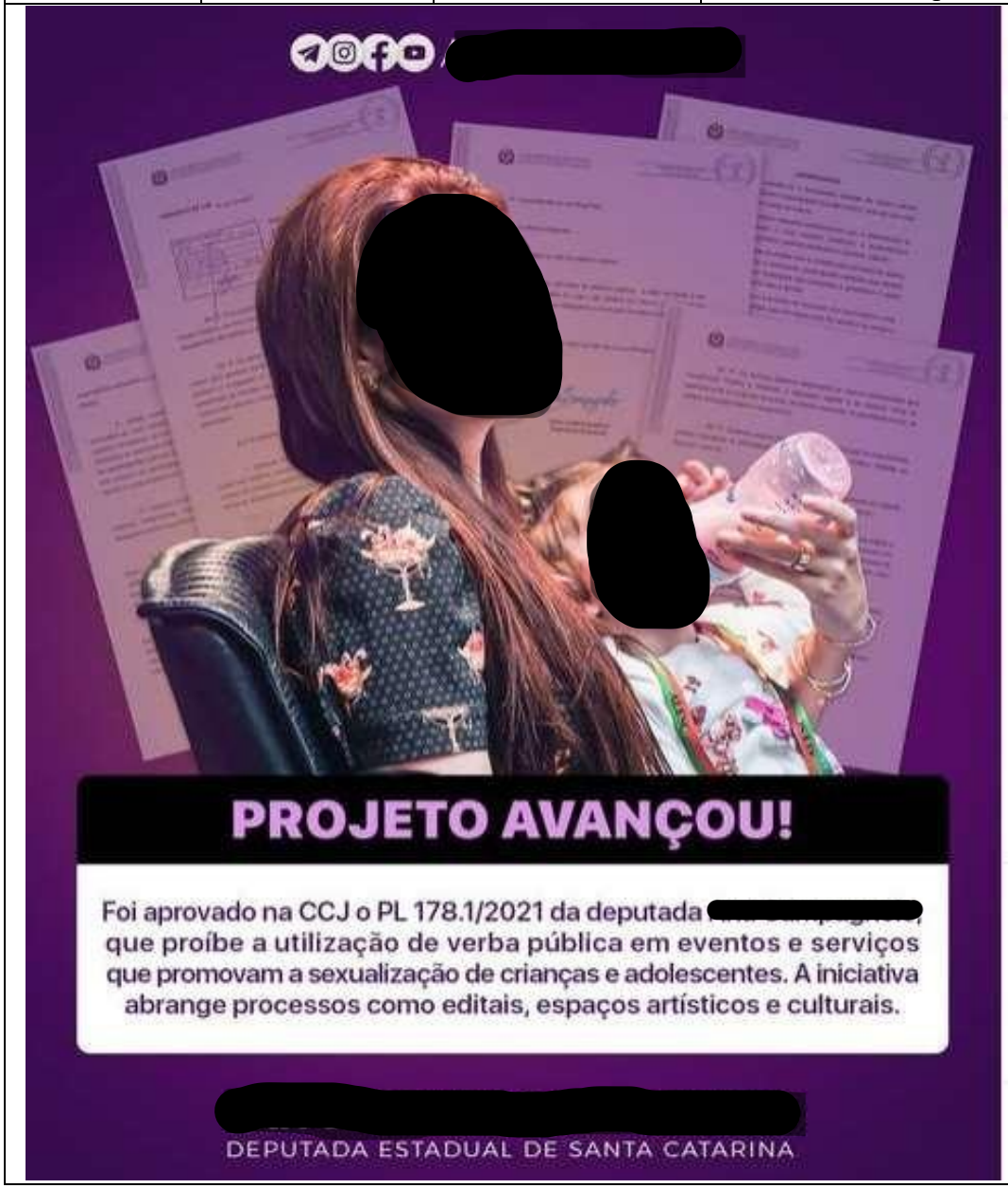
Arraste para o lado e confira nossas principais recomendações!

Muito obrigada e boa leitura! Hoje estarei um pouco ausente das redes (e ultimamente tenho aparecido pouco aqui também), pois temos uma votação importante acontecendo além de inúmeros projetos novos que logo contarei a vocês. Beijinhos!

3.053 curtidas
AGOSTO 4, 2021

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...] Conforme disse Chesterton em Tremendas Trivialidades (1909), "Contos de fadas não dão à criança sua primeira ideia de bicho-papão. O que os contos de fadas dão à criança é sua primeira ideia clara da possível derrota do bicho-papão". Aos adultos conscientes, cabe propiciar o desfinanciamento, desmantelamento e derrota desse movimento perversor.	27/10/2021





Deputada			Excelente para mostrar como os pais podem encontrar meios legais de exigir uma educação decente. Que sirva de exemplo. Podem estar certos de que seus filhos conservadores também estão sofrendo constrangimento constante na sala de aula por parte de “professores militantes”. É seu dever defender os seus filhos, ajudar a manter a saúde psicológica deles e garantir que eles saibam que não estão sozinhos. Poder contar com nosso pai e com nossa mãe é mola propulsora de autoestima e sucesso. Seja um leão pelos seus filhos. Eu nunca me esqueço de como tive uma infância e adolescência segura e feliz, meus pais estavam sempre atentos, isso me deu coragem, ousadia e convicção para agir diante do mundo!	21/11/2021



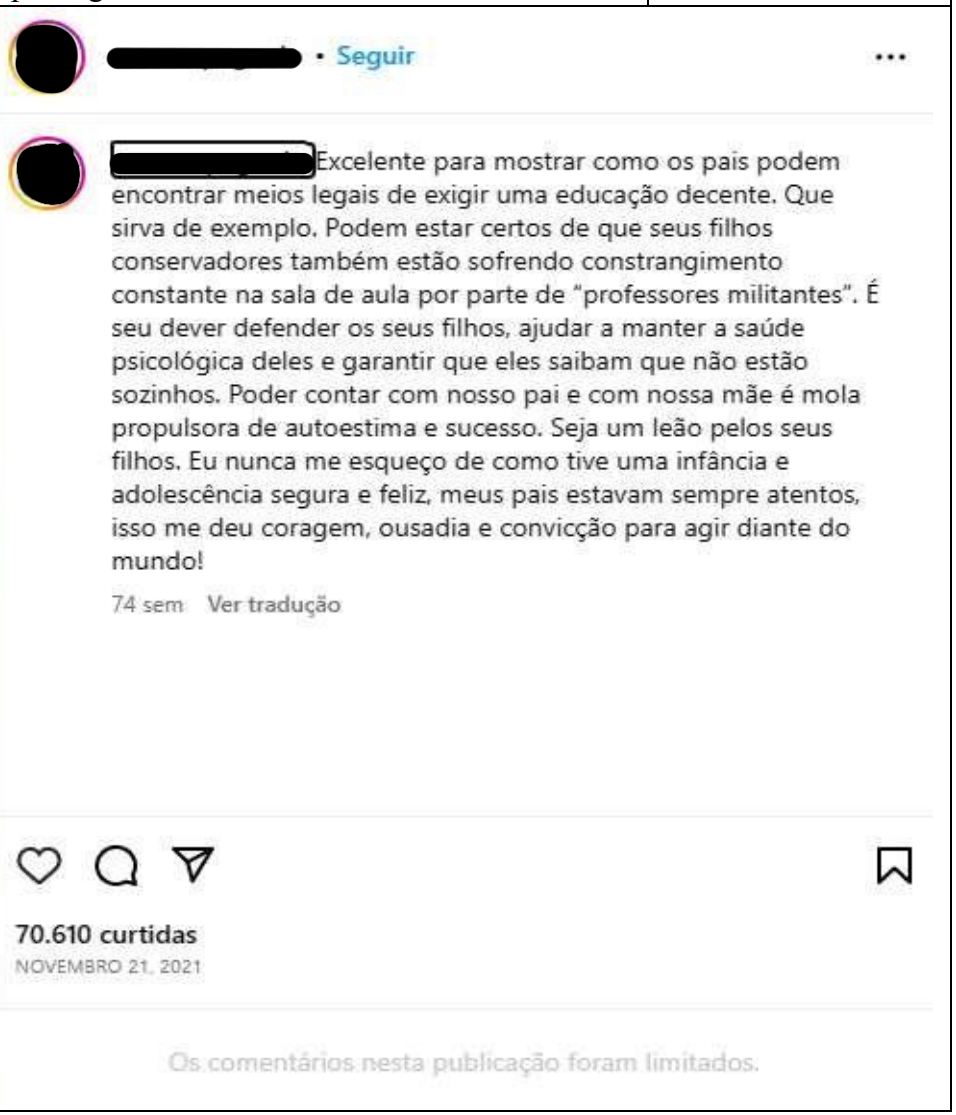
G1

BAHIA

Intimada por 'doutrinação feminista', professora de escola da rede pública da Bahia lamenta situação: 'estou muito abalada'

Professora passou mal quando recebeu a intimação e foi hospitalizada. Na queixa contra a professora, mãe da estudante relatou que filha teria sofrido constrangimento na escola.

POR ERIC LUIS CARVALHO, G1 BA



[redacted] • Seguir

[redacted] Excelente para mostrar como os pais podem encontrar meios legais de exigir uma educação decente. Que sirva de exemplo. Podem estar certos de que seus filhos conservadores também estão sofrendo constrangimento constante na sala de aula por parte de “professores militantes”. É seu dever defender os seus filhos, ajudar a manter a saúde psicológica deles e garantir que eles saibam que não estão sozinhos. Poder contar com nosso pai e com nossa mãe é mola propulsora de autoestima e sucesso. Seja um leão pelos seus filhos. Eu nunca me esqueço de como tive uma infância e adolescência segura e feliz, meus pais estavam sempre atentos, isso me deu coragem, ousadia e convicção para agir diante do mundo!

74 sem Ver tradução

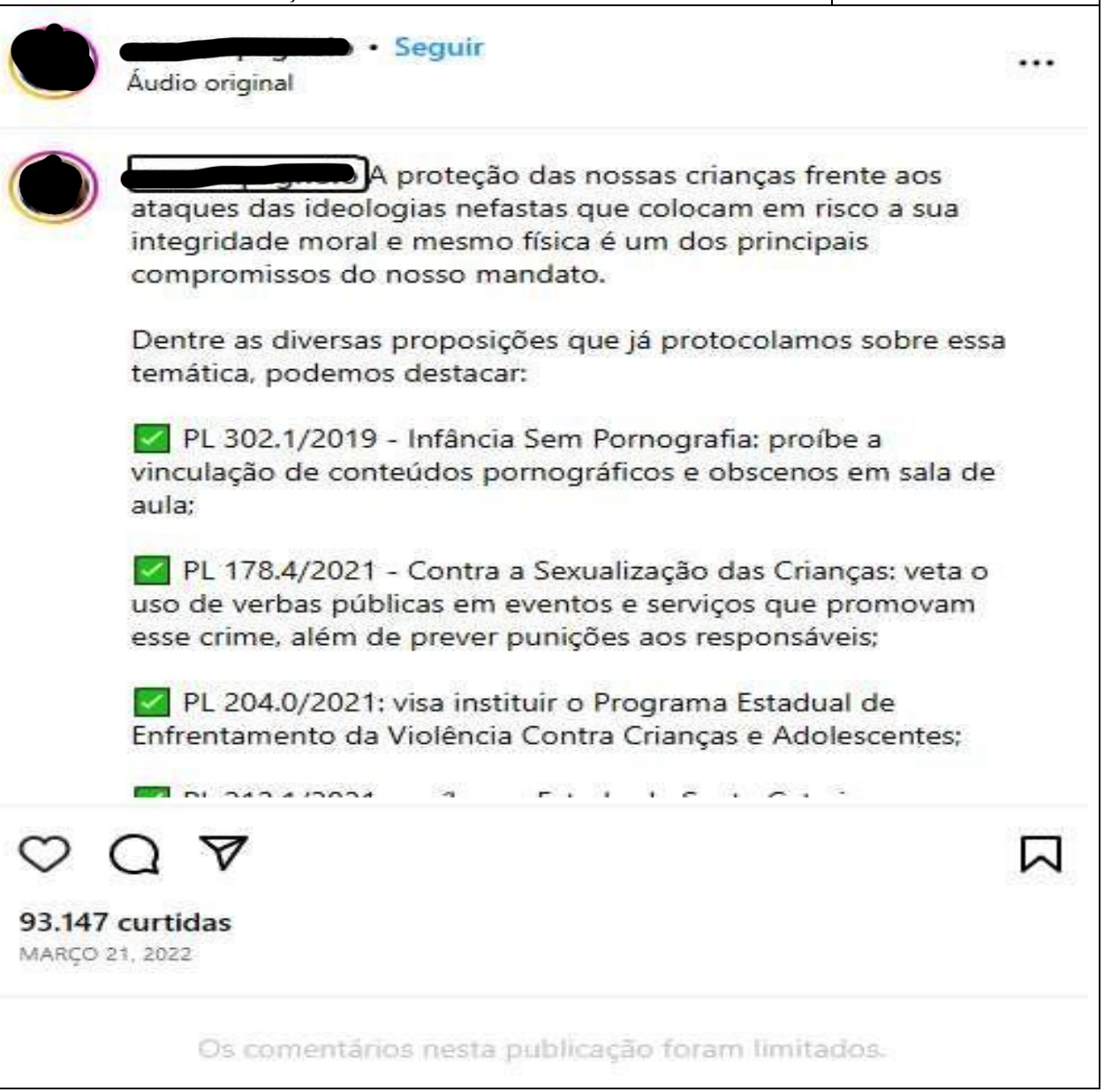
70.610 curtidas

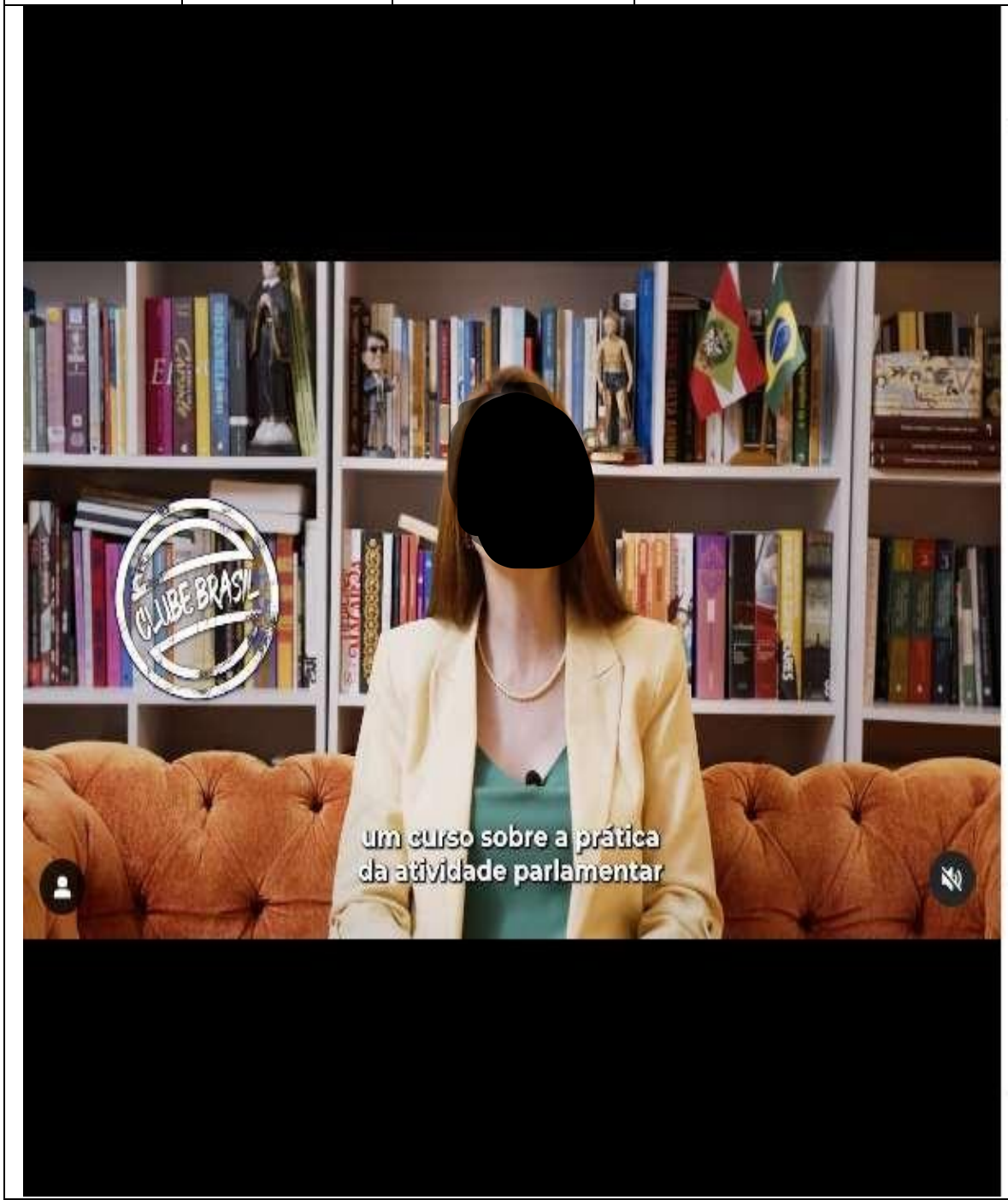
NOVEMBRO 21, 2021

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			[...]PL 204.0/2021: visa instituir o Programa Estadual de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes; PL 213.1/2021: proíbe no Estado de Santa Catarina a vinculação publicitária de material que contenha alusão à "diversidade sexual" ou ideologia de gênero relacionada com crianças e adolescentes; PL 310.1/2021: institui a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes.	21/03/2022







[redacted] • Seguir

[redacted] Hoje começam as aulas do novo ciclo de estudos do @[redacted], o CLUBE BRASIL! Vamos destrinchar a política nacional, debater os problemas e apontar soluções a partir da leitura de obras de autores brasileiros e entrevistas com especialistas e autoridades de todo o país.

Você terá acesso vitalício a 60 HORAS DE CONTEÚDO EXCLUSIVO organizado em seis módulos + extras:

1º Política na teoria e na prática;
2º Política e cultura;
3º Conservadorismo;
4º Crime e lei;
5º Educação e doutrinação;
6º Ambientalismo e agronegócio.

Visite nossa plataforma (link na bio), saiba mais detalhes, faça sua matrícula e venha ser meu aluno na escola de política mais completa e acessível da internet!

Editado · 52 sem Ver tradução

38.469 visualizações

ABRIL 22, 2022

Os comentários nesta publicação foram limitados.

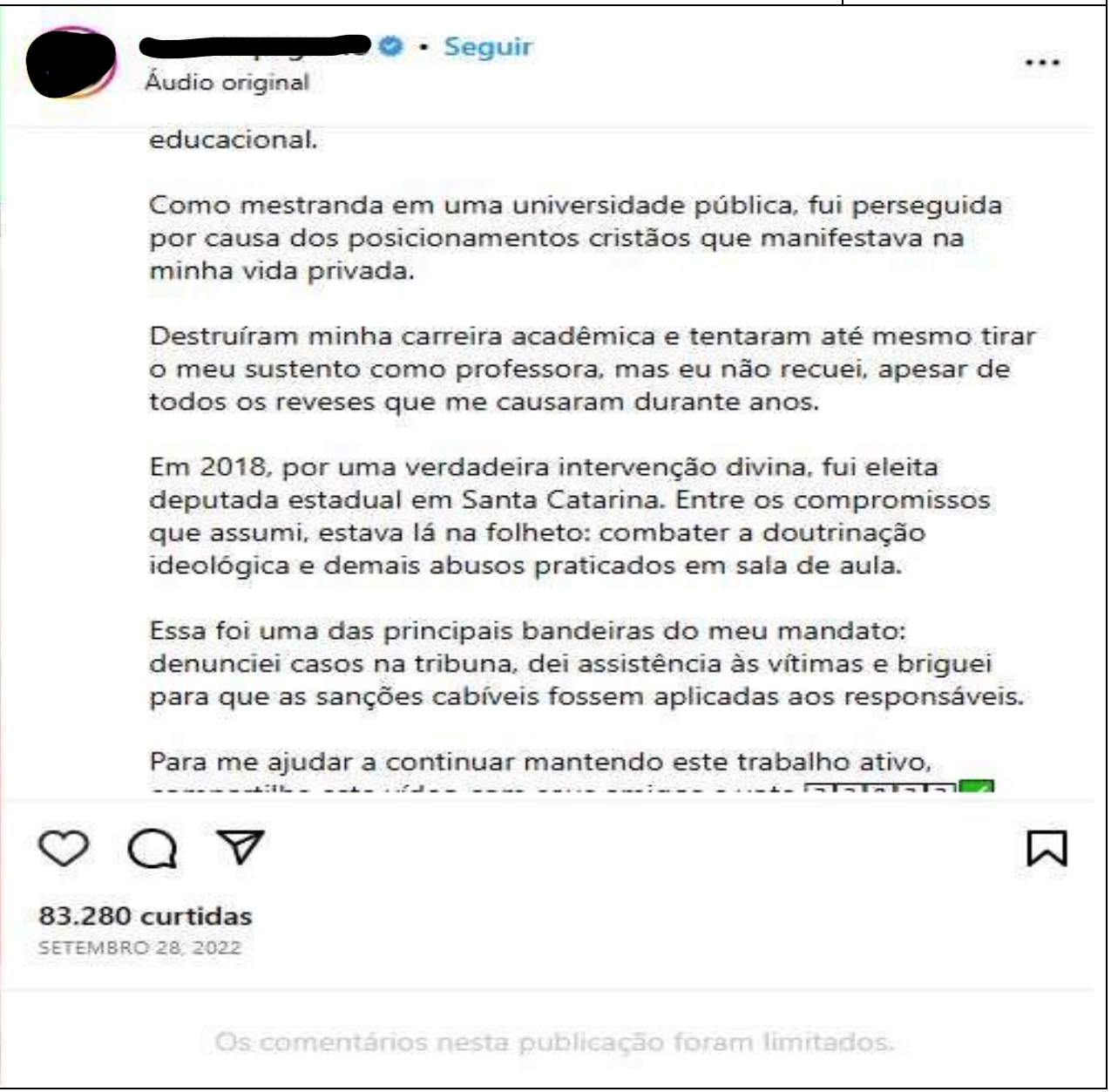
Deputada			Vídeo - [...] Agora, véspera das eleições, novos casos de tentativa de sabotagem do processo democrático começam a ser registrados. Ontem recebemos a denúncia de estudantes de uma escola em Joinville, onde a professora resolveu submeter os alunos à uma campanha compulsória em favor da ideologia esquerdista. Fique atento! Não permita que seus direitos sejam desrespeitados por militantes que usam do tempo cativo da sala de aula para impor suas concepções políticas deturpadas.	21/09/2022





Deputada			Vídeo – [...] Essa foi uma das principais bandeiras do meu mandato: denunciei casos na tribuna, dei assistência às vítimas e briguei para que as sanções cabíveis fossem aplicadas aos responsáveis. Para me ajudar a continuar mantendo este trabalho ativo, compartilhe este vídeo com seus amigos e vote 22822 em Santa Catarina!	28/09/2022




[redacted] • Seguir
Áudio original

educacional.

Como mestranda em uma universidade pública, fui perseguida por causa dos posicionamentos cristãos que manifestava na minha vida privada.

Destruíram minha carreira acadêmica e tentaram até mesmo tirar o meu sustento como professora, mas eu não recuei, apesar de todos os reveses que me causaram durante anos.

Em 2018, por uma verdadeira intervenção divina, fui eleita deputada estadual em Santa Catarina. Entre os compromissos que assumi, estava lá na folheto: combater a doutrinação ideológica e demais abusos praticados em sala de aula.

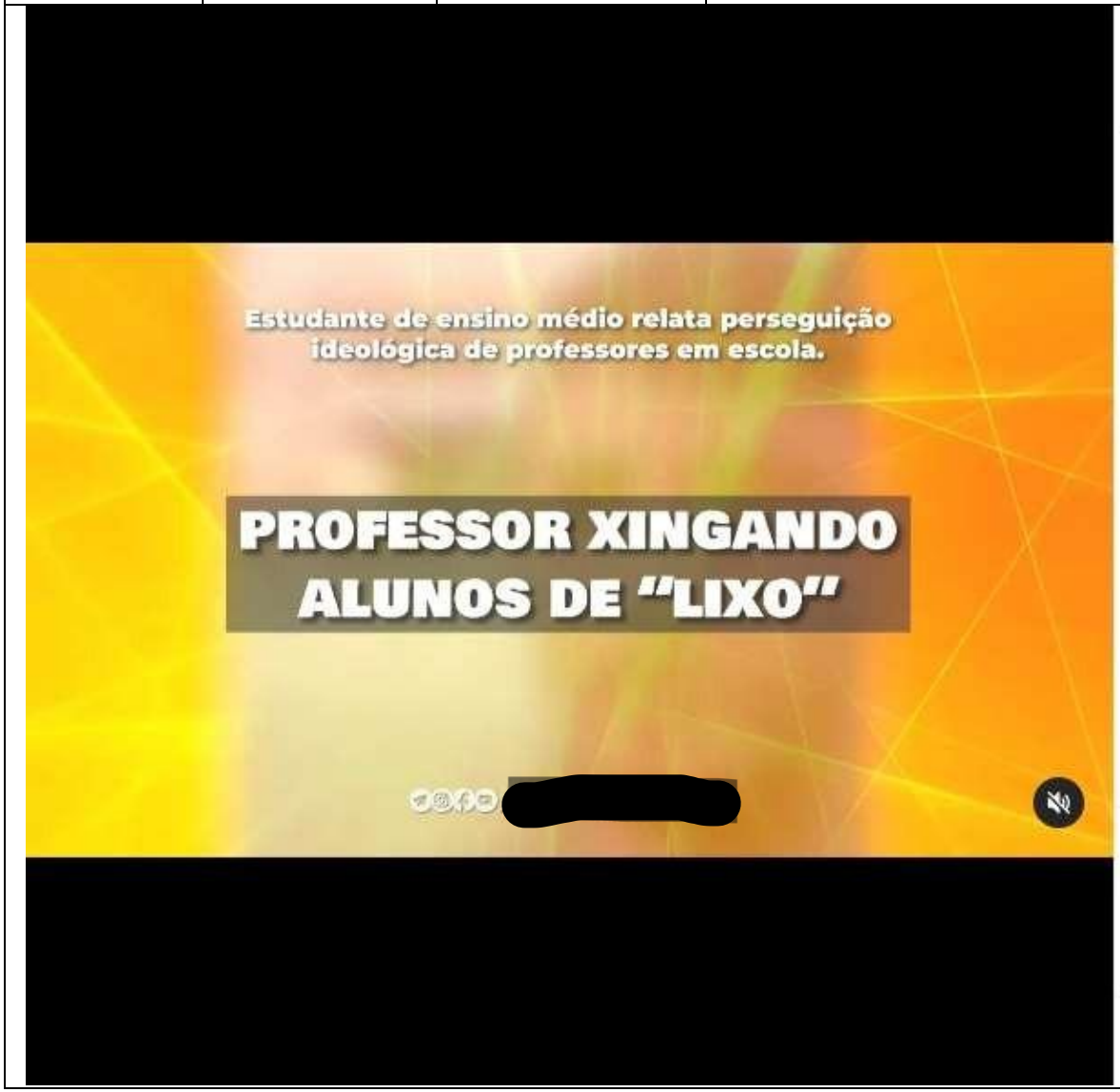
Essa foi uma das principais bandeiras do meu mandato: denunciei casos na tribuna, dei assistência às vítimas e briguei para que as sanções cabíveis fossem aplicadas aos responsáveis.

Para me ajudar a continuar mantendo este trabalho ativo,

83.280 curtidas
SETEMBRO 28, 2022

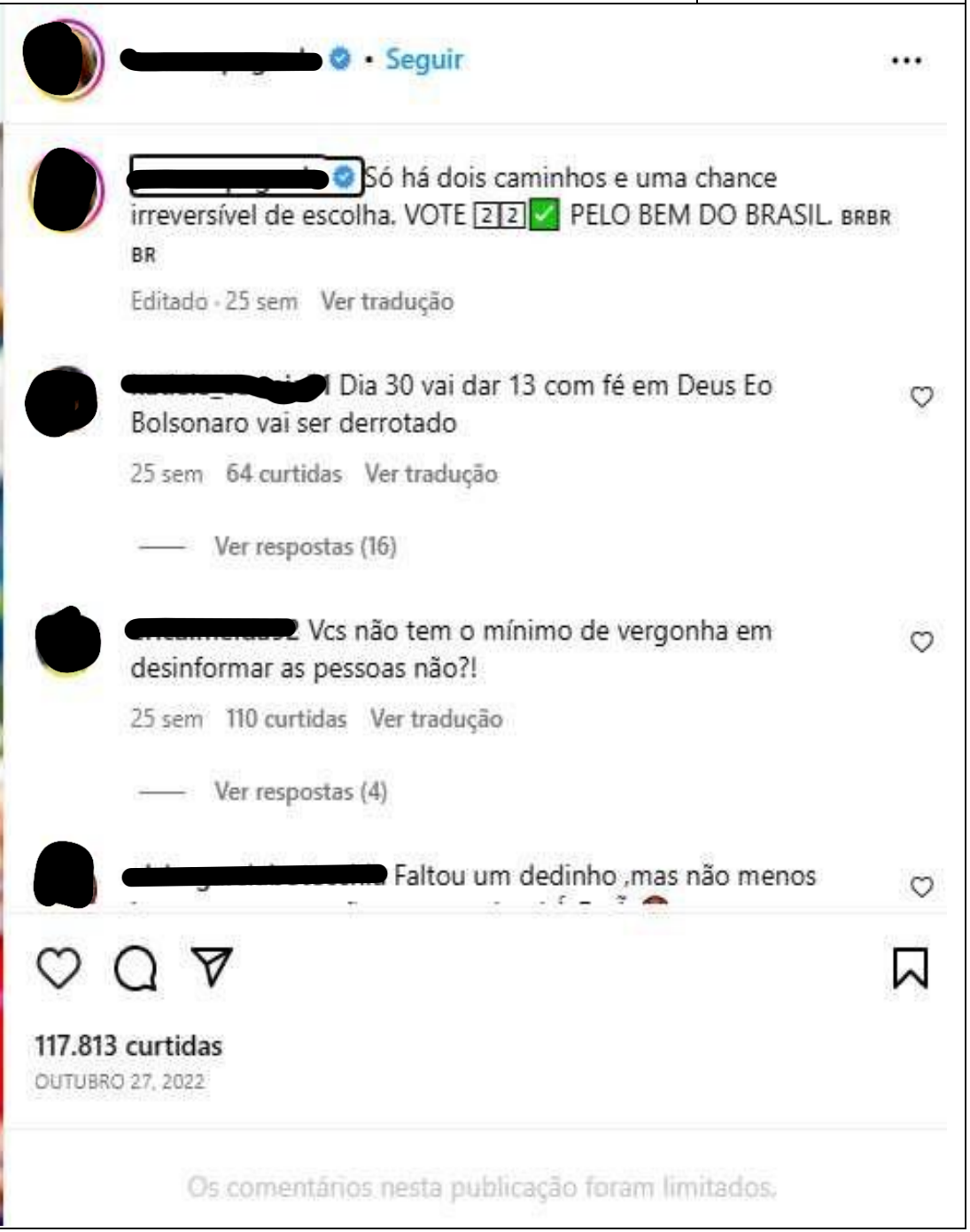
Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo - É primazia das famílias decidir sobre a formação moral das crianças e dos adolescentes. Mesmo assim, muitos professores militantes se apropriam da audiência cativa a qual têm acesso nas escolas para doutrinar os filhos dos outros. Fique atento e permaneça sempre presente na vida escolar de seus filhos. Acompanhe, mantenha o diálogo e se informe diariamente sobre o cotidiano das aulas. É dessa forma que você irá impedir que ele seja sequestrado pelas ideologias anticristãs que ocupam o imaginário de muitos daquelas que deveriam instruí-los no verdadeiro conhecimento.	19/10/2022

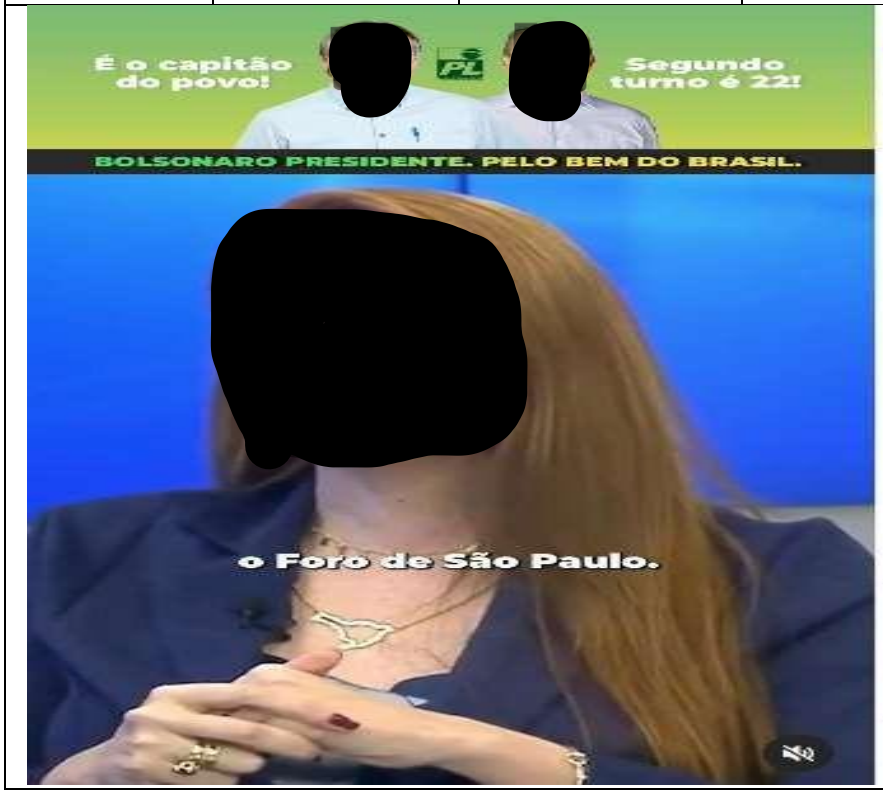


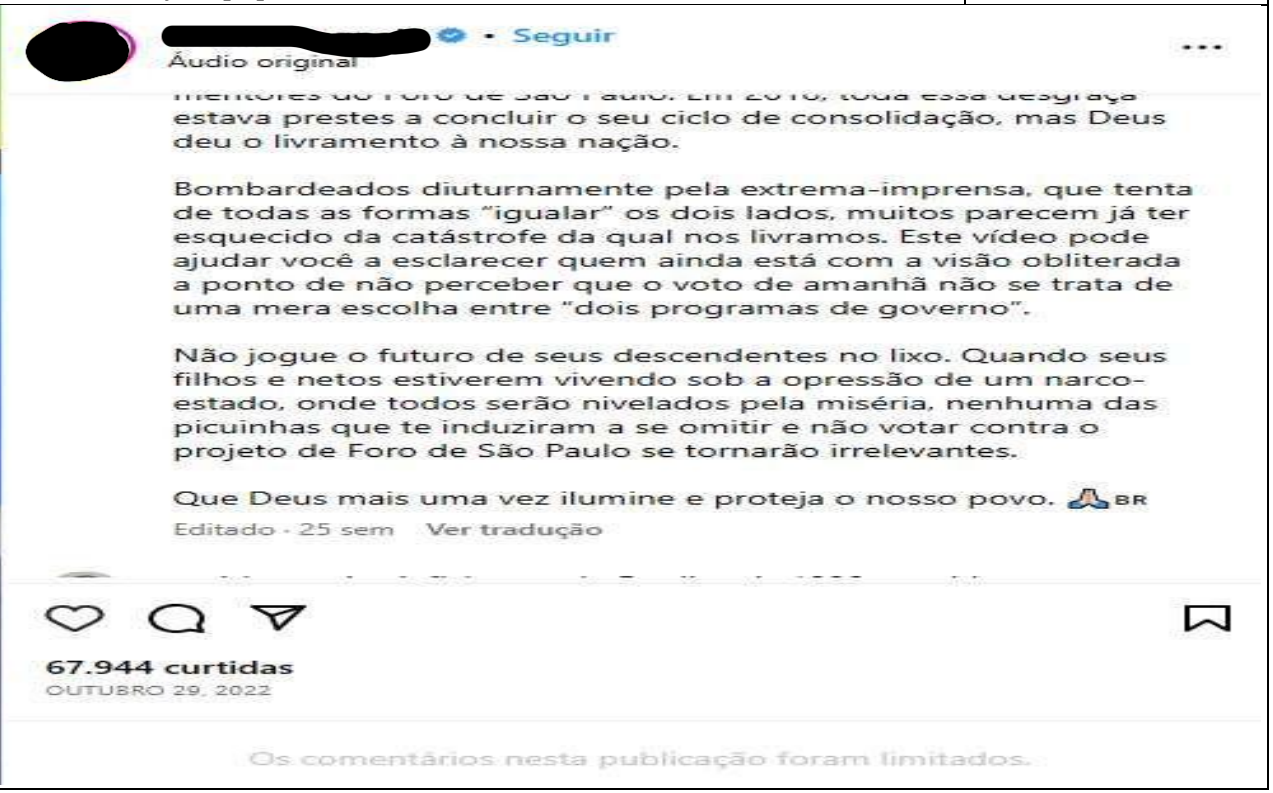



[redacted]
IDEOLOGIA DE GÊNERO
ABORTO
LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS
PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA
CRISTÃO NÃO VOTA
EM POLÍTICO QUE APROVA ESSAS COISAS!


[redacted] • Seguir
[redacted] Só há dois caminhos e uma chance irreversível de escolha. VOTE 22 ✅ PELO BEM DO BRASIL. BRBR BR
Editado · 25 sem Ver tradução
[redacted] Dia 30 vai dar 13 com fé em Deus Eo Bolsonaro vai ser derrotado
25 sem 64 curtidas Ver tradução
Ver respostas (16)
[redacted] Vcs não tem o mínimo de vergonha em desinformar as pessoas não?!
25 sem 110 curtidas Ver tradução
Ver respostas (4)
[redacted] Faltou um dedinho ,mas não menos
117.813 curtidas
OUTUBRO 27, 2022
Os comentários nesta publicação foram limitados.

Deputada			Vídeo – Durante décadas, Olavo de Carvalho foi uma "voz pregando no deserto", denunciando a ameaça à segurança nacional representada pelo Foro de São Paulo – a organização marxista que adotou a criminalidade como fio condutor para realizar uma revolução socialista na América Latina. A ideia de Lula, Fidel, Chávez e demais comparsas, era submeter o continente ao projeto bolivariano da "Pátria Grande", saqueando as riquezas do Brasil para patrocinar a formação de um grande bloco geopolítico unificado, dissolvendo os estados nacionais e ressuscitando o comunismo após o fracasso da União Soviética. Muitas pessoas se escandalizam com a recente divulgação da Resolução do Encontro Nacional de Direitos Humanos do PT. No documento, os petistas admitem como norte para um hipotético governo, tópicos como o julgamento e punição de adversários políticos, desmilitarização da polícia, descriminalização das drogas, desencarceramento em massa, desarmamento da população e inversão daquilo que chamam de "manipulações conservadoras" em defesa das crianças, como o combate ao aborto e à ideologia de gênero. Mas isso não é de hoje. São pautas que vinham sendo gradualmente introduzidas na cultura há mais de 30 anos pelos mentores do Foro de São Paulo. Em 2018, toda essa desgraça estava prestes a concluir o seu ciclo de consolidação, mas Deus deu o livramento à nossa nação. [...]	29/10/2022





UDESC UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA | FAED Centro de Ciências Humanas e da Educação

ATESTADO DE VERSÃO FINAL

Eu, Robson Ferreira Fernandes, vinculado ao curso de História, declaro que esta é a versão final de minha tese intitulada: **"'ATENÇÃO! ATENÇÃO! É UMA NOVA ERA NO BRASIL: MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA':** USOS E ABUSOS POLÍTICOS DO SINTAGMA "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NO CONTEXTO EDUCACIONAL CATARINENSE (2018-2022)**"** sob orientação do(a) professor(a) Cristiani Bereta da Silva.

Florianópolis, 24 de abril de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ROBSON FERREIRA FERNANDES
Data: 28/04/2026 18:09:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do(a) Estudante

_____

Robson Ferreira Fernandes

Assinatura da professora orientadora

_____

Cristiani Bereta da Silva

Pág. 01 de 01 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00039136/2023 e o código E45PX3K1.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **E45PX3K1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CRISTIANI BERETA DA SILVA (CPF: 600.XXX.090-XX) em 28/04/2026 às 16:11:35
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:42:30 e válido até 30/03/2118 - 12:42:30.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwMzkxMzZfMzkxNjIfMjAyM19FNDVQWDNLMQ== ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **UDESC 00039136/2023** e o código **E45PX3K1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.